



RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Julho 2020



FICHA TÉCNICA

EQUIPA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO:

António Mendes Município de Gouveia

Vítor Souto Município de Gouveia

EQUIPA TÉCNICA:

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO

Vilma Silva Coordenação Geral
Licenciatura e Mestrado (pré-Bolonha) em Planeamento Regional e Urbano

Renato Dias Coordenação Técnica
Mestrado em Engenharia Civil - Planeamento

ESTRUTURA TÉCNICA

Vera Santos Silva Licenciatura (pré-Bolonha) em Arquitetura e Mestrado em Arquitetura

Rita Vaz Licenciatura em Arquitetura Paisagista e Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano

Sara Carvalho Mestrado em Arquitetura Paisagista

ÍNDICES

ÍNDICE GERAL

NOTA INTRODUTÓRIA.....	21
1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVO	23
2. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO MUNICIPAL.....	26
2.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GOUVEIA.....	26
2.1.1. COMPOSIÇÃO.....	27
2.1.2. ESTRATÉGIA.....	36
2.2. PLANO DE URBANIZAÇÃO.....	44
2.2.1. COMPOSIÇÃO.....	45
2.2.2. OBJETIVOS.....	50
2.2.3. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO.....	51
3. DINÂMICAS TERRITORIAIS.....	53
3.1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL.....	54
3.1.1. USO DO SOLO.....	54
3.1.2. AGLOMERADOS URBANOS.....	63
3.2. DEMOGRAFIA.....	68
3.2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO.....	68
3.2.2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO.....	72
3.2.3. GRUPOS ETÁRIOS.....	78
3.2.4. ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS.....	82
3.2.5. ESCOLARIDADE.....	84
3.3. PARQUE EDIFICADO.....	89
3.3.1. EDIFÍCIOS.....	89
3.3.2. ALOJAMENTOS.....	99
3.4. ATIVIDADES ECONÓMICAS.....	107
3.4.1. POPULAÇÃO ATIVA, EMPREGO E DESEMPREGO.....	107
3.4.2. DINÂMICA EMPRESARIAL.....	114
3.5. URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO.....	130
3.5.1. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS.....	130
3.5.2. OBRAS MUNICIPAIS.....	135
3.6. ACESSIBILIDADES, TRANSPORTES E MOBILIDADE.....	139
3.6.1. PADRÕES DE MOBILIDADE.....	139
3.6.2. REDE RODOVIÁRIA.....	142
3.6.3. PARQUE AUTOMÓVEL.....	147
3.6.4. SINISTRALIDADE.....	148

3.6.5.	REDE FERROVIÁRIA E TRANSPORTE PÚBLICO FERROVIÁRIO	149
3.6.6.	TRANSPORTE PÚBLICO RODOVIÁRIO	152
3.7.	PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO.....	155
3.8.	EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA	160
3.9.	INFRAESTRUTURAS URBANAS	162
3.9.1.	REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	162
3.9.2.	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS.....	166
3.9.3.	RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.....	169
3.10.	AMBIENTE	170
3.10.1.	ÁREAS CLASSIFICADAS.....	170
3.10.2.	QUALIDADE DA ÁGUA	172
3.10.3.	QUALIDADE DO AR	177
3.10.4.	ENERGIA	179
3.10.5.	RISCOS NATURAIS E MISTOS	184
4.	ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO MUNICIPAL	189
4.1.	ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO	189
4.1.1.	ATIVIDADES ECONÓMICAS	190
4.1.2.	HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS COLETIVOS	192
4.1.3.	ACESSIBILIDADES E INFRAESTRUTURAS	195
4.1.4.	CULTURA, TURISMO, LAZER E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	198
4.1.5.	PLANEAMENTO	199
4.1.6.	SÍNTESE DA EXECUÇÃO.....	201
4.2.	ANÁLISE DA CONCRETIZAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL.....	202
4.2.1.	REDE URBANA	202
4.2.2.	REDE RODOVIÁRIA.....	205
4.2.3.	ESPAÇOS URBANOS	208
4.2.4.	ESPAÇOS INDUSTRIAIS.....	219
4.2.5.	ESPAÇOS RURAIS	223
4.3.	ANÁLISE GLOBAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO.....	228
4.3.1.	USO DO SOLO	228
4.3.2.	FOMENTO ECONÓMICO	232
5.	CONTEXTO LEGAL E ESTRATÉGICO	238
5.1.	QUADRO LEGAL.....	238
5.1.1.	O REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL – DO DECRETO-LEI N.º 69/90 AO DECRETO-LEI N.º 80/2015	238
5.1.2.	OUTROS DIPLOMAS LEGAIS RELEVANTES PARA OS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO/ REVISÃO DOS PDM 245	
5.2.	QUADRO ESTRATÉGICO	252

5.3.1.	INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	252
5.3.2.	OUTROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE DESENVOLVIMENTO URBANO 274	
6.	SÍNTESE E CONTRIBUTOS PARA A REVISÃO DO PDM	296
6.1.	SÍNTESE DOS FATORES DE MUDANÇA INTERNOS	296
6.2.	SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES AO CONTEXTO LEGAL E ESTRATÉGICO	299
6.3.	CONTRIBUTOS PARA A REVISÃO DO PDM DE GOUVEIA.....	301
7.	ELEMENTOS DE REFERÊNCIA.....	305
8.	ANEXOS	314
	ANEXO I - INVESTIMENTOS MUNICIPAIS POR ÁREA DE ATUAÇÃO (2000-2019)	314
	ANEXO II - ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DELIMITADAS NO CONCELHO DE GOUVEIA	327

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Enquadramento administrativo do concelho de Gouveia	23
Figura 2. Planta de Ordenamento do PDM de Gouveia (1995)	30
Figura 3. Planta de Condicionantes 1 do PDM de Gouveia (1995)	34
Figura 4. Planta de Condicionantes 2 do PDM de Gouveia (1995)	36
Figura 5. Planta de Zonamento do PU de Gouveia (2008).....	46
Figura 6. Planta de Condicionantes do PU de Gouveia (2008)	49
Figura 7. Classes de uso e ocupação do solo em 1995 e ocorrência de alterações.....	56
Figura 8. Áreas com alterações de classe de uso e ocupação do solo ocorridas entre 1995 e 2015	58
Figura 9. Territórios Artificializados em 2015 e alterações ocorridas desde 2007	62
Figura 10. Evolução da hierarquia da rede urbana	66
Figura 11. Evolução da distribuição da população residente, por subsecção estatística	72
Figura 12. Evolução da distribuição da densidade populacional, por subsecção estatística	73
Figura 13. Evolução da distribuição da densidade populacional, por lugar censitário.....	77
Figura 14. Evolução da densidade do edificado, por subsecção estatística	92
Figura 15. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados (1955-2017)	131
Figura 16. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados, por tipo de obra (1955-2017)	132
Figura 17. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados, por destino de obra (1955-2017)	134
Figura 18. Rede viária classificada pelo PDM em vigor (1995)	145
Figura 19. Rede viária identificada no PDM em vigor e novos eixos viários.....	146
Figura 20. Rede ferroviária	150
Figura 21. Linha da Beira Alta	151
Figura 22. Rede de Transporte Público Rodoviário (1991)	153
Figura 23. Rede de Transporte Público Rodoviário atual (2020)	154
Figura 24. Cadeiral Romano (Nespereira).....	158
Figura 25. Distribuição geográfica dos imóveis classificados e em vias de classificação (1995 e 2020).....	159
Figura 26. Equipamentos de utilização coletiva (saúde e ensino)	161
Figura 27. Evolução da rede de abastecimento de água (1994-2019).....	164
Figura 28. Evolução da rede de drenagem de águas residuais (1994-2019)	168
Figura 29. Áreas classificadas no concelho de Gouveia	172
Figura 30. Delimitação das zonas e aglomerações da Região Centro e respetivas estações de monitorização.	178
Figura 31. Carta de suscetibilidade de cheias	184
Figura 32. Área ardida no concelho de Gouveia.....	186
Figura 33. Perigosidade de incêndio florestal no concelho de Gouveia	188
Figura 34. Hierarquia da rede urbana em 1995.....	203
Figura 35. Hierarquia da rede urbana atual.....	204

Figura 36. Rede rodoviária identificada no PDM e novos eixos viários	205
Figura 37. Rede rodoviária atual.....	207
Figura 38. Áreas Urbanas (PDM 1995) e Tecido Urbano Contínuo e Descontínuo (COS 2015).....	209
Figura 39. Áreas Urbanas (PDM 1995) e Edificado Principalmente Não Residencial (Censos 2011).....	210
Figura 40. Área Urbana com Plano de Urbanização (PDM 1995) e Tecido Urbano Contínuo e Descontínuo (COS 2015)	212
Figura 41. Área Urbana com Plano de Urbanização (PDM 1995) e Edificado Principalmente Não Residencial (Censos 2011).....	213
Figura 42. Áreas Urbanizáveis (PDM 1995) e Territórios Artificializados (COS 2015).....	215
Figura 43. Áreas Industriais (PDM 1995) e Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais (COS 2015)	220
Figura 44. Áreas para Indústria Extrativa (PDM 1995) e Áreas de Extração de Inertes (COS 2015)	221
Figura 45. Áreas Agrícolas e Áreas Agro-Silvo-Pastoris (PDM 1995)	224
Figura 46. Áreas Naturais (PDM 1995) com ocupação artificializada (COS 2015)	227
Figura 47. Rede rodoviária no concelho de Gouveia e área envolvente	259
Figura 48. Excerto da Planta de Síntese do POPNSE: concelho de Gouveia e área envolvente	270
Figura 49. Bairro de Habitação Social “Mata da Rainha” (São Pedro, Gouveia).....	290
Figura 50. Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas no concelho de Gouveia.....	295
Figura 51. Limite territorial da ARU do Centro Histórico da Cidade de Gouveia e Área Envolvente Consolidada	327
Figura 52. Limite territorial da ARU de Passarela	328
Figura 53. Limite territorial da ARU de Ponte Nova.....	328
Figura 54. Limite territorial da ARU de Cativelos.....	329
Figura 55. Limite territorial da ARU de Vila Nova de Tazem.....	329
Figura 56. Limite territorial da ARU de Aldeias.....	330
Figura 57. Limite territorial da ARU de Arcozelo da Serra	330
Figura 58. Limite territorial da ARU de Figueiró da Serra	331
Figura 59. Limite territorial da ARU de Folgosinho.....	331
Figura 60. Limite territorial da ARU de Freixo da Serra	332
Figura 61. Limite territorial da ARU de Lagarinhos.....	332
Figura 62. Limite territorial da ARU de Mangualde da Serra	333
Figura 63. Limite territorial da ARU de Melo e Nabainhos	333
Figura 64. Limite territorial da ARU de Moimenta da Serra	334
Figura 65. Limite territorial da ARU de Nabais	334
Figura 66. Limite territorial da ARU de Nespereira.....	335
Figura 67. Limite territorial da ARU de Nespereira.....	335
Figura 68. Limite territorial da ARU de Paços da Serra.....	336

Figura 69. Limite territorial da ARU de Póvoa da Rainha.....	336
Figura 70. Limite territorial da ARU de Ribamondego	337
Figura 71. Limite territorial da ARU de Rio Torto	337
Figura 72. Limite territorial da ARU de São Paio.....	338
Figura 73. Limite territorial da ARU de Vila Cortês da Serra	339
Figura 74. Limite territorial da ARU de Vila Franca da Serra	339
Figura 75. Limite territorial da ARU de Vinhó	340

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da população residente (1991-2018).....	68
Gráfico 2. Variação na população residente (1991-2018)	69
Gráfico 3. Evolução das taxas de crescimento da população residente (1991-2018)	69
Gráfico 4. Evolução da população residente, por freguesia (1991-2011)	70
Gráfico 5. Evolução da proporção da população residente, por grupo etário (1991-2018).....	78
Gráfico 6. Variação na população residente (1991-2018)	79
Gráfico 7. Evolução do índice de envelhecimento (1991-2018).....	80
Gráfico 8. Evolução dos índices de dependência em Gouveia (1991-2018).....	81
Gráfico 9. Evolução do índice de renovação da população ativa (1991-2018).....	82
Gráfico 10. Variação da dimensão média das famílias clássicas em Gouveia (2001-2011).....	84
Gráfico 11. Evolução da taxa de analfabetismo (1981-2011)	85
Gráfico 12. Evolução da taxa de analfabetismo, por freguesia (1991-2011).....	85
Gráfico 13. Evolução da taxa de abandono escolar (1991-2011)	86
Gráfico 14. Evolução da taxa de abandono escolar, por freguesia (1991-2011)	87
Gráfico 15. Evolução dos edifícios clássicos (1991-2011).....	89
Gráfico 16. Variação dos edifícios clássicos (1991-2011)	90
Gráfico 17. Variação dos edifícios clássicos, por freguesia (1991-2011)	90
Gráfico 18. Evolução da densidade do edificado, por freguesia (1991-2011)	91
Gráfico 19. Evolução da proporção da função dos edifícios clássicos (2001-2011).....	93
Gráfico 20. Variação (n.º) do estado de conservação dos edifícios clássicos, por freguesia (2001-2011)	98
Gráfico 21. Evolução dos alojamentos familiares (1991-2011)	99
Gráfico 22. Variação dos alojamentos familiares (1991-2011).....	100
Gráfico 23. Variação dos alojamentos familiares, por freguesia (1991-2011).....	101
Gráfico 24. Variação da forma de ocupação dos alojamentos familiares, por freguesia (2001-2011).....	103
Gráfico 25. Evolução da proporção dos alojamentos familiares vagos, por finalidade (2001-2011)	104
Gráfico 26. Evolução dos alojamentos familiares não clássicos, por tipo de alojamento (2001-2011).....	105
Gráfico 27. Tipologias dos fogos de habitação social (2015)	106
Gráfico 28. Evolução da taxa de atividade, por escalão etário (2001-2011)	108
Gráfico 29. Evolução da proporção de inscritos nos centros de emprego sobre a população residente com 15 a 64 anos (2009-2018)	113
Gráfico 30. Evolução do poder de compra <i>per capita</i> (1995-2017).....	114
Gráfico 31. Evolução do número de empresas (2009-2018)	115
Gráfico 32. Variação do número de pessoas ao serviço nas empresas (2009-2018).....	115
Gráfico 33. Proporção de empresas e pessoas ao serviço, por setor de atividade (2018)	118
Gráfico 34. Variação no número de explorações agrícolas, por freguesia (1989-1999-2009)	121

Gráfico 35. Evolução do número de empreendimentos turísticos (1981-2020*)	127
Gráfico 36. Evolução do número de novas camas disponíveis e capacidade de utentes em alojamento local (2015-2020*)	128
Gráfico 37. Evolução dos edifícios licenciados (1995-2017)	130
Gráfico 38. Evolução dos edifícios licenciados (1995-2017)	132
Gráfico 39. Evolução dos edifícios licenciados, por destino de obra (1995-2017)	133
Gráfico 40. Evolução da superfície habitável média das divisões (m ²) das construções novas (2004-2017)	135
Gráfico 41. Dinâmica de investimentos municipais (2000-2019)	136
Gráfico 42. Evolução das ações municipais realizadas (2000-2019)	137
Gráfico 43. Dinâmica de investimentos municipais, por área de atuação (2000-2019)	138
Gráfico 44. Evolução da distribuição modal (1981-2011)	140
Gráfico 45. Distribuição modal (2001)	141
Gráfico 46. Distribuição modal (2011)	141
Gráfico 47. Evolução do parque automóvel (1987-2018)	147
Gráfico 48. Evolução dos acidentes de viação com vítimas (nº) e tipo de vítima (2014-2018)	148
Gráfico 49. Evolução do índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (2014-2018)	149
Gráfico 50. Evolução da água distribuída, em m ³ (2006-2017)	162
Gráfico 51. Evolução da água distribuída, por habitante, em m ³ (2011-2017)	163
Gráfico 52. Evolução das perdas nos sistemas de abastecimento de água, em m ³ (2011-2017)	163
Gráfico 53. Evolução da rede de distribuição de água, por freguesia (1994-2019)	165
Gráfico 54. Evolução das águas residuais drenadas, em m ³ (2011-2017)	166
Gráfico 55. Evolução da rede de drenagem de águas residuais (1994-2019)	167
Gráfico 56. Evolução da recolha de resíduos sólidos urbanos, por tipo de recolha (2015-2018)	169
Gráfico 57. Índice da qualidade do ar anual (nº de dias/ano)	179
Gráfico 58. Evolução dos consumidores de energia elétrica (1994-2018)	180
Gráfico 59. Consumo de energia elétrica total (kWh)	180
Gráfico 60. Evolução do consumo de energia elétrica (kWh), por atividade (1994-2017)	181
Gráfico 61. Evolução do consumo de energia elétrica (kWh) para iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios do Estado (1994-2017)	182
Gráfico 62. Evolução da quota (%) da produção bruta de energia elétrica (2002-2013)	183
Gráfico 63. Evolução da área ardida, em hectares, no concelho de Gouveia (1990-2018)	185
Gráfico 64. Evolução da área ardida no concelho de Gouveia (hectares)	187
Gráfico 65. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Habitação e Equipamentos Coletivos	195
Gráfico 66. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Habitação e Equipamentos Coletivos	197

Gráfico 67. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Habitação e Equipamentos Coletivos	199
Gráfico 68. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Planeamento.....	201
Gráfico 69. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Planeamento.....	201

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Reorganização administrativa das freguesias do concelho de Gouveia.....	25
Tabela 2. Plano Diretor Municipal de Gouveia	26
Tabela 3. Elementos que acompanham o PDM de Gouveia.....	28
Tabela 4. Classes de espaço consideradas no PDM de Gouveia	32
Tabela 5. Solo ocupado pela REN e RAN (1995)	35
Tabela 6. Estratégia Geral preconizada pelo PDM de Gouveia (1995)	37
Tabela 7. Medidas Genéricas definidas pelo PDM de Gouveia (1995)	40
Tabela 8. Objetivos do Plano de Urbanização de Gouveia (2008)	50
Tabela 9. Programa de Execução e Plano de Financiamento do PU de Gouveia (2008)	51
Tabela 10. Definição das classes de Nível 1 da COS aplicáveis ao concelho de Gouveia.....	54
Tabela 11. Evolução da percentagem de ocupação das classes de uso do solo entre 1995 e 2015	55
Tabela 12. Evolução das áreas com alterações de uso e ocupação do solo ocorridas entre 1995 e 2015.....	57
Tabela 13. Evolução das áreas com alterações de uso e ocupação do solo ocorridas entre 1995 e 2015.....	59
Tabela 14. Definição das classes de Nível 3 da COS (Territórios Artificializados) aplicáveis a Gouveia	59
Tabela 15. Evolução dos Territórios Artificializados entre 2007 e 2015.....	60
Tabela 16. População residente por lugar censitário (1991-2011).....	63
Tabela 17. Hierarquia dos aglomerados urbanos (1991-2011)	65
Tabela 18. Evolução da variação da população residente, por freguesia (1991-2011)	71
Tabela 19. Evolução da densidade populacional (1991-2011)	74
Tabela 20. Evolução da densidade populacional, por lugar censitário (1991-2011)	75
Tabela 21. Evolução das famílias, por freguesia (1991-2011)	83
Tabela 22. Evolução da proporção dos níveis de escolaridade (2001-2011).....	88
Tabela 23. Evolução da proporção de edifícios clássicos por função e por freguesia (2001-2011)	94
Tabela 24. Data de construção dos edifícios clássicos, por freguesia (2011).....	95
Tabela 25. Evolução do estado de conservação dos edifícios clássicos, por freguesia (2001-2011).....	97
Tabela 26. Evolução da forma de ocupação dos alojamentos familiares, por freguesia (2001-2011)	102
Tabela 27. Evolução dos alojamentos familiares não clássicos (2001-2011).....	105
Tabela 28. Conjuntura da habitação social (2011 e 2015).....	106
Tabela 29. Evolução da taxa de atividade (2001-2011)	108
Tabela 30. Evolução da taxa de atividade nas freguesias de Gouveia, por escalão etário (2001-2011)	109
Tabela 31. Evolução da proporção da população residente empregada, por setor e atividade (2001-2011) ...	111
Tabela 32. Evolução da taxa de desemprego (2001-2011).....	112
Tabela 33. Evolução do número de empresas (2009-2018)	114
Tabela 34. Evolução do número de empresas, por ramo de atividade (2009-2018).....	116
Tabela 35. Evolução do número de pessoas ao serviço, por ramo de atividade (2009-2018)	117

Tabela 36. Evolução do número médio de trabalhadores nas empresas, por ramo de atividade (2009-2018).	119
Tabela 37. Evolução da Superfície Agrícola Utilizada (1989-2009).....	120
Tabela 38. Evolução do efetivo animal, por freguesia (1989-2009)	122
Tabela 39. Agentes Turísticos (2020*).....	123
Tabela 40. Empresas de Animação Turística (2020*)	124
Tabela 41. Evolução dos principais indicadores da atividade hoteleira (2009-2018).....	125
Tabela 42. Empreendimentos turísticos (2020*).....	126
Tabela 43. Alojamento local (2020*)	128
Tabela 44. Evolução do número de camas disponíveis em alojamento local, por tipo de alojamento (2015-2020*)	129
Tabela 45. Alojamento local, por freguesia (2020*).....	129
Tabela 46. Evolução do número de viagens pendulares (1981-2011).....	140
Tabela 47. Evolução da distribuição modal (2001-2011).....	141
Tabela 48. Caracterização e classificação da rede viária	142
Tabela 49. Serviços da linha da Beira Alta	149
Tabela 50. Transporte Público Rodoviário.....	152
Tabela 51. Património classificado e em vias de classificação em 1995.....	155
Tabela 52. Elementos a classificar como IIP propostos em 1995	156
Tabela 53. Elementos a classificar como valores concelhios propostos em 1995.....	156
Tabela 54. Alterações ao património classificado e em vias de classificação desde 1995 (2020).....	158
Tabela 55. Unidades de saúde.....	160
Tabela 56. Evolução da proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água (1995-2009)	165
Tabela 57. Evolução da proporção de águas residuais tratadas (2001-2009)	166
Tabela 58. Evolução da proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais (1995-2009)	167
Tabela 59. Massas de água superficiais de Gouveia	173
Tabela 60. Massas de Água Superficiais intersetadas pelo concelho de Gouveia	174
Tabela 61. Cargas anuais estimadas por setor de atividade e pressões significativas para as massas de água superficiais intersetadas pelo concelho de Gouveia.....	175
Tabela 62. Estado químico, estado/potencial ecológico e estado global das massas de água superficiais intersetadas pelo concelho de Gondomar, para o 1.º e 2.º ciclos de planeamento do PGRH	176
Tabela 63. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Atividades Económicas	190
Tabela 64. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Habitação e Equipamentos Coletivos ..	192
Tabela 65. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Acessibilidades e Infraestruturas.....	196

Tabela 66. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Cultura, Turismo, Lazer e Qualificação Ambiental.....	198
Tabela 67. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Planeamento.....	200
Tabela 68. Extensão das vias construídas desde 1995	206
Tabela 69. Vias pavimentadas desde 1995.....	206
Tabela 70. Ocupação das Áreas Urbanas em 2015.....	208
Tabela 71. Edificado nas Áreas Urbanas (2011).....	211
Tabela 72. Ocupação da Área Urbana com Plano de Urbanização em 2015.....	211
Tabela 73. Edificado na Área Urbana com Plano de Urbanização (2011).....	214
Tabela 74. Ocupação das Áreas Urbanizáveis, por aglomerado urbano (2011).....	216
Tabela 75. Modelo de ordenamento do PDM em vigor (Espaços Urbanos) e dinâmica urbanística, por freguesia	218
Tabela 76. Distribuição das áreas de Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais (COS 2015) no PDM em vigor	219
Tabela 77. Concessões mineiras concedidas	222
Tabela 78. Áreas mineiras degradadas	222
Tabela 79. Pedreiras em exploração.....	223
Tabela 80. Áreas Agrícolas e Áreas Florestais definidas pelo PDM (1995) e pela COS (2015).....	223
Tabela 81. Dinâmica do setor agrícola em Gouveia	226
Tabela 82. Instrumentos de Gestão Territorial com incidência em Gouveia.....	252
Tabela 83. Objetivos gerais e específicos do Programa de Execução do POPNSE com incidência no concelho de Gouveia	271
Tabela 84. Outros Instrumentos de Política de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano com incidência em Gouveia	274
Tabela 85. Referencial estratégico da Estratégia Turismo 2027.....	282
Tabela 86. Eixos e Objetivos Estratégicos do PEDU de Gouveia 2020.....	284
Tabela 87. Programa de Ação do PAMUS de Gouveia.....	286
Tabela 88. Eixos Orientadores e Objetivos Estratégicos do PARU de Gouveia	287
Tabela 89. Programa de Ação do PARU de Gouveia	288
Tabela 90. Programa de Ação do PAICD de Gouveia	290
Tabela 91. Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas no concelho de Gouveia	292

ÍNDICE DE TABELAS | ANEXOS

A1_Tabela 1. Investimentos municipais (2000-2019): Habitação	314
A1_Tabela 2. Investimentos municipais (2000-2019): Equipamentos Coletivos.....	315
A1_Tabela 3. Investimentos municipais (2000-2019): Acessibilidades e Infraestruturas	318
A1_Tabela 4. Investimentos municipais (2000-2019): Cultura, Turismo, Lazer e Qualificação Ambiental	325
A1_Tabela 5. ARU e ORU do Centro Histórico da Cidade de Gouveia e Área Envolvente Consolidada	327
A1_Tabela 6. ARU de Passarela	328
A1_Tabela 7. ARU de Ponte Nova	328
A1_Tabela 8. ARU de Cativelos.....	329
A1_Tabela 9. ARU de Vila Nova de Tazem.....	329
A1_Tabela 10. ARU de Aldeias.....	330
A1_Tabela 11. ARU de Arcozelo da Serra	330
A1_Tabela 12. ARU de Figueiró da Serra	331
A1_Tabela 13. ARU de Folgosinho.....	331
A1_Tabela 14. ARU de Freixo da Serra	332
A1_Tabela 15. ARU de Lagarinhos.....	332
A1_Tabela 16. ARU de Mangualde da Serra	333
A1_Tabela 17. ARU de Melo e Nabainhos.....	333
A1_Tabela 18. ARU de Moimenta da Serra	334
A1_Tabela 19. ARU de Nabais	334
A1_Tabela 20. ARU de Nespereira.....	335
A1_Tabela 21. ARU de Novelães.....	335
A1_Tabela 22. ARU de Paços da Serra.....	336
A1_Tabela 23. ARU de Póvoa da Rainha.....	336
A1_Tabela 24. ARU de Ribamondego	337
A1_Tabela 25. ARU de Rio Torto	337
A1_Tabela 26. ARU de São Paio.....	338
A1_Tabela 27. ARU de Vila Cortês da Serra.....	339
A1_Tabela 28. ARU de Vila Franca da Serra	339
A1_Tabela 29. ARU de Vinhó.....	340

SIGLAS E ACRÓNIMOS

A	Autoestrada
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APRI	Avaliação Preliminar dos Riscos de Inundações
ARU	Área de Reabilitação Urbana
BGRI	Base Geográfica de Referenciação da Informação
BSE	Beiras e Serra da Estrela
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDR-C	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CEAF	Centro de Educação Ambiental de Folgosinho
CENTRO 2020	Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020
CIM	Comunidade Intermunicipal
CIMBSE	Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela
CMG	Câmara Municipal de Gouveia
COS	Carta de Ocupação do Solo
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGT	Direção-Geral do Território
DL	Decreto-Lei
DQA	Diretiva-Quadro da Água
DR	Diário da República
DRE	Diário da República Eletrónico
EN	Estrada Nacional
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade
ENF	Estratégia Nacional para as Florestas
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
ET 27	Estratégia Turismo 2027
GIP	Gabinete de Inserção Profissional
IC	Itinerário Complementar

ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGT	Instrumento(s) de Gestão Territorial
IHRU	Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
IIP	Imóvel de Interesse Público
IP	Itinerário Principal
INE	Instituto Nacional de Estatística
LET	Laboratório Estratégico de Turismo
MA	Modos Ativos
MN	Monumento Nacional
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ORU	Operação de Reabilitação Urbana
PAICD	Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas
PAMUS	Plano de Mobilidade Urbana Sustentável
PARU	Plano de Ação de Regeneração Urbana
PAT	Programa de Ação Territorial
PDDFCI	Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PDM	Plano Diretor Municipal
PEDI-BSE	Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela
PEDU	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
PERSU	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PERU	Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
PETI	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas
PGRH	Plano de Gestão da Região Hidrográfica
PGRH - RH4	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4)
PGRI	Plano de Gestão dos Riscos e Inundações
PGU	Plano Geral de Urbanização
PIOT	Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios

PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNA	Plano Nacional da Água
PNDFCI	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNSE	Parque Natural da Serra da Estrela
POPNSE	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela
PP	Plano de Pormenor
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PRN 2000	Plano Rodoviário Nacional de 2000
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROF - CI	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROT - C	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro
PS	Plano Setorial
PSRN 2000	Plano Setorial da Rede Natura 2000
PU	Plano de Urbanização
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Reserva Ecológica Nacional
REOT	Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território
RJCNB	Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJRU	Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
RNAAT	Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RNAVT	Registo Nacional dos Agentes de Viagens e Turismo
RNT	Registo Nacional de Turismo
RPDM	Regulamento do Plano Diretor Municipal
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SIC	Sítio de Importância Comunitária

SIGGESC	Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras
SIGTUR	Sistema de Informação Geográfica do Turismo
SIOU	Sistema de Indicadores de Operações Urbanística
SIPA	Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
SNIT	Sistema Nacional de Informação Territorial
SNS	Serviço Nacional de Saúde
TdP	Turismo de Portugal
TI	Transporte Individual
TP	Transporte Público
TPF	Transporte de Passageiros Flexível
TPR	Transporte Público Rodoviário
UF	União das Freguesias
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade
UCSP	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados
USF	Unidade de Saúde Familiar
USP	Unidade de Saúde Pública

NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), a elaboração (ou revisão) de planos municipais é determinada por deliberação da Câmara Municipal, a qual estabelece os prazos de elaboração e o período de participação, bem como a definição da oportunidade e dos termos de referência dos mesmos planos. No caso dos planos diretores municipais, esta deliberação deve ser acompanhada de relatório sobre o estado do ordenamento do território ou, na ausência deste, de um relatório fundamentado de avaliação da execução do planeamento municipal preexistente e de identificação dos principais fatores de evolução do município.

De acordo com o disposto no artigo 189.º do RJIGT, os relatórios sobre o estado do ordenamento do território traduzem o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais, objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão. Concluída a sua elaboração, responsabilidade da câmara municipal, estes relatórios são submetidos a um período de discussão pública de duração não inferior a 30 dias e, posteriormente, submetidos à apreciação da assembleia municipal.

Neste quadro, a elaboração e aprovação do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) do Concelho de Gouveia visa, por um lado, dar cumprimento à obrigação legal do Município de elaborar, com uma periodicidade máxima de quatro anos, um documento de monitorização e avaliação da evolução do território concelhio e, por outro, garantir as condições para, nos termos do artigo 76.º do RJIGT, proceder, a breve trecho, à aprovação da deliberação de início do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Gouveia.

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território (REOT) do Concelho de Gouveia procede à avaliação da execução do PDM em vigor, através da determinação do grau de concretização das propostas nele constantes, nomeadamente do programa de execução, do modelo territorial e, de forma mais abrangente, dos seus objetivos estratégicos.

Neste documento procede-se, também, à caracterização e análise das dinâmicas territoriais que marcaram de forma mais evidente a evolução do território municipal no período que medeia entre a aprovação do PDM em vigor e o momento presente, nomeadamente no que diz respeito à ocupação

territorial, demografia, parque edificado, atividades económicas, urbanização e construção, acessibilidades, transportes e mobilidade, património classificado, equipamentos coletivos, infraestruturas e ambiente.

O REOT integra, ainda, um capítulo de descrição do novo contexto legal e estratégico que subjaz à revisão do PDM, com destaque para o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015 e legislação associada).

Por fim, o REOT apresenta uma síntese dos principais fatores de mudança interna e externa que caracterizam o território municipal e que condicionam o processo de revisão do PDM e identifica os aspetos-chave do exercício de planeamento que agora se inicia, os quais constituirão a base para a definição dos termos de referência da revisão do PDM.

1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E ADMINISTRATIVO

Inserido na Região Centro de Portugal Continental (NUT II), Gouveia constitui um dos 15 concelhos que integram a Sub-região das Beiras e Serra da Estrela (NUT III), a par dos municípios de Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia e Trancoso.

Com uma área de cerca de 300 km², o território de Gouveia é limitado, a norte, pelos concelhos de Mangualde (Sub-região de Viseu Dão-Lafões) e Fornos de Algodres, a sul por Manteigas e Seia, a este por Celorico da Beira e Guarda e a oeste por Seia (Figura 1).

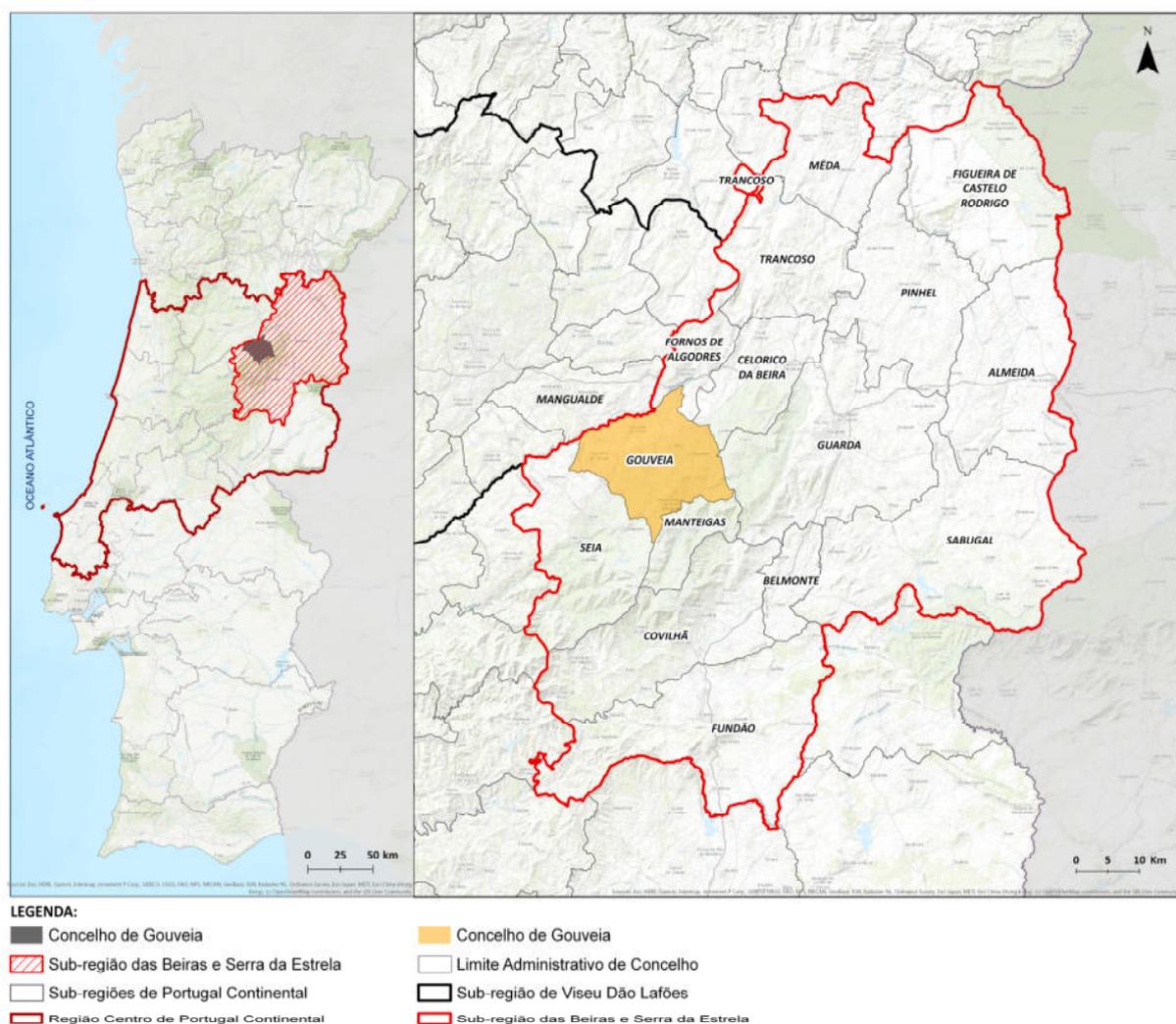


Figura 1. Enquadramento administrativo do concelho de Gouveia
(Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

De referir que, até 2014, Gouveia pertencia, para fins estatísticos, à Sub-região da Serra da Estrela, constituída por apenas três municípios: Fornos de Algodres, Gouveia e Seia.

A nova organização das regiões portuguesas para fins estatísticos, instituída pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014 da Comissão Europeia, de 8 de agosto de 2014, compreendeu alterações na Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUT) de nível III que passam a ter limites territoriais, no Continente, coincidentes com os limites das Entidades Intermunicipais definidos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta nova divisão regional (NUTS 2013), aplicada pelo Sistema Estatístico Nacional e Europeu desde 1 de janeiro de 2015, implicou a união da unidade NUT III a que Gouveia pertence a outras duas unidades sub-regionais, bem como a consequente inclusão de mais 12 municípios — Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso, integrados na antiga Sub-região da Beira Interior Norte, bem como Belmonte, Covilhã e Fundão, pertencentes à antiga Sub-região da Cova da Beira —, passando a ser designada por Beiras e Serra da Estrela (BSE), a unidade supramunicipal de referência a considerar no âmbito do presente relatório.

Refira-se, igualmente, que, em resultado da Reorganização Administrativa do Território das Freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, alterada pela Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março), 12 das 22 freguesias de Gouveia encontram-se atualmente agregadas em seis uniões de freguesias (UF), mantendo-se as restantes 10 como freguesias não agregadas, de acordo com o constante na Tabela 1.

Neste contexto administrativo, no âmbito do presente estudo, a abordagem às diferentes freguesias do concelho de Gouveia será sempre feita de acordo com a forma de agregação atualmente em vigor.

Tabela 1. Reorganização administrativa das freguesias do concelho de Gouveia
(Fonte: Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro)

ORGANIZAÇÃO ANTERIOR	ORGANIZAÇÃO ATUAL	SEDE	ÁREA	
			Hectares	%
Arcozelo	Arcozelo	Arcozelo	2.402,4	8,0
Cativelos	Cativelos	Cativelos	1.410,7	4,7
Folgosinho	Folgosinho	Folgosinho	5.169,4	17,2
Nespereira	Nespereira	Nespereira	538,5	1,8
Paços da Serra	Paços da Serra	Paços da Serra	1.039,6	3,5
Ribamondego	Ribamondego	Ribamondego	755,4	2,5
São Paio	São Paio	São Paio	1.557,4	5,2
Aldeias Mangualde da Serra	União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra	Aldeias	3.754,6	12,5
Figueiró da Serra Freixo da Serra	União das Freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	Figueiró da Serra	1.273,0	4,2
Gouveia (São Pedro) Gouveia (São Julião)	União das Freguesias de Gouveia (São Pedro e São Julião)	Gouveia (São Pedro)	3.545,6	11,8
Melo Nabais	União das Freguesias de Melo e Nabais	Melo	1.444,7	4,8
Moimenta da Serra Vinhó	União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó	Moimenta da Serra	1.432,4	4,8
Rio Torto Lagarinhos	União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos	Rio Torto	1.934,8	6,4
Vila Cortês da Serra	Vila Cortês da Serra	Vila Cortês da Serra	1.106,3	3,7
Vila Franca da Serra	Vila Franca da Serra	Vila Franca da Serra	1.101,2	3,7
Vila Nova de Tazem	Vila Nova de Tazem	Vila Nova de Tazem	1.595,4	5,3
			30.061,2	

2. INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO MUNICIPAL

Como determina o artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, este documento constitui um balanço da execução dos programas e planos territoriais, identificando os principais fatores de evolução do município. Como tal, centra-se na análise e avaliação da implementação dos planos territoriais em vigor no concelho de Gouveia – o Plano Diretor Municipal (PDM) de Gouveia e o Plano de Urbanização (PU) de Gouveia.

No presente capítulo é feita a apresentação e descrição do Plano Diretor Municipal (PDM) de Gouveia em vigor, procedendo-se à análise dos elementos que o constituem, colocando o enfoque nas propostas de ordenamento veiculadas na Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes, bem como na estratégia preconizada por este plano territorial.

Procede-se, igualmente, à apresentação do Plano de Urbanização (PU) de Gouveia, instrumento de planeamento municipal que concretiza as disposições constantes no PDM para o aglomerado urbano correspondente à cidade de Gouveia, com destaque para os objetivos essenciais da proposta e respetivo programa de intervenção.

2.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GOUVEIA

O PDM em vigor no concelho de Gouveia data de 18 de outubro de 1995, tendo sofrido as alterações que constam na Tabela 2:

Tabela 2. Plano Diretor Municipal de Gouveia

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE GOUVEIA		
Suspensão Parcial	RCM N.º 35/2011	Diário da República, 1.ª Série — N.º 157 — 17 de agosto de 2011
1.ª Alteração	Declaração n.º 73/2006	Diário da República, 2.ª Série — N.º 90 — 10 de maio de 2006
1.ª Publicação	RCM n.º 108/95	Diário da República, 1.ª Série B — N.º 241 — 18 de outubro de 1995

Após a primeira publicação do PDM em 1995, procede-se à sua alteração em maio de 2006, decorrente da aplicação do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de junho. Trata-se de uma alteração sujeita a regime simplificado, que incide apenas no n.º 2 do artigo 52.º do Regulamento, respeitante à “Edificabilidade nos espaços

urbanos”, mais concretamente a consideração de operações de loteamento como definição obrigatória no emparcelamento de propriedades.

Posteriormente, em agosto de 2011, procede-se à suspensão parcial do PDM nas áreas do concelho de Gouveia afetas à implantação do aproveitamento hidroelétrico de Girabolhos, localizado em espaços com uma utilização incompatível com os usos pretendidos. Desta forma, as disposições do Regulamento do PDM de Gouveia aplicáveis nas áreas classificadas como “Áreas Agro-silvo-pastoris” (artigos 61.º, 62.º, 63.º, 64.º, 65.º, 66.º e 67.º) e “Espaços Culturais” (n.º 2 do artigo 73.º e artigo 74.º) foram suspensas, pelo prazo de dois anos, passando estas áreas a estar sujeitas a medidas preventivas.

2.1.1. COMPOSIÇÃO

O PDM de Gouveia é constituído pelos seguintes elementos:

REGULAMENTO

Elemento normativo que estabelece as regras e parâmetros aplicáveis à ocupação, uso e transformação do solo, vinculando as entidades públicas, privadas ou cooperativas.

PLANTA DE ORDENAMENTO, à escala 1:25.000

Representa o modelo de organização espacial do território municipal, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos e, ainda, a delimitação das zonas de proteção e de salvaguarda dos recursos e valores naturais.

PLANTA DE CONDICIONANTES, à escala 1:25.000

Identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

O PDM de Gouveia é, ainda, acompanhado pelos elementos constantes na Tabela 3.

Tabela 3. Elementos que acompanham o PDM de Gouveia
(Fonte: DGT, 2018)

PEÇAS ESCRITAS	PEÇAS DESENHADAS		
	DESIGNAÇÃO	ESCALA	DATA
RELATÓRIO com a síntese do diagnóstico, a estratégia geral, as medidas genéricas e as ações propostas			
Anexo 1 - Perímetros Urbanos	Delimitação do Perímetro Urbano	1:10.000	?
	Perímetros Urbanos de Freguesias	1:2.600 a 1:10.000	1991
	Zonas Antigas	1:2.500 a 1:3.560	04-1994
ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO			
1. ENQUADRAMENTO REGIONAL	Planta de Enquadramento	1:250.000	04-1994
1.1 Inserção Administrativa	-	-	-
1.2 Envolve Natural	-	-	-
1.3 Enquadramento pelas intenções de investimentos da Administração Central (PIDAC, 1992)	-	-	-
2. POPULAÇÃO E POVOAMENTO	-	-	-
3. POPULAÇÃO E EMPREGO	-	-	-
3.1 Evolução da População Ativa	-	-	-
3.2 Níveis de Atividade	-	-	-
3.3 Padrão de Mobilidade e da População Ativa	-	-	-
4. ATIVIDADES ECONÓMICAS	-	-	-
4.1 Agricultura e Pecuária	-	-	-
4.2 Indústria Extrativa	-	-	-
4.3 Indústria Transformadora	-	-	-
4.4 Turismo	-	-	-
4.5 Comércio e Serviços	-	-	-
5. POPULAÇÃO E ATIVIDADES ECONÓMICAS	-	-	-
5.1 Evolução Previsional da População Ativa residente no concelho	-	-	-
5.2 Evolução Previsional do Emprego	-	-	-
5.3 Análise do Equilíbrio Global: número de postos de trabalho a criar	-	-	-
5.4 Modelo de Articulação da População e das Atividades Económicas	-	-	-
Anexo Metodológico	-	-	-
6. RECURSOS NATURAIS E PAISAGEM	-	-	-
6.1 Climatologia e Fisiografia	Carta Topográfica	1:25.000	1991
	Carta da Rede Hidrográfica	1:25.000	05-1994
	Carta de Declives	1:25.000	1991
	Carta de Exposições	1:25.000	1991
6.2 Hidrologia	-	-	-
6.3 Geologia	Carta de Acidentes Tectónicos, Litologias e Concessões Mineiras	1:50.000	04-1991
6.4 Reserva Agrícola Nacional (RAN)	Carta da RAN	1:25.000	1992
6.5 Reserva Ecológica Nacional (REN)	Carta da REN	1:25.000	?

PEÇAS ESCRITAS	PEÇAS DESENHADAS		
	DESIGNAÇÃO	ESCALA	DATA
6.6 Domínio Florestal	Carta de Condicionantes Florestais	1:25.000	11-1992
7. AGLOMERADOS URBANOS	-	-	-
7.1 Aglomerados Urbanos	Carta de Aglomerados Urbanos	1:25.000	?
7.2 Fichas de Caracterização	-	-	-
	Carta de Infraestruturas de Saneamento Básico	1:2.680 a 1:10.000	1991
	Carta da Rede de Águas	1:2.840	1991
	Carta da Rede de Esgotos	1:2.840	1991
7.3 Infraestruturas	Carta da Rede de AT/MT	1:100.000	1994
	Carta da Rede de Baixa e Alta tensão	1:25.000	1989
	Carta da Rede Telefónica (traçado dos cabos)	1:25.000	?
7.4 Caracterização do Parque Habitacional	-	-	-
7.5 Equipamentos Coletivos	-	-	-
7.6 Património Cultural	-	-	-
8. ACESSIBILIDADE	-	-	-
	Carta da Rede Viária do Concelho de Gouveia	1:25.000	?
8.1 Rede Viária	Cartas de Estradas	1:25.000	?
8.2 Mobilidade e Motorização	-	-	-
8.3 Transportes	-	-	-
	Carta da Estrutura e Frequência das Ligações em Transporte Público	1:100.000	05-1991
8.4 Acessibilidade à sede concelhia por transporte individual	Mapa de Acessibilidades - Transportes Públicos Rodoviários	1:25.000	05-1991
	Mapa de Acessibilidades - Automóveis	1:25.000	05-1991
Anexo. Fichas de Caracterização	-	-	-
9. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	-	-	-
9.1 Características genéricas	-	-	-
9.2 População	-	-	-
9.3 Emprego	-	-	-
9.4 Habitação	-	-	-
9.5 Equipamentos	-	-	-
9.6 Infraestruturas	-	-	-
9.7 Rede Viária e Transportes	-	-	-
9.8 Aglomerados Urbanos	-	-	-
10. ANÁLISE FINANCEIRO	-	-	-
10.1 Introdução	-	-	-
10.2 Investimento Municipal	-	-	-
10.3 Investimento por Domínio	-	-	-
10.4 Evolução dos Resultados Líquidos	-	-	-

PLANTA DE ORDENAMENTO

A definição do modelo de ordenamento do território do Município de Gouveia resulta, fundamentalmente, da consideração de cinco componentes base: orografia, aspetos demográficos, divisão administrativa, acessibilidade e centralidade de comércio e serviços.

Em termos de usos dominantes do solo, o modelo de organização espacial do território municipal surge representado na Planta de Ordenamento, que constitui a expressão gráfica das disposições constantes no Regulamento (Figura 2).

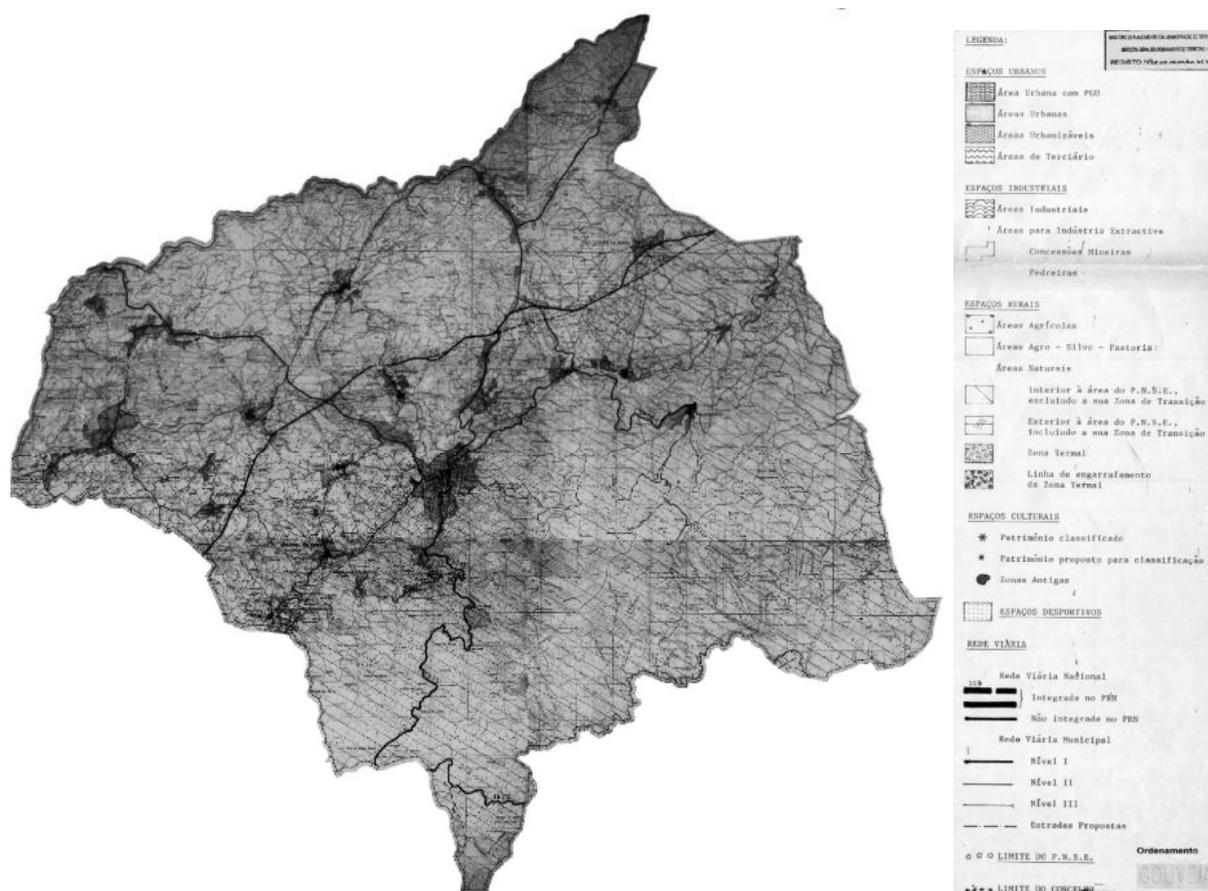


Figura 2. Planta de Ordenamento do PDM de Gouveia (1995)
(Fonte: DGT)

As grandes classes de espaço consideradas no PDM de Gouveia são as seguintes:

ESPAÇOS URBANOS

- **Área Urbana com Plano Geral de Urbanização (PGU):** corresponde exatamente ao limite urbano do PGU da cidade de Gouveia, onde imperam as regras e índices de ocupação e edificabilidade indicadas neste Plano.

- **Áreas Urbanas:** resultam da delimitação dos perímetros urbanos de todos os aglomerados do concelho e são caracterizados por possuírem uma ocupação do solo do tipo predominantemente habitacional, de equipamento coletivo e serviços e com uma densidade populacional minimamente consentânea com o seu estatuto de área urbana.
- **Áreas Urbanizáveis:** contíguas às áreas urbanas, correspondem a espaços sem ocupação atual, assumidas como zonas de expansão urbana.
- **Áreas de Terciário:** apresentam como uso preferencial a localização de atividades comerciais e de serviços.

ESPAÇOS INDUSTRIAIS

- **Áreas Industriais:** abrangem a “Zona Industrial de Gouveia” localizada no eixo Gouveia - EN 17, bem como manchas de expansão que lhe são imediatamente contíguas ou próximas.
- **Áreas para Indústria Extrativa:** não representam a intenção de salvaguarda do solo para este uso específico, mas antes constata a sua utilização através da definição dos limites das Concessões Mineiras legais, bem como das Pedreiras em laboração, pelo que surgem apenas na Carta de Condicionantes.

ESPAÇOS RURAIS

- **Áreas Agrícolas:** constituídas pelos solos mais adequados às atividades agrícolas, tendo como objetivo a preservação da estrutura da produção agrícola e do coberto vegetal. Consubstanciam-se nas áreas de Reserva Agrícola Nacional (RAN).
- **Áreas Agro-Silvo-Pastoris:** áreas com uso múltiplo, podendo ter uma utilização agrícola (apesar de se encontrarem fora da RAN), silvícola e de exploração da pastorícia.
- **Áreas Naturais:** correspondem aos seguintes espaços:

Interior à área do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), excluindo a sua zona de transição: áreas condicionadas ao zonamento e utilização regulamentada pelo Plano de Ordenamento do PNSE (POPNSE), excluindo a mancha classificada no zonamento do POPNSE como Área de Transição (área sob a “jurisdição” do PDM, mas sujeita a parecer do PNSE).

Exterior à área do PNSE, incluindo a sua zona de transição: corresponde à Reserva Ecológica Nacional (REN) implantada no concelho, fora da Área Natural referida anteriormente.

Zona Termal: mancha, englobada na área do PNSE, destinada à construção de um complexo termal.

Linha de engarrafamento da Zona Termal: mancha, englobada na área do PNSE, destinada à implantação da linha de engarrafamento do Complexo Termal.

ESPAÇOS DESPORTIVOS

Áreas destinadas exclusivamente à implantação de equipamentos desportivos e respetivas construções de apoio.

ESPAÇOS CULTURAIS

- **Património Classificado**, sendo condicionada a intervenção nas respetivas zonas de proteção.
- **Património proposto para classificação.**
- **Zonas Antigas** a preservar em alguns aglomerados urbanos.

Identificadas as grandes classes de espaço consideradas no PDM, interessa analisar a respetiva incidência territorial, que se apresenta na Tabela 4:

Tabela 4. Classes de espaço consideradas no PDM de Gouveia
(Fonte: DGT, 2018)

CLASSES DE ESPAÇO	HECTARES	%
ESPAÇOS URBANOS	1.271,0	4,2
Área Urbana com Plano Geral de Urbanização	216,3	0,7
Áreas Urbanas	803,8	2,7
Áreas Urbanizáveis	216,3	0,7
Áreas de Terciário	34,6	0,1
ESPAÇOS INDUSTRIAIS	49,5	0,2
ESPAÇOS RURAIS	28.713,5	95,5
Áreas Agrícolas	1.971,0	6,6
Áreas Agro-Silvo-Pastoris	9.904,8	32,9
Áreas Naturais	16.837,7	56,0
Interior à área do PNSE, excluindo a sua Zona de Transição	14.585,0	48,5
Exterior à área do PNSE, incluindo a sua Zona de Transição	2.213,6	7,4
Zona Termal	37,1	0,1
Linha de engarrafamento da Zona Termal	2,0	0,0
ESPAÇOS DESPORTIVOS	27,2	0,1
TOTAL	30.061,2	

A leitura da Tabela 4 permite averiguar, no modelo de ordenamento municipal, o evidente domínio dos Espaços Rurais (95,5 %), maioritariamente distribuído em Áreas Naturais (56,0 %), seguindo-se as Áreas Agro-Silvo-Pastoris (32,9%) e as Áreas Agrícolas (6,6 %). Os Espaços Urbanos correspondem a somente 4,2% do território, distribuindo-se pelas Áreas Urbanas com e sem PGU (3,4 %), as Áreas Urbanizáveis (0,7 %) e as Áreas de Terciário (0,1%). Finalmente, os Espaços Industriais e os Espaços

Desportivos apresentam uma distribuição residual, correspondendo a cerca de 0,2 % e 0,1 %, respetivamente, do território.

Para além de todas as classes de espaço referidas anteriormente, a Planta de Ordenamento do PDM de Gouveia inclui, ainda, a Rede Viária existente e proposta hierarquizada de acordo com a seguinte estrutura:

REDE VIÁRIA NACIONAL

- Estradas incluídas no Plano Rodoviário Nacional (PRN)
- Estradas não incluídas no PRN

REDE VIÁRIA MUNICIPAL

- Nível I
- Nível II
- Nível III
- Estradas Propostas

PLANTA DE CONDICIONANTES

A Planta de Condicionantes identifica as servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública que constituem limitações ou impedimentos ao uso do solo, surgindo definidas no Regulamento do PDM.

A Planta de Condicionantes do PDM de Gouveia encontra-se subdividida em duas cartas com informação complementada. Em ambas se inclui informação de base que compreende:

- Estradas Nacionais subdivididas em três classes (1.ª, 2.ª e 3.ª)
- Estradas e Caminhos Municipais
- Limite do Concelho
- Altimetria (curvas de nível mestras)
- Áreas ou perímetros urbanos

Na primeira carta (Figura 3) surgem representadas as seguintes condicionantes (que constituem as maiores manchas em termos de área):

- RAN
- REN
- Limite do PNSE (cerca de 65,0% da área do concelho encontra-se inserida no PNSE)

- Leito de curso de água
- Perímetros florestais (totalmente incluídos na área do PNSE)
- Falhas geológicas (representação linear)

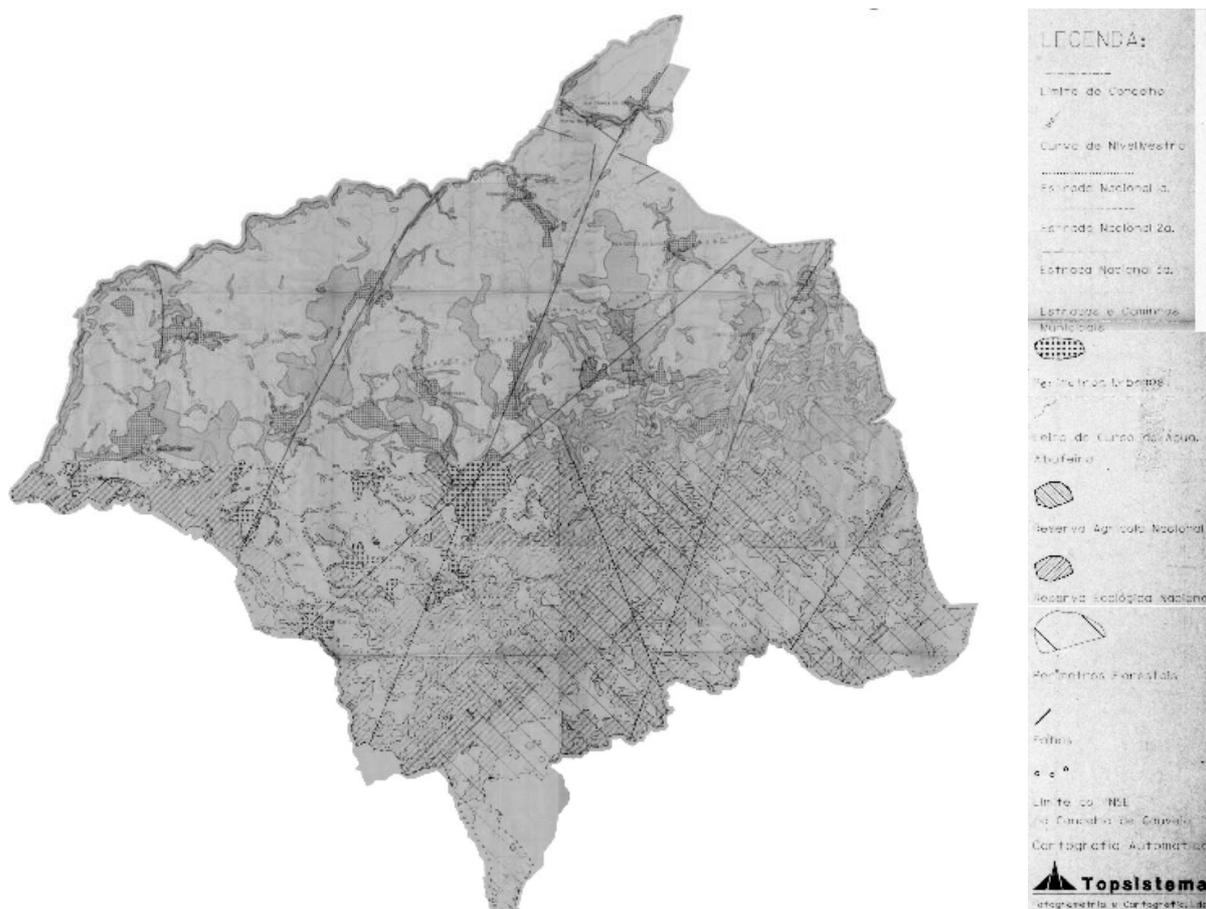


Figura 3. Planta de Condicionantes 1 do PDM de Gouveia (1995)
(Fonte: DGT)

Por sua vez, a Tabela 5 discrimina a percentagem de solo ocupado pela REN e pela RAN no concelho de Gouveia.

Tabela 5. Solo ocupado pela REN e RAN (1995)
(Fonte: PDM de Gouveia, 1995)

CATEGORIAS DE ESPAÇO	HECTARES	%
RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)	10.966,5	36,5
RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN)	1.971,0	6,6
TOTAL	12.937,5	43,1

Na segunda carta (Figura 4) representam-se as seguintes condicionantes:

- Rede elétrica de média e alta tensão
- Sistemas de saneamento básico:
 - Tubagens adutoras com funcionamento em bombagem
 - Equipamento de tratamento de efluentes (fossas sépticas e ETAR's)
 - Conduatas principais de distribuição e adutoras em gravidade
 - Reservatórios
 - Estações elevatórias
- Concessões mineiras / Pedreiras
- Domínio Público Hídrico:
 - Leitos dos cursos de água
 - Albufeiras
 - Captações subterrâneas
- Captação termal e respetiva Zona Alargada de Proteção
- Património Classificado:
 - Monumentos Nacionais
 - Imóveis de Interesse Público
- Marcos geodésicos
- Áreas de risco de incêndio (sensível e muito sensível)

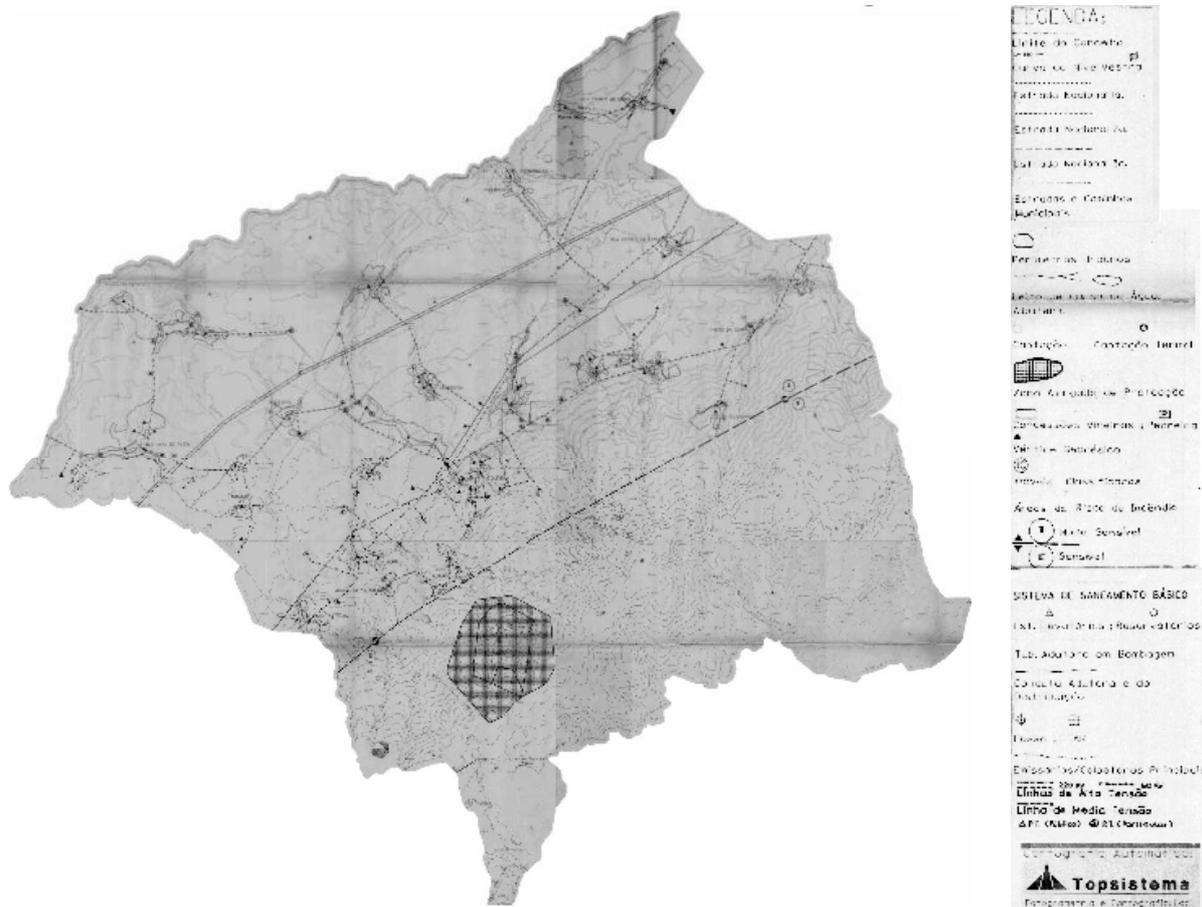


Figura 4. Planta de Condicionantes 2 do PDM de Gouveia (1995)
(Fonte: DGT)

2.1.2. ESTRATÉGIA

A Estratégia Geral preconizada no PDM de Gouveia assenta na definição de Objetivos Genéricos associados a parâmetros relacionados com o Uso do Solo (Paisagem, Acessibilidade e Procura de Solo Urbano) e o Fomento Económico (Agricultura e Silvicultura, Indústria e Turismo). A estratégia definida pelo PDM para cada um destes parâmetros encontra-se descrita na Tabela 6.

Tabela 6. Estratégia Geral preconizada pelo PDM de Gouveia (1995)
(Fonte: Relatório do PDM de Gouveia, 1995)

TEMÁTICAS	ESTRATÉGIA / OBJETIVOS GENÉRICOS
USO DO SOLO	
PAISAGEM	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar as características paisagísticas do concelho respeitando o solo agrícola, as áreas naturais incluídas ou não no PNSE, os perímetros florestais, bem como o enquadramento paisagístico de conjuntos edificados com interesse do ponto de vista do património histórico cultural, quer em núcleos principais dentro de zonas urbanas, quer em situações isoladas rurais. ▪ Incentivar a revitalização do complexo florestal, atendendo à boa aptidão silvícola dos solos, nomeadamente na sua função de proteção dos recursos hídricos e defesa contra a erosão, em conjugação com o interesse de exploração industrial. ▪ Evitar a dispersão incoerente da construção. ▪ Aproveitar os recursos hídricos e espaços de vocação natural nas suas componentes de desporto e lazer.
ACESSIBILIDADE	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar, genericamente, as condições de acessibilidade nos casos seguintes: <ul style="list-style-type: none"> • Gouveia, sede concelhia, polo principal de equipamentos e centro terciário, cadastrando os estrangulamentos, principalmente nas EN 330 e EN 330-1 (com projeto de beneficiação); • Vila Nova de Tazem, por razões idênticas, por forma a que disponha das condições viárias exigíveis a um segundo polo administrativo e terciário; • Aglomerados em condições de fraca acessibilidade à sede concelhia como sejam os da zona nascente do concelho entre Nabais e Figueiró da Serra, incluindo Folgosinho, ou Mangualde da Serra (povoação quase isolada na encosta da Serra); • Aglomerado de Paços da Serra, com necessidade de uma ligação viária de qualidade ao eixo principal (EN 17), por forma não apenas a servir a povoação como a dar continuidade “qualitativa” do eixo regional constituído pela EM 522. ▪ Garantir uma boa ligação entre os dois polos concelhios. ▪ Maximizar a capacidade de penetração no concelho, através dos eixos viários regionais principais, nomeadamente através das ligações ao IP5 – EN 232 (prioritária), EN 17 e EN 330. ▪ Assegurar um acesso à zona nascente despovoada do concelho (zona da Serra a nascente e sul de Folgosinho), por forma a tirar partido de todo o potencial paisagístico-turístico bem patente nesta

TEMÁTICAS	ESTRATÉGIA / OBJETIVOS GENÉRICOS
	<p>área. Possível ligação ao concelho da Guarda (Folgosinho - Videmonte) e estrada florestal de ligação ao concelho de Manteigas pelos “Casais” de Folgosinho.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar níveis aceitáveis de mobilidade intermunicipal e regional. ▪ Estabelecer regras que garantam boas condições de implantação de atividades recreativas, turísticas e outras, na perspetiva de manutenção dos valores concelhios e do planeamento estratégico do Município.
<p>PROCURA DE SOLO URBANO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a concentração da oferta de solo urbano ou urbanizável que responda às pressões da procura de habitação, de acordo com critérios definidos para a delimitação dos perímetros urbanos. ▪ Identificar os perímetros urbanos que constituem prioridade na localização de investimentos públicos, infraestruturas e, principalmente, equipamentos, potenciando a tendência de concentração da população nos aglomerados de hierarquização superior. ▪ Projetar perímetros urbanos com uma boa capacidade de acolhimento e níveis elevados de conforto, capazes de atrair intenções de investimento
<p>FOMENTO ECONÓMICO</p>	
<p>AGRICULTURA E SILVIVULTURA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Defender os recursos agrícolas e florestais através de: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proteção das áreas vocacionadas para o desenvolvimento destas atividades; ▪ Controlo da construção nestas zonas por forma a salvaguardar os solos de maior potencial; ▪ Apoio à reflorestação das áreas ardidas com as espécies florestais autóctones. ▪ Minimizar as diferenças de oportunidades para a família residente em meio rural, através da melhoria de acessibilidades, facilitando o acesso a bens e serviços básicos e aos equipamentos coletivos de ensino e saúde. ▪ Apoiar investimentos que apostem em produtos regionais que se imponham pela qualidade e diferença. ▪ Garantir o escoamento de produtos agrícolas (porventura através de entidades cooperativas de receção, embalagem e distribuição).
<p>INDÚSTRIA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir áreas destinadas a uso industrial, nomeadamente através: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sua identificação e delimitação na Planta de Ordenamento; ▪ Regulamentação no que respeita ao impacto ambiental das atividades a instalar. ▪ Permitir a localização de unidades fabris fora dos perímetros industriais, obedecendo aos requisitos expressos pelo regulamento.

TEMÁTICAS	ESTRATÉGIA / OBJETIVOS GENÉRICOS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar ações de apoio municipal, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferta de solo industrial infraestruturado de baixo custo; ▪ Apoios diversos ao investimento, tendo como critério os postos de trabalho a criar por novas iniciativas; ▪ Criação de apoio informativo à atividade empresarial (porventura através da criação de um gabinete técnico de agentes de desenvolvimento).
<p style="text-align: center;">TURISMO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potenciar o enquadramento do turismo de habitação, turismo rural de qualidade, em harmonia com o meio ambiente (natural e construído), bem como dotar o concelho de Gouveia do apoio logístico (equipamentos coletivos) necessário à atividade turística. Aqui se enquadram a recuperação e valorização do património edificado como forma de obviar às necessidades crescentes do alojamento. ▪ Reforçar as medidas genéricas de proteção do património natural e edificado e valorizar alguns núcleos edificados característicos (Melo, Folgoso, Freixo da Serra, Moimenta da Serra e Rio Torto). Salvar as zonas antigas dos núcleos urbanos através de programas de reabilitação urbana e elaboração de planos de pormenor. ▪ Incentivar a criação de unidades de comércio e serviços no espaço concelhio, contribuindo para uma melhor adequação da oferta ao que se admite poder vir a ser a procura. ▪ Promover e divulgar a imagem do concelho através de ações diversas, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinamização dos núcleos museológicos existentes e criação de novos; ▪ Criação de itinerários turísticos; ▪ Publicação de guias informativos; ▪ Apoio às tradicionais feiras, festas e romarias; ▪ Promoção da animação cultural e recreativa. ▪ Incrementar a pesca e a caça como atividades de lazer. ▪ Incentivar investimentos em equipamentos turísticos de qualidade, tomando como exemplos de ações a possível recuperação do convento de São Francisco (eventual pousada), e construção do complexo turístico com apoio de ténis e golf. ▪ Apoiar a instalação de um centro hípico. ▪ Apoiar, em termos institucionais e de ordenamento (inclusão na Planta de Ordenamento), o complexo termal das Corgas Largas. ▪ Concluir o Parque de Campismo do Vale do Rossim.

Relativamente às Medidas Genéricas relacionadas com a Estratégia Geral definida pelo Município de Gouveia e descrita anteriormente, as ações propostas, por cada unidade temática, discriminam-se na Tabela 7.

Tabela 7. Medidas Genéricas definidas pelo PDM de Gouveia (1995)

(Fonte: Relatório do PDM de Gouveia, 1995)

TEMÁTICAS	MEDIDAS GENÉRICAS
<p>PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM E DOS RECURSOS NATURAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de um sistema de reflorestação com os seguintes objetivos: <ul style="list-style-type: none"> • Preservação das espécies florestais autóctones; • Incentivo e ação municipal na revitalização do complexo florestal atendendo à boa aptidão silvícola dos solos tendo em conta a sua função de proteção dos recursos hídricos e defesa contra a erosão (prevalecendo sobre os interesses comerciais que também não podem ser descurados); • Construção de pequenas barragens ou açudes para retenção de águas pluviais; • Proteção das manchas florestais com aceiros e/ou faixas vegetais diferenciadas, recorrendo a zonas tampão com castanheiro e carvalho; • Apoio ao investimento em viveiros florestais. ▪ Criação ou manutenção de espaços de lazer específicos que garantam a ocupação e serviço necessário às atividades turísticas e de lazer. São exemplos os parques de campismo — Curral do Negro e Vale do Rossim (em execução) — e pequenas áreas de apoio, nomeadamente parques de merendas devidamente dimensionados e infraestruturados.
<p>ACESSOS E INFRAESTRUTURAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria da acessibilidade de áreas e povoações concelhias, ou mesmo do concelho em termos regionais: <ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da acessibilidade aos dois polos de planeamento concelhio (Gouveia e Vila Nova de Tazem), garantindo, paralelamente, uma boa ligação entre ambos; • Melhoria da acessibilidade dos aglomerados pior servidos em termos viários, nomeadamente os da zona nascente do concelho, Mangualde da Serra e Aldeias e, secundariamente, Paços da Serra; • Beneficiação geral de vias, tendo em conta as prioridades relativas a estrangulamentos caracterizados e vias de acesso a aglomerados de pior acessibilidade; • Construção de novas estradas integradas na rede municipal (para os diferentes níveis definidos), tendo

TEMÁTICAS	MEDIDAS GENÉRICAS
	<p>particular relevância as estradas variantes de Gouveia, Moimenta da Serra e a ligação da povoação de Paços da Serra à EN 17;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Beneficiação e pavimentação das estradas florestais discriminadas na hierarquização da rede viária relativas à zona nascente do concelho, em plena encosta da Serra, pelo seu interesse eminentemente turístico; ▪ Implementação de bons acessos regionais, como sejam a definitiva construção do IC 6 e, fundamentalmente, a transformação da EN 232 entre Gouveia e Mangualde em Estrada Nacional, constituindo uma importante ligação do concelho ao IP 5. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento e melhoria do nível de infraestruturização do concelho: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação de um sistema integrado de captação, reserva, adução e distribuição de água ao concelho, incluindo a construção de uma barragem de grande porte e de todo o conjunto de adutores e equipamentos necessários para completar a rede nas ligações aos sistemas existentes; ▪ Construção de redes de saneamento de águas residuais parciais ou complementares, para algumas povoações, localizando-se o maior esforço em Gouveia e Vila Nova de Tazem; ▪ Construção de novas fossas sépticas, equipamentos a complementar redes existentes ou a substituir fossas já sem eficácia; ▪ Construção de quatro Estações de Tratamento de Águas Residuais para esgotos domésticos e uma quinta para serviço da área industrial; ▪ Conceção e implementação de um sistema eficaz de tratamento dos resíduos sólidos e, paralelamente, reforço do sistema de recolha e transporte, o que implica investimento em equipamento. ▪ Conceção de regras que garantam boas condições de implementação de promoções recreativas (turísticas e outras), na perspetiva da manutenção dos valores concelhios e do planeamento estratégico municipal.
<p>HIERARQUIA DOS CENTROS URBANOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição de seis níveis hierárquicos dos aglomerados urbanos do concelho. Esta hierarquização será a base para a definição das necessidades de infraestruturas e equipamentos coletivos para cada um dos níveis estabelecidos, designadamente os seguintes:

TEMÁTICAS	MEDIDAS GENÉRICAS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nível I – Gouveia ▪ Nível II – Vila Nova de Tazem ▪ Nível III – Arcozelo da Serra, São paio, Nespereira, Moimenta da Serra, Cativelos e Paços da Serra e Vinhó ▪ Nível IV – Rio Torto, Folgoso, Tazem, Lagarinhos, Melo, Aldeias, Nabais e Figueiró da Serra ▪ Nível V – Vila Cortes da Serra, Vila Franca da Serra, Ribamondegó, Nabainhos, Mangualde da Serra, Passarela, Póvoa da Rainha e Freixo da Serra ▪ Nível VI – Ponte Nova e Novelães
<p>PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO CULTURAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de medidas que estimulem a conservação e reabilitação do património histórico-cultural com interesse no concelho de Gouveia, associando-lhes apoios municipais. ▪ Apresentação de propostas de classificação de sítios arqueológicos e imóveis de interesse público e concelhio. ▪ Estudo e delimitação do património edificado nos núcleos antigos das zonas urbanas com vista à elaboração de planos de salvaguarda e proteção, com prioridade para as zonas antigas das seguintes povoações: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Arcozelo da Serra; ▪ Folgoso; ▪ Melo; ▪ Moimenta da Serra; ▪ Nespereira; ▪ Paços da Serra; ▪ Rio Torto; ▪ Vinhó.
<p>OFERTA DE SOLO URBANO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilização de solo urbano ou para utilizações afins (equipamentos desportivos) nas áreas urbanas limitadas pelos perímetros definidos para os diferentes aglomerados.
<p>URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diferenciação do espaço municipal através dos regimes de cedência e edificabilidade, por forma a tornar mais atrativas as operações de loteamento e construção em áreas já infraestruturadas e equipadas ou com previsão municipal destes investimentos. ▪ Previsão de normas, índices, cêrceas e regras urbanas mínimas para quatro tipos de espaços concelhios: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantações interiores ao perímetro urbano correspondente ao PGU da cidade de Gouveia;

TEMÁTICAS	MEDIDAS GENÉRICAS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantações no perímetro urbano de Gouveia proposto pelo PDM, franjas exteriores à área do PGU; ▪ Implantações interiores ao perímetro urbano de Vila Nova de Tazem; ▪ Implantações interiores às dos perímetros urbanos dos restantes aglomerados. ▪ Flexibilização da edificabilidade fora das áreas urbanas, através da viabilização da construção em espaço Rural, desde que a implantação se localize em área Agro-Silvo-Pastoril e sejam verificadas as regras de transformação e uso do solo estabelecidas no Regulamento do PDM para o efeito, com exceção das áreas Naturais dependentes do PNSE, dentro do Espaço Rural.
<p>LOCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reserva de espaço vocacionado para a implantação de espaços industriais, nomeadamente através da regularização da zona industrial existente, já dotada de infraestruturas específicas, bem como da delimitação de novas zonas de expansão industrial, a dotar das infraestruturas necessárias e a sujeitar a Planos de Pormenor. ▪ Definição de regras para a flexibilização na localização de equipamentos industriais em áreas rurais e nos espaços urbanos. ▪ Desenvolvimento do setor terciário através da sua regularização e mobilização de novas áreas, nomeadamente no que respeita a comércios e serviços de grande superfície. ▪ Flexibilização das condições do processo de transformação do uso do solo no âmbito do Turismo em espaço rural não condicionado.

Em termos de gestão municipal, a estratégia proposta pelo PDM assenta na seletividade dos investimentos municipais tomando em consideração a consolidação do sistema hierárquico urbano existente, a acessibilidade que lhe dá suporte e as ligações extra concelhias. Desta forma, o foco da estratégia de gestão municipal privilegia as seguintes dimensões:

- Consolidação da centralidade do concelho na sua sede e reforço do segundo polo (Vila Nova de Tazem);
- Reforço da acessibilidade inter e infraconcelhia;
- Oferta de solo industrial em áreas com aptidão para o efeito;
- Desenvolvimento do turismo;
- Promoção da animação cultural e de lazer.

2.2. PLANO DE URBANIZAÇÃO

Eficaz desde 2008, o PU de Gouveia constitui a revisão do Plano Geral de Urbanização de Gouveia, publicado no Diário da República n.º 56, de 8 de março de 1989, que estabelece as metas programáticas para o espaço urbano e define as seguintes subcategorias de espaço:

- Zona Antiga (artigo 1.º)
- Zonas Urbanas Existentes (artigo 2.º)
- Áreas de Expansão Habitacional (artigo 3.º)
- Áreas de Reserva Habitacional (artigo 4.º)
- Áreas de Expansão Industrial (artigo 5.º)
- Áreas de Equipamentos (artigo 6.º)
- Áreas de Reserva de Equipamentos (artigo 7.º)
- Áreas de Verde Urbano (artigo 8.º)
- Áreas de Verde de Proteção (artigo 9.º)
- Áreas Florestadas ou a Florestar (artigo 10.º)
- Áreas Agrícolas (artigo 11.º)

Tendo como objetivo a consolidação do tecido urbano e a promoção da sua qualificação ambiental, o PU de Gouveia, publicado através do Aviso n.º 16107/2008, de 26 de maio, e alterado, por adaptação, através do Aviso n.º 10051/2011, de 3 de maio, engloba o aglomerado urbano constituído pelo núcleo da cidade de Gouveia, definido pelo seu perímetro urbano delimitado no PDM. O Plano abrange uma área com cerca de 374,6 hectares, que inclui as seguintes classes e categorias de espaços definidas no PDM em vigor:

- ESPAÇOS URBANOS E URBANIZÁVEIS:
 - Área Urbana com PGU
 - Áreas Urbanas
 - Áreas Urbanizáveis
 - Áreas de Terciário
- ESPAÇOS INDUSTRIAIS:
 - Áreas Industriais
- ESPAÇOS RURAIS:
 - Áreas Agrícolas
- RAN
- REN

2.2.1. COMPOSIÇÃO

Concretizando a proposta de ordenamento e gestão do território, o PU de Gouveia é constituído pelos seguintes elementos:

- **REGULAMENTO**

Elemento normativo que define a organização espacial da área objeto de intervenção, estabelecendo o regime de uso do solo através da sua classificação e qualificação, definindo o caracterizando-a, bem como a conceção geral da organização urbana e o zonamento para a localização das diversas funções urbanas.

- **PLANTA DE ZONAMENTO**, à escala 1:5.000

Representa a estrutura territorial e o regime de uso do solo da área de intervenção.

- **PLANTA DE CONDICIONANTES**, à escala 1:5.000

Identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

O PU de Gouveia é, ainda, acompanhado pelos seguintes elementos:

- Relatório fundamentado das soluções adotadas
- Programa de Execução e Plano de Financiamento
- Planta da Estrutura Ecológica e da Rede de Equipamentos de Utilização Coletiva
- Carta do Património
- Carta de Risco do Património
- Perfis Transversais Tipo Propostos
- Planta de Instalações Elétricas - Rede de Alta e Rede de Média Tensão
- Planta de Infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento
- Planta de Enquadramento
- Planta de Enquadramento Legal em Planos de Hierarquia Superior - PDM de Gouveia
- Planta da Situação Existente
- Planta de Compromissos Urbanísticos

PLANTA DE ZONAMENTO

Na Planta de Zonamento do PU de Gouveia (Figura 5) identificam-se as categorias e subcategorias de uso do Solo Urbano que a seguir se apresentam.

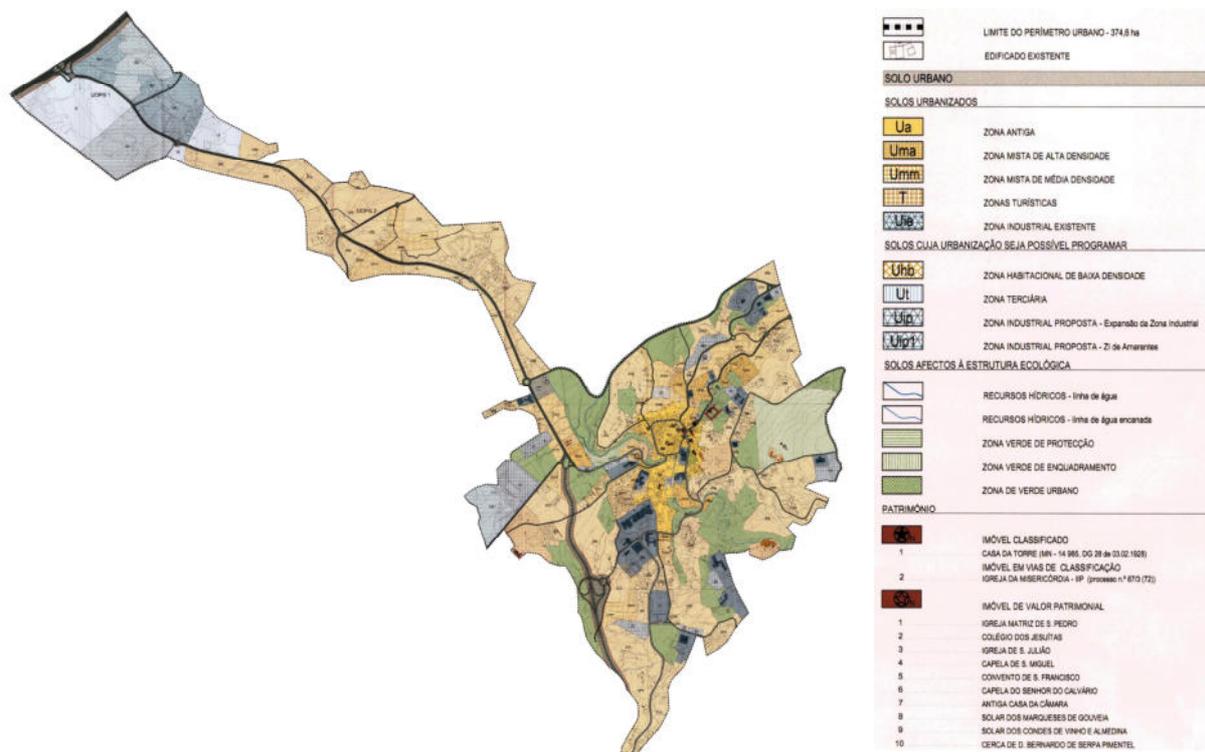


Figura 5. Planta de Zonamento do PU de Gouveia (2008)
(Fonte: SNIT, DGT)

SOLOS URBANIZADOS

- **Zona Antiga:** integra o núcleo consolidado de Gouveia constituído por um conjunto de espaços e edifícios de interesse arquitetónico, cultural e ambiental, cuja homogeneidade permite considerá-lo como representativo e cujas características gerais da malha urbana e o edificado importam recuperar e preservar.
- **Zona Mista de Alta Densidade:** constituída pelas áreas de expansão do núcleo consolidado de Gouveia e pelas áreas onde se pretendem promover novas centralidades, o fecho da malha urbana e o colmatar de espaços intersticiais vazios.
- **Zona Mista de Média Densidade:** constituída por áreas que, pela sua aptidão, se destinam à expansão habitacional e ao reforço da implantação de funções viárias.
- **Zonas Turísticas:** constituída por áreas que, pela sua aptidão turística, ficaram genericamente afetas a empreendimentos turísticos com interesse para o setor do turismo.
- **Zona Industrial Existente:** constituída por edifícios de carácter industrial, armazéns e oficinas.

SOLOS CUJA URBANIZAÇÃO SEJA POSSÍVEL PROGRAMAR

- **Zona Habitacional de Baixa Densidade:** constituída por áreas que, pela sua aptidão, ficaram genericamente afetas à expansão habitacional.

- **Zona Terciária:** destina-se, predominantemente, ao setor de atividades relacionadas com o comércio, serviços e equipamentos de apoio às atividades empresariais.
- **Zona Industrial Proposta:** área que tem como objetivo a concentração de edifícios de caráter industrial.

SOLOS AFETOS À ESTRUTURA ECOLÓGICA (ESTRUTURA VERDE)

- **Recursos Hídricos:** todas as linhas de água existentes na área de intervenção do Plano.
- **Zona Verde de Proteção:** inclui solos de natureza rural, as faixas de proteção à rede rodoviária e as áreas cuja topografia apresenta declives acentuados.
- **Zona Verde de Enquadramento:** integra a propriedade da Quinta da Cerca que, pelas suas características paisagísticas, deve ser mantida e salvaguardada.
- **Zona de Verde Urbano:** inclui os espaços livres, entendidos como espaços exteriores, enquadrados na estrutura verde urbana, que se prestam a uma utilização menos condicionada, a comportamentos espontâneos e a uma estada descontraída por parte da população. Englobam, nomeadamente, jardins, equipamentos desportivos a céu aberto e praças, com exclusão dos logradouros privados em moradias unifamiliares ou bifamiliares.

PATRIMÓNIO

- **Imóvel Classificado:** Casa da Torre (MN - 14 985, DG 28 de março de 1928).
- **Imóvel em Vias de Classificação:** Igreja da Misericórdia [IIP - processo n.º 87/3 (72)]
- **Imóveis de Valor Patrimonial** (por razões arquitetónicas, históricas e culturais):
 - Igreja Matriz de São Pedro
 - Colégio dos Jesuítas
 - Igreja de São Julião
 - Capela de São Miguel
 - Convento de São Francisco
 - Capela do Senhor do Calvário
 - Solar dos Marqueses de Gouveia
 - Antiga Casa da Câmara
 - Solar dos Condes de Vinho e Almedina
 - Cerca de D. Bernardo de Serpa Pimentel

EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA E SERVIÇOS PÚBLICOS

- **Equipamentos de Utilização Coletiva Existentes / Propostos:** espaços ou edificações indicados para a prestação de serviços de coletividade, nomeadamente no âmbito da saúde, educação,

assistência social, segurança, proteção civil, serviços de carácter económico, atividades culturais, desporto, recreio e lazer.

Na Planta de Zonamento do PU de Gouveia identificam-se, ainda, os seguintes elementos:

INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

- **Abastecimento de Água**
 - Depósito de Água (proposto)
 - Estação Elevatória (prevista)
- **Rede Elétrica**
 - Subestação elétrica (existente)

INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS E DE COMUNICAÇÃO

- **Rede Rodoviária Nacional - Rede Principal:**
 - Itinerário Complementar (IC 7)
 - Variante à EN 232 (Variante a Gouveia)
 - EN 232 (entre o Km 24,40 e o concelho de Manteigas)
- **Rede Rodoviária Municipal - Rede Secundária:**
 - Via Coletora Existente: EN 232 (desclassificada) entre o IC 7e o Km 24,40 da EN 232.
 - Via Distribuidora Geral: via principal de circulação e de acesso a bairros, lugares, zonas ou setores específicos do tecido urbano, assegurando as conexões viárias com a restante hierarquia viária.
 - Via Distribuidora Local: via que assegura a distribuição do tráfego das vias distribuidoras gerais às vias de acesso local.
 - Via de Acesso Local: via cuja função principal é a de permitir o acesso às edificações, formando uma rede capilar que nasce à medida das necessidades concretas do território e da sua expansão.
- **Parque de Estacionamento**
- **Terminal Rodoviário**

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO (UOPG)

- **UOPG 1: Plano de Pormenor da Zona Industrial**, tendo como objetivo garantir uma bolsa de terrenos que permita, a curto e médio prazo, colmatar carências ao nível da oferta industrial.
- **UOPG 2: Zona de Expansão Urbana das Continas**, tendo como objetivo a criação de regras urbanísticas para a totalidade da área de intervenção que promovam o reforço da urbanidade

embrionária e garantam a articulação entre os equipamentos e os serviços existentes e programados e a envolvente predominantemente residencial.

PLANTA DE CONDICIONANTES

Na Planta de Condicionantes do PU de Gouveia (Figura 6) identificam-se as servidões administrativas e restrições de utilidade pública que se apresentam de seguida.



Figura 6. Planta de Condicionantes do PU de Gouveia (2008)
(Fonte: SNIT, DGT)

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Património Natural

- Recursos Hídricos:
 - Domínio Hídrico
- Áreas de Reserva e Proteção de Solos e Espécies Vegetais
 - Reserva Agrícola Nacional (RAN)
 - Reserva Ecológica Nacional (REN)

Património Edificado

- Imóvel Classificado
 - MN (Casa da Torre) e respetiva zona de proteção
- Imóvel em Vias de Classificação
 - IIP (Igreja da Misericórdia) e respetiva zona de proteção

PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS

- **Infraestruturas Básicas**
 - Abastecimento de Água
 - Adutora e faixa de proteção de 5 metros
- **Linhas Elétricas**
 - Linhas de Alta Tensão 60 Kv
 - Linhas de Média Tensão 15 Kv
 - Subestação Elétrica

INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

- **Rede Rodoviária Nacional**
 - Itinerário Complementar (IC 7)
 - Variante à EN 232 (Variante a Gouveia)
 - EN 232 (entre Km 24,40 e o concelho de Manteigas)
- **Rede Rodoviária Municipal**

EQUIPAMENTOS

- **Edifícios Escolares**

2.2.2. OBJETIVOS

Organizados por subsistemas territoriais, os objetivos essenciais do PU de Gouveia elencam-se na Tabela 8.

Tabela 8. Objetivos do Plano de Urbanização de Gouveia (2008)
(Fonte: Revisão do PU de Gouveia. Relatório do Programa, 2007)

SUBSISTEMAS	OBJETIVOS DA PROPOSTA
SOLOS AFETOS À ESTRUTURA VERDE URBANA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conservação dos recursos e valores naturais; ▪ Salvaguarda e enquadramento de áreas protegidas; ▪ Criação de uma estrutura de espaços verdes de proteção e valorização do meio urbano.
SOLO URBANO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição das qualidades e funções do espaço urbano, salientando a respetiva vocação urbana e rural; ▪ Definição de critérios e orientações de edificabilidade; ▪ Reforço de uma imagem de qualidade; ▪ Dinamização do turismo, traduzindo-se na oferta de emprego; ▪ Redefinição da rede de equipamentos públicos que sustentem e dignifiquem o desenvolvimento objetivado.

SUBSISTEMAS	OBJETIVOS DA PROPOSTA
POPULAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de ações que estimulem a fixação de população residente com vista à dinamização e ao desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none"> ▫ Criação de postos de trabalho - principal potencialidade do setor turístico; ▫ Consolidação da rede de equipamentos de utilização coletiva; ▫ Reforço das potencialidades ambientais; ▫ Criação de espaços públicos que contribuam para a satisfação da população.
ESTRUTURA VIÁRIA	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de uma rede viária estruturante; ▪ Criação de novas acessibilidades - situação otimizada através da construção da variante à EN 232, que desvia o trânsito de atravessamento do centro de Gouveia; ▪ Melhoria das acessibilidades internas em termos de circulação viária e pedonal.

2.2.3. PROGRAMA DE INTERVENÇÃO

O Programa de Execução e Plano de Financiamento do PU de Gouveia sintetiza-se na Tabela 9:

Tabela 9. Programa de Execução e Plano de Financiamento do PU de Gouveia (2008)

(Fonte: Revisão do PU de Gouveia. Relatório do Programa, 2007)

DESIGNAÇÃO	ESTIMATIVA DE CUSTOS (€)	ENTIDADE RESPONSÁVEL	EXECUÇÃO*
EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA			
Tribunal	-	Câmara Municipal de Gouveia / Administração Central	curto prazo
Centro de Saúde	-	-	-
Lar da Terceira Idade	-	-	-
ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS			
Zona de Verde Urbano ¹	4.380.390,00	Câmara Municipal de Gouveia / Promoção Privada	curto prazo
INFRAESTRUTURAS URBANAS			
Infraestruturas Viárias Propostas			
Saneamento	15.000.000,00	Câmara Municipal de Gouveia / Promoção Privada	longo / médio / curto prazo
Abastecimento de Água			

Nota: * Considerando como prazo de execução do Plano 10 anos (5 biénios): curto prazo: 1.º biénio; médio prazo: 2.º e 3.º biénios; longo prazo: 4.º e 5.º biénios.

1 - A Zona de Verde Urbano inclui as seguintes ações:

- Criação de espaços verdes e de utilização coletiva complementares aos equipamentos existentes e propostos;
- Criação de áreas verdes e de alinhamentos arbóreos de proteção às vias distribuidoras gerais e locais;
- Tratamento de linhas de água.

Para além das iniciativas constantes na Tabela 9, relativas aos Equipamentos de Utilização Coletiva, Espaços Verdes Públicos e Infraestruturas Urbanas, o Relatório do Programa do PU de Gouveia identifica, ainda, diversas ações a desenvolver no âmbito do Património, designadamente as seguintes:

- Criação e implementação de um Programa de Gestão dos “bairros” da cidade com características históricas, com destaque para o Bairro do Castelo, o Bairro do Toural e o Bairro do Outeiro.
- Valorização da “recuperação” face à “construção nova”, numa ótica de sustentabilidade e de introdução de novas técnicas e tecnologias (como sejam as energias renováveis).
- Salvaguarda do equilíbrio da composição urbanística, na ótica da reabilitação urbana e da introdução de projetos sustentáveis, aplicando algumas das medidas defendidas pela Royal Institute of British Architects, designadamente:
 - Redução das taxas dos projetos de reabilitação, no sentido de minimizar a descaracterização e despovoamento dos “bairros” da cidade;
 - Aproveitamento do desenvolvimento de projetos privados para melhorar a envolvente urbana, numa ótica de parcerias entre setor público e setor privado.
- Enquadramento, na estratégia cultural e turística municipal, de operações como a reutilização e modernização.
- Promoção da inter-relação das ações da administração e dos particulares, com vista à proteção e valorização do património classificado, do património em vias de classificação e do núcleo consolidado de Gouveia.
- Promoção de estudos que sustentem a proposta de classificação dos imóveis de valor patrimonial.
- Definição, para o centro histórico, de um conjunto de objetivos que sustentem os termos de referência e a área de intervenção de um futuro plano de salvaguarda.
- Promoção de estudos e apoio a intervenções que sustentem a recuperação ou reabilitação de unidades industriais (edifícios e conjuntos edificados “sobreviventes”), designadamente:
 - Antiga Fábrica Carvalho;
 - Conjunto das Antigas Fábricas Bellino;
 - Ruínas que tiveram uso industrial, implantadas a jusante da 2.ª Ponte sobre a Ribeira Ajax.
- Realização de um estudo de avaliação do património industrial sobre a Ribeira Ajax, ligado às indústrias de lanifícios de Gouveia.

3. DINÂMICAS TERRITORIAIS

No presente capítulo desenvolve-se uma análise das dinâmicas territoriais que marcam a evolução do território concelhio no período de vigência do atual PDM (entre 1995 e 2020). Esta análise serve dois propósitos fundamentais: o de permitir confrontar a evolução territorial do concelho com as propostas e intenções vertidas no plano aprovado em 1995, permitindo uma avaliação dos resultados e impactos da execução (ou falta dela) do mesmo plano; e o de constituir um retrato da situação atual do território, nomeadamente a identificação de alguns dos aspetos mais relevantes a ter em conta no processo de revisão do plano. Assim, neste capítulo, são abordadas as seguintes temáticas:

- a) Ocupação Territorial;
- b) Demografia;
- c) Parque Edificado;
- d) Atividades Económicas;
- e) Urbanização e Construção;
- f) Acessibilidades, Transportes e Mobilidade;
- g) Património Arquitetónico e Arqueológico;
- h) Equipamentos de Utilização Coletiva;
- i) Infraestruturas Urbanas;
- j) Ambiente.

Considerando que esta análise se centra, sobretudo, nas tendências globais de evolução do território e na caracterização dos aspetos setoriais mais relevantes para o exercício de planeamento que agora se inicia, o Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2001 (Censos 2011), efetuado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), constitui a principal fonte estatística utilizada na análise, em confronto com a informação proveniente de recenseamentos anteriores, em particular de 1991 e de 2001, sempre que disponível.

Com o objetivo de posicionar o território de Gouveia face a realidades mais abrangentes, efetua-se a comparação entre a realidade do concelho e a observada a escalas mais alargadas (Sub-região das Beiras e Serra da Estrela e Região Centro), com incidência nas variáveis de carácter mais geral.

Por sua vez, as análises de escala infra-concelhia são utilizadas no sentido de identificar regularidades e especificidades territoriais distinguíveis no interior do concelho, enquanto as análises à subsecção estatística permitem inferir, com maior profundidade, as relações entre as características do indicador em estudo e a envolvente mais próxima.

3.1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL

A análise da evolução da ocupação do território de Gouveia assenta, por um lado, no estudo da evolução do uso e ocupação do solo e, por outro, na observação das alterações ocorridas ao nível da estrutura do povoamento, nomeadamente em termos de dimensão, articulação e hierarquização da rede de aglomerados urbanos.

3.1.1. USO DO SOLO

O estudo da evolução do uso e ocupação do solo de Gouveia baseia-se na observação das Cartas de Ocupação do Solo (COS), publicadas pela Direção-Geral do Território (DGT), referentes aos anos 1995 (data de publicação do PDM em vigor), 2007, 2010 e 2015 (última data disponível), bem como na análise da informação por elas disponibilizada.

Para a análise das quatro cartas procedeu-se ao agrupamento das classes de uso e ocupação do solo em quatro classes principais, parcialmente correspondentes à nomenclatura de Nível 1 da COS — Áreas Agrícolas, Áreas Florestais, Territórios Artificializados e Corpos de Água —, sendo de referir que a classe relativa às Zonas Húmidas não apresenta qualquer expressão em Gouveia.

Para efeitos da presente análise, a Tabela 10 apresenta as definições das classes de Nível 1 da COS aplicáveis ao território de Gouveia.

Tabela 10. Definição das classes de Nível 1 da COS aplicáveis ao concelho de Gouveia

(Fonte: adaptado de *Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015*; DGT, junho de 2018)

CLASSES DE NÍVEL 1 DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	DEFINIÇÃO
Áreas Agrícolas	Áreas utilizadas para agricultura, constituídas por terras aráveis, culturas permanentes, prados e pastagens permanentes. Inclui sistemas agroflorestais.
Áreas Florestais	Áreas onde se incluem florestas, vegetação arbustiva e herbácea e áreas naturais com pouco ou, mais raramente, nenhum coberto vegetal.
Territórios Artificializados	Superfícies artificializadas ou ajardinadas, destinadas a atividades relacionadas com as sociedades humanas. Inclui áreas de tecido urbano, áreas industriais, áreas comerciais, rede rodoviária e ferroviária, áreas de serviço, jardins ou parques urbanos e equipamentos culturais e de lazer.
Corpos de Água	Superfícies de água doce que incluem cursos de água e planos de água, naturais e artificiais; superfícies de água salgada, que incluem oceanos, e/ou água salobra que incluem lagoas costeiras e desembocaduras fluviais.

Considerando as grandes classes de uso e ocupação do solo definidas anteriormente, os resultados percentuais para o território de Gouveia em 1995, 2007, 2010 e 2015 podem ser observados na Tabela 11. Evidencia-se o predomínio das Áreas Florestais, com valores superiores a 70% em todos os períodos de referência, seguindo-se as Áreas Agrícolas com valores próximos dos 25%. Por sua vez, os Territórios Artificializados ocupam menos de 2,5% do território e os Corpos de Água cerca de 0,1%.

Tabela 11. Evolução da percentagem de ocupação das classes de uso do solo entre 1995 e 2015
(Fonte: elaboração própria com base nas COS 1995, 2007, 2010 e 2015, DGT)

CLASSES DE NÍVEL 1 DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (%)					VARIÇÃO (%)			
ANOS DA COS	1995	2007	2010	2015	1995-2007	2007-2010	2010-2015	1995-2015
Áreas Agrícolas	25,2	23,4	23,7	23,6	-1,9	0,4	-0,1	-1,6
Áreas Florestais	72,8	74,2	73,8	73,8	1,4	-0,4	-	1,0
Territórios Artificializados	1,8	2,3	2,4	2,4	0,5	-	0,1	0,6
Corpos de Água	0,1	0,1	0,1	0,1	-	-	-	-

A análise estatística da Tabela 11 sugere a ausência de alterações muito significativas ao nível da ocupação do território de Gouveia para cada uma das classes de uso do solo analisadas, sendo que as maiores ocorreram, fundamentalmente, no período compreendido entre 1995 e 2007. Neste intervalo temporal, as alterações mais expressivas relacionam-se com o aumento das Áreas Florestais (+414,1 hectares) e a diminuição das Áreas Agrícolas (-563,8 hectares), verificando-se, ainda, um ligeiro incremento dos Territórios Artificializados (+146,9 hectares). Nos anos mais recentes, as variações apresentam-se praticamente residuais.

No entanto, a espacialização das alterações no território (Figura 7) revela um cenário relativamente diferente, uma vez que se verifica a ocorrência de alterações na ocupação e uso do solo em áreas para além daquelas, correspondentes aos aumentos e diminuições percentuais referidos anteriormente. Esta circunstância prende-se com o facto de áreas com a mesma dimensão e com usos diferentes “trocarem de uso entre si”, anulando-se estatisticamente.

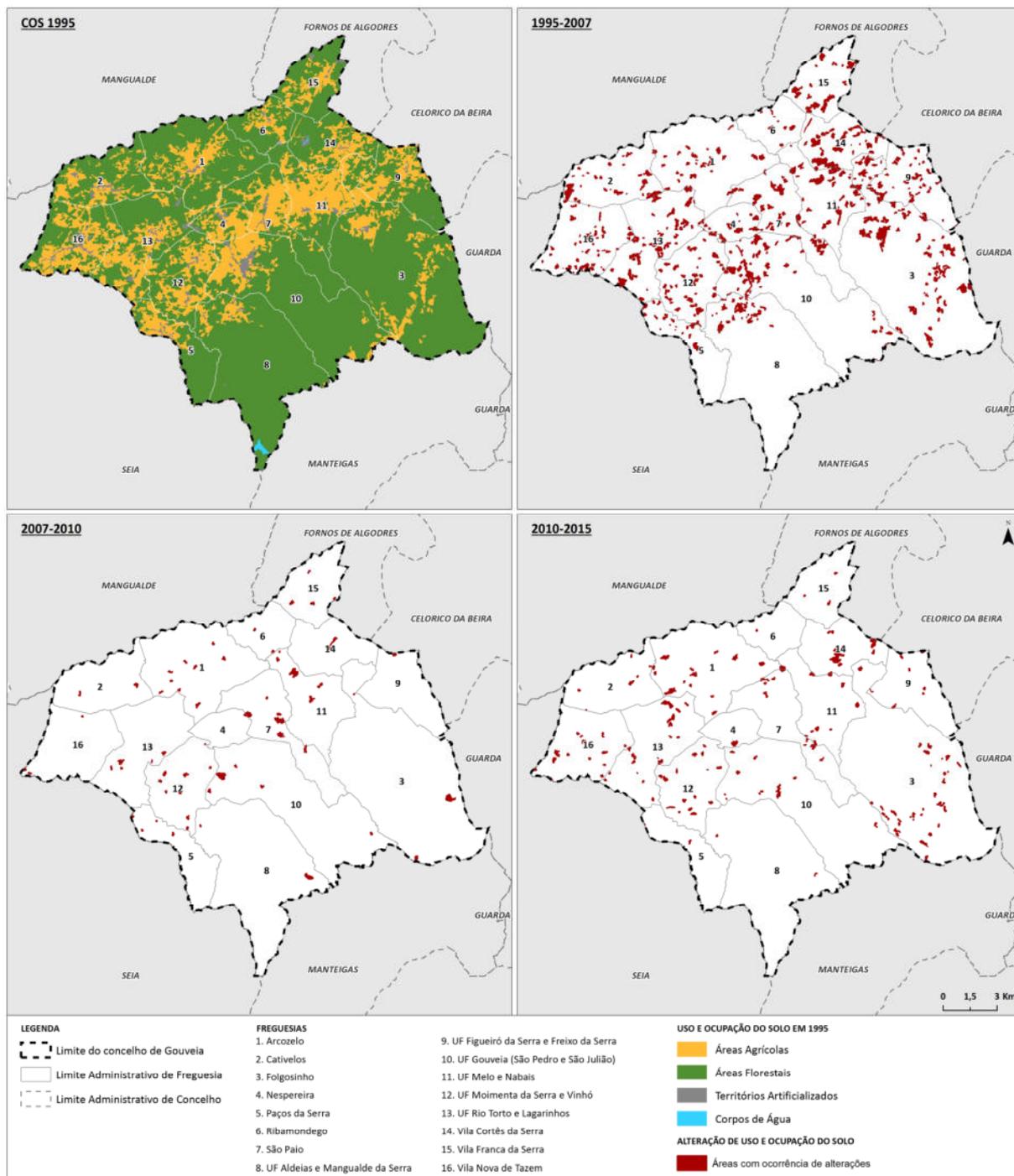


Figura 7. Classes de uso e ocupação do solo em 1995 e ocorrência de alterações
(Fontes cartográficas: CAOP, 2018; DGT - COS 1995)

Efetivamente, a análise da cartografia revela que ocorreram mudanças na ocupação e uso do solo do concelho de Gouveia durante os três períodos sucessivos em análise, designadamente **4,4%** (1995-2007), **0,5%** (2007-2010) e **1,0%** (2010-2015) da área total, conforme indica a Tabela 12.

Tabela 12. Evolução das áreas com alterações de uso e ocupação do solo ocorridas entre 1995 e 2015

(Fonte: elaboração própria com base nas COS 1995, 2007, 2010 e 2015, DGT)

CLASSES DE NÍVEL 1 DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	ALTERAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (hectares)		
	1995-2007	2007-2010	2010-2015
Áreas Agrícolas	890,6	22,0	167,5
Áreas Florestais	393,5	139,3	140,2
Territórios Artificializados	33,9	0,3	2,0
Corpos de Água	-	-	-
TOTAL (% do território)	1.318,0 (4,4)	161,6 (0,5)	309,7 (1,0)

De referir, no entanto, que apesar do somatório daquelas áreas perfazer 1.789,3 hectares, uma parte delas (97,0 hectares) sofreu mudanças em, pelo menos, dois dos períodos em análise, sobrepondo-se os valores. Por este motivo, as áreas com registo efetivo de alterações, expressas territorialmente na Figura 8, correspondem a um total de **1.692,3 hectares (5,63%** do concelho).

Em termos globais, destaca-se a conversão de Áreas Agrícolas em Áreas Florestais, e vice-versa. A título de exemplo, entre 1995 e 2007, período de maior dinâmica em termos de alteração de uso e ocupação do solo, mais de 890 hectares afetos a usos agrícolas sofreram alterações (87,0% dos quais convertidos em Áreas Florestais), seguindo-se cerca de 400 hectares de florestas convertidas, sobretudo, em Áreas Agrícolas (cerca de 83,0%).

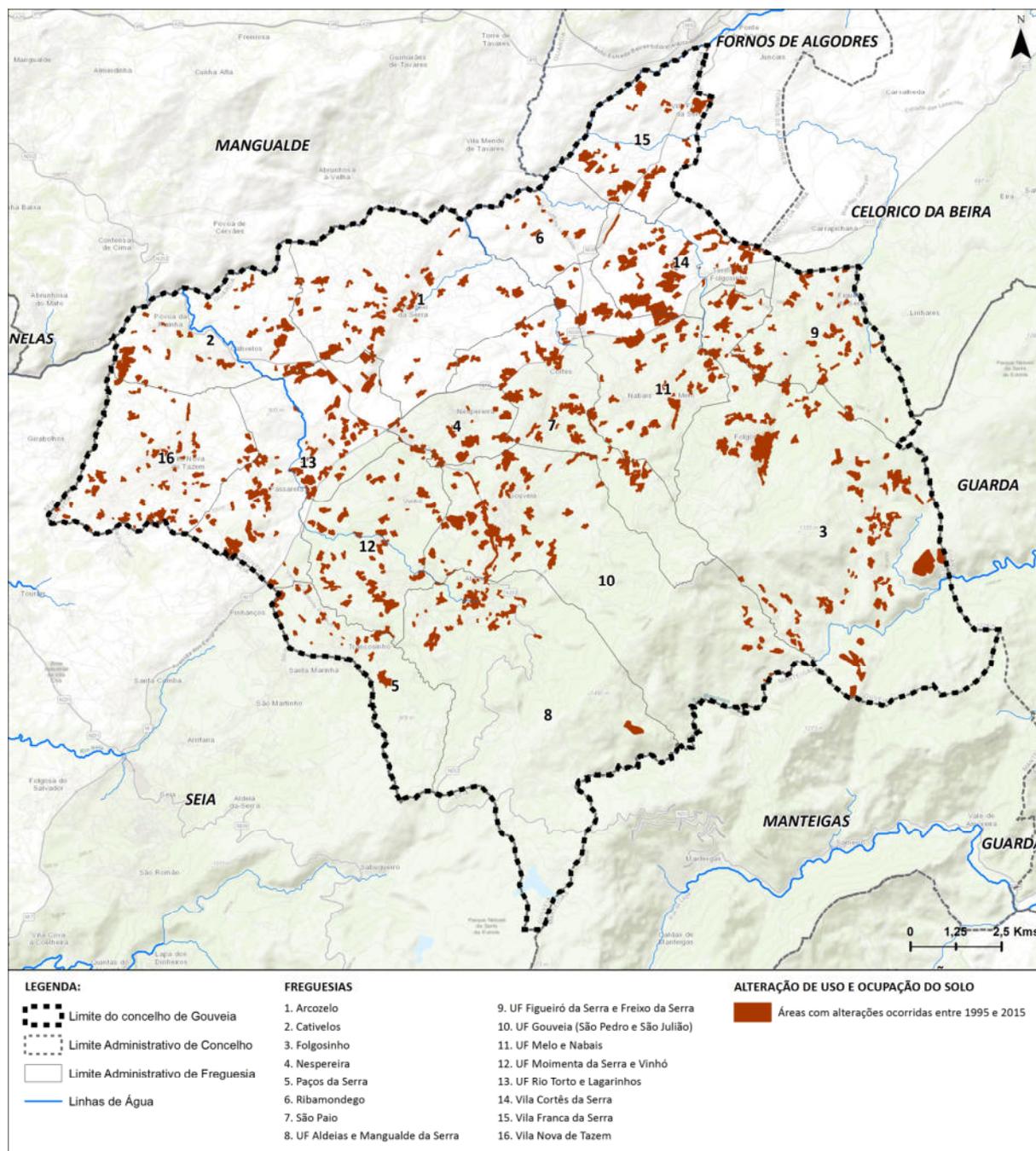


Figura 8. Áreas com alterações de classe de uso e ocupação do solo ocorridas entre 1995 e 2015
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Relativamente aos Territórios Artificializados, a Tabela 13 discrimina, por período temporal, as proveniências e as conversões das áreas com ocorrência de alterações, salientando-se as seguintes conversões: 32,9 hectares em Áreas Florestais no período 1995-2007 e 2,0 hectares em Áreas Agrícolas entre 2010 e 2015. Por sua vez, o incremento das superfícies artificializadas desde 1995 resulta, sobretudo, da ocupação humana de Áreas Agrícolas (114,1 hectares entre 1995 e 2007 e 14,5 hectares no período 2010-2015), mas também de um total de 86,4 hectares de Áreas Florestais.

Tabela 13. Evolução das áreas com alterações de uso e ocupação do solo ocorridas entre 1995 e 2015

(Fonte: elaboração própria com base nas COS 1995, 2007, 2010 e 2015, DGT)

CLASSES DE NÍVEL 1 DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	PROVENIÊNCIA (hectares)			CONVERSÃO (hectares)		
	1995-2007	2007-2010	2010-2015	1995-2007	2007-2010	2010-2015
Áreas Agrícolas	114,1	-	14,5	-	-	2,0
Áreas Florestais	66,7	11,2	8,5	32,9	-	-
Corpos de Água	-	-	-	1,0	0,3	-
TOTAL	180,8	11,2	23,0	33,9	0,3	2,0

Focando a análise nas formas de ocupação antrópica do território, e considerando que a nomenclatura da COS obedece a uma hierarquia que representa a ocupação/uso do solo com diferentes níveis de detalhe temático, procede-se, de seguida, à desagregação da classe Territórios Artificializados nas correspondentes à nomenclatura de nível 3 da COS aplicáveis ao território de Gouveia, com as definições constantes na Tabela 14. No entanto, e uma vez que a COS relativa a 1995 não apresenta qualquer outro nível de decomposição da classe Territórios Artificializados para além do Nível 1, a análise incidirá no período compreendido entre 2007 e 2015.

Tabela 14. Definição das classes de Nível 3 da COS (Territórios Artificializados) aplicáveis a Gouveia

(Fonte: adaptado de *Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015*; DGT, junho de 2018)

CLASSES DE NÍVEL 3 DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	DEFINIÇÃO
Tecido Urbano Contínuo	Áreas de tecido urbano com superfície total impermeabilizada superior ou igual a 80%. Inclui centros urbanos e subúrbios em que os edifícios formem um tecido contínuo e homogéneo, bem como áreas de estacionamento, logradouros, áreas cobertas de betão ou asfalto, etc.
Tecido Urbano Descontínuo	Áreas de tecido urbano na sua maior parte ocupadas por construções do tipo residencial. Os edifícios e outras superfícies artificializadas estão associados a áreas com vegetação a olho nu, as quais ocupam uma superfície significativa, embora descontínua. A superfície impermeabilizada ocupa uma área superior ou igual a 30% e inferior a 80% da superfície total. Inclui mosaicos de áreas cultivadas com áreas construídas.
Indústria, Comércio E Equipamentos Gerais	Áreas de atividade industrial, grandes superfícies comerciais, armazéns e outros equipamentos diversos. São principalmente ocupadas com construções, asfalto, alcatrão, cimento na superfície ou terra compactada. Podem ter vegetação que, quando existente, ocupa pequenos espaços sobranceiros e zonas ajardinadas. Inclui hospitais, universidades, infraestruturas de produção de energia, instalações de apoio à exploração agropecuária, etc.

CLASSES DE NÍVEL 3 DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	DEFINIÇÃO
Redes Viárias E Ferroviárias E Espaços Associados	Rodovias e ferrovias, incluindo equipamentos associados (estações, plataformas, taludes, etc.).
Áreas de Extração de Inertes	Áreas de extração de minerais (areeiros, pedreiras, carvão, etc.) a céu aberto. Inclui áreas de extração inundadas temporariamente e saibreiras inundadas, exceto nos casos em que se trate de extração por dragagem de fundos fluviais. Inclui também áreas de extração de sal-gema e de areias em dunas interiores.
Áreas em Construção	Áreas em construção (escavações, estaleiros, etc.) e áreas abandonadas inseridas num contexto urbano.
Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer e Zonas Históricas	Espaços e estruturas desportivas, culturais e de lazer, incluindo parques de campismo, campos de golfe, hipódromos e complexos arqueológicos a céu aberto, bem como cemitérios com vegetação, jardins zoológicos e jardins botânicos não inclusos em tecido urbano.

Considerando as classes de Nível 3 de uso e ocupação do solo dos Territórios Artificializados definidas anteriormente, as áreas afetadas a cada uma delas, no período compreendido entre 2007 e 2015, podem ser observadas na Tabela 15, verificando-se um maior dinamismo nos anos mais recentes (2010-2015).

Tabela 15. Evolução dos Territórios Artificializados entre 2007 e 2015
(Fonte: elaboração própria com base nas COS 1995, 2007, 2010 e 2015, DGT)

	TERRITÓRIOS ARTIFICIALIZADOS (hectares)			VARIACÃO (hectares)			
	ANOS DA COS	2007	2010	2015	2007-2010	2010-2015	2007-2015
Tecido Urbano Contínuo		55,9	55,9	55,9	-	-	-
Tecido Urbano Descontínuo		491,7	491,7	492,6	-	0,9	0,9
Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais		68,3	70,1	72,4	1,8	2,4	4,2
Redes Viárias e Ferroviárias e Espaços Associados		13,4	13,4	13,4	-	-	-
Áreas de Extração de Inertes		53,1	62,2	60,9	9,1	-1,3	7,8
Áreas em Construção		-	-	8,3	-	8,3	8,3
Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer e Zonas Históricas		14,0	14,0	24,7	-	10,8	10,8
TOTAL		696,3	707,2	728,2	10,9	21,0	31,9

Destaca-se, antes de mais, o carácter pontual das alterações ocorridas nas áreas identificadas, correspondendo a valores percentuais residuais situados entre os **0,003%** (1 hectare) e os **0,036%** (11 hectares) da área total do concelho de Gouveia, situação que denota a ausência de dinâmicas territoriais relevantes.

Apesar das alterações pouco significativas, salienta-se, nos dois períodos em análise, o aumento das áreas afetas a Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais, num total de 4,2 hectares. Por sua vez, as áreas de extração de inertes, que sofreram um aumento de 9,1 hectares entre 2007 e 2010, apresentam uma diminuição de 1,3 hectares durante o período seguinte.

Entre 2010 e 2015, para além das áreas afetas a indústria, comércio e equipamentos gerais, as outras classes de uso e ocupação do solo que apresentam uma evolução positiva correspondem, por ordem crescente, a tecido urbano descontínuo (+0,9 hectares), áreas em construção (+8,3 hectares) e equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas (+10,8% hectares), sendo esta última classe de uso a que apresenta o maior incremento registado.

Simultaneamente, verifica-se a ausência total de dinamismo ao nível do tecido urbano contínuo, bem como das redes viárias e ferroviárias e espaços associados, num território onde o **tecido urbano descontínuo** permanece dominante, com valores a rondar os **70%** da área total do concelho.

No entanto, apesar do somatório destas áreas perfazer 33,2 hectares, onde se inclui a retração de 1,3 hectares das áreas de extração de inertes durante o período 2010-2015, 2,3 hectares destas mesmas áreas (extração de inertes) foram substituídos por outros usos não incluídos nos Territórios Artificializados, nomeadamente 0,3 hectares convertidos em Corpos de Água entre 2007 e 2010 e 2,0 hectares convertidos em Áreas Agrícolas no período seguinte. Por este motivo, somando-se os valores, os Territórios Artificializados com registo efetivo de alterações, expressas territorialmente na Figura 9, correspondem a um total de **35,5 hectares (0,12% do concelho)**.

Finalmente, importa referir que, de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), entre 2010 e 2015, os territórios artificializados *per capita* aumentaram cerca de 9,1% (de 503,1 m²/habitante para 549,0 m²/habitante), percentagem inferior à registada na Sub-região das Beiras e Serra da Estrela (11,3%), onde, durante o mesmo período, este indicador aumentou de 550,7 m²/habitante para 612,7 m²/habitante.

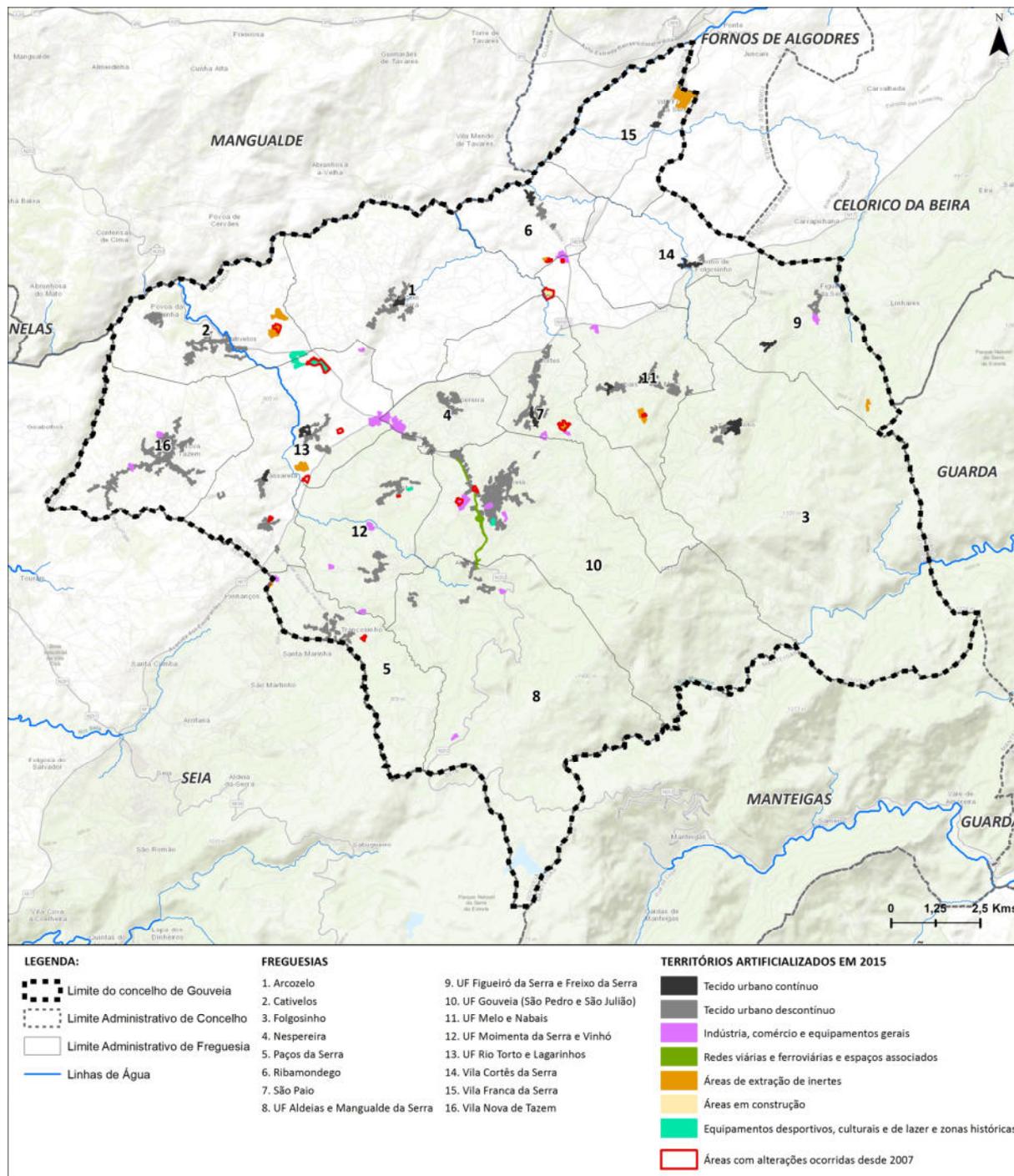


Figura 9. Territórios Artificializados em 2015 e alterações ocorridas desde 2007

(Fonte dos dados: DGT - COS 2007, 2010 e 2015. Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2015; ESRI, 2020)

3.1.2. AGLOMERADOS URBANOS

Atendendo à elevada percentagem de áreas florestais e agrícolas, perfazendo cerca de 97,5% do total, Gouveia pode ser considerado como um concelho eminentemente rural. Tal circunstância deriva do facto de se encontrar parcialmente implantado na encosta da Serra da Estrela, condicionando a ocupação humana em grande parte desta área.

Neste contexto territorial, o povoamento do concelho estrutura-se com base num número considerável de pequenos aglomerados urbanos, dispersos pelo concelho, com a distribuição preferencial pela faixa de meia encosta (sensivelmente até à cota 900) e pela zona do vale.

Estabelecendo um grau de importância relativa dos aglomerados em função da dimensão da população residente, torna-se possível proceder à hierarquização da rede urbana em três momentos distintos (1991, 2001 e 2011), por forma a compreender, numa perspetiva evolutiva, o posicionamento dos mesmos na estrutura urbana concelhia.

De referir, no entanto, que se trata de uma hierarquização preliminar e meramente indicativa. Para uma rigorosa definição da hierarquia dos aglomerados urbanos de Gouveia, o próximo passo (a desenvolver no âmbito dos trabalhos da elaboração da proposta de revisão do PDM) deverá passar pela adoção de outros critérios para além da dimensão populacional.

A Tabela 16 discrimina, de acordo com os três últimos recenseamentos populacionais, a população residente nos aglomerados urbanos (lugares censitários) do concelho de Gouveia, enquadrados pelas respetivas freguesias.¹

Tabela 16. População residente por lugar censitário (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO		POPULAÇÃO RESIDENTE		
	CÓD.	LUGAR	1991	2001	2011
ARCOZELO	L01	Arcozele	995	848	687
CATIVELOS	L02	Cativelos	741	681	563
	L03	Dobreira	59	65	51
	L04	Póvoa da Rainha	171	127	102
FOLGOSINHO	L05	Folgosinho	551	488	451
NESPEREIRA	L06	Bairro de Santo António	246	248	208

¹ A análise da evolução da população residente nos aglomerados urbanos (lugares censitários) do concelho de Gouveia concretiza-se, de forma mais detalhada, no capítulo referente à *Demografia*.

LOCALIZAÇÃO			POPULAÇÃO RESIDENTE		
FREGUESIA	CÓD.	LUGAR	1991	2001	2011
	L07	Coutinas	n/a	53	55
	L08	Nespereira	628	501	397
PAÇOS DA SERRA	L09	Paços da Serra	740	710	563
RIBAMONDEGO	L10	Ribamondego	268	320	302
SÃO PAIO	L11	São Paio	917	892	782
UF DE ALDEIAS E MANGUALDE DA SERRA	L12	Alrote	133	103	88
	L13	Eiras	103	132	125
	L14	Mangualde da Serra	234	195	155
	L15	São Cosmado	141	100	109
UF DE FIGUEIRÓ DA SERRA E FREIXO DA SERRA	L16	Figueiró da Serra	328	300	260
	L17	Freixo da Serra	144	120	93
UD DE GOUVEIA (S. PEDRO E S. JULIÃO)	L18	Gouveia	3.732	3.653	3.380
UF DE MELO E NABAIS	L19	Melo	394	397	312
	L20	Nabainhos	253	204	139
	L21	Nabais	359	372	339
UF DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ	L22	Moimenta da Serra	824	673	599
	L23	Vinhó	661	588	477
UF DE RIO TORTO E LAGARINHOS	L24	Lagarinhos	418	303	290
	L25	Novelães	29	33	18
	L26	Passarela	190	118	88
	L27	Rio Torto	574	501	430
VILA CORTÊS DA SERRA	L28	Vila Cortês da Serra	298	304	253
VILA FRANCA DA SERRA	L29	Ponte Nova	45	22	8
	L30	Vila Franca da Serra	282	251	227
VILA NOVA DE TAZEM	L31	Tazem	457	404	317
	L32	Vila Nova de Tazem	1.540	1.582	1.327

Sendo assim, considerando a dimensão da população residente, torna-se possível estabelecer seis níveis de ordem decrescente onde se enquadram os 32 aglomerados urbanos presentes no concelho:

- **Nível I** mais de 2.000 habitantes;
- **Nível II** 1.000 a 1.999 habitantes;
- **Nível III** 600 a 999 habitantes;
- **Nível IV** 300 a 599 habitantes;
- **Nível V** 100 a 299 habitantes;
- **Nível VI** até 99 habitantes.

Por sua vez, a Tabela 17 apresenta a distribuição dos aglomerados urbanos pelos diferentes níveis hierárquicos definidos de acordo com os números da população residente provenientes dos Censos (1991, 2001 e 2011), bem como a hierarquia urbana apontada pelo PDM em vigor (1995).

Tabela 17. Hierarquia dos aglomerados urbanos (1991-2011)

HIERARQUIA URBANA	AGLOMERADOS URBANOS			
	1991	2001	2011	PDM EM VIGOR
NÍVEL I	Gouveia	Gouveia	Gouveia	Gouveia
NÍVEL II	Vila Nova de Tazem	Vila Nova de Tazem	Vila Nova de Tazem	Vila Nova de Tazem
NÍVEL III	Arcozelo	São Paio	São Paio	Arcozelo
	São Paio	Arcozelo	Arcozelo	São Paio
	Moimenta da Serra	Paços da Serra		Nespereira*
	Catavelos	Catavelos		Moimenta da Serra
	Paços da Serra	Moimenta da Serra		Catavelos
	Vinhó			Paços da Serra
	Nespereira			Vinhó
NÍVEL IV	Rio Torto	Vinhó	Moimenta da Serra	Rio Torto
	Folgosinho	Nespereira	Catavelos	Folgosinho
	Tazem	Rio Torto	Paços da Serra	Tazem
	Lagarinhos	Folgosinho	Vinhó	Lagarinhos
	Melo	Tazem	Folgosinho	Melo
	Nabais	Melo	Rio Torto	Aldeias**
	Figueiró da Serra	Nabais	Nespereira	Nabais
		Ribamondego	Nabais	Figueiró da Serra
		Vila Cortês da Serra	Tazem	
		Lagarinhos	Melo	
	Figueiró da Serra	Ribamondego		
NÍVEL V	Vila Cortês da Serra	Vila Franca da Serra	Lagarinhos	Vila Cortês da Serra
	Vila Franca da Serra	Bairro de Santo António	Figueiró da Serra	Vila Franca da Serra
	Ribamondego	Nabainhos	Vila Cortês da Serra	Ribamondego
	Nabainhos	Mangualde da Serra	Vila Franca da Serra	Nabainhos
	Bairro de Santo António	Eiras	Bairro de Santo António	Mangualde da Serra
	Mangualde da Serra	Póvoa da Rainha	Mangualde da Serra	Passarela
	Passarela	Freixo da Serra	Nabainhos	Póvoa da Rainha
	Póvoa da Rainha	Passarela	Eiras	Freixo da Serra
	Freixo da Serra	Alrote	São Cosmado	
	São Cosmado	São Cosmado	Póvoa da Rainha	
Alrote				
Eiras				
NÍVEL VI	Dobreira	Dobreira	Freixo da Serra	Ponte Nova
	Ponte Nova	Coutinas***	Alrote	Novelães
	Novelães	Novelães	Passarela	
		Ponte Nova	Coutinas	
			Dobreira	
			Novelães	
		Ponte Nova		

Nota: Nespereira* - engloba Coutinas, Bairro de Santo António e Nespereira; Aldeias** - inclui Alrote, Eiras e São Cosmado; Coutinas*** - surge como lugar censitário apenas em 2001.

De referir, antes de mais, que a hierarquia urbana definida no PDM em vigor segue, em termos globais, a preconizada de acordo com os dados censitários de 1991, considerando as adaptações resultantes do universo dos aglomerados urbanos a considerar. Ou seja, no PDM em vigor, Aldeias inclui os aglomerados de Alrote, Eiras e São Cosmado, enquanto Nespereira engloba Coutinas, que surge como lugar censitário apenas em 2001, Bairro de Santo António e Nespereira.

A observação da Figura 10 (onde se sintetiza as transformações ocorridas no período 1991-2011), permite, igualmente, constatar que Gouveia e Vila Nova de Tazem ocupam, respetivamente, os dois primeiros níveis da hierarquia urbana, posições que mantêm desde 1991.

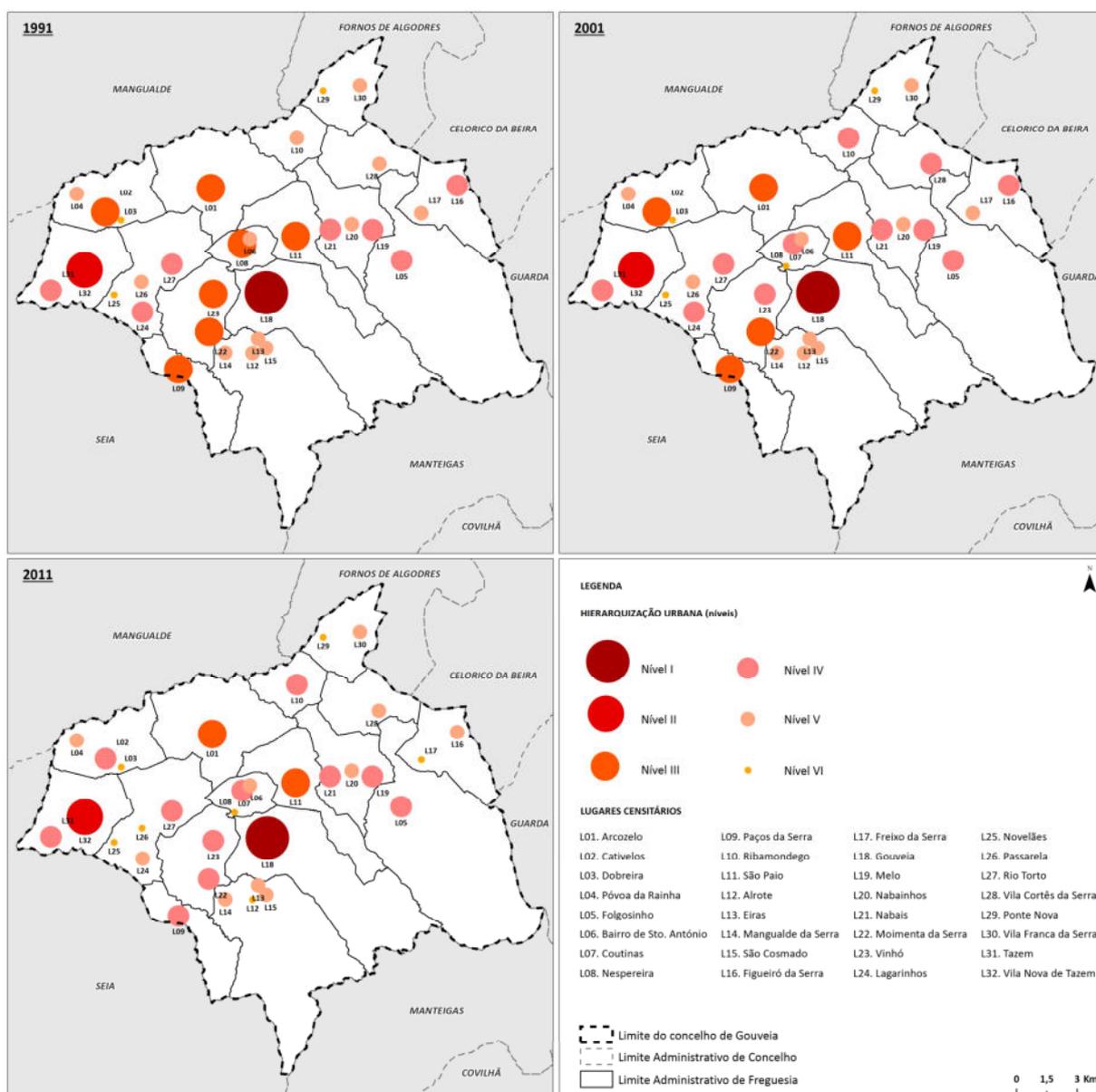


Figura 10. Evolução da hierarquia da rede urbana
(Fonte dos dados: Censos 1991-2001-2011, INE. Fontes cartográficas: CAOP, 2018)

A esmagadora maioria das transformações ocorridas ao nível da estrutura do povoamento, no período 1991-2011, consiste, fundamentalmente, em descidas graduais dos aglomerados na hierarquia urbana, implicando ajustes na organização interna dos níveis, mas também despromoções hierárquicas de alguns aglomerados. Destacam-se as seguintes:

- **Descida de Nível III para Nível IV** - Moimenta da Serra, Cativelos, Paços da Serra, Vinhó e Nespereira;
- **Descida de Nível IV para Nível V** - Lagarinhos e Figueiró da Serra;
- **Descida de Nível V para Nível VI** - Freixo da Serra, Alrote e Passarela.

São Paio constitui, no panorama concelhio, o único aglomerado que regista, no Nível III, uma subida.

3.2. DEMOGRAFIA

No presente subcapítulo, concretiza-se uma análise evolutiva dos principais descritores demográficos do concelho de Gouveia baseada, sobretudo, na informação disponibilizada pelo INE, nomeadamente nos dados censitários constantes da Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) e nas informações da série Estimativas Provisórias Anuais da População Residente, por forma a avaliar as tendências mais recentes, pós-censitárias, de alguns indicadores.

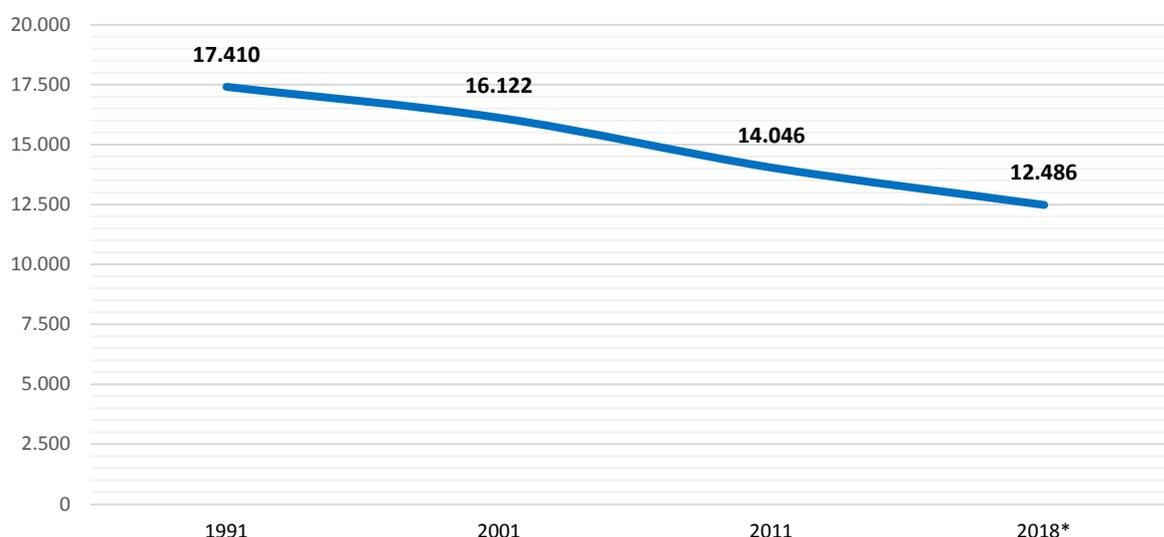
A caracterização da população residente materializa-se, relativamente aos diferentes aspetos a considerar, a diferentes escalas territoriais, privilegiando a análise de variáveis e indicadores ao nível municipal, mas passando também, caso se justifique, pelos níveis territoriais freguesia (ou uniões de freguesias) e lugar censitário, até às subsecções estatísticas. Sempre que o âmbito ou relevância da variável ou indicador estatístico o justifique, procede-se a uma comparação dos valores concelhios com os resultados observados ao nível supramunicipal (NUT III), por forma a contextualizar e relativizar os resultados obtidos ao nível municipal.

3.2.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

Conforme é possível comprovar através da observação do Gráfico 1, entre 1991 e 2018, o concelho de Gouveia apresenta uma trajetória marcadamente decrescente da população residente, assistindo-se a uma perda total de 4.924 residentes durante aquele período de 27 anos (-28,3% face a 1991).

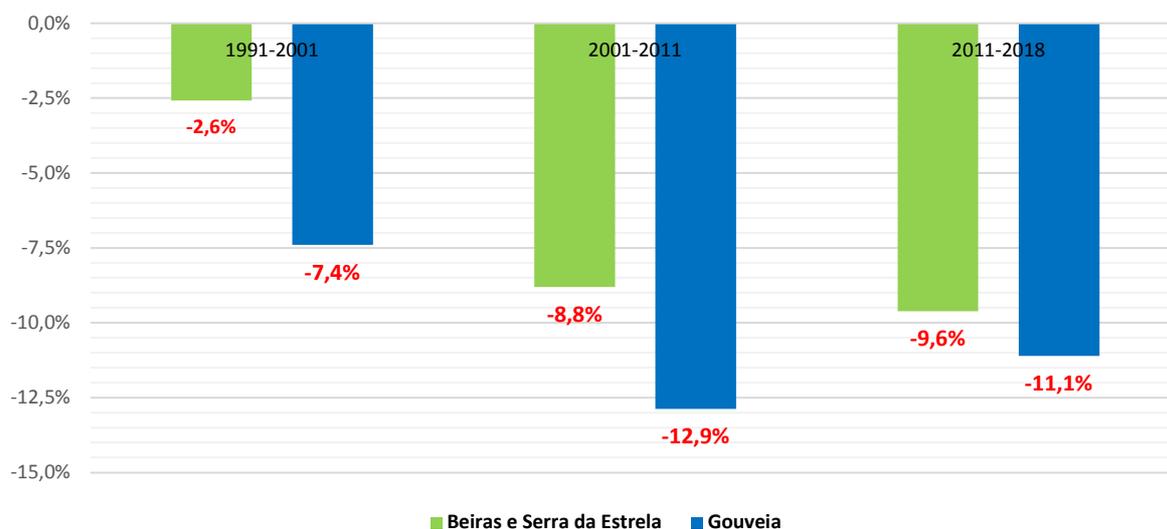
Gráfico 1. Evolução da população residente (1991-2018)

(Fonte: Censos 1991-2001-2011 e Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, INE)



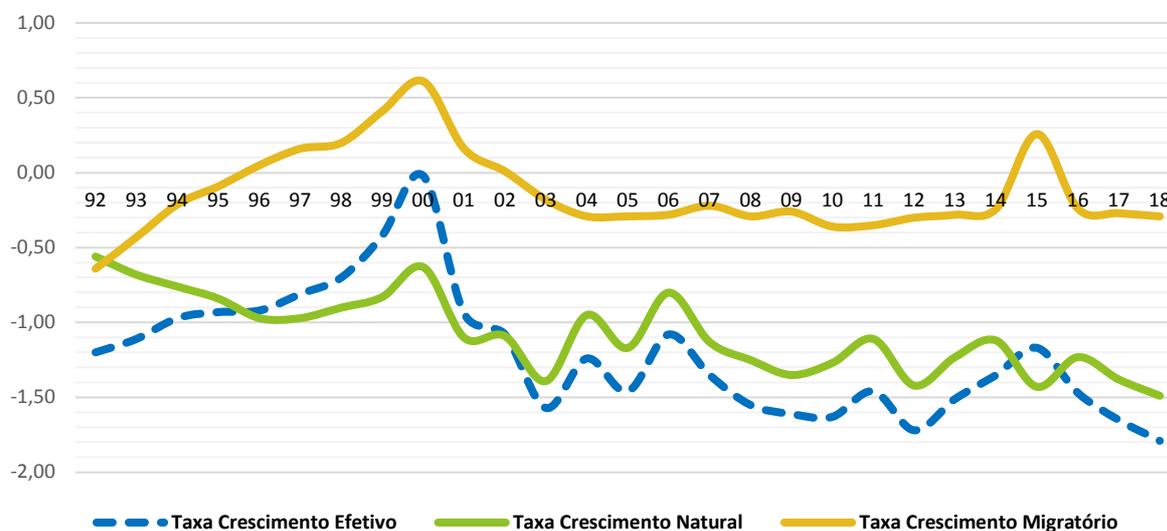
Esta situação, que tem vindo a intensificar-se desde o início do século XXI, apresenta-se ainda mais gravosa quando comparada com a Sub-região das Beiras e Serra da Estrela, onde as perdas, apesar de importantes, não são tão expressivas, em termos percentuais (Gráfico 2).

Gráfico 2. Variação na população residente (1991-2018)
(Fonte: Censos 1991, 2001 e 2011 e Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, INE)



Considerando a taxa de crescimento efetivo como o somatório da taxa de crescimento natural (relativa ao saldo natural, ou seja, à diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos) e da taxa de crescimento migratório (relativa ao saldo migratório, ou seja, à diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna), o Gráfico 3 distingue estas três variáveis para o concelho de Gouveia durante o período 1992-2018.

Gráfico 3. Evolução das taxas de crescimento da população residente (1991-2018)
(Fonte: Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, INE)



A análise do Gráfico 3 permite concluir que, desde 1992, os valores da taxa de crescimento migratório em Gouveia apresentam-se sempre superiores aos da taxa de crescimento natural, com disparidades médias anuais na ordem dos 0,94%, distanciando-se em 2015 com uma diferença de 1,69%.

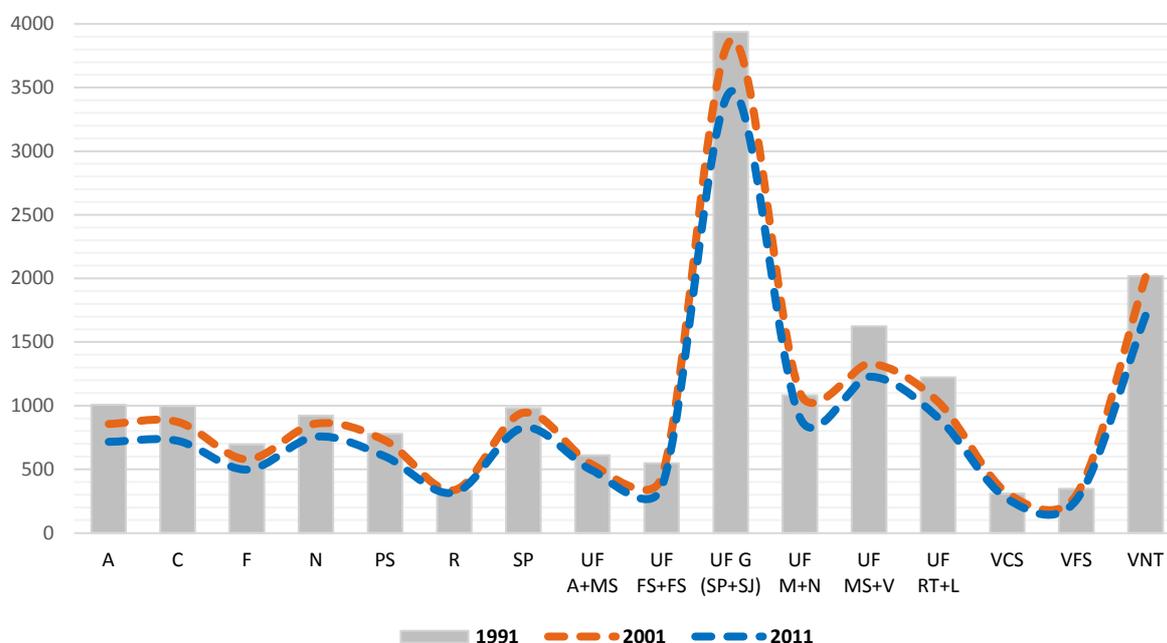
A observação do Gráfico 3 permite, ainda, retirar as seguintes conclusões:

- O saldo natural apresenta-se permanentemente negativo, com o número de óbitos a exceder o número de nados vivos (mais 4.411 óbitos do que nados vivos no período 1991-2018);
- 1996-2002 e 2015 correspondem aos períodos positivos de população migrante em Gouveia, com a entrada de um total de 294 pessoas. Ainda assim, entre 1991 e 2018, assiste-se à saída de um total de 989 pessoas do concelho.

A evolução demográfica negativa registada pelo concelho de Gouveia nos períodos intercensitários 1991-2001-2011 não se manifesta, contudo, de igual modo quando a análise incide na menor divisão administrativa, a freguesia, sendo possível constatar, através da leitura conjunta do Gráfico 4 e da

Tabela 18, uma realidade demográfica mais gravosa numas freguesias do que noutras.

Gráfico 4. Evolução da população residente, por freguesia (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)



Nota: A - Arcozelo; C - Cativelos; F - Folgosinho; N - Nespereira; PS - Paços da Serra; R - Ribamondego; SP - São Paio; UF A+MS - UF de Aldeias e Mangualde da Serra; UF FS+FS - UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra; UF G (SP+SJ) - UF de Gouveia (São Pedro e São Julião); UF M+N - UF de Melo e Nabais; UF MS+V - UF de Moimenta da Serra e Vinhó; UF RT+L - UF de Rio Torto e Lagarinhos; VCS - Vila Cortês da Serra; VFS - Vila Franca da Serra; VNT - Vila Nova de Tazem.

Tabela 18. Evolução da variação da população residente, por freguesia (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)

FREGUESIA	VARIAÇÃO (%)		
	1991-2001	2001-2011	1991-2011
Arcozelo	-14,8	-16,4	-28,8
Cativelos	-12,3	-17,1	-27,3
Folgosinho	-16,8	-14,0	-28,4
Nespereira	-6,6	-12,0	-17,8
Paços da Serra	-6,7	-17,2	-22,8
Ribamondego	1,8	-6,2	-4,5
São Paio	-3,7	-12,4	-15,6
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	-12,3	-8,2	-19,5
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	-19,4	-17,9	-33,8
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	-1,6	-10,4	-11,8
UF de Melo e Nabais	1,9	-18,1	-16,5
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	-18,0	-7,6	-24,2
UF de Rio Torto e Lagarinhos	-15,7	-12,0	-25,9
Vila Cortês da Serra	1,0	-14,4	-13,6
Vila Franca da Serra	-12,9	-13,5	-24,7
Vila Nova de Tazem	-0,4	-15,1	-15,4
CONCELHO	-7,4	-12,9	-19,3

Entre 1991 e 2001, as únicas três freguesias com ganhos populacionais são a UF de Melo e Nabais (+1,9%), Ribamondego (+1,8%) e Vila Cortês da Serra (+1,0%), localizadas na zona norte do concelho. As restantes freguesias apresentam perdas demográficas, menos expressivas em Vila Nova de Tazem e na UF de Gouveia (-0,4% e -1,6%, respetivamente) e mais expressivas na UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra e na UF de Moimenta da Serra e Vinhó (-19,4% e -18,0%, respetivamente).

No período intercensitário seguinte (2001-2011), o panorama apresenta-se francamente negativo em todas as unidades territoriais infraconcelhias. Destaca-se a UF de Melo e Nabais, que assiste à inversão drástica da tendência registada anteriormente, bem como a UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra, que mantém o agravamento do declínio populacional.

Em termos globais, neste período de 20 anos, à exceção de Ribamondego, todas as freguesias do concelho de Gouveia apresentam perdas populacionais superiores a 10%, situando-se a média em cerca do dobro (**19,3%**). Destaca-se, de novo, a UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra que apresenta, em 2011, uma perda superior a um terço da população residente em 1991.

3.2.2. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

A Figura 11 apresenta, para os três momentos censitários (1991, 2001 e 2011), a distribuição geográfica da população residente no concelho de Gouveia por subsecção estatística. A sua observação permite constatar, para além do drástico decréscimo populacional referido anteriormente, um maior número de habitantes, em 2011, nas subsecções que integram a UF de Gouveia, representando 24,7% do total da população residente no concelho. Na UF de Gouveia ocorrem diversas subsecções estatísticas com mais de 100 habitantes, situando-se, no entanto, a densidade média de ocupação nesta unidade territorial nos 35 habitantes por hectare.

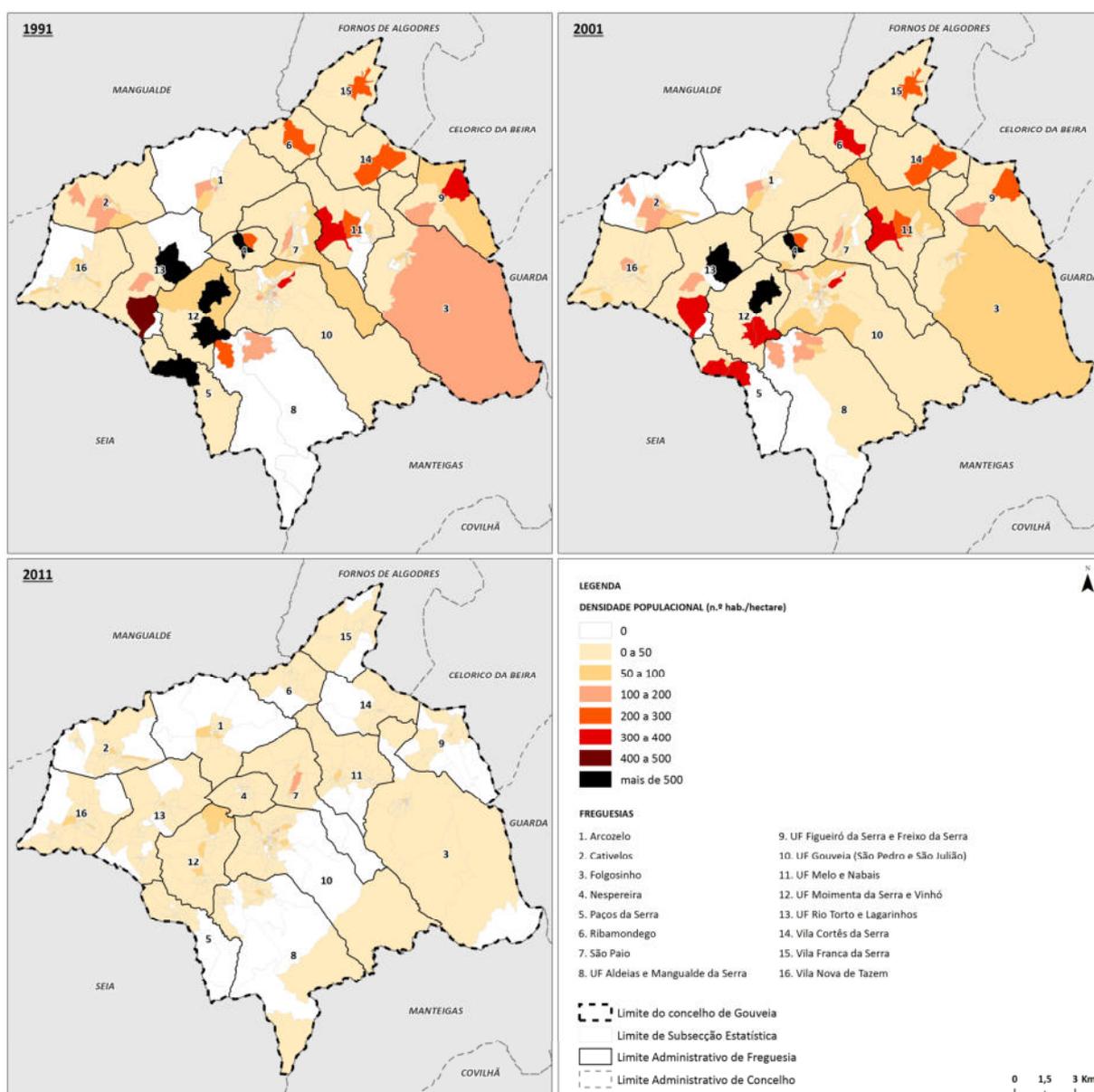


Figura 11. Evolução da distribuição da população residente, por subsecção estatística (Fonte dos dados: Censos 1991-2001-2011, INE. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; INE, 2020)

De realçar, ainda, a existência de extensas áreas com reduzida ocupação humana, apresentando maior expressão territorial aquelas que se situam na encosta da Serra da estrela, abrangendo territórios de Paços da Serra, Aldeias e Mangualde da Serra, Gouveia, São Paio, Melo e Nabais. Nas mesmas circunstâncias encontram-se diversas áreas que confrontam, a nascente, com o concelho de Celorico da Beira, a norte, com Fornos de Algodres e, a poente, com Mangualde e Seia.

Em termos de densidade populacional, conforme é possível verificar na Figura 12, Gouveia apresenta evidentes reduções desde 1991, encontrando-se a população mais concentrada, em 2011, no centro/noroeste do concelho, na faixa de meia encosta da Serra da estrela.

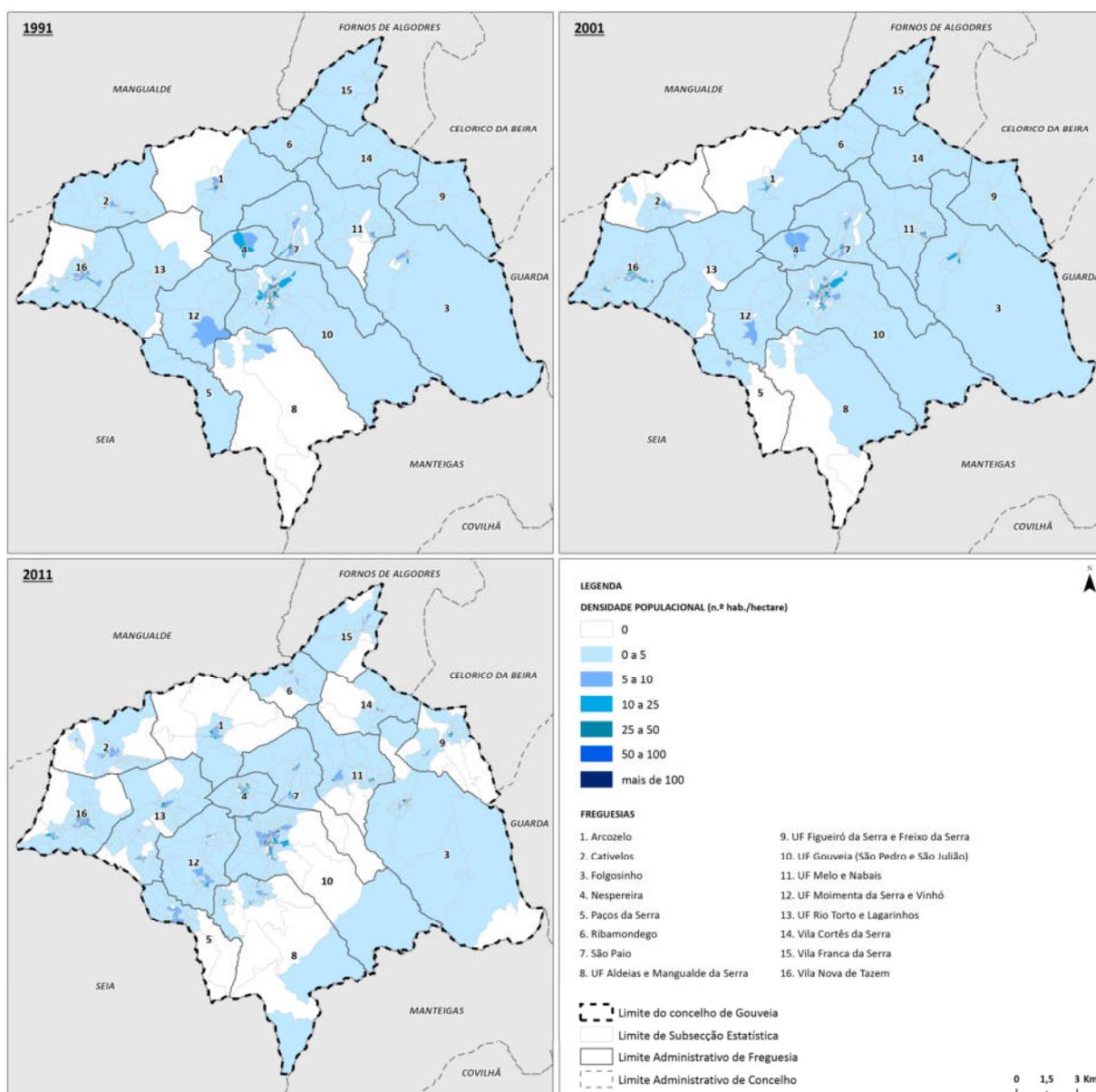


Figura 12. Evolução da distribuição da densidade populacional, por subsecção estatística
(Fonte dos dados: Censos 1991-2001-2011, INE. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; INE, 2020)

Os dados disponibilizados pelo INE, sistematizados na Tabela 19, permitem verificar, para além da generalizada baixa concentração de população nestes territórios da Região Centro de Portugal Continental, o seu evidente decréscimo face a 1991, bem como a tendência de aproximação dos valores registados em Gouveia aos apresentados pela unidade territorial supramunicipal de referência, a Sub-região das Beiras e Serra da Estrela.

Tabela 19. Evolução da densidade populacional (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL	DENSIDADE POPULACIONAL (n.º habitantes/hectare)			VARIÇÃO (%)		
	1991	2001	2011	1991-2011	2001-2011	1991-2011
Beiras e Serra da Estrela (NUT III)	0,42	0,41	0,37	-2,6	-8,8	-11,2
Gouveia (concelho)	0,58	0,54	0,47	-7,4	-12,9	-19,3

Por sua vez, a Tabela 20 discrimina a evolução da população residente (valor absoluto, proporção do total em 2011, densidade e respetiva variação) por lugares censitários, organizados pelas respetivas freguesias.

Relativamente à distribuição da população, Gouveia (sede do concelho) é, já desde 1991, o aglomerado urbano de maior dimensão, albergando, em 2011, cerca de 24,1% do total da população residente. Segue-se, a larga distância, Vila Nova de Tazem, residência de 9,4% do total de habitantes. Por sua vez, Ponte Nova (Vila Franca da Serra) e Novelães (UF de Rio Torto e Lagarinhos) são os aglomerados urbanos menos povoados, com apenas 8 e 18 habitantes, respetivamente.

Em termos de densidade populacional, tal como expectável, Gouveia regista, em 2011, o valor mais elevado (7,5 habitantes/hectare), seguindo-se os lugares de Nespereira e Bairro de Santo António, ambos localizados na freguesia de Nespereira, com uma densidade de 6,4 e 5,8 habitantes/hectare, respetivamente. Por seu turno, os lugares menos densamente ocupados correspondem precisamente aos que albergam menos habitantes (Ponte Nova e Novelães), com densidades de 0,4 e 0,2 habitantes/hectare, respetivamente.

De referir, ainda, que, para além de Ponte Nova e Novelães, oito dos 32 aglomerados urbanos identificados apresentam, igualmente, densidades inferiores a 1 habitante/hectare, designadamente Dobreira e Póvoa da Rainha (Cativelos), Coutinas (Nespereira), Alrote, Eiras e São Cosmado (UF de Aldeias e Mangualde da Serra), Freixo da Serra (UF de Figueiró e Freixo da Serra) e Passarela (UF de Rio Torto e Lagarinhos).

Tabela 20. Evolução da densidade populacional, por lugar censitário (1991-2011)

(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)

LOCALIZAÇÃO			POPULAÇÃO RESIDENTE				DENSIDADE POPULACIONAL (n.º habitantes/hectare)					
			1991	2001	2011		1991	2001	2011	VARIACÃO (%)		
FREGUESIA	CÓD.	LUGAR	n.º	n.º	n.º	%	n.º	n.º	n.º	1991-2011	2001-2011	1991-2011
ARCOZELO	L01	Arcozele	995	848	687	4,9	4,8	3,8	3,0	-21,5%	-20,4%	-37,4%
CATIVELOS	L02	Cativelos	741	681	563	4,0	3,0	2,8	2,3	-8,1%	-18,4%	-25,0%
	L03	Dobreira	59	65	51	0,4	0,9	1,0	0,8	10,2%	-17,1%	-8,7%
	L04	Póvoa da Rainha	171	127	102	0,7	3,0	2,2	1,8	-25,7%	-19,6%	-40,3%
FOLGOSINHO	L05	Folgosinho	551	488	451	3,2	6,5	5,8	5,3	-11,4%	-8,2%	-18,7%
NESPEREIRA	L06	Bairro de Santo António	246	248	208	1,5	6,7	6,8	5,8	0,8%	-14,7%	-14,0%
	L07	Coutinas	n/a	53	55	0,4	n/a	2,0	1,9	n/a	-4,3%	n/a
	L08	Nespereira	628	501	397	2,8	10,4	8,3	6,4	-20,2%	-22,5%	-38,2%
PAÇOS DA SERRA	L09	Paços da Serra	740	710	563	4,0	3,5	3,3	2,6	-4,1%	-20,7%	-23,9%
RIBAMONDEGO	L10	Ribamondego	268	320	302	2,2	1,8	2,1	2,0	19,4%	-5,4%	12,9%
SÃO PAIO	L11	São Paio	917	892	782	5,6	3,4	3,3	2,9	-2,7%	-12,1%	-14,5%
UF DE ALDEIAS E MANGUALDE DA SERRA	L12	Alrote	133	103	88	0,6	2,0	1,5	1,3	-22,6%	-14,5%	-33,8%
	L13	Eiras	103	132	125	0,9	1,6	2,0	1,9	28,2%	-5,2%	21,4%
	L14	Mangualde da Serra	234	195	155	1,1	2,6	2,2	1,7	-16,7%	-20,3%	-33,6%
	L15	São Cosmado	141	100	109	0,8	5,1	3,6	3,8	-29,1%	4,9%	-25,6%
UF DE FIGUEIRÓ DA SERRA E FREIXO DA SERRA	L16	Figueiró da Serra	328	300	260	1,9	2,1	1,9	1,7	-8,5%	-13,3%	-20,7%
	L17	Freixo da Serra	144	120	93	0,7	1,2	1,0	0,8	-16,7%	-22,4%	-35,3%
UD DE GOUVEIA (S. PEDRO E S. JULIÃO)	L18	Gouveia	3.732	3.653	3.380	24,1	9,1	8,9	7,5	-2,1%	-16,1%	-17,9%

LOCALIZAÇÃO			POPULAÇÃO RESIDENTE				DENSIDADE POPULACIONAL (n.º habitantes/hectare)					
			1991	2001	2011		1991	2001	2011	VARIACÃO (%)		
FREGUESIA	CÓD.	LUGAR	n.º	n.º	n.º	%	n.º	n.º	n.º	1991-2011	2001-2011	1991-2011
UF DE MELO E NABAIS	L19	Melo	394	397	312	2,2	2,9	2,9	2,2	0,8%	-22,3%	-21,7%
	L20	Nabainhos	253	204	139	1,0	2,8	2,2	1,5	-19,4%	-31,6%	-44,9%
	L21	Nabais	359	372	339	2,4	1,9	1,9	1,7	3,6%	-9,1%	-5,9%
UF DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ	L22	Moimenta da Serra	824	673	599	4,3	5,1	4,2	3,6	-18,3%	-14,2%	-29,9%
	L23	Vinhó	661	588	477	3,4	4,0	3,6	2,9	-11,0%	-19,5%	-28,4%
UF DE RIO TORTO E LAGARINHOS	L24	Lagarinhos	418	303	290	2,1	2,0	1,4	1,4	-27,5%	-3,1%	-29,8%
	L25	Novelães	29	33	18	0,1	0,4	0,5	0,2	13,8%	-49,4%	-42,4%
	L26	Passarela	190	118	88	0,6	2,8	1,8	1,3	-37,9%	-23,6%	-52,5%
	L27	Rio Torto	574	501	430	3,1	2,7	2,3	2,0	-12,7%	-16,1%	-26,8%
VILA CORTÊS DA SERRA	L28	Vila Cortês da Serra	298	304	253	1,8	1,1	1,2	1,0	2,0%	-18,1%	-16,5%
VILA FRANCA DA SERRA	L29	Ponte Nova	45	22	8	0,1	2,0	1,0	0,4	-51,1%	-63,4%	-82,1%
	L30	Vila Franca da Serra	282	251	227	1,6	2,7	2,4	2,2	-11,0%	-9,8%	-19,7%
VILA NOVA DE TAZEM	L31	Tazem	457	404	317	2,3	3,8	3,4	2,6	-11,6%	-22,0%	-31,0%
	L32	Vila Nova de Tazem	1.540	1.582	1.327	9,4	5,6	5,8	4,5	2,7%	-21,6%	-19,4%
-	-	<i>Residual</i>	955	834	851	6,1	0,0	0,0	0,0	-	-	-
			17.410	16.122	14.046		3,5	3,0	2,5	-9,9	-17,9	-25,1

- TOTAL -

- MÉDIA (não inclui *Residual*) -

A análise da Tabela 20 permite, ainda, avaliar as variações da densidade populacional nos diversos aglomerados urbanos de Gouveia nos dois períodos intercensitários.

Resultado do acentuado decréscimo da população residente, estas variações, expressas graficamente na Figura 13, apresentam-se maioritariamente negativas, com destaque para Ponte Nova (Vila Franca da Serra) que apresenta, entre 1991 e 2011, uma redução superior a 80%, seguindo-se Passarela (UF de Rio Torto e Lagarinhos) com uma variação negativa superior a 50%. Póvoa da Rainha (Cativelos), Nabainhos (UF de Melo e Nabais) e Novelães (UF de Rio Torto e Lagarinhos) apresentam, igualmente, variações negativas elevadas, todas elas superiores a 40%.

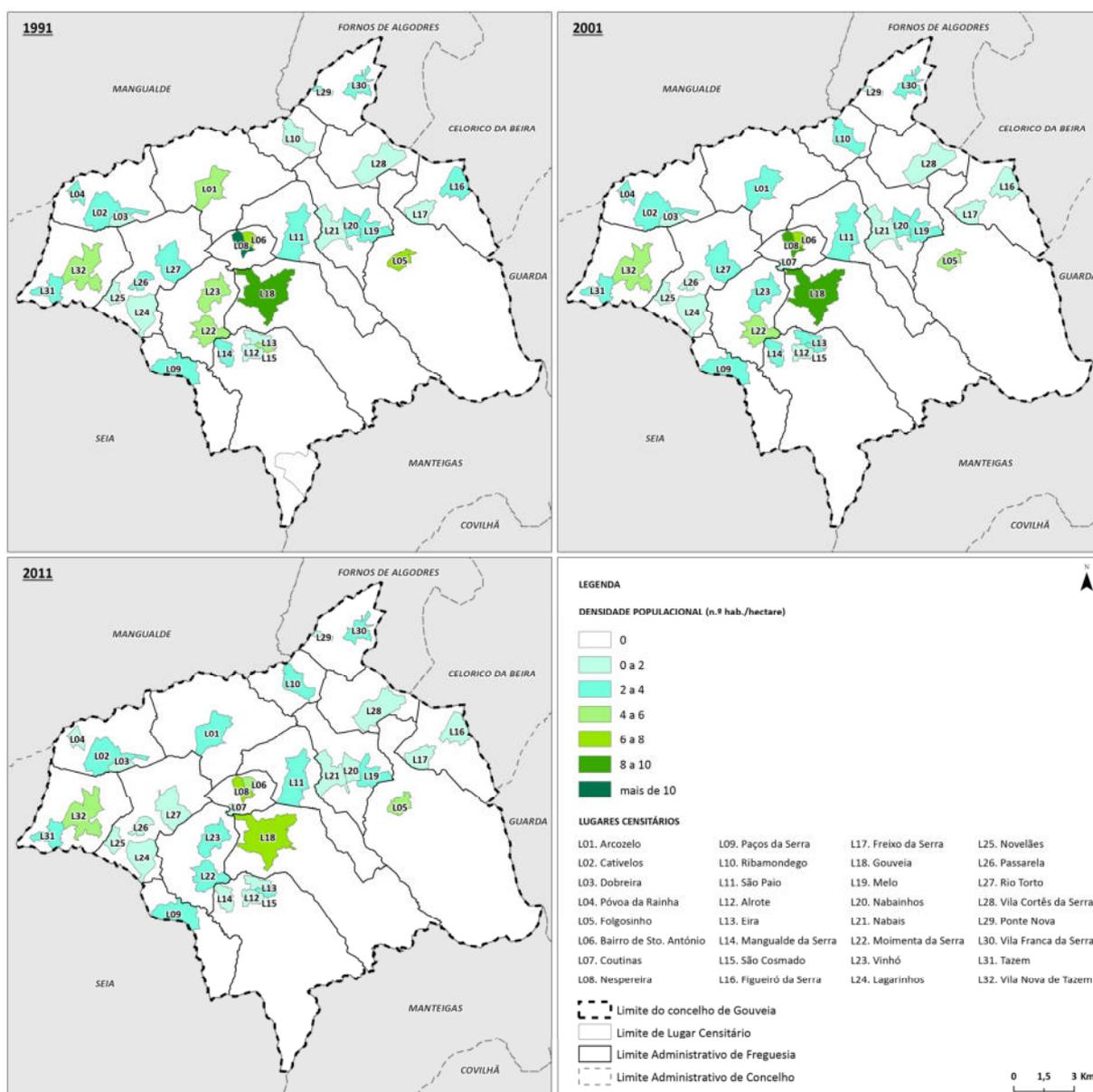


Figura 13. Evolução da distribuição da densidade populacional, por lugar censitário (Fonte dos dados: Censos 1991-2001-2011, INE. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; INE, 2020)

Por outro lado, Eiras (UF de Aldeias e Mangualde da Serra) e Ribamondego apresentam incrementos consideráveis da densidade populacional (21,4% e 12,9%, respetivamente), consequência, sobretudo, das densificações ocorridas na última década do século XX.

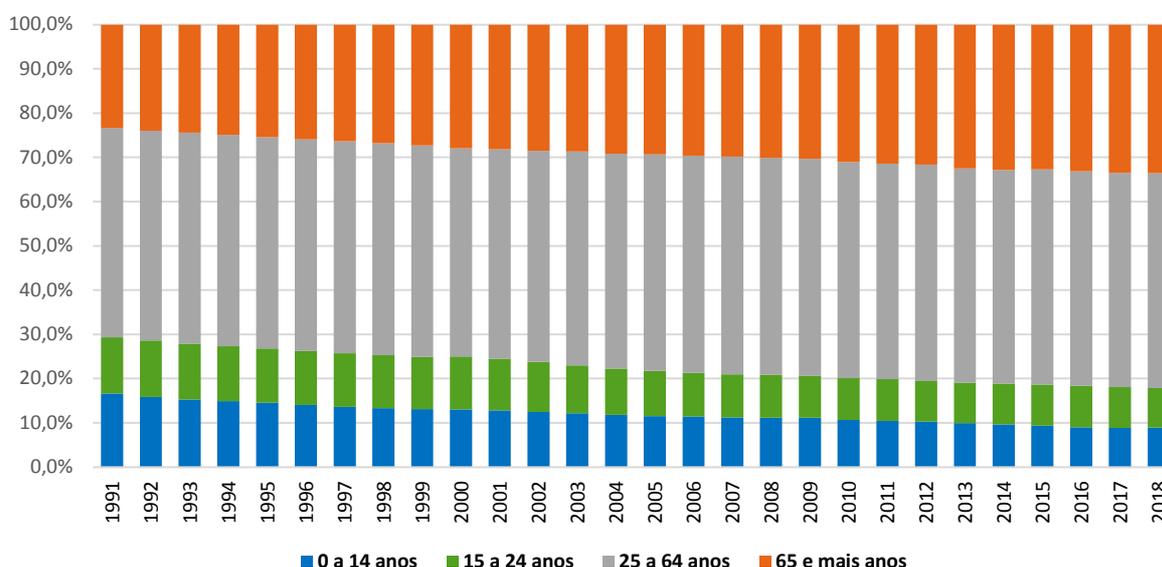
De facto, é no período compreendido entre 1991 e 2001 que ocorre a consolidação urbana de cerca de um terço dos aglomerados de Gouveia, com destaque para Eiras (UF de Aldeias e Mangualde da Serra), Ribamondego, Novelães (UF de Rio Torto e Lagarinhos) e Dobreira (Cativelos). A exceção corresponde a São Cosmado (UF de Aldeias e Mangualde da Serra), onde o ligeiro aumento populacional registado em 2011 — mais nove habitantes face a 2001 — resultou numa variação positiva da densidade populacional, no período 2001-2011, de cerca de 5%.

3.2.3. GRUPOS ETÁRIOS

A análise da evolução da representatividade populacional dos diferentes grupos etários no concelho de Gouveia permite constatar um processo de envelhecimento demográfico, que combina os efeitos da diminuição da população jovem com o aumento do número de idosos.

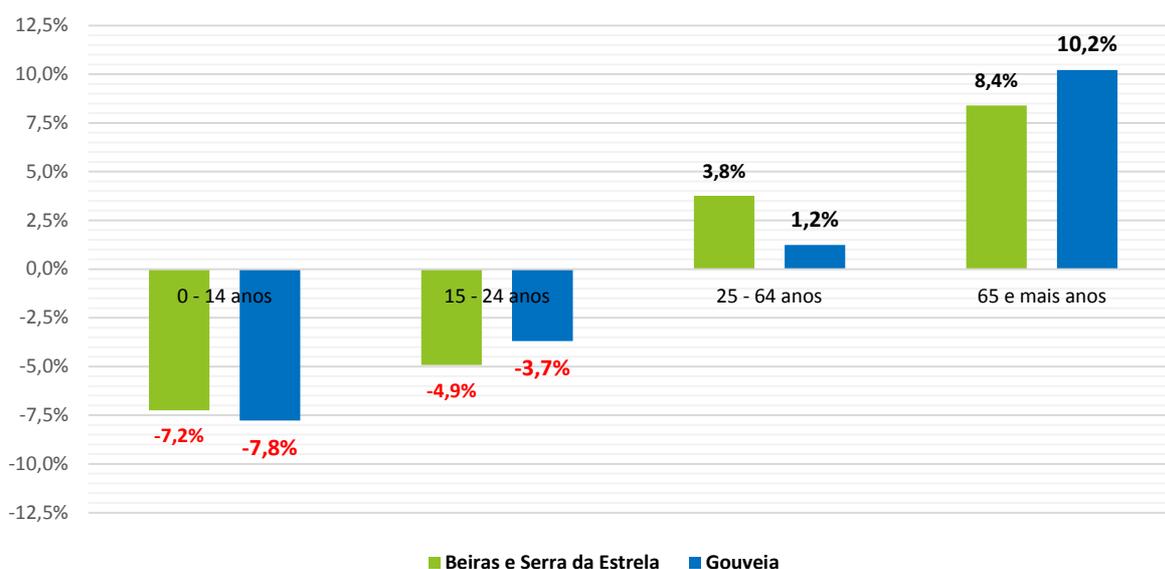
A observação do Gráfico 5 permite comprovar que, ao longo das últimas três décadas, Gouveia tem vindo, progressivamente, a perder jovens (0 a 24 anos) e a ganhar idosos (65 ou mais anos). A percentagem da população adulta ativa (25 a 64 anos) tem vindo, igualmente, a aumentar, embora de forma menos acentuada (1,2% em 27 anos), constituindo-se como a faixa etária predominante.

Gráfico 5. Evolução da proporção da população residente, por grupo etário (1991-2018)
(Fonte: Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, INE)



Esta evolução da estrutura etária da população residente em Gouveia apresenta-se ainda mais gravosa quando comparada com a tendência verificada na Sub-região das Beiras e Serra da Estrela, nomeadamente ao nível da variação negativa da população residente com menos de 15 anos e do aumento significativo dos indivíduos com 65 ou mais anos (Gráfico 6).

Gráfico 6. Variação na população residente (1991-2018)
(Fonte: Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, INE)



Em 1991, o grupo dos jovens com menos de 15 anos representava, em Gouveia, 16,7% da população, enquanto em 2018 passa a corresponder a apenas 8,9% (10,2% nas BSE). A população de jovens em idade ativa (15 a 24 anos) sofre, igualmente, uma redução, passando de 12,7% em 1991 para 9,0% em 2018 (9,2% nas BSE). Por sua vez, o grupo de indivíduos com 65 ou mais anos, que, em 1991, já detinha um peso de 23,3%, passa a representar 33,6% da população em 2018 (28,9% nas BSE).

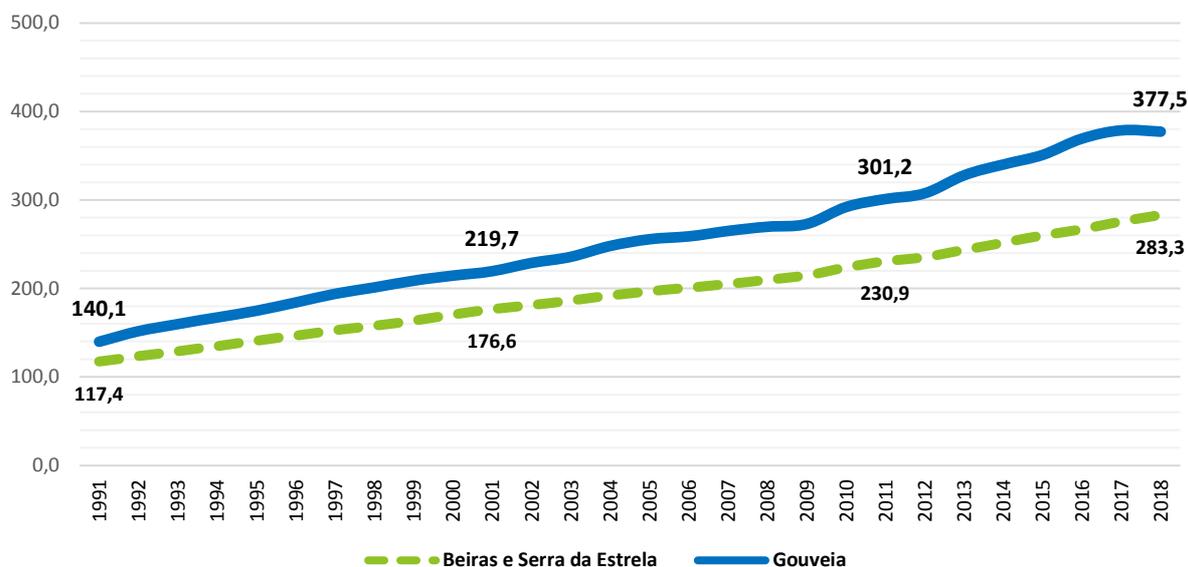
O aumento da proporção de idosos associado à redução da representatividade dos jovens traduz-se no agravamento do índice de envelhecimento, que mede precisamente a relação entre a população idosa (número de pessoas com 65 ou mais anos) e a população jovem (número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos).

Em 1991, já existiam em Gouveia, em média, cerca de 140 idosos por cada 100 jovens, valor bastante inferior ao registado à data do último Censos (301 idosos). A partir de 2011, a situação agrava-se com o aumento daquele valor para 378 em 2018, o que significa que o número de idosos corresponde, atualmente, a cerca do quádruplo do número de jovens no concelho.

O Gráfico 7 permite comparar os valores registados em Gouveia com a Sub-região das Beiras e Serra da Estrela, evidenciando as grandes disparidades existentes entre as duas unidades territoriais.

De referir, no entanto, que, na unidade territorial supramunicipal de referência, o índice de envelhecimento já se apresenta, face ao panorama nacional, extremamente elevado, divergindo consideravelmente de acordo com a tipologia das áreas urbanas. Deste modo, nas áreas predominantemente rurais, o índice de envelhecimento registado pela Sub-região onde o concelho de Gouveia se insere é de 442 idosos por cada 100 jovens (300 em Portugal), nas áreas mediantemente urbanas é de 241 (178 em Portugal) e nas áreas predominantemente urbanas é de 174 (140 em Portugal).

Gráfico 7. Evolução do índice de envelhecimento (1991-2018)
(Fonte: Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, INE)



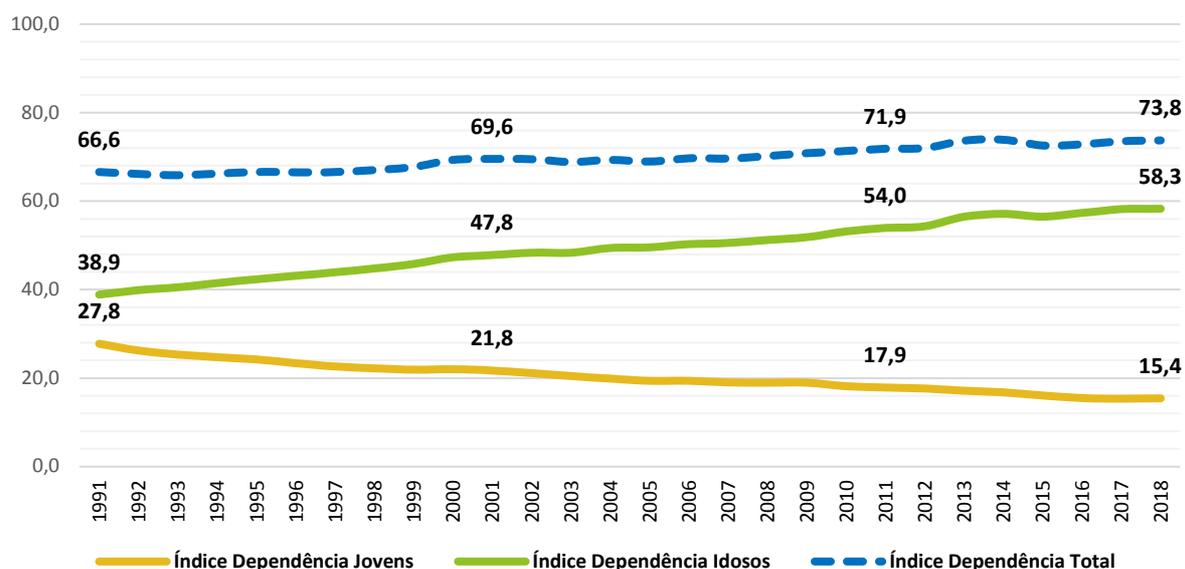
Considerando o índice de dependência total a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa (15 a 64 anos), ou seja, o somatório entre o índice de dependência de jovens (relação entre a população jovem e a população ativa) e o índice de dependência de idosos (relação entre a população idosa e a população ativa), o Gráfico 8 distingue estas três variáveis para o concelho de Gouveia durante o período 1991-2018. A sua observação permite constatar, antes de mais, um cenário de agravamento contínuo do índice de dependência de idosos face ao índice de dependência de jovens.

Desde 1991, o índice de dependência de jovens regista um decréscimo, passando, em média, de 28 jovens (0 a 14 anos) a cargo por cada 100 indivíduos em idade ativa, para os 15. Esta circunstância revela, desde já, a quebra da taxa de fecundidade.

Em igual período, o índice de dependência de idosos aumentou de 39 indivíduos dependentes para 58, reflexo do aumento da esperança média de vida.

Em termos globais, esta evolução traduz-se, em 2018, num aumento de 7 indivíduos dependentes por 100 indivíduos em idade ativa desde 1991 em Gouveia (resultado da redução de 12 jovens e do aumento de 19 idosos), sendo que o peso dos idosos se sobrepõe consideravelmente ao dos jovens. Perfazendo um índice de dependência total de 74, este valor apresenta-se, ainda, bastante superior quando comparado com o registado pela Sub-região das Beiras e Serra da Estrela (64, que corresponde a 47 idosos e a 17 jovens).

Gráfico 8. Evolução dos índices de dependência em Gouveia (1991-2018)
(Fonte: Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, INE)

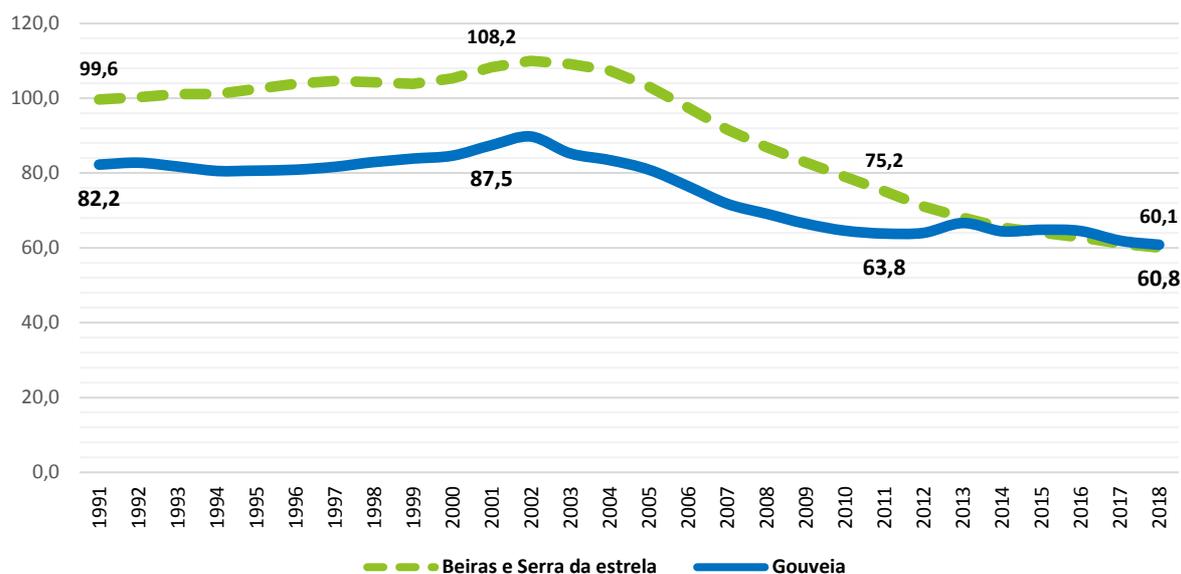


Este pronunciado envelhecimento populacional coloca em causa a garantia de substituição da população ativa e, como tal, o seu índice de renovação. O índice de renovação da população ativa mede, precisamente, a relação entre a população que, potencialmente, está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho (idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e entre os 55 e os 64 anos, respetivamente).

O Gráfico 9 ilustra a evolução do índice de renovação da população ativa em Gouveia e na Sub-região das Beiras e Serra da Estrela, colocando em evidência a dificuldade atual destes territórios em renovar a sua população ativa. Assim, se, em 1991, Gouveia apresenta um índice de renovação da população ativa de 82,2, este registo, apesar de um ligeiro aumento até 2002, diminui drasticamente para 63,8 em 2011, mantendo-se esta tendência decrescente até 2018 com 60,8. Esta situação significa que, atualmente, existem no concelho de Gouveia cerca de 61 jovens entre os 20 e os 29 anos por cada 100 indivíduos entre os 55 e os 64 anos.

De referir, no entanto, que, apesar deste cenário de perda generalizada de população jovem a entrar no mercado de trabalho, os valores registados por Gouveia apresentam-se, desde 2015, superiores aos observados na unidade supramunicipal de referência.

Gráfico 9. Evolução do índice de renovação da população ativa (1991-2018)
(Fonte: Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, INE)



3.2.4. ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS

O número de famílias (clássicas e institucionais) residentes em Gouveia apresenta, em valores globais, um decréscimo de 9,4% no período compreendido entre 1991 e 2011.

Em valores absolutos, o concelho alberga, em 2011, 5.705 famílias (5.681 clássicas e 24 institucionais), o que significa uma redução de 592 famílias face a 1991. A maior proporção desse decréscimo (71,8%) verifica-se, contudo, no período intercensitário 2001-2011 com a diminuição de 425 famílias.

Em termos evolutivos, conforme expressa a Tabela 21, a freguesia de Vila Nova de Tazem e a UF de Gouveia são as únicas unidades territoriais que apresentam ganhos de famílias residentes entre 1991 e 2011: 3,6% (23 famílias) e 2,5% (35 famílias), respetivamente. As restantes unidades territoriais infraconcelhias registam, durante o mesmo período, perdas significativas, com destaque para a diminuição de 88 famílias residentes na UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra, correspondendo a uma redução de 37,1% relativamente aos valores de 1991.

Tabela 21. Evolução das famílias, por freguesia (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)

FREGUESIA	FAMÍLIAS (n.º)			VARIÇÃO (%)		
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011	1991-2011
Arcozelo	392	333	301	-15,1%	-9,6%	-23,2%
Cativelos	374	348	320	-7,0%	-8,0%	-14,4%
Folgosinho	278	232	210	-16,5%	-9,5%	-24,5%
Nespereira	336	325	298	-3,3%	-8,3%	-11,3%
Paços da Serra	278	266	250	-4,3%	-6,0%	-10,1%
Ribamondego	141	133	123	-5,7%	-7,5%	-12,8%
São Paio	359	361	342	0,6%	-5,3%	-4,7%
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	245	223	208	-9,0%	-6,7%	-15,1%
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	237	189	149	-20,3%	-21,2%	-37,1%
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	1.380	1.470	1.415	6,5%	-3,7%	2,5%
UF de Melo e Nabais	400	433	369	8,3%	-14,8%	-7,8%
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	550	492	473	-10,5%	-3,9%	-14,0%
UF de Rio Torto e Lagarinhos	425	390	359	-8,2%	-7,9%	-15,5%
Vila Cortês da Serra	125	131	117	4,8%	-10,7%	-6,4%
Vila Franca da Serra	134	119	105	-11,2%	-11,8%	-21,6%
Vila Nova de Tazem	643	685	666	6,5%	-2,8%	3,6%
CONCELHO	6.297	6.130	5.705	-2,7	-6,9	-9,4

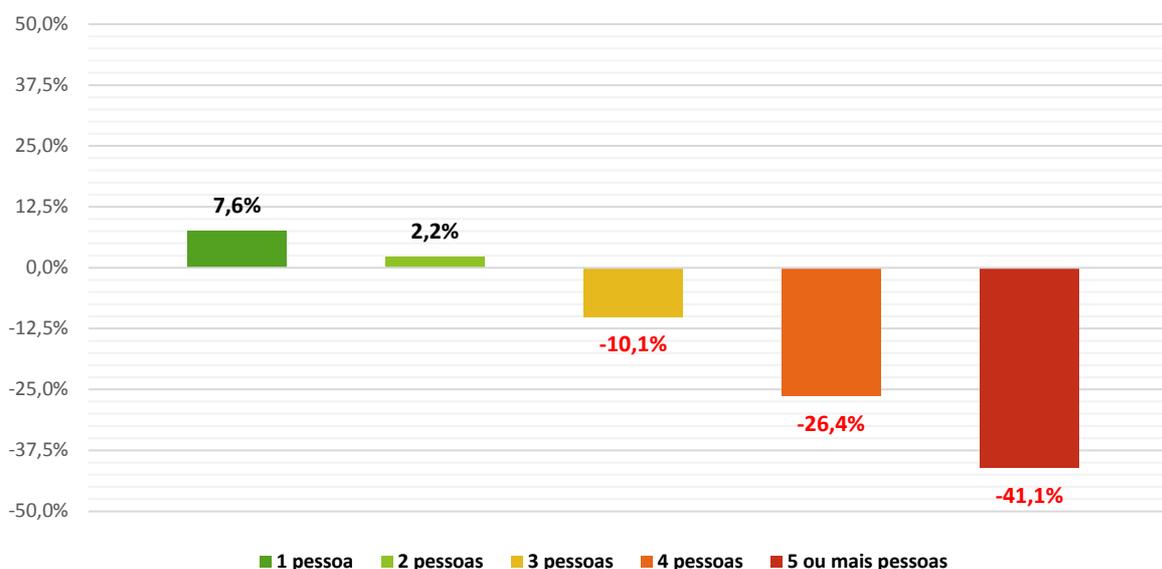
Simultaneamente, a dimensão média das famílias em Gouveia tem vindo, nas últimas décadas, a diminuir. Os dados mais recentes, provenientes do Censos 2011, revelam que o número médio de pessoas por família situa-se em 2,4 indivíduos, que corresponde a menos 0,2 pessoas por família relativamente ao valor registado em 2001 (2,6) e a menos 0,5 pessoas por família relativamente ao valor registado em 1981 (2,9). Esta tendência apresenta-se semelhante à verificada na Sub-região das

Beiras e Serra da Estrela, unidade territorial supramunicipal que, tanto em 2001 como em 2011, regista médias exatamente iguais às observadas no concelho de Gouveia.

Analisando a estrutura familiar, o Gráfico 10 apresenta a variação da dimensão média das famílias clássicas em Gouveia entre 2001-2011, sendo possível constatar um crescimento de 9,8% do número de agregados de menor dimensão, constituídos por uma ou duas pessoas (62,6% do total em 2011). Este cenário não se apresenta, contudo, tão gravoso como o observado ao nível sub-regional, onde, em 2011, se observa um aumento de 18,5% do número de famílias de pequena dimensão.

No polo oposto, assiste-se a uma redução drástica das famílias mais numerosas, principalmente daquelas que são constituídas por cinco ou mais pessoas (-41,1%), correspondendo, em Gouveia, a somente 4,6% do total em 2011. Por sua vez, as famílias constituídas por três ou quatro pessoas representam cerca de um terço do total das famílias clássicas residentes no concelho.

Gráfico 10. Variação da dimensão média das famílias clássicas em Gouveia (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



3.2.5. ESCOLARIDADE

Os dados censitários disponibilizados pelo INE revelam que, apesar de uma evolução positiva da taxa de analfabetismo em Gouveia (Gráfico 11), a percentagem registada em 2011 apresenta-se, ainda, consideravelmente elevada (9,2%) e superior à registada pela Sub-região das Beiras e Serra da Estrela (8,8%).

Por sua vez, a análise infraconcelhia permite assinalar algumas disparidades entre as diversas freguesias que constituem o concelho de Gouveia, salientando-se que a taxa de analfabetismo de cada uma das (novas) uniões de freguesias resulta do cálculo da média aritmética dos valores registados em cada uma das freguesias agregadas (Gráfico 12).

Gráfico 11. Evolução da taxa de analfabetismo (1981-2011)
(Fonte: Censos 1981-1991-2001-2011, INE)

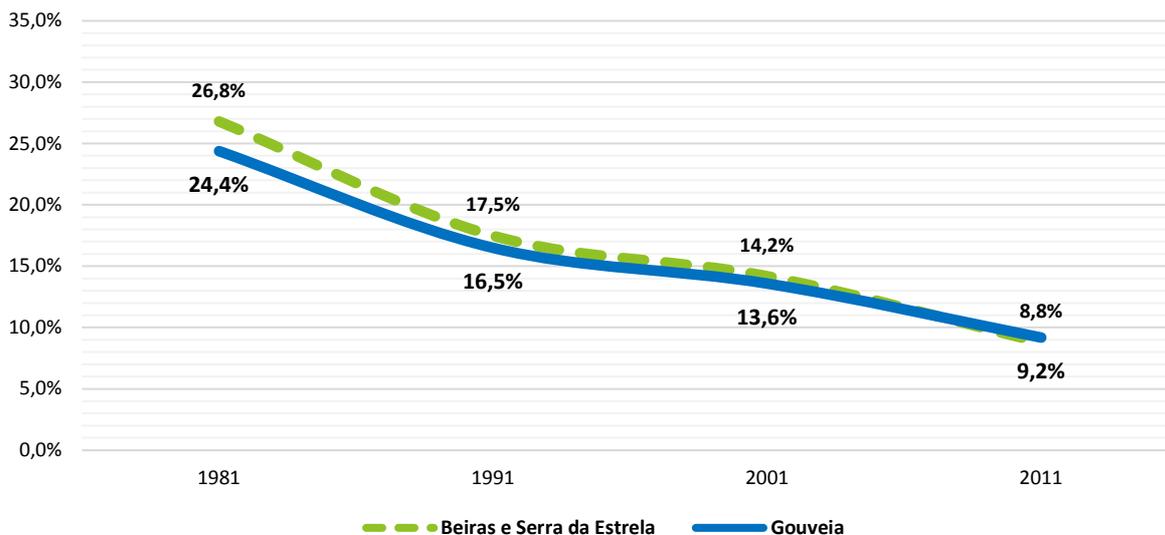
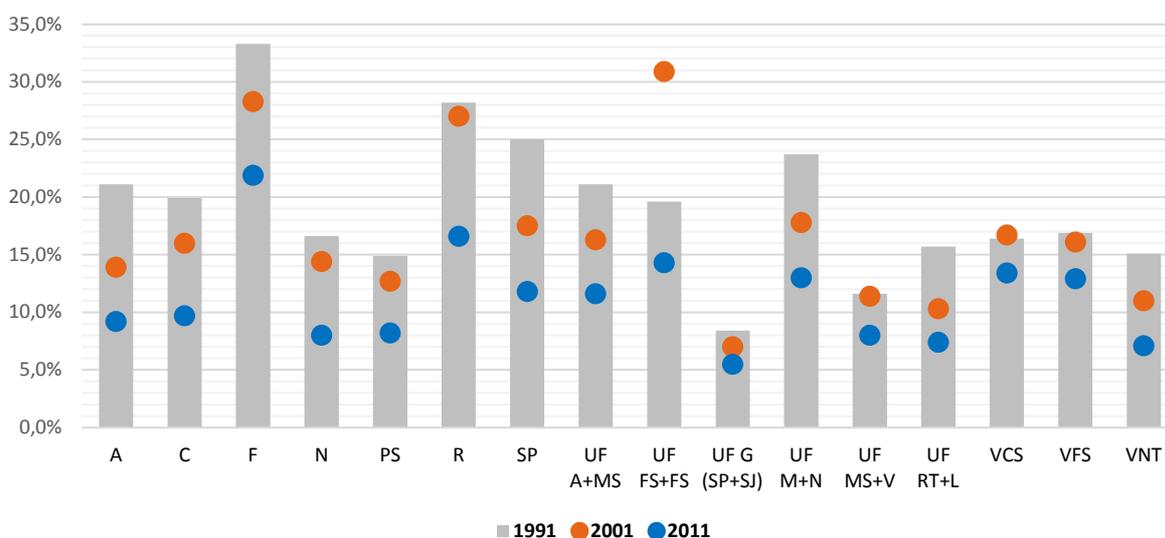


Gráfico 12. Evolução da taxa de analfabetismo, por freguesia (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)



Nota: A taxa de analfabetismo de cada uma das uniões de freguesias presentes resulta do cálculo da média aritmética dos valores registados em cada uma das freguesias agregadas.

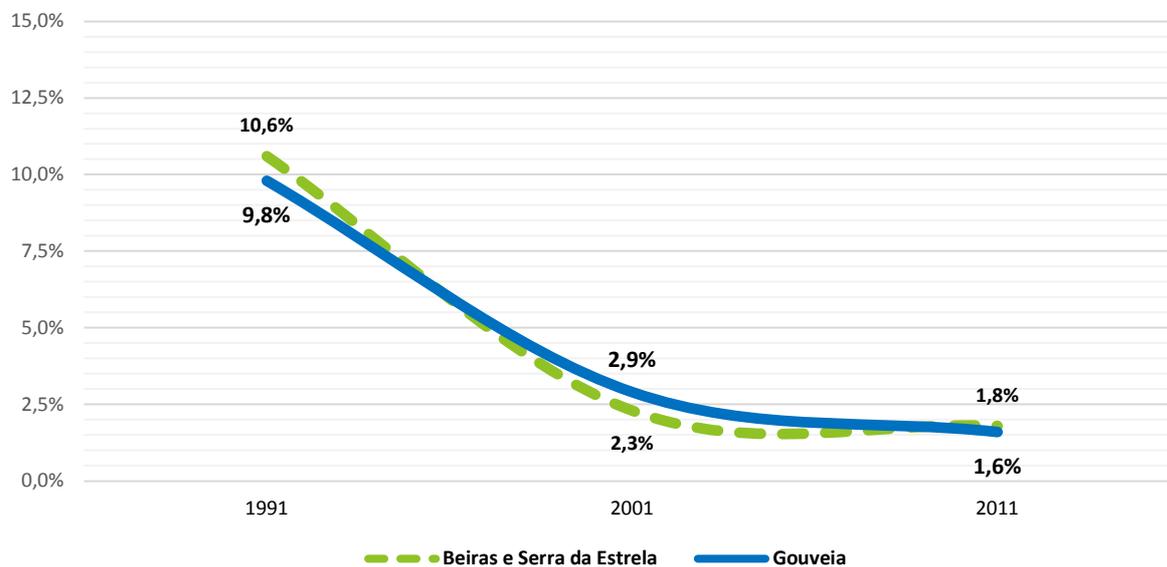
A - Arcozelo; C - Cativelos; F - Folgosinho; N - Nespereira; PS - Paços da Serra; R - Ribamondego; SP - São Paio; UF A+MS - UF de Aldeias e Mangualde da Serra; UF FS+FS - UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra; UF G (SP+SJ) - UF de Gouveia (São Pedro e São Julião); UF M+N - UF de Melo e Nabais; UF MS+V - UF de Moimenta da Serra e Vinhó; UF RT+L - UF de Rio Torto e Lagarinhos; VCS - Vila Cortês da Serra; VFS - Vila Franca da Serra; VNT - Vila Nova de Tazem.

A observação do Gráfico 12 permite, antes de mais, constatar que as freguesias de Folgoso e de Ribamondego apresentam, desde 1991, as taxas mais altas de analfabetismo no concelho de Gouveia. Por sua vez, a UF de Gouveia, Vila Nova de Tazem e a UF de Rio Torto e Lagarinhos registam os valores mais baixos desde o início do século XXI.

Em termos evolutivos, as freguesias de Arcozelo e Vila Nova de Tazem constituem as duas unidades territoriais que registam, entre 1991 e 2011, a evolução mais positiva em termos de descida da percentagem de pessoas que não sabe ler nem escrever, designadamente -56,4% e -53,0%, respetivamente. Seguem-se a UF de Rio Torto e Lagarinhos, São Paio, Nespereira e Cativelos, todas com decréscimos superiores a 50%.

A análise dos dados censitários revela, igualmente, uma evolução positiva da taxa de abandono escolar (percentagem da população com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9.º ano), registando-se, em Gouveia, uma média de 1,6%, valor ligeiramente superior ao apresentado pela Sub-região das Beiras e Serra da Estrela (Gráfico 13).

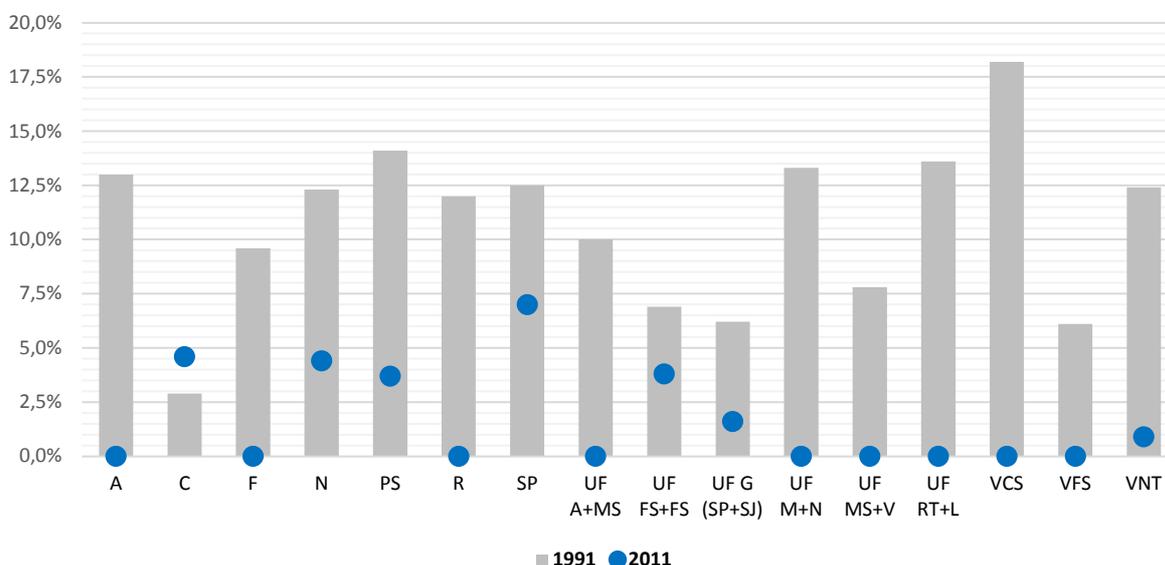
Gráfico 13. Evolução da taxa de abandono escolar (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)



Também para este indicador se verificam assimetrias infraconcelhias assinaláveis, conforme é possível constatar através da observação do Gráfico 14. De referir que, à semelhança do indicado para a taxa de analfabetismo, a taxa de abandono escolar de cada uma das (novas) uniões de freguesias resulta do cálculo da média aritmética dos valores registados em cada uma das freguesias agregadas.

A maioria das freguesias/uniões de freguesias de Gouveia (9 de um total de 16) apresenta, em 2011, valores nulos de abandono escolar, enquanto cinco unidades territoriais registam percentagens superiores à média concelhia, designadamente, por ordem decrescente, São Paio (7,0%), Cativelos (4,6%), Nespereira (4,4%), a UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra (3,8%) e Paços da Serra (3,7%). Por seu turno, a UF de Gouveia e Vila Nova de Tazem apresentam valores iguais ou inferiores à média do concelho (1,6% e 0,9%, respetivamente).

Gráfico 14. Evolução da taxa de abandono escolar, por freguesia (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2011, INE)



Nota: A taxa de analfabetismo de cada uma das uniões de freguesias presentes resulta do cálculo da média aritmética dos valores registados em cada uma das freguesias agregadas.

A - Arcozelo; C - Cativelos; F - Folgosinho; N - Nespereira; PS - Paços da Serra; R - Ribamondego; SP - São Paio; UF A+MS - UF de Aldeias e Mangualde da Serra; UF FS+FS - UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra; UF G (SP+SJ) - UF de Gouveia (São Pedro e São Julião); UF M+N - UF de Melo e Nabais; UF MS+V - UF de Moimenta da Serra e Vinhó; UF RT+L - UF de Rio Torto e Lagarinhos; VCS - Vila Cortês da Serra; VFS - Vila Franca da Serra; VNT - Vila Nova de Tazem.

Relativamente aos níveis de escolaridade, a Tabela 22, relativa à população residente, em 2001 e 2011, com 15 ou mais anos, reflete uma evolução positiva nos níveis escolares mais elevados. A exceção pertence ao ensino médio, onde se verifica um decréscimo de 12,5%.

No período em análise assiste-se, igualmente, a uma diminuição de cerca de 46,3% da proporção da população sem escolarização, bem como de 17,7% da proporção de indivíduos detentores do 1.º e 2.º ciclos. Em contrapartida, a percentagem de indivíduos detentores do 3.º ciclo e do ensino secundário

creceu (19,1% e 14,3%, respetivamente), sendo que o maior incremento se verifica ao nível do ensino superior, com um expressivo aumento de 75,3%.

Tabela 22. Evolução da proporção dos níveis de escolaridade (2001-2011)

(Fonte: Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, INE)

ANO	SEM ESCOLARIZAÇÃO	1.º CICLO	2.º CICLO	3.º CICLO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR
2001 (%)	28,2	37,6	10,1	11,1	8,0	0,6	4,5
2011 (%)	16,9	38,4	10,3	14,8	10,2	0,6	8,8
VARIAÇÃO (%)	-46,3	-8,9	-8,8	19,1	14,3	-12,5	75,3

De referir, no entanto, que o nível de escolaridade dominante em Gouveia continua a ser o 1.º ciclo, com uma representatividade de 38,4% da população, seguindo-se a preocupante proporção (16,9%) dos indivíduos com 15 ou mais anos sem escolarização. Com o nível superior completo regista-se uma percentagem de apenas 8,8% da população, valor inferior ao registado, em 2011, para o conjunto dos 15 municípios que constituem atualmente a Sub-região das Beiras e Serra da Estrela (10,6%).

3.3. PARQUE EDIFICADO

No presente subcapítulo, desenvolve-se uma análise genérica do parque edificado presente no concelho de Gouveia, focando, sobretudo, as tendências de evolução do número, tipologias e outras características dos edifícios e dos alojamentos familiares.

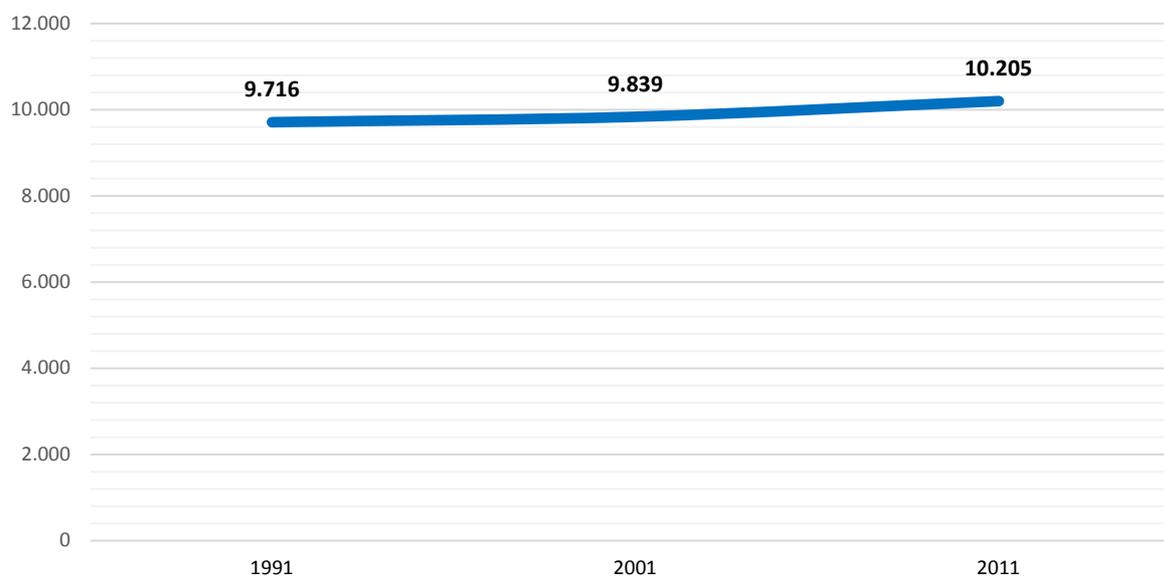
3.3.1. EDIFÍCIOS

Os edifícios clássicos constituem o universo em análise, com destaque para o estudo das variáveis que dizem respeito, sobretudo, às características dos edifícios habitacionais existentes em Gouveia em 2011.

EVOLUÇÃO DO PARQUE EDIFICADO

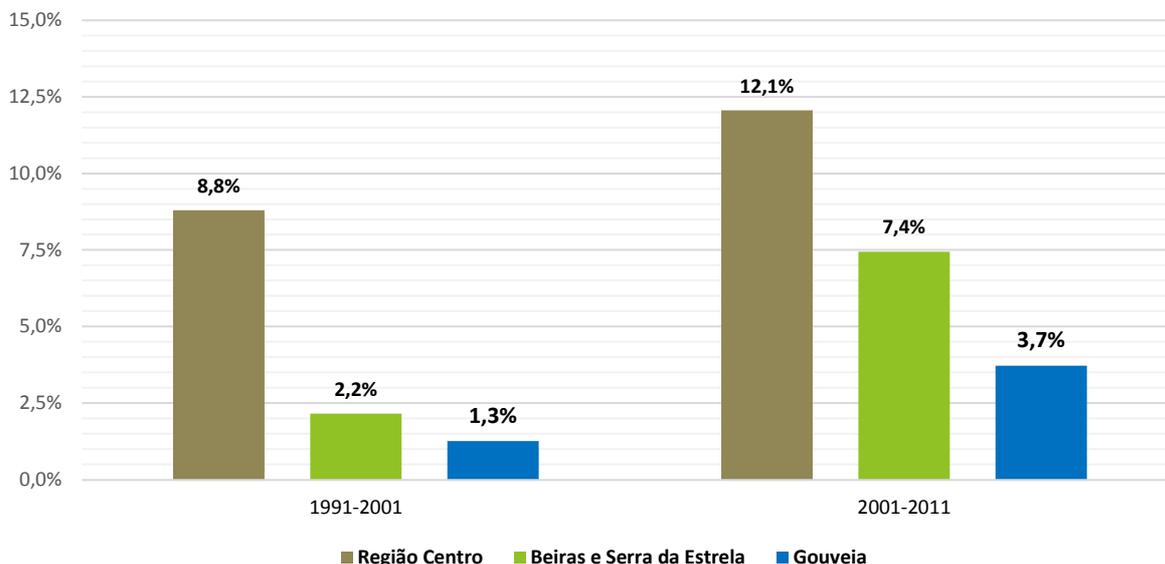
Conforme indicado no Gráfico 15, o número de edifícios localizados no concelho de Gouveia regista, nos últimos dois períodos intercensitários, um crescimento contínuo — mais expressivo na última década em análise —, tendo passado de 9.716, em 1991, para 10.205, em 2011 (+5,0%).

Gráfico 15. Evolução dos edifícios clássicos (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)



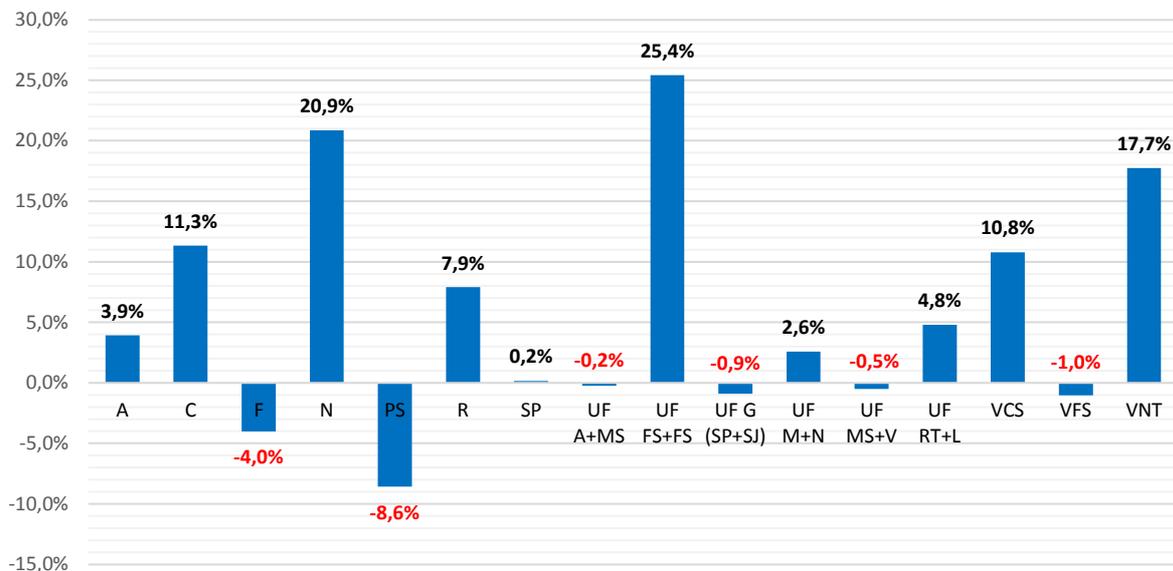
No entanto, apesar de positivo, comparativamente com as unidades territoriais supramunicipais (Região Centro e Sub-região das Beiras e Serra da Estrela), este incremento do número de edifícios em Gouveia não se apresenta tão acentuado (Gráfico 16).

Gráfico 16. Variação dos edifícios clássicos (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)



No nível infraconcelhio, o Gráfico 17 evidencia as assimetrias existentes quanto ao ritmo de crescimento do número de edifícios.

Gráfico 17. Variação dos edifícios clássicos, por freguesia (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)



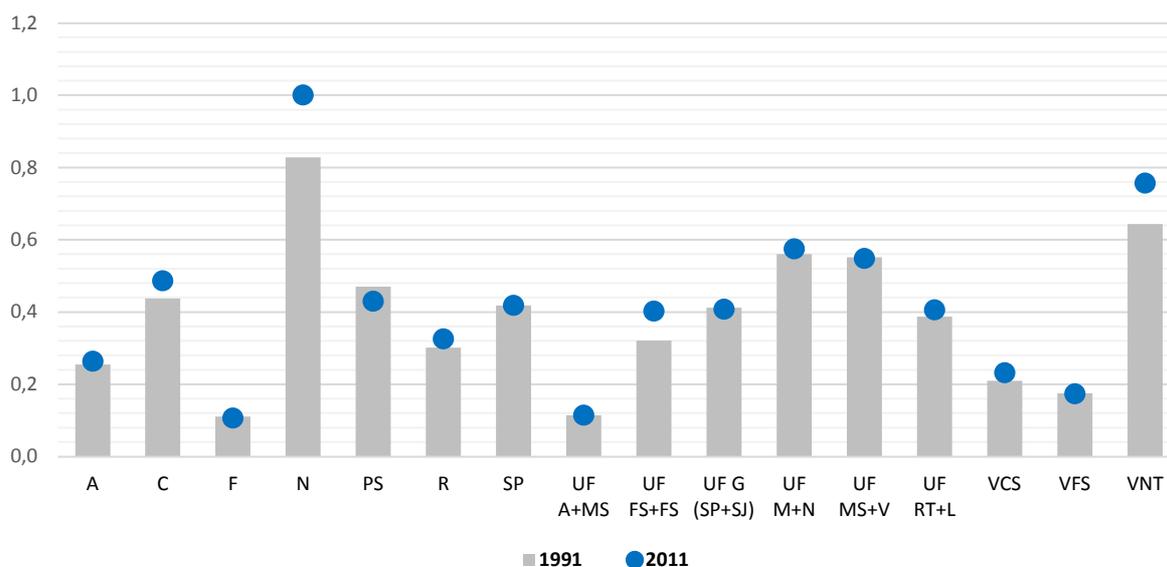
Nota: A - Arcozelo; C - Cativels; F - Folgosinho; N - Nespereira; PS - Paços da Serra; R - Ribamondego; SP - São Paio; UF A+MS - UF de Aldeias e Mangualde da Serra; UF FS+FS - UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra; UF G (SP+SJ) - UF de Gouveia (São Pedro e São Julião); UF M+N - UF de Melo e Nabais; UF MS+V - UF de Moimenta da Serra e Vinhó; UF RT+L - UF de Rio Torto e Lagarinhos; VCS - Vila Cortês da Serra; VFS - Vila Franca da Serra; VNT - Vila Nova de Tazem.

No período em análise, a UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra regista a mais alta taxa de crescimento de edifícios (25,4%), seguindo-se a freguesia de Nespereira com um aumento de 20,9% do seu parque edificado. No entanto, o somatório dos novos edifícios construídos naquelas duas unidades territoriais (197 unidades) assemelha-se ao total registado apenas por Vila Nova de Tazem durante o mesmo período (182 unidades), sendo que o conjunto perfaz 77,5% do número total de novos edifícios construídos em Gouveia entre 1991 e 2011. No polo oposto, Paços da Serra é a freguesia que apresenta a taxa mais alta de crescimento negativo, com menos 42 edifícios clássicos recenseados em 2011 (metade do decréscimo registado em todo o concelho). Segue-se Folgoso e a UF de Gouveia, com menos 23 e 13 edifícios registados, respetivamente. Finalmente, as unidades territoriais infraconcelhias que apresentam alguma estagnação em termos construtivos são Vila Franca da Serra (menos dois edifícios), a UF de Aldeias e Mangualde da Serra (menos um edifício) e São Paio (mais um edifício).

DENSIDADE DO EDIFICADO

A maior concentração de edifícios clássicos verifica-se em Nespereira, que apresenta, contudo, uma densidade de apenas um edifício/hectare em 2011. De facto, conforme é possível observar no Gráfico 18, todo o concelho de Gouveia regista, desde 1991, densidades do edificado bastante reduzidas.

Gráfico 18. Evolução da densidade do edificado, por freguesia (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2011, INE)



Nota: A - Arcozelo; C - Cativelos; F - Folgoso; N - Nespereira; PS - Paços da Serra; R - Ribamondego; SP - São Paio; UF A+MS - UF de Aldeias e Mangualde da Serra; UF FS+FS - UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra; UF G (SP+SJ) - UF de Gouveia (São Pedro e São Julião); UF M+N - UF de Melo e Nabais; UF MS+V - UF de Moimenta da Serra e Vinhó; UF RT+L - UF de Rio Torto e Lagarinhos; VCS - Vila Cortês da Serra; VFS - Vila Franca da Serra; VNT - Vila Nova de Tazem.

Apesar de pouco expressivos, os maiores incrementos em termos de densificação do edificado no período 1991-2011 pertencem a Nespereira, com um aumento de 0,2 edifícios/hectare, seguindo-se Vila Nova de Tazem e a UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra, ambas a registar um acréscimo de 0,1 edifícios/hectare. Por outro lado, destacam-se a freguesia de Folgoso e a UF Aldeias e Mangualde da Serra como as unidades territoriais infraconcelhias onde se verificam as mais baixas densidades, na ordem de somente 0,1 edifícios/hectare.

Por sua vez, a Figura 14 expressa, através da representação do indicador densidade de edifícios por subsecção estatística, esta baixa concentração de edifícios na generalidade do território concelhio.

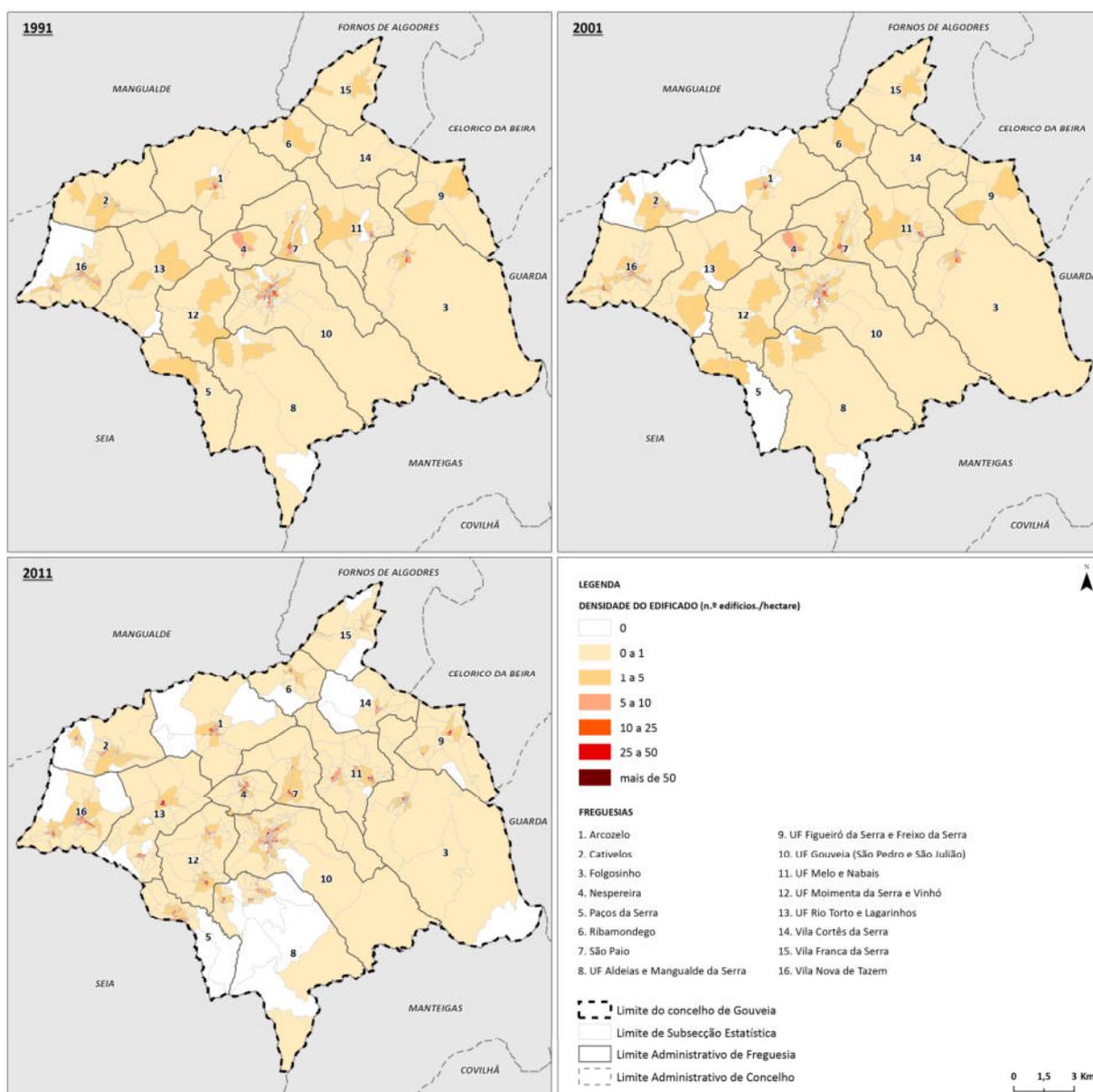


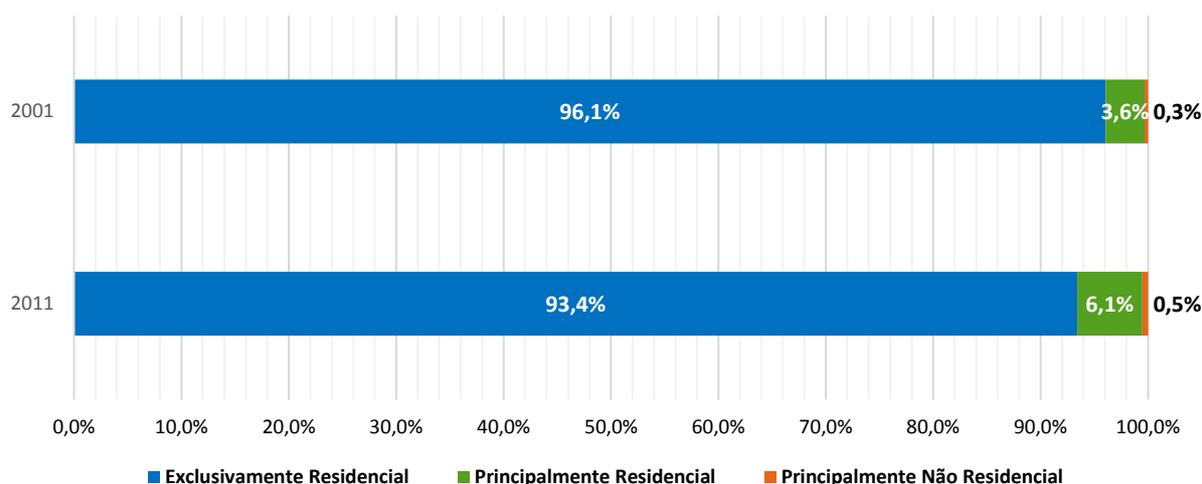
Figura 14. Evolução da densidade do edificado, por subsecção estatística
(Fonte dos dados: Censos 1991-2001-2011, INE. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; INE, 2011)

Tal como expectável, a construção concentra-se, sobretudo, nos pequenos aglomerados urbanos presentes no território, que apresentam densidades médias de 5 a 10 edifícios por hectare.

FUNÇÕES URBANAS

A leitura do Gráfico 19 permite constatar que, em Gouveia, o parque edificado se apresenta marcadamente residencial, verificando-se que, em 2011, somente 6,6% dos edifícios do concelho apresentava outra função para além da habitacional. No entanto, verifica-se também uma tendência de crescimento daquela percentagem, uma vez que, em 2001, correspondia a apenas 3,9%, pressupondo um relativo aumento da multifuncionalidade nos aglomerados urbanos.

Gráfico 19. Evolução da proporção da função dos edifícios clássicos (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



No nível infraconcelhio, conforme é possível comprovar através da análise da Tabela 23, a UF de Aldeias e Mangualde da Serra e Cativelos são as unidades territoriais que, em 2011, apresentam a maior e a menor proporção de edifícios exclusivamente residenciais (99,1% e 82,5, respetivamente).

Em termos evolutivos, Cativelos é a freguesia onde, entre 2001 e 2011, se assiste ao maior decréscimo de edifícios unicamente residenciais (-15,2%), seguindo-se Folgosinho com -10,0%, em detrimento, sobretudo, dos edifícios que incluem, para além da habitação, outros usos. No polo oposto, Nespereira apresenta, no mesmo período, o maior aumento deste tipo de edifícios (+4,1%).

Tabela 23. Evolução da proporção de edifícios clássicos por função e por freguesia (2001-2011)

(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

FREGUESIA	EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL (%)			PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL (%)			PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL (%)		
	2001	2011	2001-2011	2001	2011	2001-2011	2001	2011	2001-2011
Arcozelo	97,3	98,0	0,6	2,2	1,9	-0,3	0,5	0,2	-0,3
Catavelos	97,7	82,5	-15,2	2,3	16,2	13,9	0,0	1,3	1,3
Folgosinho	98,9	88,9	-10,0	1,1	11,1	10,0	0,0	0,0	-
Nespereira	94,1	98,1	4,1	5,7	1,5	-4,2	0,2	0,4	0,2
Paços da Serra	94,9	96,2	1,3	4,3	3,8	-0,4	0,9	0,0	-0,9
Ribamondego	96,9	96,3	-0,5	2,7	3,3	0,5	0,4	0,4	-
São Paio	99,0	95,1	-3,9	1,0	4,8	3,8	0,0	0,2	0,2
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	98,1	99,1	1,0	1,9	0,7	-1,2	0,0	0,2	0,2
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	97,9	97,9	-	2,1	1,9	-0,2	0,0	0,2	0,2
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	92,4	90,8	-1,6	6,8	7,9	1,1	0,8	1,3	0,5
UF de Melo e Nabais	96,4	96,6	0,2	3,2	2,9	-0,3	0,4	0,5	0,1
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	96,0	89,8	-6,2	3,7	10,1	6,4	0,3	0,1	-0,1
UF de Rio Torto e Lagarinhos	97,5	96,7	-0,8	1,8	2,9	1,1	0,7	0,4	-0,3
Vila Cortês da Serra	97,2	91,4	-5,7	2,8	8,2	5,3	0,0	0,4	0,4
Vila Franca da Serra	95,9	97,4	1,5	3,2	0,0	-3,2	0,9	2,6	1,7
Vila Nova de Tazem	93,8	91,6	-2,1	6,2	7,9	1,7	0,0	0,4	0,4
CONCELHO	96,1	93,4	-2,6	3,6	6,1	2,4	0,3	0,5	0,2

Vila Franca da Serra é a freguesia que ostenta a maior proporção de edifícios principalmente não residenciais e, como tal, o maior crescimento registado entre 2001 e 2011. Por seu lado, Paços da Serra detém, durante o mesmo período, o maior decréscimo deste tipo de edifícios (-0,9%), apresentando-se, a par de Folgoso — que mantém o registo de 2001 —, como as duas únicas freguesias do concelho de Gouveia sem qualquer edifício que não possua, como função predominante, a habitacional.

DATA DE CONSTRUÇÃO

O concelho de Gouveia apresenta um parque edificado relativamente recente, constatando-se que 91,2% dos edifícios do concelho foram construídos a partir de 1946 e 43,3% após o início da década de 80 do século passado.

A leitura dos dados à escala da freguesia, possibilitada pela observação da Tabela 24, permite distinguir, em termos de antiguidade do parque edificado, os territórios Intra concelhos.

Tabela 24. Data de construção dos edifícios clássicos, por freguesia (2011)
(Fonte: Censos 2011, INE)

FREGUESIA	ATÉ 1945		1946-1980		1980-2011		TOTAL
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º
Arcozelo	80	12,6	284	44,7	271	42,7	635
Catavolos	126	18,3	292	42,5	269	39,2	687
Folgoso	106	19,3	188	34,2	256	46,5	550
Nespereira	25	4,6	232	43,0	282	52,3	539
Paços da Serra	175	39,1	134	30,0	138	30,9	447
Ribamondego	26	10,6	121	49,2	99	40,2	246
São Paio	51	7,8	399	61,2	202	31,0	652
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	100	23,3	152	35,4	177	41,3	429
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	128	25,0	168	32,7	217	42,3	513
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	261	18,0	565	39,0	622	43,0	1.448
UF de Melo e Nabais	228	27,4	240	28,9	363	43,7	831
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	65	8,3	367	46,7	354	45,0	786
UF de Rio Torto e Lagarinhos	263	33,5	149	19,0	374	47,6	786
Vila Cortês da Serra	64	24,9	86	33,5	107	41,6	257
Vila Franca da Serra	31	16,2	66	34,6	94	49,2	191
Vila Nova de Tazem	196	16,2	423	35,0	589	48,8	1.208
CONCELHO	1.925	18,9	3.866	37,9	4.414	43,3	10.205

Dos 1.925 edifícios construídos até 1945 em Gouveia, as proporções mais elevadas (superiores a 10%) localizam-se, por ordem decrescente, na UF de Rio Torto e Lagarinhos (13,7%), UF de Gouveia (13,6%), UF de Melo e Nabais (11,8%) e em Vila Nova de Tazem (10,2%). Por outro lado, Paços da Serra destaca-se como a freguesia onde se localiza a maior proporção de edifícios mais antigos, correspondendo a 39,1% do total da freguesia. Segue-se a UF de Rio Torto e Lagarinhos, com 33,5% dos edifícios construídos antes de 1946.

O maior número de edifícios construídos entre 1946 e 1980 localiza-se na UF de Gouveia (565), seguindo-se Vila Nova de Tazem com 423 unidades. No entanto, a maior proporção destes edifícios situa-se em São Paio, que integra 61,2% do parque edificado da freguesia.

Finalmente, o maior número de edifícios construídos após 1981 localiza-se, mais uma vez, na UF de Gouveia e em Vila Nova de Tazem, que integram, respetivamente, 622 (14,1%) e 589 (13,3%) dos 4.414 identificados no concelho. Por sua vez, Nespereira é a freguesia que apresenta, no universo do seu parque edificado, mais de metade de edifícios recentes (52,3%).

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Relativamente ao estado de conservação do parque edificado, a leitura conjunta da Tabela 25 e do Gráfico 20 permite constatar que, em 2011, uma percentagem elevada dos edifícios existentes no concelho de Gouveia necessitava de obras de reparação (25,7%). Permite, ainda, verificar que 2,3% dos edifícios encontram-se em avançado estado de degradação.

A UF de Gouveia é a unidade territorial infraconcelhia que, em 2011, apresenta o maior número de edifícios com necessidades de reparação (473 unidades), sendo que a UF de Moimenta da Serra e Vinhó é a que detém, no seu âmbito geográfico, a maior proporção deste tipo de edifícios (43,8%). No polo oposto, Vila Franca da Serra possui o menor número de edifícios com necessidades de reparação (37 unidades) e a UF de Rio Torto e Lagarinhos a menor proporção, somente 12,5% do total do parque edificado presente na união de freguesias.

Os edifícios muito degradados concentram-se, sobretudo, em Arcozelo, que apresenta o maior número e proporção deste tipo de edifícios (43 unidades e 6,8% do total da freguesia). As UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra e de Melo e Nabais apresentam, igualmente, valores relativos ao avançado estado de degradação do parque edificado consideravelmente superiores à média concelhia. Por outro lado, Folgoso e Vila Franca da Serra, bem como a UF de Rio Torto e Lagarinhos não apresentam, de acordo com os dados mais recentes, qualquer registo de edifícios muito degradados.

Tabela 25. Evolução do estado de conservação dos edifícios clássicos, por freguesia (2001-2011)

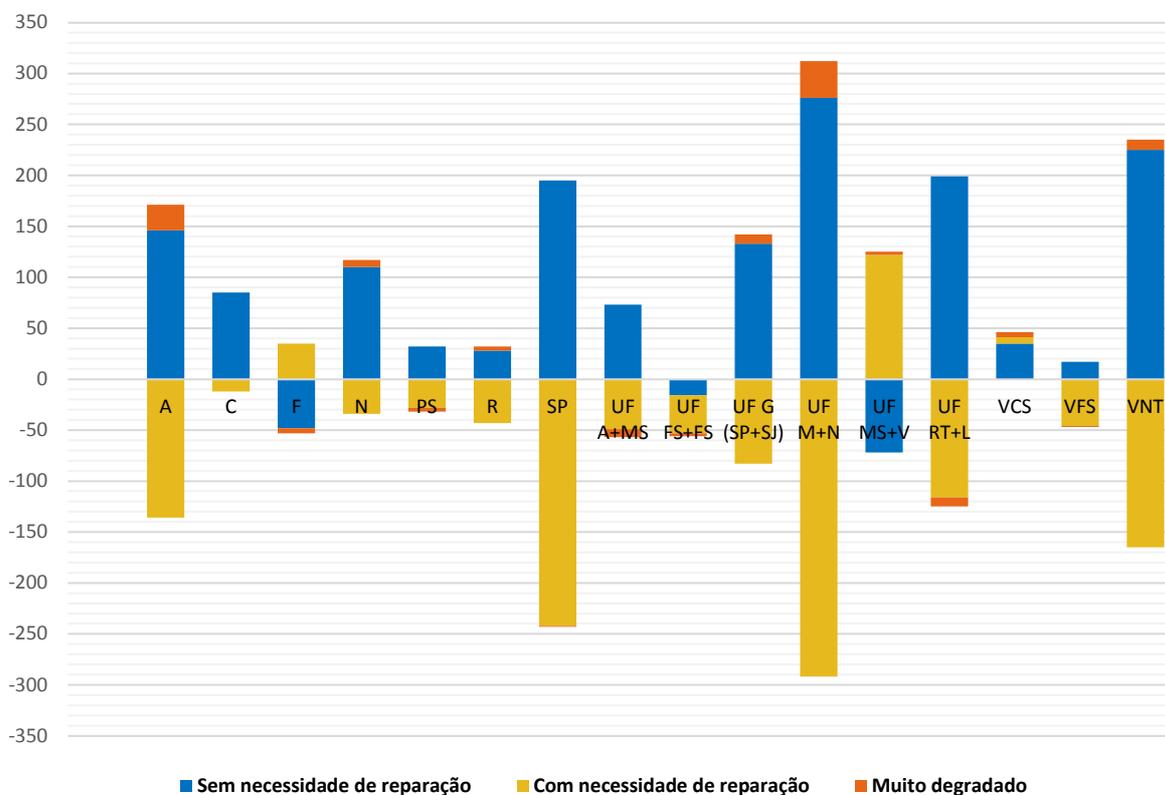
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

FREGUESIA	SEM NECESSIDADE DE REPARAÇÃO				COM NECESSIDADE DE REPARAÇÃO				MUITO DEGRADADO			
	2001		2011		2001		2011		2001		2011	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Arcozelo	293	48,8	439	69,1	289	48,2	153	24,1	18	3,0	43	6,8
Catavelos	434	70,7	519	75,5	177	28,8	165	24,0	3	0,5	3	0,4
Folgosinho	426	75,0	378	68,7	137	24,1	172	31,3	5	0,9	0	0,0
Nespereira	287	62,9	397	73,7	168	36,8	134	24,9	1	0,2	8	1,5
Paços da Serra	263	58,8	295	66,0	172	38,5	144	32,2	12	2,7	8	1,8
Ribamondego	148	57,6	176	71,5	108	42,0	65	26,4	1	0,4	5	2,0
São Paio	284	40,6	479	73,5	401	57,3	159	24,4	15	2,1	14	2,1
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	277	67,1	350	81,6	117	28,3	68	15,9	19	4,6	11	2,6
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	346	60,8	330	64,3	188	33,0	151	29,4	35	6,2	32	6,2
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	811	58,4	944	65,2	556	40,0	473	32,7	22	1,6	31	2,1
UF de Melo e Nabais	364	44,9	640	77,0	443	54,6	151	18,2	4	0,5	40	4,8
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	505	68,9	433	55,1	222	30,3	344	43,8	6	0,8	9	1,1
UF de Rio Torto e Lagarinhos	489	68,7	688	87,5	214	30,1	98	12,5	9	1,3	0	0,0
Vila Cortês da Serra	118	55,9	153	59,5	92	43,6	98	38,1	1	0,5	6	2,3
Vila Franca da Serra	137	62,0	154	80,6	83	37,6	37	19,4	1	0,5	0	0,0
Vila Nova de Tazem	754	66,3	979	81,0	371	32,6	206	17,1	13	1,1	23	1,9
CONCELHO	5.936	60,3	7.354	72,1	3.738	38,0	2.618	25,7	165	1,7	233	2,3

Em termos evolutivos, o concelho de Gouveia regista, entre 2001 e 2011, uma diminuição de 30,0% no número de edifícios com necessidades de reparação (menos 1.120 unidades). No entanto, o número de edifícios muito degradados cresceu 41,2% com a identificação, em 2011, de mais 68 edifícios nestas condições.

Conforme é possível comprovar através da análise do Gráfico 20, a UF de Moimenta da Serra e Vinhó, Folgoso e Vila Cortês da Serra são as três únicas unidades infraconcelhias que apresentam, entre 2001 e 2011, um acréscimo do número de edifícios com necessidades de reparação (55,0%, 25,5% e 6,5%, respetivamente), com destaque para as duas primeiras considerando a expressividade dos valores apresentados. Por seu turno, a UF de Melo e Nabais e São Paio registam as descidas mais significativas da proporção deste tipo de edifícios, com reduções de cerca de dois terços dos valores observados em 2001 em cada uma das freguesias/uniões de freguesias (-65,9% e -60,3%, respetivamente).

Gráfico 20. Variação (n.º) do estado de conservação dos edifícios clássicos, por freguesia (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



Nota: A - Arcozelo; C - Cativelos; F - Folgoso; N - Nespereira; PS - Paços da Serra; R - Ribamondego; SP - São Paio; UF A+MS - UF de Aldeias e Mangualde da Serra; UF FS+FS - UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra; UF G (SP+SJ) - UF de Gouveia (São Pedro e São Julião); UF M+N - UF de Melo e Nabais; UF MS+V - UF de Moimenta da Serra e Vinhó; UF RT+L - UF de Rio Torto e Lagarinhos; VCS - Vila Cortês da Serra; VFS - Vila Franca da Serra; VNT - Vila Nova de Tazem.

No entanto, a mesma UF de Melo e Nabais apresenta, durante o mesmo período, o maior incremento de edifícios muito degradados, na ordem dos 900,0%, uma vez que, em 2001, regista apenas quatro unidades e, em 2011, passa a observar um total de 40, um dos maiores valores identificados ao nível infraconcelhio. Os maiores incrementos verificam-se, igualmente, em Nespereira, Vila Cortês da Serra e Ribamondego, freguesias que, em 2001, registam apenas um único edifício muito degradado, mas que, em 2011, passam a apresentar oito, seis e cinco, respetivamente.

Em termos absolutos, para além da UF de Melo e Nabais, onde se observa, em 2011, um acréscimo de 36 edifícios muito degradados relativamente a 2001, Arcozelo é a freguesia que apresenta o segundo maior número, com um acréscimo de 25 edifícios nestas condições.

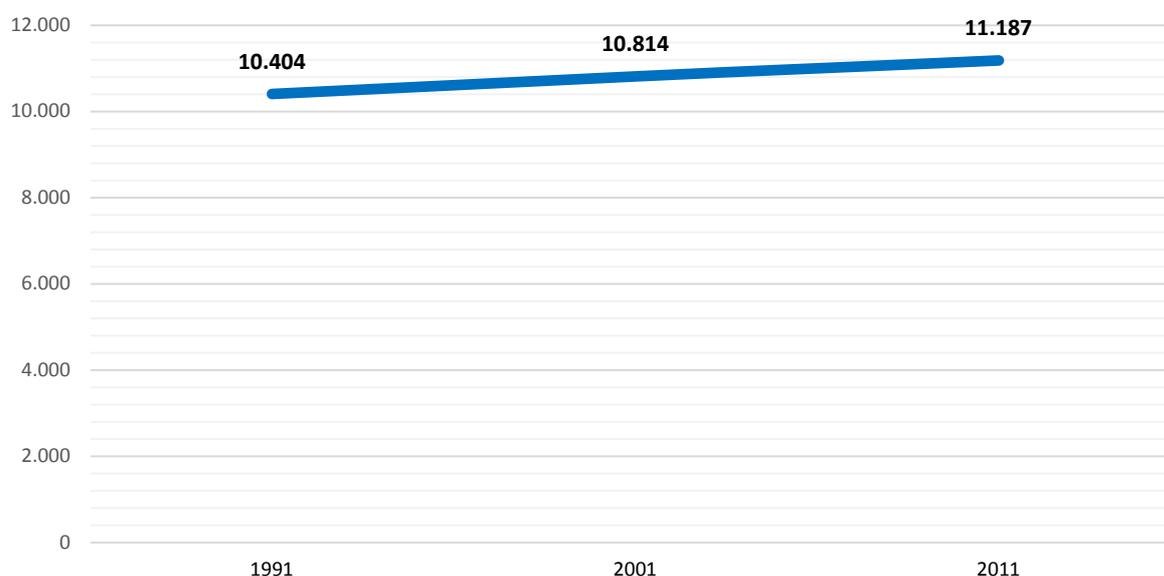
3.3.2. ALOJAMENTOS

Os alojamentos familiares, ou seja, os alojamentos habitualmente destinados a acomodar uma família, constituem o universo da presente análise.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS

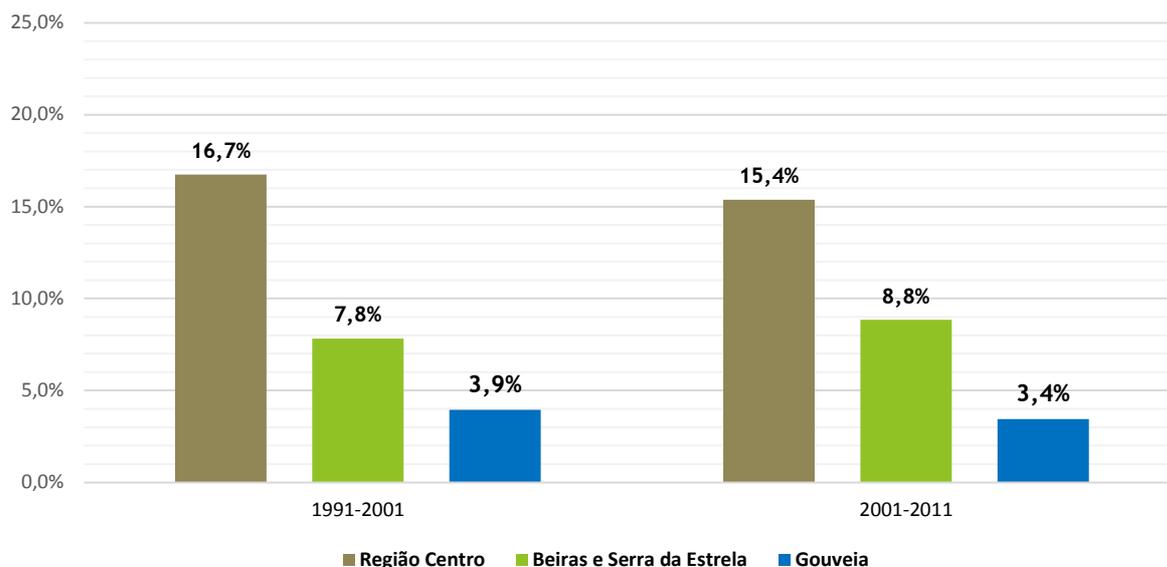
A observação do Gráfico 21 revela o crescimento contínuo dos alojamentos familiares no concelho de Gouveia, passando de 10.404 unidades, em 1991, para 11.187 unidades em 2011 (+7,5%).

Gráfico 21. Evolução dos alojamentos familiares (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)



No entanto, este crescimento de 783 alojamentos em Gouveia desde 1991 apresenta-se, para além de menos expressivo no período 2001-2011, manifestamente inferior ao observado nas unidades territoriais supramunicipais, nomeadamente na Sub-região das Beiras e Serra da Estrela e na Região Centro (Gráfico 22).

Gráfico 22. Variação dos alojamentos familiares (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)



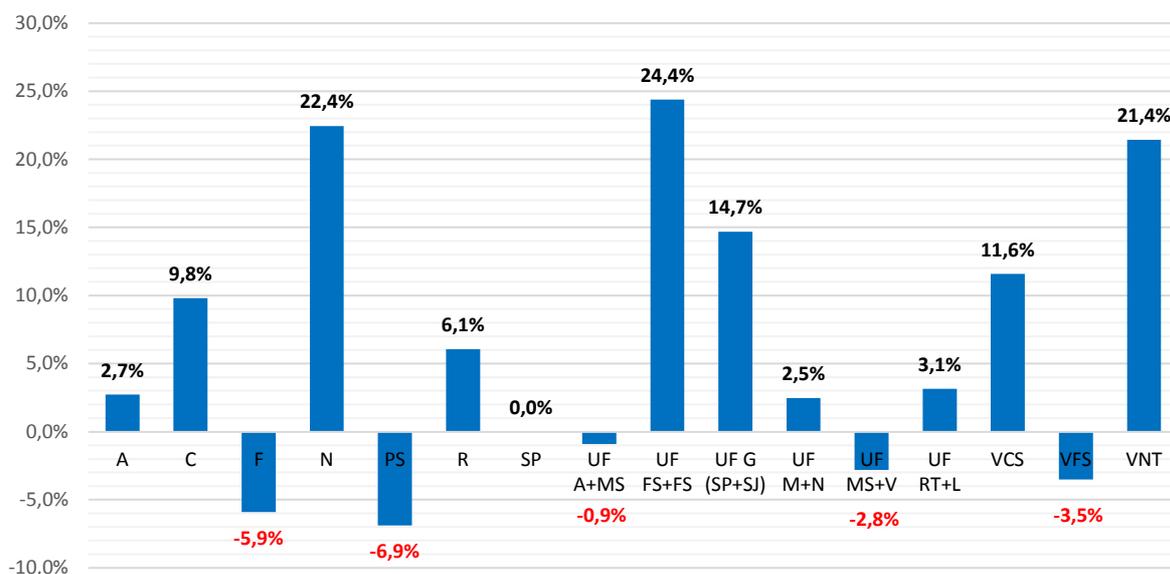
No nível infraconcelhio, o Gráfico 23 revela as assimetrias existentes quanto ao ritmo de crescimento do número de alojamentos familiares nas diversas freguesias/uniões de freguesias presentes em Gouveia.

A UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra, bem como as freguesias de Nespereira e Vila Nova de Tazem são as unidades territoriais que apresentam, entre 1991 e 2011, as taxas mais altas de crescimento quanto ao número de alojamentos familiares, designadamente 24,4% (100 unidades), 22,4% (103 unidades) e 21,4% (225 unidades), respetivamente. De referir, ainda, que a UF de Gouveia, apesar de não apresentar uma taxa de crescimento tão expressiva (14,7%) regista, igualmente, um significativo aumento do número de alojamentos familiares (294 unidades).

Por sua vez, Paços da Serra e Folgoso registam as mais altas taxas de decréscimo de alojamentos familiares (-6,9% e -5,9%, respetivamente), uma vez que, em ambas as freguesias, se observa, em 2011, menos 34 alojamentos familiares relativamente a 1991. Vila Franca da Serra e as UF de Moimenta da Serra e Vinhó e de Aldeias e Mangualde da Serra registam, igualmente, taxas de crescimento negativas do número de alojamentos familiares, perfazendo um total de menos 34 unidades.

Finalmente, os dados disponibilizados pelo INE revelam, ainda, que São Paio apresenta estagnação ao nível do número de alojamentos familiares existentes. De facto, apesar de um acréscimo de 41 alojamentos familiares entre 1991 e 2001, esta freguesia regista, na década seguinte, o decréscimo do mesmo número de alojamentos familiares, resultando, no período total em análise, numa taxa de crescimento nula.

Gráfico 23. Variação dos alojamentos familiares, por freguesia (1991-2011)
(Fonte: Censos 1991-2001-2011, INE)



Nota: A - Arcozelos; C - Cativelos; F - Folgosinho; N - Nespereira; PS - Paços da Serra; R - Ribamondegos; SP - São Paio; UF A+MS - UF de Aldeias e Mangualde da Serra; UF FS+FS - UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra; UF G (SP+SJ) - UF de Gouveia (São Pedro e São Julião); UF M+N - UF de Melo e Nabais; UF MS+V - UF de Moimenta da Serra e Vinhó; UF RT+L - UF de Rio Torto e Lagarinhos; VCS - Vila Cortês da Serra; VFS - Vila Franca da Serra; VNT - Vila Nova de Tazem.

FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

Relativamente à forma de ocupação, a leitura da Tabela 26 permite constatar que, em 2011, apenas cerca de metade dos alojamentos familiares presentes no concelho de Gouveia é de residência habitual (50,6%).

A UF de Gouveia é a unidade territorial infraconcelhia que apresenta a proporção mais elevada de alojamentos familiares de residência habitual (61,0%) e na UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra observa-se a maior proporção de residências secundárias (58,0%). São Paio é a freguesia que detém a taxa mais alta de alojamentos familiares vagos (34,2%) e Vila Franca da Serra a menor (10,4%).

Tabela 26. Evolução da forma de ocupação dos alojamentos familiares, por freguesia (2001-2011)

(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

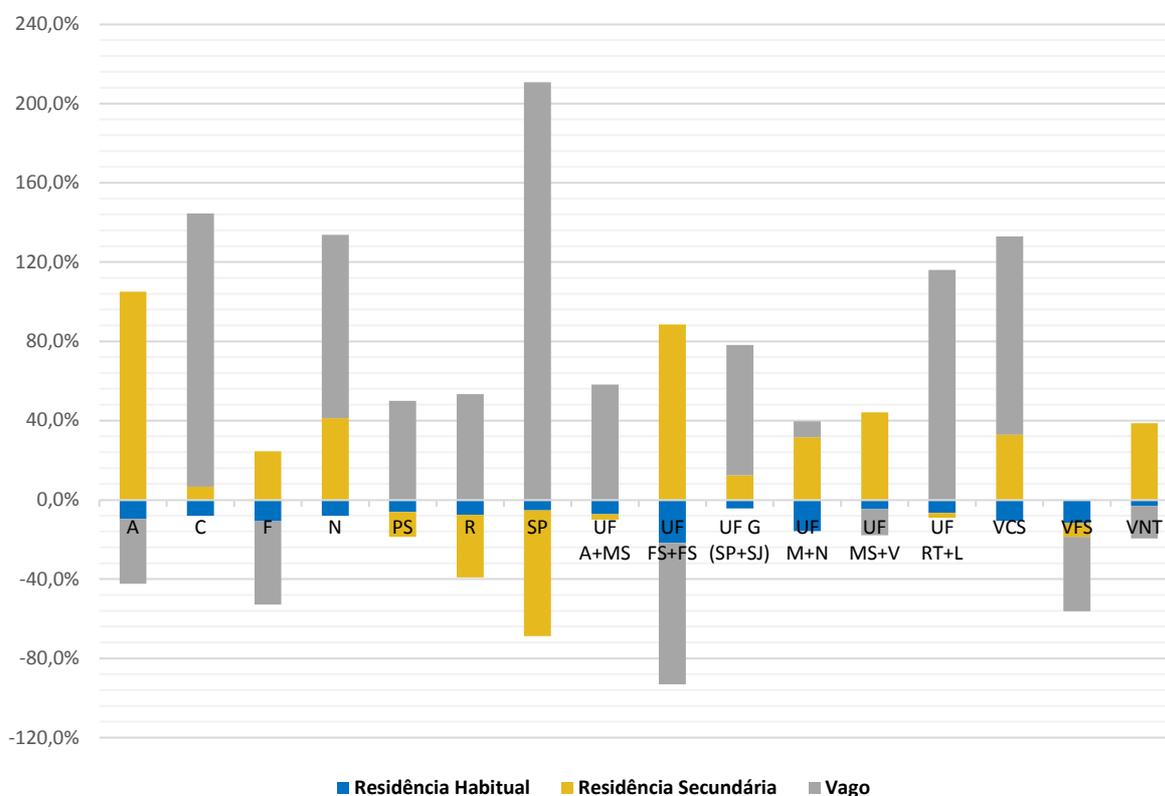
FREGUESIA	RESIDÊNCIA HABITUAL				RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA				VAGO			
	2001		2011		2001		2011		2001		2011	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Arcozelo	332	55,1	300	46,7	117	19,4	240	37,3	153	25,4	103	16,0
Catavelos	347	56,2	319	46,7	212	34,4	226	33,1	58	9,4	138	20,2
Folgosinho	231	40,5	206	38,1	208	36,5	259	47,9	131	23,0	76	14,0
Nespereira	323	67,0	297	52,8	80	16,6	113	20,1	79	16,4	152	27,0
Paços da Serra	265	57,5	249	54,2	134	29,1	117	25,5	62	13,4	93	20,3
Ribamondego	132	51,6	122	49,8	79	30,9	54	22,0	45	17,6	69	28,2
São Paio	360	50,4	341	50,7	280	39,2	102	15,2	74	10,4	230	34,2
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	223	53,1	207	47,9	142	33,8	138	31,9	55	13,1	87	20,1
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	189	32,8	148	29,0	157	27,2	296	58,0	231	40,0	66	12,9
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	1464	67,7	1400	61,0	492	22,7	553	24,1	207	9,6	343	14,9
UF de Melo e Nabais	432	53,0	364	43,7	234	28,7	308	37,0	149	18,3	161	19,3
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	489	63,8	466	58,5	156	20,4	225	28,3	121	15,8	105	13,2
UF de Rio Torto e Lagarinhos	382	53,3	357	45,4	248	34,6	242	30,7	87	12,1	188	23,9
Vila Cortês da Serra	131	58,0	117	45,0	70	31,0	93	35,8	25	11,1	50	19,2
Vila Franca da Serra	119	53,4	105	54,7	72	32,3	67	34,9	32	14,3	20	10,4
Vila Nova de Tazem	684	56,8	663	52,0	320	26,6	444	34,8	201	16,7	168	13,2
CONCELHO	6.103	56,4	5.661	50,6	3.001	27,8	3.477	31,1	1.710	15,8	2.049	18,3

Em termos evolutivos, o concelho de Gouveia regista, entre 2001 e 2011, uma diminuição de 7,2% no número de alojamentos familiares de residência habitual (-442 unidades). Em contrapartida, o número de residências secundárias aumentou 15,9% (476 alojamentos), bem como os alojamentos familiares vagos 19,8% (339 unidades).

Conforme é possível comprovar através da análise do Gráfico 24, entre 2001 e 2011, a proporção de alojamentos familiares de residência habitual sofreu um decréscimo em todas as unidades territoriais infraconcelhias, com maior incidência na UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra (-21,7%) e menos em Vila Nova de Tazem (-3,1%) e na UF de Gouveia (-4,4%).

Relativamente aos alojamentos familiares de residência secundária, das seis freguesias/uniões de freguesias que registam decréscimos no período em análise, São Paio observa o mais significativo (-63,6%). Por seu turno, os maiores crescimentos registam-se, sobretudo, em Arcozelo (+105,1%) e na UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra (+88,5%).

Gráfico 24. Variação da forma de ocupação dos alojamentos familiares, por freguesia (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



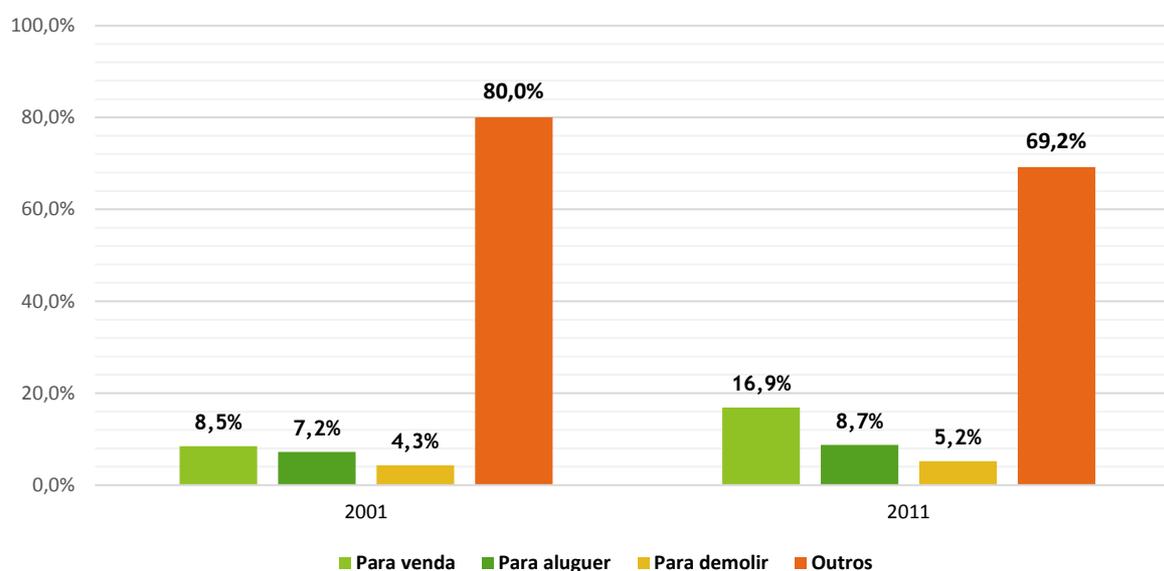
Nota: A - Arcozelo; C - Cativelos; F - Folgoso; N - Nespereira; PS - Paços da Serra; R - Ribamondego; SP - São Paio; UF A+MS - UF de Aldeias e Mangualde da Serra; UF FS+FS - UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra; UF G (SP+SJ) - UF de Gouveia (São Pedro e São Julião); UF M+N - UF de Melo e Nabais; UF MS+V - UF de Moimenta da Serra e Vinhó; UF RT+L - UF de Rio Torto e Lagarinhos; VCS - Vila Cortês da Serra; VFS - Vila Franca da Serra; VNT - Vila Nova de Tazem.

Finalmente, entre 2001 e 2011, os alojamentos familiares vagos quase triplicaram em São Paio e em Cativelos e duplicaram na UF de Rio Torto e Lagarinhos, em Vila Cortês da Serra e em Nespereira. Por seu turno, noutras unidades territoriais infraconcelhias assiste-se a reduções consideráveis da proporção de alojamentos vagos — em detrimento, sobretudo, do aumento das residências secundárias —, nomeadamente na UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra (-71,4%), em Folgoso (-42,0%) e em Vila Franca da Serra (-37,5%).

Perfazendo, em todo o concelho de Gouveia, tal como referido anteriormente, um total de 339 novos alojamentos familiares vagos (de 1.710 alojamentos para 2.049), este acréscimo de 19,8% revela-se, contudo, bastante inferior ao observado no conjunto dos 15 concelhos que constituem a Sub-região das Beiras e Serra da Estrela ou mesmo na Região Centro, onde se registam incrementos de 43,0% e 51,6%, respetivamente.

Em termos proporcionais e absolutos, o número de alojamentos familiares vagos para venda regista o maior crescimento na década passada (138,6%, ou seja, mais 201 fogos), evidenciando a estagnação do mercado imobiliário (Gráfico 25). Seguem-se os alojamentos familiares vagos para aluguer (+45,5%) e os para demolir (44,6%).

Gráfico 25. Evolução da proporção dos alojamentos familiares vagos, por finalidade (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



De referir, ainda, que a informação censitária não identifica a finalidade de uma grande parte dos alojamentos familiares vagos, integrados na categoria “Outros”, facto que dificulta uma análise mais aprofundada das dinâmicas que ocorrem no concelho de Gouveia neste domínio.

ALOJAMENTOS NÃO CLÁSSICOS

Em Gouveia, o número de barracas e outras instalações precárias apresenta uma redução substancial durante a década de 2001-2011, registando-se apenas 3 unidades em 2011. Trata-se de uma diminuição de 72,7% face a 2001, proporção ligeiramente superior à observada tanto na Sub-região das Beiras e Serra da Estrela como na globalidade da Região Centro (Tabela 27).

Tabela 27. Evolução dos alojamentos familiares não clássicos (2001-2011)

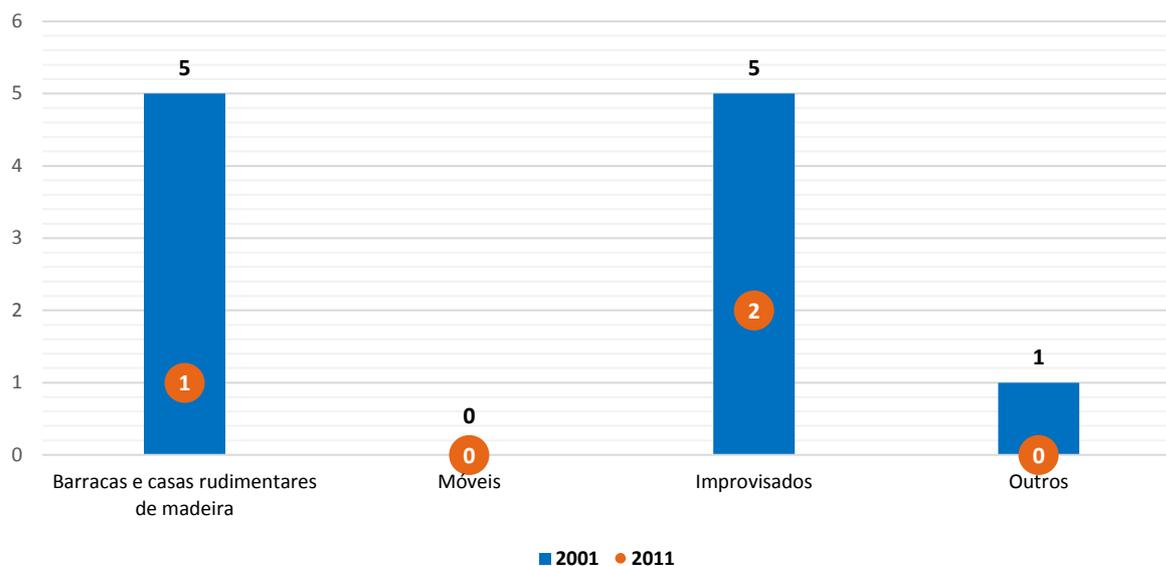
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL	2001	2011	VARIAÇÃO 2001-2011
Região Centro	4.268	1.457	-65,9%
Sub-região das Beiras e Serra da Estrela	686	107	-72,3%
Gouveia	11	3	-72,7%

A observação do Gráfico 26 permite constatar a diminuição, entre 2001 e 2011, de todos os tipos de alojamentos não clássicos em Gouveia, sendo que ainda se regista a permanência de dois alojamentos improvisados — um em Aldeias e outro em Gouveia (São Julião) — e uma barraca/casa rudimentar em madeira em Vila Franca da Serra.

Gráfico 26. Evolução dos alojamentos familiares não clássicos, por tipo de alojamento (2001-2011)

(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



HABITAÇÃO SOCIAL

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, em 2011, a Sub-região das Beiras e Serra da Estrela integra 15,0% dos bairros sociais existentes na Região Centro, perfazendo 53 unidades, das quais 9,4% se localiza no concelho de Gouveia (apenas cinco bairros).

Contudo, a informação mais recente divulgada pelo INE, referente a 2015, indica que, em Gouveia, existem sete edifícios de habitação social (cerca de 2,6% do total existente a nível sub-regional), todos com propriedade total do município. Por sua vez, estes edifícios de habitação social integram 24 fogos, quatro dos quais ainda vagos, encontrando-se os restantes 20 arrendados.

A Tabela 28 sintetiza a conjuntura da habitação social em Gouveia.

Tabela 28. Conjuntura da habitação social (2011 e 2015)

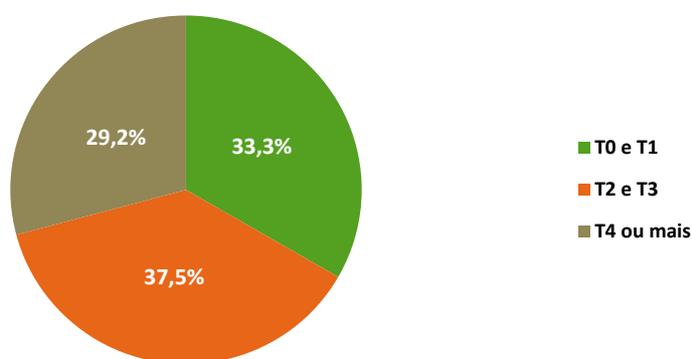
(Fonte: INE)

UNIDADE TERRITORIAL	BAIRROS (n.º)	EDIFÍCIOS (n.º)	FOGOS (n.º)	FOGOS VAGOS (n.º)
Região Centro	353	2.924	7.977	682
Sub-região das Beiras e Serra da Estrela	53	267	982	82
Gouveia	5	7	24	4

Finalmente, conforme demonstra o Gráfico 27, os fogos de habitação social existentes em Gouveia distribuem-se, quase equitativamente, pelas tipologias T0 e T1 (oito fogos), T2 e T3 (nove fogos) e T4 ou mais (sete fogos).

Gráfico 27. Tipologias dos fogos de habitação social (2015)

(Fonte: INE)



De referir, ainda, que, em 2011, o número de casos registados de pedidos de habitação em Gouveia constitui cerca de 5,9% do total observado na Sub-região das Beiras e Serra da Estrela, perfazendo 20 solicitações (recorde-se que existem apenas quatro fogos de habitação vagos no concelho).

3.4. ATIVIDADES ECONÓMICAS

O presente subcapítulo centra-se no estudo das dinâmicas económicas, procurando identificar as tendências evolutivas dominantes em termos de atividade económica e os setores de atividade que têm desempenhado um papel mais preponderante no desenvolvimento do concelho de Gouveia.

Com o objetivo de analisar as transformações ocorridas ao nível da atividade económica, utilizam-se duas fontes de informação complementares entre si, nomeadamente o INE no que respeita à informação censitária e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativamente a alguns dados sobre o desemprego.

3.4.1. POPULAÇÃO ATIVA, EMPREGO E DESEMPREGO

À data do último recenseamento (2011), apenas 41,7% da população residente em Gouveia com 15 ou mais anos de idade se encontra ativa, ou seja, empregada ou à procura de emprego, uma proporção inferior à registada tanto no nível sub-regional como regional. No entanto, em termos evolutivos, a taxa de atividade registada em Gouveia apresenta um decréscimo face ao valor observado na década anterior consideravelmente inferior ao verificado nas duas unidades territoriais de nível supramunicipal de referência, que apresentam decréscimos (Tabela 29).

No nível infraconcelhio, apesar de um crescimento assinalável relativamente a 2001 (6,6%), Ribamondego é a freguesia que apresenta, em 2011, a taxa de atividade mais baixa (29,3%). Nas freguesias de Cativelos e Vila Cortês da Serra, bem como nas UF de Aldeias e Mangualde da Serra e de Figueiró da Serra e Freixo da Serra observam-se, igualmente, baixas taxas de atividade, todas inferiores a 35,0%. A UF de Rio Torto e Lagarinhos regista o valor mais elevado (48,1%). Por sua vez, a freguesia de São Paio apresenta, no período 2001-2011, a variação positiva mais significativa (12,1%).

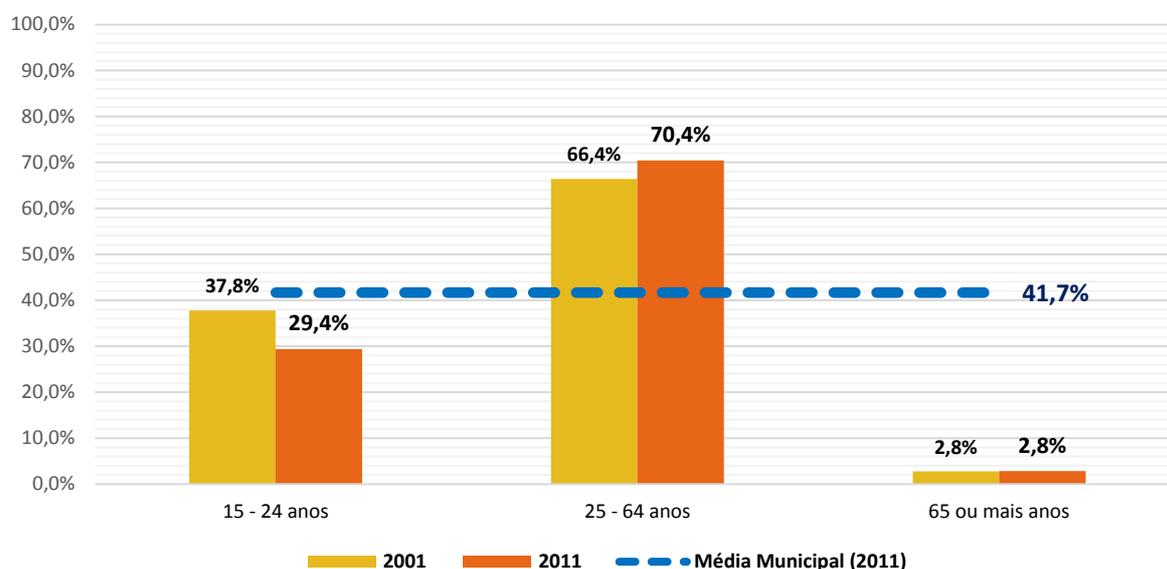
A taxa de atividade distribui-se de forma diferenciada em função dos escalões etários, encontrando-se claramente acima da média municipal em 2011 na faixa etária intermédia, que agrega a população entre 25 e 64 anos (Gráfico 28).

Em termos evolutivos, salienta-se a diminuição da taxa de atividade no grupo etário mais jovem (15-24 anos), onde se verifica uma descida de 8,4% face a 2001. Salienta-se, ainda, a ligeira subida da taxa de atividade no escalão dos mais idosos (65 ou mais anos), na ordem de 0,1%.

Tabela 29. Evolução da taxa de atividade (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL	TAXA DE ATIVIDADE (%)		
	2001	2011	VARIAÇÃO 2001-2011
Região Centro	53,5	52,6	-0,9
Sub-região das Beiras e Serra da Estrela	48,4	47,1	-1,3
Gouveia	42,1	41,7	-0,4
Arcozelo	35,8	40,6	4,8
Cativelos	30,7	29,4	-1,3
Folgosinho	33,9	37,4	3,5
Nespereira	47,7	44,8	-2,9
Paços da Serra	52,5	46,5	-6,0
Ribamondego	22,7	29,3	6,6
São Paio	31,7	43,7	12,1
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	41,3	34,6	-6,7
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	32,1	34,6	2,6
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	47,9	46,0	-1,9
UF de Melo e Nabais	37,5	41,0	3,5
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	47,8	38,1	-9,6
UF de Rio Torto e Lagarinhos	43,4	48,1	4,7
Vila Cortês da Serra	27,8	31,3	3,5
Vila Franca da Serra	37,4	40,2	2,8
Vila Nova de Tazem	46,7	43,4	-3,4

Gráfico 28. Evolução da taxa de atividade, por escalão etário (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)



Comparativamente com o nível sub-regional, Gouveia apresenta, em 2011, uma taxa de atividade superior no grupo etário mais velho (2,5% nas BSE), encontrando-se diferenças de -1,2% e -3,7% nos grupos dos 15-24 anos e 25-64 anos (30,6% e 74,1% nas BSE, respetivamente).

Por sua vez, a leitura da Tabela 30 permite observar as evidentes disparidades infraconcelhias.

Em termos globais, a análise da Tabela 30 permite constatar que, em 2011, a UF de Rio Torto e Lagarinhos é a unidade territorial infraconcelhia que apresenta a taxa de atividade mais alta nos dois escalões mais elevados da população residente em Gouveia (77,1% e 10,6%, respetivamente). Por sua vez, São Paio constitui a freguesia que regista o valor mais alto no escalão mais jovem (59,7%).

Os valores mais baixos pertencem à UF de Aldeias e Mangualde da Serra (15,0% no escalão 15-24 anos), a Cativelos (58,3% no escalão 25-64 anos) e a Nespereira, que apresenta uma taxa de atividade nula no escalão mais idoso.

Tabela 30. Evolução da taxa de atividade nas freguesias de Gouveia, por escalão etário (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

FREGUESIA	ESCALÕES ETÁRIOS (%)								
	15 - 24 ANOS			25 - 64 ANOS			65 OU MAIS ANOS		
	2001	2011	VARIAÇÃO	2001	2011	VARIAÇÃO	2001	2011	VARIAÇÃO
Arcozelo	27,4	22,6	-4,8	65,4	77,0	11,6	1,0	1,8	0,9
Cativelos	26,9	29,3	2,4	55,4	58,3	2,8	3,7	2,5	-1,2
Folgosinho	42,1	36,7	-5,4	60,6	73,7	13,1	-	3,3	3,3
Nespereira	38,4	29,7	-8,7	75,1	70,6	-4,5	2,2	-	-2,2
Paços da Serra	43,9	30,4	-13,5	78,0	75,4	-2,6	4,8	1,2	-3,6
Ribamondego	43,6	54,5	11,0	44,4	61,6	17,2	-	1,3	1,3
São Paio	32,4	59,7	27,3	52,6	70,7	18,1	0,3	2,1	1,8
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	42,6	15,0	-27,6	68,4	65,3	-3,1	2,8	0,6	-2,2
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	40,7	20,0	-20,7	55,1	69,2	14,1	0,7	0,7	0,0
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	31,5	26,9	-4,6	71,5	72,9	1,4	3,1	4,0	0,8
UF de Melo e Nabais	41,2	37,8	-3,4	61,2	70,5	9,3	2,1	1,0	-1,1
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	46,4	23,8	-22,6	71,2	65,1	-6,1	2,1	0,8	-1,3
UF de Rio Torto e Lagarinhos	38,5	26,6	-11,9	67,6	77,1	9,5	6,1	10,6	4,5
Vila Cortês da Serra	33,3	25,0	-8,3	49,2	60,9	11,7	-	1,9	1,9
Vila Franca da Serra	38,1	45,5	7,4	63,8	64,1	0,2	-	2,4	2,4
Vila Nova de Tazem	44,2	24,6	-19,5	66,1	69,6	3,5	6,5	3,9	-2,7
CONCELHO	37,8	29,4	-8,4	66,4	70,4	4,0	2,8	2,8	0,1

A análise da Tabela 30 permite, ainda, constatar que São Paio apresenta o maior aumento percentual das taxas de atividade tanto no escalão mais jovem, como no intermédio. A UF de Rio Torto e Lagarinhos detém o maior incremento da taxa de atividade no escalão da população mais idosa.

Por sua vez, 12 das 16 freguesias/uniões de freguesias do concelho de Gouveia apresentam variações negativas das taxas de atividade da população mais jovem, sendo que a UF de Aldeias e Mangualde da Serra regista a mais expressiva (-27,6%). No escalão intermédio, a UF de Moimenta da Serra e Vinhó regista o decréscimo mais elevado (-6,1%) e, no último escalão, Paços da Serra observa a descida mais significativa (-3,6%).

Relativamente ao **emprego**, em 2011, 85,4% da população ativa residente em Gouveia encontrava-se empregada, valor ligeiramente inferior ao registado na Sub-região das Beiras e Serra da Estrela (96,8%). Entretanto, tendo Gouveia sofrido, tal como o resto do país, os impactos da crise financeira, os dados mais recentes a nível nacional (ainda não desagregados à escala do concelho) apontam para uma recuperação do emprego, sendo perceptíveis dinâmicas de recuperação económica que se afiguram relevantes.

Tomando como referência os últimos dados estatísticos disponíveis (Censos), a observação da Tabela 31 permite constatar, em todas as unidades territoriais analisadas, a crescente presença do setor terciário, em detrimento, sobretudo, do setor secundário, que apresenta decréscimos consideráveis em todas as unidades territoriais analisadas. Assinala-se, ainda, uma diminuição da população residente empregada no setor primário desde 2001, com maior incidência ao nível sub-regional.

No nível infraconcelhio, a UF de Gouveia e Paços da Serra são as unidades territoriais que apresentam, em 2011, a maior e a menor percentagem de população residente empregada no setor terciário (83,7% e 51,7%, respetivamente). Relativamente à população empregada no setor secundário, a proporção inverte-se: Paços da Serra, a par da UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra, apresenta a maior percentagem (41,8%) e a UF de Gouveia a menor (14,0%). A UF de Gouveia mantém, igualmente, a menor percentagem de pessoas empregadas no setor primário (somente 2,3%) e Vila Cortês da Serra a maior (22,8%).

Em termos evolutivos, no período compreendido entre 2001 e 2011, a UF de Moimenta da Serra e Vinhó regista o maior acréscimo de população empregada no setor terciário (27,4%), bem como a maior descida do emprego no setor secundário (-30,6%). Relativamente ao setor primário, Vila Cortês da Serra observa o maior incremento (12,9%) e a UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra a descida mais significativa (-13,7%).

Tabela 31. Evolução da proporção da população residente empregada, por setor e atividade (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

UNIDADE TERRITORIAL	SETORES DE ATIVIDADE (%)								
	SETOR PRIMÁRIO			SETOR SECUNDÁRIO			SETOR TERCIÁRIO		
	2001	2011	VARIAÇÃO	2001	2011	VARIAÇÃO	2001	2011	VARIAÇÃO
Região Centro	6,8	3,7	-3,1	38,1	30,1	-8,0	55,1	66,2	11,1
Sub-região das Beiras e Serra da Estrela	9,2	5,4	-3,8	37,3	26,1	-11,2	53,5	68,6	15,0
Gouveia	9,2	7,7	-1,5	38,4	22,7	-15,7	52,4	69,6	17,2
Arcozelo	22,8	11,3	-11,4	35,8	25,3	-10,5	41,4	63,3	21,9
Catívelos	21,8	8,9	-12,9	27,1	19,4	-7,7	51,1	71,7	20,6
Folgosinho	20,7	15,1	-5,6	46,3	25,0	-21,3	32,9	59,9	26,9
Nespereira	5,0	5,0	-	35,4	19,3	-16,1	59,6	75,7	16,1
Paços da Serra	6,7	6,5	-0,2	66,0	41,8	-24,2	27,3	51,7	24,4
Ribamondego	4,7	4,4	-0,3	29,7	25,0	-4,7	65,6	70,6	5,0
São Paio	7,1	7,0	-0,2	42,9	20,9	-22,0	50,0	72,2	22,2
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	8,6	6,3	-2,2	41,1	28,9	-12,3	50,3	64,8	14,5
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	19,8	6,1	-13,7	55,0	41,8	-13,1	25,2	52,0	26,8
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	2,1	2,3	0,2	23,8	14,0	-9,8	74,1	83,7	9,6
UF de Melo e Nabais	14,8	11,3	-3,5	40,7	22,6	-18,1	44,4	66,1	21,6
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	2,2	5,4	3,2	52,1	21,5	-30,6	45,7	73,1	27,4
UF de Rio Torto e Lagarinhos	16,8	22,2	5,3	43,6	25,1	-18,5	39,6	52,8	13,2
Vila Cortês da Serra	9,9	22,8	12,9	39,4	19,3	-20,1	50,7	57,9	7,2
Vila Franca da Serra	20,7	8,3	-12,4	34,5	27,4	-7,1	44,8	64,3	19,5
Vila Nova de Tazem	11,6	7,5	-4,0	44,2	29,8	-14,4	44,2	62,6	18,4

Neste contexto, Gouveia apresenta, em 2011, uma taxa de desemprego entre a população ativa de 14,6%, proporção superior à registada no nível sub-regional (13,2%), correspondendo a um acréscimo de 6,8% face a 2001 (Tabela 32).

Ao nível infraconcelhio, São Paio e Vila Cortês da Serra são as freguesias que apresentam, em 2011, as taxas de desemprego mais elevadas (29,2% e 25,0%, respetivamente). Por sua vez, a UF de Aldeias e Mangualde da Serra detém a taxa mais baixa (5,3%), consideravelmente inferior à média concelhia e, até mesmo, supramunicipal.

Em termos comparativos, somente duas freguesias/uniões de freguesias registam variações negativas da taxa desemprego, designadamente a UF de Aldeias e Mangualde da Serra e Vila Franca da Serra (-5,4% e -1,5%, respetivamente), o que significa um aumento do emprego naquelas duas unidades

territoriais. As restantes 14 freguesias apresentam aumentos da taxa de desemprego, de diversa ordem, pertencendo o mais significativo à freguesia de São Paio, que regista, no período em análise, um acréscimo de 23,3%.

Tabela 32. Evolução da taxa de desemprego (2001-2011)
(Fonte: Censos 2001-2011, INE)

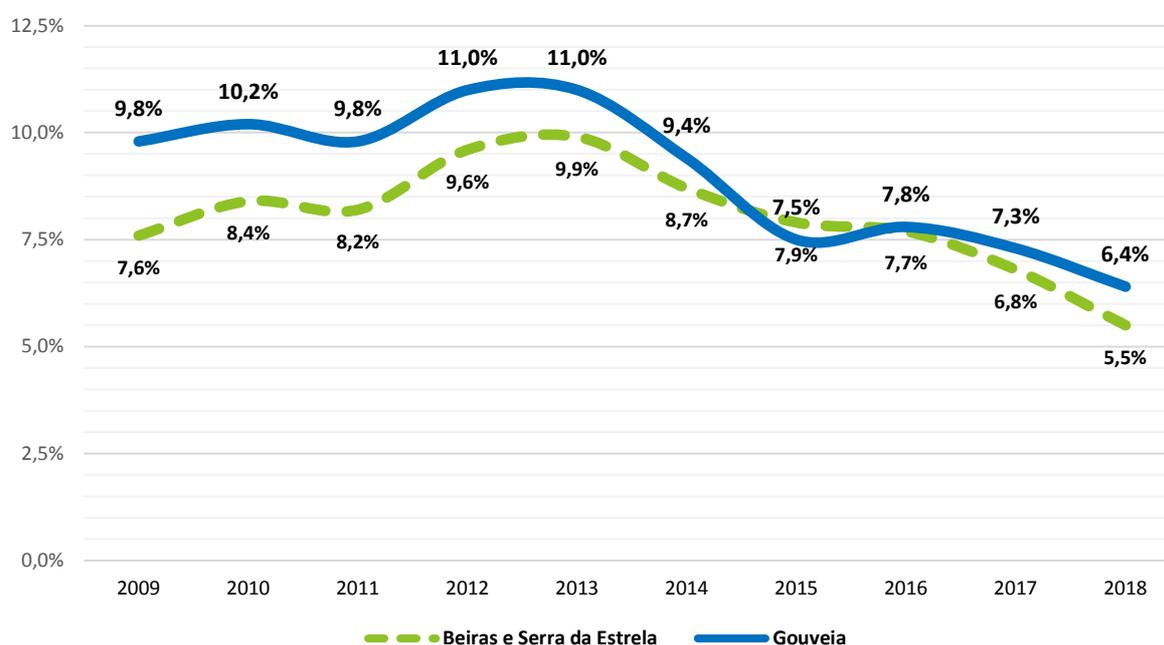
UNIDADE TERRITORIAL	TAXA DE DESEMPREGO (%)		
	2001	2011	VARIAÇÃO 2001-2011
Região Centro	5,8	11,0	5,2
Sub-região das Beiras e Serra da Estrela	6,2	13,2	7,0
Gouveia	7,8	14,6	6,8
Arcozelo	3,9	17,2	13,3
Catavolos	6,6	10,4	3,8
Folgosinho	6,3	11,1	4,8
Nespereira	12,8	13,7	0,8
Paços da Serra	7,7	19,6	11,9
Ribamondego	7,2	18,1	10,8
São Paio	6,0	29,2	23,3
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	10,7	5,3	-5,4
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	11,2	14,8	3,6
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	8,2	14,4	6,3
UF de Melo e Nabais	8,7	16,3	7,5
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	11,7	12,4	0,7
UF de Rio Torto e Lagarinhos	7,9	12,3	4,4
Vila Cortês da Serra	4,1	25,0	20,9
Vila Franca da Serra	12,1	10,6	-1,5
Vila Nova de Tazem	2,6	10,2	7,6

Não estando disponível informação relativa à taxa de desemprego posterior à data do último recenseamento à escala concelhia, os dados relativos ao número de inscritos nos centros de emprego do IEFP podem ajudar a traçar o panorama das tendências mais recentes (2009-2018).

Sendo assim, tomando como numerador os inscritos nos centros de emprego e como denominador a população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, torna-se possível calcular uma hipotética taxa de desemprego.

O Gráfico 29 indica uma evolução favorável, sugerindo que Gouveia, à semelhança da Sub-região das Beiras e Serra da Estrela, tem vindo a recuperar do auge da crise económico-financeira (2012/2013). Os dados relativos a 2015 indicam mesmo que o concelho superou, naquele ano, o nível sub-regional. No entanto, os valores relativos aos anos mais recentes (2017/2018) indiciam que a retoma não se apresenta tão favorável no concelho como a nível supramunicipal.

Gráfico 29. Evolução da proporção de inscritos nos centros de emprego sobre a população residente com 15 a 64 anos (2009-2018)
(Fonte: IEFP/MTSSS, PORDATA)

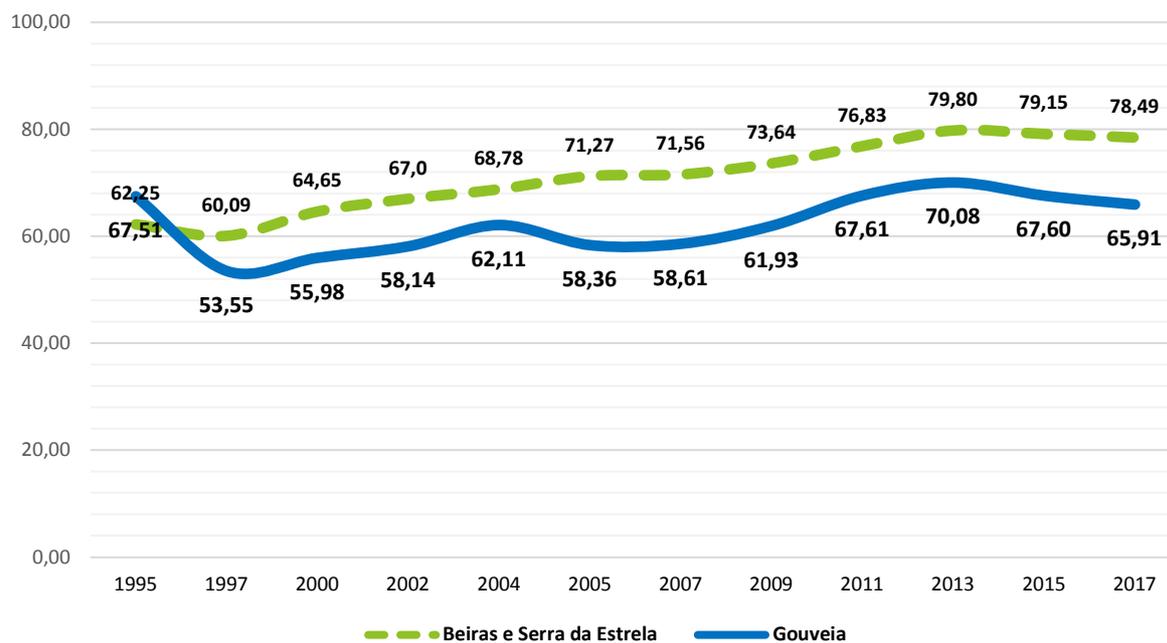


Por sua vez, a análise do Gráfico 30 permite constatar que, entre 1995 e 2017 (última data com dados disponíveis), o poder de compra *per capita* em Gouveia desceu, em termos globais, cerca de 2,4%, tendo passado de 67,51 para 65,91. No entanto, verificam-se, igualmente, algumas variações positivas em determinados períodos temporais, nomeadamente entre 2000 e 2004 e entre 2007 e 2013, não sendo, contudo, suficientes para minimizar os impactos negativos dos decréscimos verificados nos restantes anos.

Comparativamente com o nível sub-regional, este indicador apresenta-se consideravelmente inferior e inconstante, uma vez que na Sub-região das Beiras e Serra da Estrela se observa, no período em análise, um expressivo e contínuo crescimento do poder de compra *per capita*, na ordem dos 26,1%.

Gráfico 30. Evolução do poder de compra *per capita* (1995-2017)

(Fonte: INE)



3.4.2. DINÂMICA EMPRESARIAL

Os dados disponibilizados pelo INE, referentes ao período 2009-2018, indicam um crescimento de 5,8% do número de empresas presentes no concelho de Gouveia, passando de 1.231 para 1.302 unidades, em linha com o que se verifica, sobretudo, a nível sub-regional (Tabela 33).

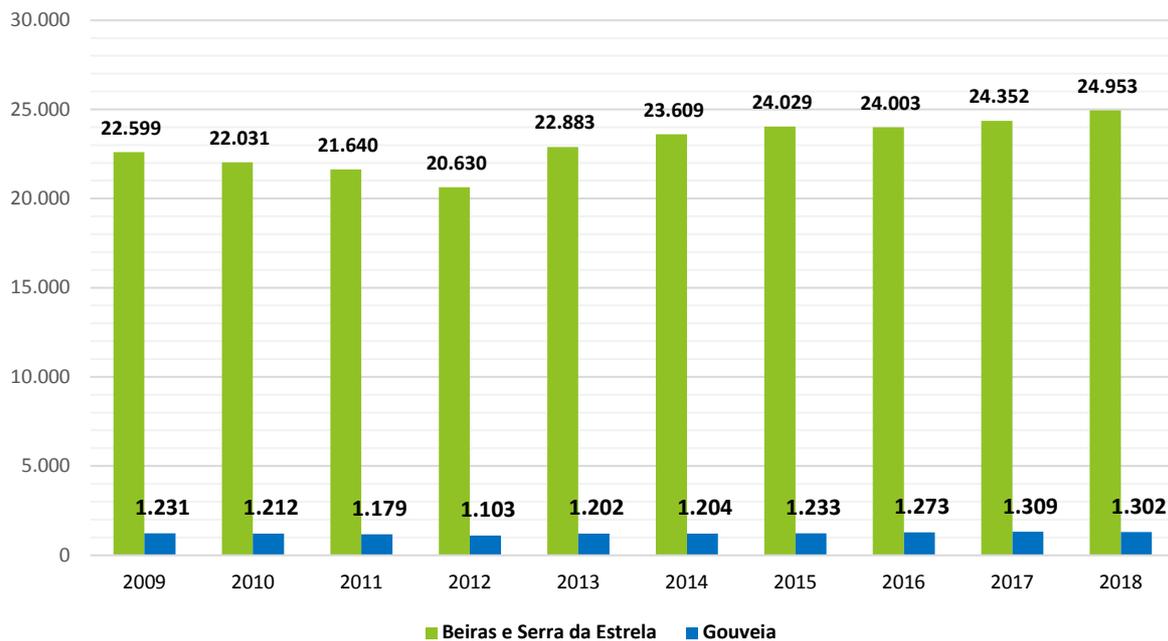
Tabela 33. Evolução do número de empresas (2009-2018)

(Fonte: INE, PORDATA)

UNIDADE TERRITORIAL	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	VARIAÇÃO 2009-2018
Região Centro	257.641	248.299	241.573	230.764	239.338	244.600	250.423	254.927	261.971	264.492	2,7%
Sub-região das BSE	22.599	22.031	21.640	20.630	22.883	23.609	24.029	24.003	24.352	24.953	10,4%
Gouveia	1.231	1.212	1.179	1.103	1.202	1.204	1.233	1.273	1.309	1.302	5,8%

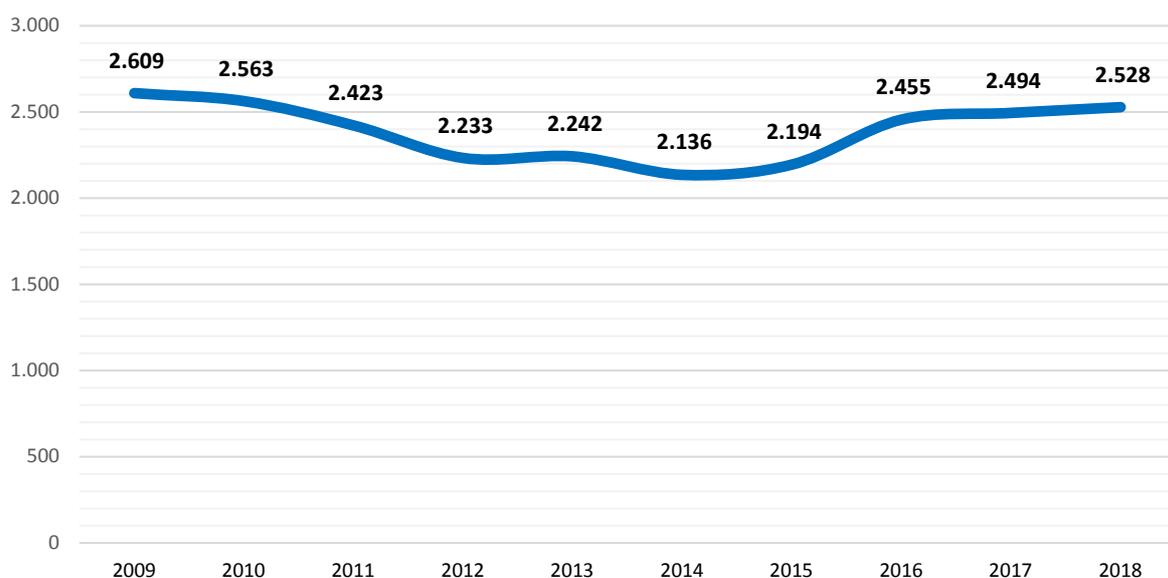
No entanto, conforme é possível verificar através da observação do Gráfico 31, esta variação do número de empresas em Gouveia não se apresenta uniforme em todos os anos do período em análise. Na realidade, constitui-se como o reflexo do impacto positivo da retoma económico-financeira ocorrida desde 2013. De referir, contudo, a pequena variação negativa registada em 2018, com o decréscimo de sete empresas face a 2017.

Gráfico 31. Evolução do número de empresas (2009-2018)
(Fonte: INE, PORDATA)



Relativamente ao número de pessoas ao serviço nas empresas de Gouveia, o Gráfico 32 evidencia, para além de um decréscimo de 3,1% face ao valor registado em 2009, resultado da diminuição do número de empresas presentes, uma evidente retoma desde 2015.

Gráfico 32. Variação do número de pessoas ao serviço nas empresas (2009-2018)
(Fonte: INE, PORDATA)



A leitura conjugada da Tabela 34 e da Tabela 35 permite constatar que Gouveia assiste a uma dualização do seu tecido empresarial, com diferenças significativas (internas e externas) entre os diversos setores de atividade.

Por um lado, as empresas que melhor resistiram aos desafios conjunturais e que apresentam um reforço da sua representatividade são as ligadas ao setor primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), registando crescimentos do número de empresas sedeadas em Gouveia na ordem dos 170,0% e do número de pessoas ao serviço de cerca de 160,0%. Entre os ramos de atividade mais dinâmicos destacam-se, igualmente, as atividades de saúde humana e apoio social, as atividades de informação e comunicação (sem implicações no número de trabalhadores) e as atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas.

Tabela 34. Evolução do número de empresas, por ramo de atividade (2009-2018)
(Fonte: INE, PORDATA)

SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA	2009		2018		VARIACÃO (%)
	n.º	%	n.º	%	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	92	7,5	249	19,1	170,7
Indústrias extrativas	2	0,2	2	0,2	s/ Var.
Indústrias transformadoras	98	8,0	88	6,8	-10,2
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	-	19	1,5	1900,0*
Captação, tratamento e distribuição de água	0	-	2	0,2	200,0*
Construção	150	12,2	104	8,0	-30,7
Comércio por grosso e a retalho	312	25,3	244	18,7	-21,8
Transporte e armazenagem	38	3,1	25	1,9	-34,2
Alojamento, restauração e similares	124	10,1	119	9,1	-4,0
Atividades de informação e comunicação	7	0,6	10	0,8	42,9
Atividades imobiliárias	11	0,9	14	1,1	27,3
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	85	6,9	80	6,1	-5,9
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	89	7,2	115	8,8	29,2
Educação	101	8,2	70	5,4	-30,7
Atividades de saúde humana e apoio social	47	3,8	81	6,2	72,3
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	14	1,1	19	1,5	35,7
Outras atividades de serviços	61	5,0	61	4,7	s/ Var.
	CONCELHO	1.231	1.302		5,8

Nota: * Valores obtidos considerando o zero como valor de referência (2009).

Tabela 35. Evolução do número de pessoas ao serviço, por ramo de atividade (2009-2018)
(Fonte: INE, PORDATA)

SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA	2009		2018		VARIACÃO (%)
	n.º	%	n.º	%	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	120*	4,6	310	12,3	158,3%
Indústrias extrativas	4*	0,2	4	0,2	s/ Var.
Indústrias transformadoras	540	20,7	358	14,2	-33,7%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0	-	19	0,8	1900,0**
Captação, tratamento e distribuição de água	0	-	0	-	200,0**
Construção	425	16,3	265	10,5	-37,6%
Comércio por grosso e a retalho	609	23,3	619	24,5	1,6%
Transporte e armazenagem	74	2,8	63	2,5	-14,9%
Alojamento, restauração e similares	212	8,1	207	8,2	-2,4%
Atividades de informação e comunicação	15	0,6	15	0,6	s/ Var.
Atividades imobiliárias	27	1,0	21	0,8	-22,2%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	121	4,6	113	4,5	-6,6%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	141	5,4	176	7,0	24,8%
Educação	133	5,1	109	4,3	-18,0%
Atividades de saúde humana e apoio social	53	2,0	114	4,5	115,1%
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	16	0,6	19	0,8	18,8%
Outras atividades de serviços	119	4,6	116	4,6	-2,5%
CONCELHO	2.609		2.528		-3.1

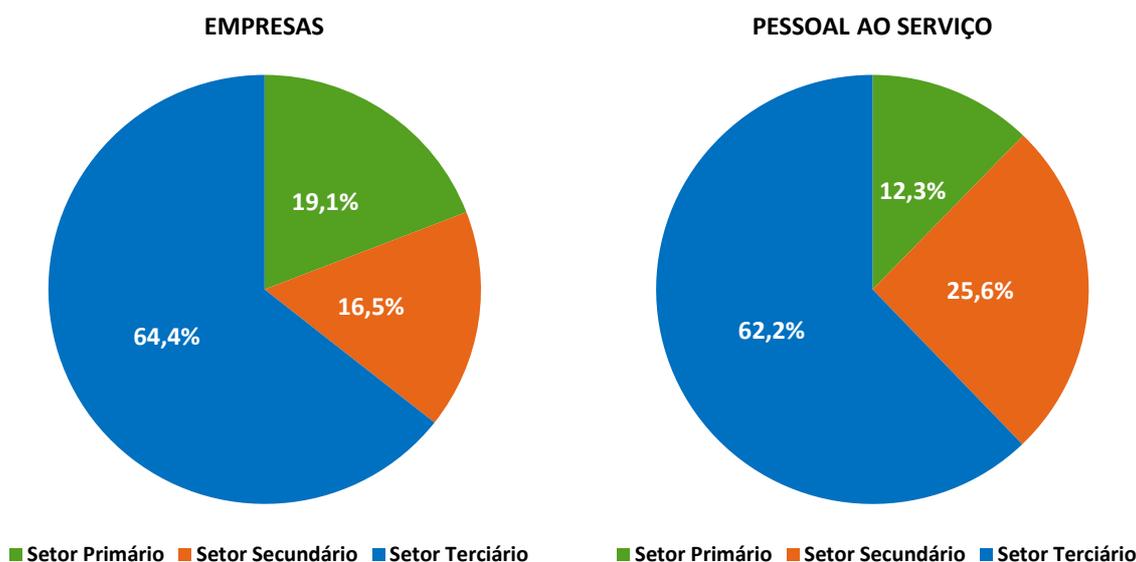
Nota: * Valores estimados; ** Valores obtidos considerando o zero como valor de referência (2009).

Por outro lado, as atividades ligadas aos transportes e armazenagem, à educação e à construção surgem como os ramos de atividade mais atingidos pela crise. De realçar, ainda, no panorama recessivo municipal, a diminuição das empresas ligadas ao comércio por grosso e a retalho (apesar do aumento do número de pessoas ao serviço), bem como às indústrias transformadoras, dois dos ramos de atividade mais importantes, que, em 2018, ainda empregam as percentagens mais elevadas de trabalhadores no concelho.

Em termos globais, assiste-se, entre 2009 e 2018, a um recuo do setor secundário (decréscimo de 14,0% de empresas e de um terço dos trabalhadores), em detrimento, sobretudo, do setor primário, que passa a englobar, no segundo ano da análise, 12,3% do total de pessoas empregadas em Gouveia. Relativamente ao setor terciário, apesar de uma diminuição de 5,7% das empresas, o número de

peças ao serviço neste setor aumentou 3,4%, empregando, em 2018, 62,2% dos trabalhadores no concelho. O Gráfico 33 sintetiza a conjuntura empresarial no concelho de Gouveia.

Gráfico 33. Proporção de empresas e pessoas ao serviço, por setor de atividade (2018)
(Fonte: INE, PORDATA)



Finalmente, focando a análise no número médio de trabalhadores nas empresas, a observação da Tabela 36 permite comprovar, antes de mais, a descida, entre 2009 e 2018, do número médio de pessoas ao serviço nas empresas de Gouveia, tendo passado de 2,1 para 1,9.

As maiores descidas verificam-se, sobretudo, nas empresas ligadas às indústrias transformadoras (com uma média de menos uma pessoa ao serviço), mas também às atividades imobiliárias e às atividades de informação e comunicação. Por seu turno, as subidas verificam-se, essencialmente, nas empresas ligadas aos transportes e armazenagem e ao comércio por grosso e a retalho.

A leitura da Tabela 36 permite, ainda, constatar que, em 2018, as empresas ligadas às indústrias transformadoras apresentam o maior número médio de trabalhadores ao serviço (4,1), seguindo-se as ligadas à construção, comércio por grosso e a retalho e aos transportes e armazenagem, com cerca de 2,5 pessoas por empresa. No polo oposto, destacam-se as empresas de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, bem como as ligadas às atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas como as que detêm o menor número médio de pessoas ao serviço (1,0).

Tabela 36. Evolução do número médio de trabalhadores nas empresas, por ramo de atividade (2009-2018)
(Fonte: INE, PORDATA)

SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA	2009	2018	VARIAÇÃO
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	*	1,2	-
Indústrias extrativas	*	*	*
Indústrias transformadoras	5,5	4,1	-1,4
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	*	1,0	-
Captação, tratamento e distribuição de água	*	+	*
Construção	2,8	2,5	-0,3
Comércio por grosso e a retalho	2,0	2,5	0,5
Transporte e armazenagem	1,9	2,5	0,6
Alojamento, restauração e similares	1,7	1,7	s/ Var.
Atividades de informação e comunicação	2,1	1,5	-0,6
Atividades imobiliárias	2,5	1,5	-1,0
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1,4	1,4	s/ Var.
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1,6	1,5	-0,1
Educação	1,3	1,6	0,3
Atividades de saúde humana e apoio social	1,1	1,4	0,3
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,1	1,0	-0,1
Outras atividades de serviços	2,0	1,9	-0,1
CONCELHO	2,1	1,9	-0,2

Nota: * Valores não disponíveis.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Os dados disponibilizados pelo INE através do Recenseamento Agrícola permitem elaborar o retrato da conjuntura agrícola-pecuária do concelho de Gouveia no período 1989-2009.

Relativamente à Superfície Agrícola Utilizada (SAU), a Tabela 37 permite analisar a evolução deste indicador entre 1989 e 2009, sendo notório o crescimento das áreas agrícolas com efetivo uso agrícola em Gouveia, em contraciclo com o que se verifica tanto ao nível sub-regional como regional, onde se registam decréscimos de cerca de 30,0% em ambas as unidades territoriais supramunicipais.

A leitura da Tabela 37 permite, ainda, observar as disparidades infraconcelhias existentes relativas a este indicador. Assim, Vila Franca da Serra e Folgoso são as duas freguesias que, entre 1989 e 2009, triplicam as respetivas áreas agrícolas e Vila Cortês da Serra e a UF de Melo e Nabais mais do que duplicam. Em contrapartida, a freguesia de Cativelos e a UF de Rio Torto e Lagarinhos assistem a

elevadas reduções das mesmas áreas (-60,7% e -52,2%, respetivamente). São Paio e a UF de Aldeias e Mangualde da Serra assistem, igualmente, a reduções superiores a um terço das áreas agrícolas utilizadas em 1989.

Destaca-se, ainda, a importância de Folgosinho no panorama agrícola concelhio, por corresponder à freguesia onde, em 2009, se localiza a maior proporção da área agrícola utilizada (15,4%), seguindo-se a UF de Melo e Nabais com 12,0%. Por sua vez, Ribamondego e Cativeiros apresentam as mais baixas percentagens destas áreas.

Tabela 37. Evolução da Superfície Agrícola Utilizada (1989-2009)

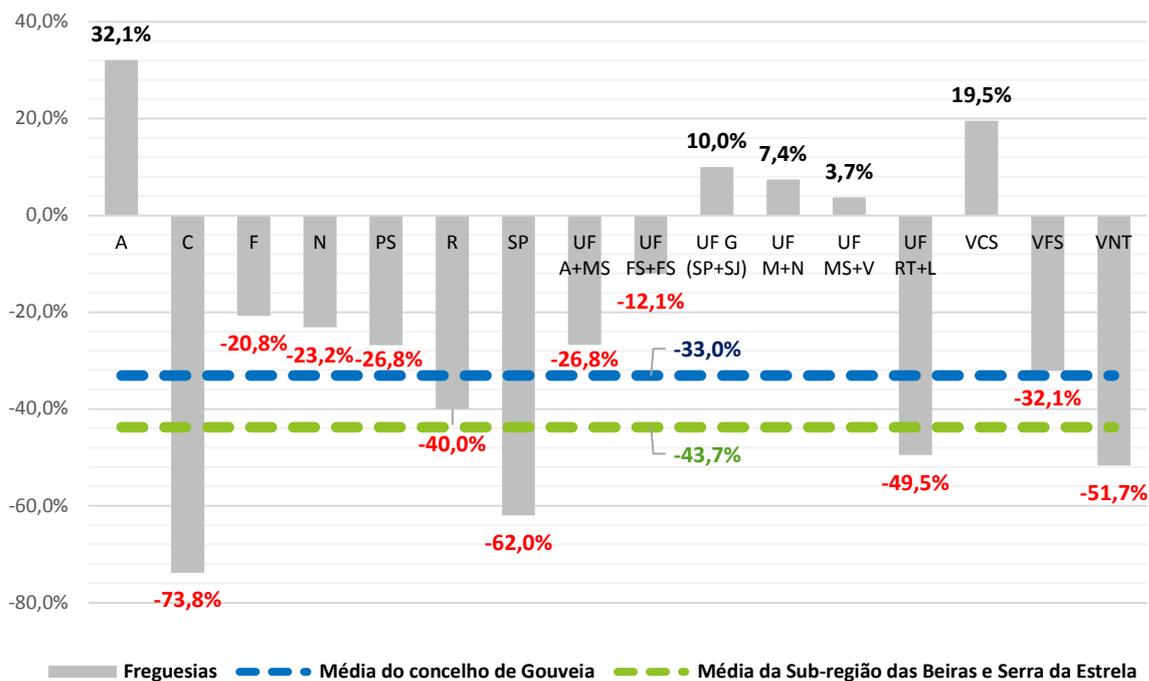
(Fonte: Recenseamento Agrícola 1989-1999-2009, INE)

UNIDADE TERRITORIAL	1989		1999		2009		VARIÇÃO 1989-2009 %
	hectares	%	hectares	%	hectares	%	
Região Centro	665.209	-	588.756	-	462.467	-	-30,5
Sub-região das Beiras e Serra da Estrela	266.233	40,0	235.644	40,0	187.222	40,5	-29,7
Gouveia	5.815	2,2	7.871	3,3	6.648	3,6	14,3
Arcozelo	618	10,6	721	9,2	642	9,7	3,9
Cativeiros	366	6,3	326	4,1	144	2,2	-60,7
Folgosinho	366	6,3	1.007	12,8	1.021	15,4	179,0
Nespereira	234	4,0	271	3,4	210	3,2	-10,3
Paços da Serra	204	3,5	286	3,6	146	2,2	-28,4
Ribamondego	112	1,9	141	1,8	118	1,8	5,4
São Paio	412	7,1	484	6,1	254	3,8	-38,3
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	437	7,5	379	4,8	278	4,2	-36,4
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	280	4,8	313	4,0	261	3,9	-6,8
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	415	7,1	1.073	13,6	454	6,8	9,4
UF de Melo e Nabais	342	5,9	573	7,3	795	12,0	132,5
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	383	6,6	665	8,4	534	8,0	39,4
UF de Rio Torto e Lagarinhos	864	14,9	425	5,4	413	6,2	-52,2
Vila Cortês da Serra	122	2,1	308	3,9	311	4,7	154,9
Vila Franca da Serra	173	3,0	234	3,0	550	8,3	217,9
Vila Nova de Tazem	489	8,4	663	8,4	520	7,8	6,3

No que diz respeito ao número de explorações agrícolas, o Gráfico 34 evidencia o seu decréscimo a nível concelhio e sub-regional, bem como na maioria das freguesias/uniões de freguesias, apresentando-se mais expressivas as reduções registadas em Cativeiros, São Paio, Vila Nova de Tazem

e na UF de Rio Torto e Lagarinhos. Simultaneamente, registam-se aumentos do número de explorações agrícolas em cinco unidades territoriais infraconcelhias, com destaque para Arcozelo e Vila Cortês da Serra onde se observam aumentos de 32,1% e 19,5%, respetivamente.

Gráfico 34. Variação no número de explorações agrícolas, por freguesia (1989-1999-2009)
(Fonte: Recenseamento Agrícola 1989-1999-2009)



Em termos globais, de acordo com os dados mais recentes, o maior número de explorações agrícolas localiza-se na UF de Moimenta da Serra e Vinhó e na freguesia de Vila Nova de Tazem, cada uma com 141 unidades (11,3% do total concelhio). No polo oposto encontra-se a freguesia de Vila Franca da Serra, com cerca de 550 hectares afetos à atividade agrícola distribuídos por 36 explorações (2,9% do total), bem como a freguesia de Ribamondego com apenas 118 hectares de SAU distribuídos por 21 explorações agrícolas (1,7% do total).

Relativamente à produção animal, Gouveia regista, entre 1989 e 2009, um acréscimo de 16,5% do efetivo animal recenseado, sendo mais relevante na última década em análise. Esta evolução positiva contraria a tendência apresentada pela Sub-região das Beiras e Serra da Estrela, mas encontra-se em linha com a conjuntura regional (Tabela 38), circunstância que evidencia um aumento de competitividade do concelho de Gouveia neste ramo de atividade.

No nível infraconcelhio, as assimetrias registadas permitem concluir que, em termos globais, o aumento do efetivo animal em Gouveia se deve, sobretudo, ao crescimento exponencial verificado na UF de Moimenta da Serra e Vinhó, com um acréscimo de cerca de 1.500,0%. Apesar de menos expressivo em termos de valor absoluto em 2009, o aumento de cerca de 1.300,0% registado por Vila Cortês da Serra apresenta-se, igualmente, importante. Por sua vez, os maiores decréscimos verificam-se em Vila Nova de Tazem, com uma redução superior a 90,0% do efetivo animal registado em 1989, seguindo-se a UF de Rio Torto e Lagarinhos (-77,1%) e a freguesia de São Paio (-61,7%).

Tabela 38. Evolução do efetivo animal, por freguesia (1989-2009)
(Fonte: Recenseamento Agrícola 1989-1999-2009, INE)

UNIDADE TERRITORIAL	1989		1999		2009		VARIÇÃO 1989-2009 %
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Região Centro	15.340.409		19.112.936		19.096.537		24,5
Sub-região das Beiras e Serra da Estrela	1.029.875	6,7	1.001.826	5,2	789.809	4,1	-23,3
Gouveia	99.300	9,6	95.622	9,5	115.729	14,7	16,5
Arcozelo	1.364	1,4	2.077	2,2	1.843	1,6	35,1
Catavelos	51.720	52,2	34.455	36,3	32.608	28,2	-37,0
Folgosinho	2.959	3,0	1.965	2,1	1.887	1,6	-36,2
Nespereira	1.062	1,1	31.115	32,8	891	0,8	-16,1
Paços da Serra	1.764	1,8	2.658	2,8	968	0,8	-45,1
Ribamondego	459	0,5	320	0,3	245	0,2	-46,6
São Paio	2.193	2,2	750	0,8	841	0,7	-61,7
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	1.780	1,8	1.108	1,2	1.954	1,7	9,8
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	1.137	1,1	1.369	1,4	1.087	0,9	-4,4
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	1.672	1,7	4.396	4,6	1.992	1,7	19,1
UF de Melo e Nabais	2.221	2,2	3.189	3,4	2.956	2,6	33,1
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	3.363	3,4	3.625	3,8	53.146	45,9	1.480,3
UF de Rio Torto e Lagarinhos	6.087	6,1	2.183	2,3	1.396	1,2	-77,1
Vila Cortês da Serra	789	0,8	975	1,0	11.025	9,5	1.297,3
Vila Franca da Serra	1.063	1,1	982	1,0	1.102	1,0	3,7
Vila Nova de Tazem	19.538	19,7	3.774	4,0	1.788	1,5	-90,8

Finalmente, é na UF de Moimenta da Serra e Vinhó e em Catavelos que se encontra o maior efetivo animal recenseado em 2009, correspondendo o somatório a mais de 74,0% do total municipal. Predominam, essencialmente, as aves, com 86,2% do número total de animais registados, seguindo-se, a larga distância, os ovinos com 9,2%.

TURISMO

Atualmente, o setor do turismo constitui uma das grandes alavancas do tecido económico português pós-crise económica, evidenciando, em termos globais, uma evolução positiva desde o início da segunda década do século XX. Contudo, constata-se que, em Gouveia, o turismo apresenta, para alguns indicadores, uma realidade consideravelmente diferente da que se observa à escala sub-regional, sobre a qual importa refletir.

De acordo com dados disponibilizados pelo Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) e pelo Registo Nacional dos Agentes de Viagens e Turismo (RNAVT) do Turismo de Portugal (TdP), Gouveia integra apenas cerca de 8,5% dos 59 Agentes de Animação Turística (5 empresas de animação turística), bem como 3,3% dos Agentes de Viagens e Turismo (apenas uma entidade) que operam na Sub-região das Beiras e Serra da Estrela (Tabela 39).

Tabela 39. Agentes Turísticos (2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

UNIDADE TERRITORIAL	EMPRESAS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA		OPERADORES MARÍTIMOS TURÍSTICOS		AGENTES DE VIAGENS E TURISMO	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Região Centro	740		211			
Sub-região das Beiras e Serra da Estrela	56	7,6	3	1,4	30	8,7
Almeida	0	-	0	-	0	-
Belmonte	2	3,6	0	-	0	-
Celorico da Beira	0	-	0	-	0	-
Covilhã	11	19,6	1	33,3	5	16,7
Figueira de Castelo Rodrigo	4	7,1	1	33,3	2	6,7
Fornos de Algodres	0	-	0	-	1	3,3
Fundão	3	5,4	0	-	6	20,0
Gouveia	5	8,9	0	-	1	3,3
Guarda	8	14,3	0	-	7	23,3
Manteigas	4	7,1	0	-	1	3,3
Meda	5	8,9	1	33,3	0	-
Pinhel	1	1,8	0	-	1	3,3
Sabugal	4	7,1	0	-	1	3,3
Seia	7	12,5	0	-	5	16,7
Trancoso	2	3,6	0	-	0	-

Nota: * Dados disponíveis a 17 de março de 2020.

Conforme consta na Tabela 40, duas das cinco empresas de Animação Turística que operam em Gouveia encontram-se registadas somente desde o ano passado (2019) e outras duas localizam-se na sede concelhia (UF de Gouveia), distribuindo-se as três restantes por Folgosinho, São Paio e Rio Torto.

Tabela 40. Empresas de Animação Turística (2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

ANO DE REGISTO	LOCALIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO
2003	São Paio	Vivaventura, Lda.
2010	UF de Gouveia	Trilhos & Lagoas, Lda.
2018	UF de Gouveia	Active Spirit, Lda.
2019	Rio Torto (UF de Rio Torto e Lagarinhos)	Velolovers
2019	Folgosinho	Montanhas d'Aventura

Nota: * Dados disponíveis a 17 de março de 2020.

As cinco Empresas de Animação Turística realizam, sobretudo, as seguintes atividades de ar livre/natureza e aventura:

- a) Observação da natureza (rotas geológicas, observação de aves); orientação (percursos, *geocaching*, caças ao tesouro e similares); atividades de sobrevivência; atividades de *teambuilding* (quando incluam atividades de turismo ao ar livre); caminhadas e outras atividades pedestres; montanhismo, passeios e atividades em bicicleta (btt e cicloturismo), em *segway* e similares; arborismo e outros percursos de obstáculos (com recurso a manobras com cordas e cabos de aço como *rapel*, *slide*, pontes e similares); escalada em parede natural e em parede artificial, *paintball*, tiro com arco, besta, zarabatana, cabina de pressão de ar e similares; balonismo, asa delta com e sem motor, parapente e similares; *canyoning*, *coasteeting* e similares; espeleologia, natação em águas bravas (*hidrospeed*); passeios e atividades equestres, em atrelagens de tração animal e similares; passeios em todo o terreno (moto, moto4 e viaturas 4x4, *kartcross* e similares).

Por sua vez, o único Agente de Viagens e Turismo presente em Gouveia (Estrelatur - Viagens e Turismo, Lda.) encontra-se registado desde 2011 e localiza-se na sede concelhia (UF de Gouveia).

Relativamente aos estabelecimentos hoteleiros, os dados disponibilizados pelo INE permitem constatar que, entre 2009 e 2018, a unidade sub-regional onde Gouveia se insere regista um incremento considerável a este nível, quadruplicando o número destas unidades e quase duplicando o número de camas disponíveis (Tabela 41). Observa-se, igualmente, durante o mesmo período, uma quase duplicação do número de hóspedes, dormidas e proveitos totais obtidos. Somente a estada média nos estabelecimentos hoteleiros presentes na Sub-região se mantém em 1,6 dias.

Por seu turno, os dados relativos a Gouveia não se apresentam tão expressivos, registando-se apenas o acréscimo de dois estabelecimentos hoteleiros entre 2009 e 2018 (aumento de 17,2% do número de camas disponíveis), bem como um incremento de pouco mais de 40,0% do número de hóspedes e dormidas. A média de dias de estadia nas unidades hoteleiras mantém-se, igualmente, inalterada, apresentando-se, no entanto, superior à registada no nível supramunicipal (1,7 dias). Em termos de proveitos, apesar da variação positiva de todos os restantes indicadores, observa-se, em 2018, um decréscimo de 194.000 € nos ganhos deste setor, valor que corresponde a uma descida de 32,4% face a 2009.

Tabela 41. Evolução dos principais indicadores da atividade hoteleira (2009-2018)
(Fonte: INE)

INDICADORES	BEIRAS E SERRA DA ESTRELA			GOUVEIA		
	2009	2018	Var. (%)	2009	2018	Var. (%)
Estabelecimentos Hoteleiros (n.º)	41	177	331,7	3	5	66,7
Capacidade de Alojamento (n.º de camas)	4.062	7.397	82,1	169	198	17,2
Hóspedes (n.º)	275.610	487.877	77,0	6.157	8.697	41,3
Dormidas (n.º)	416.298	761.890	83,0	10.376	14.797	42,6
Estada Média (n.º de dias)	1,6	1,6	S/ Var.	1,7	1,7	S/ Var.
Proveitos Totais (milhares de €)	20.321	40.344	98,5	599	405	-32,4

Por outro lado, de acordo com os dados disponibilizados pelo Turismo de Portugal através do Registo Nacional de Turismo (RNT) e do Sistema de Informação Geográfica do Turismo (SIGTUR), a oferta global de empreendimentos turísticos no concelho de Gouveia corresponde, atualmente, a 44 unidades, onde se incluem dois Estabelecimentos Hoteleiros (Hotéis), um Parque de Campismo e/ou Caravanismo e 41 Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural (36 Casas de Campo, três Agroturismos e dois Hotéis Rurais), conforme indicado na Tabela 42. A globalidades dos empreendimentos turísticos presentes em Gouveia possui capacidade para 599 utentes, distribuídos por 208 unidades de alojamento (não se incluem as relativas ao parque de campismo).

A unidade territorial infraconcelhia que possui o maior número de empreendimentos turísticos é a UF de Gouveia, sede do concelho, disponibilizando 103 unidades de alojamento, com capacidade para 202 utentes, em 12 Casas de Campo, dois Hotéis e um Agroturismo. Por seu turno, seis freguesias/uniões de freguesias possuem apenas um Empreendimento Turístico em Espaço Rural (Casa de Campo, Agroturismo ou Hotel Rural) e três não dispõem de qualquer tipo de unidade turística, nomeadamente Ribamondego, São Paio e Vila Cortês da Serra.

Tabela 42. Empreendimentos turísticos (2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

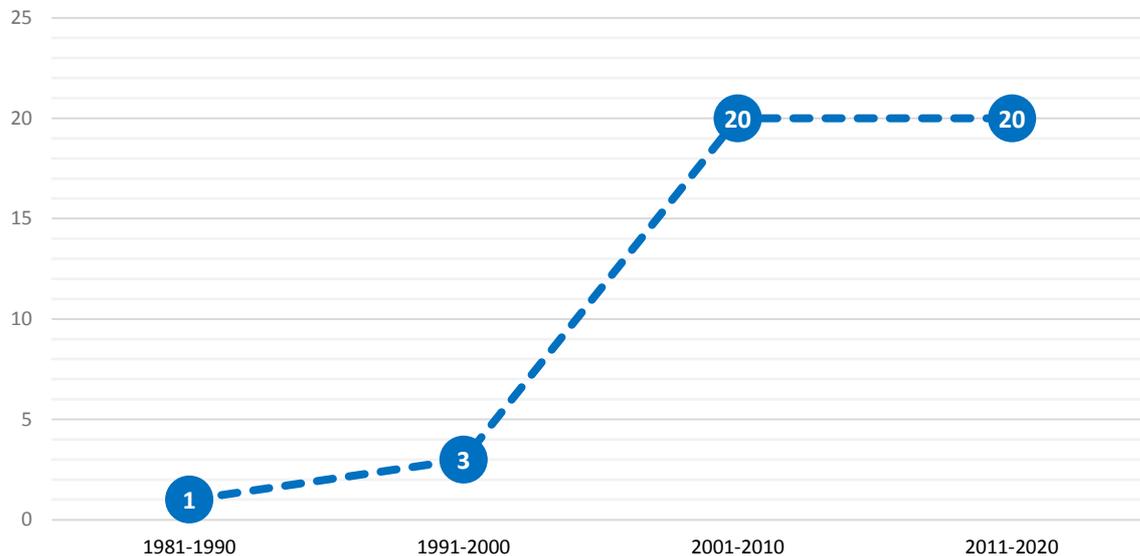
FREGUESIA	TIPOLOGIA					CAPACIDADE (n.º de camas)	UNIDADES DE ALOJAMENTO (n.º)
	EMPREENHIMENTO DE TURISMO NO ESPAÇO RURAL			ESTAB. HOTELEIRO	PARQUE DE CAMPISMO E/OU CARAVANISMO		
	CASA DE CAMPO	AGRO TURISMO	HOTEL RURAL	HOTEL			
Arcozelo	3	-	-	-	-	11	6
Catavelos	1	-	-	-	-	6	3
Folgosinho	3	-	-	-	-	22	12
Nespereira	-	1	-	-	-	8	4
Paços da Serra	7	1	-	-	-	46	23
Ribamondego	-	-	-	-	-	-	-
São Paio	-	-	-	-	-	-	-
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	3	-	-	-	-	15	9
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	-	-	1	-	-	26	12
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	12	1	-	2	-	202	103
UF de Melo e Nabais	3	-	-	-	1	209	9 ¹
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	-	-	1	-	-	20	10
UF de Rio Torto e Lagarinhos	1	-	-	-	-	12	6
Vila Cortês da Serra	-	-	-	-	-	-	-
Vila Franca da Serra	2	-	-	-	-	10	5
Vila Nova de Tazem	1	-	-	-	-	12	6
CONCELHO	36	3	2	2	1	599	208

Nota: ¹ Não se incluem as unidades de alojamento relativas ao parque de campismo e/ou caravanismo.

* Dados disponíveis a 17 de março de 2020.

Em termos evolutivos, a observação do Gráfico 35 permite verificar que o maior incremento do número de empreendimentos turísticos em Gouveia acontece, sobretudo, desde o início do século XXI, com 20 unidades registadas em cada uma das décadas.

Gráfico 35. Evolução do número de empreendimentos turísticos (1981-2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)



Nota: * Dados disponíveis a 17 de março de 2020.

Relativamente ao alojamento local, apesar de Gouveia se posicionar no quarto lugar face à oferta disponibilizada pela globalidade da Sub-região das Beiras e Serra da Estrela, apenas superado pelos concelhos da Covilhã, Seia e Fundão, os valores apresentam-se pouco expressivos e as 132 camas disponíveis para uma capacidade de 235 utentes correspondem a apenas 4,2% do total sub-regional (Tabela 43).

Os dados relativos à evolução do número de camas e capacidade de utentes, expressos no Gráfico 36, evidenciam um crescimento contínuo desde 2015, sendo que 2018 constitui o ano de maior incremento com a disponibilização de mais 33 camas para 62 utentes (25,0% do total atualmente disponível).

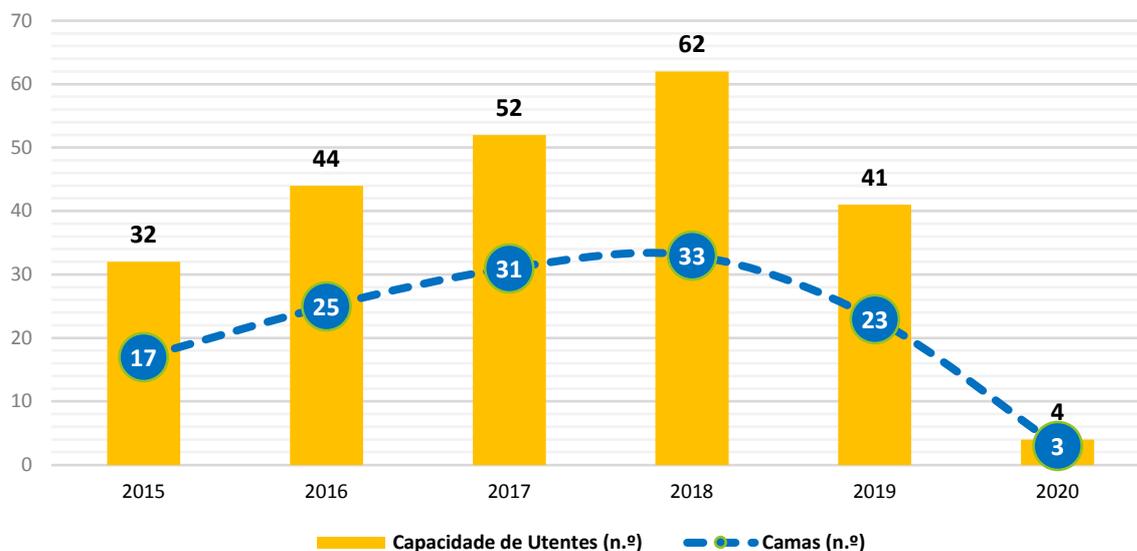
De referir que os dados relativos ao corrente ano de 2020 correspondem aos compilados pelo SIGTUR até 17 de março, pelo que se supõe que os valores apresentados, que mostram uma queda significativa nos novos registos, sejam, no final deste ano, consideravelmente superiores.

Tabela 43. Alojamento local (2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

UNIDADE TERRITORIAL	ALOJAMENTOS LOCAIS		CAMAS DISPONÍVEIS		CAPACIDADE DE UTENTES	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sub-região das Beiras e Serra da Estrela	606	-	3167	-	5143	-
Almeida	15	2,5	69	2,2	102	2,0
Belmonte	34	5,6	140	4,4	205	4,0
Celorico da Beira	13	2,1	82	2,6	175	3,4
Covilhã	165	27,2	606	19,1	888	17,3
Figueira de Castelo Rodrigo	12	2,0	123	3,9	270	5,2
Fornos de Algodres	14	2,3	87	2,7	129	2,5
Fundão	61	10,1	302	9,5	505	9,8
Gouveia	39	6,4	132	4,2	235	4,6
Guarda	30	5,0	230	7,3	446	8,7
Manteigas	35	5,8	294	9,3	383	7,4
Meda	9	1,5	59	1,9	88	1,7
Pinhel	9	1,5	65	2,1	96	1,9
Sabugal	17	2,8	82	2,6	167	3,2
Seia	140	23,1	794	25,1	1301	25,3
Trancoso	13	2,1	102	3,2	153	3,0

Nota: * Dados disponíveis a 17 de março de 2020.

Gráfico 36. Evolução do número de novas camas disponíveis e capacidade de utentes em alojamento local (2015-2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)



Nota: * Dados disponíveis a 17 de março de 2020.

No que diz respeito à tipologia dos alojamentos locais, a leitura da Tabela 44 permite constatar que as moradias constituem a esmagadora maioria da oferta de alojamento local em Gouveia, correspondendo atualmente a 94,9% do total.

Tabela 44. Evolução do número de camas disponíveis em alojamento local, por tipo de alojamento (2015-2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

TIPO DE ALOJAMENTO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL	
							n.º	%
Apartamento	-	1	1	-	-	-	2	5,1
Moradia	6	5	8	9	8	1	37	94,9
TOTAL	6	6	9	9	8	1	39	

Nota: * Dados disponíveis a 17 de março de 2020.

Uma análise à escala infraconcelhia (Tabela 45) indica que a UF de Melo e Nabais concentra o maior número de alojamentos locais existentes em Gouveia (oito unidades, 20,5% do total), seguindo-se a UF de Gouveia com sete unidades. Por sua vez, Vila Nova de Tazem não apresenta qualquer oferta deste tipo de alojamento turístico.

Tabela 45. Alojamento local, por freguesia (2020*)
(Fonte: SIGTUR, TdP)

FREGUESIA	ALOJAMENTOS		CAMAS		UTENTES	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Arcozelo	2	5,1	6	4,5	10	4,3
Catvelos	2	5,1	4	3,0	10	4,3
Folgosinho	1	2,6	2	1,5	6	2,6
Nespereira	2	5,1	4	3,0	8	3,4
Paços da Serra	1	2,6	6	4,5	8	3,4
Ribamondego	3	7,7	19	14,4	26	11,1
São Paio	1	2,6	3	2,3	4	1,7
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	4	10,3	10	7,6	20	8,5
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	1	2,6	3	2,3	6	2,6
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	7	17,9	23	17,4	44	18,7
UF de Melo e Nabais	8	20,5	28	21,2	50	21,3
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	2	5,1	7	5,3	15	6,4
UF de Rio Torto e Lagarinhos	2	5,1	5	3,8	9	3,8
Vila Cortês da Serra	1	2,6	4	3,0	7	3,0
Vila Franca da Serra	2	5,1	8	6,1	12	5,1
Vila Nova de Tazem	-	-	-	-	-	-
CONCELHO	39		132		235	

Nota: * Dados disponíveis a 17 de março de 2020.

3.5. URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO

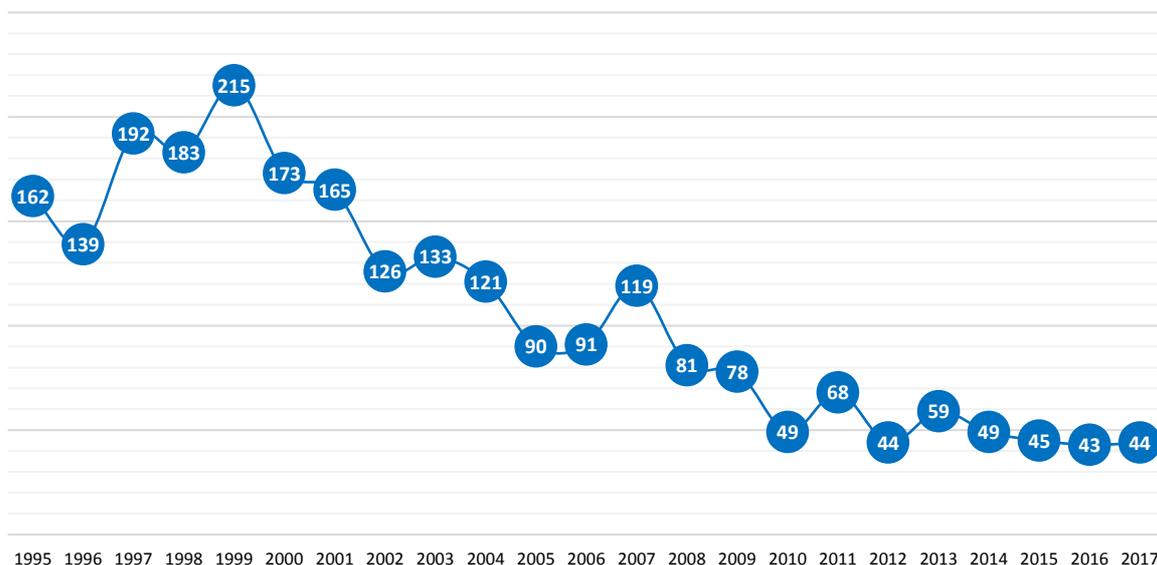
No presente subcapítulo, procede-se à análise da dinâmica construtiva e edificatória no concelho de Gouveia desde 1995 (data de publicação do PDM em vigor) do ponto de vista do investimento privado (obras particulares) e do investimento público (municipal).

3.5.1. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

A aferição da dinâmica urbanística associada às obras particulares no concelho de Gouveia é feita com recurso à informação constante no Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU) do INE, que procede à sistematização da informação administrativa relativa a alvarás de licença ou utilização, comunicações prévias, pareceres prévios e projetos de obras municipais. Para o efeito são utilizados os indicadores referentes aos edifícios licenciados e concluídos por tipo e destino de obra entre 1995 e 2012/2017 (último período disponível), bem como os referentes à superfície habitável média das divisões licenciadas e concluídas em construções novas para habitação familiar entre 2004 e 2017 (primeiro e último períodos disponíveis, respetivamente).

De acordo com o SIOU do INE, no período compreendido entre 1995 e 2017, um total de 2.469 edifícios foram alvo de licenciamento, a maioria dos quais (77,3%) até 2007. A observação do Gráfico 37 permite constatar, igualmente, o decréscimo do número de edifícios licenciados no concelho de Gouveia ao longo da última década em análise.

Gráfico 37. Evolução dos edifícios licenciados (1995-2017)
(Fonte: INE, 2018)



Em termos de distribuição geográfica (Figura 15), a UF de Gouveia e Vila Nova de Tazem são as unidades territoriais infraconcelhias que apresentam o maior número de edifícios licenciados entre 1995 e 2017, correspondendo, respetivamente, a cerca de 15,6 % e 13,6 % do total. No outro extremo encontram-se as freguesias de Vila Cortês da Serra e Vila Franca da Serra, ambas com cerca de 2,1 % do total de edifícios licenciados desde a publicação do PDM em vigor.

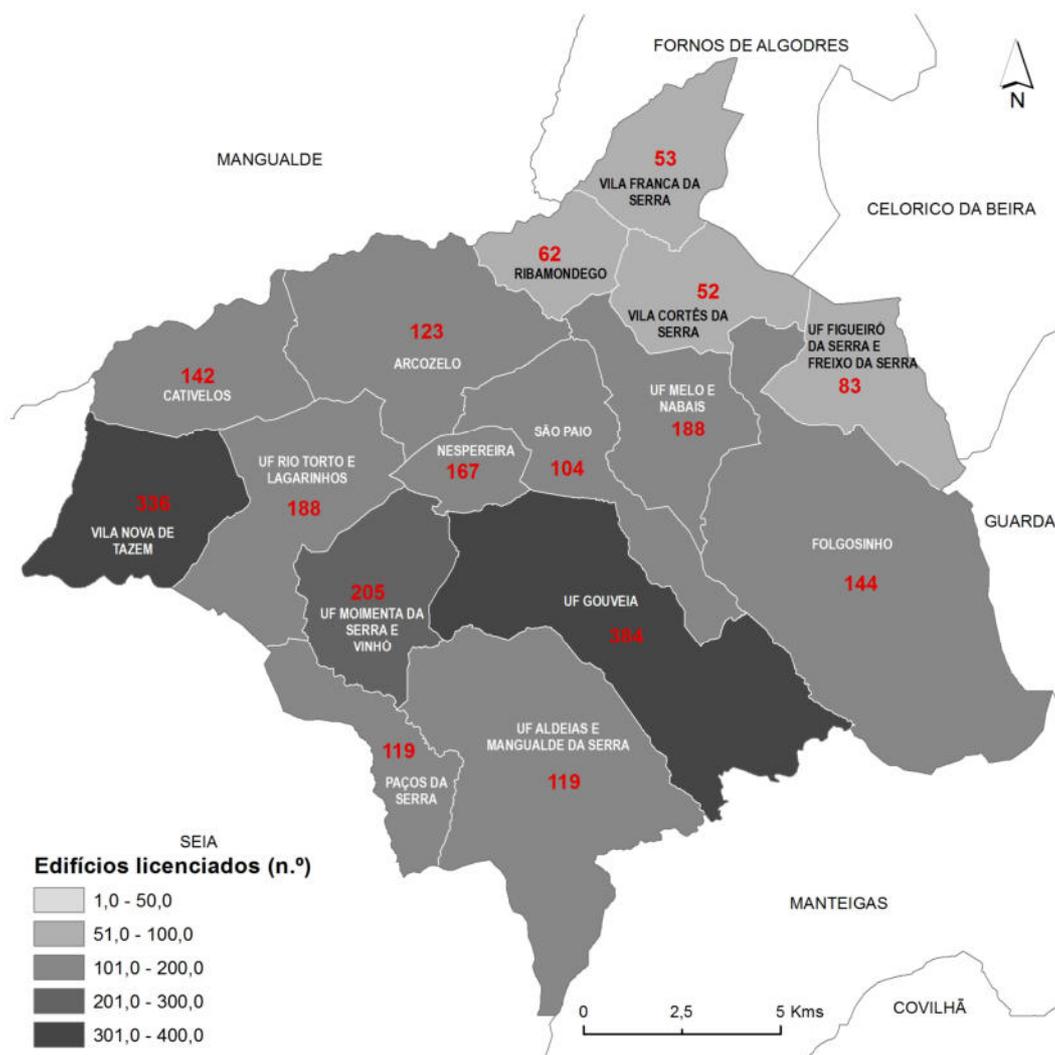
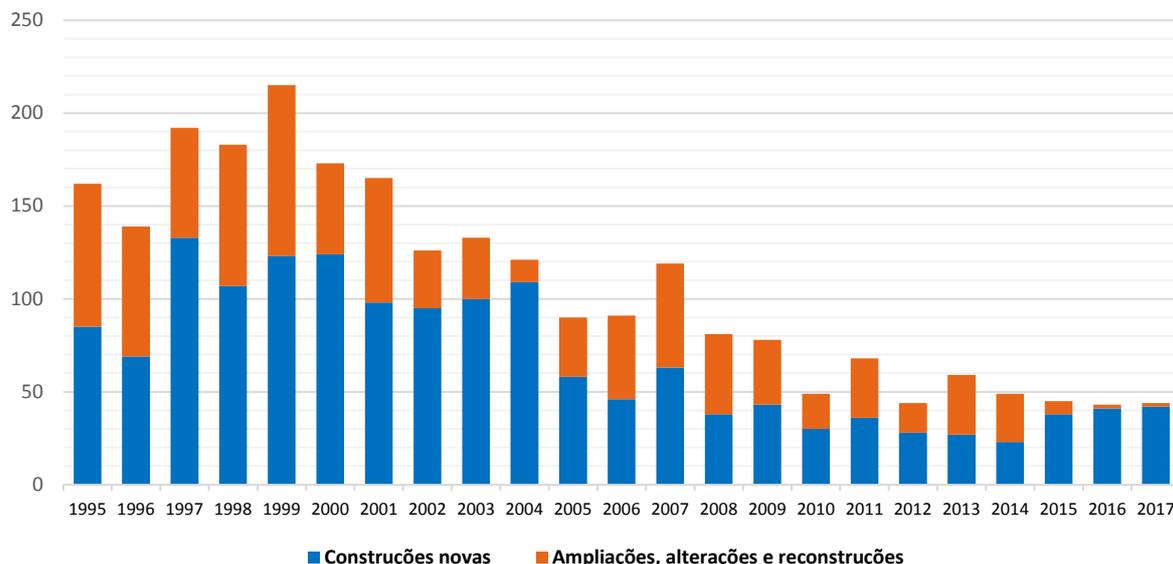


Figura 15. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados (1995-2017)
(Fonte dos dados: INE, 2018. Fonte cartográfica: CAOP, 2018)

Relativamente à tipologia construtiva, o Gráfico 38 indica que, no período em análise, para além da tendência de diminuição em ambas as tipologias, as construções novas são o tipo de obra dominante — excetuando em 1996, 2008, 2013 e 2014 —, sendo que, desde 2015, passa a apresentar valores crescentes superiores a 84% do total de obras licenciadas.

Gráfico 38. Evolução dos edifícios licenciados (1995-2017)
(Fonte: INE, 2018)



Neste âmbito, a leitura da Figura 16 permite constatar que, apesar da acentuada descida do número de edifícios licenciados em todas as freguesias, Vila Nova de Tazem continua a registar os valores mais elevados. Por outro lado, a UF de Gouveia, a par das restantes freguesias, apresenta valores bastante baixos, sendo que Arcozelo, Ribamondego, UF de Aldeias e Moimenta da Serra e Vila Cortês da Serra registam mesmo valores nulos. Estes dados manifestam um acentuado declínio da atividade urbanística em todo o concelho.

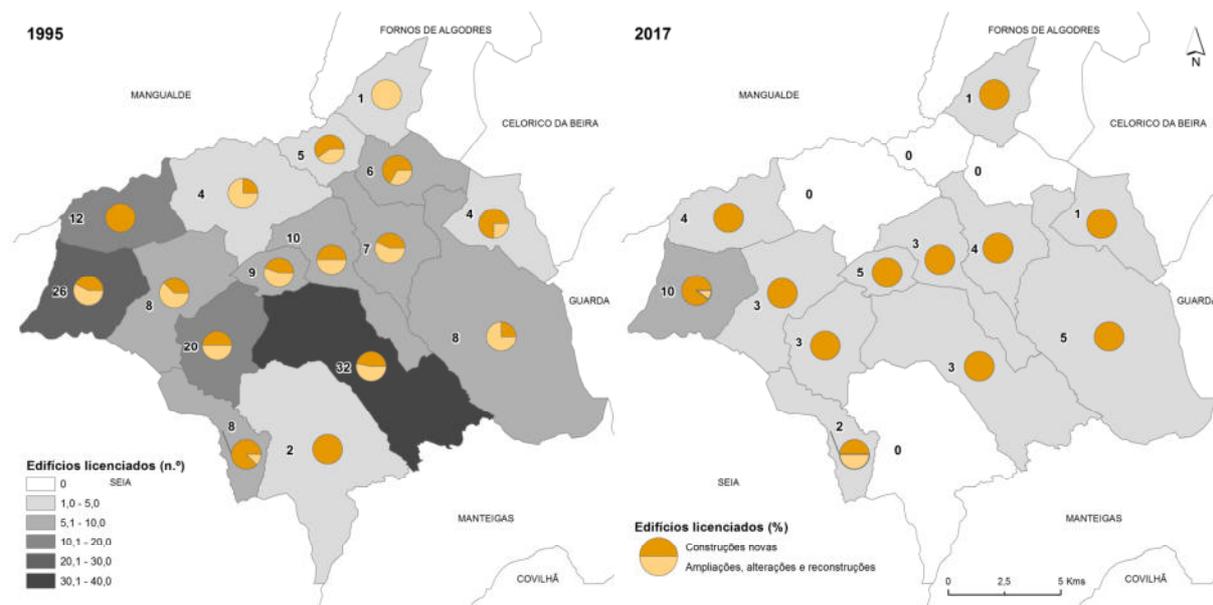


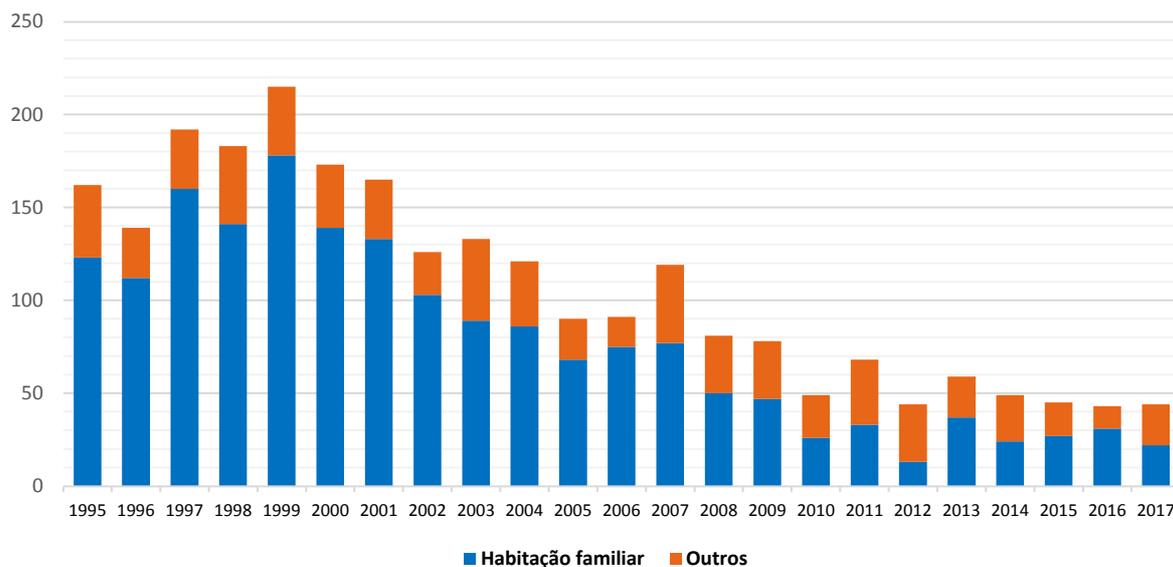
Figura 16. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados, por tipo de obra (1995-2017)
(Fonte dos dados: INE, 2018. Fonte cartográfica: CAOP, 2018)

Em termos tipológicos, enquanto em 1995 o número de construções novas era semelhante ao número de edifícios alvo de ampliações, alterações e/ou reconstruções, em 2017 assiste-se ao domínio inequívoco das construções novas.

Relativamente ao destino da obra, a análise do Gráfico 39 evidencia que os edifícios licenciados no concelho de Gouveia entre 1995 e 2017 se destinam, essencialmente, a habitação familiar, em detrimento de outros usos.

Verifica-se, no entanto, uma aproximação entre ambas as finalidades desde o início da presente década, pelo que a percentagem de outros usos já se apresenta igual ou superior a 50 % em quatro dos sete anos representados, designadamente 2011 (51,5 %), 2012 (70,5 %), 2014 (51,0 %) e 2017 (50 %).

Gráfico 39. Evolução dos edifícios licenciados, por destino de obra (1995-2017)
(Fonte: INE, 2018)



Em termos de distribuição geográfica, a Figura 17 evidencia que, apesar de Folgoso, Paços da Serra, UF de Gouveia e UF de Moimenta da Serra e Vinhó ainda manterem o domínio da habitação familiar — situação que pode indiciar uma carência de dinamismo relativamente a obras associadas a atividades económicas —, nas restantes freguesias destaca-se o aumento da percentagem de edifícios licenciados para outros usos.

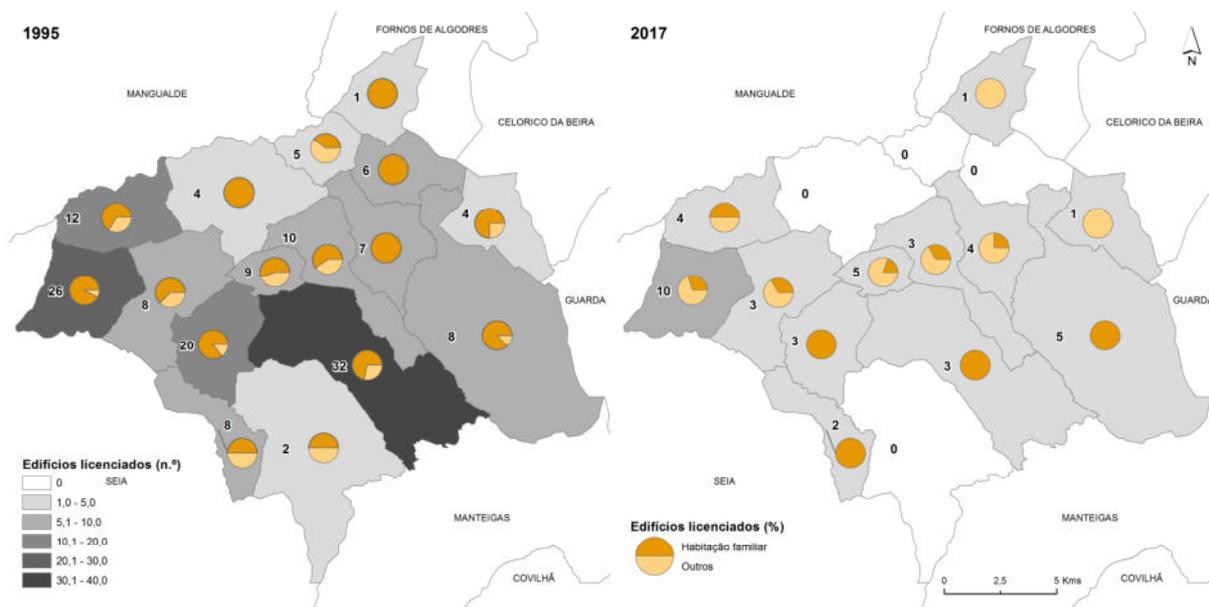


Figura 17. Distribuição geográfica do número de edifícios licenciados, por destino de obra (1955-2017)
(Fonte dos dados: INE, 2018. Fonte cartográfica: CAOP, 2018)

Quanto ao número de edifícios concluídos, os dados disponibilizados pelo INE evidenciam, igualmente, no intervalo compreendido entre 2001 e 2017, uma redução significativa. Salienta-se que, do total de 2.603 edifícios concluídos no concelho de Gouveia, 78,4% corresponde ao período entre 1995 e 2007.

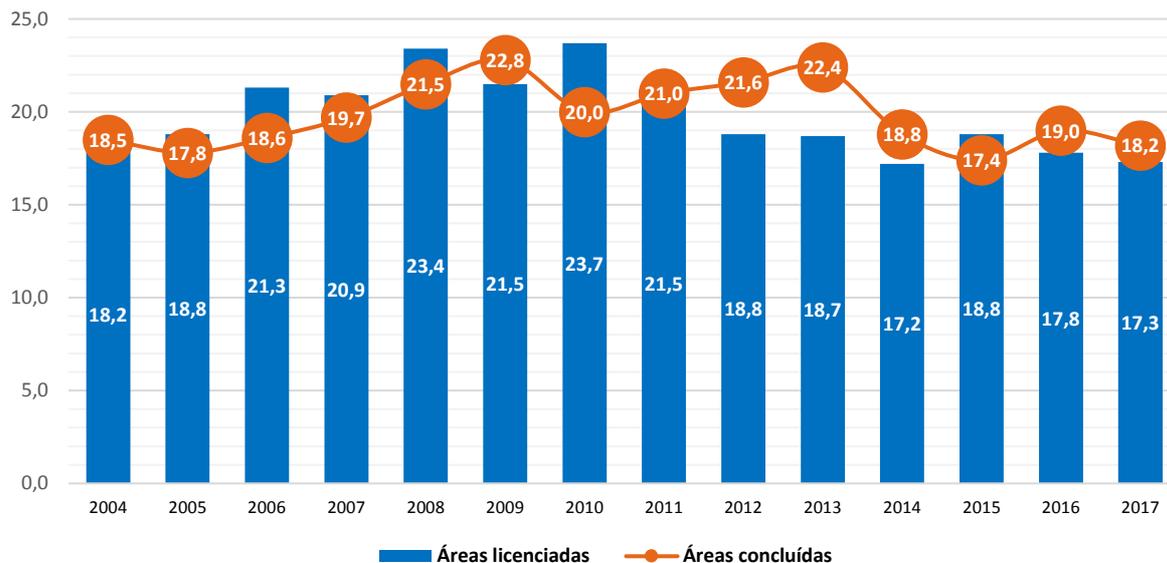
Em termos de distribuição geográfica, a UF de Gouveia e Vila Nova de Tazem são as freguesias que apresentam um maior número de edifícios concluídos (16,7 % e 13,1 %, respetivamente), enquanto Vila Franca da Serra e Vila Cortês da Serra são as que registam os valores mais baixos (2,3 % e 1,9 %, respetivamente). No entanto, verifica-se que a UF de Gouveia regista, em 1995, o maior número de edifícios concluídos (22,9%), mas, em 2012, passa a apresentar um dos valores mais baixos em termos de edifícios concluídos. Por seu turno, Vila Nova de Tazem e a UF de Rio Torto e Lagarinhos apresentam, nesta última data e ainda que de forma pouco expressiva, os valores mais elevados.

Relativamente ao tipo de obra dos edifícios concluídos, as construções novas são o tipo de obra dominante. Somente em 1996 e 2013 se regista uma menor proporção de construções novas em detrimento das ampliações, alterações e reconstruções (48,5 % e 37,2 %, respetivamente).

Quanto ao destino das obras concluídas, destaca-se o claro domínio da habitação familiar, ainda que, ao longo da última década, as disparidades já não se apresentem tão expressivas. Verifica-se, deste modo, um maior equilíbrio entre a habitação familiar e outros destinos de obra, pelo que se conclui que a tendência atual será a da diversificação dos usos.

Relativamente às áreas das habitações familiares, o Gráfico 40 permite identificar as diferenças existentes entre a superfície habitável média das divisões das construções novas licenciadas das efetivamente construídas no concelho de Gouveia desde 2004.

Gráfico 40. Evolução da superfície habitável média das divisões (m²) das construções novas (2004-2017)
(Fonte: INE, 2018)



Nota: Última atualização dos dados: 16 de junho de 2018 (construções licenciadas) e 22 de setembro de 2018 (construções concluídas).

A leitura do gráfico anterior permite constatar que, tanto nos edifícios licenciados como nos concluídos, têm-se registado valores inconstantes relativamente à dimensão média das divisões, oscilando os segundos entre menos 3,7 m² (ano de 2010) e mais 3,7 m² (ano de 2013) em relação aos primeiros. Por outro lado, em termos de evolução temporal, verifica-se, a partir de 2013, uma evidente tendência para a descida do tamanho das divisões das habitações familiares para valores semelhantes ou até mesmo inferiores aos registados no início do século XXI.

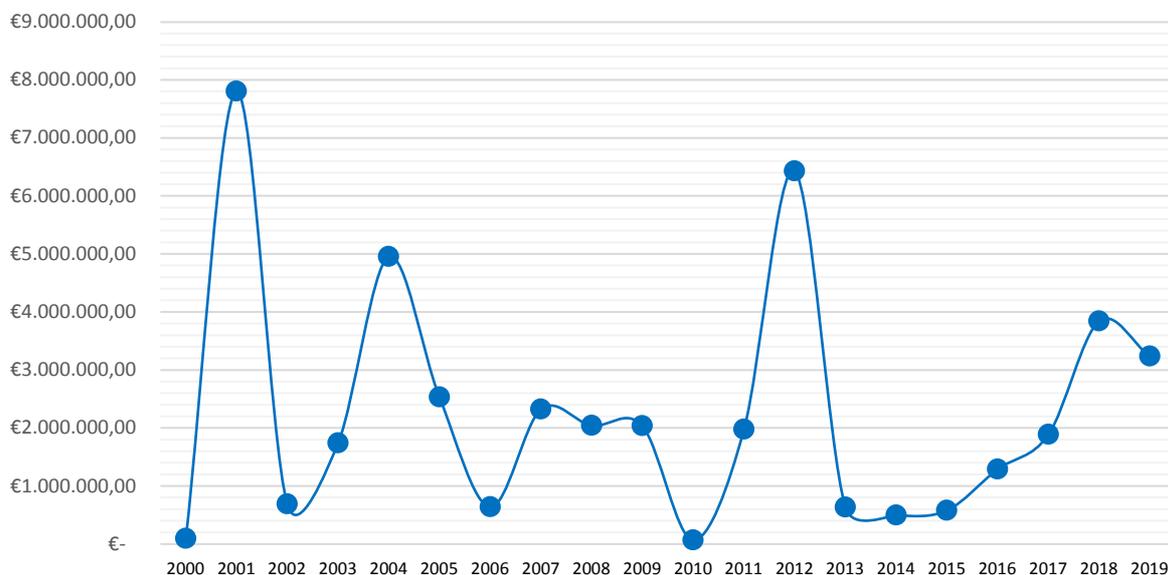
3.5.2. OBRAS MUNICIPAIS

Relativamente aos investimentos municipais, a apreciação incide nas últimas duas décadas de intervenções camarárias, segundo uma abordagem por áreas de atuação diferenciadas.

Neste âmbito, o Gráfico 41 traduz a dinâmica existente nos últimos 20 anos.

A leitura deste gráfico permite constatar que, desde o ano 2000, o volume dos investimentos municipais tem sofrido diversas oscilações. Os valores mais baixos (até 1.000.000,00 €) apresentam-se, sobretudo, em anos interpolados até 2010 (2000, 2002, 2006 e 2010, data em que atingiu o seu nível mais baixo com menos de 68.000,00 €), bem como no triénio 2013-2014-2015. Por outro lado, os valores mais elevados (mais de 4.000.000,00 €) registaram-se em 2001, 2004 e 2012. De ressaltar ainda que, desde 2016, tem-se verificado uma tendência claramente ascendente do valor dos investimentos no concelho de Gouveia, perfazendo um total de mais de 45 milhões de euros ao longo das duas últimas décadas.

Gráfico 41. Dinâmica de investimentos municipais (2000-2019)
(Fonte: CMG, 2019)

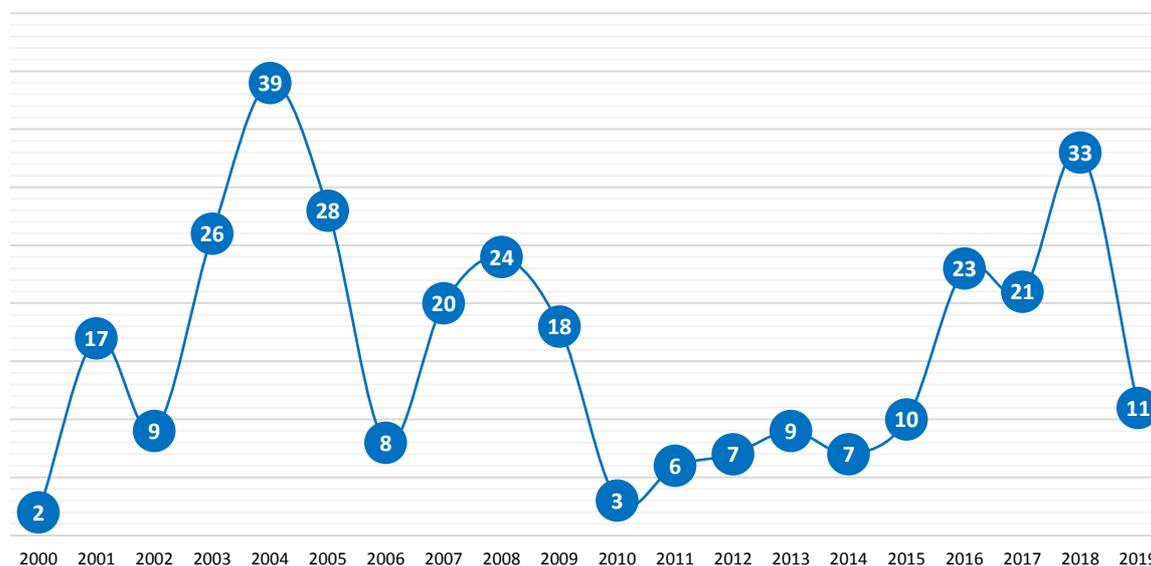


Nota: O ano 2019 inclui os investimentos previstos à data.

Relativamente às intervenções propriamente ditas, cuja distribuição anual se apresenta no Gráfico 42, estas correspondem a um total de 321 ações distintas (314 realizadas até fevereiro de 2019 e sete previstas).

Conforme é possível observar neste gráfico, os anos que apresentam o maior número de ações realizadas são os triénios 2003-2004-2005, 2007-2008-2009 e 2016-2017-2018, o que significa que um maior número de intervenções não implica, necessariamente, um maior volume de investimento orçamental.

Gráfico 42. Evolução das ações municipais realizadas (2000-2019)
(Fonte: CMG, 2019)



Nota: O ano 2019 inclui sete ações previstas.

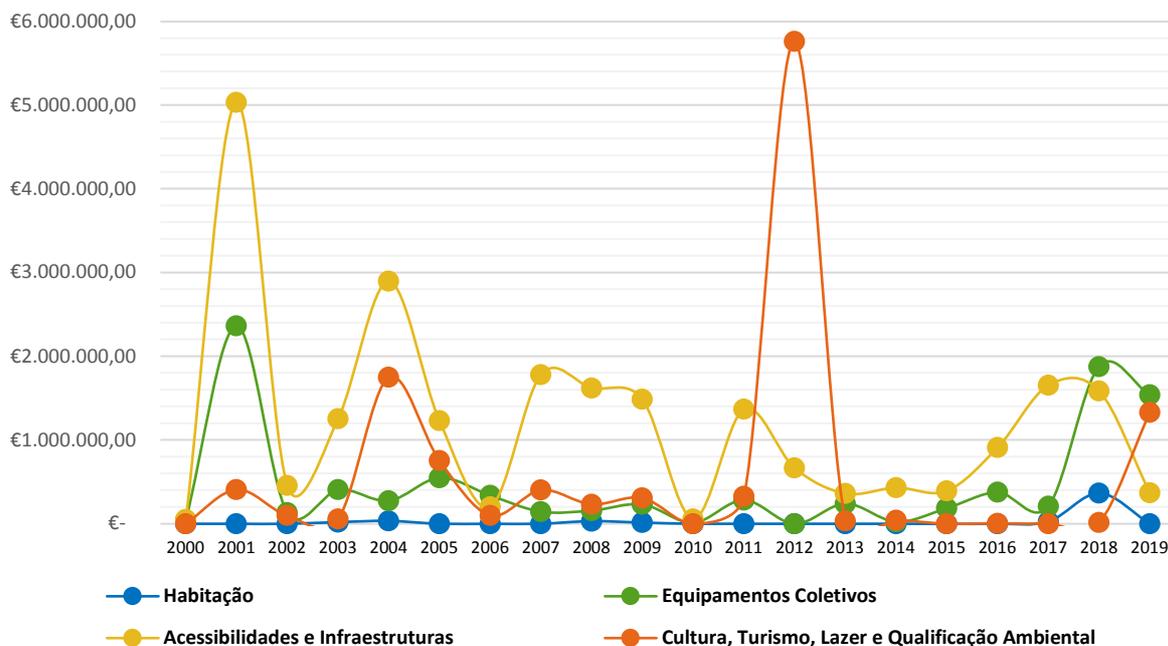
Por sua vez, o Gráfico 43 apresenta a dinâmica de investimentos municipais enquadrados nas seguintes áreas de atuação:

- Habitação;
- Equipamentos Coletivos;
- Acessibilidades e Infraestruturas;
- Cultura, Turismo, Lazer e Qualificação Ambiental.

A leitura deste gráfico anterior permite compreender que, ao longo dos últimos 20 anos, o maior esforço orçamental municipal tem sido feito no âmbito da melhoria das Acessibilidades e Infraestruturas (cerca de 24 milhões de euros), correspondendo a cerca de 52,5% do valor total investido pelo Município de Gouveia. De seguida, destaca-se a área da Cultura, Turismo, Lazer e Qualificação Ambiental com cerca de 25,7% do total (cerca de 12 milhões de euros), tendo-se registado investimentos mais avultados em 2004, especialmente em 2012 com a consignação da obra do “Caminho Natural” e, previsivelmente, em 2019. Os Equipamentos Coletivos obtêm cerca de 20,7% do investimento municipal ao longo das duas últimas décadas (cerca de 10 milhões de euros). Por último, o investimento no campo da Habitação tem sido mais pontual, somente observável nos biénios 2003-

2004, 2008-2009 e 2017-2018, perfazendo um total inferior a meio milhão de euros (1,1% do total), dos quais mais de 75% aplicados em 2018.

Gráfico 43. Dinâmica de investimentos municipais, por área de atuação (2000-2019)
(Fonte: CMG, 2019)



Nota: O ano 2019 inclui os investimentos previstos à data.

Em anexo ao presente documento (Anexo 1), apresentam-se as tabelas que elencam os investimentos municipais por área de atuação: Habitação (A1_Tabela 1), Equipamentos Coletivos (A1_Tabela 2), Acessibilidades e Infraestruturas (A1_Tabela 3) e Cultura, Turismo, Lazer e Qualificação Ambiental (A1_Tabela 4).

3.6. ACESSIBILIDADES, TRANSPORTES E MOBILIDADE

No presente subcapítulo abordam-se as principais dinâmicas relativas aos padrões de mobilidade da população residente no concelho de Gouveia, bem como as infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário e os serviços de transporte público disponíveis. Para além destes indicadores, abordam-se, igualmente, os dados relativos ao parque automóvel disponível no concelho, bem como à sinistralidade rodoviária. Com esta análise, pretende-se aferir e compreender a evolução temporal quer da oferta de infraestruturas e serviços de transporte, quer dos hábitos da população em termos de mobilidade urbana.

3.6.1. PADRÕES DE MOBILIDADE

O PDM em vigor (1995) define os padrões de mobilidade a partir dos dados disponibilizados pelo “Recenseamento Geral da População”, realizado em 1981, dos quais se conclui que, à data do PDM:

- as deslocações pendulares (casa-trabalho / escola) inframunicipais representavam cerca de 96% do total, pelo que as deslocações intermunicipais tinham pouco significado (4%);
- o modo pedonal era a principal escolha modal, correspondendo ao modo de deslocação de quase 70% da população trabalhadora ou estudante;
- os modos motorizados, nos quais se incluem o transporte público (TP) e o transporte individual (TI), correspondiam a cerca de 30% das viagens pendulares.

Naturalmente, à semelhança do que acontece noutros territórios, o intervalo temporal decorrido desde o “Recenseamento Geral da População” (1981) levou a grandes alterações dos padrões de mobilidade da população residente em Gouveia.

Os dados dos Censos de 2011 (INE, 2011) mostram que, no concelho, a proporção de viagens inframunicipais baixou para 76,6% (valor inferior ao registado em 2011 para a Sub-região das Beiras e Serra da Estrela: 81,5%), o que representa, no espaço de 20 anos, uma redução de cerca de 20% das viagens inframunicipais.

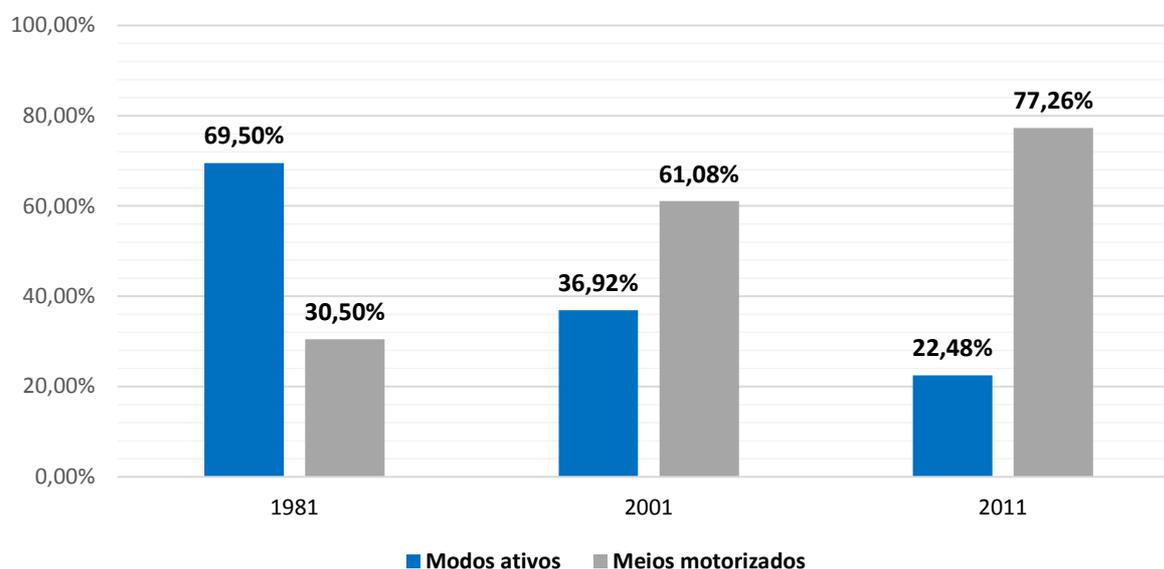
Simultaneamente, identifica-se, também, uma redução do número de viagens pendulares (Tabela 46). Esta situação estará necessariamente associada a uma pronunciada redução, entre 1981 e 2011, da população ativa e/ou estudante residente no concelho.

Tabela 46. Evolução do número de viagens pendulares (1981-2011)
(Fonte: CMG, 1995; Censos 1981, 2001 e 2011, INE)

	VIAGENS PENDULARES (n.º)	VARIAÇÃO 1981-2011 (%)
1981	7.945	
2001	7.221	-9,11%
2011	5.836	-26,55%

No que se refere à escolha modal, regista-se uma total inversão da escolha dos modos de viagem desde 1981 (Gráfico 44). De um predomínio da escolha do modo pedonal, com uma proporção próxima dos 70% para esse modo e de 30% para os meios motorizados, passa-se, em 2001, para uma realidade caracterizada pela redução dos modos ativos (36,92%) e por um aumento significativo dos meios motorizados (61,08%). Entre 2001 e 2011, esta tendência acentua-se, pelo que, de acordo com os dados dos Censos de 2011, as viagens em modos ativos correspondem a 22,48% e, em meios motorizados, a 77,26%.

Gráfico 44. Evolução da distribuição modal (1981-2011)
(Fonte: CMG, 1995; Censos 1981, 2001 e 2011, INE)



De facto, entre 2001 e 2011, verifica-se uma redução do número de viagens pendulares por modos ativos, bem como uma ligeira diminuição (cerca de 1%) das viagens em transporte público. O aumento

do número de viagens por meios motorizados justifica-se, assim, pelo grande aumento das viagens em transporte individual (Gráfico 45 e Gráfico 46).

Gráfico 45. Distribuição modal (2001)
(Fonte: Censos 2001, INE)

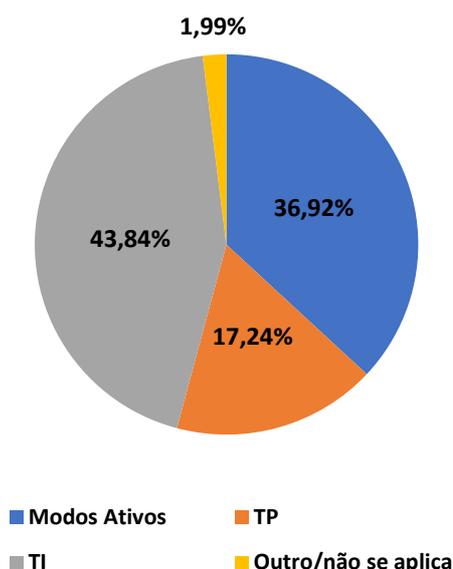
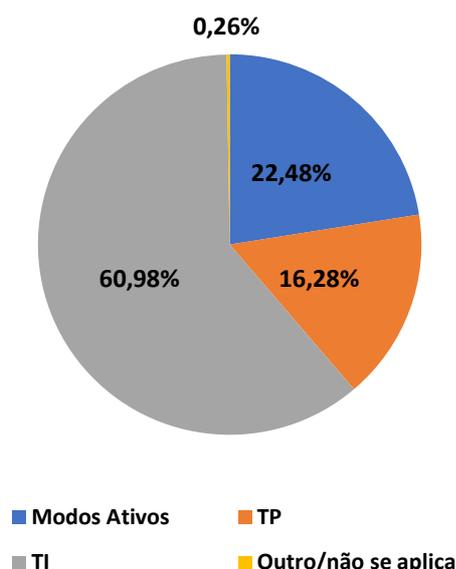


Gráfico 46. Distribuição modal (2011)
(Fonte: Censos 2011, INE)



Refira-se, ainda, que a repartição modal verificada no concelho de Gouveia assemelha-se à da sub-região onde se insere (Tabela 47).

Tabela 47. Evolução da distribuição modal (2001-2011)
(Fonte: INE,2001; Censos 2001-2011)

		MODOS ATIVOS	TRANSPORTE PÚBLICO	TRANSPORTE INDIVIDUAL	OUTRO / NÃO APLICÁVEL
2001	Beiras e Serra da Estrela	33,74%	16,20%	48,31%	1,75%
	Gouveia	36,92%	17,24%	43,84%	1,99%
2011	Beiras e Serra da Estrela	20,43%	12,88%	66,29%	0,40%
	Gouveia	22,48%	16,28%	60,98%	0,26%

Contudo, assinala-se que, nos dois momentos estatísticos em análise (2001 e 2011), as escolhas modais “modos ativos” e “transporte público” ao nível concelhio registam um valor ligeiramente superior ao da Sub-região das Beiras e Serra da Estrela, o que se reflete numa redução das viagens em transporte individual comparativamente às do nível sub-regional.

3.6.2. REDE RODOVIÁRIA

Tal como descrito no PDM (1995), a rede viária do concelho de Gouveia encontra-se, naturalmente, condicionada pelas características físicas do território, configurando duas zonas distintas — a plana e povoada e a da serra — segregadas por uma faixa central correspondente ao principal eixo viário regional, a Estrada Nacional (EN) 17. Sobre esse território desenvolve-se, a partir de uma estrutura radial, a rede viária local centrada na sede do concelho. Contudo, a presença do maciço da Serra da Estrela impede, do lado sudeste, o prolongamento desse sistema viário.

Partindo dos pressupostos anteriormente referidos, o PDM em vigor organiza a rede viária de acordo com o constante na Tabela 48, classificando-a em sete níveis distintos:

- Nacional de 1ª Classe;
- Nacional de 2ª Classe;
- Nacional de 3ª Classe;
- Estrada Municipal;
- Caminho Municipal;
- Estrada Não Classificada com características de Estrada Municipal;
- Estrada Não Classificada com características de Caminho Municipal.

Tabela 48. Caracterização e classificação da rede viária
(Fonte: CMG, 1995)

CLASSIFICAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO	
NACIONAL DE 1ª CLASSE	EN17	Extremo sudeste do concelho (Vila Cortês) - Extremo noroeste do concelho (Lagarinhos)
NACIONAL DE 2ª CLASSE	EN232	Extremo noroeste do concelho (ligação a Mangualde) - Extremo sul do concelho (ligação a Manteigas)
NACIONAL DE 3ª CLASSE	EN330	Gouveia- Extremo norte do concelho (Vila Franca)
	EN330-1	Gouveia- Estrada EN 330
	EN329	Estrada EN330 (junto a Ribamondego) - Extremo noroeste do concelho
	EN338-1	Nabais- Folgosinho
ESTRADA MUNICIPAL	EM501	Vila Nova de Tazem- Cativelos
	EM501-1	Cativelos- Extremo noroeste do concelho (na EN232)
	EM502	Moimenta- Extremo poente do concelho (ligação ao concelho de Seia por Paranhos da Beira)
	EM506	Tazem- Extremo sul do concelho (ligação às Lajes- concelho de Seia)

CLASSIFICAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO	
	EM508	Lagarinhos- Extremidade noroeste do concelho (junto à Ribamondego)
	EM522-1	Moimenta da Serra- EN 232 (junto às Aldeias)
	EM523	Moimenta da Serra- Arcozelo da Serra
	EM554-2	Vila Cortês da Serra- Extremo norte do concelho (ligação a Vila Ruiva)
	EM555	Nabais- Extremo nordeste do concelho (junto a Figueiró da Serra)
	EM555-1	Nabainhos- Estrada Nacional 17
	EM1108	Estrada municipal 502- Povoação de Passarela
CAMINHO MUNICIPAL	CM1112	Gouveia- Curral do Negro
ESTRADA NÃO CLASSIFICADA COM CARACTERÍSTICAS DE ESTRADA MUNICIPAL	NV	Estrada municipal 502- Novelães
	RT-VN	Rio Torto- Vila Nova de Tazem
	VN-PP	Vinhó- Estrada Nacional 17
	N-17	Nespereira- Estrada Nacional 17
	N-SP	Nespereira- S. Paio
	FX-VC	Freixo da Serra- Vila Cortês
	FG-FX	Folgosinho- Freixo da Serra
	FG-VD	Folgosinho- Extremo nascente do concelho
	RT-17	Estrada Nacional 17- Rio Torto
VF-PN	Vila Franca da Serra- Ponte Nova	
ESTRADA NÃO CLASSIFICADA COM CARACTERÍSTICAS DE CAMINHO MUNICIPAL	ALD	Aldeias- Estrada Nacional 232
	RB-PN	Ribamondego- Ponte Nova
	M-VC	Melo- Vila Cortês
	FG-CP	Folgosinho- Covão da Ponte
	FG-AS	Estrada FG-CP- Extremo sul do concelho (ligação ao concelho de Manteigas)
	FG-CN	Estrada FG- CP (junto a Folgosinho) - Curral do Negro
	LG	Estrada Nacional 232- Lagoa do Vale do Rossim

Para além dos eixos viários assinalados no território concelhio e distinguidos pelo PDM em vigor (Figura 18), assinala-se, ainda, a presença do Itinerário Principal (IP) 5, incluído na Rede Fundamental do Plano Rodoviário Nacional (PRN) (1985, 1998). Atualmente, o IP 5 configura a Autoestrada (A) 25, que estabelece a ligação entre Aveiro e Vilar Formoso (Figura 19). A sede do concelho de Gouveia encontra-se a cerca de 30 Km deste eixo viário e, como tal, da rede coletora.

Destaca-se, igualmente, a EN 232, incluída na Rede Complementar do PRN (1985, 1998), de ligação entre Mangualde e Belmonte, e que, no seu trajeto, atravessa o concelho de Gouveia.

O PDM (1995) previa a beneficiação da EN 17 e a sua configuração enquanto Itinerário Complementar, tal como aprovado pelo Concelho Regional em 1989. Atualmente, a EN 17 corresponde à IC 7, de ligação entre Venda de Galizes e Celorico da Beira. Ao mesmo tempo, o PDM apontava a classificação da EN 232 (ligação entre Gouveia e Mangualde) enquanto Itinerário Complementar como essencial, bem como a pretensão de classificação do troço da EN 330 entre a estrada EN 17 e Fornos de Algodres.

Entre as estradas assinaladas incluíam-se, à data do PDM em vigor, um conjunto de eixos criados pelo município, com pavimentação prevista, que terá sido, posteriormente, executada (N-SP, FX-VC, RB-PN, N-17 e V-PP). Como tal, enquanto em 1995 apenas cerca de 77,8% da rede viária se encontrava pavimentada, atualmente, esse valor será residual.

Por último, assinalam-se os caminhos no sudeste do concelho, descritos como não tendo interesse em termos viários, mas com um papel importante em termos turísticos, circunstância que terá levado à elaboração de diversos projetos de execução para a sua beneficiação (FG-CP, FG-AS, FG-CN).

Desta forma, a permeabilidade do concelho deve-se, sobretudo, à presença da EN 17 e da EN 232, assegurando, respetivamente, a ligação entre os extremos sudeste e noroeste e noroeste-sul do concelho.

A construção do IP 5 permitiu um ganho de acessibilidade ao concelho. No entanto, a rede de estradas nacionais assume ainda um papel importante nas ligações intermunicipais e regionais, bem como, de ligação à rede coletora.

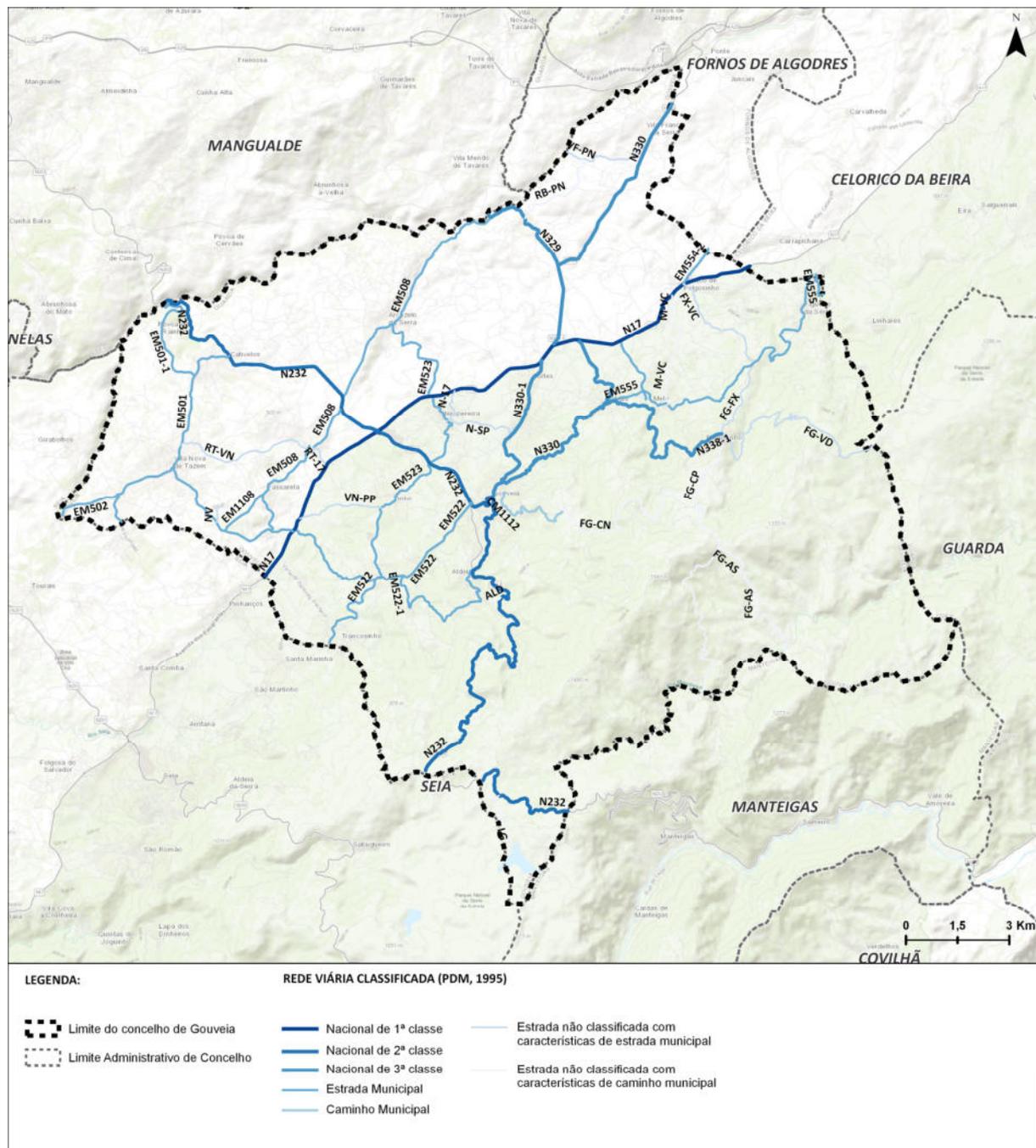


Figura 18. Rede viária classificada pelo PDM em vigor (1995)
(Fonte dos dados: CMG, 1995. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

A Figura 19 apresenta a rede viária identificada no PDM com base na sua configuração e função atual, bem como os novos eixos viários que, entretanto, foram construídos. Destaca-se a presença de novos troços, como a nova ligação da EN 232 e a Av. João Paulo II, correspondentes a vias quer de distribuição principal, quer de distribuição secundária ou local, perfazendo um total de cerca de 7,5 Km.

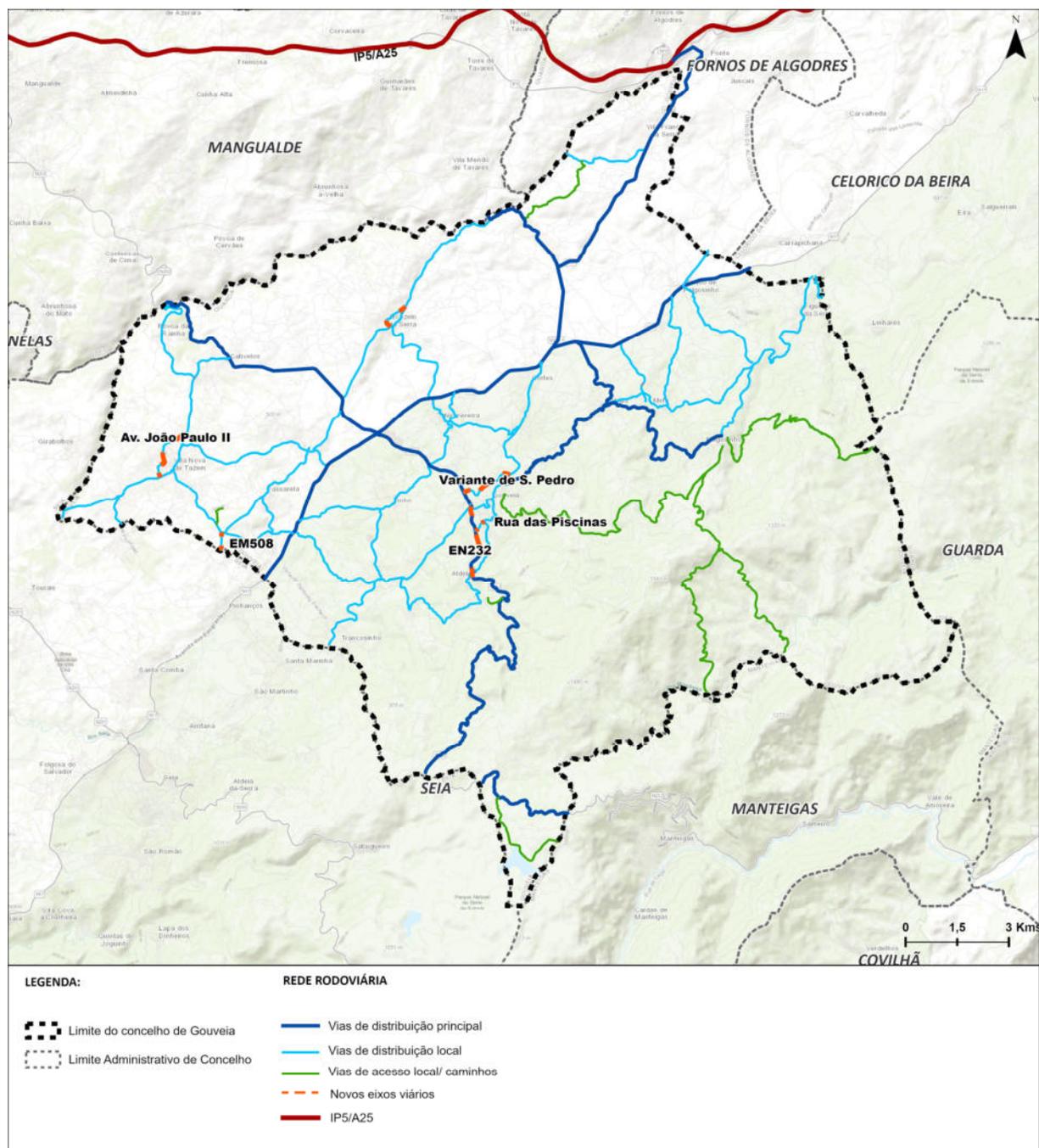


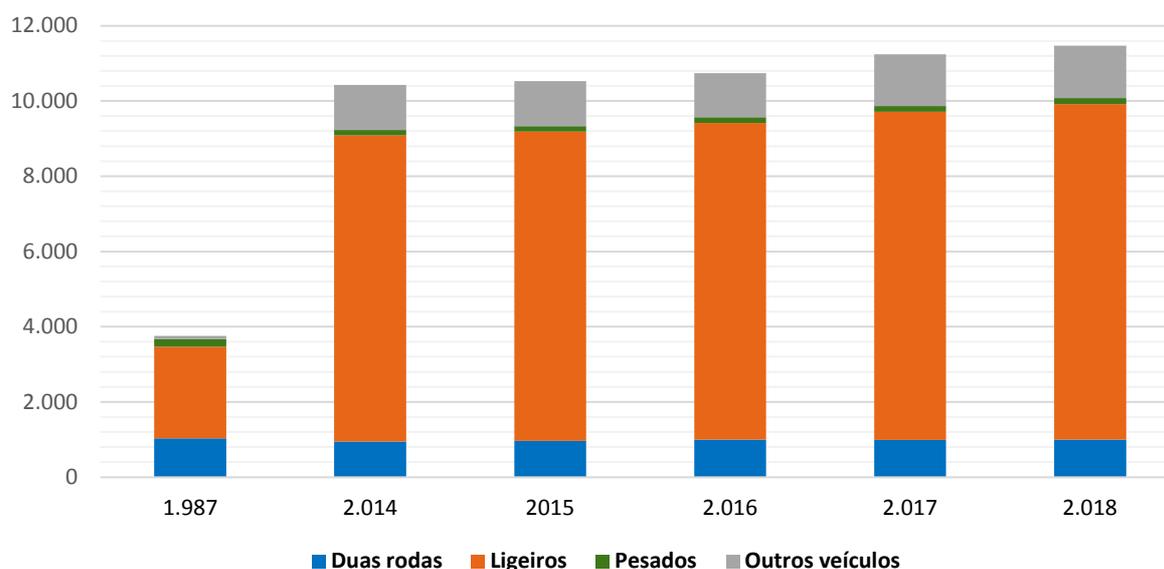
Figura 19. Rede viária identificada no PDM em vigor e novos eixos viários
(Fonte dos dados: CMG, 1995; Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

3.6.3. PARQUE AUTOMÓVEL

Em 1987, o parque automóvel do concelho de Gouveia era constituído por 3.753 viaturas e caracterizava-se por um significativo predomínio de veículos ligeiros, com grande representatividade dos veículos de duas rodas (velocípedes, ciclomotores e motocicletas), correspondendo a cerca de 27% do total de veículos (CMG, 1995).

Conforme mostra o Gráfico 47, entre 1987 e 2018 verifica-se um significativo crescimento do parque automóvel, sendo constituído, em 2018, por 11.473 veículos, o que representa um aumento de mais de 200%. Esse aumento verifica-se quer graças ao aumento do número de veículos ligeiros, quer de “outros veículos”, nos quais se incluem reboques, máquinas industriais, agrícolas, etc. No entanto, constata-se uma redução do número de veículos pesados (cerca de 17%) e dos veículos de duas rodas, representando, atualmente, apenas cerca de 9% do total.

Gráfico 47. Evolução do parque automóvel (1987-2018)
(Fonte: CMG, 1995; ASF)

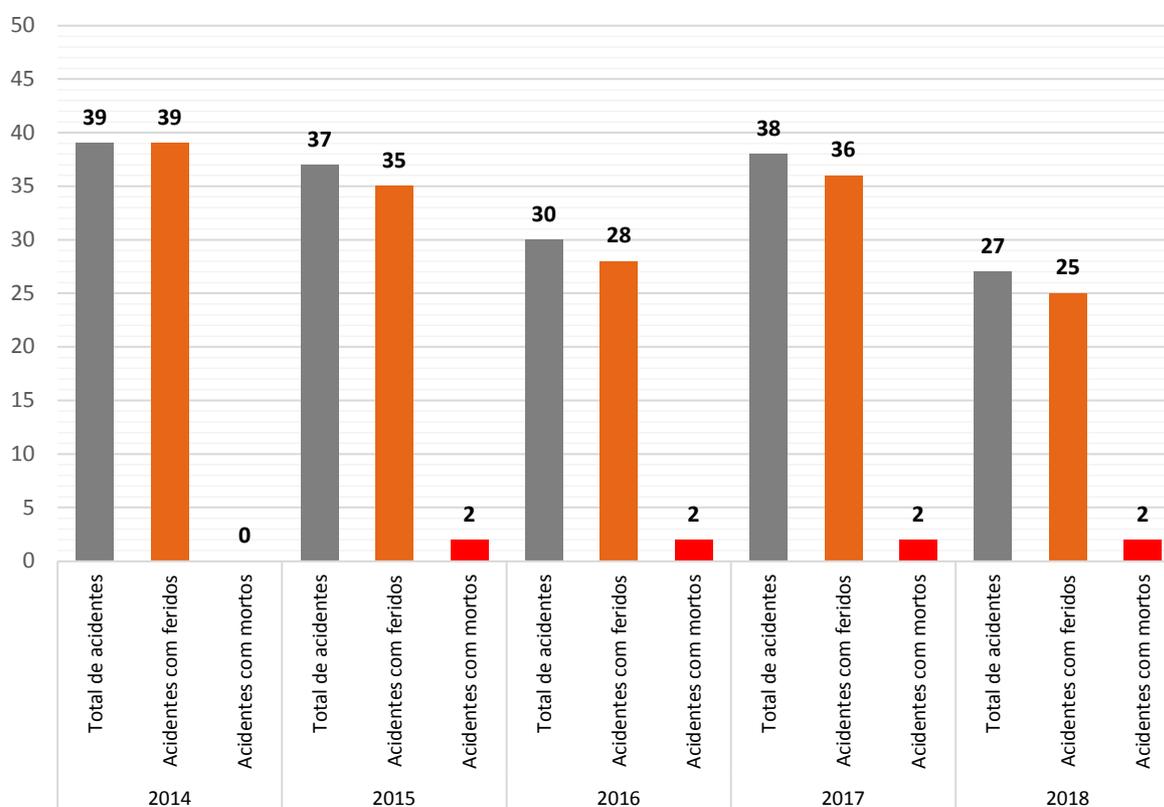


O aumento do número de veículos ligeiros exerce, naturalmente, grande impacto sobre as escolhas modais, uma vez que a posse de automóvel leva a uma maior predisposição para a sua utilização nas viagens pendulares.

3.6.4. SINISTRALIDADE

Os dados estatísticos acerca da sinistralidade revelam uma redução do número total de acidentes entre 2014 e 2016, paralelamente a uma redução do número de acidentes com vítimas (Gráfico 48). Em 2017, esses valores aumentam para um total de 38 acidentes, 36 dos quais com feridos. No ano seguinte, 2018, observa-se uma redução significativa desses valores, mantendo-se, no entanto, constante, desde 2015, o número de acidentes com mortos (2).

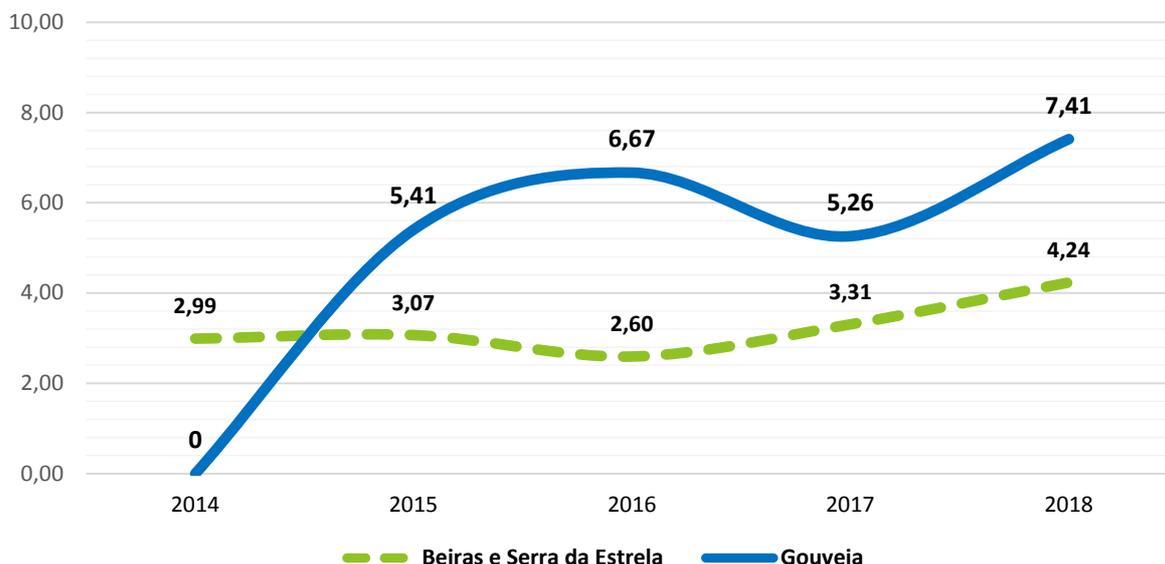
Gráfico 48. Evolução dos acidentes de viação com vítimas (nº) e tipo de vítima (2014-2018)
(Fonte: INE)



Como tal, em 2018 verifica-se um aumento do índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas no concelho. Ou seja, uma vez que, em 2018, o número total de acidentes no concelho regista um decréscimo, o índice de gravidade apresenta um valor mais elevado (7,41).

Comparativamente, conforme expressa o Gráfico 49, o índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas registado pela Sub-região das Beiras e Serra da Estrela é, desde 2015, significativamente inferior ao observado no concelho de Gouveia.

Gráfico 49. Evolução do índice de gravidade dos acidentes de viação com vítimas (2014-2018)
(Fonte: INE)



3.6.5. REDE FERROVIÁRIA E TRANSPORTE PÚBLICO FERROVIÁRIO

O concelho de Gouveia, ainda que não tenha presente qualquer infraestrutura ferroviária no seu território, encontra-se servido pela Linha da Beira Alta, nomeadamente a partir das estações existentes nos municípios vizinhos de Fornos de Algodres e Mangualde (Figura 20).

A linha da Beira Alta assegura a ligação ferroviária internacional de Portugal ao resto da Europa, sendo, como tal, considerada um importante corredor ferroviário, prevendo-se, na estratégia setorial a nível nacional, a sua consolidação (Governo de Portugal, 2014). Tal como se ilustra na Figura 21, esta linha assegura a ligação entre Guarda/Vilar Formoso e Lisboa/Coimbra, nomeadamente através dos serviços “Regional”, “Intercidades” e “Sud Express” (com ligação a Madrid), prestados pela CP - Comboios de Portugal. Nas estações assinaladas, de maior proximidade ao concelho, encontram-se os serviços indicados na Tabela 49:

Tabela 49. Serviços da linha da Beira Alta
(Fonte: CP - Comboios de Portugal, 2020)

ESTAÇÕES	SERVIÇOS		
	REGIONAL	INTERCIDADES	SUD EXPRESS
Fornos de Algodres	X	X	-
Gouveia	X	X	-
Mangualde	X	X	X

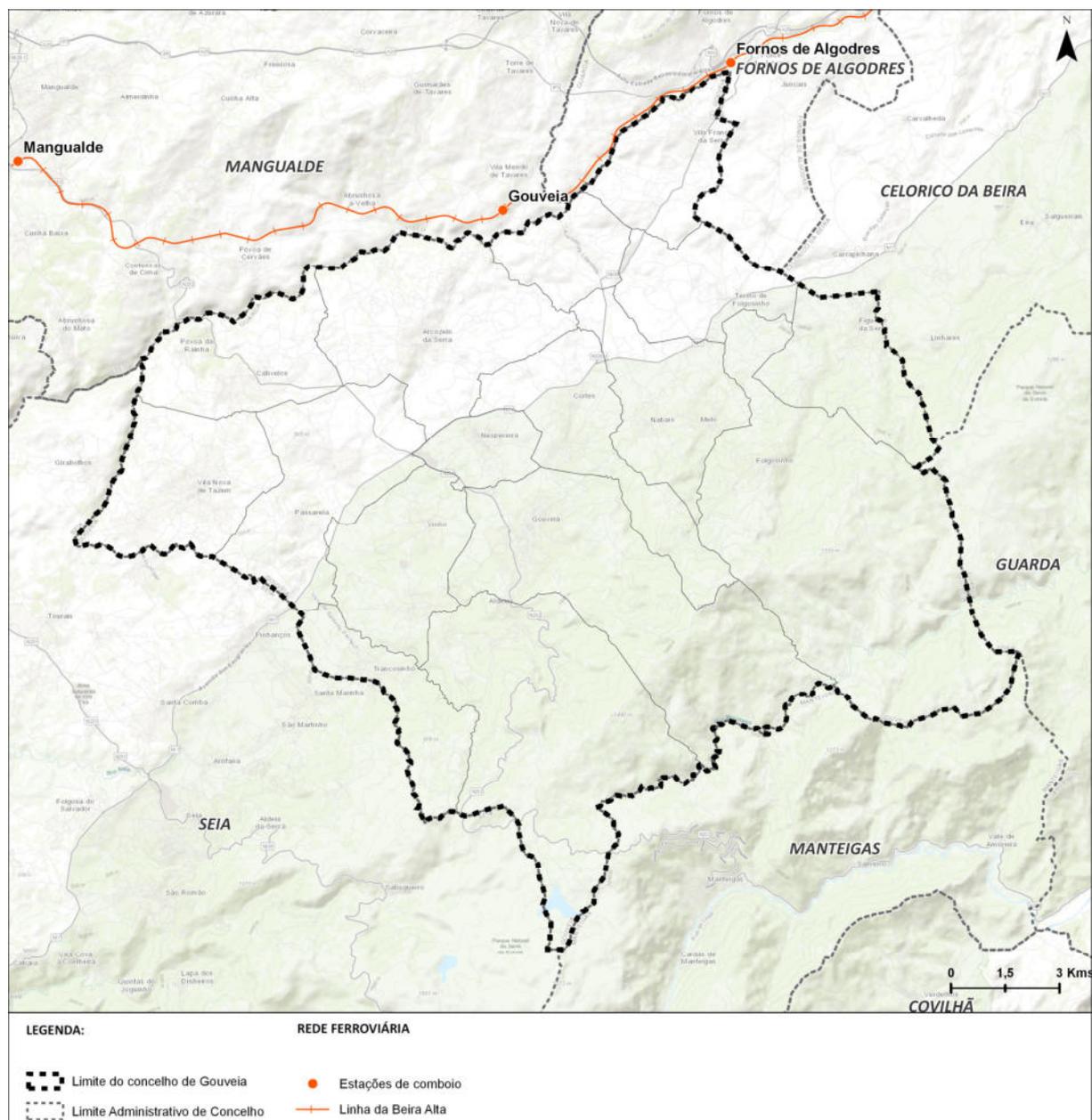


Figura 20. Rede ferroviária
(Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Refira-se, no entanto, que a estação “Gouveia” se encontra no concelho de Mangualde, a cerca de 14 Km da sede do concelho de Gouveia, pelo que a sua distância e a reduzida frequência do serviço constituem um constrangimento à utilização do transporte ferroviário.

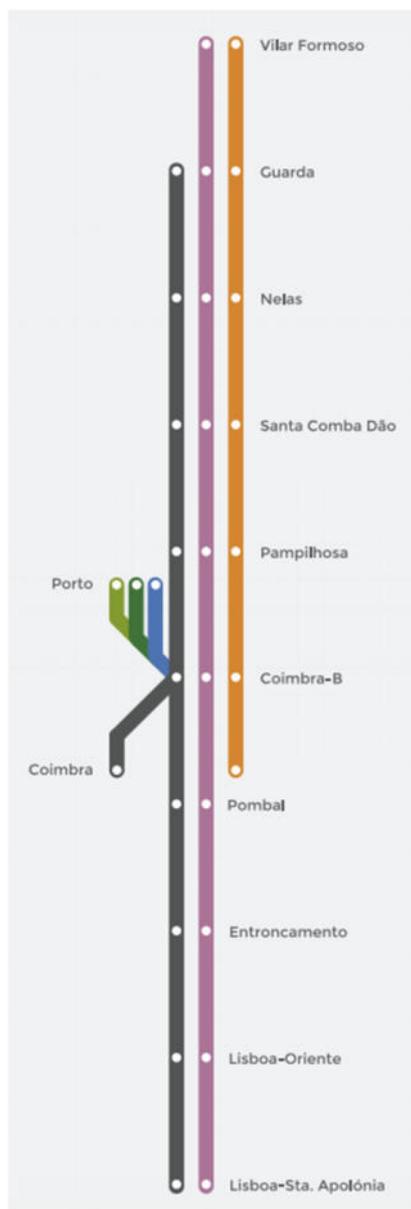


Figura 21. Linha da Beira Alta
(Fonte: CP - Comboios de Portugal, 2020)

Destaca-se, na rede apresentada na Figura 21, a estação “Coimbra B” como um importante nó, permitindo o estabelecimento de uma *interface* com outros serviços ferroviários, nomeadamente com a Linha do Norte.

3.6.6. TRANSPORTE PÚBLICO RODOVIÁRIO

Para além do serviço de transporte público ferroviário descrito anteriormente, com origem nos concelhos vizinhos de Mangualde e Fornos de Algodres, Gouveia tem implementada uma rede de Transporte Público Rodoviário (TPR) concessionada a duas empresas que prestam serviços infra e intermunicipais, designadamente: Berrelhas de Camionagem, Lda. e Marques, Lda. (SIGGESC).

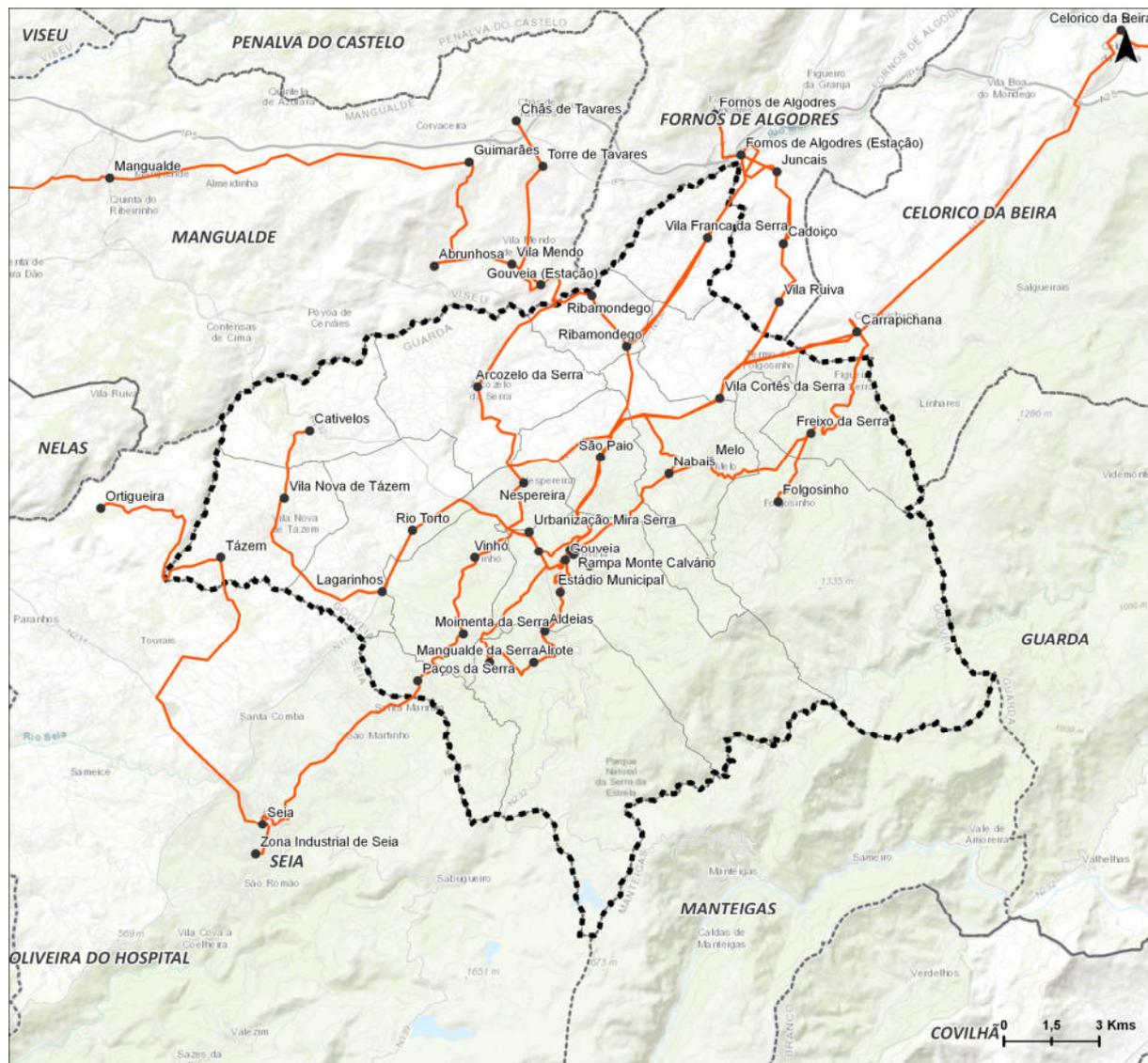
A Tabela 50 apresenta o serviço prestado pelas duas operadoras identificadas, bem como a frequência diária de cada serviço. A sua análise permite constatar que existe uma reduzida frequência diária dos serviços de TPR.

Tabela 50. Transporte Público Rodoviário
(Fonte: SIGGESC, 2020)

EMPRESA	SERVIÇO	ORIGEM-DESTINO	CIRCULAÇÕES/DIA (n.º)	
			IDA	VOLTA
BERRELHAS DE CAMIONAGEM, LDA.	Intermunicipal	Chãs de Tavares - Gouveia	2	1
		Gouveia Gare- Gouveia (P) ²	0	1
		Arcozelo da Serra- Gouveia (P)	2	3
	Intermunicipal	Fornos de Algodres (estação) - Gouveia	2	3
	Intermunicipal	Fornos de Algodres - Gouveia	2	1
	Inframunicipal	Nespereira- Gouveia (P)	1	0
	Intermunicipal	Carrapichana- Gouveia (P)	1	3
	Intermunicipal	Carrapichana – Viseu	1	1
MARQUES, LDA.	Inframunicipal	Gouveia - Gouveia	1	2
	Inframunicipal	Cativelos-Gouveia	0	2
		Cativelos- Gouveia (P)	2	1
		Cativelos- Lagarinhos (P)	0	1
		Cativelos- Gouveia (V) ³	1	0
		Cativelos- Gouveia (V)	1	0
	Intermunicipal	Guarda - Gouveia	1	1
	Intermunicipal	Gouveia - Seia	3	3
	Intermunicipal	Carrapichana - Gouveia	0	2
	Inframunicipal	Folgosinho- Gouveia (P)	1	0
	Intermunicipal	Carrapichana-Gouveia (V)	1	0
Intermunicipal	Carrapichana - Gouveia (por S. Paio)	1	1	
Intermunicipal	Ortigueira- Seia	3	2	

² (P)- Parcelar

³ (V)- Variante



LEGENDA:

TRANSPORTE PÚBLICO RODOVIÁRIO

--- Limite do concelho de Gouveia

— Linhas de transporte público rodoviário

--- Limite Administrativo de Concelho

● Paragens

— Limite Administrativo de Freguesia

Figura 23. Rede de Transporte Público Rodoviário atual (2020)
(Fonte dos dados: SIGGESC; Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

3.7. PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO E ARQUEOLÓGICO

Em 1995, data de entrada em vigor do PDM de Gouveia, encontravam-se classificados ou em vias de classificação os elementos patrimoniais identificados na Tabela 51, designadamente dois imóveis classificados como Monumento Nacional (MN) e oito imóveis classificados como Imóvel de Interesse Público (IIP). A Tabela 51 identifica, ainda, um imóvel em Vias de Classificação, bem como dois imóveis com processo de classificação instruído.

Tabela 51. Património classificado e em vias de classificação em 1995
(Fonte: Artigo 31.º do RPDM de Gouveia, RCM n.º 108/95, de 18 de outubro)

DESIGNAÇÃO	FREGUESIA	SITUAÇÃO 1995	CATEGORIA DE PROTEÇÃO SUPORTE LEGAL
Casa da Torre	Gouveia (São Pedro)	Classificado	Monumento Nacional Decreto com força de lei n.º 14 985, de 3 de fevereiro de 1928
Pelourinho	Melo	Classificado	Monumento Nacional Decreto com força de lei n.º 2167, de 24 de dezembro de 1915
Castelo de Folgosinho	Folgosinho	Classificado	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 26 453, de 25 de março de 1936
Lugar conhecido por Outeiro	Folgosinho	Classificado	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 28 536, de 22 de março de 1938
Calçada Romana dos Galhardos	Folgosinho	Classificado	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 26-A/92, de 1 de junho
Antiga Casa da Câmara	Melo	Classificado	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 28 536, de 22 de março de 1938
Capela de Santa Marta	Melo	Classificado	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 28 536, de 22 de março de 1938
Paço de Melo	Melo	Classificado	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 95/78, de 12 de setembro
Dólmen ou Anta da Pedra da Orca	Rio Torto	Classificado	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 38 491, de 6 de novembro de 1951
Igreja do antigo Convento da Madre de Deus	Vinhó	Classificado	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 44 675, de 9 de novembro de 1962
Igreja Matriz de Nabais	Nabais	Em Vias de Classificação	
Igreja da Misericórdia	Gouveia	Com processo de classificação instruído	
Ponte Romana	São Paio	Com processo de classificação instruído	

Em 1995, o PDM propõe a classificação dos três imóveis constantes na Tabela 52 como IIP, assumindo-os como edifícios de arquitetura erudita que se revestem de um interesse à escala nacional e que, quer pela sua qualidade, quer pela sua volumetria, se destacam das restantes construções.

Tabela 52. Elementos a classificar como IIP propostos em 1995
(Fonte: Artigo 33.º do RPDM de Gouveia, RCM n.º 108/95, de 18 de outubro)

DESIGNAÇÃO	FREGUESIA	ÉPOCA DOMINANTE
Colégio dos Jesuítas	Gouveia (São Pedro)	Século XVIII
Convento de São Francisco	Gouveia (São Julião)	Século XVIII
Igreja Matriz de São Pedro	Gouveia (São Pedro)	Século XVIII

O PDM propõe, ainda, classificar como valores concelhios os 57 imóveis identificados na Tabela 53, bem como todas as alminhas e solares brasonados do concelho.

Tabela 53. Elementos a classificar como valores concelhios propostos em 1995
(Fonte: Artigo 33.º do RPDM de Gouveia, RCM n.º 108/95, de 18 de outubro)

DESIGNAÇÃO	FREGUESIA	ÉPOCA DOMINANTE
Igreja Matriz de São Cosme	Aldeias	Século XVIII
Capela de São Sebastião	Aldeias	Século XVIII
Coreto	Arcozelo da Serra	1928
Capela de São Marcos	Arcozelo da Serra	-
Arrasado	Arcozelo da Serra	Medieval (?)
Penedos Moiros	Arcozelo da Serra	Medieval (?)
Ponte romana	Catvelos	-
Habitação quinhentista com símbolo dos cristãos-novos	Figueiró da Serra	-
Ponte romana	Catvelos	-
Edifício do século XVIII	Folgosinho	Século XVIII
Igreja Matriz	Folgosinho	Século XVII
Capela bispal na Rua de Nossa Senhora das Neves	Lagarinhos	-
Casa de lavoura com porta carral e varanda envidraçada	Lagarinhos	-
Capela da Senhora do Monte	Mangualde da Serra	-
Capela das Almas	Melo	Século XVIII
Capela de Santa Eufémia	Melo	-
Capela de Santo António	Melo	-
Tronco do ferrador	Melo	-
Solar na Rua do Dr. Aquiles Gonçalves	Melo	Século XVIII
Capela de São Martinho	Nabainhos	Século XVIII
Capela de Nossa Senhora do Coito	Nabainhos	Século XVI
Solar da família Carvalho da Cunha	Moimenta da Serra	Século XVIII
Conjunto habitacional quinhentista onde nasceu Bento de Moura Portugal	Moimenta da Serra	-
Capela do Santíssimo	Moimenta da Serra	1755

DESIGNAÇÃO	FREGUESIA	ÉPOCA DOMINANTE
Alminha (na saída para Lagarinhos)	Moimenta da Serra	1699
Capela da Senhora do Porto	Moimenta da Serra	Século XVIII
Solar da família Albuquerque Veloso	Nespereira	Século XVIII
Conjunto habitacional denominado “Casas do Rio”	Nespereira	Século XVI
Antiga muda de cavalos	Nespereira	-
Solar da família Caldeira Cabral (Casa do Oitão)	Paços da Serra	Século XVIII
Casa Grande	Paços da Serra	Século XIX
Habitação quinhentista com símbolo dos cristãos-novos, frente à Casa Grande	Paços da Serra	-
Pedras da força	Ribamondego	-
Solar da família Boffa Molinar	Rio Torto	Século XVIII
Capela da Senhora dos Verdes	Rio Tinto	-
Solar rústico brasonado no Largo do Pare José Gaspar	São Paio	-
Edifício solarengo	São Paio	1737
Igreja Matriz	São Paio	Século XVI
Antiga fábrica	São Paio	-
Edifício solarengo	Vila Cortês da Serra	Século XVIII
Igreja Matriz	Vila Cortês da Serra	Século XVIII
Igreja de Santo António	Vila Cortês da Serra	-
Núcleo tradicional da Ponte Nova (moinhos de água)	Vila Franca da Serra	-
Habitação quinhentista junto à Igreja Matriz	Vila Franca da Serra	-
Edifício erudito com porta carral	Vila Nova de Tazem	Séculos XVIII-XIX
Igreja Matriz	Vila Nova de Tazem	Século XIX
Capela de São Bartolomeu	Vila Nova de Tazem	Século XVIII
Solar da família Botto Machado	Vinhó	Século XVIII
Capela Coração de Maria	Vinhó	Século XVIII
Edifício da família Alçada Baptista	Vinhó	Século XIX
Solar dos Condes de Vinhó e Almedina	Gouveia (São Pedro)	Século XVIII
Solar dos marqueses de Gouveia	Gouveia (São Pedro)	Século XVIII
Igreja de São Julião	Gouveia (São Julião)	Século XVIII
Capela de São Miguel	Gouveia (São Julião)	Século XVI
Capela do Senhor do Calvário	Gouveia (São Pedro)	Século XVIII
Antiga casa da Câmara	Gouveia (São Pedro)	Século XVIII
Cerca de D. Bernardo de Serpa Pimentel	Gouveia (São Pedro)	-

No entanto, desde 1995, procederam-se unicamente às duas alterações que constam na Tabela 54.

Tabela 54. Alterações ao património classificado e em vias de classificação desde 1995 (2020)
(Fonte: DGPC, 2020)

DESIGNAÇÃO	FREGUESIA	SITUAÇÃO 2020	CATEGORIA DE PROTEÇÃO
Cadeiral Romano escavado na rocha	Nespereira	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação como Imóvel de Interesse Público
Cadeia da Comarca de Gouveia	Gouveia	Procedimento caducado	Sem Proteção Legal

De destacar que o Cadeiral Romano escavado na rocha, designado como *Monumento constituído por uma rocha de granito com sete assentos dispostos em semicírculo - Hemicyclium* no sistema Ulysses relativo a sítios, monumentos e conjuntos, classificados e em vias de classificação, disponibilizado *online* pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), localizado na freguesia de Nespereira, encontra-se atualmente em Vias de Classificação como IIP. Visível na Figura 24, o Cadeiral Romano, também conhecido por Tribunal de Nespereira, corresponde a um afloramento granítico que apresenta um conjunto de cinco assentos escavados na rocha, orientados a sul e dispostos de uma forma quase semicircular.



Figura 24. Cadeiral Romano (Nespereira)
(Fonte: SIPA, 2020)

Por seu lado, a Cadeia da Comarca de Gouveia esteve igualmente em Vias de Classificação, nos termos do Regime Transitório previsto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 173/2006 (Diário da República, I Série, n.º 16, de 24 de agosto de 2006), tendo o procedimento caducado, uma vez que não foi concluído no prazo fixado no referido artigo.

A Igreja Matriz de Nabais, identificada em 1995 como em Vias de Classificação, bem como a Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Gouveia e a Ponte Romana de São Paio, ambas à data com processo de classificação instruído, não constam na base de dados *online* do sistema *Ulysses* da DGPC, pelo que nenhum destes três imóveis se encontra, atualmente, quer sob estudo, quer sob qualquer proteção legal.

A distribuição geográfica dos imóveis classificados e em vias de classificação presentes no concelho de Gouveia, em 1995 e em 2020, apresenta-se na Figura 25. Constata-se uma evidente ausência de dinamismo neste âmbito, uma vez que, após decorridos 25 anos, se mantém o número de imóveis classificados (10) e em vias de classificação (apenas um).

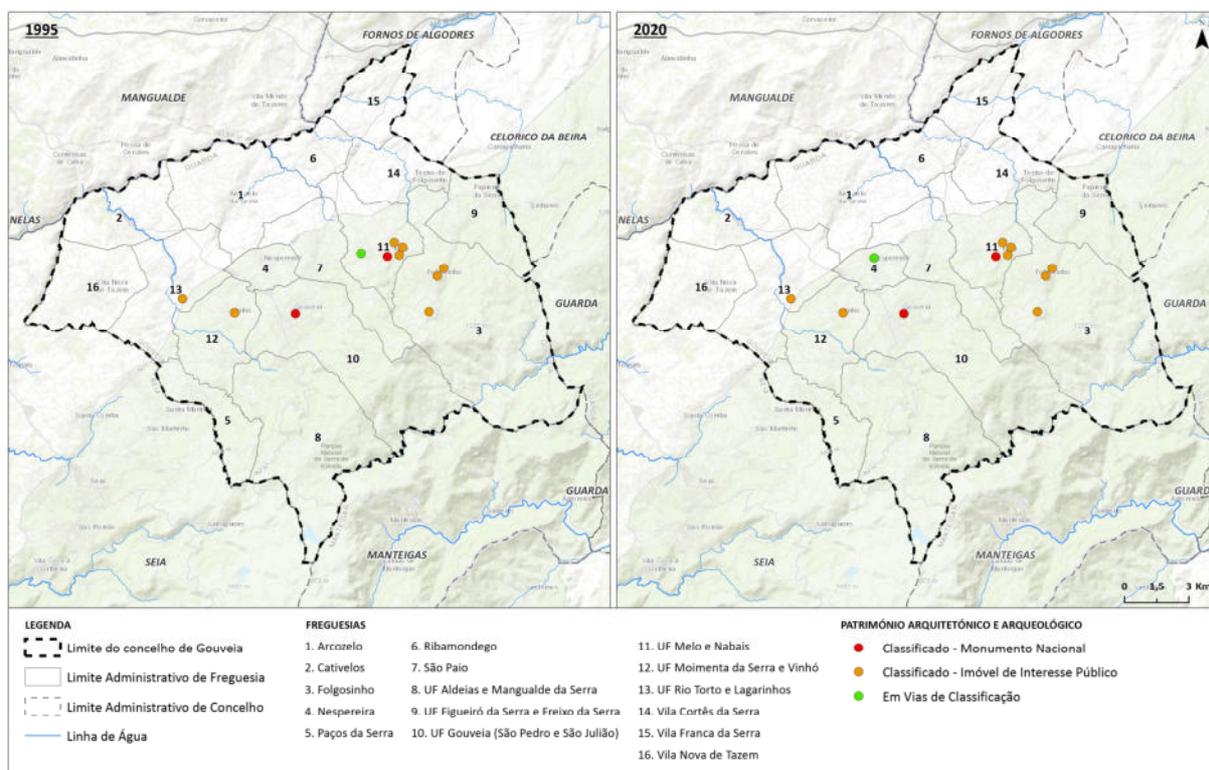


Figura 25. Distribuição geográfica dos imóveis classificados e em vias de classificação (1995 e 2020)
(Fonte dos dados: DGPC, 2020. Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

3.8. EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

A oferta de equipamentos coletivos constitui um elemento fundamental para o bom funcionamento do território.

Neste âmbito, destaca-se a presença, no concelho de Gouveia, de 10 equipamentos de saúde associados à prestação de cuidados de saúde primários, identificados na Tabela 55.

Tabela 55. Unidades de saúde
(Fonte: SNS, 2020)

	PRESTADORES DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS	LOCALIZAÇÃO
CENTRO DE SAÚDE DE GOUVEIA	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Gouveia - Polo de Arcozelo da Serra	Arcozelo
	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Gouveia - Polo de Cativeiros	Cativeiros
	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Gouveia - Polo de Folgoso	Folgoso
	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Gouveia - Polo de Gouveia	UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)
	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Gouveia - Polo de Melo	UF de Melo e Nabais
	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Gouveia - Polo de Moimenta da Serra	UF de Moimenta da Serra e Vinhó
	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Gouveia - Polo de Nespereira	Nespereira
	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Gouveia - Polo de Vila Cortês da Serra	Vila Cortês da Serra
	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Gouveia - Polo de Vila Nova de Tazem	Vila Nova de Tazem
	Unidade de Cuidados na Comunidade de Gouveia	UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)

A análise conjunta da Tabela 55 e da Figura 26, permite, desde logo, concluir que, embora as Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados se distribuam pelo território, o polo mais significativo neste domínio situa-se, naturalmente, na sede do concelho, onde se localiza o Centro de Saúde de Gouveia. As restantes unidades encontram-se todas agregadas a esse equipamento.

Relativamente aos cuidados de saúde hospitalares, o hospital de referência dos residentes em Gouveia é o Hospital Nossa Senhora da Assunção, localizado no concelho de Seia.

De referir, igualmente, os equipamentos de ensino primário e de ensino básico e secundário existentes no concelho, distribuindo-se no território tal como apresentado na Figura 26, com destaque para a presença de apenas dois equipamentos de ensino básico e secundário, um na freguesia de Vila Nova de Tazem e outro na UF de Gouveia (São Pedro e São Julião). Por sua vez, os equipamentos de ensino primário encontram-se nos aglomerados com maior número de residentes, nomeadamente em São Paio, Rio Torto e Paços da Serra.

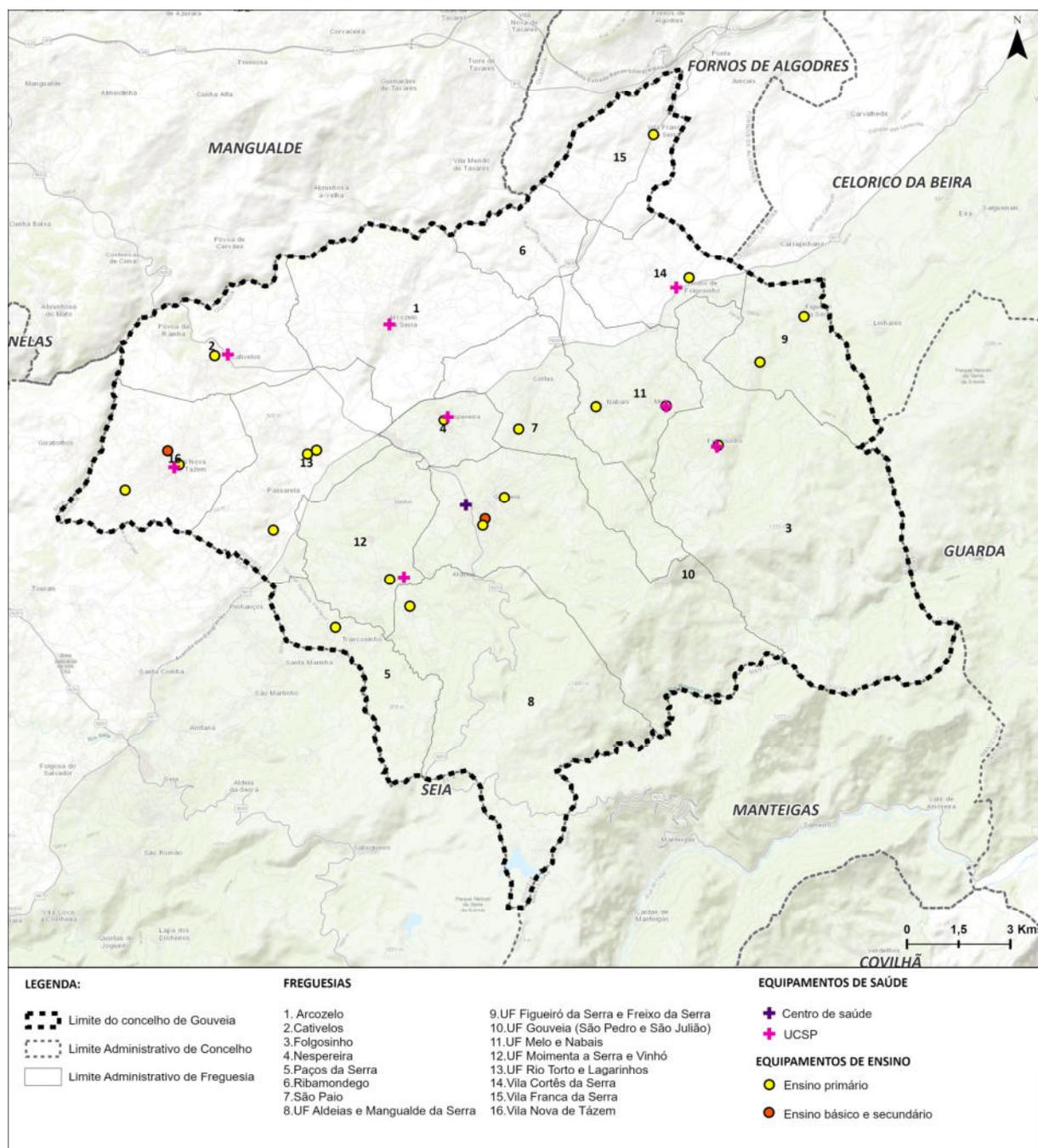


Figura 26. Equipamentos de utilização coletiva (saúde e ensino)
(Fonte dos dados: SNS. Fontes cartográficas: CMG, 2008; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

3.9. INFRAESTRUTURAS URBANAS

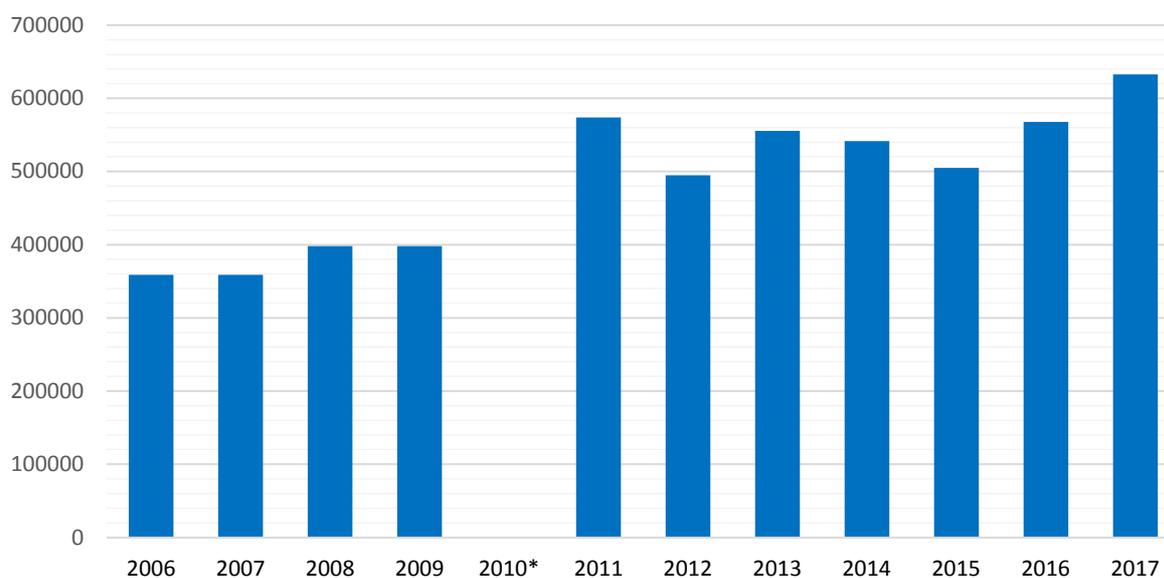
As infraestruturas urbanas correspondem aos sistemas técnicos de suporte direto ao funcionamento dos aglomerados urbanos ou do conjunto de edificações (CCDRC, 2019) e compreendem, para além dos sistemas intraurbanos de circulação descritos anteriormente (subcapítulo referente às acessibilidades, transportes e mobilidade) outros sistemas, entre os quais se destaca, no presente subcapítulo, as redes de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

3.9.1. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Sob gestão municipal, a rede de abastecimento de água de Gouveia assegura a distribuição de água potável à população residente no concelho. O PDM em vigor (1995) descreve o sistema de abastecimento de água concelhio enquanto produto de múltiplas intervenções pontuais, com o intuito de colmatar as necessidades existentes. Como tal, a inexistência de um plano global terá gerado um conjunto de sistemas praticamente independentes.

Os dados estatísticos disponibilizados pelo INE, expressos no Gráfico 50, mostram um aumento de cerca de 43% da água distribuída entre 2006 e 2017 no concelho de Gouveia. Contudo, verifica-se uma oscilação do volume de água distribuída durante esse período.

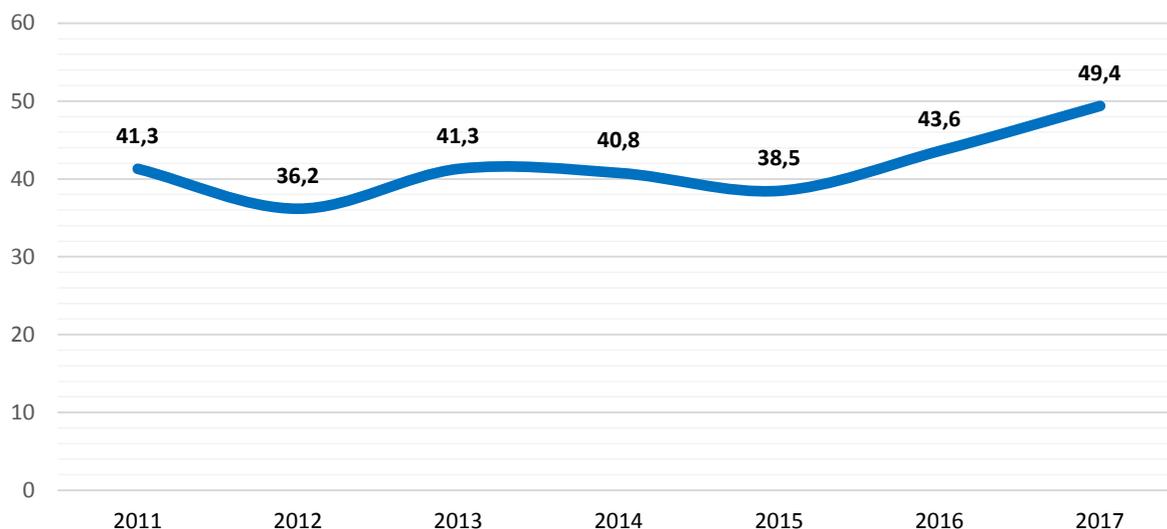
Gráfico 50. Evolução da água distribuída, em m³ (2006-2017)
(Fonte: INE)



Nota: * Dados não disponíveis.

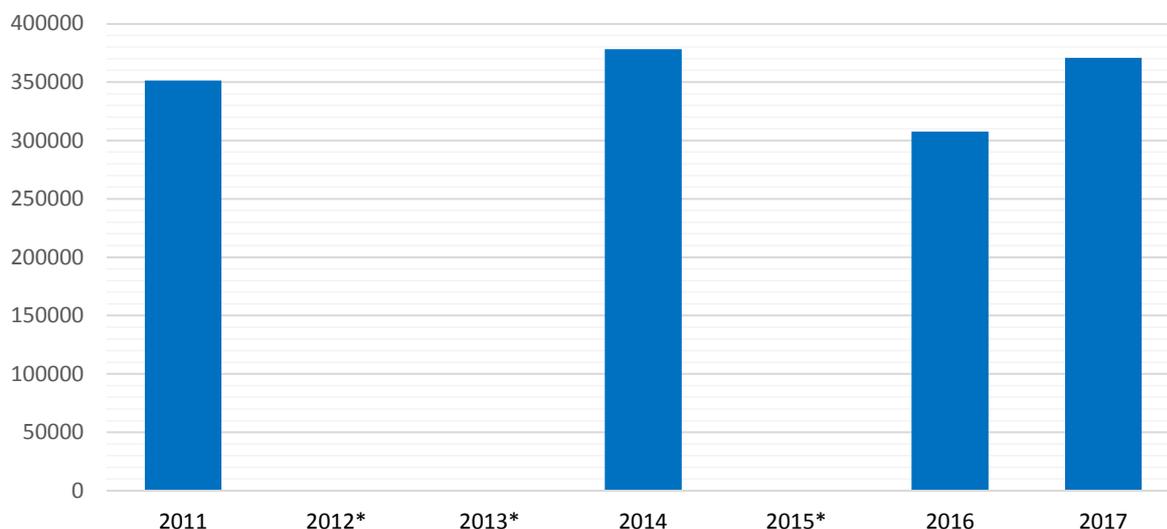
Paralelamente ao aumento de água distribuída no concelho, verifica-se um aumento da água distribuída por habitante, sendo que, em 2017, se aproxima dos 50 m³, o valor mais elevado registado durante o período em análise (Gráfico 51).

Gráfico 51. Evolução da água distribuída, por habitante, em m³ (2011-2017)
(Fonte: INE)



No que se refere às perdas do sistema de abastecimento de água, o volume de água perdido varia entre os 307.699 m³ em 2016 (ano em que se verifica a menor perda) e os 378.068 m³ em 2014, data em que esse valor é mais elevado. A observação do Gráfico 52 permite constatar, em termos proporcionais, um ligeiro aumento das perdas entre 2011 e 2017 (cerca de 5%).

Gráfico 52. Evolução das perdas nos sistemas de abastecimento de água, em m³ (2011-2017)
(Fonte: INE)



Nota: * Dados não disponíveis.

Entre 1995 e 2019, a infraestrutura de distribuição e abastecimento de água expande-se nos principais aglomerados (Figura 27).

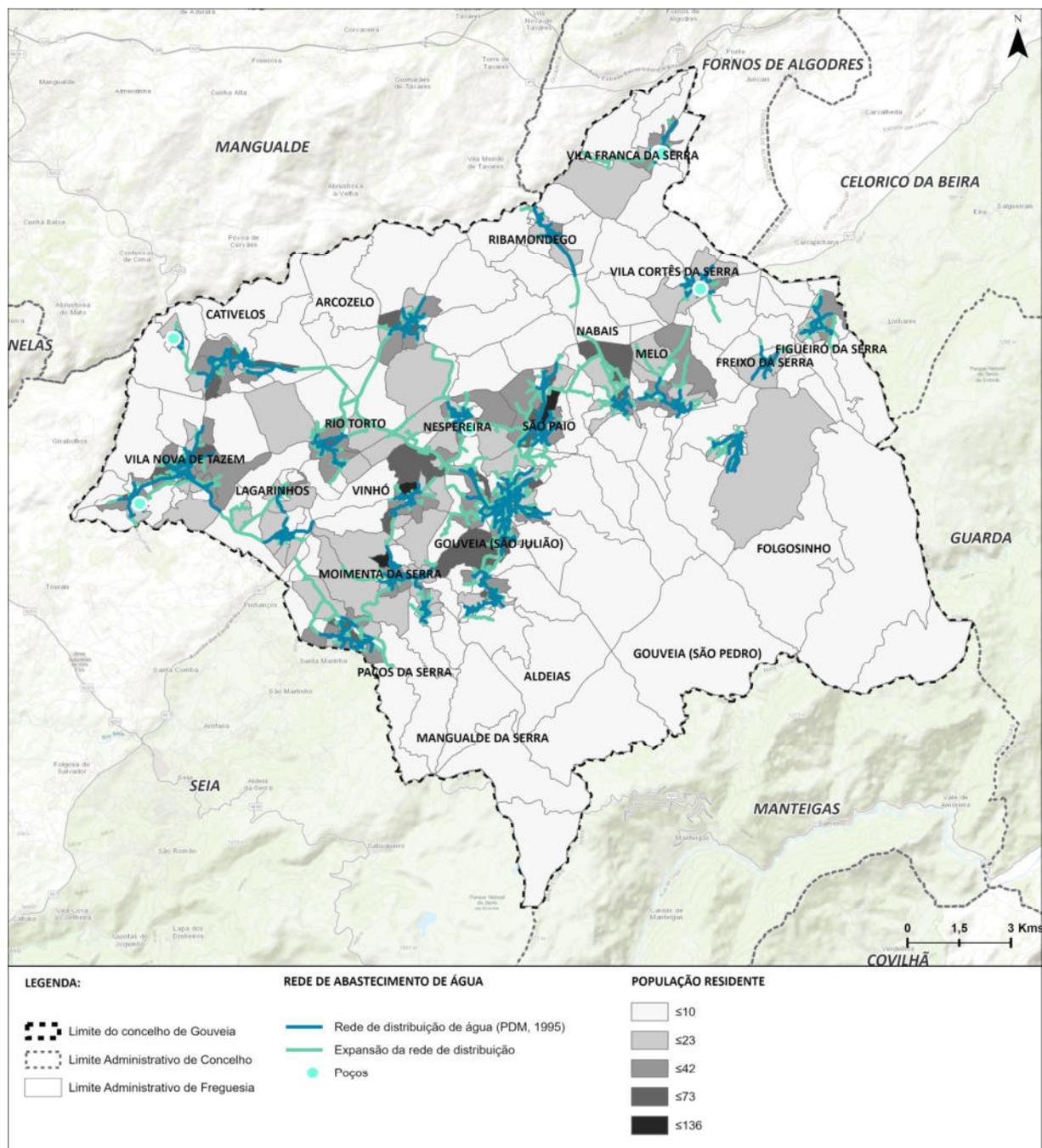
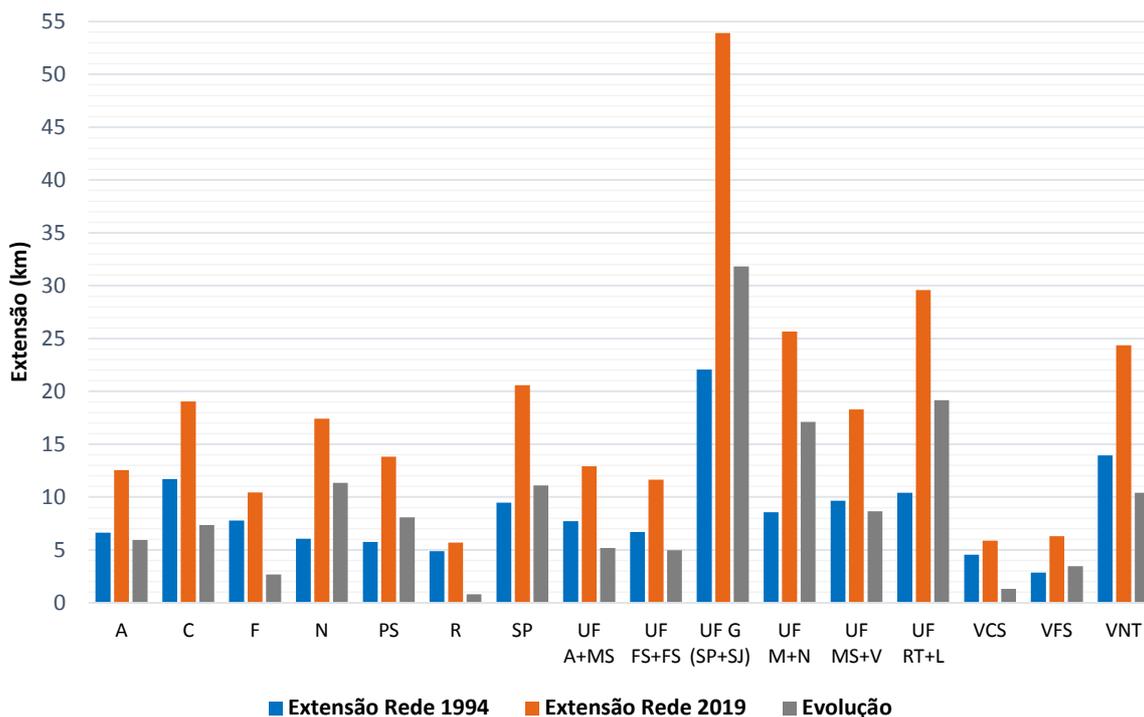


Figura 27. Evolução da rede de abastecimento de água (1994-2019)
(Fonte dos dados: CMG,1995; CMG, 2019; INE, 2011. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Conforme ilustra o Gráfico 53, o aumento mais expressivo da rede de distribuição de água encontra-se na UF de Gouveia (São Pedro e São Julião), na UF de Rio Torto e Lagarinhos e na UF de Melo e Nabais.

Gráfico 53. Evolução da rede de distribuição de água, por freguesia (1994-2019)
(Fonte: CMG)



Nota: A - Arcozelo; C - Cativelos; F - Folgosinho; N - Nespereira; PS - Paços da Serra; R - Ribamondego; SP - São Paio; UF A+MS - UF de Aldeias e Mangualde da Serra; UF FS+FS - UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra; UF G (SP+SJ) - UF de Gouveia (São Pedro e São Julião); UF M+N - UF de Melo e Nabais; UF MS+V - UF de Moimenta da Serra e Vinhó; UF RT+L - UF de Rio Torto e Lagarinhos; VCS - Vila Cortês da Serra; VFS - Vila Franca da Serra; VNT - Vila Nova de Tazem.

Relativamente à cobertura da infraestrutura de abastecimento de água, entre 1995 e 2009 verifica-se um aumento de cerca de 6% da população servida (Tabela 56), justificado pela expansão da infraestrutura referida anteriormente. Atualmente, a infraestrutura existente serve a totalidade da população residente.

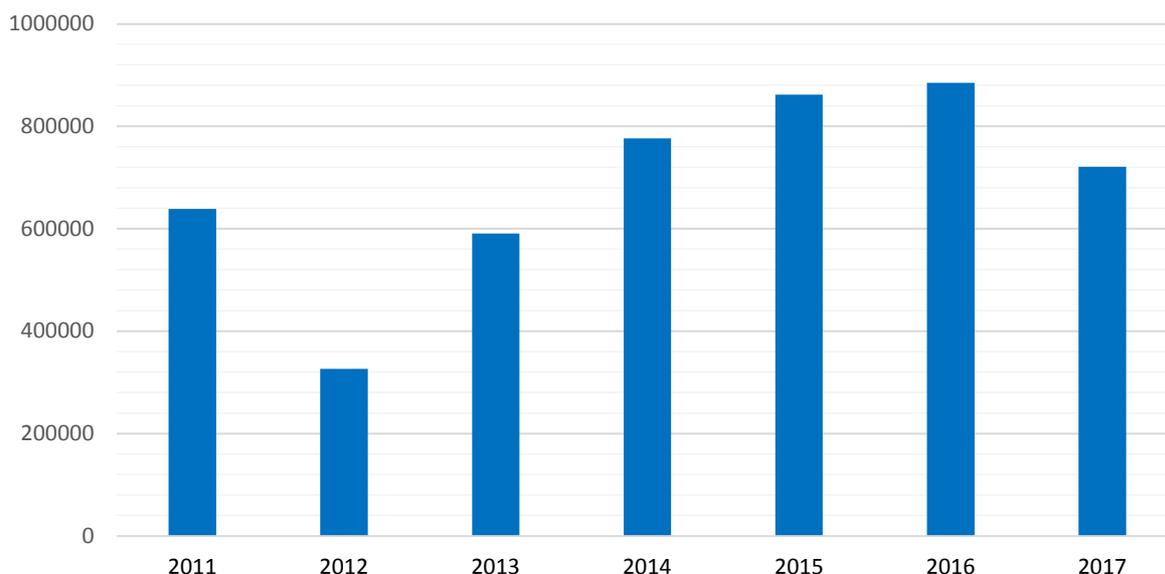
Tabela 56. Evolução da proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água (1995-2009)
(Fonte: INE)

	1995	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
POPULAÇÃO SERVIDA (%)	94	96	96	96	96	96	98	99	10	100

3.9.2. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

Os dados estatísticos acerca do sistema de drenagem de águas residuais, no concelho de Gouveia, mostram um acréscimo de cerca de 11% do volume de água drenada entre 2011 e 2017 (Gráfico 54).

Gráfico 54. Evolução das águas residuais drenadas, em m³ (2011-2017)
(Fonte: INE)



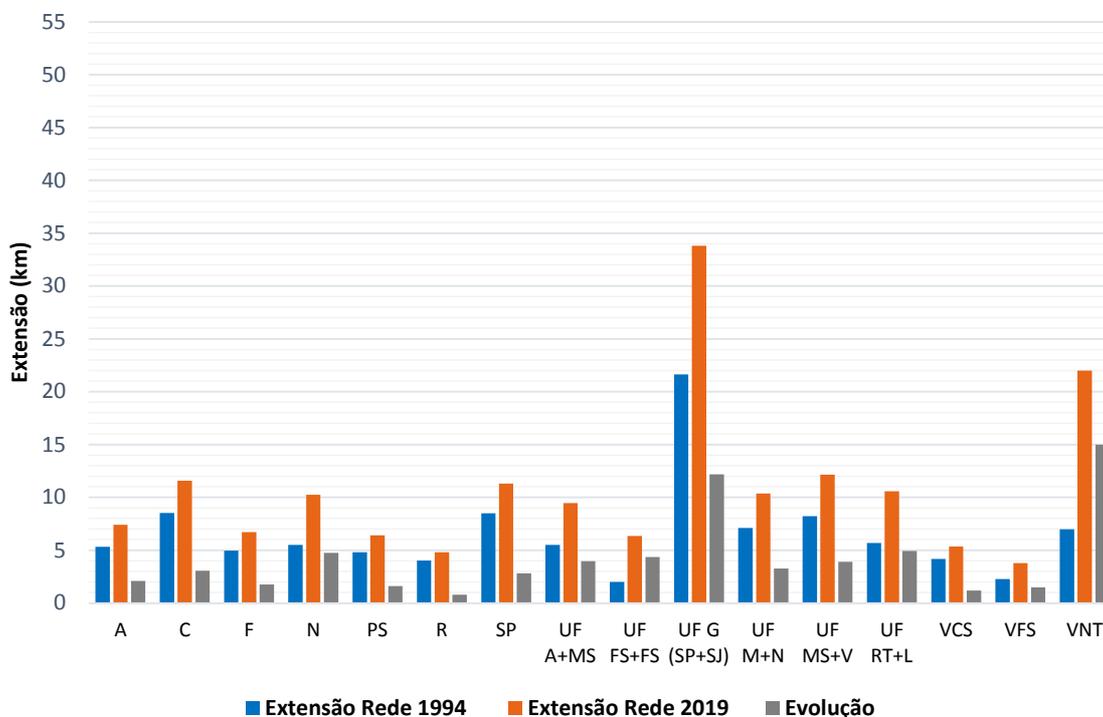
A água recolhida pela rede de drenagem de águas residuais é, posteriormente, sujeita a tratamento, correspondendo, no período em análise, a cerca de 98% a 100% do volume de água recolhido (Tabela 57).

Tabela 57. Evolução da proporção de águas residuais tratadas (2001-2009)
(Fonte: INE)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
ÁGUAS RESIDUAIS TRATADAS (%)	100		98		100				

A análise comparativa entre a rede de drenagem de águas residuais existente à data do PDM em vigor (CMG, 1995) e a rede atual, estabelecida no Gráfico 55, mostra um aumento expressivo da sua extensão, com maior incidência, sobretudo, na freguesia de Vila Nova de Tazem e na UF de Gouveia (São Pedro e São Julião).

Gráfico 55. Evolução da rede de drenagem de águas residuais (1994-2019)
(Fonte: CMG)



Nota: A - Arcozelo; C - Cativelos; F - Folgosinho; N - Nespereira; PS - Paços da Serra; R - Ribamondego; SP - São Paio; UF A+MS - UF de Aldeias e Mangualde da Serra; UF FS+FS - UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra; UF G (SP+SJ) - UF de Gouveia (São Pedro e São Julião); UF M+N - UF de Melo e Nabais; UF MS+V - UF de Moimenta da Serra e Vinhó; UF RT+L - UF de Rio Torto e Lagarinhos; VCS - Vila Cortês da Serra; VFS - Vila Franca da Serra; VNT - Vila Nova de Tazem.

A Figura 28 ilustra a evolução da rede de drenagem de águas residuais (1994-2019), bem como a localização das quatro estações de tratamento presentes no concelho.

Finalmente, os dados relativos à população servida pela infraestrutura de drenagem de águas residuais mostram uma melhoria da cobertura do serviço entre 1995 e 2009 (Tabela 58). A partir de 2008, esse valor fixa-se nos 100%, pelo que a infraestrutura serve a totalidade dos residentes no concelho.

Tabela 58. Evolução da proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais (1995-2009)
(Fonte: INE)

	1995	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
POPULAÇÃO SERVIDA (%)	84	90			96		100			

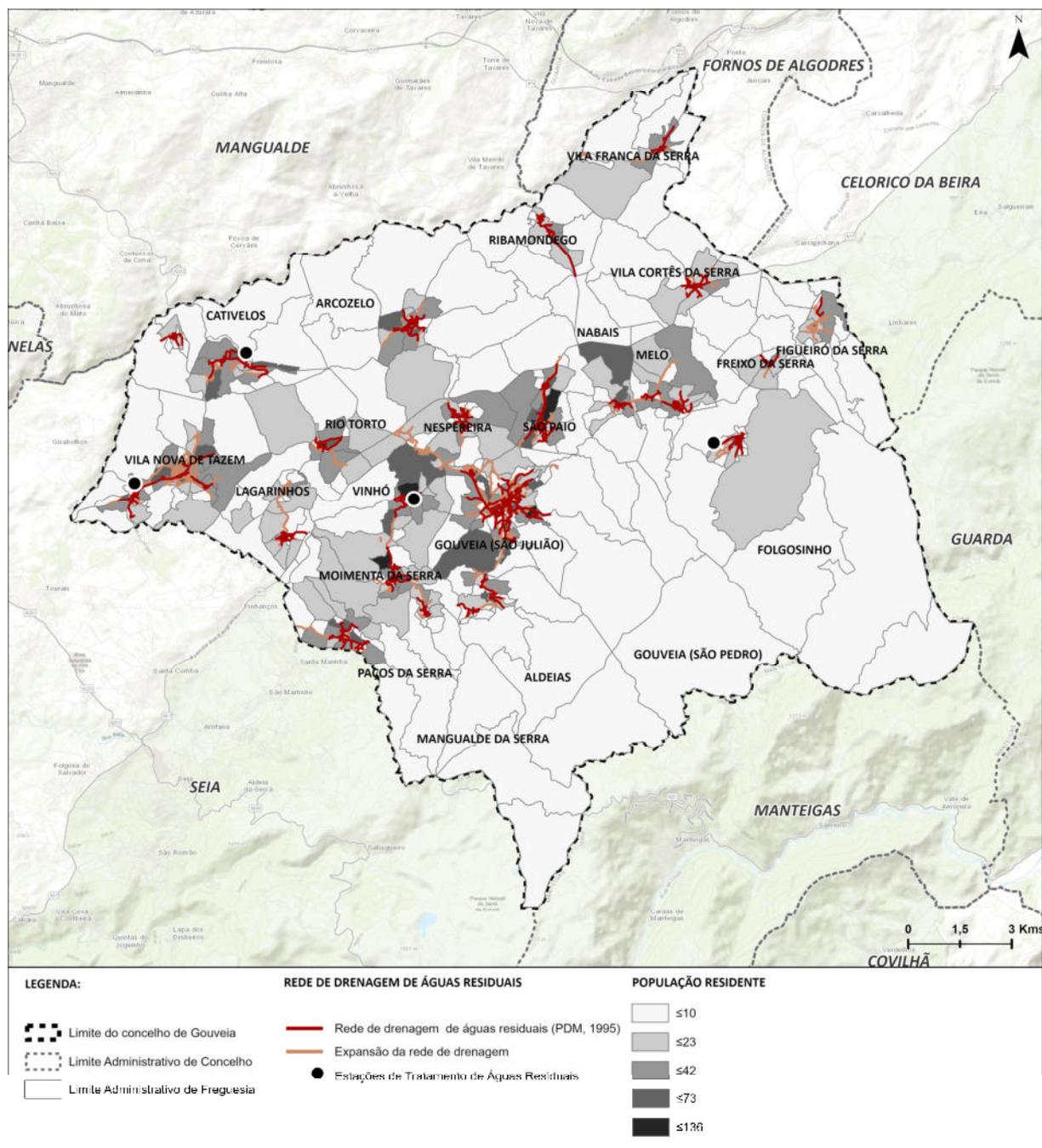


Figura 28. Evolução da rede de drenagem de águas residuais (1994-2019)
(Fonte dos dados: CMG,1995; CMG, 2019; INE, 2011. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

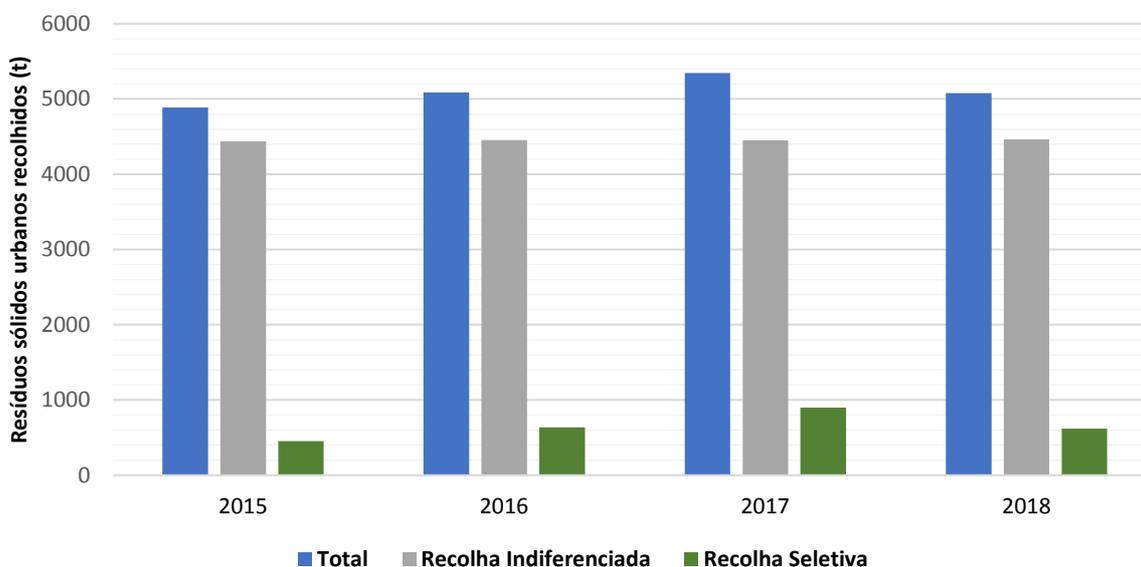
3.9.3. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho de Gouveia encontra-se assegurada pela prestadora do serviço intermunicipal, a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, constituída por 19 municípios associados: Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela.

A criação do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Planalto Beirão, implementado em Tondela desde 1999, permitiu o encerramento das 19 lixeiras existentes nos municípios associados, passando esta infraestruturas a ser o destino dos resíduos recolhidos.

Os dados estatísticos disponibilizados pelo INE, relativos aos resíduos sólidos urbanos recolhidos no concelho de Gouveia, permitem constatar que, entre 2015 e 2018, se assiste a um ligeiro aumento do total de resíduos recolhidos, sendo que esse aumento se encontra associado, maioritariamente, à recolha seletiva (Gráfico 56).

Gráfico 56. Evolução da recolha de resíduos sólidos urbanos, por tipo de recolha (2015-2018)
(Fonte: CMG)



3.10. AMBIENTE

No presente subcapítulo caracterizam-se os principais fatores, tendências e ameaças relativos ao sistema ambiental do concelho de Gouveia. Deste modo, encontram-se descritas as áreas classificadas integrantes do território do município, a qualidade da água enquanto recurso natural, bem como a qualidade do ar no concelho e a evolução do consumo e da produção de energia. Por último, descrevem-se os riscos naturais e mistos a que o concelho de Gouveia está sujeito, com destaque para os incêndios florestais, cheias e inundações.

3.10.1. ÁREAS CLASSIFICADAS

O Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho) identifica as diversas tipologias de áreas protegidas que integram a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). De entre as diversas tipologias de áreas protegidas encontra-se o Parque Natural entendido, no âmbito do referido diploma, como uma *área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços*. Assim, a classificação de uma área como Parque Natural visa a proteção dos valores naturais e culturais existentes, realçando a identidade local e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação.

O concelho de Gouveia integra parte do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), criado pelo Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho, e reclassificado pelo Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de novembro (que mantém o seu estatuto, redefinindo os seus limites), abrangendo, grosso modo, o maciço serrano. Do conjunto de princípios que levaram à sua delimitação, destaca-se a importância paisagística desta área, os refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas, bem como o património pecuário e a sua componente cultural e de recreio.

Posteriormente, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00, de 5 de julho, veio, ao abrigo da Diretiva Habitats (92/43/CEE), aprovar a 2.ª fase da lista nacional de Sítios de Importância Comunitária, onde se inclui o sítio da Serra da Estrela (PTCON0014), reafirmando a sua importância ao nível europeu, e dando origem à sua distinção enquanto Sítio de Importância Comunitária (SIC).

O SIC “Serra da Estrela” caracteriza-se pelo acidente orográfico, que constitui parte integrante da cordilheira central. O SIC abrange, ainda, o ponto mais alto de Portugal Continental e parte fundamental de três bacias hidrográficas: Douro, Tejo e Mondego.

A área territorial do SIC “Serra da Estrela” corresponde a 97,8% do PNSE, e inclui, também, a Reserva Biogenética do Planalto Central da Serra da Estrela, uma área classificada de âmbito internacional definida (ICNF, 2016).

A paisagem apresenta uma morfologia particular e caracteriza-se por um vasto mosaico de *habitats*, que conjuga elementos representativos de diversas regiões biogeográficas. Tal como expectável, este SIC constitui a área mais emblemática de Portugal Continental para valores naturais associados à altitude (ICNF, 2016).

Conforme expressa a Figura 29, o SIC “Serra da Estrela” engloba cerca de 51% da área do concelho de Gouveia, num total de 15.060 hectares. Por sua vez, a representatividade do SIC no concelho é de cerca de 17%, encontrando-se, tal como os concelhos de Seia (25%) e Guarda (19%), entre aqueles que apresentam maior expressão territorial.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro, aprovou o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, em cujo regulamento se estabelece *o regime de salvaguarda de recursos e valores naturais e o regime de gestão compatível com a utilização sustentável do território com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, a manutenção e a valorização da paisagem, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento económico das populações locais.*

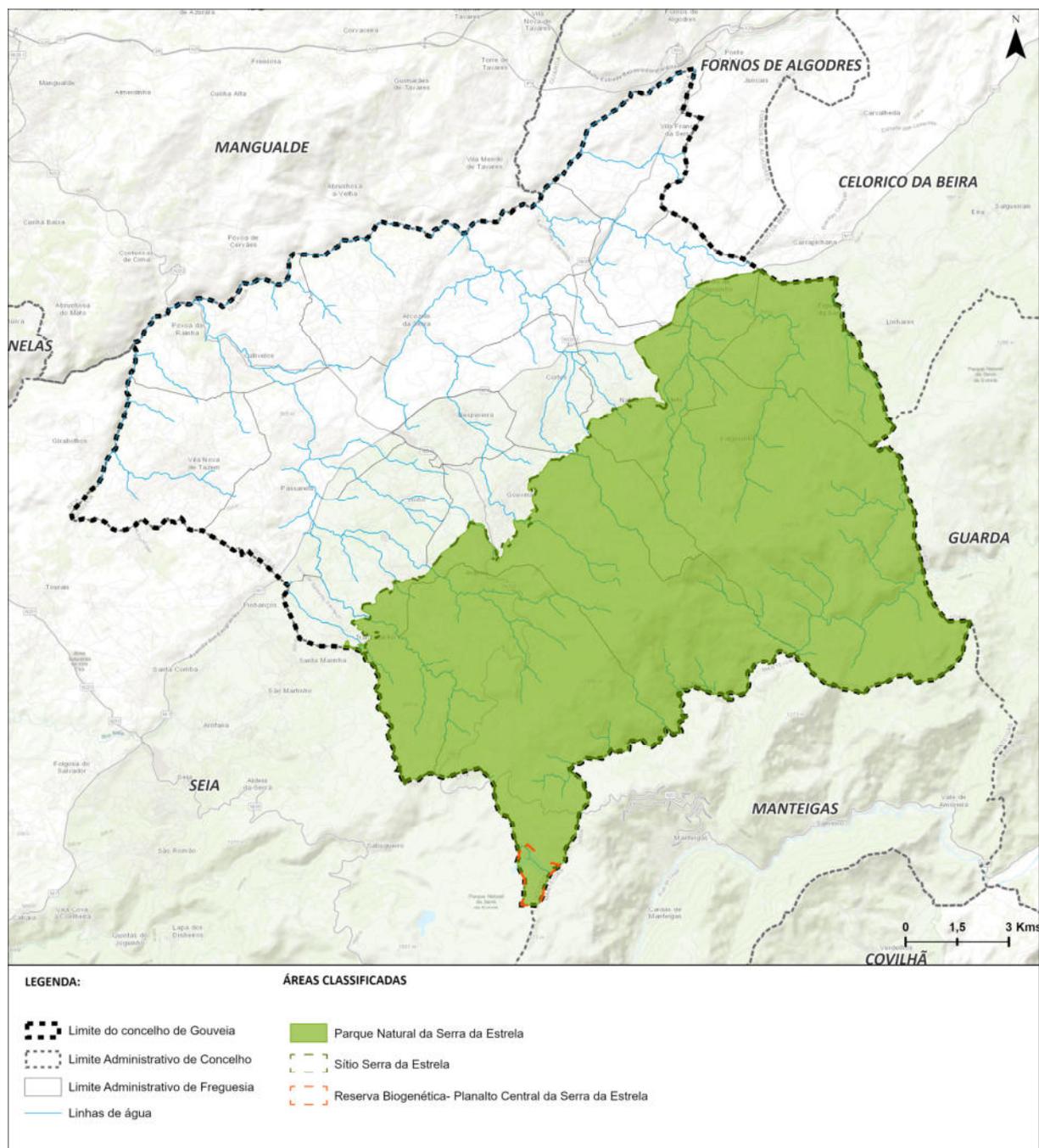


Figura 29. Áreas classificadas no concelho de Gouveia
(Fontes cartográficas: APA; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

3.10.2. QUALIDADE DA ÁGUA

A Diretiva Quadro da Água (DQA - Diretiva nº 2000/60/CE), transposta pela Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho),

estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas (APA, 2016). Os referidos diplomas definem o enquadramento de proteção das águas superficiais interiores, das águas de transição, costeiras e subterrâneas, com o intuito de:

- evitar a degradação, proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente associados;
- promover um consumo de água sustentável;
- reforçar e melhorar o ambiente aquático através da redução gradual ou a cessação de descargas, emissões e perdas de substâncias prioritárias;
- assegurar a redução gradual e evitar o agravamento da poluição das águas subterrâneas;
- contribuir para mitigar os efeitos das inundações e secas.

Nesse sentido, elaboram-se Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), *instrumentos que visam a gestão, proteção e a valorização ambiental social e económica das águas ao nível da região hidrográfica*, por ciclos de planeamento e revistos de seis em seis anos (APA, 2016).

A maior parte do concelho de Gouveia insere-se na Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4). Integra, igualmente, no limite com o concelho de Manteigas, massas de água da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5). Deste modo, tal como apresentado na Tabela 59, as massas de águas superficiais em presença no concelho correspondem às bacias do rio Mondego e do rio Tejo.

Tabela 59. Massas de água superficiais de Gouveia
(Fonte: APA)

BACIA	MASSAS DE ÁGUA (n.º)	ÁREA (km ²)	%
Rio Tejo	2	0,06	0,02%
Rio Mondego	12	299,77	99,72%

Na sua maioria, as massas de água presentes em Gouveia são de origem natural. No entanto, verifica-se, também, a presença de massas de água superficiais resultantes da construção da Barragem do Vale do Rossim, a sul do concelho, mas que representam apenas cerca de 1% das águas superficiais concelhias.

No total, interseitam a área do concelho 14 massas de água superficiais, cuja dimensão se apresenta discriminada na Tabela 60.

Tabela 60. Massas de Água Superficiais intersetadas pelo concelho de Gouveia
(Fonte: PGRH, 2016, APA)

MASSAS DE ÁGUA (MA)	CÓDIGO (ID)	NOME	ÁREA TOTAL DA MA (km ²)
Rio (albufeira)	04M0N0620	Albufeira Vale do Rossim	4,86
Rio	04M0N0618	Rio Mondego	134
	05TEJ0742	Rio Zêzere	51
	04M0N0589	Rio Dão	54,7
	04M0N0593	Ribeiro do Freixo	56,3
	04M0N0594	Ribeira de Gouveia	59,5
	04M0N0602	Ribeira dos Tourais	33,2
	04M0N0617	Ribeira da Fervença	5
	04M0N0595	Rio Torto	75,4
	04M0N0596	Ribeira de Girabolhos	17,9
	04M0N0606	Rio Mondego	108,87
	04M0N0619	Ribeira da Fervença	9,7
	04M0N0614	Rio Seia	103,66
	05TEJ0740	Rio Zêzere	64

Considerando fundamental a proteção da água, condição prévia para a saúde humana e para os ecossistemas, bem como um recurso indispensável para a economia detentor de um papel fundamental no ciclo de regulação do clima (PGRH, 2016), importa, no estudo dos recursos hídricos do concelho de Gouveia, compreender as condições em que se encontram as massas de água (superficiais e subterrâneas), por forma a avaliar os diversos danos. Estes danos podem estar relacionados, particularmente, com a poluição e a contaminação das águas e dos solos, passíveis de ocorrer em resultado das atividades antrópicas.

Na Tabela 61, descrevem-se, sinteticamente, as pressões qualitativas difusas, associadas ao *arrastamento de poluentes naturais e antropogénicos por escoamento superficial até às massas de água superficiais* (PGRH, APA, 2016), no que diz respeito às cargas anuais estimadas por setor de atividade (parâmetros CBO5, CQO, N total e P total), com identificação daquelas que exercem, neste âmbito, pressão significativa sobre as massas de água.

Tabela 61. Cargas anuais estimadas por setor de atividade e pressões significativas para as massas de água superficiais intersetadas pelo concelho de Gouveia
(Fonte: PGRH, 2016, APA)

MASSAS DE ÁGUA (MA)	CÓDIGO (ID)	NOME	CARGAS POR SETOR DE ATIVIDADE (kg/ano)				PRESSÕES SIGNIFICATIVAS
			CBO ₅	CQO	N total	P total	
Rio (albufeira)	04MON0620	Albufeira Vale do Rossim	-	-	A – 88,5 97 P – 468,14	A – 22,15 P – 26,12	Agrícola
Rio	04MON0618	Rio Mondego	I – 20925,24 U – 7483,47	I – 48749,5 U – 16312,7	I – 314,4 U – 5324,02 A – 36477,15 P – 25215,1	I – 168,43 U – 1086,5 A – 3875,04 P – 1303,66	Indústria Urbano Agrícola Pecuária
	05TEJ0742	Rio Zêzere	U – 628,06	U – 1941,97	A – 3.048,99 P – 1.875,22	U – 638,81 A – 11 839,6 P – 4113,8	-
	04MON0589	Rio Dão	I – 20634	I – 33231,6	I – 111,86 A – 15127,93 P – 11466,39	I – 94,48 A – 1667,34 P – 627,8	Indústria Agrícola Pecuária
	04MON0593	Ribeiro do Freixo	I – 68,16 U – 956,77	I – 85,2 U – 3587,88	I – 10,65 U – 358,79 A – 15536,14 P – 9227,9	I – 2,13 U – 239,19 A – 1664,05 P – 513,24	-
	04MON0594	Ribeira de Gouveia	I – 325,29 U – 3966,87	I – 722,88 U – 417,34	I – 273,09 U – 2658,42 A – 15863,93 P – 9442,7	I – 187,75 U – 476,83 A – 1665,84 P – 525,95	-
	04MON0602	Ribeira dos Tourais	I – 527,06 U – 523,84	I – 852,92 U – 1964,4	I – 103,26 U – 196,44 A – 8780,95 P – 3937,9	I – 42,08 U – 130,96 A – 881,88 P – 218,63	-
	04MON0617	Ribeira da Fervença	-	-	A – 1005,69 P – 614,17	A – 25,14 P – 34,11	Agrícola Pecuária
	04MON0595	Rio Torto	I – 60 U – 8366,47	I – 75 U – 16363,1	I – 9,38 U – 2322,32 A – 19790,93 P – 11970,12	I – 1,88 U – 793,76 A – 1924,07 P – 66,73	-
	04MON0596	Ribeira de Girabolhos	U – 5137,56	U – 16824,36	U – 5542,13 A – 4726,49 P – 2755,36	U – 861,59 A – 501,25 P – 153,42	-
	04MON0606	Rio Mondego	-	-	A – 24162,92 P – 15177,14	A – 1343,57 P – 812,28	-
	04MON0619	Ribeira da Fervença	-	-	A – 1943,59 P – 1167,09	A – 64,19 P – 64,81	-
	04MON0614	Rio Seia	I – 21739,91 U – 31142,91	I – 37457,68 U – 89707,82	I – 164,41 U – 16992 A – 28418,49 P – 15879,03	I – 107,34 U – 3906,63 A – 3264,39 P – 975,86	Indústria Urbano Agrícola
	05TEJ0740	Rio Zêzere	-	-	A – 13977,2 P – 2716,1	A – 718,7 P – 152,3	-

Setores de Atividade: A – Agrícola; G – Golfe; I – Indústria; P – Pecuária; U – Urbano

CBO₅ - Carência Bioquímica em Oxigénio; CQO – Carência Química de Oxigénio; N total – Azoto total; P total – Fósforo total

As cargas resultantes dos diversos setores de atividade analisados no PGRH são consideradas como pressão significativa em 5 das 14 massas de água superficiais que intersejam o concelho de Gouveia.

No sentido de analisar o estado global das massas de água superficiais abrangidas pelo concelho, foram também consultados os dados constantes do PGRH relativos ao estado global das águas superficiais, que resulta da combinação entre o estado químico e o estado ecológico, ou potencial ecológico, nas linhas de água fortemente modificadas (Tabela 62).

Tabela 62. Estado químico, estado/potencial ecológico e estado global das massas de água superficiais intersejadas pelo concelho de Gondomar, para o 1.º e 2.º ciclos de planeamento do PGRH
(Fonte: PGRH, 2016, APA)

MASSAS DE ÁGUA (MA)	CÓDIGO (ID)	NOME	CLASSIFICAÇÃO ESTADO QUÍMICO		CLASSIFICAÇÃO ESTADO/POTENCIAL ECOLÓGICO			AVALIAÇÃO DO ESTADO GLOBAL	
			PGRH 1.º Ciclo 2009-2015	PGRH 2.º Ciclo 2016-2021	PGRH 1.º Ciclo 2009-2015	PGRH 2.º Ciclo 2016-2021	Pressões responsáveis	PGRH 1.º Ciclo 2009-2015	PGRH 2.º Ciclo 2016-2021
Rio (albufeira)	04M0N0620	Albufeira Vale do Rossim	Desc.	Desc.	Bom	Desc./S. info	Agricultura	Bom e Superior	Desc.
Rio	04M0N0618	Rio Mondego	Bom	Bom	Razoável	Médio	Águas residuais Urbanas Agricultura Outra	Inferior a Bom	Inferior a Bom
	05TEJ0742	Rio Zêzere	Bom	Desc.	Excelente/Máximo	Bom	-	Bom e Superior	Bom e Superior
	04M0N0589	Rio Dão	Bom	Bom	Bom	Razoável	-	Bom e Superior	Inferior a Bom
	04M0N0593	Ribeiro do Freixo	Bom	Bom	Bom	Bom	-	Bom e Superior	Bom e Superior
	04M0N0594	Ribeira de Gouveia	Bom	Bom	Bom	Bom	-	Bom e Superior	Bom e Superior
	04M0N0602	Ribeira dos Tourais	Bom	Bom	Bom	Bom	-	Bom e Superior	Bom e Superior
	04M0N0617	Ribeira da Fervença	Desc.	Desc.	Razoável	Razoável	Agricultura Energia hidroelétrica Pecuária	Inferior a Bom	Inferior a Bom
	04M0N0595	Rio Torto	Bom	Bom	Bom	Bom	-	Bom e Superior	Bom e Superior
	04M0N0596	Ribeira de Girabolhos	Bom	Bom	Bom	Bom	-	Bom e Superior	Bom e Superior
	04M0N0606	Rio Mondego	Bom	Bom	Bom	Bom	-	Bom e Superior	Bom e Superior
	04M0N0619	Ribeira da Fervença	Bom	Bom	Bom	Bom	-	Bom e Superior	Bom e Superior
	04M0N0614	Rio Seia	Bom	Bom	Razoável	Razoável	Água Residuais Urbanas Agricultura	Inferior a Bom	Inferior a Bom
	05TEJ0740	Rio Zêzere	Bom	Desc.	Bom	Bom	-	Bom e Superior	Bom e Superior

Das 14 massas de água superficiais identificadas para o concelho de Gouveia, nove apresentam, no 2.º Ciclo de Planeamento do PGRH, uma classificação de *Superior e Bom*, à exceção de quatro massas de água que apresentam uma avaliação de *Inferior a Bom*, e a massa de água Albufeira Vale do Rossim cuja avaliação é desconhecida.

Tal como referido anteriormente, a avaliação do Estado Global das massas de água é *Inferior a Bom* em quatro das 14 massas de água superficiais do concelho de Gouveia. Estes resultados devem-se, sobretudo, às pressões significativas identificadas para estas massas de água, como sejam, por ordem de importância, as pressões agrícolas, urbanas e produção de energia.

Relativamente à variação do Estado Global das massas de água entre os dois ciclos de planeamento, regista-se estabilidade em 12 das massas de água e a desqualificação na massa de água superficial do rio Dão.

Por sua vez, as massas de água subterrâneas correspondem aos Maciços Antigos Indiferenciados das Bacias do Mondego e do Tejo, encontrando-se, na sua totalidade, em bom estado químico e quantitativo.

3.10.3. QUALIDADE DO AR

A poluição atmosférica apresenta efeitos nefastos sobre a saúde das populações e do meio ambiente. Como tal, a 23 de setembro de 2010 é publicado o Decreto-Lei nº 102/2010, que estabelece o regime de avaliação e gestão da qualidade do ar, transpondo as Diretivas nº 2008/50/CE e nº 2004/107/CE e revogando o Decreto-Lei nº 276/99.

Na sequência do referido diploma, compete às Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), nas áreas da sua gestão territorial, a gestão e avaliação da qualidade do ar ambiente, no sentido de garantir a sua qualidade.

Assim, no cumprimento das suas obrigações legais, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (CCDR-C) estrutura o território em “zonas” e “aglomerações” para as quais avalia a qualidade do ar a partir das estações de monitorização assinaladas na Figura 30.

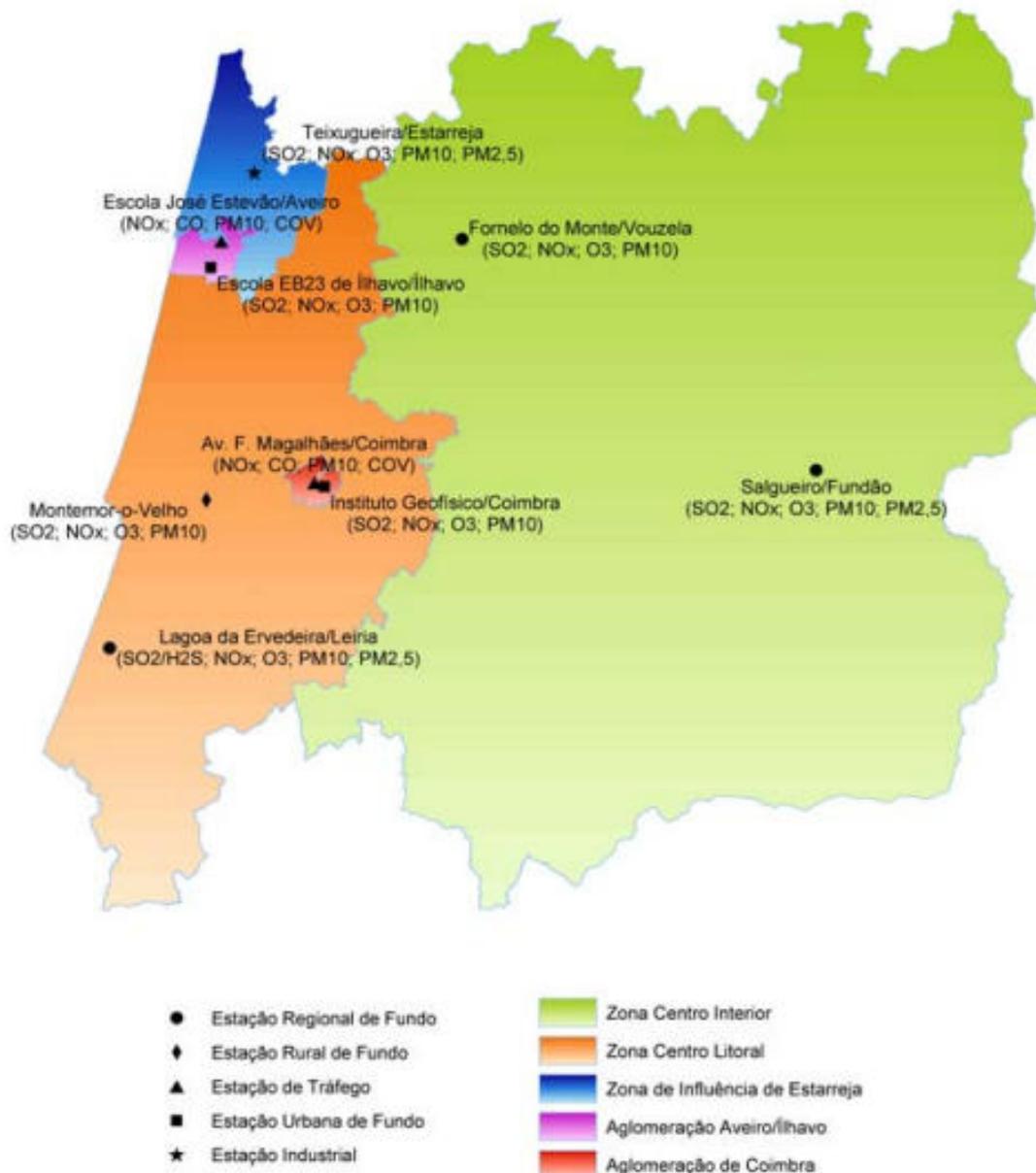
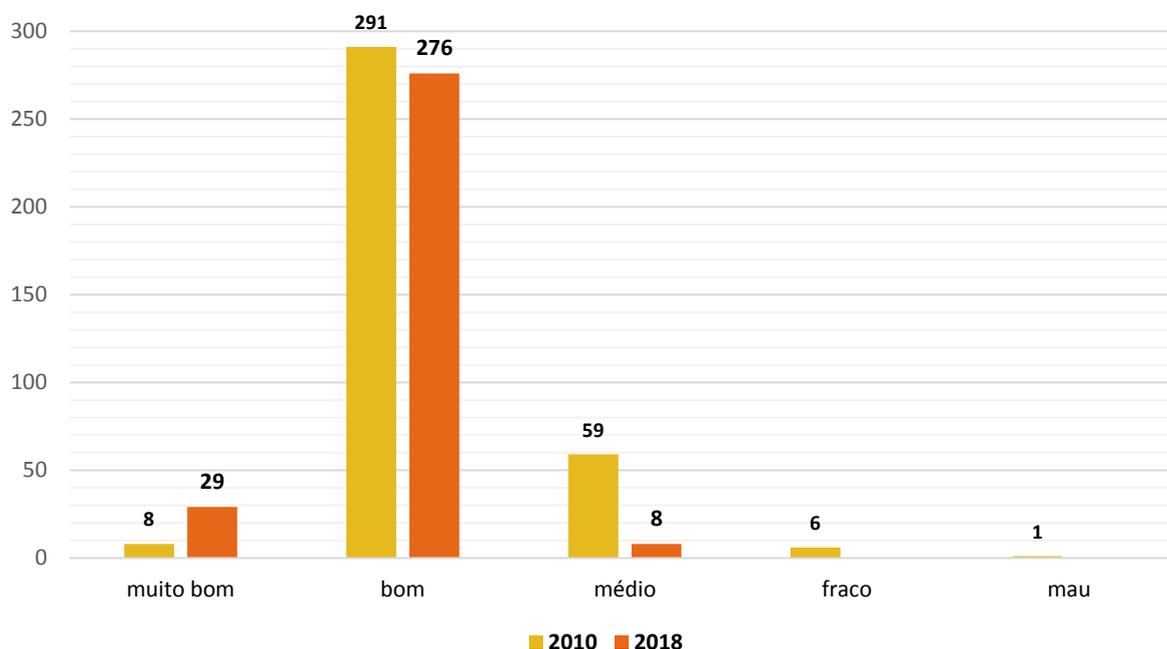


Figura 30. Delimitação das zonas e aglomerações da Região Centro e respetivas estações de monitorização
(Fonte: CCDR-C, 2010)

O concelho de Gouveia insere-se na Zona Centro Interior e as estações de monitorização da qualidade do ar de referência localizam-se nos municípios de Vouzela e do Fundão.

A partir dos dados recolhidos nessas estações, divulgados pela plataforma “QualAr”, destacam-se os índices da qualidade do ar registados em 2010 e 2018, permitindo, assim, estabelecer uma análise comparativa, bem como a avaliação do impacto do “Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região Centro” lançado em outubro de 2010 pela CCDR-C (Gráfico 57).

Gráfico 57. Índice da qualidade do ar anual (nº de dias/ano)
(Fonte: QualAr)



Os dados obtidos permitem concluir que, entre 2010 e 2018, se verifica um acréscimo do número de dias em que a qualidade do ar é definida como “muito boa”, paralelamente a uma redução do número de dias de qualidade “média” e a uma total ausência de dias de qualidade do ar “fraca” ou “má”. Como tal, os dados sugerem uma melhoria resultante do Plano de Melhoria implementado em 2010.

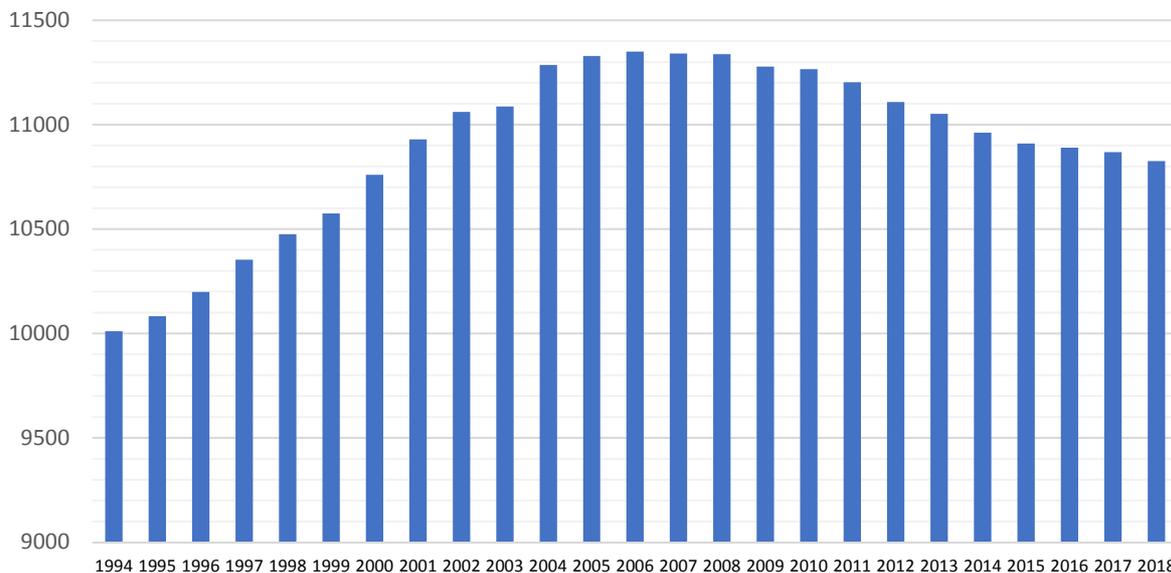
3.10.4. ENERGIA

Relativamente à energia, importa, numa ótica de análise da evolução do território, caracterizar os padrões de consumo e de produção de energia concelhios.

Na perspetiva do consumo, destaca-se, em primeiro lugar, a evolução do número de consumidores de energia elétrica. Os dados estatísticos disponibilizados pelo INE para o período compreendido entre 1994 e 2018 mostram um aumento gradual do número de consumidores entre 1994 e 2006, e um decréscimo entre 2006 e 2018, que estará associado à perda de residentes no concelho (Gráfico 58).

Gráfico 58. Evolução dos consumidores de energia elétrica (1994-2018)

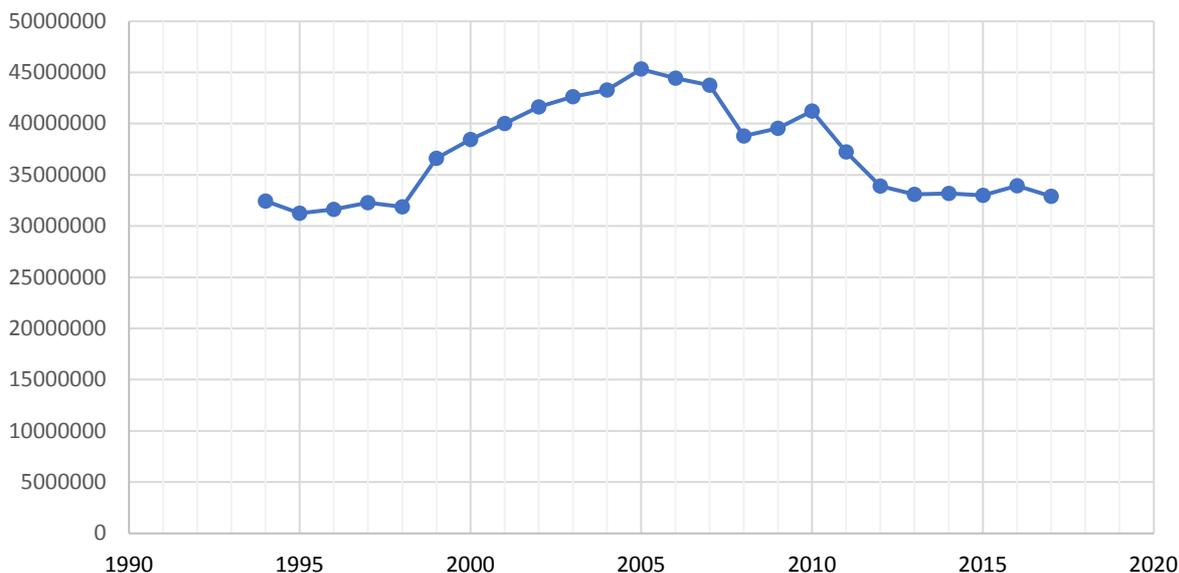
(Fonte: INE)



Similarmente à evolução do número de consumidores de energia elétrica, que apresenta um decréscimo gradual a partir de 2006, o consumo de energia atinge o valor máximo em 2005 (45.321.003 kWh) e oscila entre 2005 e 2010. Entre 2010 e 2017, verifica-se um decréscimo do consumo total de energia elétrica, sendo de 32.887.940 kWh o valor registado no último ano em análise (Gráfico 59).

Gráfico 59. Consumo de energia elétrica total (kWh)

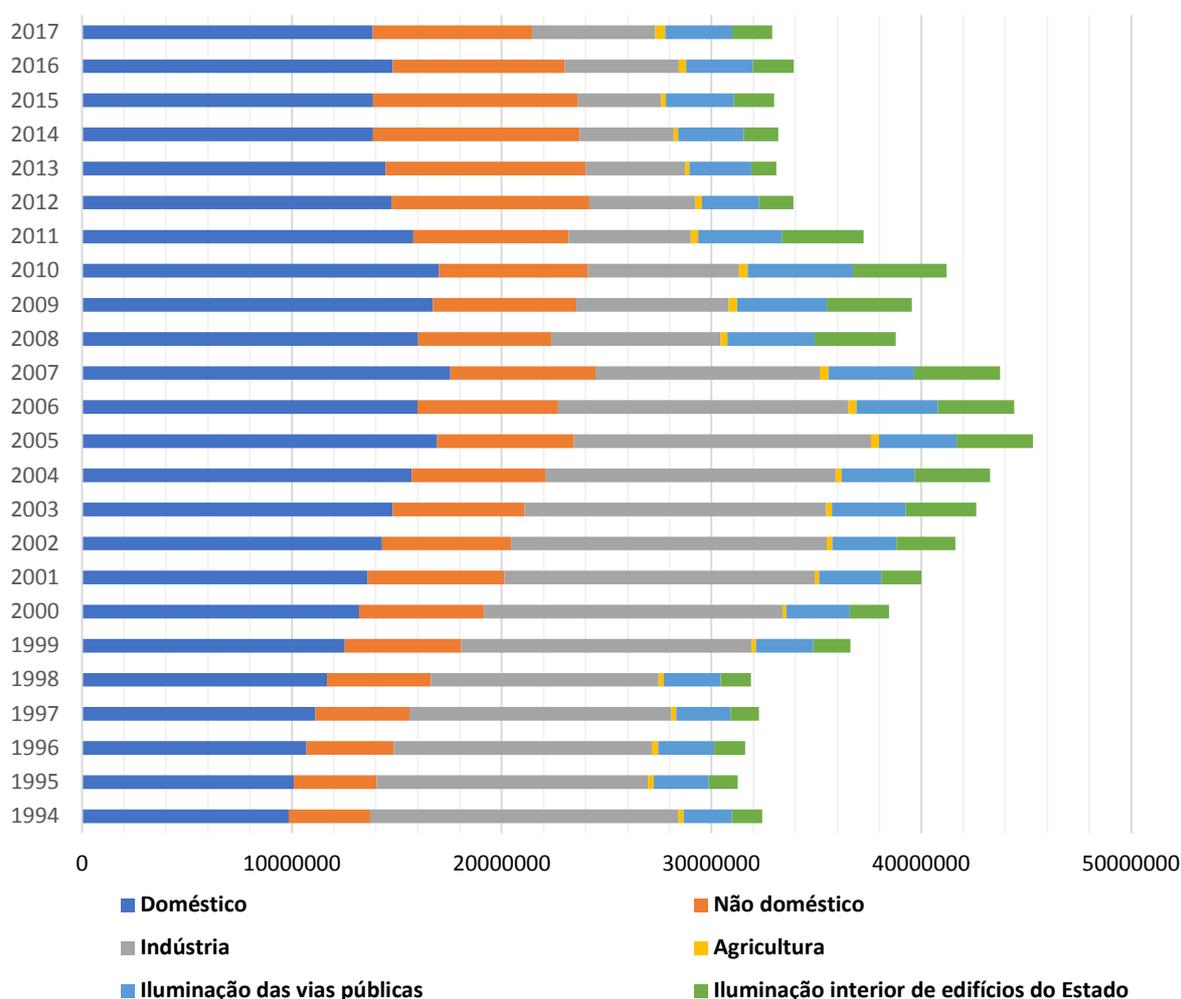
(Fonte: INE)



Deste modo, o consumo de energia apresenta, entre 2005 e 2017, uma redução de cerca de 37.8%. Contudo, quando analisada a variação entre 1994 e 2017, o consumo de energia aumenta cerca de 1.42%, apresentando, como tal, valores similares aos registados para o primeiro ano.

Relativamente ao consumo de energia elétrica por atividade, a análise do Gráfico 60 permite constatar que a energia consumida pelas diferentes atividades — doméstica, não doméstica, indústria, agricultura, iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios do Estado — varia significativamente no período de referência dos dados (1994-2017).

Gráfico 60. Evolução do consumo de energia elétrica (kWh), por atividade (1994-2017)
(Fonte: INE)



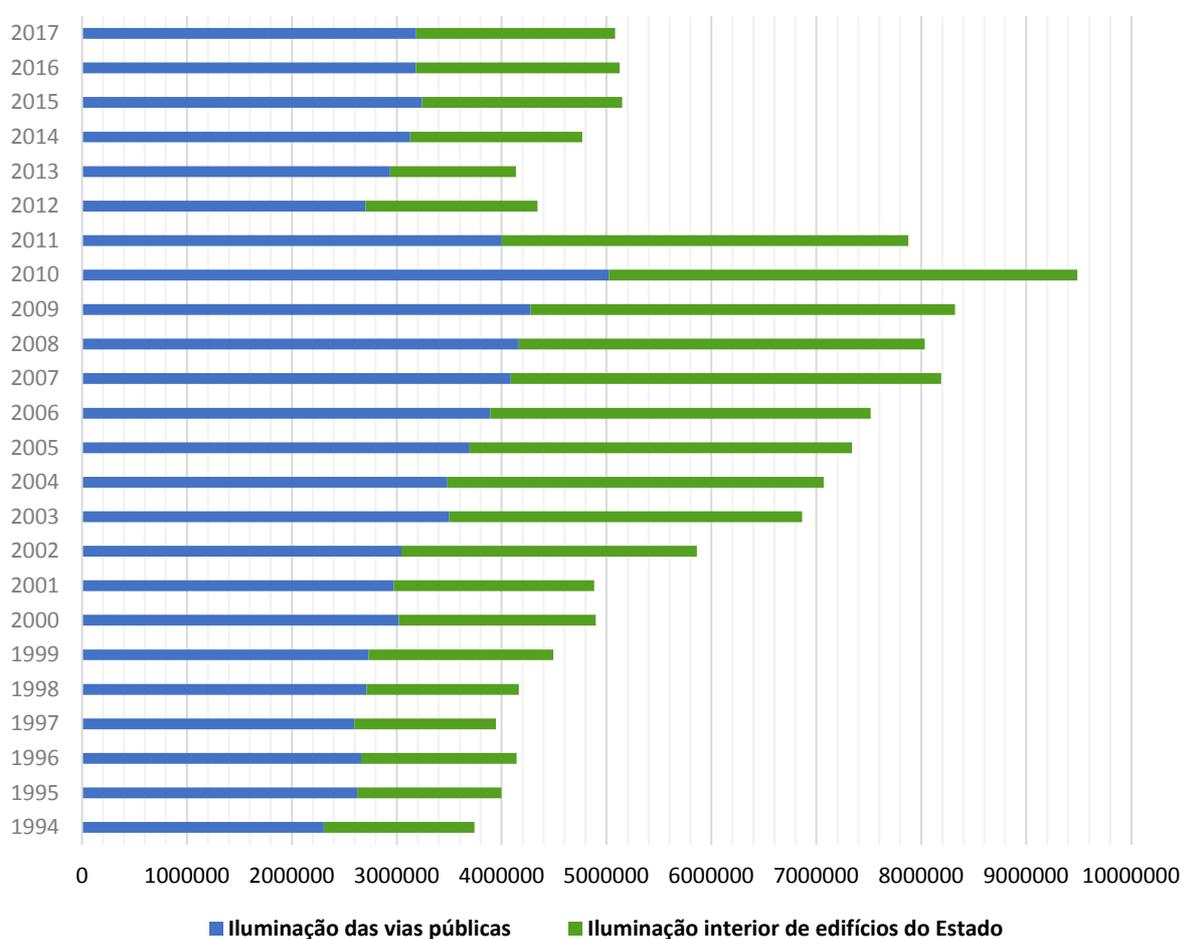
Assim, se, em 1994, a maioria da energia consumida se destinava à atividade industrial, numa proporção superior à da energia dedicada ao uso doméstico, em 2017 nota-se uma total inversão do padrão de consumo, com um decréscimo acentuado da energia utilizada na atividade industrial e um

aumento do consumo para uso doméstico. Ao mesmo tempo, assiste-se a um crescimento gradual do consumo de energia para uso não doméstico e para a atividade agrícola.

Entre as atividades mencionadas, destaca-se, no Gráfico 61, a evolução do consumo de energia elétrica para iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios do Estado durante o mesmo período.

Gráfico 61. Evolução do consumo de energia elétrica (kWh) para iluminação das vias públicas e iluminação interior de edifícios do Estado (1994-2017)

(Fonte: INE)



Em 2010 registam-se os valores mais elevados de consumo para as atividades destacadas. Posteriormente, esses valores decrescem para registos semelhantes a anos anteriores. A variação do consumo de energia elétrica para essas atividades, no período entre 1994 e 2017, é de cerca de 28% e 24%, respetivamente.

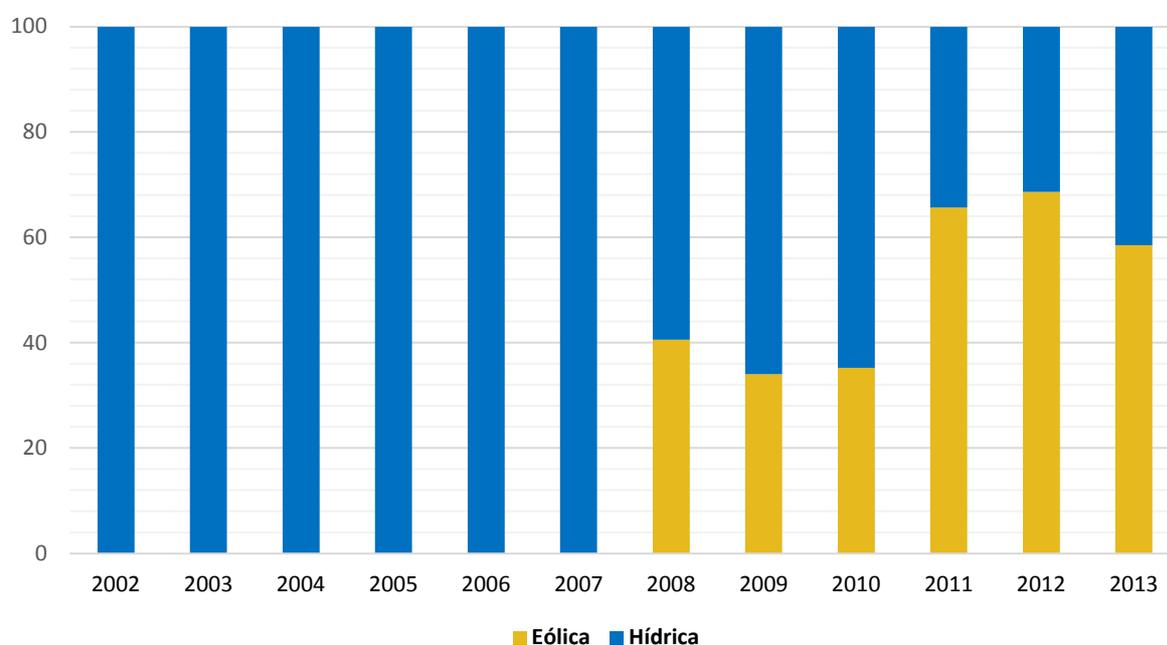
Importa, igualmente, destacar que a energia destinada à iluminação das vias públicas do concelho é sempre superior à energia utilizada para iluminação dos edifícios do Estado. Contudo, no período 2002-2011, verifica-se uma aproximação entre os valores e, a partir de 2012, o diferencial de consumo entre ambas retorna a valores similares aos registados nos anos iniciais.

De referir, ainda, a redução do consumo de energia a partir de 2011, circunstância que deverá estar associada à implementação de medidas de promoção da eficiência energética.

Quanto à produção de energia, os dados estatísticos relativos à quota da produção bruta de energia elétrica para a Sub-região da Serra da Estrela (NUTS 2002, que inclui os municípios de Fornos de Algodres, Gouveia e Seia) mostram que, entre 2002 e 2007, a totalidade da energia elétrica produzida era de origem hídrica.

Em 2008, parte da energia produzida na sub-região é de fonte eólica e, posteriormente, a partir de 2011, verifica-se uma inversão da representatividade da origem de produção, passando a energia eólica a assumir, em 2013, cerca de 59% do total de energia produzida (Gráfico 62).

Gráfico 62. Evolução da quota (%) da produção bruta de energia elétrica (2002-2013)
(Fonte: INE)



3.10.5. RISCOS NATURAIS E MISTOS

ÁREAS SUSCETÍVEIS DE CHEIAS E INUNDAÇÕES

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Gouveia, elaborado pelo Município e pela Proteção Civil de Gouveia, em fase de consulta pública à data da elaboração deste documento, identifica, entre os riscos naturais, o risco de cheias e inundações.

O PMEPC classifica o risco de cheias e inundações como “baixo” (CMG, 2019), encontrando-se associado, sobretudo, às áreas assinaladas na Figura 31, pelo que o mesmo não constitui uma forte ameaça no concelho.

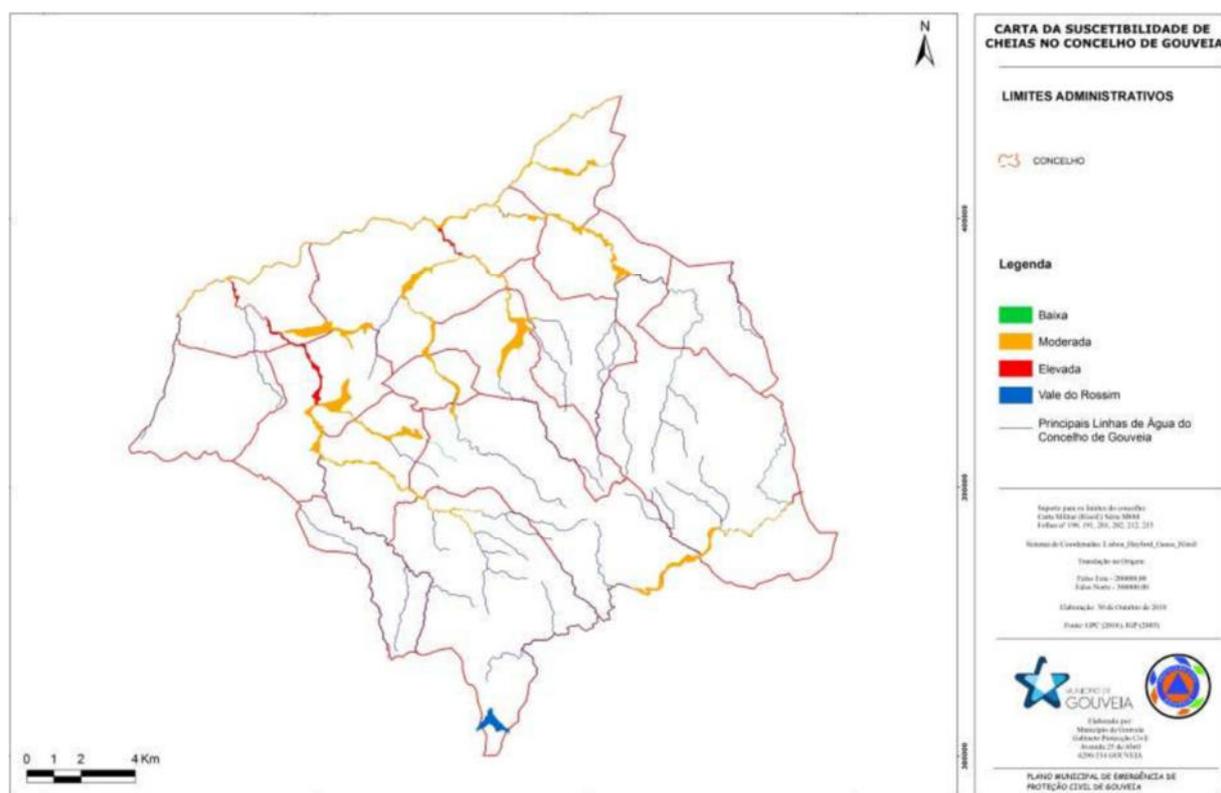


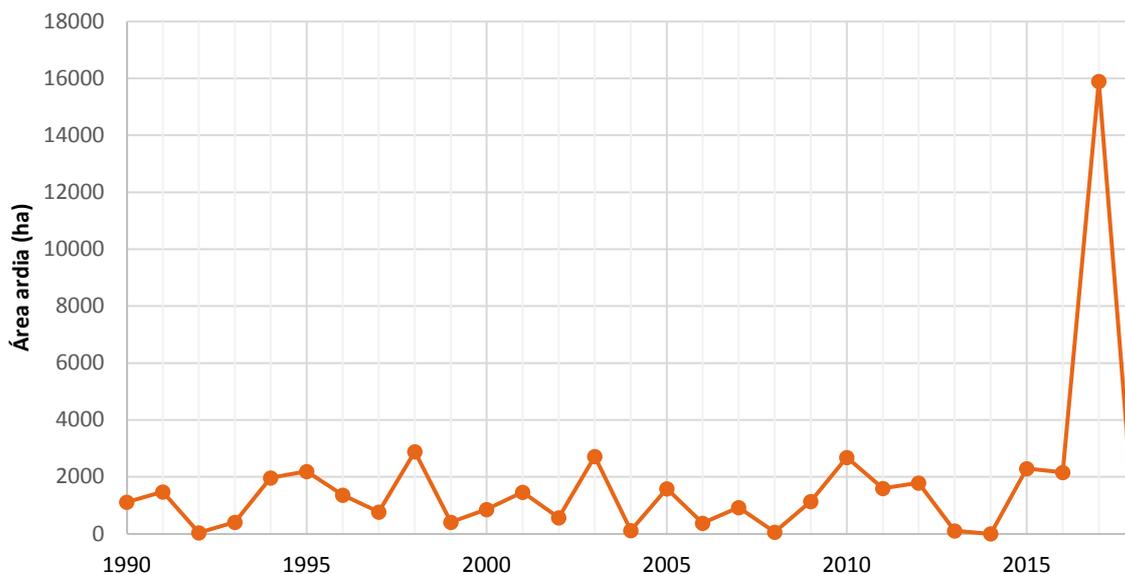
Figura 31. Carta de susceptibilidade de cheias
(Fonte: CMG, 2019)

INCÊNDIOS FLORESTAIS

Em contrapartida, o concelho de Gouveia tem sido afetado, ao longo dos últimos 30 anos, por incêndios florestais que consomem grandes áreas de matos e floresta, condicionando a segurança da população.

A análise da evolução das áreas ardidas entre 1990 e 2018, expressa no Gráfico 63, permite constatar um acréscimo da área ardida nos últimos anos, destacando-se, à semelhança do que acontece noutros territórios a nível nacional, o forte incremento registado em 2017.

Gráfico 63. Evolução da área ardida, em hectares, no concelho de Gouveia (1990-2018)
(Fonte: ICNF)



As áreas ardidas distribuem-se um pouco por todo o concelho, verificando-se, durante o período em análise, repetidas ocorrências nos mesmos locais, com destaque para a grande área ardida correspondente ao PNSE (Figura 32).

Para além do perigo associado aos incêndios florestais, com consequências sobre a segurança das pessoas e bens, os fogos florestais, levam, igualmente, à degradação dos valores naturais e ambientais, uma vez que conduzem à perda de biodiversidade e de qualidade do solo, bem como à perda de coberto vegetal, com repercussões sobre os fenómenos de erosão.

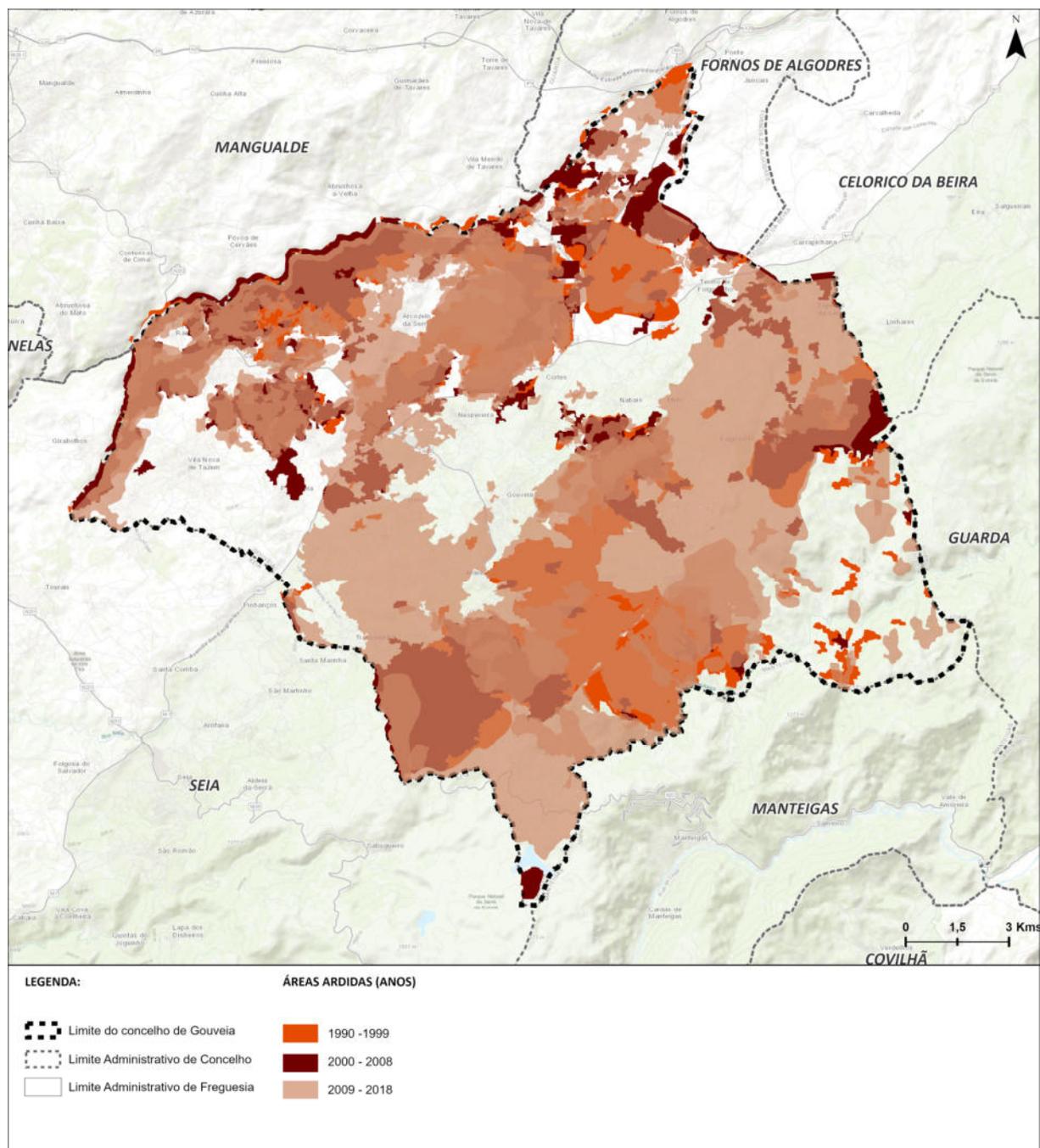
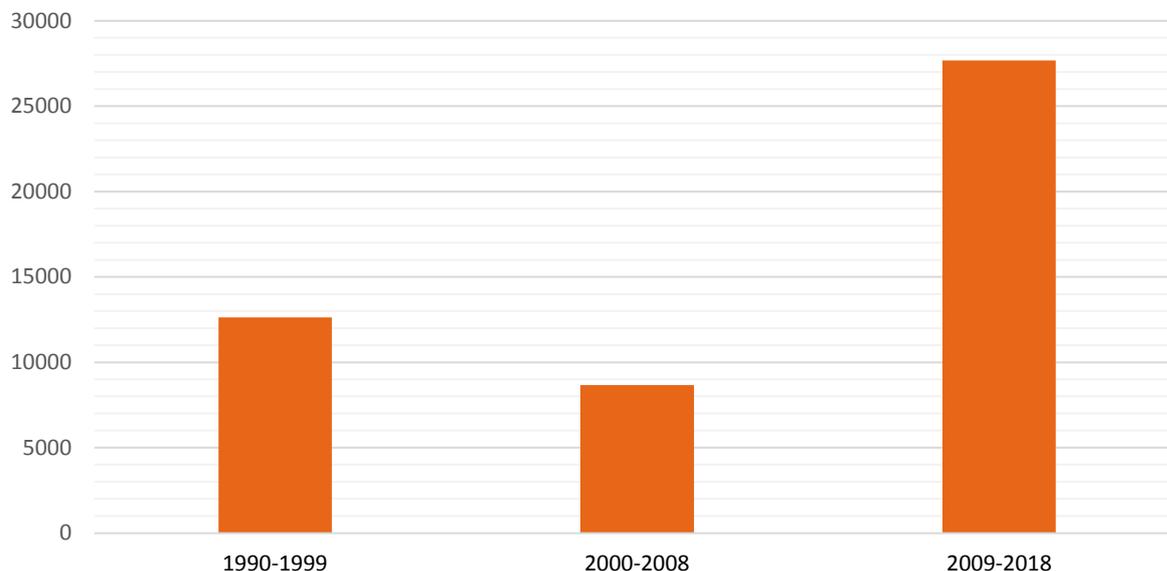


Figura 32. Área ardida no concelho de Gouveia
(Fontes cartográficas: ICNF; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

A Figura 32 e o Gráfico 64 evidenciam o aumento da área ardida nos últimos 10 anos, observando-se, entre o primeiro e o terceiro decénio em análise, um aumento de mais de 50% da área ardida no concelho de Gouveia.

Gráfico 64. Evolução da área ardida no concelho de Gouveia (hectares)

(Fonte: ICNF)



Em resultado do número de ocorrências em determinadas zonas do concelho de Gouveia identificam-se áreas de maior grau de perigosidade, sendo que os valores mais elevados se registam na proximidade do rio Mondego e na Serra da Estrela (CMG, 2014).

A Carta de Perigosidade, apresentada na Figura 33, revela, de facto, valores preocupantes: cerca de 38% do território situa-se nas classes “alta” ou “muito alta” e 30% encontra-se na classe “média”, apresentando, assim, um elevado potencial para a ocorrência de incêndios florestais (CMG, 2014).

Simultaneamente, o PMEPC de Gouveia (CMG, 2019), classifica o risco de incêndios florestais como “extremo”, em resultado da probabilidade de ocorrência “média-alta” e da gravidade “crítica” associada.

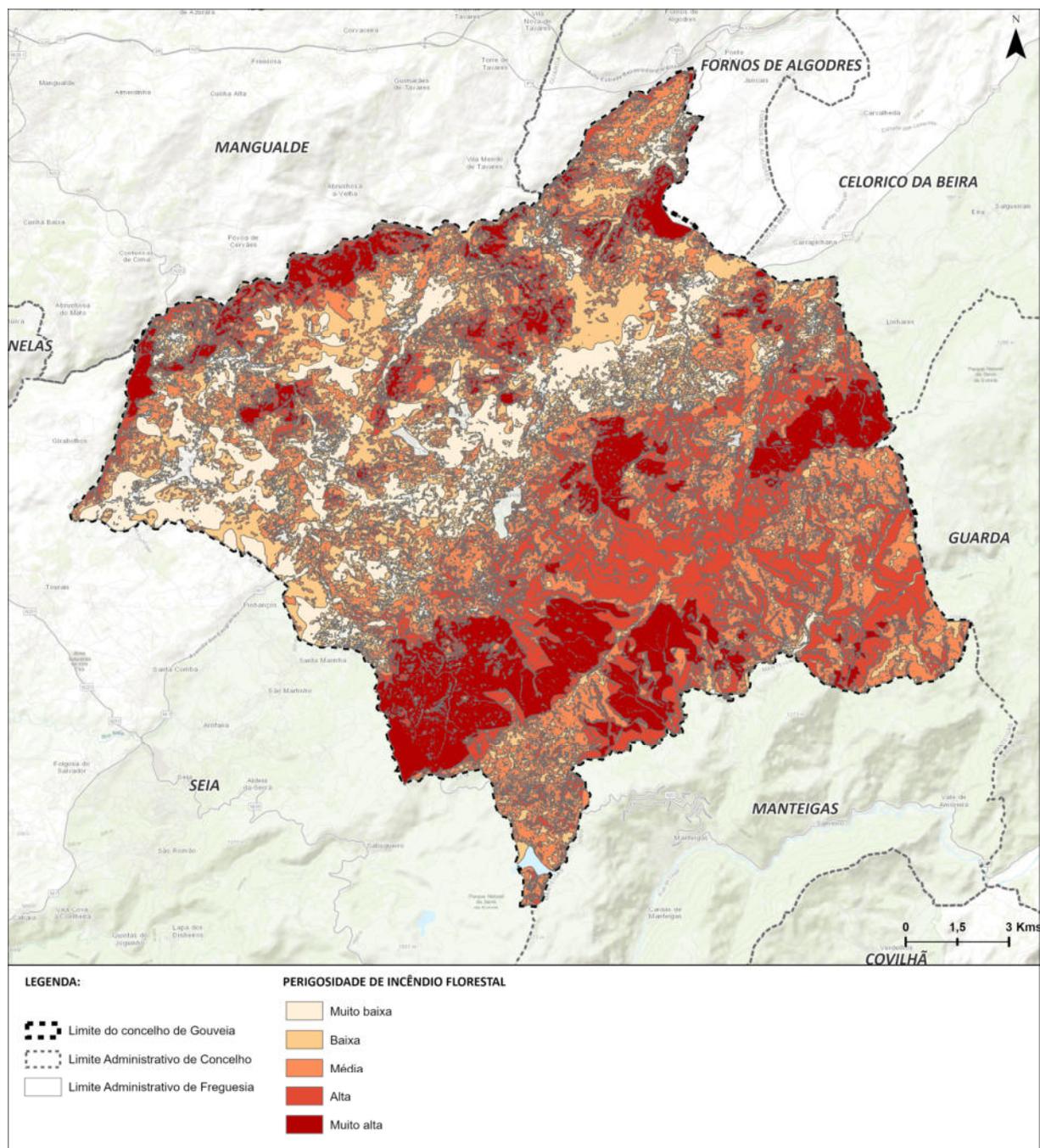


Figura 33. Perigosidade de incêndio florestal no concelho de Gouveia
(Fontes cartográficas: CMDFCIG, 2014; CAOP, 2018; ESRI, 2020)

4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO MUNICIPAL

No presente capítulo procede-se à análise e avaliação da implementação dos instrumentos de planeamento municipal em vigor no concelho de Gouveia, designadamente do PDM, sob três aspetos complementares entre si, designadamente:

- **Programa de Execução**, que contém as disposições sobre a execução das intervenções municipais previstas a curto, médio e longo prazo;
- **Modelo Territorial**, que representa, de acordo com os sistemas estruturantes e a classificação e qualificação dos solos, o modelo de organização espacial preconizado para o território municipal;
- **Estratégia Geral**, que define os objetivos estratégicos genéricos e respetivas temáticas.

A complementaridade das análises que se apresentam de seguida tem que ver com o âmbito e natureza do PDM, ao mesmo tempo estratégico, regulamentar e programático. É com base na ponderação conjunta do nível de execução das intervenções programadas no PDM em vigor (Programa de Execução) e da identificação das efetivas alterações do território em face do Modelo Territorial definido no Regulamento e Planta de Ordenamento do mesmo plano que se afigura possível o escrutínio da prossecução e formas de materialização dos objetivos estratégicos definidos em 1995.

4.1. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO

Tomando como base referencial a estratégia preconizada pelo Município de Gouveia descrita no PDM em vigor, as ações propostas vinculam-se aos objetivos estratégicos e às medidas enunciadas para quatro áreas específicas de atuação, designadamente Fomento Económico, Habitação, Infraestruturas e Equipamentos, Acessibilidades e Cultura, Turismo e Lazer.

No entanto, por questões meramente operativas, estas quatro áreas de atuação encontram-se reorganizadas, no âmbito do presente relatório, nos seguintes eixos de intervenção:

- Atividades Económicas
- Habitação e Equipamentos Coletivos
- Acessibilidades e Infraestruturas
- Cultura, Turismo, Lazer e Qualificação Ambiental
- Planeamento

Procede-se, de seguida, à avaliação do grau de implementação das ações previstas no PDM em vigor, de acordo com a seguinte simbologia:

- ✓ Ação executada
- X Ação não executada
- ∞ Ação em execução
- ◊ Ação executada parcialmente
- ? Sem informação

A avaliação do grau de implementação das intervenções previstas no PDM em vigor é feita através da confrontação entre as ações propostas em 1995 e as ações efetivamente concretizadas no concelho de Gouveia até à presente data.

Contudo, salienta-se que, face à informação disponível, existem algumas lacunas na listagem das ações propostas no âmbito do PDM em vigor, nomeadamente as que concernem as temáticas da Habitação, Equipamentos (Desportivos e Outros Equipamentos) e Infraestruturas.

4.1.1. ATIVIDADES ECONÓMICAS

A Tabela 63 apresenta o nível de execução das ações propostas no PDM em vigor relativas às Atividades Económicas.

Tabela 63. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Atividades Económicas
(Fonte: CMG, 2019)

ATIVIDADES ECONÓMICAS	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Apoio ao investimento industrial através da flexibilização do regulamento do plano, no sentido de autorizar localizações industriais (classes não poluentes - C e D) nos espaços rurais e urbanos	✓
Apoio a iniciativas de comércio e serviços no concelho de Gouveia	✓
Apoio e incentivo da atividade terciária na zona do plano projetada para tal efeito, junto à EN 17	✓
Apoio técnico aos projetos de investimento turístico e flexibilização dos regulamentos urbanísticos no que respeita à sua viabilização	✓
Ações e incentivos para a preservação das espécies florestais autóctones e na revitalização do complexo florestal, nomeadamente em ações de reflorestação e infraestruturas que lhes são paralelas	✓
Apoio municipal em infraestruturas de objetivos agrícolas e incentivos a investimentos que apostem na produção e comercialização de produtos regionais	✓

Dado o seu caráter mais generalista, as ações propostas que visam o desenvolvimento económico do concelho de Gouveia encontram-se, de um modo geral, concretizadas.

O Regulamento do PDM em vigor já apresenta a flexibilização preconizada para localizações industriais (classes não poluentes - C e D) nos Espaços Urbanos (artigos 53.º e 54.º) e Rurais (artigo 65.º, relativo às Áreas Agro-Silvo-Pastoris), bem como para empreendimentos de âmbito turístico, nomeadamente nos Espaços Rurais (artigo 63.º, relativo às Áreas Agro-Silvo-Pastoris).

O apoio a iniciativas de comércio e serviços, incluindo projetos de investimento turístico e que apostem na produção e comercialização de produtos regionais, concretiza-se, atualmente, com a implementação dos projetos “Gouveia StartUp” e “Gouveia Empreende”, mais especificamente através da disponibilização de um conjunto de ferramentas de apoio à atividade económica, sobretudo daquela que contribui para a criação de emprego, inovação e diversificação do tecido económico do concelho. Em ambos os projetos, os beneficiários são empresários em nome individual e todas as entidades privadas, com ou sem fins lucrativos.

Os apoios do Projeto “Gouveia StartUp” passam pela disponibilização de um espaço físico para o desenvolvimento das atividades, pelo acompanhamento técnico na fase inicial e pelo acesso privilegiado a um conjunto de entidades parceiras. Por seu lado, os apoios do Projeto “Gouveia Empreende” passam pela implementação das seguintes medidas de incentivo:

- Apoio a Bolsas de estágios e/ou Estágios de Inserção para pessoas com deficiência e incapacidades (duas modalidades de subsídios);
- Apoio à Criação de Emprego (três modalidades de subsídios);
- Apoio ao Investimento e Empreendedorismo, nomeadamente através de apoio técnico prestado pelo Gabinete de Inserção Profissional (GIP), de apoio no arrendamento de imóveis para a instalação da empresa e de apoio na comparticipação dos custos de construção de sítios e portais eletrónicos;
- Apoio à Promoção, Divulgação e Comercialização, nomeadamente através de apoio monetário ou logístico para comparticipação de despesas em deslocações, alojamento, aluguer de stands e inscrição em eventos;
- Prémio do Empreendedorismo, Inovação e Criação de Emprego Manuel Jacinto Alves, que premeia projetos inovadores e promotores de emprego, que valorizem produtos endógenos, que contribuam para a competitividade regional e para o desenvolvimento integrado e sustentável.

Relativamente às ações e incentivos para a preservação das espécies florestais autóctones, constata-se a realização de diversas iniciativas municipais relacionadas com esta temática. As mais recentes prendem-se com a reflorestação de áreas ardidas em 2017, com diversas diligências iniciadas no

âmbito das atividades de celebração do “Dia da Floresta Autóctone”. Neste âmbito destacam-se as Ações de Reflorestação “Verde Puro” (plantação de cerca de 500 árvores autóctones em fevereiro de 2019) e “Plantar Esperança” (plantação de cerca de 2.000 árvores autóctones em março de 2019), ambas desenvolvidas na zona do Mondeguinho (Nascente do rio Mondego) com a colaboração do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas I. P. (a primeira), do Grupo Eurosol (a segunda) e dos Baldios de Mangualde da Serra (as duas).

4.1.2. HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS COLETIVOS

A Tabela 64 apresenta o nível de execução das ações propostas no PDM em vigor relativas à Habitação e aos Equipamentos Coletivos.

Tabela 64. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Habitação e Equipamentos Coletivos
(Fonte: CMG, 2019)

HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS COLETIVOS	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Habitação*	
Equipamentos Desportivos*	
Apoio ao investimento de empreendimentos de âmbito desportivo / recreativo, como seja a implantação e exploração de um Centro Hípico	✓
Eventual localização e implantação de uma pista reduzida de cross para desporto motorizado	X
Construção de 1 Pequeno Campo de Jogos em Cativelos	✓
Construção de 1 Pequeno Campo de Jogos em Lagarinhos	✓
Construção de 1 Pequeno Campo de Jogos em Melo	✓
Construção de 1 Pequeno Campo de Jogos em Moimenta da Serra	✓
Construção de 1 Pequeno Campo de Jogos em Nabais	✓
Construção de 2 Pequenos Campo de Jogos em São Julião	X
Construção de 1 Pequeno Campo de Jogos em São Paio	✓
Construção de 2 Pequenos Campo de Jogos em São Pedro	✓
Construção de 1 Pequeno Campo de Jogos em Vila Nova de Tazem	✓
Construção de 1 Sala Desportiva em Vila Nova de Tazem (para além do pavilhão dimensionado nos equipamentos municipais)	✓
Equipamentos de Educação	
Construção de 1 Sala de Jardim de Infância em Moimenta da Serra	✓

HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS COLETIVOS	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Construção de 3 Salas de Jardim de Infância em São Julião	◊
Construção de 3 Salas de Jardim de Infância em São Pedro	◊
Construção de 2 Salas de Jardim de Infância em Vila Nova de Tazem	√
Implantação de 1 escola do Ensino Superior Politécnico	X
Apoio à construção e instalação da Escola Profissional para deficientes	X
Equipamentos de Saúde	
Construção de Nova Extensão de Saúde em Nabais	X
Construção de Nova Extensão de Saúde em Rio Torto	X
Construção de Posto de Medicamentos em Aldeias	X
Construção de Posto de Medicamentos em Arcozelo da Serra	X
Construção de Posto de Medicamentos em Figueiró da Serra	X
Construção de Posto de Medicamentos em Lagarinhos	X
Construção de Posto de Medicamentos em Vila Franca da Serra	X
Criação de um serviço hospitalar eficaz, com internamento e apoio de especialidades médicas	∞
Apoio possível ao serviço de atendimento do Centro de Saúde, por forma a dar continuidade à prestação de cuidados de saúde	∞
Equipamentos de Solidariedade Social	
Construção de Centro Infantil em Cativelos	X
Construção de Centro Infantil em Nespereira	X
Construção de Centro Infantil em Paços da Serra	√
Construção de Centro Infantil em São Paio	X
Construção de Centro Infantil em Vinhó	X
Construção de Centro Infantil em Gouveia	√
Construção de Centro de Dia em Figueiró da Serra	X
Construção de Centro de Dia em Lagarinhos	√
Construção de Centro de Dia em Mangualde da Serra	X
Construção de Centro de Dia em Nabais	√
Construção de Centro de Dia em Vila Cortês da Serra	√

HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS COLETIVOS	
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	NÍVEL DE EXECUÇÃO
Construção de Centro de Dia em Vila Franca da Serra	✓
Outros Equipamentos*	
Garantia de funcionamento de 1 Posto Telefónico Público por cada aglomerado de menor dimensão e dimensionamento do número de cabines telefónicas em função do nível do aglomerado e do serviço prestado	?
Construção / Ampliação do Cemitério de Arcozelo da Serra	✓
Construção / Ampliação do Cemitério de Gouveia	✓
Construção / Ampliação do Cemitério de Melo	✓
Construção / Ampliação do Cemitério de Ribamondego	✓
Construção de um espaço infraestruturado e equipado para Feira Semanal em Vila Nova de Tazem, que deverá dispor de equipamento complementar mínimo para funcionamento de mercado	✓

Nota: * Elementos com informação em falta.

Por falta de informação não é possível avaliar o nível de execução das ações propostas no âmbito da Habitação. No entanto, salienta-se a existência de diversos apoios e projetos municipais implementados com o objetivo de melhorar as condições de acesso e permanência na habitação, designadamente os seguintes:

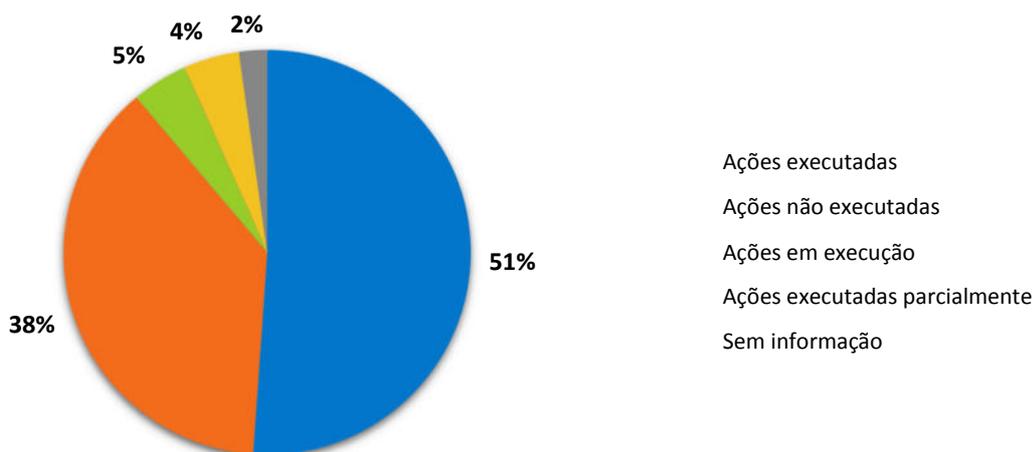
- Atribuição de apoios económicos à habitação a arrendatários afetados pelos incêndios de outubro de 2017.
- Projeto “Gouveia Social”, constituído por várias medidas que visam apoiar, entre outras valências, o acesso e a permanência na habitação. Neste âmbito destacam-se as medidas “Gouveia + Solidária” (comparticipação no valor da renda e redução das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos) e “Gouvijovem”, reservada a jovens até aos 35 anos de idade (comparticipação no valor da renda ou da aquisição e redução das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos).
- Projeto “Gouveia Reabilita”, que se traduz na prestação de apoio técnico e na comparticipação financeira destinada à melhoria das condições de habitabilidade de pessoas isoladas e/ou agregados familiares em situação socioeconómica vulnerável. Destaca-se o apoio técnico na elaboração de projetos de arquitetura e especialidades e a comparticipação financeira para obras de recuperação, conservação e beneficiação, bem como para obras de adaptação e/ou aquisição de produtos de apoio para pessoas com

deficiência, com vista à melhoria das condições de funcionalidade e conforto de pessoas com mobilidade reduzida.

No que respeita aos Equipamentos Coletivos, a concretização das ações propostas apresenta uma maior expressão nos relacionados com o Desporto, seguindo-se os associados à Solidariedade Social e Outros Equipamentos. Por seu lado, o campo da Saúde apresenta o nível mais baixo de execução das propostas.

Em síntese, a análise do Gráfico 65 permite verificar que 51 % das propostas foram executadas, enquanto 38 % não registaram qualquer avanço.

Gráfico 65. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Habitação e Equipamentos Coletivos
(Fonte: CMG, 2019)



Importa, no entanto, salientar que, tal como apresentado ao longo do presente documento, vários equipamentos coletivos, não previstos na proposta, têm sido construídos, remodelados ou ampliados desde 1995, ou seja, numa fase posterior à entrada em vigor do PDM.

4.1.3. ACESSIBILIDADES E INFRAESTRUTURAS

A Tabela 65 apresenta o nível de execução das ações propostas no PDM em vigor relativas às Acessibilidades e Infraestruturas.

Tabela 65. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Acessibilidades e Infraestruturas
(Fonte: CMG, 2019)

ACESSIBILIDADES E INFRAESTRUTURAS	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Acessibilidades	
Infraestruturização da área ampliada à Zona Industrial de Gouveia onde se inclui a construção da ETAR	√
Aquisição do terreno e infraestruturização completa da nova área industrial em frente à existente	X
Aquisição do terreno e infraestruturização da nova área industrial contígua à EN 17	◊
Reclassificação da EN 232 — troço entre Gouveia e o limite do concelho na direção de Mangualde — como Estrada Nacional - Itinerário Complementar	√
Reclassificação da EN 330 — troço entre a EN 17 (futuro IC 6) e o limite do concelho na direção de Fornos de Algodres	√
Construção da Variante II de Gouveia	√
Recuperação e beneficiação da EN 330-1 (Gouveia / EN 17 por São Paio), a efetuar com a responsabilidade da Junta Autónoma das Estradas	√
Recuperação e beneficiação da EN 330 (Gouveia/ EN 17 por Nabais), a efetuar com a responsabilidade da Junta Autónoma das Estradas	√
Correção e beneficiação da EM 501 (entre Cativelos e Vila Nova de Tazem)	√
Correção e beneficiação da EM 502 (entre a EN 17 e Vila Nova de Tazem)	√
Correção e conservação da rede viária municipal tendo em vista a melhoria das ligações entre freguesias e a melhoria da acessibilidade aos aglomerados mais isolados	√
Execução da Estrada Variante de Moimenta da Serra	√
Execução da estrada de ligação entre Paços da Serra e EN 17	∞
Execução da Estrada Variante de Vila Nova de Tazem	√
Execução da estrada de ligação entre Nabais e São Paio	?
Execução da estrada de ligação entre Freixo da Serra e Vila Cortês da Serra	√
Execução da Estrada Variante de Folgoso	?
Infraestruturas*	
Construção do sistema geral de saneamento básico a Vila Nova de Tazem: complementação do sistema existente a Gouveia, de acordo com projeto constante dos elementos do PGU	√
Ampliação das redes de águas e esgotos genericamente para a totalidade dos aglomerados, por forma a produzir solo urbano infraestruturado	√
Construção prioritária da ETAR da cidade de Gouveia, já com projeto aprovado pelas entidades competentes, em fase de candidatura a fundos comunitários, a implantar no terreno adquirido para o efeito, pela CMG, junto à ponte do “Chorido”, contiguamente à Ribeira de Gouveia	√
Construção de ETAR’s para as povoações de São Paio, Moimenta da Serra, Nespereira, Paços da Serra e Lagarinhos, por esta ordem de prioridade	◊
Construção de novas fossas sépticas a complementar redes existentes ou a substituir equipamentos sem eficácia	√
Construção de ETAR para esgoto industrial, de serviço às áreas industriais	X
Colaboração com as principais empresas do concelho no tratamento dos efluentes industriais	∞

ACESSIBILIDADES E INFRAESTRUTURAS	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Conceção e implementação de um sistema eficaz de tratamento dos resíduos sólidos e reforçar o sistema de recolha e transporte, que se traduz essencialmente em significativo investimento em novo equipamento	√

Nota: * Elementos com informação em falta.

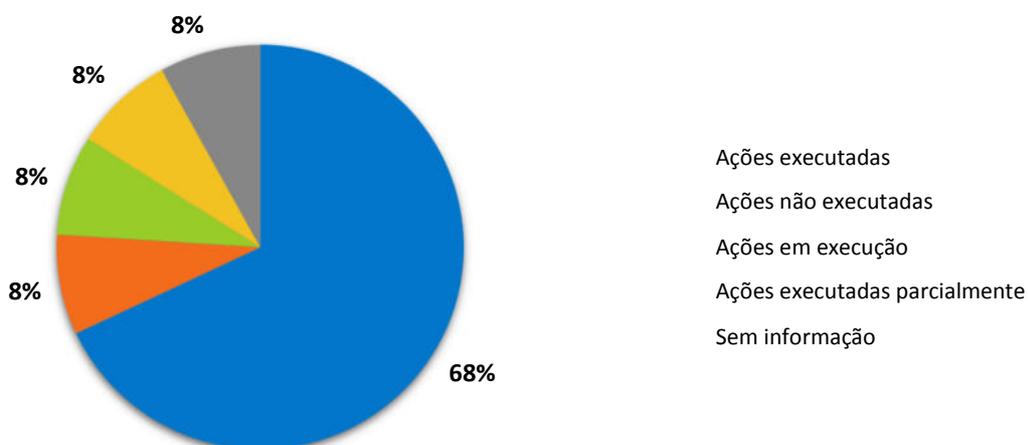
Tal como referido anteriormente, tendo o maior esforço orçamental municipal desde 2000 sido feito na melhoria das Acessibilidades e Infraestruturas do concelho, não surpreende que as ações propostas neste âmbito se apresentem maioritariamente cumpridas, total ou parcialmente, ou em fase de execução, com destaque para aquelas que contemplam a beneficiação e melhoria das acessibilidades aos diversos aglomerados do concelho, bem como para as que se relacionam com a remodelação das redes de águas e esgotos e com a recolha, gestão e tratamento de resíduos sólidos.

Relativamente às ações parcialmente executadas, de salientar que a nova área industrial contígua à EN 17 ainda se encontra atualmente parcialmente infraestruturada e que, da proposta de construção de cinco ETAR em diversas povoações, apenas se encontra executada a de prioridade mais elevada: São Paio / Nabais.

O Gráfico 66 indica que 68% do total das ações propostas foram concluídas, distribuindo-se a restante percentagem equitativamente pelas que se encontram parcialmente executadas, em execução, não executadas e sem informação disponível.

Gráfico 66. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Habitação e Equipamentos Coletivos

(Fonte: CMG, 2019)



4.1.4. CULTURA, TURISMO, LAZER E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

A Tabela 66 apresenta o nível de execução das ações propostas no PDM em vigor relativas à temática da Cultura, Turismo, Lazer e Qualificação Ambiental.

Tabela 66. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Cultura, Turismo, Lazer e Qualificação Ambiental
(Fonte: CMG, 2019)

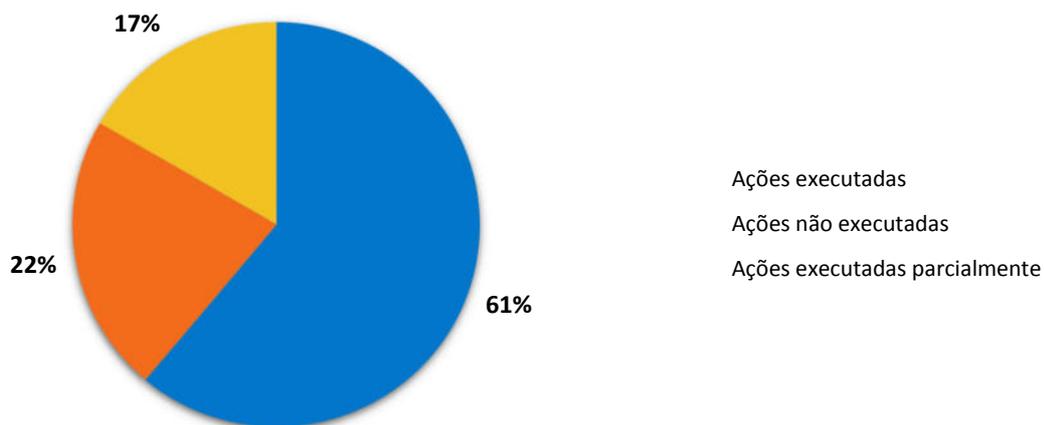
CULTURA, TURISMO, LAZER E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Implementação de uma Zona Verde de Recreio em Arcozelo da Serra, Cativelos, São Julião, São Paio e Vila Nova de Tazem	◊
Construção de um Centro Recreativo e Cultural em todas as freguesias (quer seja com aproveitamento de equipamentos já existentes, quer recorrendo à construção de novos edifícios para o efeito)	◊
Instalação e dinamização da nova Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira	✓
Remodelação e dinamização do Museu Abel Manta	✓
Organização e dinamização do Museu Etnográfico do concelho de Gouveia	X
Beneficiação do Museu de Arte Sacra	✓
Promoção, junto das instituições competentes, para a realização de escavações arqueológicas na área concelhia	X
Classificação de imóveis	X
Recuperação da Capela das Almas, em Melo, com vista à sua adaptação a posto de informação do património do Alto Concelho	X
Reabilitação da cave do edifício dos Paços do Concelho para espaço de exposições temporárias (Espaço João Abel Manta)	✓
Promoção e animação de atividades culturais e recreativas, nomeadamente feiras de artesanato, mostras de gastronomia, festas regionais, etc.	✓
Conclusão da área de recreio do Vale do Rossim e apoio à sua dinamização e funcionamento, assim como ao Parque de Campismo do Curral do Negro	✓
Construção de Posto de Turismo	✓
Construção de parques de merendas em locais com interesse turístico, com especial destaque para a localização de um destes equipamentos na EN 232 entre Gouveia e as Penhas Douradas	✓
Construção de um parque urbano na cidade de Gouveia e arranjo urbanístico e dinamização da zona do "Paixotão"	✓
Apoio e incentivo a investimentos turísticos privados	✓
Apoio a investimentos no âmbito do recreio como sejam eventuais campo de tiro e minicampo de Golf	◊
Eventual criação de um Parque Zoológico dedicado às espécies regionais, precedida de estudos de viabilidade julgados necessários para a sua rentabilidade e funcionamento	✓

No que concerne o nível de execução das ações propostas no âmbito da Cultura, Turismo, Lazer e Qualificação Ambiental, destaca-se a dinamização de alguns espaços culturais municipais (Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira, Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta e Espaço João Abel Manta,

entre outros), bem como a construção de alguns equipamentos culturais e de divulgação turística (Posto de Turismo de Gouveia, Centros Culturais de Moimenta da Serra e Vila Nova de Tazem). Por concretizar encontram-se os Centros Culturais na maioria das freguesias do concelho, o Museu Etnográfico de Gouveia e a adaptação da Capela das Almas, em Melo, em posto de informação do património. Fora do âmbito estritamente municipal, encontra-se, ainda, a ausência de classificação dos imóveis pretendidos e a realização de escavações arqueológicas na área concelhia.

Como é possível observar no Gráfico 67, a maioria das ações foram total ou parcialmente executadas (61 % e 17 %, respetivamente). Os restantes 22 % correspondem às ações não executadas.

Gráfico 67. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Habitação e Equipamentos Coletivos
(Fonte: CMG, 2019)



No âmbito da dinamização turística, importa, ainda, referir o investimento de cerca de 2,4 milhões de euros (comparticipados em 80 % pelo Programa Operacional “Mais Centro”) na abertura do “Caminho Natural”, uma estrada intermunicipal entre Gouveia (Curral do Negro), Folgosinho e Manteigas, para facilitar o acesso dos turistas à Serra da Estrela. Inaugurada em setembro de 2014, trata-se de uma obra não prevista no programa de ação do PDM em vigor.

4.1.5. PLANEAMENTO

A Tabela 67 apresenta o nível de execução das ações propostas no PDM em vigor relacionadas com o âmbito do Planeamento.

Tabela 67. Nível de execução das ações propostas no PDM em vigor: Planeamento
(Fonte: CMG, 2019)

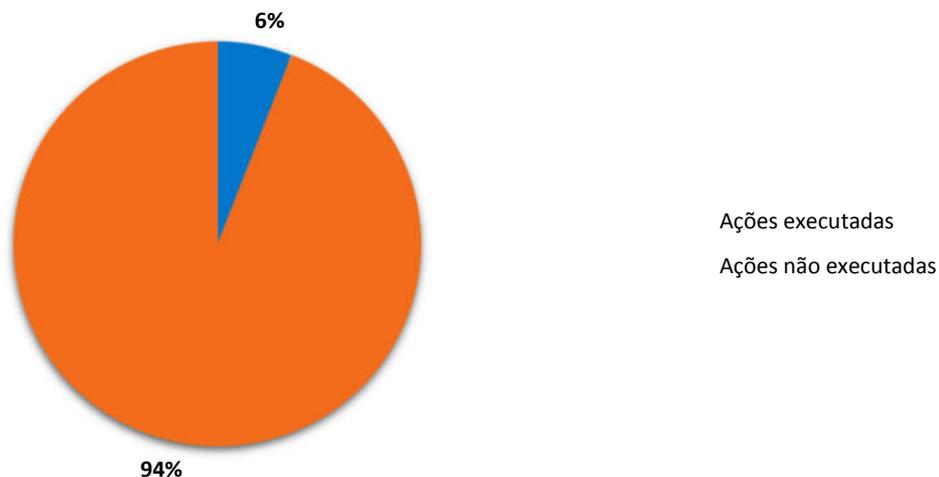
PLANEAMENTO	NÍVEL DE EXECUÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	
Revisão do Plano Geral de Urbanização de Gouveia	✓
Conclusão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Gouveia (incluir no plano a zona de ampliação que lhe é contígua)	X
Elaboração do Plano de Pormenor da nova Área Industrial em frente à existente	X
Elaboração do Plano de Pormenor da nova Área Industrial contígua à EN 17	X
Elaboração de Planos de Pormenor das áreas novas da cidade de Gouveia, definidas no âmbito do PDM	X
Elaboração do Plano de Urbanização de Vila Nova de Tazem	X
Elaboração do Plano de Urbanização de Cativelos	X
Elaboração do Plano de Urbanização de São Paio	X
Elaboração de Plano de Pormenor para a Zona Antiga de Gouveia	X
Elaboração de Plano de Pormenor para a Zona Antiga de Melo	X
Elaboração de Plano de Pormenor para a Zona Antiga de Folgosinho	X
Elaboração de Plano de Pormenor para a Zona Antiga de Moimenta da Serra	X
Elaboração de Plano de Pormenor para a Zona Antiga de Paços da Serra	X
Elaboração de Plano de Pormenor para a Zona Antiga de Rio Torto	X
Elaboração de Plano de Pormenor para a Zona Antiga de Nespereira	X
Elaboração de Plano de Pormenor para a Zona Antiga de Vinhó	X
Elaboração de Plano de Pormenor para a Zona Antiga de Arcozelo da Serra	X

As ações que apresentam resultados mais desfavoráveis prendem-se com o âmbito do planeamento. Os Planos de Urbanização (PU) e Planos de Pormenor (PP) propostos não foram concretizados, à exceção do Plano de Urbanização de Gouveia (publicado em 2008 e alterado, por adaptação, em 2011), decorrente da revisão do PGU.

O Gráfico 68 demonstra os resultados pouco satisfatórios obtidos neste campo, uma vez que 94 % das ações previstas não se apresentam executadas.

Gráfico 68. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Planeamento

(Fonte: CMG, 2019)

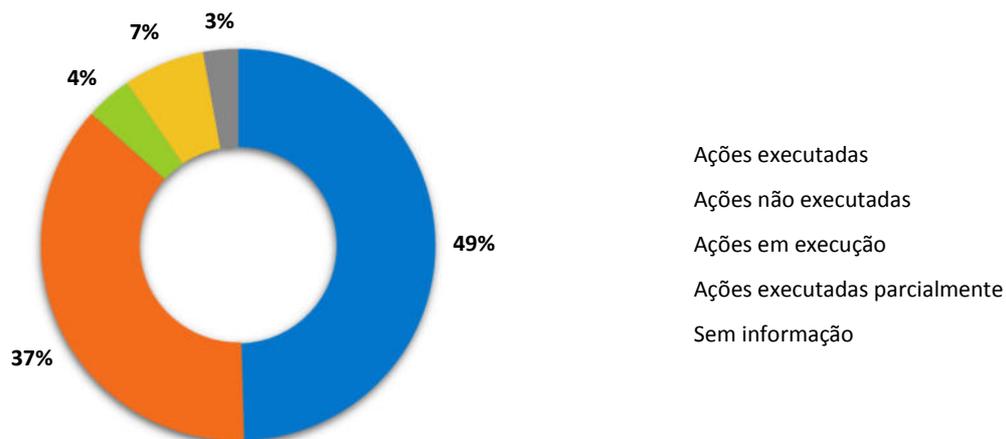


4.1.6. SÍNTESE DA EXECUÇÃO

Em síntese, o Gráfico 69 indica o nível de execução, em valores percentuais, de todas as ações propostas no âmbito do PDM em vigor. A sua observação permite constatar que 56 % das propostas encontram-se executadas, total ou parcialmente (49 % e 7 %, respetivamente) e 4 % encontram-se, ainda, em fase de execução.

Gráfico 69. Nível de execução (%) das ações propostas no PDM em vigor: Planeamento

(Fonte: CMG, 2019)



Decorridas cerca de duas décadas e meia após a publicação do PDM de Gouveia, importa destacar que cerca de 40 % das ações propostas não apresentam qualquer evidência de execução. Esta situação afigura-se extremamente relevante na avaliação da implementação da estratégia preconizada pelo Município em 1995 e, futuramente, deve ser tida em consideração no âmbito da sua revisão.

4.2. ANÁLISE DA CONCRETIZAÇÃO DO MODELO TERRITORIAL

No presente subcapítulo, procede-se à avaliação da concretização do Modelo Territorial do PDM em vigor, através da análise quantitativa e qualitativa das formas de ocupação do solo afeto aos principais sistemas territoriais – sistema urbano, sistema de acessibilidades e sistema produtivo. Esta análise procura, ainda, detalhar, por categoria de solo delimitada e regulamentada no PDM, os resultados da implementação do mesmo plano.

4.2.1. REDE URBANA

A análise comparativa realizada no capítulo anterior, relativo às dinâmicas territoriais, sugere algumas alterações pontuais na organização da rede urbana. Contudo, essas alterações não são, de todo, estruturantes, refletindo apenas uma mudança da importância relativa de alguns aglomerados dentro do território concelhio.

A hierarquia da rede urbana identificada a partir do número de residentes à data dos Censos de 1991 e 2011 resulta no representado pela Figura 34 e pela Figura 35, que configuram uma aproximação à hierarquia dos aglomerados urbanos à data do PDM em vigor e à data mais recente disponível, respetivamente.

Verifica-se, nas duas datas analisadas, uma concordância da importância relativa dos aglomerados urbanos identificados nos níveis I e II, Gouveia e Vila Nova de Tazem, respetivamente. Por outro lado, verificam-se, também, algumas despromoções de nível hierárquico, entre as quais se destaca:

- **Descida de Nível III para Nível IV** - Moimenta da Serra, Cativelos, Paços da Serra, Vinhó e Nespereira;
- **Descida de Nível IV para Nível V** - Lagarinhos e Figueiró da Serra;
- **Descida de Nível V para Nível VI** - Freixo da Serra, Alrote e Passarela.

Deste modo, constata-se, no período compreendido entre 1995 e 2015, uma perda de importância relativa de cerca de um terço dos aglomerados urbanos do concelho, com destaque para os assinalados anteriormente.

Por último, durante o período em análise, assinala-se Ribamondego pelo seu ganho de importância relativa dentro do concelho, refletido pela subida do nível V para o nível IV.

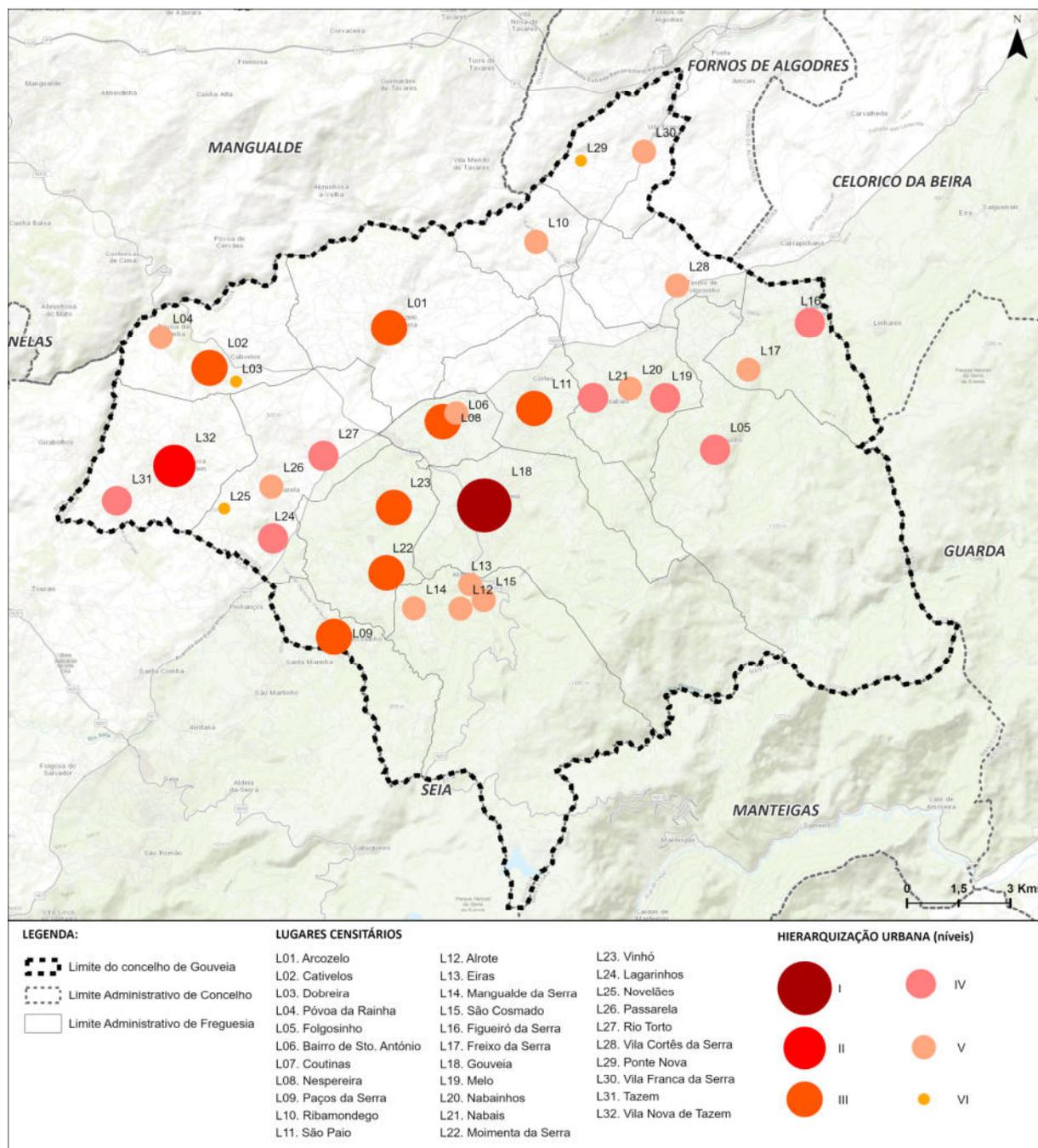


Figura 34. Hierarquia da rede urbana em 1995
(Fonte dos dados: INE, 1991. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

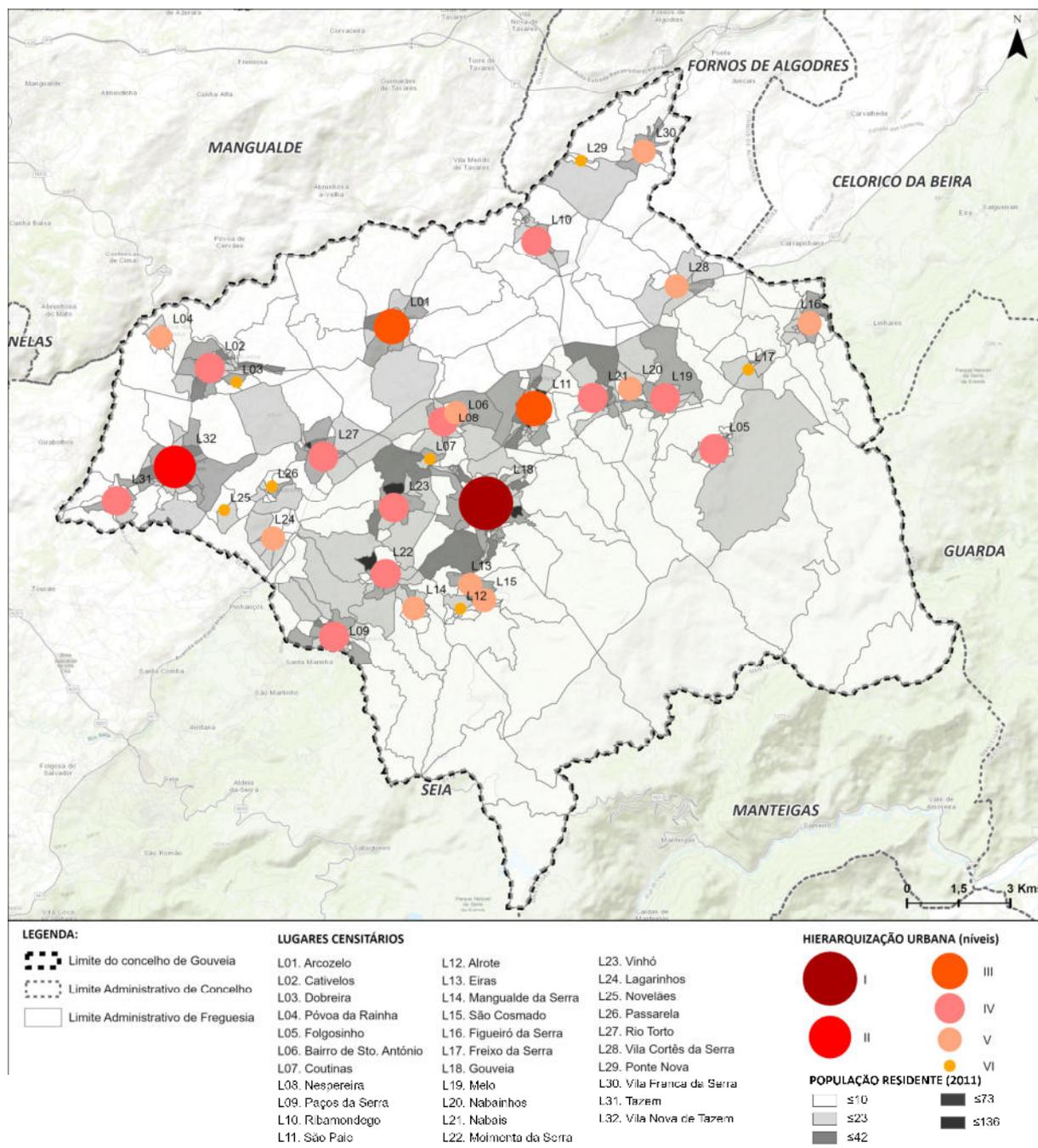


Figura 35. Hierarquia da rede urbana atual
(Fonte dos dados: INE, 2011. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

4.2.2. REDE RODOVIÁRIA

A rede rodoviária concelhia identificada pelo PDM em vigor distingue as vias assinaladas na Figura 36, correspondentes às seguintes categorias: Nacional de 1ª Classe, Nacional de 2ª Classe, Nacional de 3ª Classe, Estrada Municipal, Caminho Municipal, Estrada Não Classificada com Características de Estrada Municipal e Estrada Não Classificada com Características de Caminho Municipal.

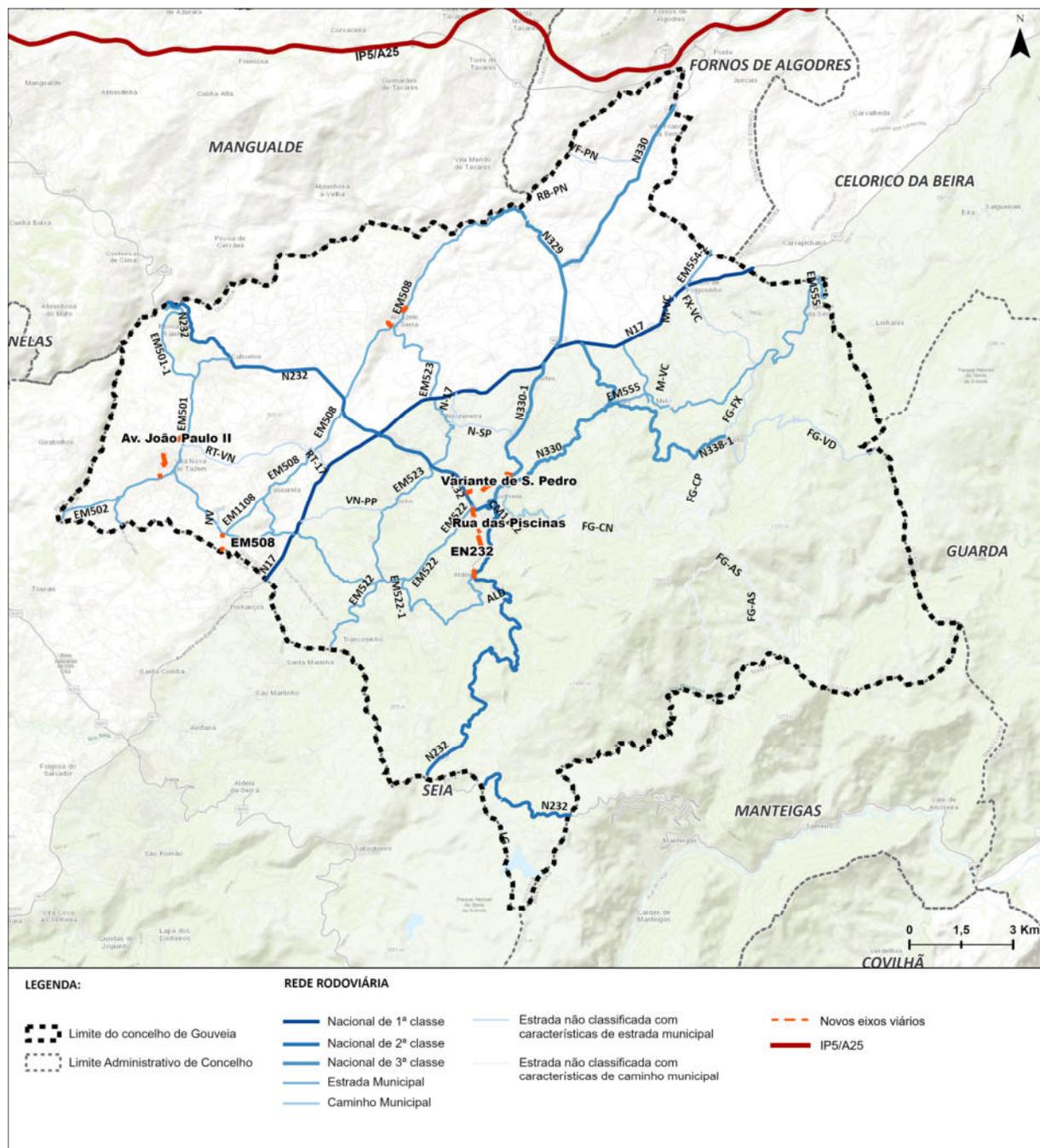


Figura 36. Rede rodoviária identificada no PDM e novos eixos viários
(Fonte dos dados: CMG, 1995. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Para além das vias referidas, anteriormente descritas no capítulo relativo às dinâmicas territoriais (subcapítulo Acessibilidades, Transportes e Mobilidade), assinala-se a presença do IP 5 / A 25, pelo ganho de acessibilidade que oferece a este território, e pelo aumento do tráfego verificado nos últimos cinco anos, bem como, os novos eixos viários, correspondentes às vias destacadas na Figura 36.

A análise comparativa da rede rodoviária identificada na Figura 36 e na Figura 37 — que representa, para além da rede identificada pelo PDM em vigor, os novos arruamentos com base no seu desempenho atual — permite, desde logo, concluir que houve um aumento da extensão da rede viária, associado a vias de distribuição principal e a vias de distribuição local ou secundária, num total de cerca de 7,5 km (Tabela 68).

Tabela 68. Extensão das vias construídas desde 1995

VIAS CONSTRUÍDAS	EXTENSÃO (Km)
Vias de distribuição principal	2,26
Vias de distribuição local	5,28
TOTAL	7,54

Verifica-se, igualmente, uma descida de nível hierárquico da EN 330-1, identificada no PDM em vigor como Nacional de 3ª Classe. Atualmente, esta via desempenha um papel de maior urbanidade, pelo que apresenta características que sugerem uma desqualificação enquanto estrada nacional e a conversão do seu papel como via de distribuição local.

Assinalam-se, ainda, os eixos viários constantes na Tabela 69, identificados no PDM em vigor como Estradas Não Classificadas com Características de Estrada Municipal ou Estradas Não Classificadas com Características de Caminho Municipal, os quais, à data do Plano, não se encontravam pavimentados. Tendo sido, posteriormente, alvo de intervenção, atualmente correspondem a vias de distribuição local ou vias de acesso local/caminhos.

Tabela 69. Vias pavimentadas desde 1995

VIAS IDENTIFICADAS PELO PDM (1995)	HIERARQUIA FUNCIONAL ATUAL	EXTENSÃO (Km)
VN-PP		
N-17	Distribuição local	6,53
FX-VC		
ALD		
LG	Acesso local/Caminho	2,14
	TOTAL	8,67

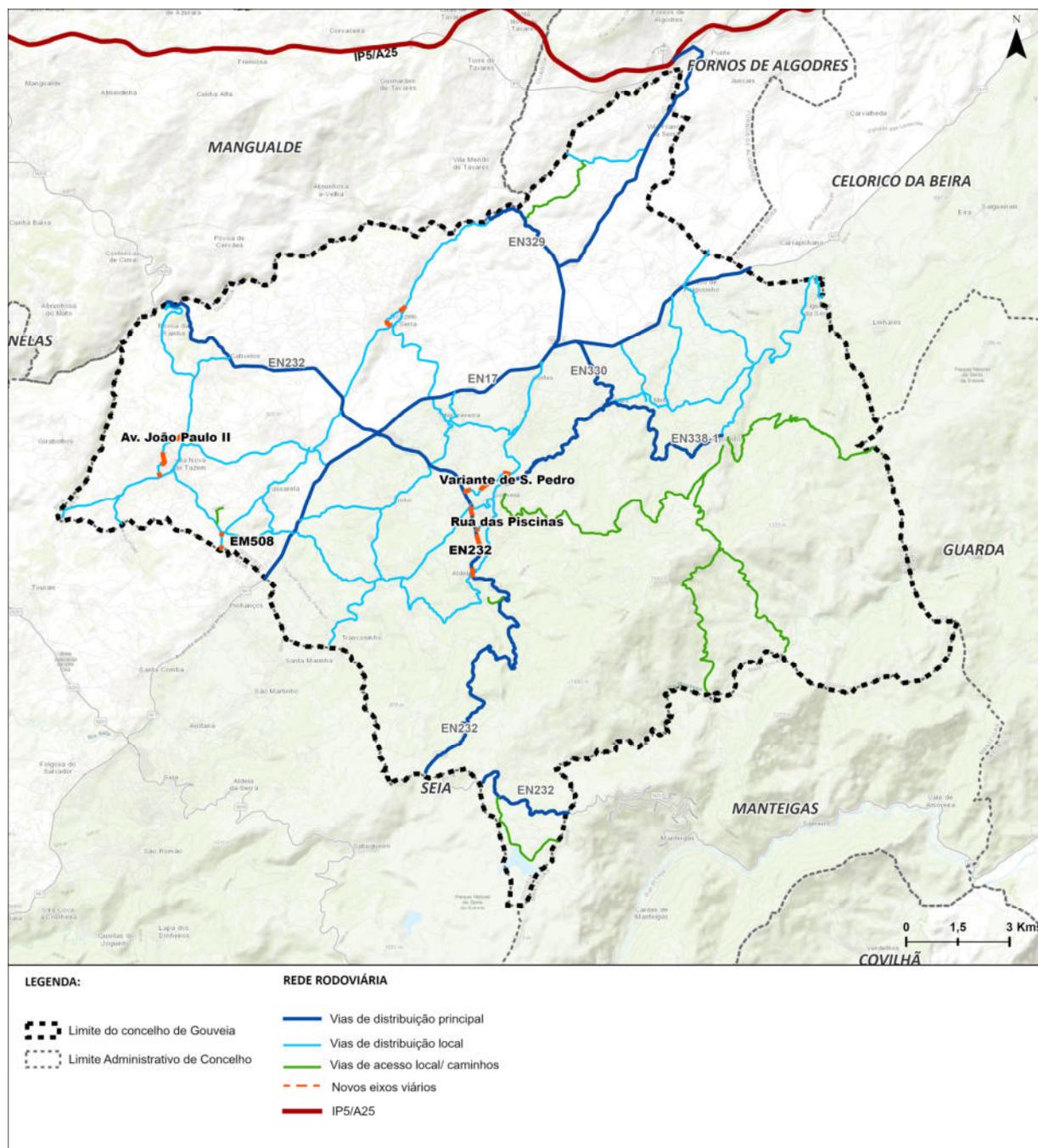


Figura 37. Rede rodoviária atual
(Fonte dos dados: CMG, 1995. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

4.2.3. ESPAÇOS URBANOS

No PDM em vigor, a classe dos Espaços Urbanos abarca cerca de 4,2% do território concelhio, perfazendo um total de 1.271,0 hectares distribuídos por Áreas Urbanas (803,8 hectares), Área Urbana com Plano de Urbanização (216,3 hectares), Áreas Urbanizáveis (216,3 hectares) e Áreas de Terciário (34,6 hectares). No âmbito da presente análise destacam-se as três categorias de solo urbano que apresentam maior relevância e expressão territorial.

ÁREAS URBANAS

Considerando que as Áreas Urbanas resultam da delimitação dos perímetros urbanos dos aglomerados do concelho, à exceção do perímetro urbano de Gouveia (delimitado como Área Urbana com Plano de Urbanização), a sua sobreposição com as classes de Nível 3 mais relevantes dos Territórios Artificializados identificados na COS 2015 permite aferir, de acordo com a informação mais recente disponível, qual o tipo de ocupação predominante nestes espaços (Figura 38).

A observação da Figura 38 possibilita, antes de mais, constatar que as Áreas Urbanas delimitadas no PDM em vigor englobam grande parte, mas não a totalidade, das áreas classificadas na COS 2015 como Tecido Urbano Contínuo, correspondendo a 75,7% do concelho. Perfazem cerca de 42,3 hectares, ou seja, cerca de 5,3% do total das Áreas Urbanas delimitadas no PDM.

Por outro lado, 38,4% da área classificada no PDM em vigor como Áreas Urbanas apresentam uma ocupação do tipo Tecido Urbano Descontínuo, perfazendo um total de 309,0 hectares, o que corresponde a 62,7% do total concelhio (isto é, 62,7% do total de áreas de Tecido Urbano Descontínuo identificadas no concelho, localizam-se em solo classificado como Áreas Urbanas).

A Tabela 70 sintetiza os dados relativos à ocupação, em 2015, das Áreas Urbanas delimitadas no PDM em vigor.

Tabela 70. Ocupação das Áreas Urbanas em 2015
(Fonte: DGT - COS 2015; PDMG, 1995)

	OCUPAÇÃO DAS ÁREAS URBANAS		
	Hectares	%	% do concelho
Áreas Urbanas (PDM 1995)	803,8	-	-
Áreas Urbanas (PDM 1995) com Tecido Urbano (COS 2015)	351,3	43,7	64,0
Áreas Urbanas com Tecido Urbano Contínuo	42,3	5,3	75,7
Áreas Urbanas com Tecido Urbano Descontínuo	309,0	38,4	62,7

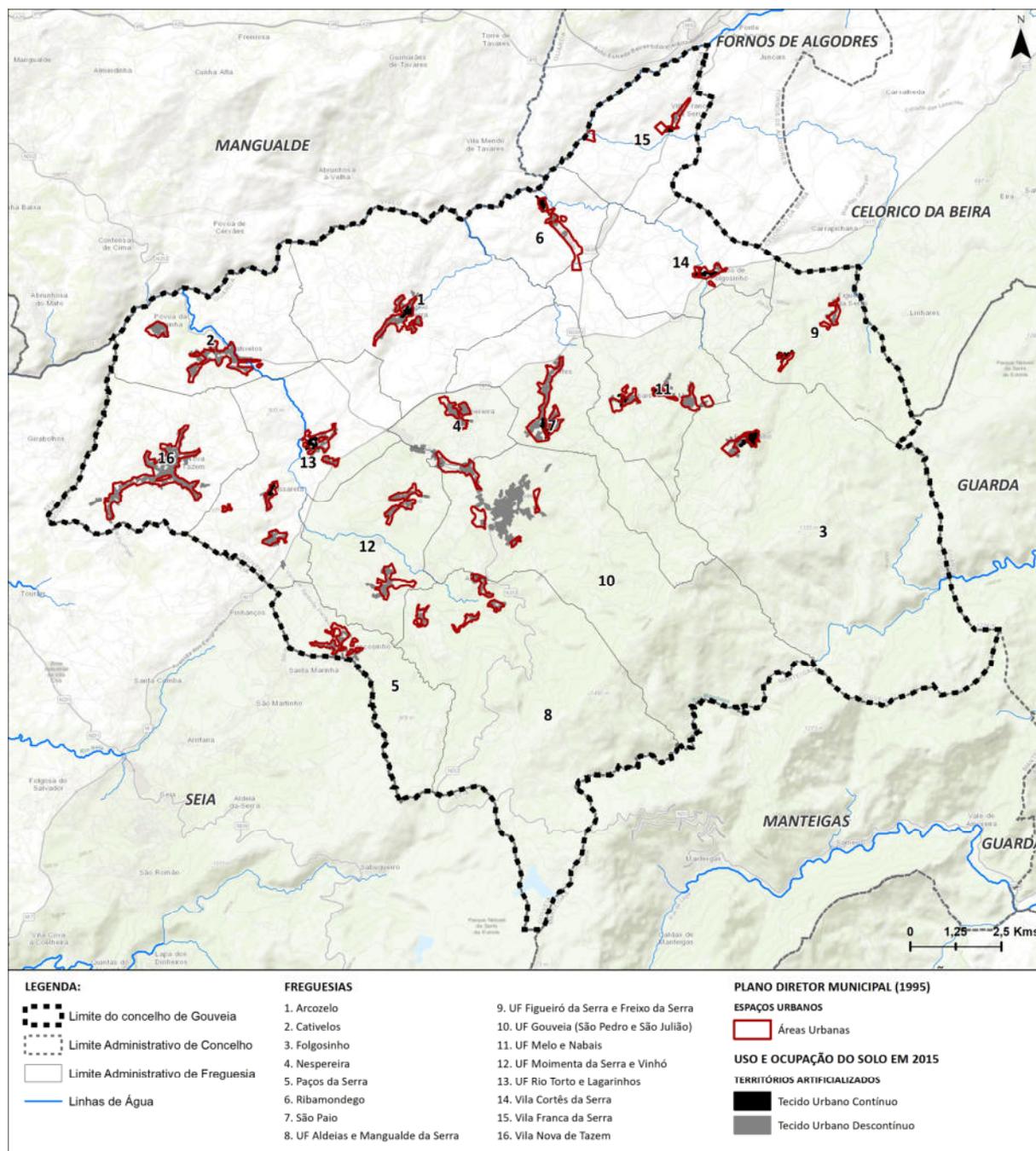


Figura 38. Áreas Urbanas (PDM 1995) e Tecido Urbano Contínuo e Descontínuo (COS 2015)
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2015; ESRI, 2020; PDMG, 1995)

Por sua vez, a Figura 39 permite analisar a função do edificado nas Áreas Urbanas, distinguindo os edifícios com funções principalmente não residenciais.

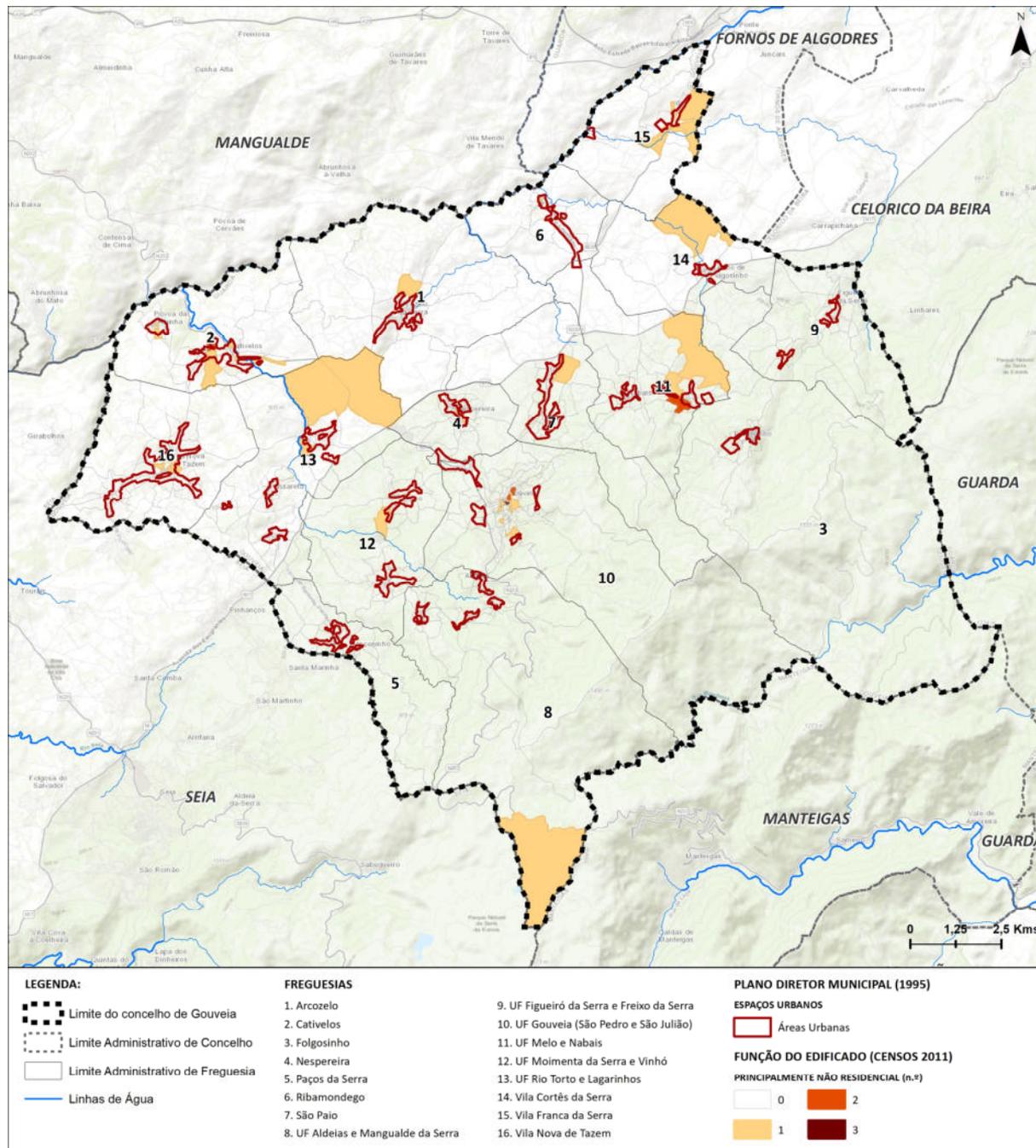


Figura 39. Áreas Urbanas (PDM 1995) e Edificado Principalmente Não Residencial (Censos 2011)
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2015; ESRI, 2020; INE, 2011; PDMG, 1995)

Importa, antes de mais, recordar que, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE (Censos 2011), o número de edifícios principalmente não residenciais presentes em Gouveia é de apenas 54 unidades, cerca de 0,5% do total de edifícios existentes no concelho (10.205). Desses 54 edifícios principalmente

não residenciais, mais de metade localiza-se nas Áreas Urbanas delimitadas no PDM em vigor, nomeadamente 31 edifícios, correspondendo a 57,4% do total concelhio.

No entanto, na globalidade das Áreas Urbanas classificadas no PDM em vigor, que integram um total de 8.588 edifícios, a proporção de edifícios principalmente não residenciais é de apenas 0,4%.

A Tabela 71 sintetiza os dados relativos ao edificado presente nos espaços classificados no PDM em vigor como Áreas Urbanas, com destaque para os edifícios principalmente não residenciais.

Tabela 71. Edificado nas Áreas Urbanas (2011)

(Fonte: Censos 2011, INE; PDMG, 1995)

EDIFÍCIOS EXISTENTES		EDIFÍCIOS PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAIS			
CONCELHO	ÁREAS URBANAS	CONCELHO	ÁREAS URBANAS		
n.º	n.º	n.º	n.º	%	% do concelho
10.205	8.588	54	31	0,4	57,4

ÁREA URBANA COM PLANO DE URBANIZAÇÃO

A Área Urbana com Plano de Urbanização delimitada no PDM em vigor corresponde exatamente ao limite urbano do PU da cidade de Gouveia. Conforme é possível observar na Figura 40, esta área não apresenta qualquer ocupação do tipo Tecido Urbano Contínuo identificada na COS 2015. Tratar-se-á, seguramente, de um erro, uma vez que o perímetro urbano da cidade de Gouveia é caracterizado por um elevado nível de consolidação do tecido urbano. Por outro lado, dos 216,3 hectares incluídos no PU de Gouveia, somente 10,1% apresenta, na COS 2015, uma ocupação do tipo Tecido Urbano Descontínuo, perfazendo 81,2 hectares (16,5% do total do concelho).

A Tabela 72 sintetiza os dados relativos à ocupação, em 2015, da Área Urbana com Plano de Urbanização delimitada no PDM em vigor.

Tabela 72. Ocupação da Área Urbana com Plano de Urbanização em 2015

(Fonte: DGT - COS 2015; PDMG, 1995)

	OCUPAÇÃO DA ÁREA URBANA COM PU		
	Hectares	%	% do concelho
Área Urbana com PU (PDM 1995)	216,3	-	-
Área Urbana com PU (PDM 1995) com Tecido Urbano (COS 2015)	81,2	10,1	14,8
Área Urbana com PU com Tecido Urbano Contínuo	-	-	-
Área Urbana com PU com Tecido Urbano Descontínuo	81,2	10,1	16,5

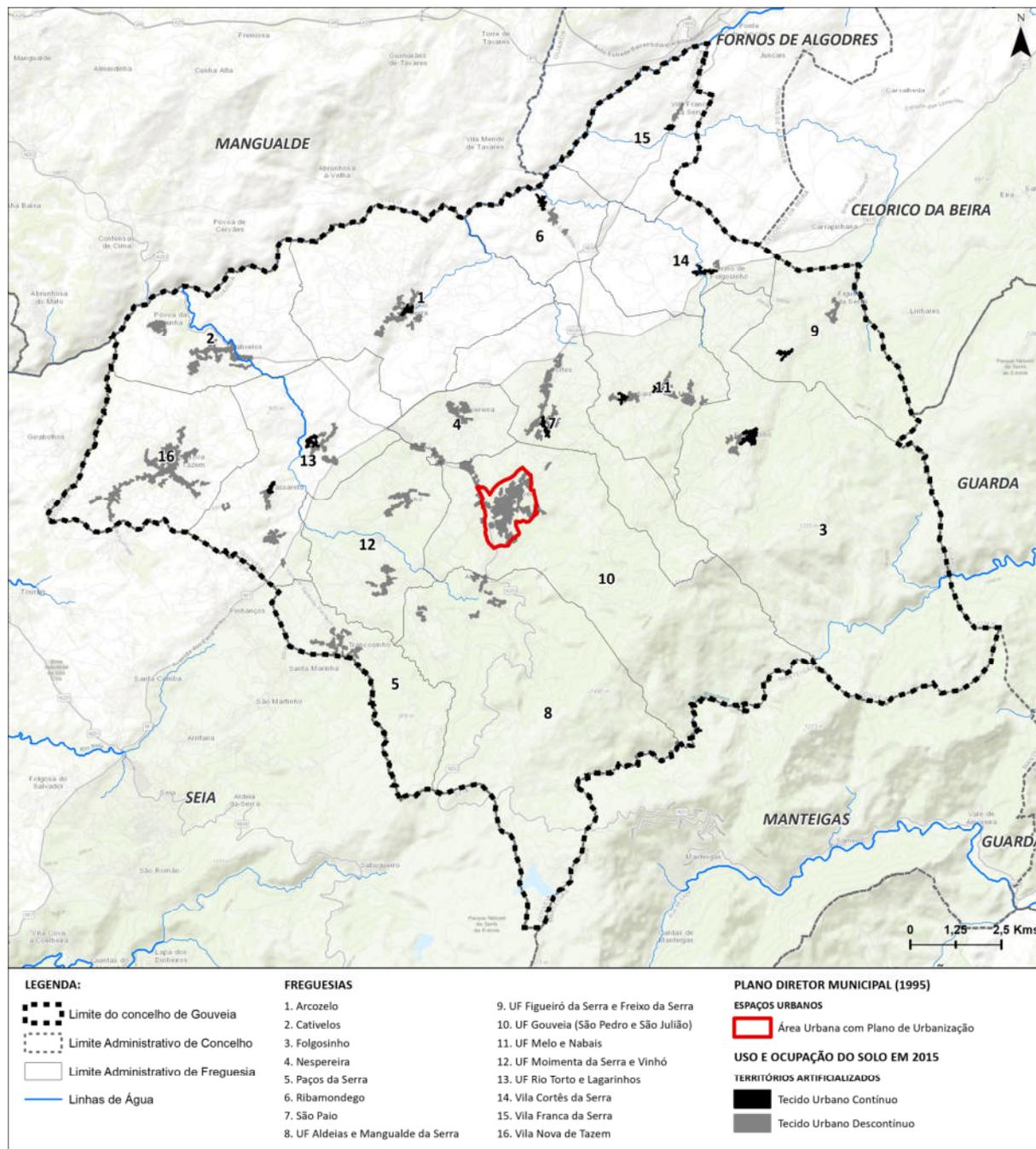


Figura 40. Área Urbana com Plano de Urbanização (PDM 1995) e Tecido Urbano Contínuo e Descontínuo (COS 2015)

(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2015; ESRI, 2020; PDMG, 1995)

Relativamente ao edificado principalmente não residencial incluído na Área Urbana com PU, identificado na Figura 41, o mesmo perfaz um total de 19 unidades, ou seja, apenas 1,5% dos edifícios presentes, o que corresponde a 35,2% do total concelhio.

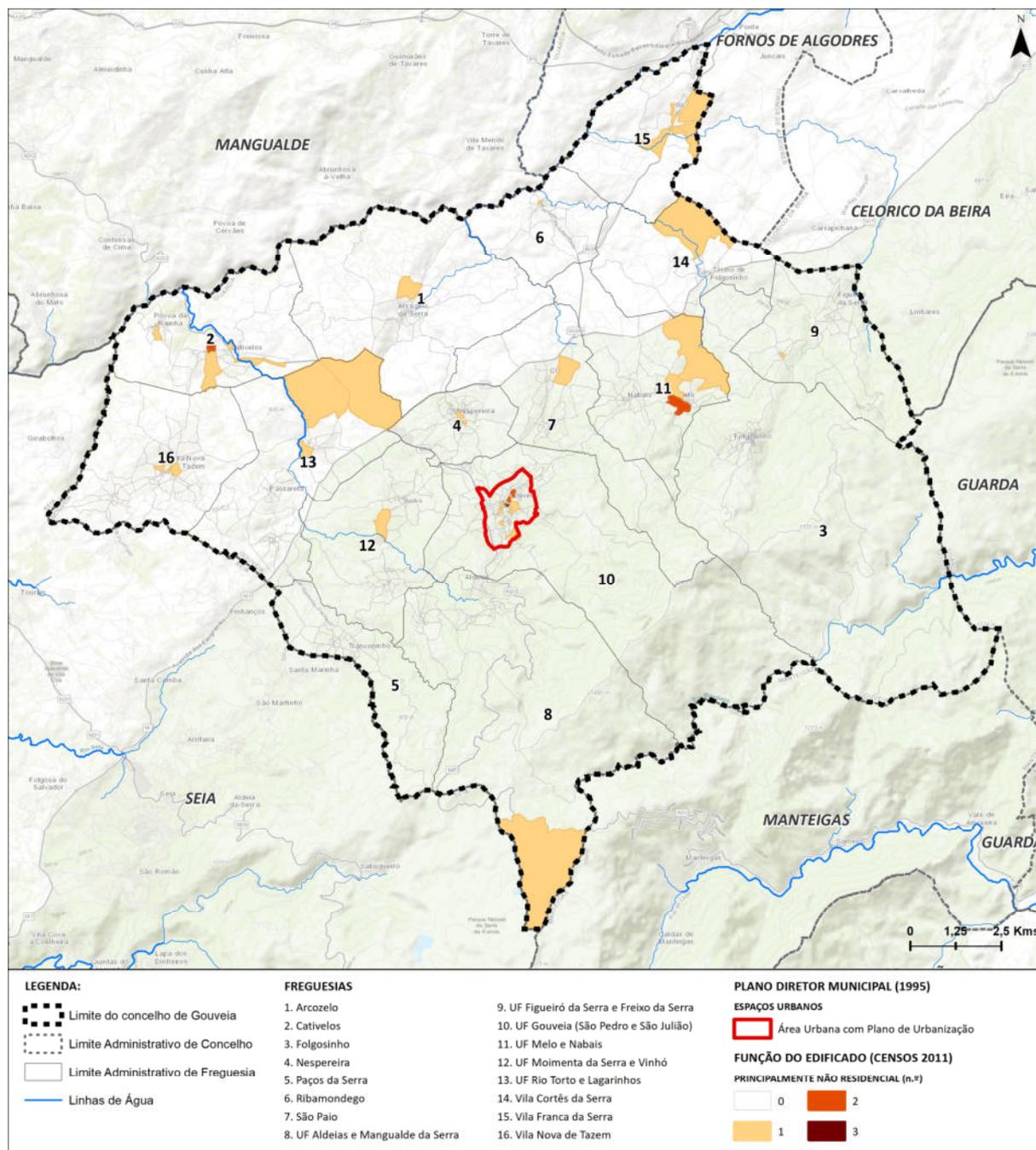


Figura 41. Área Urbana com Plano de Urbanização (PDM 1995) e Edificado Principalmente Não Residencial (Censos 2011)

(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2015; ESRI, 2020; INE, 2011; PDMG, 1995)

A Tabela 73 sintetiza os dados relativos aos edifícios existentes na Área Urbana com PU delimitada no PDM em vigor, salientando-se os edifícios principalmente não residenciais.

Tabela 73. Edificado na Área Urbana com Plano de Urbanização (2011)

(Fonte: Censos 2011, INE; PDMG, 1995)

EDIFÍCIOS EXISTENTES		EDIFÍCIOS PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAIS			
CONCELHO	ÁREA URBANA COM PU	CONCELHO	ÁREA URBANA COM PU		
n.º	n.º	n.º	n.º	%	% do concelho
10.205	1.293	54	19	1,5	35,2

ÁREAS URBANIZÁVEIS

Contíguas às Áreas Urbanas, as Áreas Urbanizáveis correspondem a espaços sem ocupação em 1995, assumidas como zonas de expansão urbana, num total de 216,3 hectares (0,7% da área total do concelho).

Do total de 216,3 hectares incluídos nas Áreas Urbanizáveis delimitadas no PDM em vigor, somente 18,1 % (39,2 hectares) apresenta uma efetiva ocupação urbana (Figura 42).

Conforme indicado na Tabela 74, Vila Nova de Tazem é o aglomerado urbano que apresenta, no PDM em vigor, a maior proporção de Áreas Urbanizáveis, correspondendo a 13,6% do total concelhio (29,4 hectares), seguindo-se Folgoso com 7,2% (15,5 hectares) e Coutinas com 6,9% (14,9 hectares). Por sua vez, Passarela, Bairro de Santo António e Freixo da Serra são os lugares que observam as menores áreas disponíveis para a expansão urbana. De referir, ainda, que, no PDM em vigor, não se encontram delimitadas Áreas Urbanizáveis em cinco aglomerados urbanos, designadamente em Alrote, Dobreira, Novelães, Ponte Nova e São Cosmado.

Relativamente à ocupação das Áreas Urbanizáveis, Freixo da Serra é o aglomerado urbano que apresenta, em 2015, a maior proporção de espaços efetivamente ocupados (82,3%), seguindo-se Passarela com 64,6% e Melo com 56,0%. Contudo, esta circunstância poderá estar relacionada com as baixas áreas disponíveis para a expansão urbana. Nos aglomerados urbanos que apresentam a maior proporção de Áreas Urbanizáveis (Vila Nova de Tazem, Folgoso e Coutinas), as taxas de ocupação são de 13,7%, 30,1% e 16,8%, respetivamente.

Por seu turno, Vinhó e Bairro de Santo António registam as taxas mais baixas de ocupação urbana, ambas inferiores a 1,0%. Vila Cortês da Serra, Póvoa da Rainha, Nespereira e Mangualde da Serra

registam, igualmente, taxas de ocupação das Áreas Urbanizáveis preconizadas em 1995 bastante reduzidas, todas inferiores a 10,0%.

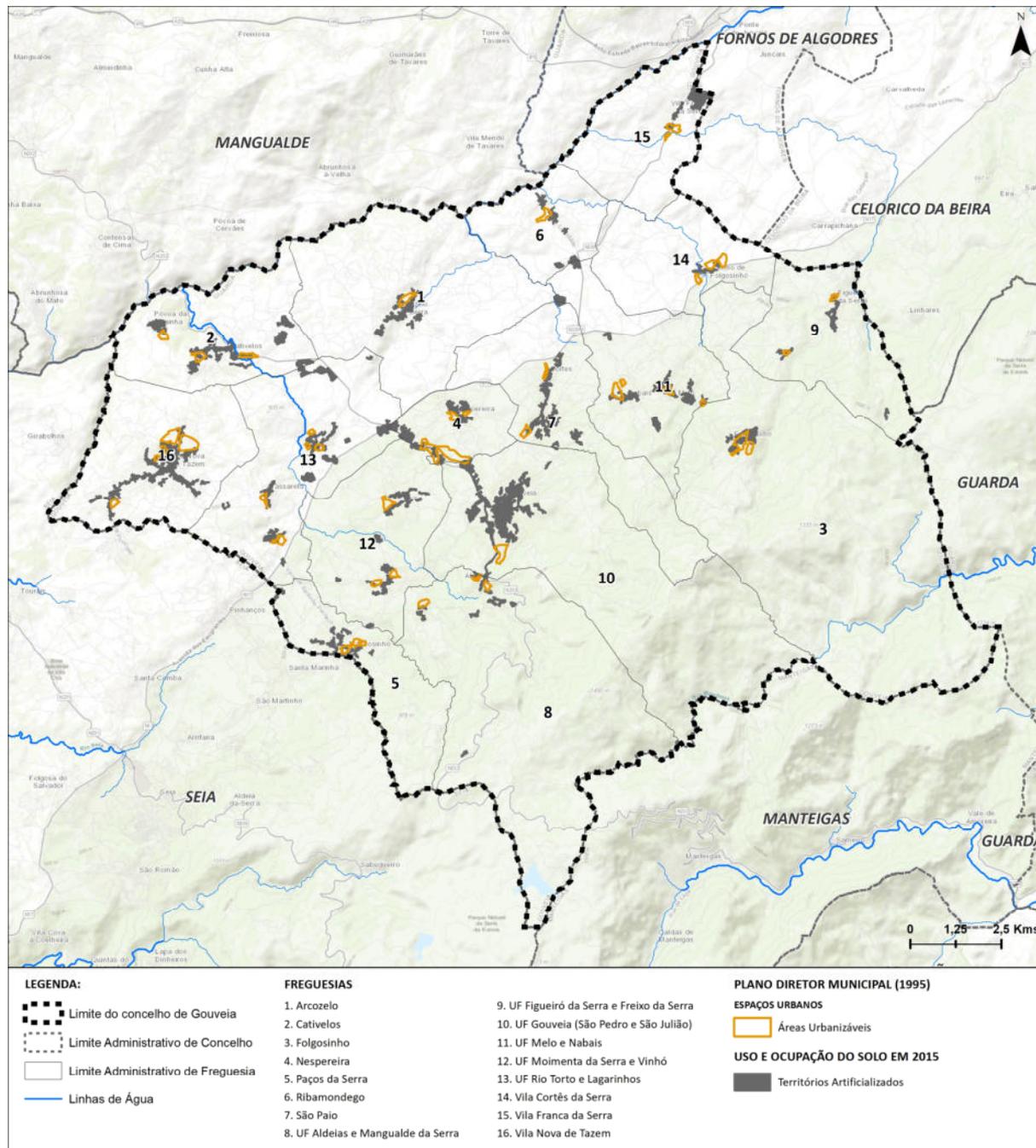


Figura 42. Áreas Urbanizáveis (PDM 1995) e Territórios Artificializados (COS 2015)
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2015; ESRI, 2020; PDMG, 1995)

Tabela 74. Ocupação das Áreas Urbanizáveis, por aglomerado urbano (2011)

(Fonte: DGT - COS 2015; PDMG, 1995)

AGLOMERADOS URBANOS		ÁREAS URBANIZÁVEIS (AU)				
		TOTAL		ÁREAS OCUPADAS		
		Hectares	%	Hectares	%	% AU
L01	Arcozelo	6,70	3,1	1,09	0,5	16,4
L02	Cativelos	9,82	4,5	4,04	1,9	41,1
L03	Dobreira	-	-	-	-	-
L04	Póvoa da Rainha	4,19	1,9	0,26	0,1	6,2
L05	Folgosinho	15,47	7,2	4,66	2,2	30,1
L06	Bairro de Santo António	1,26	0,6	0,01	0,0	0,9
L07	Coutinas	14,94	6,9	2,52	1,2	16,8
L08	Nespereira	4,29	2,0	0,27	0,1	6,4
L09	Paços da Serra	9,43	4,4	1,31	0,6	13,9
L10	Ribamondego	5,56	2,6	0,62	0,3	11,1
L11	São Paio	6,87	3,2	1,51	0,7	22,1
L12	Alrote	-	-	-	-	-
L13	Eiras	4,68	2,2	0,82	0,4	17,6
L14	Mangualde da Serra	4,31	2,0	0,36	0,2	8,3
L15	São Cosmado	-	-	-	-	-
L16	Figueiró da Serra	2,30	1,1	0,53	0,2	23,1
L17	Freixo da Serra	1,37	0,6	1,13	0,5	82,3
L18	Gouveia	10,39	4,8	1,22	0,6	11,8
L19	Melo	2,48	1,1	1,39	0,6	56,0
L20	Nabainhos	3,41	1,6	0,94	0,4	27,6
L21	Nabais	9,86	4,6	1,81	0,8	18,3
L22	Moimenta da Serra	6,19	2,9	0,66	0,3	10,6
L23	Vinhó	5,69	2,6	0,02	0,0	0,3
L24	Lagarinhos	4,96	2,3	1,27	0,6	25,5
L25	Novelães	-	-	-	-	-
L26	Passarela	0,80	0,4	0,52	0,2	64,6
L27	Rio Torto	6,13	2,8	1,91	0,9	31,1
L28	Vila Cortês da Serra	12,86	5,9	0,60	0,3	4,7
L29	Ponte Nova	-	-	-	-	-
L30	Vila Franca da Serra	6,54	3,0	1,91	0,9	29,1
L31	Tazem	3,34	1,5	0,58	0,3	17,4
L32	Vila Nova de Tazem	29,38	13,6	4,02	1,9	13,7
	<i>Residual</i>	23,07	10,7	3,22	1,5	13,9
CONCELHO		216,30		39,19	18,1	

Finalmente, em jeito de síntese, a Tabela 75 estabelece a articulação entre o modelo de ordenamento do PDM em vigor relativo aos Espaços Urbanos (Áreas Urbanas, Área Urbana com PU e Áreas Urbanizáveis) e a evolução da dinâmica urbanística da construção e edificação (indicador relativo ao número de edifícios licenciados entre 1995 e 2018) nas diversas freguesias/uniões de freguesias que constituem o concelho de Gouveia.

Em termos globais, a observação da Tabela 75 permite constatar que, tomando em consideração os valores relativos ao número de licenças emitidas no período 1995-2018, a dinâmica urbanística apresenta-se, de facto e conforme preconizado em 1995, mais relevante na UF de Gouveia (São Pedro e São Julião) e em Vila Nova de Tazem e bastante mais baixa em Vila Cortês da Serra e Vila Franca da Serra.

Por outro lado, a observação da Tabela 75 permite, igualmente, constatar que o peso das ampliações, alterações e reconstruções corresponde a cerca de um terço do total de edifícios licenciados no concelho (36,2%), pelo que se considera que as intervenções dizem respeito, na generalidade, a operações urbanísticas realizadas nas Áreas Urbanas identificadas no PDM de Gouveia. Deste modo, pressupõe-se que a maior proporção das construções ocorridas entre 1995 e 2018 (63,8%) terá ocorrido nas Áreas Urbanizáveis.

Tabela 75. Modelo de ordenamento do PDM em vigor (Espaços Urbanos) e dinâmica urbanística, por freguesia
(Fonte: INE; PDMG, 1995)

FREGUESIA	ESPAÇOS URBANOS		ÁREAS URBANAS		ÁREAS URBANAS COM PU		ÁREAS URBANIZÁVEIS		LICENCIAMENTOS 1995-2018					
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Construção Nova		Ampliações, alterações e reconstruções		TOTAL	
									n.º	%	n.º	%	n.º	%
Arcozelo	53,1	4,2	46,4	5,8	-	-	6,7	3,1	77	4,8	47	5,1	124	4,9
Cativelos	94,1	7,4	80,0	10,0	-	-	14,1	6,5	106	6,6	38	4,2	144	5,7
Folgosinho	40,2	3,2	24,2	3,0	-	-	16,0	7,4	52	3,2	95	10,4	147	5,8
Nespereira	81,1	6,4	37,5	4,7	-	-	31,5	14,6	118	7,3	54	5,9	172	6,8
Paços da Serra	40,9	3,2	31,5	3,9	-	-	9,4	4,4	89	5,5	33	3,6	122	4,8
Ribamondego	48,3	3,8	42,7	5,3	-	-	5,6	2,6	33	2,1	29	3,2	62	2,5
São Paio	78,7	6,2	71,8	8,9	-	-	6,9	3,2	72	4,5	36	3,9	108	4,3
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	46,5	3,7	37,5	4,7	-	-	9,0	4,2	72	4,5	51	5,6	123	4,9
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	25,2	2,0	21,5	2,7	-	-	3,7	1,7	48	3,0	38	4,2	86	3,4
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	277,5	21,8	50,2	6,2	216,3	100,0	11,0	5,1	261	16,2	129	14,1	390	15,5
UF de Melo e Nabais	79,5	6,3	56,5	7,0	-	-	15,8	7,3	123	7,6	68	7,4	191	7,6
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	83,9	6,6	64,3	8,0	-	-	16,3	7,5	131	8,1	80	8,8	211	8,4
UF de Rio Torto e Lagarinhos	93,3	7,3	67,3	8,4	-	-	14,0	6,5	109	6,8	80	8,8	189	7,5
Vila Cortês da Serra	31,6	2,5	18,8	2,3	-	-	12,9	5,9	34	2,1	18	2,0	52	2,1
Vila Franca da Serra	30,7	2,4	23,9	3,0	-	-	6,8	3,2	38	2,4	16	1,8	54	2,1
Vila Nova de Tazem	166,4	13,1	129,6	16,1	-	-	36,8	17,0	246	15,3	102	11,2	348	13,8
CONCELHO	1.271,0		803,8		216,3		216,3		1.609		914		2.523	

4.2.4. ESPAÇOS INDUSTRIAIS

A classe dos Espaços Industriais engloba, sobretudo, as Áreas Industriais identificadas na Planta de Ordenamento do PDM de Gouveia, correspondendo a cerca de 0,2% do território concelhio.

Os Espaços Industriais incluem, ainda, as Áreas para Indústria Extrativa, as quais não dizem respeito a intenções de salvaguarda do solo para este uso específico, pelo que surgem representadas apenas na Carta de Condicionantes do PDM.

ÁREAS INDUSTRIAIS

No PDM em vigor, as Áreas Industriais abrangem a designada “Zona Industrial de Gouveia”, localizada no eixo Gouveia - EN 17, bem como manchas de expansão que lhe são imediatamente contíguas ou próximas, perfazendo um total de 49,5 hectares.

Contudo, da globalidade das áreas qualificadas pelo PDM em vigor como industriais, somente 23,6% (11,7 hectares) apresentam efetiva ocupação industrial.

Refira-se, ainda, conforme é possível observar na Figura 43, a ocorrência da maioria das áreas identificadas na classe Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais da COS 2015 (83,8%, ou seja, 60,7 hectares) em solo não qualificado no PDM em vigor como Áreas Industriais, distribuindo-se de acordo com as classes de espaço identificadas na Tabela 76. Ressalva-se, no entanto, que esta situação poderá ocorrer como consequência deste nível da COS 2015 integrar, para além das áreas com efetiva ocupação industrial, áreas comerciais e de equipamentos. Sendo assim, embora a consideração deste nível da COS 2015 ofereça algumas limitações, trata-se, no entanto, da única forma de obter um retrato aproximado da ocupação industrial no concelho de Gouveia.

Tabela 76. Distribuição das áreas de Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais (COS 2015) no PDM em vigor
(Fonte: DGT - COS 2015; PDMG, 1995)

CLASSES DE ESPAÇO	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EQUIPAMENTOS GERAIS	
	Hectares	%
ESPAÇOS INDUSTRIAIS	11,7	16,2
ESPAÇOS URBANOS	24,0	33,1
ESPAÇOS RURAIS	36,7	50,7
Áreas Agrícolas	9,0	12,4
Áreas Agro-Silvo-Pastoris	18,2	25,1
Áreas Naturais	9,5	13,1
TOTAL	72,4	

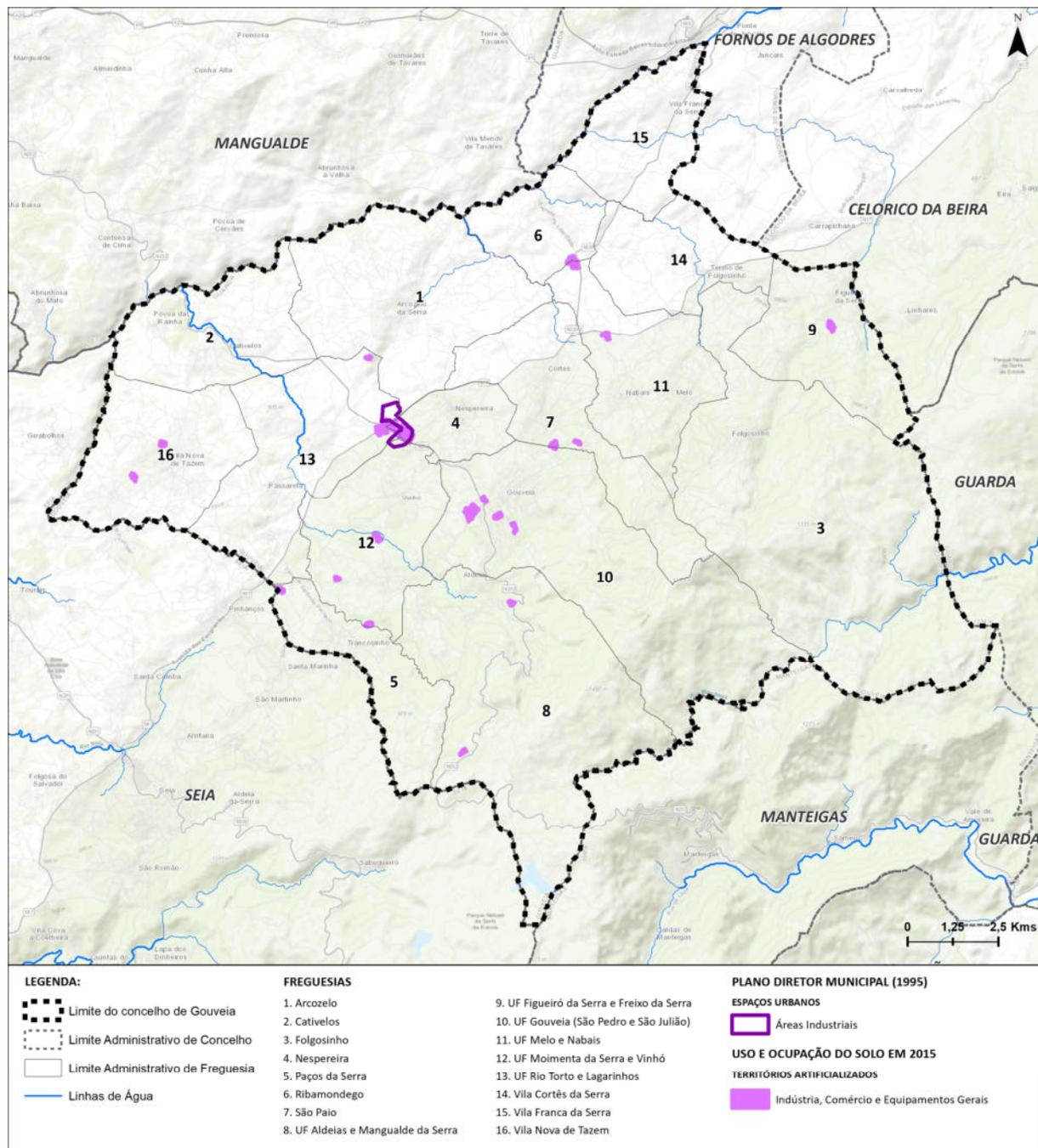


Figura 43. Áreas Industriais (PDM 1995) e Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais (COS 2015)
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGT - COS 2015; ESRI, 2020; PDMG, 1995)

ÁREAS PARA INDÚSTRIA EXTRATIVA

A representação das Áreas para Indústria Extrativa na Carta de Condicionantes do PDM em vigor constata somente a sua utilização através da definição dos limites das concessões mineiras legais e das pedreiras em laboração.

Conforme é possível observar na Figura 44, as áreas qualificadas no PDM em vigor como Áreas para Indústria Extrativa integram apenas 44,0% (26,8 hectares) das áreas onde ocorre, efetivamente, extração de inertes (COS 2015).

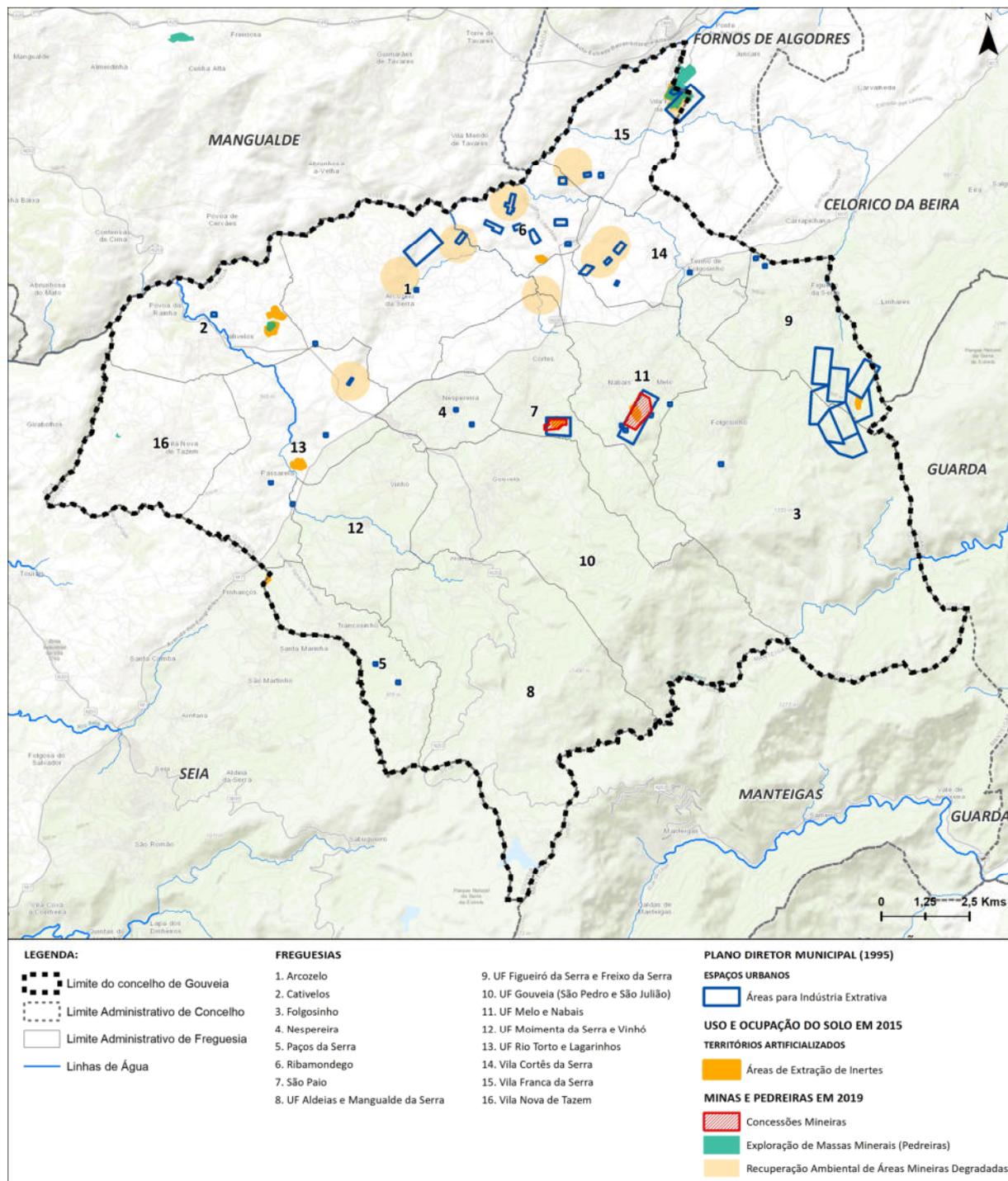


Figura 44. Áreas para Indústria Extrativa (PDM 1995) e Áreas de Extração de Inertes (COS 2015)
(Fontes cartográficas: APA, 2014; CAOP, 2018; DGEG, 2019; DGT - COS 2015; ESRI, 2020; PMDG, 1995)

De acordo com a informação disponibilizada pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), no concelho de Gouveia encontram-se, atualmente, atribuídas duas concessões mineiras para exploração de Quartzo (Qz) e Feldspato (Feld.), designadamente as constantes na Tabela 77.

Tabela 77. Concessões mineiras concedidas
(Fonte: DGEG, 2019)

LOCALIZAÇÃO	DENOMINAÇÃO	CONCESSIONÁRIA	SUBSTÂNCIA	ÁREA (hectares)
UF de Melo e Nabais	SANGAS-SAIBRO	José Aldeia Lagoa & Filhos, S.A.	Qz, Feld.	42,4
São Paio	SEIXINHOS	Felmica - Minerais Industriais, S.A.	Qz, Feld.	13,7
TOTAL				56,4

Ainda segundo a mesma fonte, no concelho de Gouveia existem oito áreas mineiras degradadas, a maioria das quais de exploração de Urânio (U), sendo que, até ao momento, apenas duas foram alvo de recuperação ambiental. Abrangendo uma área total de cerca de 764,4 hectares, são as constantes na Tabela 78.

Tabela 78. Áreas mineiras degradadas
(Fonte: DGEG, 2019)

LOCALIZAÇÃO	DENOMINAÇÃO	ESTADO DA RECUPERAÇÃO	SUBSTÂNCIA	ÁREA (hectares)
Arcozelo	CANTO DA LAGAR	Por realizar	U	98,0
Ribamondego	BARRÔCO I	Concluída	U	98,0
	VALE DA VIDEIRA	Por realizar	U	93,7
São Paio	TAPADA DO LOBO 2	Por realizar	Qz, Feld.	28,7
UF de Rio Torto e Lagarinhos	RIBEIRA	Por realizar	U	98,0
Vila Cortês da Serra	CASTELEJO	Por realizar	U	152,0
	FORMIGA	Por realizar	U	98,0
Vila Franca da Serra	VALE DO TAMRO	Concluída	U	98,0
TOTAL				764,4

Finalmente, correspondem a quatro unidades as pedreiras em laboração para exploração de granito no concelho de Gouveia, abrangendo cerca de 29,6 hectares do território (Tabela 79).

Tabela 79. Pedreiras em exploração

(Fonte: DGEG, 2019)

LOCALIZAÇÃO	DENOMINAÇÃO	TITULAR	SUBSTÂNCIA	ÁREA (hectares)
Catavelos	MONTE ALTO NE1	GRANBEIRA - Sociedade de Exploração e Comércio de Granitos, S.A.	Granito	4,8
Vila Franca da Serra	DONABOA	AGREPOR AGREGADOS - Extração de Inertes, S.A.	Granito	0,2
	ROTO-BOTE	SOGRAL - Sociedade de Granitos, Lda.	Granito	24,2
Vila Nova de Tazem	CARREIRA BRANCA	José de Jesus Martins	Granito	0,4
TOTAL				29,6

Em suma, importa salientar que grande parte das áreas identificadas no PDM em vigor como afetadas à indústria extrativa (concessões mineiras legais e pedreiras em laboração) encontram-se, atualmente, desativadas. Tal facto evidencia um acentuado decréscimo da atividade mineira no concelho de Gouveia, constando-se, atualmente, uma realidade bastante diferente da apontada em 1995.

4.2.5. ESPAÇOS RURAIS

O PDM em vigor define, no Regulamento e na sua Planta de Ordenamento, as seguintes categorias de solo rural: Áreas Agrícolas e Áreas Agro-Silvo-Pastoris (Figura 45).

A sobreposição destas áreas com as classes da COS 2015 relativas à ocupação agrícola e florestal permite, desde logo, concluir que 99,1% das Áreas Agrícolas definidas pelo PDM em vigor coincidem com Áreas Agrícolas classificadas pela COS 2015, havendo uma quase total concordância entre estas. Simultaneamente, 99,8% das áreas Agro-Silvo-Pastoris correspondem a Áreas Florestais delimitadas pela COS em 2015. Contudo, as Áreas Agrícolas e as Áreas Florestais delimitadas na COS 2015 são significativamente superiores às definidas pelo PDM (Tabela 80). Por um lado, esta circunstância significa que existe uma ocupação agrícola superior à preconizada. Por outro lado, a divergência de valores relativamente às Áreas Florestais pode justificar-se pela inclusão, na COS, de áreas distinguidas pelo PDM como Áreas Naturais.

Tabela 80. Áreas Agrícolas e Áreas Florestais definidas pelo PDM (1995) e pela COS (2015)

(Fontes: PDMG, 1995; DGT - COS, 2015)

PDM (1995)		COS (2015)	
Áreas Agrícolas	1.970,8 hectares	Áreas Agrícolas	7.098,5 hectares
Áreas Agro-Silvo-Pastoris	9.903,0 hectares	Áreas Florestais	22.191,6 hectares

No entanto, a sobreposição das categorias referidas da COS 2015 com as categorias Espaços Urbanos e Espaços Industriais definidas no PDM em vigor mostra que 8,3% das Áreas Agrícolas e 1,0% das Áreas Florestais do concelho se encontram em áreas anteriormente previstas para uma ocupação artificializada.

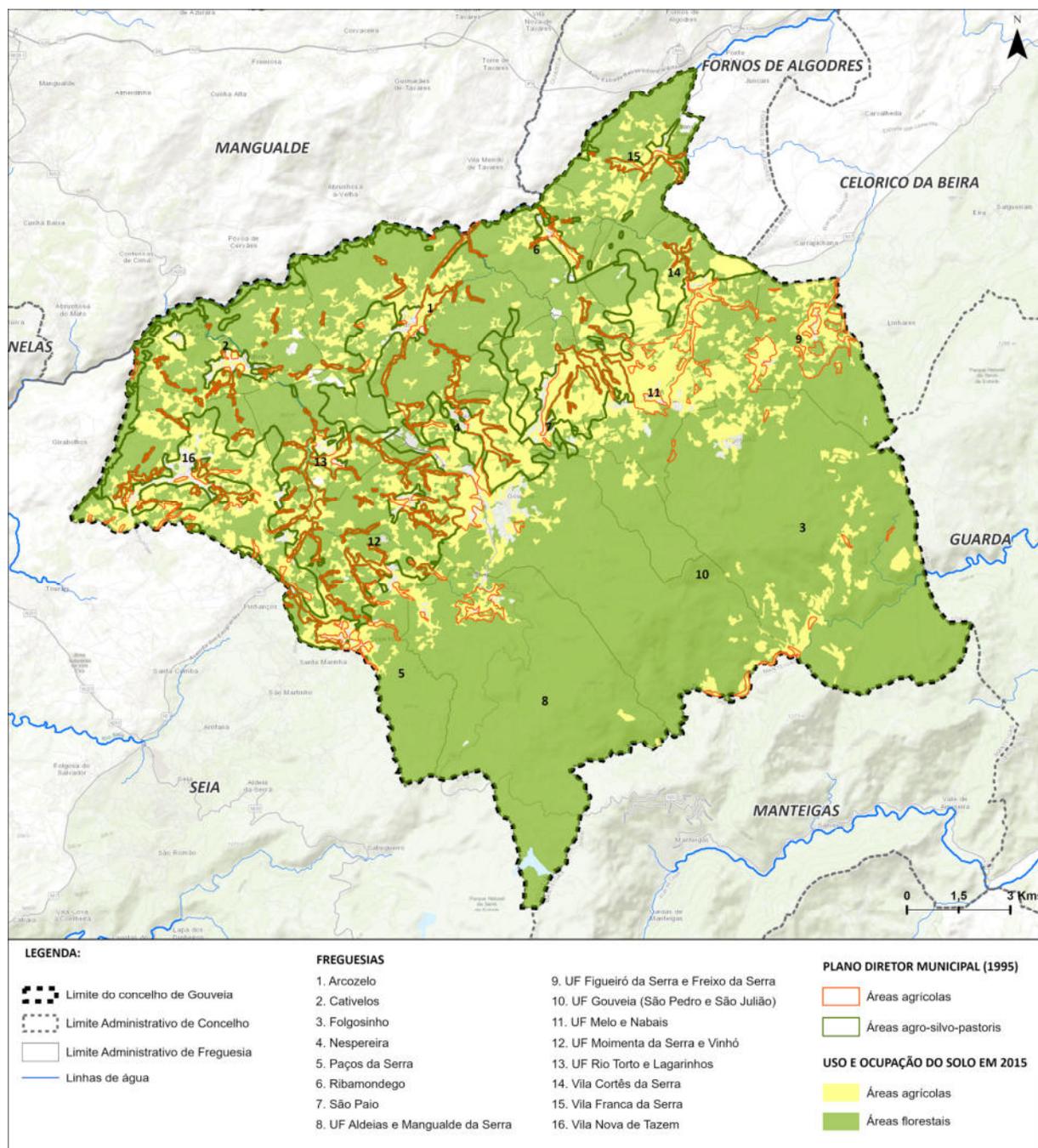


Figura 45. Áreas Agrícolas e Áreas Agro-Silvo-Pastoris (PDM 1995)
(Fonte dos dados: CMG, 1995. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Os dados relativos ao Recenseamento Agrícola disponibilizados pelo INE indicam que a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) do concelho de Gouveia aumentou, no período compreendido entre 1989 e 2009, de 5.449 hectares para 6.071 hectares, o que significa um acréscimo de cerca de 11,0% (Tabela 81).

Embora em algumas unidades territoriais infraconcelhias, como a freguesia de Cativelos e a UF de Rio Torto e Lagarinhos, se verifique um decréscimo significativo da SAU, noutros aglomerados nota-se uma variação positiva expressiva, com destaque para Vila Cortês da Serra (218,6%), UF de Melo e Nabais (194,9%) e Folgoso (157,9%).

Por outro lado, durante o mesmo período, verifica-se um decréscimo de cerca de 33,0% do número de explorações agrícolas no concelho. Essa evolução é apenas crescente na UF de Gouveia (São Pedro e São Julião), na UF de Moimenta da Serra e Vinhó, na UF de Melo e Nabais, bem como nas freguesias de Arcozelo e Vila Cortês da Serra.

Relativamente à ocupação do solo por culturas permanentes, o valor global para o concelho mantém-se praticamente constante entre os dois períodos em análise (variação de apenas 0,44%), pelo que não se verificam alterações significativas a esse nível.

Por fim, quando analisados os Territórios Artificializados delimitados pela COS 2015 e as Áreas Naturais definidas pelo PDM (1995), verifica-se que 54,6 hectares da ocupação artificializada encontra-se em áreas anteriormente definidas pelo PDM como Áreas Naturais. Como tal, cerca de 7,5% da área correspondente aos Territórios Artificializados do concelho insere-se em Áreas Naturais definidas pelo PDM.

Tabela 81. Dinâmica do setor agrícola em Gouveia
(Fonte: CMG, 1995; INE, 1989; INE, 2009)

FREGUESIA	PDM (1995)		SAU			EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS	SUPERFÍCIE OCUPADA POR CULTURAS PERMANENTES
	ÁREAS AGRÍCOLAS	ÁREAS AGRO-SILVO-PASTORIS	1989	2009	VARIAÇÃO 1989-2009	VARIAÇÃO 1989-2009	VARIAÇÃO 1989-2009
	Hectares	Hectares	Hectares	Hectares	%	%	%
Arcozelo	134,8	1.949,8	609	643	5,6	32,1	205,1
Cativelos	64,3	1.119,1	364	122	-66,5	-73,8	-37,8
Folgosinho	53,0	-	363	936	157,9	-20,8	161,8
Nespereira	70,1	267,5	214	201	-6,1	-23,2	16,1
Paços da Serra	103,8	146,5	184	146	-20,7	-26,8	-38,7
Ribamondego	31,0	654,7	99	118	19,2	-40,0	-8,7
São Paio	103,8	676,1	398	247	-37,9	-62,0	-40,7
UF de Aldeias e Mangualde da Serra	79,1	-	437	224	-48,7	-26,8	-45,3
UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	244,3	-	244	174	-28,7	-12,1	-5,5
UF de Gouveia (São Pedro e São Julião)	151,0	213,1	410	385	-6,1	10,0	66,3
UF de Melo e Nabais	337,9	404,0	255	752	194,9	7,4	74,2
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	185,0	1.005,6	374	502	34,2	3,7	-12,2
UF de Rio Torto e Lagarinhos	187,6	974,3	767	386	-49,7	-49,5	-31,1
Vila Cortês da Serra	52,1	701,1	97	309	218,6	19,5	96,8
Vila Franca da Serra	52,0	980,3	168	406	141,7	-32,1	15,8
Vila Nova de Tazem	121,2	811,2	466	520	11,6	-51,7	12,6
CONCELHO	1.970,8	9.903,0	5.449	6.071	11,4	-33,1	0,4

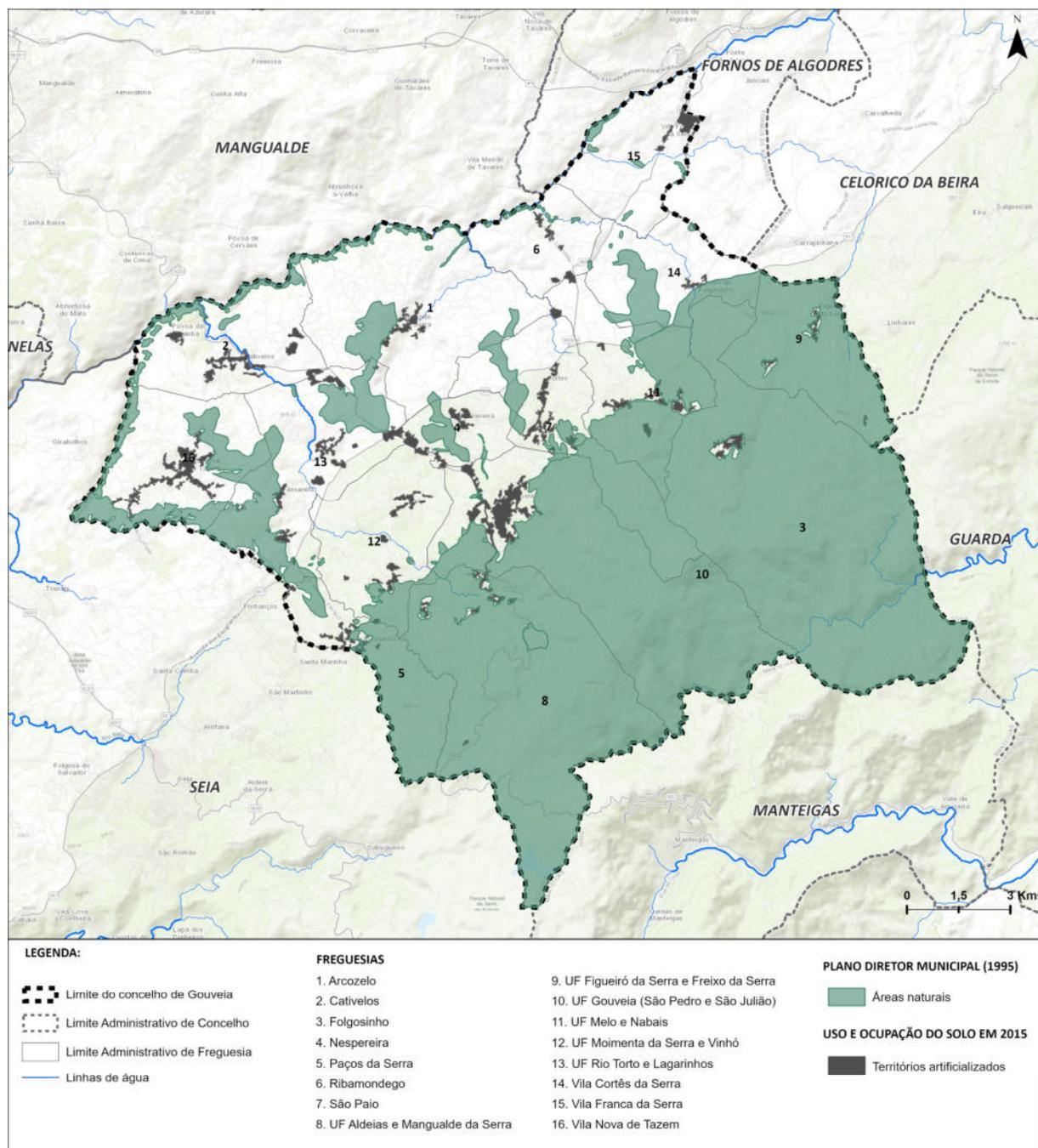


Figura 46. Áreas Naturais (PDM 1995) com ocupação artificializada (COS 2015)
(Fonte dos dados: CMG, 1995. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

4.3. ANÁLISE GLOBAL DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

No presente subcapítulo, procede-se à avaliação global da implementação do PDM em vigor, estruturada pelos objetivos que se consideram estratégicos definidos no Relatório do Plano. Pretende-se, de uma forma sintética, e tendo por base toda a informação compilada e descrita ao longo do presente documento, descrever de que forma cada um dos objetivos pré-estabelecidos foi, ou não, concretizado.

A Estratégia Geral preconizada pelo PDM assenta em Objetivos Genéricos que se encontram agregados por temáticas relacionadas com o Uso do Solo (Paisagem, Acessibilidade e Procura de Solo Urbano) e o Fomento Económico (Agricultura e Silvicultura, Indústria e Turismo). Estas temáticas já se encontram anteriormente identificadas e descritas, concretamente no ponto 2.1.2 *Estratégia* do subcapítulo 2.1 *Plano Diretor Municipal* do presente documento.

4.3.1. USO DO SOLO

Procede-se, de seguida, à avaliação da implementação dos objetivos estratégicos relacionados com o Uso do Solo, de acordo com as seguintes temáticas: Paisagem, Acessibilidade e Procura de Solo Urbano.

PAISAGEM

Valorizar as características paisagísticas do concelho respeitando o solo agrícola, as áreas naturais incluídas ou não no PNSE, os perímetros florestais, bem como o enquadramento paisagístico de conjuntos edificados com interesse do ponto de vista do património histórico cultural, quer em núcleos principais dentro de zonas urbanas, quer em situações isoladas rurais.

A análise realizada em capítulos anteriores mostra, através da comparação entre o preconizado pelo PDM, e o implementado no território concelhio, que as características paisagísticas do concelho têm sido consideradas e, em alguns domínios, nomeadamente no que se refere às Áreas Agrícolas e às Áreas Agro-Silvo-Pastoris, a superfície ocupada é superior à prevista.

Destacam-se, também, as várias operações de requalificação e reabilitação desenvolvidas pelo Município, detalhadas no Anexo I do presente documento, relativo aos investimentos municipais, que contribuem para a concretização do objetivo em causa.

Incentivar a revitalização do complexo florestal, atendendo à boa aptidão silvícola dos solos, nomeadamente na sua função de proteção dos recursos hídricos e defesa contra a erosão, em conjugação com o interesse de exploração industrial.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela define o regime de salvaguarda de recursos e valores naturais, assegurando a compatibilidade entre os sistemas e a utilização sustentável do território com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, a manutenção e a valorização da paisagem, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento económico das populações locais. Nesse sentido, há, de forma clara, uma preocupação de articulação destas áreas com as questões relativas ao uso do solo.

Evitar a dispersão incoerente da construção.

Embora, no concelho, a densidade do edificado seja bastante reduzida, com um predomínio do tecido urbano descontínuo, não se verifica um fenómeno expressivo de dispersão da construção.

Aproveitar os recursos hídricos e espaços de vocação natural nas suas componentes de desporto e lazer.

A inserção geográfica do concelho e o contexto natural do território, permitiram o desenvolvimento de atividades de desporto e lazer associadas a essas áreas. Destaca-se, sobretudo, a área subjacente à Barragem do Vale do Rossim e a praia fluvial contígua, integradas no Parque Natural da Serra da Estrela.

Para além das atividades de desporto e lazer que estas áreas potenciam, encontra-se, ainda, no mesmo local, um “Eco Resort”, que permitirá aumentar o potencial destas atividades do ponto de vista turístico, e aumentar a sua atratividade durante todo o ano.

Em suma, a valorização da paisagem, refletida nos objetivos definidos no PDM em vigor, tem sido concretizada no território, não só através da preservação dos Espaços Rurais identificados pelo PDM, como, também, pela potencialização de atividades de desporto e lazer. Contudo, essas atividades poderão ser ainda mais desenvolvidas.

ACESSIBILIDADE

Melhorar, genericamente, as condições de acessibilidade nos casos seguintes:

- *Gouveia, sede concelhia, polo principal de equipamentos e centro terciário, cadastrando os estrangulamentos, principalmente nas EN 330 e EN 330-1 (com projeto de beneficiação);*
- *Vila Nova de Tazem, por razões idênticas, por forma a que disponha das condições viárias exigíveis a um segundo polo administrativo e terciário;*
- *Aglomerados em condições de fraca acessibilidade à sede concelhia como sejam os da zona nascente do concelho entre Nabais e Figueiró da Serra, incluindo Folgoso, ou Mangualde da Serra (povoação quase isolada na encosta da Serra);*
- *Aglomerado de Paços da Serra, com necessidade de uma ligação viária de qualidade ao eixo principal (EN 17), por forma não apenas a servir a povoação como a dar continuidade “qualitativa” do eixo regional constituído pela EM 522.*

Nos últimos anos, o concelho de Gouveia beneficiou de um conjunto de intervenções de requalificação dos eixos viários, entre os quais na EN 330 — entre Gouveia e Nabais — e na EN 330-1. Para além disso, foram, também, implementadas novas vias de carácter local, entre as quais se destaca a Avenida João Paulo II, em Vila Nova de Tazem, e a Variante de São Pedro na sede do concelho, que permitiram solucionar alguns constrangimentos.

Do lado nascente do concelho, as intervenções de beneficiação da EM 555 vieram também permitir uma melhoria das condições de acesso entre Nabais e Figueiró da Serra. O acesso a Mangualde da Serra terá sido melhorado, graças às intervenções nas EM 522 (de ligação à EN 232) e na EM 522-1, entre Mangualde da Serra e Aldeias.

Garantir uma boa ligação entre os dois polos concelhios.

A ligação mais rápida entre os dois principais aglomerados do concelho — Gouveia e Vila Nova de Tazem — encontra-se assegurada pela EN 232 - EN 17 e pela Avenida do Lar. A análise dos investimentos municipais mostra que houve, nos últimos anos, uma clara preocupação de beneficiação destas vias, que terá impacto no acesso entre os dois polos.

Maximizar a capacidade de penetração no concelho, através dos eixos viários regionais principais, nomeadamente através das ligações ao IP5 – EN 232 (prioritária), EN 17 e EN 330.

Tal como referido anteriormente, a EN 232, que cruza o município no percurso entre Mangualde e Seia, foi objeto de duplicação, infraestruturização e beneficiação. Do mesmo modo, a EN 17 e a EN 330 também beneficiaram de intervenção nos últimos anos.

Relativamente às anteriores, destaca-se a intervenção realizada — EN 330 / Gouveia / Nabais / EN 17 — que permitiu uma melhoria do acesso entre os dois aglomerados, e entre estes e a EN17.

Assegurar um acesso à zona nascente despovoada do concelho (zona da Serra a nascente e sul de Folgoso), por forma a tirar partido de todo o potencial paisagístico-turístico bem patente nesta área. Possível ligação ao concelho da Guarda (Folgosinho - Videmonte) e estrada florestal de ligação ao concelho de Manteigas pelos “Casais” de Folgoso.

O município de Gouveia, tem vindo a investir também na rede de caminhos naturais, localizada do lado nascente do concelho. Neste âmbito, aponta-se o investimento realizado entre Gouveia (Curral do Negro) - Folgoso - Covão da Ponte (Anexo I).

Assegurar níveis aceitáveis de mobilidade intermunicipal.

O concelho de Gouveia, embora não tendo presente infraestrutura de hierarquia superior no seu território, beneficia da proximidade ao IP5/ A25, com acesso a partir do concelho vizinho de Fornos de Algodres.

Como tal, as intervenções na rede de estradas nacionais tornam-se essenciais, de forma a melhorar as condições de circulação intermunicipais e regionais. Os investimentos realizados pelo município nos últimos anos vão de encontro a esse objetivo.

Em termos globais, no que se refere às questões da acessibilidade, tem havido um esforço do município de concretização dos objetivos definidos, indo de encontro ao preconizado pelo PDM.

PROCURA DE SOLO URBANO

Promover a concentração da oferta de solo urbano ou urbanizável que responda às pressões da procura de habitação, de acordo com critérios definidos para a delimitação dos perímetros urbanos.

O solo urbanizável definido no PDM (1995) corresponde a áreas contíguas às Áreas Urbanas, sem ocupação urbana à data do plano, e preconizadas como zonas de expansão.

Assim, as Áreas Urbanizáveis delimitadas pelo PDM (1995) correspondem a 216,30 hectares, distribuídos pelo território concelhio, tal como se apresenta no subcapítulo 4.2, relativo à *Análise da Concretização do Modelo Territorial*. Contudo, apenas 18,1% dessa área — 39,19 hectares — encontra-se atualmente ocupado, pelo que o solo urbanizável definido pelo Plano deu resposta à procura existente.

Identificar os perímetros urbanos que constituem prioridade na localização de investimentos públicos, infraestruturas e, principalmente, equipamentos, potenciando a tendência de concentração da população nos aglomerados de hierarquização superior.

A análise realizada anteriormente mostra uma maior presença de tecido urbano (COS, 2015) na UF de Gouveia (São Pedro e São Julião) e na freguesia de Vila Nova de Tazem, correspondendo ambos aos aglomerados urbanos de hierarquização superior, quer em 1995, quer atualmente.

Simultaneamente, verifica-se um maior número e maior diversidade de equipamentos públicos de saúde e de ensino nessas freguesias. Como tal, pode considerar-se que terá sido potenciada a concentração da população nestas áreas.

Projetar perímetros urbanos com uma boa capacidade de acolhimento e níveis elevados de conforto, capazes de atrair intenções de investimento.

Os perímetros urbanos definidos pelo plano foram superiores à procura existente, o que se manifesta, pelo solo urbanizável ainda disponível.

Em termos globais, a procura de solo urbano no concelho de Gouveia foi inferior à delimitada pelo PDM (1995). Nesse sentido, destaca-se a grande representatividade de Áreas Urbanizáveis ainda disponíveis: 81,9%.

No que se refere à estrutura urbana, verifica-se a tendência de concentração populacional nos principais aglomerados, reforçada pela maior presença de equipamentos públicos nessas áreas.

4.3.2. FOMENTO ECONÓMICO

A análise da implementação dos objetivos estratégicos de índole económica está relacionada com as seguintes temáticas: Agricultura e Silvicultura, Indústria e Turismo.

AGRICULTURA E SILVICULTURA

Defender os recursos agrícolas e florestais através de:

- *Proteção das áreas vocacionadas para o desenvolvimento destas atividades;*
- *Controlo da construção nestas zonas por forma a salvaguardar os solos de maior potencial;*
- *Apoio à reflorestação das áreas ardidas com as espécies florestais autóctones.*

A análise da concretização do modelo territorial mostra que há uma coincidência quase total das Áreas Agrícolas e agro-Silvo-Pastoris identificadas pelo PDM (1995), com as respetivas áreas da COS (2015) – Áreas Agrícolas e Áreas Florestais. Deste modo, a salvaguarda dos solos de maior potencial terá sido assegurada.

No que se refere à reflorestação das áreas ardidas, do conjunto de ações promovidas pelo Município, destaca-se a iniciativa “Replantar Gouveia” após os incêndios florestais de 2017, os quais tiveram forte impacto no concelho. Na sequência do ocorrido, em 2018 foi promovida uma ação de reflorestação, envolvendo funcionários municipais, escolas, bombeiros e associações, destinada à plantação de espécies nativas, com o intuito de repor a mancha verde destruída.

Minimizar as diferenças de oportunidades para a família residente em meio rural, através da melhoria de acessibilidades, facilitando o acesso a bens e serviços básicos e aos equipamentos coletivos de ensino e saúde.

Entre 1995 (data de publicação do PDM) e 2020, verifica-se uma melhoria clara da cobertura territorial das infraestruturas urbanas, nomeadamente, no que se refere à rede de abastecimento de água e à rede de drenagem de águas residuais, que servem, atualmente, a totalidade da população residente.

Ao mesmo tempo, os investimentos realizados no âmbito da qualificação da rede viária e da rede de equipamentos públicos, favorecem a melhoria das condições de acessibilidade ao nível municipal, com impacto, também, nas áreas rurais.

Apoiar investimentos que apostem em produtos regionais que se imponham pela qualidade e diferença.

O projeto “Incentivo à produção de ovinos Serra da Estrela e caprinos do concelho de Gouveia”, promovido pelo Município, atribui incentivos à instalação de explorações

pecuárias de gado ovino e caprino no concelho, bem como aos criadores de explorações já existentes. Para além disso, atribui, ainda, apoios aos produtores de leite e queijarias da região (CMG). Torna-se, assim, efetivo o apoio do Município neste âmbito.

Em suma, os objetivos preconizados pelo PDM, no que se refere às temáticas da agricultura e silvicultura, têm sido concretizados, não só pelo que se configura relativamente às Áreas Agrícolas e Áreas Agro-Silvo-Pastoris, definidas pelo PDM e existentes, como, também, pelas diversas iniciativas desenvolvidas pelo Município de apoio a estes setores. Contudo, o forte impacto dos fogos florestais que ocorreram nos últimos anos justificam a implementação de novas medidas que promovam a reflorestação e a potencialização das áreas florestais.

INDÚSTRIA

Criar ações de apoio municipal, nomeadamente:

- *Oferta de solo industrial infraestruturado de baixo custo;*
- *Apoios diversos ao investimento, tendo como critério os postos de trabalho a criar por novas iniciativas;*
- *Criação de apoio informativo à atividade empresarial (porventura através da criação de um gabinete técnico de agentes de desenvolvimento).*

O PDM disponibiliza mais de 70 hectares de solo industrial e o Regulamento permite, ainda, uma flexibilização para localizações industriais (classes não poluentes) em espaços urbanos e rurais. No entanto, menos de um quarto daquelas áreas apresentam, atualmente, efetiva ocupação industrial.

O Município disponibiliza, nomeadamente com a implementação do projeto “Gouveia Empreende” diversos apoios à criação de emprego. Oferece, ainda, um conjunto de apoios à economia local e coloca à disposição das empresas, para além de espaços físicos para o desenvolvimento das atividades, apoio técnico prestado pelo Gabinete de Inserção Profissional (GIP).

Em termos globais, constata-se que, apesar do reforço da oferta de solo industrial em áreas com aptidão para o efeito e dos diversos apoios ao investimento disponibilizados pelo Município, a baixa taxa de ocupação daquelas áreas, aliada a uma conjuntura económica de recessão no setor, obstam uma implementação plena dos objetivos traçados.

TURISMO

Potenciar o enquadramento do turismo de habitação, turismo rural de qualidade, em harmonia com o meio ambiente (natural e construído), bem como dotar o concelho de Gouveia do apoio logístico (equipamentos coletivos) necessário à atividade turística. Aqui se enquadram a recuperação e valorização do património edificado como forma de obviar às necessidades crescentes do alojamento.

O PDM prevê o apoio e incentivo a investimentos turísticos privados. Esta intenção repercute-se na evolução positiva do número de empreendimentos turísticos presentes no concelho, mas, sobretudo, no aumento de alojamentos locais, principalmente moradias localizadas em ambiente rural, o que pressupõe a sua reabilitação e valorização no sentido de atender às exigências do mercado.

Simultaneamente, a construção do Posto de Turismo de Gouveia materializa a intenção de dotar o concelho do apoio logístico necessário à atividade turística. Por concretizar encontra-se a adaptação da Capela das Almas, em Melo, em posto de informação do património.

Reforçar as medidas genéricas de proteção do património natural e edificado e valorizar alguns núcleos edificados característicos (Melo, Folgoso, Freixo da Serra, Moimenta da Serra e Rio Torto). Salvar as zonas antigas dos núcleos urbanos através de programas de reabilitação urbana e elaboração de planos de pormenor.

Tendo como objetivo a salvaguarda de áreas urbanas degradadas com valor histórico e patrimonial, o Município de Gouveia procedeu, entre 2017 e 2018, à delimitação de 25 Áreas de Reabilitação Urbana. No entanto, não foram criados instrumentos que permitam a salvaguarda de alguns núcleos edificados de maior valor patrimonial, uma vez que nenhum dos planos de pormenor propostos para os núcleos antigos de Arcozelo da Serra, Folgoso, Melo, Moimenta da Serra, Nespereira, Paços da Serra, Rio Torto e Vinhó foi concretizado.

Por outro lado, apesar das intenções veiculadas pelo PDM (1995) em classificar seis dezenas de edifícios, o património classificado ou em vias de classificação presente no concelho permanece o mesmo (11 edifícios).

Incentivar a criação de unidades de comércio e serviços no espaço concelhio, contribuindo para uma melhor adequação da oferta ao que se admite poder vir a ser a procura.

O apoio a iniciativas de comércio e serviços concretizou-se com a implementação dos projetos “Gouveia StartUp” e “Gouveia Empreende”, nomeadamente através da disponibilização de um conjunto de ferramentas de apoio às atividades económicas, sobretudo daquelas que contribuem para a criação de emprego e diversificação do tecido económico do concelho.

Promover e divulgar a imagem do concelho através de ações diversas, nomeadamente:

- *Dinamização dos núcleos museológicos existentes e criação de novos;*
- *Criação de itinerários turísticos;*
- *Publicação de guias informativos;*
- *Apoio às tradicionais feiras, festas e romarias;*
- *Promoção da animação cultural e recreativa.*

O PDM prevê a promoção de atividades culturais e recreativas, nomeadamente feiras de artesanato, mostras de gastronomia, festas regionais, etc., bem como a reabilitação e dinamização de diversos espaços culturais e municipais.

A dinamização da Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira, do Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta e do Espaço João Abel Manta, bem como a construção de alguns equipamentos culturais, como sejam os centros culturais de Moimenta da Serra e Vila Nova de Tazem, constituem alguns exemplos da atividade municipal neste âmbito.

No entanto, por concretizar encontram-se os centros culturais previstos nas restantes freguesias do concelho, quer seja com aproveitamento de equipamentos já existentes, quer recorrendo à construção de novos edifícios para o efeito. Por concretizar encontra-se, ainda, o Museu Etnográfico de Gouveia.

Incentivar investimentos em equipamentos turísticos de qualidade, tomando como exemplos de ações a possível recuperação do convento de São Francisco (eventual pousada), e construção do complexo turístico com apoio de ténis e golf.

O PDM propõe, por razões arquitetónicas, históricas e culturais, a classificação do Convento de São Francisco como Imóvel de Interesse Público. No entanto, à semelhança de todos os outros imóveis propostos para classificação, este edifício não possui, atualmente, qualquer estatuto de proteção.

Os dados disponíveis não indicam a sua reabilitação e reconversão em pousada ou qualquer outro tipo de empreendimento turístico, pelo que se conclui que este objetivo não foi cumprido.

Apoiar a instalação de um centro hípico.

O PDM prevê o apoio ao investimento de empreendimentos de âmbito desportivo e recreativo, como seja a implantação e exploração de um centro hípico. Este apoio concretizou-se na execução de acessibilidades e respetivas infraestruturas, nomeadamente elétricas, ao Centro Hípico de Gouveia.

Concluir o Parque de Campismo do Vale do Rossim.

O Parque de Campismo do Vale do Rossim encontra-se, atualmente, convertido em Eco Resort, tendo o mesmo contado com o apoio municipal na execução da área de recreio envolvente, bem como na sua dinamização e funcionamento.

Em termos globais, apesar do PDM não assegurar, por si só, a concretização das ações propostas ao nível do turismo, muitas delas dependentes do investimento privado, a significativa evolução positiva nos anos mais recentes justifica uma avaliação globalmente positiva dos objetivos preconizados.

5. CONTEXTO LEGAL E ESTRATÉGICO

Tendo decorrido 25 anos após a publicação do PDM de Gouveia, no presente capítulo elencam-se as consideráveis alterações ocorridas tanto ao nível do quadro legal como do quadro estratégico.

5.1. QUADRO LEGAL

5.1.1. O REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL – DO DECRETO-LEI N.º 69/90 AO DECRETO-LEI N.º 80/2015

O Plano Diretor Municipal de Gouveia (PDMG), ratificado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/95, foi elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, o qual regulamentava, à altura, a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território. No tempo que decorreu desde a entrada em vigor do referido diploma legal, o contexto legal do ordenamento do território e urbanismo conheceu profundas alterações, quer ao nível da organização do sistema nacional de gestão territorial, quer ao nível do âmbito, conteúdo e procedimentos de elaboração, acompanhamento e aprovação dos planos municipais.

DECRETO-LEI N.º 69/90

O Decreto-Lei n.º 69/90 veio unificar a regulamentação dos planos municipais de ordenamento do território, designadamente, os planos diretores municipais, os planos de urbanização e os planos de pormenor, conferindo-lhes a natureza de regulamento administrativo, como tal vinculativos dos particulares e das entidades públicas. Ao abrigo desta legislação, a elaboração dos planos municipais era competência das câmaras municipais e a respetiva aprovação era responsabilidade das assembleias municipais. Previa-se, ainda, a obrigatoriedade de ratificação dos planos municipais pelo Governo, sendo que, no caso dos planos diretores municipais, esta ratificação era precedida de parecer favorável dos ministérios com tutela dos interesses específicos relevantes (agricultura, pescas, obras públicas, transportes, comunicações e turismo).

Genericamente, a elaboração dos planos municipais aprovados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 69/90 assentava nos seguintes princípios e objetivos:

- Aplicação das disposições legais e regulamentares vigentes e dos princípios gerais de disciplina urbanística e de ordenamento do território;

- Salvaguarda e valorização do património cultural;
- Articulação com planos, programas e projetos de âmbito municipal ou supramunicipal;
- Compatibilização da proteção e valorização das áreas agrícolas e florestais e do património natural e edificado;
- Participação das populações;
- Definição dos princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo;
- Compatibilização das diversas intervenções setoriais.

No que se refere ao acompanhamento institucional e participação pública nos processos de elaboração dos planos municipais, o referido diploma legal previa já, no caso dos planos diretores municipais, a constituição de uma comissão técnica constituída por diversas entidades públicas, que acompanhava e emitia parecer sobre a proposta de plano, assim como a realização de inquérito público para recolha de observações sobre as disposições do mesmo plano.

O conteúdo material do plano diretor municipal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 69/90, incluía *a estrutura espacial para o território do município, a classificação dos solos e os índices urbanísticos, tendo em conta os objetivos de desenvolvimento, a distribuição racional das atividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transportes e de comunicações e as infraestruturas.*

Nos seus artigos 10.º, 11.º e 12.º, o Decreto-Lei n.º 69/90 estabelecia o conteúdo documental dos planos diretores municipais, distinguindo os elementos fundamentais, dos elementos complementares e dos elementos anexos. De acordo com esse articulado, os planos diretores municipais eram obrigatoriamente constituídos pelos seguintes elementos: regulamento, planta de ordenamento e planta atualizada de condicionantes (elementos fundamentais); relatório, planta de enquadramento, programa de execução e plano de financiamento (de elaboração facultativa) (elementos complementares); os estudos de caracterização, os extratos de regulamento e de planta de síntese de plano mais abrangente e a planta da situação existente (elementos anexos).

No artigo 28.º, consagrava-se o princípio do uso dominante do solo enquanto critério base de regulamentação, estabelecendo-se as classes de espaços que deveriam estruturar o modelo territorial: espaços urbanos, espaços urbanizáveis, espaços industriais, espaços para indústrias extrativas, espaços agrícolas, espaços florestais, espaços culturais e naturais e espaços canais.

No que respeita aos procedimentos de dinâmica dos planos diretores municipais, o Decreto-Lei n.º 69/90 estabelecia a obrigatoriedade de revisão dos mesmos num prazo máximo de 10 anos a contar da sua entrada em vigor ou da sua última revisão.

O Decreto-Lei n.º 69/90 foi revogado com a entrada em vigor da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de agosto) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro). Esta alteração legislativa constituiu um marco para o ordenamento do território, sobretudo porque foi capaz e reunir num mesmo diploma os diferentes instrumentos de planeamento – planos municipais de ordenamento do território, planos regionais de ordenamento do território e planos especiais – até então dispersos por vários diplomas legais. A estes acrescentou outras tipologias de planos, introduzindo, dessa forma, um verdadeiro sistema de gestão territorial.

DECRETO-LEI N.º 80/2015

O Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU) (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), veio substituir o Decreto-Lei n.º 380/99 e sucessivas alterações, passando a ser o diploma legal que define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial. Ainda que o legislador tenha optado por revogar o anterior RJIGT, percebe-se que este é a base do novo diploma, mantendo-se, no essencial, a respetiva estrutura e grande parte dos artigos.

Resumidamente, pode-se considerar que, excetuando o regime jurídico do solo, os aspetos relacionados com o regime económico-financeiro dos programas e planos e a avaliação, o novo RJIGT não introduz alterações muito substanciais ao sistema de planeamento e gestão do território. No entanto, e no que se refere especificamente aos planos territoriais, verificam-se alterações de carácter particular que, potencialmente, poderão impactar de forma muito relevante o conteúdo dos mesmos planos: a) o disposto no artigo 3.º, no que respeita à obrigatoriedade de integração nos planos territoriais (mais especificamente nos planos diretores municipais) das normas dos programas territoriais (mais especificamente dos planos/programas especiais) que, em função da sua incidência territorial urbanística, condicionem a ocupação, uso e transformação do solo; b) a eliminação da qualificação operativa do solo urbano (solo urbanizado e solo urbanizável) e o estabelecimento de regras específicas para a classificação do solo.

Nos termos do novo RJIGT, os planos territoriais de âmbito municipal estabelecem, de acordo com as diretrizes estratégicas de âmbito regional e com as opções de desenvolvimento estratégico local, o regime de uso do solo e a respetiva execução. São três as tipologias de plano territorial de âmbito municipal – o plano diretor municipal (PDM), o plano de urbanização (PU) e o plano de pormenor (PP).

O PDM, de elaboração obrigatória e com uma área de intervenção correspondente à totalidade do território, tem por objeto a definição da estratégia de desenvolvimento territorial, o estabelecimento do modelo territorial municipal, o desenvolvimento das opções de localização e gestão de equipamentos de utilização coletiva e as relações de interdependência com os municípios vizinhos.

Nos termos do artigo 46.º da LBPPSOTU, os planos de âmbito intermunicipal e municipal, como é o caso do PDM, vinculam as entidades públicas e ainda, direta e imediatamente, os particulares. No quadro do sistema de gestão territorial, apenas os planos municipais e intermunicipais têm a potencialidade para produzir efeitos jurídicos relativamente aos particulares. Desta forma, as normas de instrumentos de gestão territorial não dotados de eficácia plurisubjectiva, como é o caso dos Programas Especiais e dos Programas Setoriais, apenas podem ser oponíveis aos privados se e quando recebidas, em termos materiais, nos planos municipais, como já se referiu atrás.

De acordo com artigo 95.º do novo RJGT, o PDM tem por base a classificação e qualificação do solo, associada a uma estratégia de desenvolvimento municipal, tornando-o no documento de referência para a elaboração de outros planos municipais, e para o desenvolvimento das intervenções setoriais da administração do Estado no território concelhio.

O artigo 96.º do RJGT detalha o conteúdo material do PDM, isto é, o âmbito das opções materiais que do mesmo devem constar, atenta a realidade territorial subjacente e não excluindo a consideração de outras questões que se revelem necessárias à definição da estratégia de desenvolvimento territorial e ao estabelecimento do modelo territorial municipal. Refira-se que o que a lei determina é apenas o âmbito das opções a tomar pelos municípios – as matérias relativamente às quais o plano deve tomar posição – e não já as concretas opções sobre as mesmas. Assim, o PDM deve integrar o seguinte conteúdo material mínimo:

- A caracterização (ou atualização) económica, social e biofísica do território, incluindo, entre outros, a identificação dos valores culturais, do sistema urbano e das redes de transporte e de equipamentos, os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de gás, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos;
- Os objetivos de desenvolvimento económico local;
- As medidas de intervenção municipal no mercado de solos;
- Os critérios de sustentabilidade, os meios disponíveis e as ações propostas relativos à proteção dos valores e dos recursos naturais, recursos hídricos, culturais, agrícolas e florestais;
- A identificação da estrutura ecológica municipal;

- A referenciação espacial dos usos e das atividades, através da definição das classes e das categorias de espaços;
- A definição de estratégias e dos critérios de localização e desenvolvimento das atividades industriais, turística, comerciais e de serviços;
- A identificação e a qualificação do solo rústico;
- A identificação e a delimitação das áreas urbanas, incluindo a definição do sistema urbano municipal;
- A definição de programas na área habitacional, das condições de promoção da regeneração e da reabilitação urbanas e das condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal;
- A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação;
- Os critérios para a definição das áreas de cedência e a definição das respetivas regras de gestão;
- Os critérios de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística, a concretizar nos planos previstos para as unidades operativas de planeamento e gestão;
- A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, dos indicadores e dos parâmetros de referência, urbanísticos ou de ordenamento, a estabelecer em plano de urbanização e em plano de pormenor, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;
- A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e a definição de unidades operativas de planeamento e gestão do plano;
- A identificação de condicionantes legais de carácter permanente;
- A identificação e a delimitação das áreas com vista à salvaguarda de informação arqueológica contida no solo e no subsolo;
- As condições de atuação sobre as áreas de reabilitação urbana, situações de emergência ou de exceção, bem como sobre as áreas degradadas em geral;
- A articulação do modelo de organização municipal do território com a disciplina consagrada nos demais planos municipais aplicáveis;
- A proteção e a salvaguarda de recursos e de valores naturais que condicionam a ocupação, uso e transformação do solo;
- O prazo de vigência, o sistema de monitorização e as condições de revisão.

Nos termos do artigo 97.º do RJIGT, o PDM é constituído por um Regulamento, que contém as regras relativas à ocupação, uso e transformação dos solos, devendo este ser lido articuladamente com uma Planta de Ordenamento e uma Planta de Condicionantes, onde se encontram devidamente identificadas e referenciadas as principais servidões e restrições de utilidade pública. É no Regulamento e na Planta de Ordenamento que o município traduz o essencial do modelo de ocupação territorial e as concretas determinações relativas à ocupação, uso e transformação do território, sendo

estes os documentos que desempenham, de forma mais imediata, as funções que são deferidas aos instrumentos de planeamento territorial.

O PDM é acompanhado por um Relatório – que integra, designadamente, os vários estudos e outros elementos que permitem fundamentar as opções do plano e que servem de importante auxiliar na interpretação das suas normas e na compreensão das opções constantes do plano – por um Programa de Execução e por um Plano de Financiamento, elementos estes orientados para a execução e operacionalização das opções constantes do plano.

Complementarmente, o PDM é, ainda, acompanhado pelos seguintes elementos: Planta de Enquadramento Regional; Planta da Situação Existente; Planta e Relatório com a indicação dos compromissos urbanísticos existentes; Mapa de Ruído; participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação; e ficha dos dados estatísticos.

O artigo 199.º do novo RJIGT estabelece que as regras relativas à classificação dos solos são aplicáveis nos termos do artigo 82.º da LBPPSOTU. Estabelece, ainda, que a definição dos critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo, de definição da atividade dominante, bem como das categorias relativas ao solo rústico e urbano, aplicáveis a todo o território nacional, decorre da aprovação de regulamento. A não inclusão destas novas regras de classificação e qualificação do solo nos planos municipais, no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor do mesmo RJIGT, determinará a suspensão das normas do plano que deveria ter sido alterado e, por conseguinte, a impossibilidade de prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

DECRETO REGULAMENTAR N.º 15/2015

O Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, consubstancia o instrumento regulamentar que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante. No artigo 5.º do referido diploma legal, estabelece-se que a classificação do solo traduz uma opção de planeamento territorial que determina o destino básico do solo, assentando na distinção fundamental entre a classe de solo rústico e a classe de solo urbano. No que se refere à classificação do solo urbano, e uma vez que aqui reside a grande alteração que este diploma impõe aos processos de elaboração/revisão dos planos territoriais, define-se que o solo urbano compreende: a) o solo total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano intermunicipal ou municipal à urbanização e à edificação; b) os solos urbanos afetos à estrutura ecológica necessários ao equilíbrio do sistema urbano.

No seu artigo 7.º, o Decreto Regulamentar n.º 15/2015 estabelece, ainda, os critérios que deverão ser observados, pelos municípios e respetivas equipas técnicas, na delimitação do solo urbano em sede de elaboração/revisão dos planos territoriais:

- Inserção no modelo de organização do sistema urbano municipal ou intermunicipal;
- Existência de aglomerados de edifícios, população e atividades geradoras de fluxos significativos de população, bens e informação;
- Existência de infraestruturas urbanas e de prestação dos serviços associados, compreendendo, no mínimo, os sistemas de transportes públicos, de abastecimento de água e saneamento, de distribuição de energia e de telecomunicações, ou garantia da sua provisão, no horizonte do plano territorial, mediante inscrição no respetivo programa de execução e as consequentes inscrições nos planos de atividades e nos orçamentos municipais;
- Garantia de acesso da população residente aos equipamentos de utilização coletiva que satisfaçam as suas necessidades coletivas fundamentais;
- Necessidade de garantir a coerência dos aglomerados urbanos existentes e a contenção da fragmentação territorial.

Em resumo, à luz da legislação atual, os PDM apresentam-se como instrumentos de matriz híbrida, simultaneamente estratégicos (quando estabelecem a estratégia de desenvolvimento territorial do município e, enquadradas por esta, as diversas estratégias setoriais de base territorial), regulamentares (no sentido em que lhes compete a especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência de uso do solo que, na ausência de planos mais concretos, serão aplicáveis de forma supletiva) e programáticos (ao estabelecerem a programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas). Considerando que do ponto de vista documental os PDM não conheceram grandes alterações, é sobretudo na dimensão estratégica e na dimensão programática que os atuais PDM se distanciam dos planos elaborados na vigência do Decreto-Lei n.º 69/90. O atual quadro legal confere um cada vez maior protagonismo a aspetos como o regime económico-financeiro, os instrumentos de programação, execução e perequação, os procedimentos de acompanhamento, avaliação e dinâmica e as formas de articulação e compatibilização com os outros programas e planos que integram o sistema de gestão territorial, numa lógica que entende o plano como um ato de execução permanente e continuada, que se prolonga no tempo, pressupondo a sua adaptabilidade e flexibilização em face dos próprios desenvolvimentos resultantes da sua execução.

5.1.2. OUTROS DIPLOMAS LEGAIS RELEVANTES PARA OS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO/REVISÃO DOS PDM

No espaço temporal entre a entrada em vigor do PDM de Gouveia e o momento presente, em que se formaliza o início do processo de revisão do mesmo plano, verificaram-se profundas alterações do ordenamento jurídico português em matéria de ordenamento do território, para além das consubstanciadas no RJIGT. Resumidamente, o caminho legislativo que se percorreu foi o de internalizar nos PDM um conjunto de preocupações e aspetos de ordem setorial, tendo em vista a sua ponderação no contexto da definição das estratégias de desenvolvimento municipal e dos respetivos modelos territoriais.

Os diversos diplomas e regimes jurídicos considerados relevantes para os processos de elaboração/revisão dos PDM podem ser divididos em três tipos, de acordo com a natureza das respetivas disposições legais e da sua relação com o conteúdo dos mesmos planos: diplomas legais que regulamentam aspetos específicos dos processos de elaboração/ revisão dos PDM; legislação de âmbito setorial que influencia o conteúdo dos PDM; legislação relativa a outras servidões e restrições de utilidade pública.

DIPLOMAS LEGAIS QUE REGULAMENTAM ASPETOS ESPECÍFICOS DOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO/REVISÃO DOS PDM

[DECRETO REGULAMENTAR N.º 15/2015, DE 19 DE AGOSTO](#)

Este diploma legal estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional (abordado no subcapítulo anterior).

[DECRETO REGULAMENTAR N.º 5/2019, DE 27 DE SETEMBRO](#)

Este diploma legal fixa os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo, designadamente os relativos aos indicadores e parâmetros, bem como os relativos à simbologia e à sistematização gráfica, a utilizar nos instrumentos de gestão territorial.

[PORTARIA N.º 277/2015, DE 10 DE SETEMBRO](#)

Este diploma legal regula a constituição, a composição e o funcionamento das comissões consultiva da elaboração e da revisão do Plano Diretor Intermunicipal (PDIM) e do Plano Diretor Municipal (PDM), nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015.

[DECRETO-LEI N.º 130/2019, DE 30 DE AGOSTO](#)

Este diploma legal altera e republica o Decreto-Lei n.º 193/95, de 28 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional, nomeadamente no que se refere à cartografia a utilizar nos programas e planos territoriais.

[REGULAMENTO N.º 142/2016](#)

Este regulamento estabelece as normas e especificações técnicas da cartografia topográfica e topográfica de imagem a utilizar na elaboração, alteração e revisão dos planos territoriais e na cartografia temática que daí resulte.

[PORTARIA N.º 216-B/2008, DE 3 DE MARÇO](#)

Este diploma legal define os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos de utilização coletiva.

[DECRETO-LEI N.º 232/2007, DE 15 DE JUNHO](#)

Este diploma legal estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente. De acordo com o presente decreto-lei estão sujeitos a avaliação ambiental, entre outros, os planos e programas para os setores do ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos. Decorre deste diploma a obrigatoriedade, para a entidade responsável pelo plano, de elaborar um relatório ambiental no qual identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do mesmo plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. O relatório ambiental, que consta do conteúdo documental do plano, é obrigatoriamente precedido de um documento contendo a determinação do âmbito da avaliação ambiental e do alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no mesmo relatório ambiental.

[DECRETO-LEI N.º 199/2015, DE 16 DE SETEMBRO](#)

Este diploma legal altera e republica o Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

A RAN é, nos termos do presente regime jurídico, uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objetivos da RAN nos vários tipos de terras e solos.

O regime jurídico da RAN define as diretrizes e critérios para a classificação das terras e dos solos a integrar na mesma RAN. Estabelece, ainda, as regras a observar na delimitação da RAN, tendo em conta que a mesma ocorre no âmbito da elaboração, alteração ou revisão dos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipal.

[DECRETO-LEI N.º 124/2019, DE 28 AGOSTO, E PORTARIA N.º 336/2019, DE 26 DE SETEMBRO](#)

O Decreto-Lei n.º 124/2019 altera e republica o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN).

Nos termos do referido decreto-lei, a REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que pela sensibilidade, função e valor ecológico ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. Do ponto de vista jurídico, constitui uma restrição de utilidade pública à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas integradas na REN.

O Decreto-Lei n.º 124/2019 estabelece, ainda, os procedimentos de elaboração, acompanhamento e aprovação da delimitação da REN a nível municipal, nomeadamente no que tem a ver com as entidades responsáveis e com a tramitação do processo de delimitação da REN em simultâneo com a formação dos planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal.

A Portaria n.º 336/2019 aprova a revisão das orientações estratégicas nacionais e regionais que compreendem as diretrizes e os critérios para a delimitação das áreas integradas na REN a nível municipal.

LEGISLAÇÃO DE ÂMBITO SETORIAL QUE INFLUENCIA O CONTEÚDO DOS PDM

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 45/2015, DE 7 DE JULHO](#)

Este diploma legal aprova a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP).

A Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP) assenta em áreas disciplinares que se devem complementar numa intervenção territorial equilibrada e harmoniosa, no quadro do ordenamento do território, do urbanismo e da conservação da natureza, capaz de garantir as funções ecológicas da paisagem e promover a qualidade ambiental, o património construído e a identidade dos lugares.

A PNAP tem como principal finalidade contribuir para:

- A melhoria da qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses;

- A prossecução do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento urbano sustentável;
- A proteção e valorização do património cultural e natural português;
- O incremento e disseminação de uma cultura cívica territorial;
- A competitividade da economia nacional e a afirmação do país e da cultura portuguesa na Europa e no mundo.

[LEI N.º 83/2019, DE 3 DE SETEMBRO](#)

A lei de bases da habitação estabelece as bases do direito à habitação e as incumbências e tarefas fundamentais do estado na efetiva garantia desse direito a todos os cidadãos, nos termos da Constituição.

Esta lei assenta no princípio geral de que o estado é o garante do direito à habitação. Para assegurar esse direito, incumbe ao estado programar e executar uma política de habitação integrada nos instrumentos de gestão territorial que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social.

A lei de bases da habitação introduz a figura de “Carta Municipal de Habitação”, que constitui o instrumento municipal de planeamento e ordenamento territorial em matéria de habitação, a articular, no quadro do Plano Diretor Municipal, com os restantes instrumentos de gestão do território e demais estratégias aprovadas ou previstas para o território municipal.

Ainda no que se refere ao lugar da habitação no contexto da política municipal de ordenamento do território, estabelece-se que os instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal devem incluir as medidas necessárias para o dimensionamento adequado das áreas de uso habitacional, bem como a proteção e valorização da habitação e do habitat.

[DECRETO-LEI N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO](#)

O presente decreto-lei aprova o Regulamento Geral do Ruído, que estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações.

De acordo com o referido regulamento, os planos municipais de ordenamento do território asseguram a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas. Neste domínio, é competência dos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas.

O Regulamento Geral do Ruído prevê, em sede de elaboração, alteração ou revisão de plano diretor municipal, a elaboração de mapas de ruído. A elaboração destes mapas de tem em conta a informação

acústica adequada, nomeadamente a obtida por técnicas de modelação apropriadas ou por recolha de dados acústicos realizada de acordo com técnicas de medição normalizadas.

[DECRETO-LEI N.º 49/2005, DE 24 DE FEVEREIRO](#)

Este diploma legal altera e republica o Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, que procede à revisão da transposição para o direito interno da Diretiva Aves e da Diretiva Habitats.

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica de âmbito europeu que compreende as áreas classificadas como Zona Especial de Conservação (ZEC) e as áreas classificadas como Zona de Proteção Especial (ZPE).

De acordo com o estabelecido no artigo 7º-C do referido diploma, os instrumentos das políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento devem manter e, se possível, desenvolver os elementos paisagísticos de importância fundamental para a fauna e a flora selvagens, tendo em vista a melhoria da coerência ecológica da Rede Natura 2000.

De forma mais específica, o Decreto-Lei n.º 49/2005 determina, no artigo 8.º, que os instrumentos de gestão territorial aplicáveis nas ZEC e nas ZPE devem garantir a conservação dos habitats e das populações das espécies em função dos quais as referidas zonas foram classificadas. Com esse fim em vista, na primeira revisão do PDM aplicável, deve avaliar-se a execução dos objetivos de conservação dos habitats e espécies e adaptar-se o plano em causa às medidas de conservação definidas através dos mecanismos previstos no artigo 7.º.

Por fim, interessa referir que o Decreto-Lei n.º 49/2005 define um conjunto de atos e atividades condicionadas (artigo 9.º) que deverão ser devidamente consideradas na definição do regime de uso, ocupação e transformação do solo em sede de plano territorial.

[LEI N.º 76/2017, DE 17 DE AGOSTO, E DECRETO-LEI N.º 55/2007, DE 12 DE MARÇO](#)

A Lei n.º 76/2017 altera e republica o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (SDFCI).

O SDFCI prevê o conjunto de medidas e ações de articulação institucional, de planeamento, e de intervenção relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, nas vertentes das compatibilização de instrumentos de ordenamento, de sensibilização, planeamento, conservação e ordenamento do território florestal, silvicultura, infraestruturização, vigilância, deteção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio e fiscalização.

A cartografia da rede de defesa da floresta contra incêndios e a cartografia de perigosidade de incêndio florestal, constantes dos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), devem, nos termos do presente diploma legal, ser incorporadas e regulamentadas nos respetivos planos municipais de ordenamento do território. Mais especificamente, estabelece-se no artigo 16.º que a cartografia de perigosidade de incêndio rural deve integrar a planta de condicionantes dos planos aplicáveis e que a classificação e qualificação do solo (planta de ordenamento) devem também considerar essa cartografia.

No mesmo artigo 16.º, estabelece-se um condicionalismo genérico à edificação que deverá ser devidamente ponderado em sede de elaboração ou revisão de plano municipal – fora das áreas edificadas consolidadas não é permitida a construção de novos edifícios nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural como de alta e muito alta perigosidade.

O Decreto-Lei n.º 55/2007 altera e republica o Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, que estabelece a proibição, pelo prazo de 10 anos, de várias ações nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, em áreas não classificadas como solos urbanos nos planos municipais de ordenamento do território.

[DECRETO-LEI N.º 21/2019, 30 DE JANEIRO](#)

O presente decreto-lei concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, estabelecendo, nomeadamente, as regras e orientações para a elaboração da carta educativa.

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.

Nos termos do artigo 14.º do referido diploma legal, 7 a carta educativa integra o plano diretor municipal respetivo.

LEGISLAÇÃO RELATIVA A OUTRAS SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

- Lei n.º 34/2015, de 27 de abril – Estatuto das Estradas da Rede Nacional
- Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – Lei da Água
- Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto – Regime Jurídico da Titularidade dos Recursos Hídricos
- Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio – Regime Jurídico de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e dos Lagos e Lagoas de Águas Públicas

- Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro – Perímetros de proteção para captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público
- Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março – Regime de aproveitamento das águas minerais naturais
- Lei n.º 54/2015, de 22 de junho – Bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional, incluindo os localizados no espaço marítimo nacional
- Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro – Aprova o Código Florestal
- Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho – Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade
- Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro – Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda
- Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro – Estabelece o regime especial das expropriações e constituição de servidões necessárias à realização de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais

5.2. QUADRO ESTRATÉGICO

No presente subcapítulo descreve-se a estratégica preconizada pelos Instrumentos de Gestão Territorial e por outros instrumentos de política de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano com incidência no concelho de Gouveia.

5.3.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

De acordo com a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU), o ordenamento do território *organiza-se num quadro de interação coordenada dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal, em função da natureza e da incidência territorial dos interesses públicos prosseguidos* (ponto 2 do artigo 38.º).

Desta forma, a elaboração de planos municipais deve, conforme previsto na alínea a) do artigo 75.º do RJIGT, traduzir o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica nacionais e regionais. Ainda de acordo com o mesmo Regime, a *elaboração de planos municipais obriga igualmente a identificar e a ponderar os programas, planos e projetos com incidência na área em causa, considerando tanto os existentes como aqueles que se encontram em preparação, de forma a assegurar as necessárias compatibilizações* (ponto 4 do artigo 76.º).

Assim, para os diversos âmbitos previstos no RJIGT, a política de ordenamento do território e de urbanismo no concelho de Gouveia concretiza-se através dos instrumentos legais discriminados na Tabela 82.

Tabela 82. Instrumentos de Gestão Territorial com incidência em Gouveia

ÂMBITO NACIONAL

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território | PNPOT

Alteração da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro; Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro

Plano Nacional da Água | PNA

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro

ÂMBITO SETORIAL

Plano Rodoviário Nacional | PRN 2000

Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto

Plano Setorial da Rede Natura 2000 (SIC PTCO0014 - Serra da Estrela) | PSRN 2000

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho

ÂMBITO REGIONAL

Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro | PROT – C

Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de março (determinação de elaboração)
Proposta de maio de 2011

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior | PROF – CI

Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 17/2019, de 12 de abril

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis | PGRH - RH4

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro (2.º ciclo de planeamento referente ao período 2016-2021)

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela | POPNSE

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro

ÂMBITO MUNICIPAL

Plano de Urbanização de Gouveia | PU de Gouveia

Aviso n.º 16107/2008, de 26 de maio, alterado pelo Aviso n.º 10051/2011, de 3 de maio

Procede-se, de seguida, à identificação das diretrizes e orientações estratégicas com incidência territorial que devem informar a revisão do PDM de Gouveia.

ÂMBITO NACIONAL

A política de ordenamento do território e de urbanismo no concelho de Gouveia concretiza-se através dos seguintes instrumentos de gestão territorial de **âmbito nacional**:

1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território | **PNPOT**
2. Plano Nacional da Água | **PNA**

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O PNPOT constitui-se como o instrumento de gestão territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional.

Seguindo os princípios da coesão territorial, considerando os problemas apontados pelo diagnóstico estratégico realizado, bem como a necessidade de gerir as tendências territoriais previsíveis

identificadas, o PNPOT identifica 5 Desafios Territoriais subdivididos em 15 opções estratégicas, dos quais 13 podem ser vertidos na elaboração do processo de revisão PDM de Gouveia, designadamente:

1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável

- 1.1 Valorizar o capital natural
- 1.2 Promover a eficiência do metabolismo regional e urbano
- 1.3 Aumentar a resiliência socioecológica

2. Promover um sistema urbano policêntrico

- 2.1 Reforçar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna
- 2.2 Promover a qualidade urbana

3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial

- 3.1 Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral;
- 3.2 Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica da globalização

4. Reforçar a conectividade interna e externa

- 4.1 Otimizar as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica
- 4.2 Reforçar e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade
- 4.3 Dinamizar as redes digitais

5. Promover a governança territorial

- 5.1 Reforçar a descentralização de competências e a cooperação intersectorial e multinível
- 5.2 Promover redes colaborativas de base territorial
- 5.3 Aumentar a Cultura Territorial

No âmbito do novo Programa de Ação para o horizonte 2030, o PNPOT enuncia 10 compromissos para o território que traduzem *as ideias fortes das apostas de política pública para a valorização do território*, com destaque para aqueles que concernem diretamente o reforço das abordagens integradas de base territorial:

- 1. Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades
- 2. Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica
- 3. Adaptar os territórios e gerar resiliência
- 4. Descarbonizar acelerando a transição energética e material
- 5. Remunerar os serviços prestados pelo capital natural
- 6. Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação
- 7. Incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território
- 8. Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade**

9. Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos

10. Reforçar a eficiência territorial nos IGT

O Programa de Ação 2030 do PNPOT identifica também as diretrizes de conteúdo para os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), nomeadamente os PDM, sublinhando a importância do papel que desempenham no sistema de gestão territorial e a *necessidade destes planos reafirmarem a sua dimensão estratégica e de focarem os conteúdos regulamentares*. Neste sentido, o PNPOT aponta para a *necessidade de um planeamento mais explícito e firme nos princípios e regras gerais de organização e de regime de uso do solo e de salvaguarda de riscos e mais adaptativo nas regras de gestão*, concentrando todas as disposições relativas à gestão do território, incluindo a articulação com os instrumentos de ordenamento florestal e de defesa da floresta e combate de incêndios.

O PNPOT incentiva, ainda, a adoção, pelos principais centros urbanos, de PU e PP com o objetivo de libertar os PDM de *conteúdos urbanísticos excessivos* e tornar *mais qualificada, eficiente e adaptativa a gestão urbanística*. Deste modo, as diretrizes de conteúdo que se adequam ao território de Gouveia preconizadas pelo PNPOT são, em síntese, as seguintes:

- Explicitar a **estratégia territorial municipal**, estabelecendo os princípios e os objetivos subjacentes ao modelo de desenvolvimento territorial preconizado, explicando a coerência do modelo com as orientações de ordenamento do território nacionais e regionais, bem como com as orientações específicas de natureza setorial e especial aplicáveis e identificando as inerentes opções de organização, classificação e qualificação do solo e de regulamentação e programação adotadas.
- Definir o **sistema urbano** e as áreas de localização empresarial tendo em conta a inserção das centralidades nas redes municipais e supramunicipais e considerando os sistemas de mobilidade e as adequadas condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico.
- Considerar a perspetiva da **eficiência energética nas opções de povoamento e de mobilidade**, classificando e qualificando o solo com base em pressupostos de eficiência energético-ambiental e descarbonização, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.
- Identificar carências e necessidades habitacionais e promover disponibilidades de habitação acessível em regime de arrendamento, através da reabilitação e regeneração urbana e de políticas específicas, considerando a **habitação como um fator determinante da atração de novos residentes**.
- Reforçar as dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista valorizar os recursos endógenos, **gerir compatibilidades de usos e gerar novas economias multifuncionais e novas relações urbano-rurais**, assentes na promoção das atividades agrícolas e florestais, na valorização dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente no que

se refere à água, solo e biodiversidade e nas atividades de turismo, lazer, recreação e cultura.

- Delimitar as **áreas de suscetibilidade a perigos e de risco**, tendo em consideração os cenários de alteração climática e definir as medidas de precaução, prevenção, adaptação e redução da exposição a riscos, incluindo a identificação de elementos expostos sensíveis a gerir e a realocar, considerando a análise de perigosidade e risco próprias e à escala adequada e as macro vulnerabilidades territoriais críticas apontadas pelo PNPT e desenvolvidas pelos PROT.
- Identificar medidas de **redução e minimização das vulnerabilidades da interface urbano-florestal e de prevenção do risco de incêndio**, através da identificação e definição de regras de gestão e segurança de aglomerados urbanos, de aglomerados rurais e de áreas de edificação dispersas, incluindo áreas de localização empresarial e unidades dispersas, identificando em cada situação tipo a sua articulação com os instrumentos de planeamento florestal e de prevenção e combate de incêndios.
- Desenvolver abordagens e integrar estratégias e diretrizes de sustentabilidade que garantam a **salvaguarda e valorização de recursos e valores naturais**, nomeadamente da água, solo e biodiversidade, a **criação de estruturas ecológicas e infraestruturas verdes**, a **conservação da natureza**, em particular em áreas classificadas e a **valorização dos serviços dos ecossistemas** e a **qualificação das unidades de paisagem**.
- **Travar a artificialização do solo**, adequar a extensão do solo urbano, promover a regeneração, reabilitação, reutilização e revitalização urbana, e restringir a nova edificação dispersa e isolada em solo rústico, subscrevendo como usos incompatíveis com a classificação do solo rústico novas instalações de atividades económicas não relacionadas com as utilizações próprias do solo rústico, e de empreendimentos turísticos, salvo nas formas e tipologias estabelecidas nos Programas Regionais, e as novas construções de habitação, fora do solo urbano, aglomerados rurais e das áreas de edificação dispersa, nesta últimas nos termos das orientações dos Programas Regionais e salvaguardando as vulnerabilidades aos perigos, nomeadamente de incêndio, cheia e inundação e deslizamento de vertentes.
- **Identificar os passivos ambientais e o solo urbano com usos obsoletos e ocupações desqualificadas** e definir estratégias e ações de incentivo à sua recuperação, reconversão e/ou reposição tendo em vista a sua incorporação nas cadeias de valor económico e social, nomeadamente através de mecanismos de compensação pela instalação de novos usos.
- Definir modelos de organização territorial e normativos de gestão que potenciem a descarbonização da economia e da sociedade, a mobilidade sustentável, a economia circular e de partilha e os consumos de proximidade.
- Identificar os territórios com potencial, aptidão e condições para a instalação de fontes de energias renováveis e para a exploração de recursos naturais e estabelecer os requisitos de conciliação de usos e de exploração, sem prejuízo da manutenção do seu entretanto aproveitamento agrícola, florestal ou outro, que não condicione uma opção futura.

- Considerar a **paisagem e a arquitetura como recursos com valor patrimonial, cultural, social e económico**, estabelecendo as bases para a gestão e qualificação da paisagem e a promoção de uma cultura territorial.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA

O PNA, definido no artigo 28.º da Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho) estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e as regras de orientação a aplicar pelos Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas (PGRH) e por outros instrumentos de planeamento das águas para o período 2016-2021. A revisão do PNA reflete, igualmente, as grandes linhas prospetivas para o período 2022-2027, que corresponde ao 3.º ciclo de planeamento da Diretiva-Quadro da Água.

Deste modo, revelando-se o PNA como um instrumento de carácter nacional e de natureza estratégica, pretende a prossecução de três objetivos fundamentais, designadamente:

- A proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e terrestres, bem como das zonas húmidas deles dependentes, no que diz respeito às suas necessidades de água;
- A promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a sua afetação aos vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- O aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

Estabelecendo este diploma o enquadramento para a gestão das águas, desenvolve, ainda, um programa de medidas que deve ser tido em consideração nos diversos âmbitos do sistema de gestão territorial (nacional, regional e municipal). Sendo assim, as medidas adotadas pelo PNA que concernem diretamente o âmbito municipal, adquirindo expressão territorial, são aquelas que visam:

- **A implementação de intervenções estruturais:**
 - Execução das ETAR urbanas em falta e aumento da adesão ao serviços;
 - Resolução dos passivos ambientais (aterros, unidades industriais desativadas, minas encerradas);
 - Intervenções de otimização e gestão eficiente de recursos hídricos em redes urbanas de águas;
 - Reabilitação de infraestruturas de rega e adoção de métodos de rega mais eficientes.
- **A proteção da biodiversidade e dos ecossistemas aquáticos e terrestres:**
 - Ações de sensibilização com vista ao aumento da utilização de redes públicas de água e saneamento.

- **O uso eficiente dos recursos e a elevação dos níveis de recuperação de custos dos serviços hídricos:**
 - Continuação e reforço na implementação de medidas visando a recuperação dos custos dos serviços urbanos de água;
 - Reabilitação das redes de água urbanas e de rega;
 - Controlo das afluências de origem pluvial aos sistemas de tratamento de águas residuais, designadamente através de soluções de controlo das águas pluviais na origem e na gestão adequada de redes de drenagem unitárias de águas residuais e de águas pluviais.

- **A redução de riscos:**
 - Elaboração dos planos de monitorização e planos de segurança de barragens para todas as grandes barragens que ainda não os têm;
 - Apresentação pelas entidades gestoras de planos de contingência e adaptação às alterações climáticas;
 - Adoção de soluções de gestão integrada territorialmente mais adequadas associadas à prestação de cada um dos serviços (abastecimento de água e águas residuais), de forma a otimizar custos tirando partido de economias de escala;
 - Adoção de soluções de gestão integrada dos sistemas de abastecimento público de água e de águas residuais urbanas, favorecendo economias de gama;
 - Adoção de soluções de gestão integrada de todo o processo produtivo associado a cada um destes serviços, favorecendo economias de processo através de um maior grau de integração “alta - baixa”.

ÂMBITO SETORIAL

A política de ordenamento do território e de urbanismo no concelho de Gouveia concretiza-se através dos seguintes instrumentos de gestão territorial de **âmbito setorial**:

1. Plano Rodoviário Nacional | **PRN 2000**
2. Plano Setorial da Rede Natura 2000 | **PSRN 2000**

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

Considerando a rede de vias de comunicação um dos elementos estruturantes de qualquer território, torna-se essencial incorporar as opções do PRN 2000 na definição das políticas e estratégias municipais com incidência territorial.

Com o intuito de corrigir algumas das assimetrias que se verificam no desenvolvimento socioeconómico do país, o PRN 2000, que define a rede rodoviária de Portugal Continental, entende

ser necessário aumentar a densidade da rede viária nas zonas fronteiriças, bem como promover o fecho de malhas viárias e melhorar a acessibilidade de alguns municípios.

O PRN 2000 preconiza, ainda, em articulação com os instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente o PDM, a melhoria qualitativa da rede rodoviária, com especial relevo para a defesa ambiental em meio urbano, para os dispositivos de combate à sinistralidade nos mais diversos planos e para os instrumentos de informação necessários à boa gestão e utilização das infraestruturas em causa.

A Figura 47 apresenta a hierarquia viária estruturante existente e prevista pelo PRN 2000 para o concelho de Gouveia.

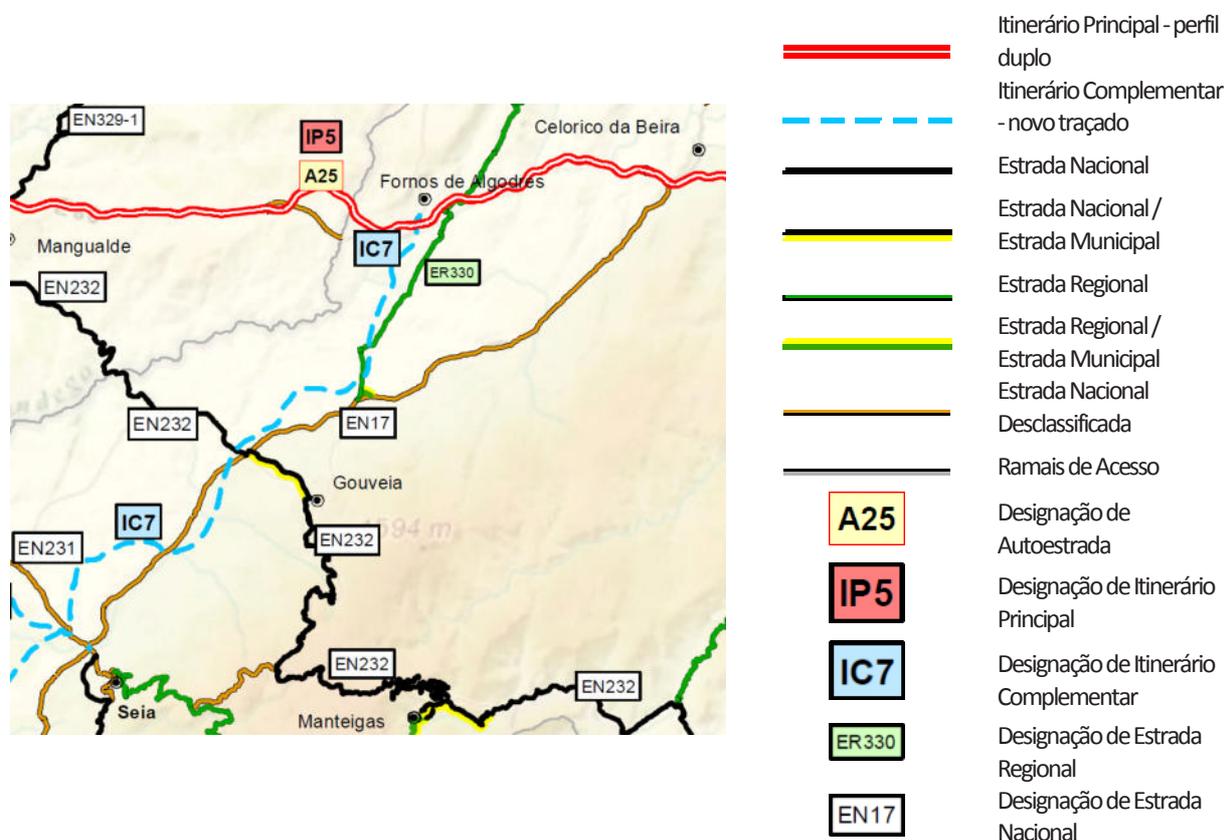


Figura 47. Rede rodoviária no concelho de Gouveia e área envolvente
(Fonte cartográfica: Extrato do PRN 2000, Infraestruturas de Portugal)

Sendo assim, de acordo com a classificação adotada pelo PRN 2000, os principais eixos viários que servem, direta ou indiretamente, o concelho de Gouveia são os seguintes:

▪ **Rede Nacional Fundamental**

IP 5 Aveiro - Vilar Formoso Aveiro - Viseu - Guarda - Vilar Formoso

▪ **Rede Nacional Complementar**

IC 7 Venda de Galizes - Celorico da Beira Venda de Galizes (IC 6) - Seia - Gouveia - Celorico da Beira (IP 5)

EN 17 Coimbra - Catraia dos Poços Coimbra (IC 2) - São Miguel - São Martinho - Catraia dos Poços (IC 6)

EN 232 Mangualde - Belmonte Mangualde (IC 12) - Gouveia – Manteigas – Belmonte

▪ **Estradas Regionais**

ER 330 Aguiar da Beira – Nabais Aguiar da Beira - Penaverde - Fornos - Nabais (IC 7)

[PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000](#)

Integrando o concelho de Gouveia uma parte considerável do SIC “Serra da Estrela”, importa considerar as orientações de gestão estabelecidas no PSRN 2000 passíveis de serem integradas nas políticas e estratégias municipais com incidência territorial, designadamente as seguintes:

- **Preservar as áreas mais significativas para a flora e os *habitats***, nomeadamente as áreas do planalto central, onde ocorrem as comunidades rupícolas, bem como os *habitats* típicos de altitude (caso dos cervunais, lagoachos, sistemas turfosos e arrelvados húmidos), devendo ser assegurada a perpetuação do mosaico;
- **Apoiar as atividades agro-pastoris tradicionais**, identificar as práticas mais adequadas à conservação dos valores naturais em causa e condicionar a realização de queimadas;
- **Manter a qualidade da água e a proteção das linhas de água**, conservar e recuperar a vegetação ribeirinha, impedir a artificialização de margens, condicionar regularizações, drenagens e captações de água e assegurar a manutenção do regime hídrico natural e das suas flutuações sazonais;
- **Ordenar a infraestruturação e o turismo**, sendo vital estabelecer e zonar as áreas adequadas a esta atividade económica, definindo capacidades de carga e disciplinando acessibilidades;
- **Orientar as ações de ordenamento e de gestão florestal para a recuperação das florestas climáticas** e para uma gradual substituição dos povoamentos florestais envelhecidos, constituídos por espécies exóticas, por arborizações com espécies autóctones;
- **Reforçar a prevenção contra incêndios;**
- **Condicionar a extração de inertes e controlar as espécies infestantes.**

ÂMBITO REGIONAL

A política de ordenamento do território e de urbanismo no concelho de Gouveia concretiza-se através dos seguintes instrumentos de gestão territorial de **âmbito regional**:

1. Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro | **PROT-C**
2. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior | **PROF-CI**
3. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis | **PGRH-RH4**
4. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela | **POPNSE**

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO CENTRO

Tendo como objetivo geoestratégico a afirmação da Região Centro como um território portador de um contributo ativo e autónomo para a estruturação e desenvolvimento sustentável do território continental, a proposta de PROT-C (maio de 2011) tem como uma das prioridades fundamentais a valorização do território numa ótica de pleno aproveitamento da forte diversidade de recursos naturais, culturais, gastronómicos, paisagísticos e patrimoniais.

Neste sentido, a proposta de PROT-C identifica um conjunto de objetivos estratégicos de programação, destacando-se, pela sua vertente estratégica com impacto territorial, os seguintes:

- **Promover o carácter policêntrico do sistema urbano**, consolidando os sistemas urbanos sub-regionais que estruturam a Região;
- **Reforçar o potencial estruturante dos grandes eixos de comunicação** de forma a estimular complementaridades entre centros urbanos, em particular nas áreas do interior, e assegurar as ligações intrarregionais relevantes para a coesão territorial;
- **Promover redes urbanas de proximidade** que potenciem dinâmicas de inovação e suportem novos polos regionais de competitividade, consolidando as dinâmicas dos clusters emergentes;
- **Promover a coesão**, nomeadamente dinamizando as pequenas aglomerações com protagonismo local ou supralocal e estruturando o povoamento das áreas de baixa densidade;
- **Aproveitar o potencial turístico**, dando projeção internacional ao património cultural, natural e paisagístico;
- **Mobilizar o potencial agropecuário** e valorizar os grandes empreendimentos hidroagrícolas da Região;
- Valorizar os recursos hídricos e recuperar a qualidade da água, concluindo os projetos integrados de despoluição;
- Assumir como prioridade estratégica a proteção, a valorização e a gestão sustentável dos recursos florestais;
- Explorar o potencial para a produção de energias renováveis;
- **Ordenar os territórios urbanos** e, em particular, qualificar as periferias das cidades e **revitalizar os centros históricos**;

- **Ordenar a paisagem**, salvaguardando as áreas agrícolas ou de valia ambiental da pressão do uso urbano/industrial e implementar estruturas ecológicas de âmbito regional e local;
- **Ordenar as Áreas Protegidas**, articulando níveis elevados de proteção de valores naturais com o uso sustentável dos recursos, com benefícios económicos e sociais para a população residente.

Decorrente dos objetivos estratégicos de programação defendidos para a Região Centro, a proposta de PROT-C advoga as seguintes medidas:

- **Viabilização da transição sustentada da Região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento**, nomeadamente através da:
 - promoção de políticas públicas de base territorial para aglomerações produtivas territorialmente confinadas (*clusters*) com algum dinamismo;
 - valorização do sistema urbano multipolar e dos ganhos de escala associados a uma complementaridade de funções.
- **Adoção de uma visão estratégica territorialmente diferenciada para o mundo rural**, nomeadamente através da:
 - viabilização de sistemas de ocupação e uso do solo visando a conservação das áreas com potencialidades produtivas, a conservação da natureza, biodiversidade e ordenamento do espaço rural;
 - fortalecimento e valorização das atividades e empreendimentos agroflorestais que se revelarem viáveis e competitivos, segundo uma lógica de atividade empresarial e não segundo critérios de potencialidade de uso do solo;
 - estruturação e disseminação de uma abordagem territorial e não setorial para o setor agroflorestal não competitivo, conduzindo a um novo modelo de políticas integradas de desenvolvimento.
- **Valorização de complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento pela procura**, nomeadamente assente no:
 - estabelecimento de quadros normativos e de intervenção de requalificação do património cultural, ambiental, urbanística, infraestrutural de recursos humanos e organizacional que potenciam a viabilização de complementaridades e sinergias entre recursos turísticos, segundo uma lógica de organização da oferta.
- **Valorização dos recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos de afirmação**, passando, entre outros fatores, por:
 - proteção, salvaguarda, valorização e fruição do património histórico-arqueológico e arquitetónico como fator de desenvolvimento e de garantia de originalidade, diferenciação e afirmação de identidade e memória;

- preservação e recuperação de elementos patrimoniais rurais e de paisagens culturais, como partes integrantes de estratégias de desenvolvimento rural e de afirmação de marcas território;
- valorização do património cultural histórico-arqueológico como elemento estruturante dos processos de regeneração urbana.
- **Valorização do potencial de energias renováveis da Região como fator de diferenciação competitiva** através da criação de condições normativas e de planeamento territorial pertinentes para que a Região Centro se afirme competitivamente em diversos domínios;
- **Organização e valorização do potencial para o policentrismo;**
- **Potenciação da biodiversidade e as suas mais valias ambientais**, no sentido de:
 - valorização da gestão sustentável do recurso ar, tendo em consideração os efeitos decorrentes das alterações climáticas;
 - promoção de condições de utilização sustentável dos recursos hídricos enquanto recursos com valor económico, social e ambiental;
 - valorização das condições de usos sustentável do solo, assegurando todas as suas funções e serviços vitais para o Homem e ecossistemas;
 - promoção da gestão multifuncional dos espaços florestais;
 - valorização da integração da diversidade, qualidade e singularidade das paisagens e do património histórico e cultural.
- **Implementação de políticas de prevenção e mitigação de riscos**, nomeadamente através de:
 - reforço da análise e interpretação, numa lógica de prevenção e mitigação, promovendo a resiliência das populações e territórios, devendo o seu diagnóstico e representação ser feitos às escalas municipais e intermunicipais;
 - consideração estratégica nas opções de qualificação ambiental, na definição dos fluxos urbanos, no suporte da inovação e na definição e na hierarquização da rede de acessibilidades;
 - consideração das condições de ondas de calor associadas a outros riscos sumativos, como sejam as secas e os incêndios, nomeadamente os florestais, os quais exigem o desenvolvimento de sistemas eficazes de prevenção e alerta, a salvaguarda e exploração de recursos hídricos subterrâneos e políticas de ordenamento e gestão florestal;
 - incorporação de medidas de prevenção e mitigação na qualificação de áreas protegidas e de conservação da natureza;
 - limitação nos fluxos e dinâmicas nacionais e transnacionais nos domínios da circulação rodoviária e ferroviária, na exploração e distribuição energética, na captação e abastecimento de recursos hídricos;

- condicionamento das opções de desenvolvimento e espacialização dos setores industriais e infraestruturização energética e de acessibilidades;
 - condicionamento dos setores produtivos (turismo, por exemplo) nos modelos de desenvolvimento rural e de proteção da floresta e dos espaços naturais, devendo refletir a magnitude e severidade dos índices de perigosidade natural;
 - implementação de estratégias de remediação e monitorização em áreas mineiras abandonadas ou degradadas;
 - diversificação e adequação das estratégias de uso e transformação do território;
 - oposição à macrocefalia urbana através de políticas de ordenamento do território que potenciem estruturas polinucleadas, melhorando os níveis da prevenção e mitigação dada a efetiva desconcentração espacial;
 - articulação entre os objetivos e instrumentos de ordenamento do território e as políticas de prevenção e redução dos riscos às diversas escalas territoriais.
- **Implementação de uma estratégia para os territórios de baixa densidade** assente num misto de opções de implicam a:
 - territorialização de uma nova família de políticas públicas destinadas a estes territórios, com maior integração de intervenções e promovendo a garantia de um conjunto mínimo de serviços públicos sem a qual não é possível garantir um quantum mínimo de atração de pessoas e atividades;
 - aposta em estratégias de cooperação inter e supramunicipal no desenho de soluções em matéria de programação/planeamento de serviços públicos, com novos padrões de acessibilidade a esses serviços;
 - priorização de atividades com maior capacidade de injeção de rendimento local e criação de novos empregos.

A proposta de PROT-C estabelece, ainda, um conjunto de normas orientadoras (gerais e específicas), destacando-se, no âmbito da revisão do PDM de Gouveia, as seguintes **Normas Específicas de Base Territorial**:

- Desenvolvimento de padrões de povoamento e regulação territorial tendo em conta a **contenção dos perímetros urbanos**, conducente à economia de solo urbanizável;
- Estreitamento da **inter-relação entre a infraestrutura e a edificação**, a colmatação e a gestão morfológica de setores urbanos, o que implica a definição de traçados das vias de suporte à edificação e o recurso a mecanismos que promovam a reabilitação do edificado e a **ocupação dos vazios urbanos**, a qualificação do sistema de espaços coletivos e a requalificação de estradas/ruas;
- Reforço das condensações de atividades e emprego através das polaridades urbanas e periurbanas, de modo a **estruturar o território urbanizado com nódulos que se constituem como pontos de referência**, contribuindo ainda para o reforço da identidade local;

- Em termos de mobilidade, **potenciação de redes e nós e intermodalidade**, devendo ser promovida a importância da rede viária, dos transportes e da intermodalidade como suportes da mobilidade e da imagem urbana;
- Em matéria de estrutura ecológica municipal, unidades de paisagem e áreas de reabilitação, **valorização das componentes ecológicas, ambientais e paisagísticas** através da sua relação sistémica, considerando a necessidade de coerência transversal entre municípios contíguos;
- Em matéria de povoamento, aproximação da oferta às procura no desenvolvimento urbano, **consagrando a habitação como uso dominante** na cidade existente e em expansão, recorrendo a políticas urbanas e de alojamento que tenham especial atenção às procura de menores rendimentos;
- Para os centros urbanos regionais e os centros urbanos estruturantes que apresentem territórios com características complexas, **elaboração de Planos de Urbanização** quando tal se mostre necessário para estruturar a malha urbana e suportar a gestão urbanística;
- Classificação e qualificação do solo de acordo com os critérios estabelecidos na legislação em vigor;
- Na edificabilidade em solo rural, **regulação pelos princípios da contenção da edificação isolada**, contrariando a dispersão, orientando a edificação para áreas estruturadas para esse fim, designadamente para os aglomerados rurais e as áreas de edificação dispersa;
- **Identificação dos objetivos de desenvolvimento turístico**, estabelecimento das opções estratégicas e definição do modelo territorial turístico municipal, de acordo com as orientações e os critérios de ordenamento dos empreendimentos turísticos definidos no PROT-C;
- **Identificação das áreas de potencial arqueológico**, de acordo com as orientações estipuladas pelo PROT-C.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO CENTRO INTERIOR

Consagrando uma floresta orientada para a economia verde e para o aumento do valor natural, o PROF-CI prossegue os seguintes objetivos estratégicos:

- Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- Especialização do território;
- Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
- Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
- Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

Visando a concretização de uma nova orientação estratégica para o ordenamento florestal, o PROF-CI delimita sub-regiões homogéneas, para as quais estabelece objetivos comuns, destacando-se, no âmbito da revisão do PDM de Gouveia, os seguintes:

- Reduzir o número médio de ignições e de área ardida;
- Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos;
- Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados;
- Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas;
- Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas;
- Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas;
- Promover a gestão florestal ativa e profissional;
- Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
- Diminuir a perigosidade de incêndio florestal;
- Contribuir para a conservação do solo e da água em geral;
- Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas;
- Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta;
- Promover sistemas de exploração florestal articulados com o ordenamento cinegético e silvo pastoril;
- Promover o aproveitamento de outros recursos silvestres, no quadro dos sistemas de exploração florestal.

Para cada sub-região homogénea, o PROF-CI define modelos de organização territorial que assentam em normas que condicionam a ocupação, o uso e a transformação do solo nos espaços florestais que devem, obrigatoriamente, ser integradas nos PDM.

O concelho de Gouveia compreende três sub-regiões homogéneas definidas no PROF-CI: Alto Mondego, Estrela e Torre.

Na sub-região homogénea **Alto Mondego** visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: produção; proteção; silvo pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

Na sub-região homogénea **Estrela** visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; recreio e valorização da paisagem; silvo pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

Na sub-região homogénea **Estrela** visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; recreio e valorização da paisagem; silvo pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

Na sub-região homogénea **Torre** visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais: conservação de *habitats*, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos; proteção; silvo pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO VOUGA, MONDEGO E LIS

A Lei da Água transpõe a Diretiva-Quadro da Água (DQA) n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, que estabelece os objetivos ambientais para a proteção das águas superficiais interiores, de transição, costeiras e subterrâneas, através da aplicação de programas de medidas especificados nos Planos de Gestão das Regiões Hidrográficas (PGRH). Estes planos constituem-se como instrumentos de planeamento dos recursos hídricos e visam a gestão, proteção e valorização ambiental, social e económica das águas ao nível das bacias hidrográficas integradas numa determinada região hidrográfica.

Enquadrando-se o concelho de Gouveia na Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4), encontram-se definidos os seguintes objetivos estratégicos:

- Adequar a Administração Pública na gestão da água;
- Atingir e manter o Bom Estado/Potencial das massas de água;
- Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;
- Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;
- Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;
- Promover a sustentabilidade económica da gestão da água;
- Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água;
- Assegurar a compatibilização da política da água com as políticas setoriais.

O PGRH-RH4 apresenta, ainda, um programa de medidas que inclui medidas de base, suplementares e adicionais adaptadas às características da região hidrográfica e ao impacto da atividade humana no estado das massas de água. Com âmbitos diferenciados (regional ou específico), as medidas propostas organizam-se em eixos que definem ações, técnica e economicamente viáveis, designadamente os seguintes:

- Eixo 1 - Redução ou eliminação de cargas poluentes;
- Eixo 2 - Promoção da sustentabilidade das captações de água;
- Eixo 3 - Minimização de alterações hidromorfológicas;
- Eixo 4 - Controlo de espécies exóticas e pragas;
- Eixo 5 - Minimização de riscos;
- Eixo 6 - Recuperação de custos dos serviços da água;
- Eixo 7 - Aumento do conhecimento;
- Eixo 8 - Promoção da sensibilização;
- Eixo 9 - Adequação do quadro normativo

PLANO DE ORDENAMENTO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA

Conforme referido anteriormente, 65% da área do concelho de Gouveia encontra-se inserida no PNSE. Criado pelo Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho, o PNSE constitui-se como uma região onde subsistem refúgios de vida animal e formações vegetais endémicas de importância nacional detentores de inegável valor paisagístico e cultural. A primeira publicação do Plano de Ordenamento do PNSE (POPNSE) data de 1990 (Portaria n.º 583/90, de 25 de julho) e a revisão de 2009 (RCM n.º 83/2009, de 9 de setembro).

Tendo sido produzido de acordo com os princípios definidos no Decreto regulamentar n.º 50/97, de 20 de novembro, o POPNSE em vigor estabelece o regime de salvaguarda de recursos e valores naturais, assegurando a compatibilidade entre os sistemas e a utilização sustentável do território com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade, a manutenção e a valorização da paisagem, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento económico das populações locais. Neste sentido, visa os seguintes objetivos específicos (ponto 3 do artigo 2.º do Regulamento — RCM n.º 83/2009, de 9 de setembro):

- **Promover a conservação dos valores naturais**, desenvolvendo ações tendentes à recuperação dos habitats e das espécies da flora e fauna indígenas, em particular os valores naturais de interesse comunitário, nos termos da legislação em vigor;
- **Promover o desenvolvimento rural**, levando a efeito ações de promoção e valorização das atividades económicas tradicionais compatíveis com a salvaguarda dos valores naturais;
- **Assegurar a salvaguarda do património cultural** da região em complementaridade com a conservação da natureza e da biodiversidade;
- **Promover a educação ambiental**, a divulgação e o reconhecimento dos valores naturais e culturais, sensibilizando os agentes económicos e sociais e as populações residentes na região para a necessidade da sua proteção;
- **Promover e divulgar o turismo de natureza**, sem que daí advenham riscos para a conservação dos valores naturais e paisagísticos.

Organizando e regulamentando os usos do solo, o POPNSE identifica quatro tipologias de áreas sujeitas a regime de proteção, para as quais estabelece o âmbito, objetivos e disposições específicas. São as seguintes:

- **Áreas de proteção parcial do tipo I:** compreendem os espaços onde predominam sistemas e valores naturais de interesse excepcional, incluindo formações geológicas e paisagens pouco humanizadas e que apresentam, no seu conjunto, um carácter de elevada sensibilidade ecológica.

- **Áreas de proteção parcial do tipo II:** compreendem os espaços que contêm valores naturais e paisagísticos de interesse relevante ou, tratando-se de valores excepcionais, que apresentam uma sensibilidade ecológica moderada.
- **Áreas de proteção parcial do tipo III:** compreendem os espaços que contêm valores naturais e paisagísticos de interesse relevante, que apresentam moderada sensibilidade ecológica e que dependem dos sistemas culturais tradicionais.
- **Áreas de proteção complementar:** compreendem os espaços humanizados onde predominam áreas rurais com valores paisagísticos e culturais relevantes, de moderada sensibilidade ecológica, cuja manutenção pressupõe a intervenção humana e onde as ações de gestão devem promover o equilíbrio entre os objetivos de conservação da natureza e do desenvolvimento social e económico local.

Em sobreposição, o POPNSE identifica, ainda, áreas de intervenção específica que compreendem espaços e sítios de interesse natural relevante que requerem a tomada de ações especiais de salvaguarda ou valorização. As áreas de intervenção específica integram as seguintes três tipologias:

- Áreas de conservação da natureza e da biodiversidade (sem incidência no concelho de Gouveia);
- Áreas prioritárias de valorização ambiental (com incidência no concelho de Gouveia);
- Área de intervenção específica da Torre (sem incidência no concelho de Gouveia).

São duas as áreas prioritárias de valorização ambiental que se encontram dentro dos limites administrativos do concelho de Gouveia, dividindo-se nas correspondentes tipologias:

- **Albufeira do Vale do Rossim** | Área de proteção e valorização dos recursos hídricos
- **Termas de Gouveia** | Área com aptidão termal

Relativamente às áreas não abrangidas por regimes de proteção, trata-se daquelas que coincidem com os perímetros urbanos definidos pelos respetivos municípios, com os aglomerados rurais identificados na Planta de Síntese do POPNSE, às quais são aplicáveis os parâmetros de edificabilidade definidos nos PMOT, nomeadamente no PDM. São 13 os aglomerados rurais do concelho de Gouveia que se encontram abrangidos pelo POPNSE, designadamente os seguintes: Aldeias, Figueiró da Serra, Folgosinho, Freixo da Serra, Gouveia (São Julião), Gouveia (São Pedro), Mangualde da Serra, Melo, Moimenta da Serra, Nabais, Paços da Serra, São Paio, Vila Cortês da Serra.

A Figura 48 apresenta a Planta de Síntese do POPNSE com a distribuição geográfica das áreas sujeitas e não sujeitas a regime de proteção no concelho de Gouveia e área envolvente.

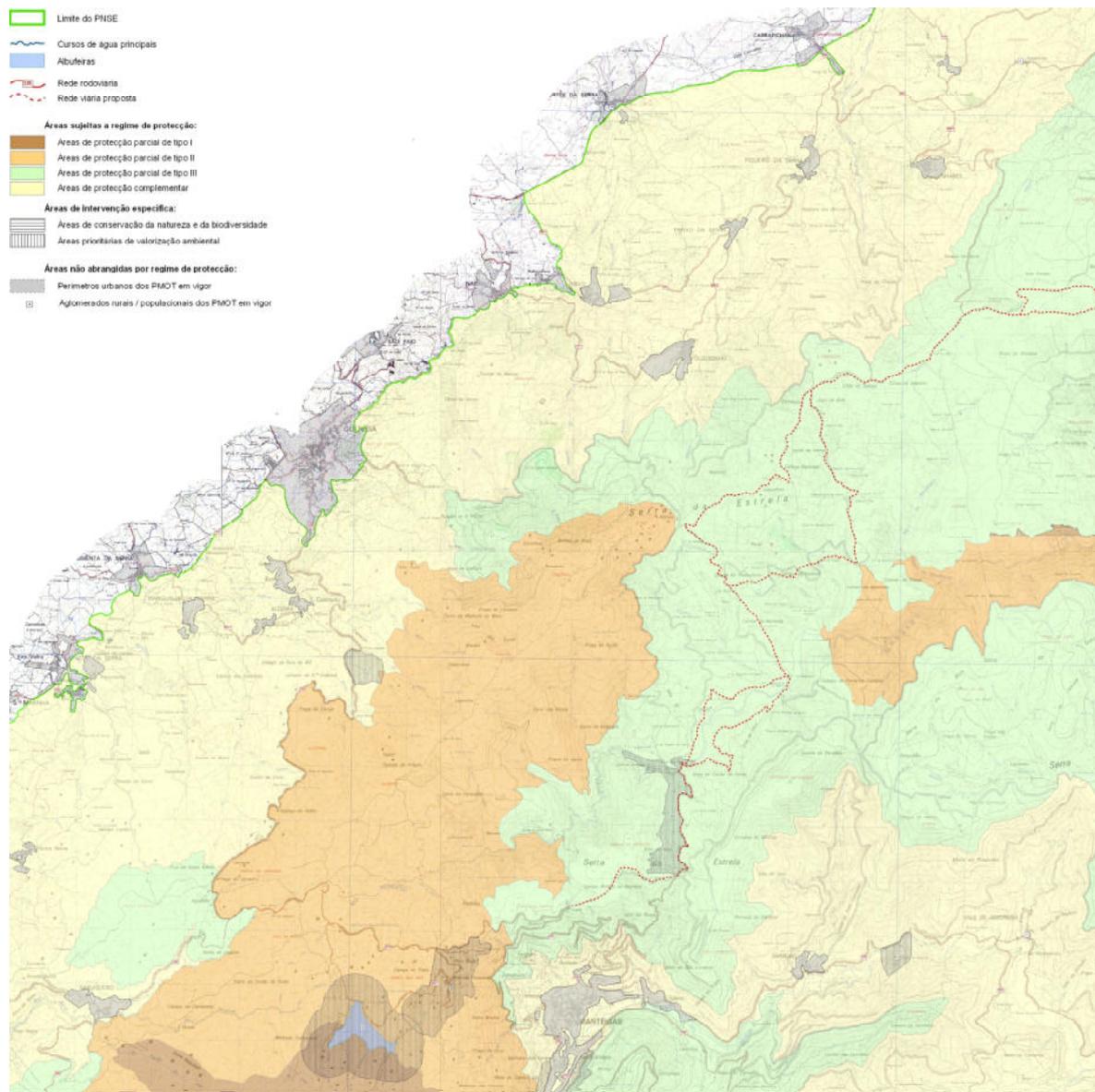


Figura 48. Excerto da Planta de Síntese do POPNSE: concelho de Gouveia e área envolvente
(Fonte cartográfica: Extrato do POPNSE, 2009)

Projetado para o horizonte temporal 2007-2013, o programa de execução do POPNSE assenta em três áreas de atuação, nas quais encontram-se envolvidos e são chamados a intervir, entre outras entidades, os municípios e as respetivas freguesias.

Deste modo, o município de Gouveia, bem como as diversas freguesias integradas no PNSE surgem envolvidos, enquanto intervenientes diretos ou parceiros, num conjunto de medidas e ações tendentes à prossecução dos objetivos gerais e específicos expressos na Tabela 83.

Tabela 83. Objetivos gerais e específicos do Programa de Execução do POPNSE com incidência no concelho de Gouveia
(Fonte: POPNSE, 2009)

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
GESTÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL	
Conservação de habitats, da fauna e da flora	Conservação dos <i>habitats</i> naturais e seminaturais
	Conservação da flora endémica, protegida ou rara
	Conservação da flora selvagem
Conservação e valorização dos recursos naturais	Conservação e valorização dos recursos hídricos
	Recuperação de áreas ardidadas
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Valorização dos recursos e promoção das atividades tradicionais e dos produtos regionais naturais	Desenvolvimento de atividades agro-silvo-pastoris tradicionais
	Ordenamento da atividade cinegética
	Desenvolvimento da apicultura
	Desenvolvimento da produção micológica
	Desenvolvimento da cultura de plantas tradicionais
	Divulgação dos produtos regionais
Desenvolvimento do turismo de natureza	Requalificação das Casas de Natureza: Centro de acolhimento de Folgoso (obras e equipamento)
	Melhoria da qualidade da informação
	Ordenamento das atividades de desporto e natureza
Ordenamento e valorização das Áreas Prioritárias de Valorização Ambiental	Ordenamento e valorização da Albufeira do Vale do Rossim :
	Acompanhamento da elaboração de um Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas que inclua o parque de campismo, o bar e o apoio à utilização recreativa da albufeira
INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Desenvolvimento da informação, comunicação e educação ambiental	Melhoria da qualidade da informação e comunicação
	Promoção da Educação Ambiental

Nota: * Data prevista de execução: 2007. Custo estimado: 15.000 €. Prioridade: 2.

** data prevista de execução: 2007-2010. Custo estimado: 10.000 €. Prioridade: 1.

A análise da Tabela 83 permite concluir que, de um modo geral, os objetivos definidos pelo POPNSE relacionam-se, sobretudo, com a gestão do património natural numa perspetiva conservacionista, com a promoção do desenvolvimento sustentável no sentido da valorização dos recursos existentes e das atividades tradicionais locais e, por fim, com a informação, comunicação e educação ambiental no âmbito da divulgação turística da região.

De destacar que, até ao momento, apesar de atribuída a prioridade 1 no Programa de Execução do POPNSE, ainda não foi concretizada a elaboração do Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas do Vale do Rossim, albufeira classificada pela APA como de Utilização Protegida, enquadrando-se no conjunto das albufeiras *onde a conservação dos valores naturais determina a sua sujeição a um regime de proteção mais elevado, designadamente as que se encontram inseridas em áreas classificadas.*

A construção do Centro de Acolhimento de Folgosinho, ação prevista para 2007 à qual foi atribuída a prioridade 2, não foi igualmente concretizada. No entanto, no final de 2018, foi assinado um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Gouveia e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) que prevê a implementação do projeto Rede Ambiental em áreas abrangidas pelo PNSE e pelo Perímetro Florestal da Serra da Estrela - Núcleo de Gouveia, visando a criação do Centro de Educação Ambiental de Folgosinho (CEAF), bem como a *reabilitação e dinamização da Casa das Sementes e da Casa Florestal dos Astrónomos, enquanto centro interpretativo da fauna e da flora do rio Mondego*, encarando-se estes três projetos como *as bases fundamentais de apoio para ações de educação ambiental e para dar a conhecer a região aos visitantes* (Diário de Notícias, 26 de setembro de 2018).

Finalmente, tratando-se o POPNSE de um Plano Especial de Ordenamento do Território (PEOT), os PMOT devem conformar-se com as suas disposições, afigurando-se, por isso, imprescindível a sua consideração.

Assim, de acordo com o artigo 78.º da LBGPPSOTU (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), as normas relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais, bem como ao uso, ocupação e transformação do solo, diretamente vinculativas dos particulares, devem ser obrigatoriamente integradas nos PMOT no prazo de três anos a contar da sua entrada em vigor.

Neste sentido, datando o PDM em vigor no concelho de Gouveia de 1995, salienta-se a necessidade de, no processo da sua revisão, proceder à internalização, atualização e transposição das disposições constantes na versão revista do POPNSE.

ÂMBITO MUNICIPAL

A política de ordenamento do território e de urbanismo no concelho de Gouveia concretiza-se através do seguinte instrumento de gestão territorial de **âmbito municipal**:

1. Plano de Urbanização de Gouveia | **PU de Gouveia**

PLANO DE URBANIZAÇÃO DE GOUVEIA

O PU de Gouveia, instrumento de planeamento municipal que concretiza as disposições constantes no PDM para o aglomerado urbano constituído pelo núcleo de Gouveia, definido pelo seu perímetro urbano, encontra-se descrito no Capítulo 2, relativo aos Instrumentos de Planeamento Municipal, do presente documento (subcapítulo 2.2 *Plano de Urbanização*).

Contudo, neste momento, recordam-se os objetivos essenciais da proposta, organizados por subsistemas territoriais:

- **Solos afetos à Estrutura Verde Urbana:**
 - Conservação dos recursos e valores naturais;
 - Salvaguarda e enquadramento de áreas protegidas;
 - Criação de uma estrutura de espaços verdes de proteção e valorização do meio urbano.
- **Solo Urbano:**
 - Definição das qualidades e funções do espaço urbano, salientando a respetiva vocação urbana e rural;
 - Definição de critérios e orientações de edificabilidade;
 - Reforço de uma imagem de qualidade;
 - Dinamização do turismo, traduzindo-se na oferta de emprego;
 - Redefinição da rede de equipamentos públicos que sustentem e dignifiquem o desenvolvimento objetivado.
- **População:**
 - Implementação de ações que estimulem a fixação de população residente com vista à dinamização e ao desenvolvimento.
- **Estrutura Viária:**
 - Criação de uma rede viária estruturante;
 - Criação de novas acessibilidades;
 - Melhoria das acessibilidades internas em termos de circulação viária e pedonal.

5.3.2. OUTROS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Outros instrumentos de política de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano, de nível nacional e local, contribuem, igualmente, para informar a revisão do PDM de Gouveia, designadamente os constantes na Tabela 84.

Tabela 84. Outros Instrumentos de Política de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano com incidência em Gouveia

ÂMBITO NACIONAL

Cidades Sustentáveis 2020

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 16 de julho

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 | ENCNB 2030

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio

Estratégia Nacional para as Florestas | ENF

Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro, atualizada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro

Estratégia Turismo 2027 | ET 27

Setembro de 2017

ÂMBITO MUNICIPAL

Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Gouveia 2020 | PEDU 2020

Setembro de 2015

Áreas de Reabilitação Urbana | ARU

Delimitadas ao abrigo do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) - Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto

ÂMBITO NACIONAL

Para a concretização da estratégia de desenvolvimento local contribuem os seguintes instrumentos de política de **âmbito nacional**:

1. Cidades Sustentáveis 2020
2. Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 | **ENCNB 2030**
3. Estratégia Nacional para as Florestas | **ENF**
4. Estratégia Turismo 2027

CIDADES SUSTENTÁVEIS 2020

A Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 apresenta a estratégia de desenvolvimento sustentável de Portugal para o período 2014-2020. Centrada nas cidades e no papel crítico que estas desempenham na estruturação dos territórios, no seu desenvolvimento e coesão, esta Estratégia pretende constituir-se como um quadro de referência orientador para os municípios, entidades intermunicipais e demais agentes urbanos, apontando um caminho de médio e longo prazo para o desenvolvimento territorial integrado, nas suas dimensões económica, social, ambiental, cultural e de governança.

Configurando-se como uma proposta de âmbito nacional, aplicável a nível local, a Estratégia articula uma visão que ambiciona **cidades mais prósperas, resilientes, justas, inclusivas e conectadas** com um conjunto de princípios orientadores e quatro propostas de eixos estratégicos de intervenção. Apresenta, ainda, um conjunto de medidas integradas nos eixos estratégicos que devem ser entendidas como um quadro de referência orientador, sendo as cidades livres de optar pelo conjunto de diretrizes e orientações estratégicas que considerem prioritárias, selecionadas de acordo com as especificidades próprias dos seus territórios, com as opções políticas locais e com a estratégia de desenvolvimento urbano sustentável que venham a consolidar.

Os eixos estratégicos e respetivas medidas de intervenção preconizadas na Estratégia Cidades Sustentáveis 2020 que apresentam possíveis impactos no território de Gouveia são os seguintes:

EIXO 1 - INTELIGÊNCIA & COMPETITIVIDADE

A - Conetividade e internacionalização

- **Investir no papel estruturante dos centros urbanos**, mediante a oferta concentrada de equipamentos e serviços de interesse geral e em formas de complementaridade funcional e produtiva entre centros urbanos que assegurem as condições de massa crítica institucional, convergência de recursos e dimensão de mercado que melhor sustentem processos de inovação, crescimento, internacionalização e atratividade económica;
- **Articular as estratégias de localização empresarial e industrial** com os investimentos realizados e previstos no âmbito da logística e conetividade internacional, potenciando as suas sinergias.

B - Emprego e valorização empresarial e institucional

- Promover a redução dos custos de contexto das empresas e outras instituições sediadas na cidade, quer ao nível da localização, incluindo a **otimização do uso das infraestruturas e dos recursos**, e a redução dos custos de instalação, mobilidade e logística, quer ao nível administrativo, assegurando maior celeridade e eficiência nos processos de licenciamento;

- Reforçar, a partir das estratégias de atração e apoio à localização empresarial e institucional, a **diversidade e vitalidade económica urbanas**, fortalecendo a qualificação funcional, social e ambiental dos centros urbanos e a sua capacidade de fixação de população jovem e qualificada.

C - Inovação urbana

- Fomentar e apoiar a constituição de redes e nichos de empreendedorismo e inovação urbana ao nível local, dinamizando territórios-piloto de teste e demonstração, laboratórios vivos urbanos, incubadoras de negócios e ninhos de empresas, e promovendo a **integração urbana de parques empresariais e tecnológicos**;
- Incentivar a **adoção de soluções urbanas inovadoras aplicadas ao espaço urbano**, de carácter social e tecnológico, promovendo, em parceria com a sociedade civil, a provisão de bens e serviços melhor ajustados à procura local.

D - Identidade e atratividade

- Apoiar o desenvolvimento turístico numa perspetiva de sustentabilidade e mitigação da sazonalidade, através da aposta nos segmentos urbanos, como o turismo cultural, de negócios, de saúde ou associado ao mar, e através da **estruturação dos serviços urbanos de apoio à atividade turística da região urbana funcional**, envolvendo as comunidades locais nestas estratégias.

EIXO 2 - SUSTENTABILIDADE & EFICIÊNCIA

A - Regeneração e reabilitação urbana

- **Conter a expansão dos perímetros urbanos**, estruturando e requalificando as frentes urbanas e protegendo os terrenos rústicos envolventes da urbanização avulsa e discriminando positivamente a ocupação dos vazios urbanos existentes, sem prejuízo da possibilidade de eventuais e excecionais necessidades de crescimento, devidamente enquadradas e programadas;
- **Promover ações de reabilitação urbana nos centros históricos** e em áreas urbanas e periurbanas com carências multidimensionais, fomentando a recuperação, beneficiação e reconstrução do edificado, a requalificação e reconversão de zonas industriais abandonadas e a qualificação do espaço público e das infraestruturas, garantindo condições de conservação, segurança, salubridade, estética, paisagem e ambiente;
- **Fomentar a regeneração urbana** na perspetiva da valorização integrada do território, incluindo, não apenas a valorização física e a diversificação funcional, mas ações materiais e imateriais complementares de revitalização económica, social, cultural e ambiental, em especial em territórios urbanos desfavorecidos.

B - Habitação

- Promover e **dinamizar o mercado de arrendamento**, privilegiando intervenções no parque habitacional já existente ou associadas a operações de regeneração urbana;
- **Reestruturar a oferta de habitação social**, ajustando o valor das rendas aos rendimentos do agregado familiar, erradicar as situações de alojamento precário e encontrar soluções sustentáveis para resposta aos sem-abrigo.

C - Ambiente urbano

- Reforçar o **equilíbrio e a sustentabilidade ambiental, económico-financeira e social dos subsistemas de infraestruturação urbana**, com relevo para a água, saneamento, energia, resíduos e mobilidade, desenvolvendo soluções conjuntas com os serviços e fornecedores e assegurando a adequação à matriz de uso e ocupação do solo;
- Fomentar a criação, qualificação, integração, acessibilidade e legibilidade dos espaços exteriores urbanos, constituindo **sistemas de espaços coletivos**, nomeadamente praças, passeios arborizados, áreas pedonais, zonas de acalmia de tráfego, hortas, jardins, quintas e parques, valorizando as suas funções enquanto áreas livres de recreio, lazer, sociabilidade, cultura e desporto, potenciando o seu papel no equilíbrio microclimatológico, dos ecossistemas, dos ciclos biogeoquímicos, da biodiversidade e da paisagem, e contribuindo para a infraestrutura verde;
- **Limitar a pressão urbana sobre os recursos hídricos**, promovendo a melhoria do balanço hídrico urbano, a gestão do stress hídrico, a racionalização dos consumos públicos, domésticos e industriais, a reutilização das águas cinzentas e pluviais e a requalificação ambiental dos efluentes industriais;
- Incrementar a eficiência do metabolismo urbano, assumindo a prioridade de **redução e valorização do resíduo como um recurso**, ampliando o quadro de soluções de reutilização, reciclagem e valorização energética e orgânica dos resíduos e fomentando o consumo de produtos locais e o combate ao desperdício;
- Assegurar a informação atualizada e fidedigna da qualidade do ar e do ruído nas cidades, **identificando zonas críticas de intervenção e promovendo a conciliação das atividades poluidoras** com o direito a um ambiente de qualidade para a saúde humana, os modelos de mobilidade limpa e a melhoria do envelope acústico dos edifícios e espaços públicos

D - Baixo carbono

- **Reduzir a intensidade energética das cidades**, assumindo respostas diferenciadas de gestão da procura, redução do consumo e promoção da eficiência energética dos distintos agentes urbanos e, em particular, dos setores público, empresarial e residencial, assim como dos subsistemas de iluminação, mobilidade, gestão da água e de resíduos, incluindo a integração e a utilização de fontes de energia renovável, assegurando a transição para um modelo de baixo carbono e a redução da pegada carbónica dos sistemas urbanos;

- **Diminuir a intensidade carbónica da mobilidade urbana**, incluindo mercadorias e passageiros, desincentivando o transporte individual motorizado, promovendo a intermodalidade e reforçando a adequação, cobertura, conetividade, serviço, informação e sustentabilidade do transporte coletivo, incrementando o peso e a diversidade das opções de mobilidade baixo carbono na repartição modal, incluindo a mobilidade suave e elétrica renovável, e promovendo a integração funcional e tarifária da rede intermodal urbana, suburbana e interurbana;
- **Estimular a mobilidade sustentável nos processos de regeneração urbana**, promovendo a diversificação da oferta de proximidade, a atratividade das áreas urbanas com bons níveis de acessibilidade, as respostas de mobilidade segura dirigidas a crianças, jovens, famílias e idosos, a logística urbana residencial, comercial, empresarial e industrial e a reestruturação do espaço canal em favor do transporte coletivo e da mobilidade suave e condicionada.

E - Alterações climáticas e riscos

- **Moderar a vulnerabilidade dos sistemas urbanos**, aumentando a sua resiliência aos riscos económicos, naturais, tecnológicos e mistos, incluindo aqueles que resultam das alterações climáticas e de fenómenos climatéricos extremos, e estimulando a emergência de uma cultura urbana de gestão da incerteza e prevenção e redução de riscos;
- **Melhorar o conhecimento e sensibilidade ao quadro de riscos** relativamente à sua tendência, prospetiva, localização, impacto, monitorização e alerta, introduzindo mecanismos estruturados de prevenção, redução, adaptação e reação, introduzindo a componente risco na gestão urbana e articulando a cartografia de riscos com as opções de planeamento territorial;
- **Implementar estratégias de adaptação das cidades às alterações climáticas em função das suas vulnerabilidades específicas**, perfil climatológico e características físicas e funcionais (composição atmosférica, circulação do vento, balanço hídrico e ilha de calor), assegurando a resiliência dos seus subsistemas urbanos e potenciando as interações com as suas zonas ribeirinhas, com a envolvente rural e natural.

F - Integração urbano-rural

- **Estimular a articulação entre as cidades e a sua envolvente rústica**, incluindo áreas agrícolas e florestais do *hinterland* e dos *interfaces* urbano-rurais, explorando as complementaridades económicas, sociais e culturais que resultam dessa relação de proximidade, melhorando as condições de transporte e logística e promovendo a oferta de produções regionais nomeadamente no setor hortofrutícola;
- **Obviar à proliferação indiscriminada da edificação dispersa nos solos rústicos periurbanos**, especialmente para habitação, precavendo deseconomias urbanas, e promover a afetação desses solos a atividades produtivas, nomeadamente agrícolas e florestais, desmotivando o seu abandono e ajudando a neutralizar procuras e interesses adventícios;
- **Potenciar espaços silvestres periurbanos** e metropolitanos, criando ou requalificando parques de recreio e lazer, parques florestais de uso múltiplo e redes de percursos nas áreas de

influência das cidades, aumentando a sensibilização da população urbana para os valores naturais;

- **Fomentar o investimento em infraestruturas verdes urbanas e nos *interfaces* urbano-rural e urbano-ribeirinho**, assentes no capital natural e nos serviços sociais, económicos e ambientais fornecidos pelos ecossistemas, e favorecer a integração urbano-ribeirinha, valorizando os ecossistemas fluviais e lagunares e as atividades económicas conexas;
- **Impulsionar a valorização económica e social do património natural**, das áreas protegidas e classificadas para efeitos de conservação da natureza, promovendo em meio urbano os produtos e serviços associados a estas áreas e reforçando o seu papel fundamental na defesa da biodiversidade e na afirmação da cidade-região.

EIXO 3 - INCLUSÃO & CAPITAL HUMANO

A - Inclusão social

- Promover a inclusão, a equidade e a coesão social, procurando **reverter os processos associados à exclusão social**, como a pobreza, as dificuldades no acesso à habitação, a equipamentos e a serviços, a infoexclusão e o afastamento para as periferias, garantindo o direito à cidade e incentivando trajetórias residenciais centrípetas;
- **Assegurar a adequada extensão, intensidade e qualidade das redes de infraestruturas urbanas e de equipamentos e serviços sociais**, através de uma perspetiva funcional e não tão só administrativa, de forma a responder às procuras e necessidades específicas e emergentes dos idosos, crianças, jovens, famílias e cidadãos com mobilidade reduzida;

C - Cultura, cidadania e responsabilidade

- **Salvaguardar e valorizar o património cultural e natural existente**, material e imaterial, como fator de diferenciação dos territórios, potenciar a utilização dos equipamentos culturais existentes através da criação de parcerias e de redes culturais e investir nas atividades culturais enquanto fator decisivo de valorização económica e social dos cidadãos e dos territórios, promovendo a expressão, o acesso e a pluralidade de culturas locais, tradicionais e contemporâneas.

EIXO 4 - TERRITORIALIZAÇÃO & GOVERNANÇA

A - Informação e conhecimento

- **Assegurar uma base local sólida e atualizada de informação urbana** que permita suportar os diagnósticos de necessidades, preferências, contextos e custos das intervenções inerentes ao desenvolvimento urbano sustentável, facilitando as avaliações ex-ante e o desenvolvimento de respostas inovadoras de política pública, a monitorização e a avaliação das dinâmicas urbanas resultantes da implementação das estratégias definidas;
- **Desenvolver as matrizes de inteligência, sustentabilidade e inclusão dos subsistemas urbanos**, implementando um sistema de indicadores assente no quadro nacional de referência

para as cidades sustentáveis e assegurando a complementaridade com os processos de avaliação ambiental estratégica e com os relatórios de estado do ordenamento do território de âmbito municipal e regional.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE 2030

A política ambiental nacional assenta, atualmente, na descarbonização da economia e na promoção da economia circular, visando um aumento do bem-estar da população e um crescimento sustentável. Nesse sentido, a ENCNB 2030 constitui um documento de referência das políticas ambientais e tem como principal objetivo reduzir a perda de biodiversidade.

Esta estratégia assume o património natural português como um fator decisivo para a afirmação do país a nível internacional e como um ativo estratégico para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente na valorização do seu território e valores naturais.

Com uma visão de longo prazo que consiste em *alcançar o bom estado de conservação do património natural até 2050, assente na progressiva apropriação do desígnio da biodiversidade pela sociedade, por via do reconhecimento do seu valor, para o desenvolvimento do país e na prossecução de modelos de gestão mais próximos de quem está no território*, a estratégia sistematiza metas ordenadas por prioridades a prosseguir até 2030, desenvolvendo os objetivos de sustentabilidade na utilização e afetação dos recursos biológicos e geológicos na perspetiva de uma economia mais circular para a manutenção e promoção da diversidade biológica.

O modelo que enforma a ENCNB 2030 assenta em três eixos estratégicos e respetivos objetivos, destacando-se aqueles que, eventualmente, poderão produzir impactos territoriais em Gouveia:

EIXO 1 - Melhorar o estado de conservação do património natural:

- Assegurar que as espécies (fauna e flora) e os *habitats* protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional;
- Assegurar e promover a conservação da diversidade genética animal e vegetal

EIXO 2 - Promover o reconhecimento do valor do património natural:

- Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano.

EIXO 3 - Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade:

- Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
- Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais;

- Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais;
- Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e a identidade cultural;
- Assegurar a sustentabilidade na utilização de recursos genéticos marinhos e terrestres;
- Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicações;
- Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conectividade.

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FLORESTAS

A ENF constitui o elemento de referência das orientações e planos de ação públicos (e privados) para o desenvolvimento do setor florestal. A atualização da ENF à estratégia delineada em 2006 mantém como horizonte o ano de 2030 e tem como grande objetivo a gestão sustentável das florestas, em linha com a Estratégia da União Europeia para as Florestas e o Setor Florestal.

A ENF assenta num conjunto de Objetivos Estratégicos que se distribuem por eixos estratégicos/objetivos específicos, destacando-se os que apresentam impacto territorial capaz de influir na revisão do PDM de Gouveia:

EIXO A - Minimização de riscos de incêndio e de agentes bióticos nocivos:

- Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Redução da incidência dos incêndios;
- Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Recuperação e reabilitação dos ecossistemas e das comunidades;
- Adaptação de um estrutura orgânica funcional e eficaz.

EIXO B - Especialização do território:

- Conservar o solo e a água em áreas suscetíveis a processos de desertificação;
- Garantir a proteção de áreas florestais prioritárias para a conservação da biodiversidade;
- Tipificar e qualificar os matos e matagais dos espaços florestais;
- Conservar o regime hídrico;
- Adequar as espécies às características da estação;
- Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas;
- Promover a resiliência da floresta;
- Apoiar as ações e planos de defesa, ampliação e gestão florestal envolvente de estruturas lineares.

EIXO F - Racionalização e simplificação dos instrumentos de política:

- Garantir a existência de mecanismos de coordenação no plano político e nas instâncias técnicas;
- Melhorar o desempenho dos instrumentos de política florestal.

ESTRATÉGIA TURISMO 2027

A Estratégia Turismo 2027 pretende ser o referencial estratégico para o Turismo em Portugal, tendo por base um processo participativo e alargado com contributos de diversos ângulos da sociedade nas suas várias valências.

A ET 27 consubstancia uma visão de longo prazo, combinada com uma ação no curto/médio prazo no horizonte 2020, que visa os seguintes objetivos:

- Proporcionar um quadro referencial estratégico a 10 anos para o turismo nacional;
- Assegurar estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
- Promover uma integração das políticas setoriais;
- Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do turismo;
- Dar sentido estratégico às opções de investimento.

Sob o desígnio da *Sustentabilidade*, o referencial estratégico encontra-se estruturado em metas para o turismo em Portugal 2017-2027 segundo três eixos estratégicos, que se desdobram em objetivos associados às metas a atingir (Tabela 85).

Tabela 85. Referencial estratégico da Estratégia Turismo 2027
(Fonte: Estratégia Turismo 2027)

		METAS	OBJETIVOS
SUSTENTABILIDADE	ECONÓMICA	Dormidas em todo o território	Aumentar a procura turística no país e nas várias regiões
		Receitas	Crescer em valor; crescer a um ritmo mais acelerado nas receitas do que nas dormidas
	SOCIAL	Turismo todo o ano	Alargar a atividade turística a todo o ano
		Qualificações	Aumentar as habitações da população empregada no turismo
		Satisfação dos residentes	Assegurar que a atividade turística gera um impacto positivo nas populações residentes
	AMBIENTAL	Energia	Incrementar os níveis de eficiência energética nas empresas do turismo
		Água	Impulsionar uma gestão racional do recurso Água no turismo
		Resíduos	Promover uma gestão eficiente dos resíduos na atividade turística nacional

Considerando as metas a atingir, bem como uma visão que pretende *afirmar o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo*, a ET 27 compreende cinco objetivos estratégicos expressos em linhas de atuação, salientando-se aqueles que traduzem impactos territoriais efetivos em Gouveia:

EIXO ESTRATÉGICO - Valorizar o território e as comunidades

- Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário;
- Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais;
- Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação;
- Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios/destinos;
- Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística.

EIXO ESTRATÉGICO - Gerar redes e conectividade

- Melhorar os sistemas de mobilidade rodoferroviária.

Por sua vez, o Laboratório Estratégico de Turismo (LET) do Centro, plataforma de concertação e colaboração ativa para a implementação dos projetos e medidas do ET 27 que considera as especificidades da Região Centro, resume as principais necessidades deste território:

- Aumentar a procura turística e a internacionalização do destino;
- Melhorar as receitas e a taxa de ocupação;
- Manter e homogeneizar o crescimento do turismo, sobretudo nas sub-regiões do interior.

ÂMBITO MUNICIPAL

Para a concretização da estratégia de desenvolvimento local contribuem os seguintes instrumentos de política de **âmbito municipal**:

1. Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Gouveia 2020 | **PEDU 2020**
2. Áreas de Reabilitação Urbana | **ARU**

[PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE GOUVEIA 2020](#)

Datado de setembro de 2015, o PEDU de Gouveia procura dar resposta aos grandes desafios do desenvolvimento urbano do Município e compreendem os três eixos estratégicos, que se desdobram em objetivos estratégicos, constantes na Tabela 86.

Tabela 86. Eixos e Objetivos Estratégicos do PEDU de Gouveia 2020
(Fonte: PEDU de Gouveia 2020)

EIXOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
EIXO 1 VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO	<p>Promoção da inclusão e coesão social através da aposta na capacitação das pessoas, da melhor integração entre as ações de formação e qualificação profissional e as necessidades do mercado laboral local, e da dinamização do empreendedorismo</p>
	<p>Regeneração das áreas urbanas com problemas específicos de inclusão social, nomeadamente através de intervenções de requalificação do espaço público e edificado</p>
	<p>Aposta na inclusão das comunidades desfavorecidas com especial enfoque na população idosa, comunidades ciganas e desempregados de longa duração</p>
EIXO 2 POTENCIAÇÃO DE FATORES DE DIFERENCIAÇÃO TERRITORIAL	<p>Promoção da reabilitação urbana, através da recuperação do edificado, da qualificação dos equipamentos e do espaço público e da reconversão de zonas industriais abandonadas</p>
	<p>Desenvolvimento de uma abordagem integrada ao desafio da regeneração urbana, através da implementação de medidas de revitalização económica e social</p>
	<p>Estimular a fixação da população, através do reforço da oferta do mercado habitacional e da promoção da identidade e urbanidade da cidade de Gouveia</p>
	<p>Promover a animação cultural, turística e empresarial baseada nos recursos existentes e nas potencialidades do território</p>
EIXO 3 PROMOÇÃO DA MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL	<p>Promover medidas de desincentivo à utilização do transporte individual em meio urbano, nomeadamente através da reestruturação dos espaços de circulação em favor do transporte coletivo e dos modos suaves</p>
	<p>Desenvolver soluções inovadoras de aumento da utilização, nível de serviço e eficiência do sistema de transportes públicos</p>
	<p>Promover a intermodalidade e a interoperabilidade do sistema de transportes públicos</p>
	<p>Promover a diversificação da oferta de proximidade baseada na atratividade das áreas urbanas e das atividades económicas com bons níveis de acessibilidade</p>

O PEDU de Gouveia 2020 é constituído pelos seguintes instrumentos de planeamento:

- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável | **PAMUS**
- Plano de Ação de Regeneração Urbana | **PARU**
- Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas | **PAICD**

PLANO DE AÇÃO DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

O PAMUS apresenta o diagnóstico e a definição da estratégia, de modo a contribuir para a *promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação*, identificada na medida de Prioridade de Investimento 4.5. do Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020 (CENTRO 2020).

Em linha com as propostas identificadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela 2014-2020 (PEDI-BSE 2020), na área temática C - Infraestruturas, Logística e Mobilidade, são cinco as tipologias de ação para o território de Gouveia:

- **T1** - Incremento dos modos suaves (bicicleta e pedonal), através da construção de ciclovias ou vias pedonais, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas;
- **T2** - Melhoria da rede de interfaces, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território, tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território;
- **T3** - Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real;
- **T4** - Investimentos em equipamento de sistemas de controlo de tráfego rodoviário, quando comprovado o relevante contributo para a redução de GEE;
- **T5** - Apoio ao desenvolvimento e aquisição de equipamento para sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade populacional, incluindo para as soluções flexíveis de transporte com utilização de formas de energia menos poluentes.

As intervenções previstas no PAMUS sintetizam-se na Tabela 87, com destaque para a melhoria da rede de interfaces e adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real (Transporte Público Flexível), ambas com a maior dotação orçamental (cerca de 31 % e 34 % do total, respetivamente).

Tabela 87. Programa de Ação do PAMUS de Gouveia
(Fonte: PEDU de Gouveia 2020)

DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	TIPOLOGIA DE AÇÃO	HORIZONTE TEMPORAL	ESTIMATIVA DE CUSTO (€)	META	
				RESULTADO (ton/CO2)	REALIZAÇÃO
Criação e reconversão de uma rede de vias pedonais	T1	2015-2020	110.000	2018: 6.796	2018: 0,4 Km
Melhoria da interface de transportes de Gouveia e estacionamento associado	T2	2015-2020	230.000	2023: 6.102	2023: 1,2 Km
Implementação de sistemas de informação	T3	2015-2020	75.000	2018: 14.209	2018: 0
Postos de carregamento rápido (Mobilidade Elétrica)	T4	2015-2020	75.000	2023: 12.759	2023: 1
Transporte Público Flexível	T5	2015-2020	250.000	2018: 4.633	2018: 1
TOTAL			740.000		

PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA

O PARU do Município de Gouveia incide sobre a Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Gouveia e Área Envolvente Consolidada, programando uma área de 211 hectares que integra parte da Cidade de Gouveia.

O PARU refere que a regeneração urbana desta ARU deve assentar numa estratégia que envolva a sustentabilidade das intervenções propostas, respeite a manutenção da identidade e singularidade do centro histórico da Cidade de Gouveia e áreas periféricas que o consolidam e valorize a originalidade das propostas que visem a revitalização e dinamização da área a intervencionar.

Desta forma, foram identificados cinco grandes eixos orientadores, aos quais estão associados uma série de objetivos estratégicos, designadamente os constantes na Tabela 88.

As intervenções previstas no PARU, discriminadas na Tabela 89, organizam-se em três tipologias, designadamente:

- T1 - Edifícios;
- T2 - Espaço público;
- T3 - Reconversão de espaços e unidades industriais abandonadas.

Em termos de dotação orçamental, salienta-se a maior proporção do investimento público em detrimento do privado, correspondendo a cerca de 95% do total.

Tabela 88. Eixos Orientadores e Objetivos Estratégicos do PARU de Gouveia
(Fonte: PEDU de Gouveia 2020)

EIXOS ORIENTADORES	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
EIXO 1 GARANTIA DA COESÃO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL	Potenciação e reforço da aliança entre os municípios da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela por forma a gerar competitividade regional
	Criação de uma bolsa de arrendamento municipal
	Reabilitação dos núcleos urbanos, atraindo novas famílias, rejuvenescendo a ARU e reforçando a coesão social, identidade cultural e economia local
	Desenvolvimento de ações que implementam a potenciação do turismo
EIXO 2 PROTEÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA ARTE/MEMÓRIA LOCAL	Valorização do património cultural como fator de identidade e competitividade urbana
	Restauro / incentivo à reabilitação urbana do património histórico, arquitetónico e paisagístico, nomeadamente dos edifícios com interesse e valor arquitetónico, cultural e patrimonial
	Promoção da estrutura morfológica e cadastro urbano
	Promoção, sempre que possível, da eliminação de elementos dissonantes
	Estabelecimento de um conjunto de regras para intervenção no sistema de espaços públicos e edificado, garantindo a conveniente homogeneidade de tratamento e o respeito pela linguagem formal tradicional
EIXO 3 REGENERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	Foco do investimento municipal em ações de qualificação dos edifícios de sua propriedade e em espaço urbano como fator impulsionador da reabilitação urbana
	Garantia da qualidade de vida e da sustentabilidade dos espaços urbanos
EIXO 4 REABILITAÇÃO FÍSICO- FUNCIONAL	Implementação de estratégias que fomentem a reabilitação do edificado degradado e devoluto
	Desenvolvimento de novas soluções de acesso a uma habitação condigna
	Promoção e atração de funções urbanas inovadoras em espaços recuperados
	Incremento das oportunidades económicas de modo a fomentar a oferta de emprego, bens e serviços à população
	Melhoria das condições de circulação para os cidadãos, automóveis e bens
	Melhoria das condições de circulação para os cidadãos com mobilidade condicionada
	Fomento da melhoria do desempenho energético-ambiental do edificado
EIXO 5 APOIO AOS PRIVADOS	Incentivo aos privados para a reabilitação do seu património através da atribuição de benefícios fiscais (despoletados no âmbito da delimitação da ARU) e do emprego de celeridade no processo administrativo
	Promoção da reocupação do edificado / frações desocupadas através da adaptação destes espaços a novas funções, dinamizando este mercado com programas de apoio ao arrendamento, atraindo novos públicos
	Garantia da possibilidade de entrada de imóveis privados para a bolsa de arrendamento
	Criação de condições para um maior dinamismo imobiliário, que potencie novos atores locais

Tabela 89. Programa de Ação do PARU de Gouveia
(Fonte: PEDU de Gouveia 2020)

DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	TIPOLOGIA DE AÇÃO	NATUREZA DO INVESTIMENTO (€)		
		PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Reabilitação dos edifícios do Bairro do Castelo	T1		360.000	360.000
Reabilitação do Mercado Municipal de Gouveia		750.000		750.000
Reabilitação do Teatro Cine de Gouveia		350.000		350.000
Reabilitação para Centro Criativo do Automóvel		350.000		350.000
Reabilitação de edifícios			360.000	360.000
Subtotal		14.450.000	720.000	2.170.000
Reabilitação do espaço público do Bairro do Castelo	T2	250.000		250.000
Reabilitação do espaço público da antiga Fábrica Bellino		225.000		225.000
Reabilitação do espaço público da Mata do Dique		350.000		350.000
Subtotal		825.000	0	825.000
Reconversão da antiga Fábrica Bellino	T3	2.000.000		2.000.000
Reabilitação do Pavilhão da Antiga Fábrica Têxtil Bellino		2.900.000		2.900.000
Subtotal		4.900.000	0	4.900.000
Subtotal		7.175.000	720.000	7.895.000
Fundo a alocar a instrumento financeiro		300.000		
TOTAL PARU		7.475.000		

PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

Com o objetivo de identificar e definir uma estratégia com enfoque no desenvolvimento e promoção de um espaço público inclusivo, na definição do PAICD o Município de Gouveia teve em consideração o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social para o período 2015 a 2017, tendo delimitado no seu território cinco comunidades desfavorecidas. Estas comunidades desfavorecidas enquadram-se nas seguintes três tipologias:

- **Bairros sociais:** conjuntos urbanos compostos por edifícios destinados a arrendamento no regime de renda apoiada;
- **Núcleos de construção precária:** conjuntos de construções precárias, abarracadas, inacabadas ou imóveis sem condições de habitabilidade e destinadas a demolição;
- **Áreas urbanas antigas:** conjuntos urbanos construídos há mais de 30 anos e que não se incluem nas situações atrás indicadas.

Na tipologia de bairros sociais foram identificados os seguintes:

- **Bairro de Habitação Social Mata da Rainha,** localizado na Rua João Maria Penicheiro, em São Pedro. Construído em 2000 com a finalidade de realojar os então residentes nas antigas casas

prefabricadas em madeira que se situavam na Rua Cidade de Danbury, o bairro é constituído por 17 fogos concentrados em edifícios contíguos, nos quais habitam 16 famílias, num total de 36 pessoas.

- **Bairro Social de Cativelos**, localizado na freguesia com o mesmo nome. Construído com o intuito de ser habitado por pessoas em situação de grave vulnerabilidade económica e social, o bairro é constituído por 6 fogos onde habitam 6 famílias, num total de 9 pessoas.

Na tipologia de núcleos de construção precária, o Município assinalou os seguintes:

- **Um conjunto de áreas nas quais se concentram comunidades ciganas**, caracterizadas por construções abarracadas. No geral estão identificadas 13 construções abarracadas, das quais 4 localizam-se em Nespereira (Quinta da Pucariça), 5 em Ribamondego (Rua das Escolas) e as restantes 4 em São Paio (Bairro das Cortes). Nestas construções habitam 14 famílias, num total de 59 pessoas.
- **Bairro Social Dr. António Moura**, localizado em Vila Nova de Tazem. Construído nos anos 50 com o apoio do pároco e de pessoas da comunidade através de um fundo para a construção das primeiras habitações, atualmente é constituído por 15 fogos, onde estão alojadas 14 famílias, num total de 34 pessoas.

Na tipologia de áreas urbanas antigas assinalaram-se habitações sociais degradadas, construídas há mais de 30 anos, localizadas em pontos distintos de diferentes freguesias.

No processo de delimitação das comunidades desfavorecidas foram identificadas as situações críticas que justificam a intervenção, designadamente as seguintes (pelo menos três cumulativas):

- Desemprego de longa duração;
- Escassa atividade económica;
- Pobreza e exclusão social;
- Fenómenos de exclusão social, designadamente associados a imigrantes e minorias;
- Baixo nível de instrução e insucesso e abandono escolar;
- Criminalidade e delinquência;
- Evolução demográfica desfavorável;
- Ambiente degradado.

Não descurando as intervenções nas restantes áreas delimitadas, o Bairro de Habitação Social Mata da Rainha (Figura 49) é o grande visado nas ações de requalificação e/ou reabilitação de áreas residenciais específicas, dando-se particular atenção à qualificação do espaço público de suporte ao edificado e a algum do edificado mais degradado, conforme consta no programa de ação do PAICD que se apresenta na Tabela 90.

Tabela 90. Programa de Ação do PAICD de Gouveia
(Fonte: PEDU de Gouveia 2020)

DESIGNAÇÃO DA INTERVENÇÃO	TIPO DE INTERVENÇÃO	NATUREZA DO INVESTIMENTO (€)		
		PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
Bairro “Mata da Rainha”	Espaço público	250.000	-	250.000
	Edificado	200.000	-	200.000
Projeto Bairro (Com) Vida	Iniciativas de apoio ao empreendedorismo	20.000	-	20.000
	Intervenções de integração da população	35.000	-	35.000
	Combate ao insucesso e abandono escolar	10.000	-	10.000
	Formação profissional de jovens NEET	10.000	-	10.000
	Ocupação de tempos livres	10.000	-	10.000
	Formação e inclusão de desempregados de longa duração	10.000	-	10.000
	Ações de integração de imigrantes e comunidades ciganas	10.000	-	10.000
	Outros	5.000	-	5.000
TOTAL		560.000	-	560.000

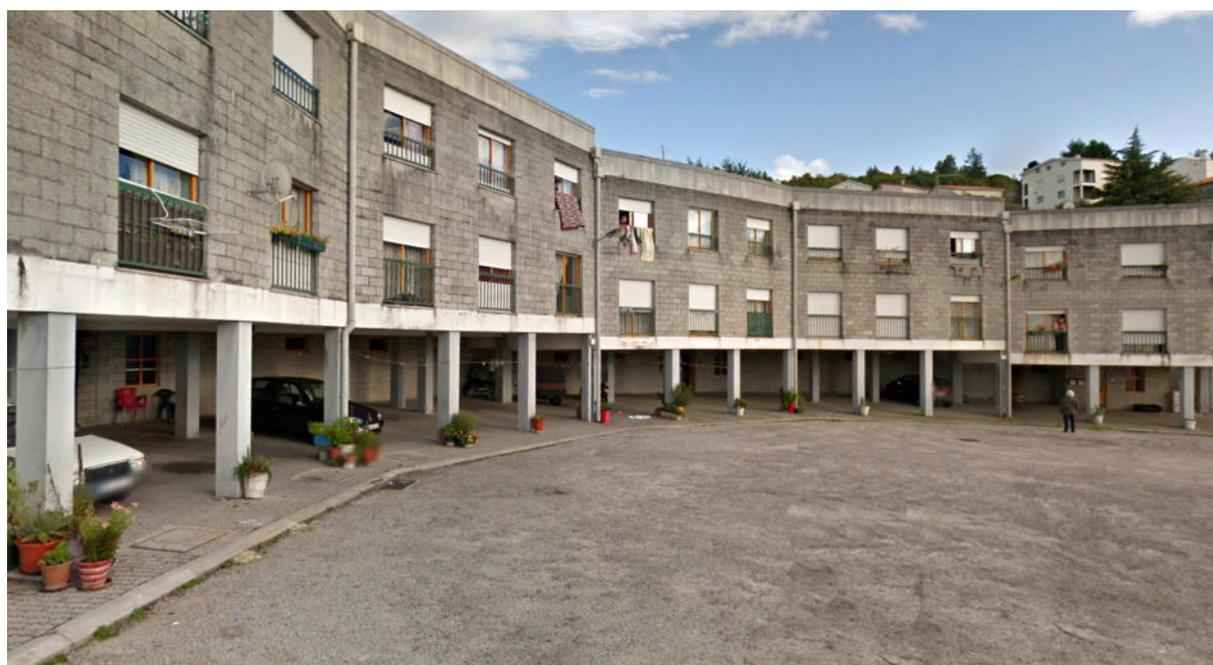


Figura 49. Bairro de Habitação Social “Mata da Rainha” (São Pedro, Gouveia)
(Fonte: Google, 2014)

ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

O Município de Gouveia deu início ao processo de programação da reabilitação urbana no concelho em 2017 com a delimitação da ARU do Centro Histórico e Área Envolvente Consolidada para a qual desenvolveu uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Sistemática através da elaboração de um

Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU). No ano seguinte, em 2018, foram aprovadas a ARU de Passarela, a ARU de Ponte Nova, a ARU de Cativeiros e a ARU de Vila Nova de Tazem. Ainda em 2018 foram delimitadas mais 20 novas ARU, o que demonstra que a reabilitação de áreas urbanas degradadas de valor histórico, patrimonial, social e económico é, de facto, uma das prioridades estratégicas do executivo municipal.

Neste sentido, a Tabela 91 identifica as 25 ARU que, enquadradas legalmente pelo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto) se encontram delimitadas no concelho de Gouveia, bem como a respetiva situação legal.

Tabela 91. Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas no concelho de Gouveia
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU	SITUAÇÃO LEGAL	APROVAÇÃO/COMUNICAÇÃO	PUBLICAÇÃO EM DR
ARU DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOUVEIA E ÁREA ENVOLVENTE CONSOLIDADA	ARU e ORU Sistemática aprovadas Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 15 anos	Câmara Municipal: 2017-04-27 IHRU: 2017-06-30 Assembleia Municipal: 2017-09-11	Aviso n.º 11546/2017 - DR n.º 189/2017, Série II de 2017-09-29
ARU DE PASSARELA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-04-23 Assembleia Municipal: 2018-04-30 IHRU (comunicação): 2018-07-25	Aviso n.º 8097/2018 - DR n.º 114/2018, Série II de 2018-06-15
ARU DE PONTE NOVA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-04-23 Assembleia Municipal: 2018-04-30 IHRU (comunicação): 2018-07-25	Aviso n.º 8097/2018 - DR n.º 114/2018, Série II de 2018-06-15
ARU DE CATIVELOS	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-09-21 Assembleia Municipal: 2018-09-28 IHRU (comunicação): 2019-01-05	Aviso n.º 16118/2018 - DR n.º 215/2018, Série II de 2018-11-08
ARU DE VILA NOVA DE TAZEM	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-09-21 Assembleia Municipal: 2018-09-28 IHRU (comunicação): 2019-01-05	Aviso n.º 16118/2018 - DR n.º 215/2018, Série II de 2018-11-08
ARU DE ALDEIAS	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-09-21 Assembleia Municipal: 2018-09-28 IHRU (comunicação): 2019-01-05	-
ARU DE ARCOZELO DA SERRA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE FIGUEIRÓ DA SERRA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE FOLGOSINHO	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-

ARU	SITUAÇÃO LEGAL	APROVAÇÃO/COMUNICAÇÃO	PUBLICAÇÃO EM DR
ARU DE FREIXO DA SERRA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE LAGARINHOS	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE MANGUALDE DA SERRA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE MELO E NABAINHOS	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE MOIMENTA DA SERRA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE NABAIS	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE NESPEREIRA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE NOVELÃES	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE PAÇOS DA SERRA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE PÓVOA DA RAINHA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-

ARU	SITUAÇÃO LEGAL	APROVAÇÃO/COMUNICAÇÃO	PUBLICAÇÃO EM DR
ARU DE RIBAMONDEGO	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE RIO TORTO	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE SÃO PAIO	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE VILA CORTÊS DA SERRA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE VILA FRANCA DA SERRA	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-
ARU DE VINHÓ	ARU aprovada Entidade Gestora: Câmara Municipal Âmbito Temporal: 3 anos	Câmara Municipal: 2018-12-04 Assembleia Municipal: 2018-12-14 IHRU (comunicação): -	-

Por sua vez, a Figura 50 apresenta a distribuição geográfica das ARU delimitadas no concelho.

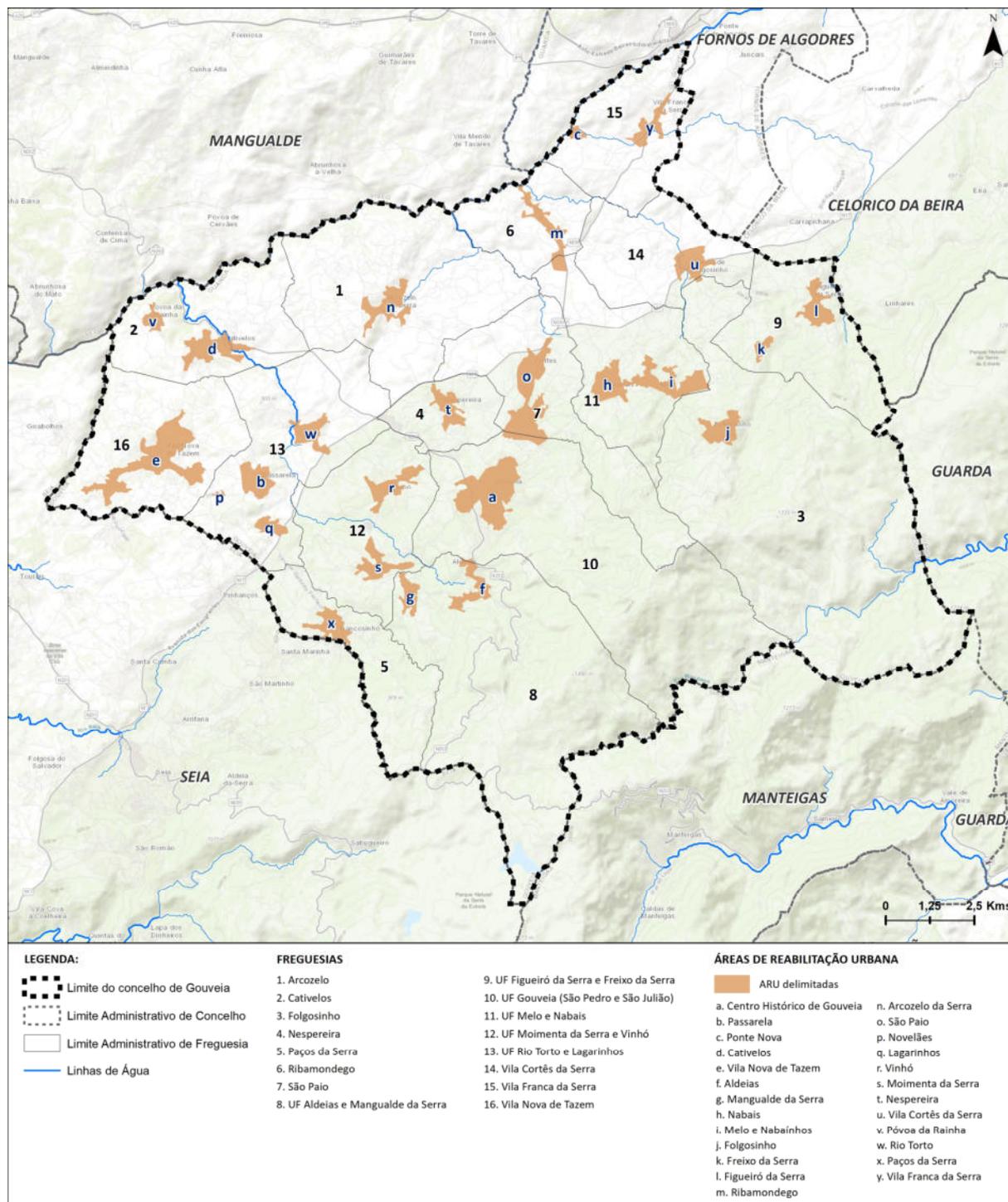


Figura 50. Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas no concelho de Gouveia
(Fonte dos dados: CMG, 2018. Fontes cartográficas: CAOP, 2018; ESRI, 2020)

Em anexo ao presente documento (Anexo II) apresentam-se as tabelas que caracterizam as 25 ARU delimitadas no concelho de Gouveia.

6. SÍNTESE E CONTRIBUTOS PARA A REVISÃO DO PDM

Apresenta-se, de seguida, uma síntese dos principais fatores de mudança interna e externa que caracterizam o território municipal e que condicionam o processo de revisão do PDM de Gouveia.

6.1. SÍNTESE DOS FATORES DE MUDANÇA INTERNOS

A análise da evolução da ocupação do território de Gouveia sugere a ausência de alterações muito significativas, sendo que as maiores ocorreram, fundamentalmente, no período compreendido entre 1995 e 2007. Mantém-se o predomínio das Áreas Florestais em mais de 70% do território, seguindo-se as Áreas Agrícolas com valores próximos dos 25%. Por sua vez, a ocupação urbana corresponde a menos de 2,5% da globalidade do território concelhio.

Em termos demográficos, o concelho de Gouveia apresenta uma trajetória marcadamente decrescente da população residente, registando menos 28,3% pessoas entre 1991 e 2018. Durante o mesmo período, o saldo natural apresenta-se permanentemente negativo, com o número de óbitos a exceder sempre o número de nados vivos.

Distribuindo-se a ocupação humana, fundamentalmente, pelas áreas do centro/noroeste do concelho, na faixa de meia encosta da Serra da Estrela, onde a baixa concentração de população é já generalizada, assiste-se ao seu agravamento com um significativo decréscimo face a 1991, passando de uma densidade de 0,58 habitantes/hectare para 0,47 habitantes/hectare em 2011. O aglomerado urbano de Gouveia continua a acolher a maior proporção da população residente no concelho, mais de 24,0%, seguindo-se, a larga distância, Vila Nova de Tazem com cerca de 10,0%.

A análise da evolução da representatividade populacional dos diferentes grupos etários no concelho permite constatar um processo de envelhecimento demográfico, que combina os efeitos da diminuição da população jovem com o aumento do número de idosos, circunstância que se traduz no agravamento do índice de envelhecimento. Em 1991, já existiam em Gouveia, em média, cerca de 140 idosos por cada 100 jovens. Em 2018, regista-se o aumento exponencial daquele valor para 378, o que significa que o número de idosos corresponde, atualmente, a cerca do quádruplo do número de jovens no concelho.

Analisando a estrutura das famílias, cujo número regista, em 2011, um decréscimo de 9,4% face a 1991, verifica-se um efetivo crescimento do número de agregados de menor dimensão, constituídos

por uma ou duas pessoas, passando a corresponder, em 2011, a cerca de 62,6% do total. No polo oposto, assiste-se a uma redução drástica das famílias mais numerosas, principalmente daquelas que são constituídas por cinco ou mais pessoas, correspondendo, na mesma data, a somente 4,6% das presentes no concelho.

Ao nível do emprego, pouco mais de 40,0% da população residente no concelho encontra-se ativa (proporção global que se mantém desde a década anterior), sendo esta situação mais gravosa no grupo etário mais jovem (15-24 anos). Esta população encontra-se, maioritariamente, empregada no setor terciário, que regista uma crescente presença no concelho, em detrimento, sobretudo, do setor secundário, que assinala decréscimos consideráveis.

Neste contexto, a taxa de desemprego no concelho regista um acréscimo de 6,8% face a 2001, posicionando-se, em 2011, em 14,6%. No entanto, os dados relativos ao número de inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) revelam uma evolução favorável, sugerindo que Gouveia tem vindo a recuperar do auge da crise económico-financeira de 2012/2013.

Por sua vez, o poder de compra *per capita* desceu, em termos globais, cerca de 2,4%, tendo passado de 67,51 em 1995 para 65,91 em 2017.

Em termos de dinâmica empresarial, verifica-se um crescimento de 5,8% do número de empresas presentes no concelho, em linha com o que se verifica, sobretudo, a nível sub-regional. No entanto, este facto não significa, necessariamente, um aumento do número de pessoas ao serviço nas empresas de Gouveia, uma vez que se observa um decréscimo de 3,1% face ao valor registado em 2009.

Relativamente ao parque edificado, apesar de positivo, o incremento do número de edifícios em Gouveia apresenta-se pouco expressivo (cerca de 5,0% no período 1991-2011). Todo o concelho continua a registar densidades do edificado bastante reduzidas, sendo a máxima observada de apenas um edifício/hectare (freguesia de Nespereira). De matriz marcadamente residencial (em 2011, somente 6,6% dos edifícios do concelho possui outra função para além da habitacional), o parque edificado levanta questões importantes relacionadas com o seu estado de conservação, considerando que a maioria dos edifícios do concelho (56,7%) foi construída antes da década de 80 do século passado.

Em termos de ocupação, em 2011, apenas cerca de metade dos alojamentos familiares presentes é de residência habitual (50,6%), resultado do aumento, desde 2001, do número de residências secundárias e de alojamentos vagos (15,9% e 19,8%, respetivamente). Simultaneamente, verifica-se uma redução

substancial do número de barracas e outras instalações precárias, registando-se apenas três unidades em 2011, concretamente em Aldeias, Gouveia (São Julião) e Vila Franca da Serra.

Por outro lado, a dinâmica construtiva e edificatória no concelho regista, à semelhança do território regional e nacional, um acentuado decréscimo, principalmente ao longo da última década. As construções novas permanecem o tipo de obra dominante, sobretudo a partir de 2015, destinando-se, essencialmente, a habitação familiar, em detrimento de outros usos. No entanto, desde 2010, os outros usos começam a ganhar relevância, rivalizando, nos anos mais recentes, com a construção de residências.

Relativamente às intervenções públicas, desde o início do século XXI que o maior esforço orçamental municipal tem sido feito no âmbito da melhoria das acessibilidades e infraestruturas, seguindo-se as obras relacionadas com a área da cultura, turismo, lazer e qualificação ambiental e os equipamentos coletivos.

No âmbito das infraestruturas rodoviárias, apesar da construção do IP 5 permitir um ganho de acessibilidade ao concelho, a rede de estradas nacionais assume, ainda, um importante papel nas ligações intermunicipais e regionais, embora se verifique uma redução, entre 1981 e 2011, de mais de 25% do número destas viagens.

Por sua vez, a rede do serviço de Transporte Público Rodoviário (TPR) mantém-se, desde 1991, sem alterações significativas no que se refere à frequência dos serviços. Contudo, a rede atual já serve os aglomerados urbanos de Aldeias, Folgoso e Mangualde da Serra, identificados no PDM em vigor como não sendo servidos por TPR. Por este motivo, Gouveia apresenta, na globalidade, um bom nível de cobertura (94,0% da população residente no concelho encontra-se a menos de 500 metros de uma paragem das diversas linhas que compõem o serviço público de transporte de passageiros).

Apesar das intenções veiculadas pelo PDM em vigor em classificar três edifícios como Imóvel de Interesse Público (IIP) e 57 imóveis como valores concelhios, o património classificado ou em vias de classificação presente no concelho mantém-se praticamente inalterado, uma vez que, decorridos 25 anos, permanece o mesmo número de imóveis classificados (10) e em vias de classificação (apenas um).

Ao nível das infraestruturas urbanas, assiste-se, desde 1994, a uma expansão considerável das redes de distribuição e abastecimento de água e de drenagem de águas residuais (149 Km e 67 km, respetivamente), sobretudo nos principais aglomerados do concelho, pelo que ambas servem, atualmente, a totalidade da população residente. A recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) regista,

igualmente, um significativo aumento nos anos mais recentes, encontrando-se, maioritariamente, associada à recolha seletiva.

6.2. SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES AO CONTEXTO LEGAL E ESTRATÉGICO

Tendo decorrido duas décadas e meia após a publicação do PDM de Gouveia, elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, o contexto legal conheceu profundas alterações, quer ao nível da organização do sistema nacional de gestão territorial, quer ao nível do âmbito, conteúdo e procedimentos de elaboração, acompanhamento e aprovação dos planos municipais.

O Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que desenvolve a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solo, Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), veio substituir o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, passando a ser o diploma legal que define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos IGT. Nos termos deste novo RJGT, os planos territoriais de âmbito municipal estabelecem, de acordo com as diretrizes estratégicas de âmbito regional e com as opções de desenvolvimento estratégico local, o regime de uso do solo e a respetiva execução. Por sua vez, o Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, constitui o diploma legal que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional.

Para além das alterações consubstanciadas no novo RJGT, constata-se a emergência de nova legislação com impacto relevantes nos processos de elaboração/revisão dos PDM. Estes documentos legais podem ser divididos em três tipos, de acordo com a natureza das respetivas disposições legais e da sua relação com o conteúdo dos planos — diplomas legais que regulamentam aspetos específicos dos processos de elaboração/revisão dos PDM, legislação de âmbito setorial que influencia o conteúdo dos PDM e legislação relativa a outras servidões e restrições de utilidade pública — e as suas disposições deverão ser equacionadas no âmbito da revisão do PDM de Gouveia.

Por seu turno, o contexto estratégico apresenta, igualmente, consideráveis alterações.

A revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), revogando a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, assume-se como o referencial estratégico nacional para os demais

instrumentos de gestão territorial, para a territorialização das políticas públicas e para a programação de investimentos territoriais a financiar por programas nacionais e comunitários.

A nível regional, a proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C), de maio de 2011, identifica um conjunto de objetivos estratégicos de programação para a Região Centro no sentido da estruturação e desenvolvimento sustentável do território. Por seu turno, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI), que estabelece as novas orientações estratégicas para o ordenamento florestal, determina objetivos comuns e individuais para as diversas sub-regiões homogéneas delimitadas, definindo modelos de organização territorial que assentam em normas que condicionam a ocupação, o uso e a transformação do solo nos espaços florestais que devem ser integradas na elaboração/revisão dos PDM. O Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (PGRH-RH4), instrumento de planeamento dos recursos hídricos que visa a gestão, proteção e valorização ambiental, social e económica das águas, bem como o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (POPNSE), que estabelece o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais do PNSE, definem, igualmente, objetivos estratégicos de âmbito regional com incidência territorial em Gouveia que devem ser ponderados no âmbito da revisão do respetivo PDM.

A revisão do PDM de Gouveia deve, ainda, ponderar os objetivos estratégicos definidos, a nível local, no PU de Gouveia, nomeadamente os relativos aos diversos subsistemas territoriais: estrutura verde urbana, solo urbano e estrutura viária.

Simultaneamente, a Estratégia Cidades Sustentáveis 2020, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), a Estratégia Nacional para as Florestas (ENF) e a Estratégia Turismo 2027 (ET 27), constituem, nos diversos domínios setoriais a que reportam, outros instrumentos de política de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano a considerar no âmbito do processo de planeamento que agora se inicia.

Na esfera municipal, destaca-se, ainda, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Gouveia 2020 (PEDU 2020), que procura dar resposta aos grandes desafios do desenvolvimento urbano do Município em termos de mobilidade sustentável, regeneração urbana e integração das comunidades desfavorecidas, bem como os objetivos estratégicos definidos no âmbito das 25 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) delimitadas no concelho de Gouveia.

6.3. CONTRIBUTOS PARA A REVISÃO DO PDM DE GOUVEIA

O contexto territorial, legislativo e político-estratégico que acaba de se sintetizar determina a absoluta indispensabilidade de revisão do PDM de Gouveia. Refira-se, a este propósito, que, para além das diversas razões já enumeradas que justificam a revisão do plano, e que estão, sobretudo, relacionadas com a desatualização do PDM em vigor, há uma razão muito tangível e com eventuais efeitos de curto/médio prazo que não deve ser ignorada – os planos municipais que até 13 de julho de 2020 não incluírem as novas regras de classificação e qualificação do solo, definidas no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, poderão ver suspensas as respetivas normas que deveriam ter sido alteradas e, por conseguinte, na área abrangida, não poderá haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

O processo de revisão do PDM de Gouveia, que agora se inicia, enfrentará uma série de desafios que resultam tanto das alterações territoriais que este documento procurou identificar e avaliar, como das profundas alterações do contexto legal e político-estratégico que subjaz aos procedimentos de elaboração dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente dos planos territoriais. O sucesso deste processo de planeamento, aferido quer pelo cumprimento das exigências legais em termos de acompanhamento institucional e dos prazos de conclusão dos trabalhos de revisão do plano, quer pelos resultados e impactos da implementação das propostas (estratégicas, programáticas e regulamentares) que o mesmo plano veiculará, dependerá, em grande medida, da forma como o Município for capaz de abordar e resolver estes aspetos-chave do processo de planeamento num contexto territorial desafiante e diverso e num quadro de natural divergência estratégica entre os vários atores relevantes – Município, população, interesses económicos locais, movimentos cívicos e associativos e entidades públicas.

Assim, consideram-se como aspetos-chave para o processo de revisão do PDM de Gouveia os seguintes:

- Afirmação da dimensão estratégica do PDM e da necessidade de focagem das propostas regulamentares, assegurando, nomeadamente, uma melhoria da formulação e da explicitação das componentes estratégicas, em sintonia com os procedimentos e resultados da Avaliação Ambiental Estratégica.
- Promoção de um planeamento mais explícito e firme nos princípios e nas regras relativas ao regime de uso do solo e à salvaguarda de riscos e, ao mesmo tempo, mais adaptativo, através

da adoção de mecanismos de programação em função dos resultados da gestão e de soluções de remissão para regulamentos municipais.

- Definição de princípios e regras gerais para a reclassificação do solo rústico, de forma a evitar operações de reclassificação casuísticas que desvirtuem o modelo de organização territorial consubstanciado na Planta de Ordenamento.
- Consideração e internalização no PDM de todas as disposições relativas à gestão do território que tenham incidência territorial urbanística, incluindo as que decorrem do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (em fase de recondução a programa) e da aplicação do regime jurídico da Rede Natura 2000 na área delimitada pela ZEC Serra da Estrela (Plano Setorial da Rede Natura 2000 e futuro Plano de Gestão da ZEC).
- Articulação do PDM com os instrumentos de ordenamento florestal (PROF - Centro Interior) e com o sistema de defesa da floresta contra incêndios, numa lógica de compatibilização entre a gestão do risco de incêndio e salvaguarda de pessoas e bens e o desenvolvimento económico.
- Definição do sistema urbano e da rede de áreas de atividade económica ponderando a inserção das respetivas centralidades nas redes municipais e supramunicipais, as condições de mobilidade garantidas pelas redes de acessibilidades e transportes e as condições de acesso da população a serviços de interesse geral e das empresas a serviços de interesse económico.
- Definição de um modelo de organização territorial que favoreça a dimensão proximidade nas diferentes vertentes do dia-a-dia das populações, contribuindo para a descarbonização da economia e para uma mobilidade mais sustentável.
- Ponderação dos problemas, desafios e objetivos estratégicos da política municipal de habitação (Estratégia Local de Habitação) e reabilitação urbana (Áreas de Reabilitação Urbana e Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Cidade de Gouveia), nomeadamente no que está relacionado com a resolução das carências habitacionais, com a acessibilidade ao mercado habitacional, com a reabilitação dos espaços urbanos e com a promoção de processos de regeneração e revitalização de centros urbanos
- Reforço das dimensões do ordenamento agrícola e florestal, tendo em vista a compatibilização entre a valorização económica dos recursos endógenos, a valorização dos serviços dos ecossistemas e a prevenção e redução dos riscos naturais, num cenário de mudança climática.

- Salvaguarda e proteção dos recursos e valores naturais – água, solo e biodiversidade – nomeadamente através da delimitação e regulamentação da Estrutura Ecológica Municipal.
- Contenção da artificialização do solo, nomeadamente através da redução e controlo dos perímetros urbanos, e restrição da nova edificação dispersa e isolada em solo rústico.
- Definição de uma estratégia de manutenção, ordenamento e reforço das atividades económicas ligadas ao setor secundário e aos serviços assente no planeamento estratégico e, sobretudo, na programação e execução de áreas de acolhimento empresarial.
- Conformação dos perímetros urbanos aos critérios de classificação do solo estabelecidos no Decreto Regulamentar n.º 15/2015, num contexto legal marcado pela contenção do solo urbano e pela excecionalidade das situações de reclassificação para solo urbano e num contexto territorial onde sobressaem extensas áreas urbanizáveis não executadas.
- Aproveitamento da Avaliação Ambiental Estratégica não apenas como importante instrumento de otimização, do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade, das propostas do PDM, mas também como instrumento promotor de procedimentos de monitorização e avaliação do ambiente e do ordenamento do território.
- Reforço da dimensão programática do PDM, com destaque para o Programa de Execução e Plano de Financiamento que, nos termos do RJIGT, para além da identificação e programação das intervenções consideradas estruturantes, devem incluir a ponderação da viabilidade jurídico-fundiária e da sustentabilidade económico-financeira das respetivas propostas.
- Definição das formas e modalidades de perequação compensatória, incluindo a justa repartição de benefícios e encargos e a redistribuição das mais-valias fundiárias, procurando integrar os diferentes níveis territoriais do planeamento e da programação – as unidades operativas de planeamento e gestão, os planos de pormenor e as unidades de execução – e mobilizando os diversos sistemas e instrumentos de execução previstos no RJIGT.
- Adoção e formatação das figuras legais “fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística” e “programa de financiamento urbanístico”, previstas no RJIGT, tendo em vista a eventual afetação de mais-valias urbanísticas à promoção da reabilitação urbana e à remuneração dos serviços dos ecossistemas.
- Definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial e de um modelo de organização territorial que permita a valorização e potenciação dos principais ativos territoriais e recursos

endógenos – valores naturais, paisagem, património cultural edificado e imaterial, a agropecuária e a vinha.

- Definição de uma estratégia de desenvolvimento territorial e de um modelo de organização territorial que procure reverter ou atenuar as dinâmicas de regressão populacional e de perda de importância e diversidade económica, garantindo a viabilidade da rede de equipamentos públicos e de serviços às populações, ao nível da mobilidade e transportes, educação, saúde e outros serviços sociais.

7. ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

BIBLIOGRAFIA

- Agência Portuguesa do Ambiente (2014). *PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos*.
- Agência Portuguesa do Ambiente (2016). *Plano de Gestão de Região Hidrográfica. Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (RH4)*.
- Câmara Municipal de Gouveia (1995). *Plano Diretor Municipal de Gouveia*.
- Câmara Municipal de Gouveia (2007). *Revisão do Plano de Urbanização de Gouveia. Volume I - Regulamento*.
- Câmara Municipal de Gouveia (2007). *Revisão do Plano de Urbanização de Gouveia. Volume II - Relatório do Programa*.
- Câmara Municipal de Gouveia (2015). *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Gouveia 2020*.
- Câmara Municipal de Gouveia (2019). *Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Gouveia (versão para consulta pública)*.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2010). *Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região Centro*.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2016). *Revisão do PDM - Guia Orientador*.
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Gouveia (2014). *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Gouveia*.
- Diário de Notícias (26 setembro 2018). *Gouveia recupera edifícios do estado para dinamizar rede ambiental na Serra da Estrela*.
- <https://www.dn.pt/lusa/interior/gouveia-recupera-edificios-do-estado-para-dinamizar-rede-ambiental-na-serra-da-estrela-9910388.html>
- Direção-Geral do Território (junho 2018). *Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 1995, 2007, 2010 e 2015*.
- Direção-Geral do Território (2018). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Diagnóstico*.
- Direção-Geral do Território (2018). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Estratégia*.

Direção-Geral do Território (2018). *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território: Uma Agenda para o Território (Programa de Ação)*.

Garcia, João Filipe Santos (2016). *Redescobrimo os Caminhos do Passado: Roteiro do Património Arquitetónico e Arqueológico das Povoações de Montanha no Concelho de Seia*. Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Governo de Portugal (2014). *PETI - Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas. Horizonte 2014-2020*.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (2008). *Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela*.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (2016). *Plano Setorial da Rede Natura 2020*.

Instituto Nacional de Estatística (2019). *Anuário Estatístico de Portugal - 2018*. INE, I.P.; Lisboa.

Tente, Catarina Maria Santos Guerra (1999). *Roteiro Arqueológico de Gouveia. Gouveia: Câmara Municipal de Gouveia*.

TERRITÓRIO XXI (2016). *Programa Estratégico de Reabilitação urbana da ARU do Centro Histórico da Cidade de Gouveia e Área Envolvente Consolidada*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Aldeias*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Arcozelo da Serra*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Cativelos*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Figueiró da Serra*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Folgoso*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Freixo da Serra*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Lagarinhos*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Mangualde da Serra*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Melo e Nabainhos*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Moimenta da Serra*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Nabais*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Nespereira*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Novelães*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Paços da Serra*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Passarela*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Ponte Nova*.

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Póvoa da Rainha.*

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Ribamondego.*

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Rio Torto.*

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de São Paio.*

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila Cortês da Serra.*

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila Franca da Serra.*

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vila Nova de Tazem.*

TERRITÓRIO XXI (2018). *Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vinhó.*

LEGISLAÇÃO

Bases do regime jurídico da revelação e do aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional

Lei n.º 54/2015, de 22 de junho

Cidades Sustentáveis 2020

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 16 de julho

Classificação dos bens imóveis de interesse cultural e regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro

Código Florestal

Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro

Conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e urbanismo

Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro

Critérios de classificação e reclassificação do solo

Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto

Diretivas comunitárias relativas à conservação das aves selvagens e à preservação dos habitantes naturais e da fauna e flora selvagens (transposição)

Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril

Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro

Estatuto das Estradas da Rede Nacional

Lei n.º 34/2015, de 27 de abril

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade

Resolução Do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio

Estratégia Nacional para as Florestas | ENF

Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro (1.ª publicação)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro (atualização)

Lei da Água

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (1.ª publicação)

Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho (alteração e republicação)

Lei de Bases da Habitação

Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro

Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo | LBGPPSOTU

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio

Lista Nacional de Sítios de Importância Comunitária

Declaração n.º 5/97, de 28 de agosto (1.ª fase)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00, de 5 de julho (2.ª fase)

Parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos de utilização coletiva

Portaria n.º 216-B/2008

Parques Nacionais e outros tipos de reservas

Lei n.º 9/70, de 19 de julho

Parque Natural da Serra da Estrela | PNSE

Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho (diploma de classificação)

Decreto Regulamentar n.º 50/97, de 20 de novembro (diploma de reclassificação)

Perímetros de proteção para captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público

Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro

Plano Diretor Municipal de Gouveia

Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/95, de 18 de outubro (1.ª publicação)

Declaração n.º 73/2006, de 10 de maio (1.ª alteração)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2011, de 17 de agosto (suspensão parcial)

Plano de Gestão da Região Hidrográfica | PGRH

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro (1.ª publicação)

Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro (retificação e republicação)

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela | POPNSE

Portaria n.º 583/90, de 25 de junho (1.ª publicação)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro (revisão)

Plano de Urbanização de Gouveia

Aviso n.º 16107/2008, de 26 de maio (revisão)

Aviso n.º 10051/2011, de 3 de maio (alteração por adaptação)

Plano Nacional da Água | PNA

Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de abril (1.ª publicação)

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro (revisão)

Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro | PROT-C

Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de março (determinação de elaboração)

Proposta de maio de 2011

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior | PROF – CI

Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 17/2019, de 12 de abril

Plano Rodoviário Nacional | PRN

Decreto-Lei n.º 380/85, de 26 de setembro

Decreto-Lei n.º 222/1998, de 17 de julho (1.ª publicação)

Lei n.º 98/1999, de 26 de julho (1.ª alteração)

Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto (2.ª alteração)

Plano Setorial da Rede Natura 2000

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000, de 5 de julho (diploma de classificação, entre outros, do Sítio “Serra da Estrela”)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho

Política Nacional de Arquitetura e Paisagem | PNAP

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho

Princípios e normas para a produção cartográfica

Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território | PNPOT

Alteração da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro, e n.º 103-A/2007, de 23 de novembro;

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro (revisão)

Regime de avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho

Regime de Avaliação e Gestão da Qualidade do Ar

Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro

Regime de aproveitamento das águas minerais naturais

Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março

Regime especial das expropriações e constituição de servidões necessárias à realização de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais

Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro

Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho

Regime Jurídico da Reabilitação Urbana | RERU

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto

Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho

Regime Jurídico da Titularidade dos Recursos Hídricos

Lei n.º 31/2016, de 23 de agosto

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação | RJUE

Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 10 de novembro, na sua versão mais recente

Regime Jurídico de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e dos Lagos e Lagoas de Águas Públicas

Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio

Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial | RJGT

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

Regime Jurídico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território

Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março

Regulamento das Normas e Especificações Técnicas da Cartografia

Regulamento n.º 142/2016, de 9 de fevereiro

Regulamento Geral do Ruído

Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro

Reorganização Administrativa do Território das Freguesias

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (1.ª publicação)

Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março (1.ª alteração)

Reserva Agrícola Nacional | RAN

Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro

Reserva Ecológica Nacional | REN

Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto

Portaria 336/2019, de 26 de setembro (revisão das orientações estratégicas)

Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto

Transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro

RECURSOS WEB

Agência Portuguesa do Ambiente | APA

www.apambiente.pt

Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão

www.planaltobeirao.pt

Câmara Municipal de Gouveia | CMG

www.cm-gouveia.pt

Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela | CIMBSE

www.cimbse.pt

Direção-Geral de Energia e Geologia

www.dgeg.gov.pt

Direção-Geral do Património Cultural | DGPC

www.patrimoniocultural.gov.pt

Direção-Geral do Território | DGT

www.dgterritorio.pt

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos | ERSAR

www.ersar.pt

Estratégia Turismo 20207

<https://estrategia.turismodeportugal.pt>

Infraestruturas de Portugal

www.infraestruturasdeportugal.pt

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas | ICNF

www.icnf.pt

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana | IHRU - Portal da Habitação Áreas de Reabilitação Urbana

www.portaldahabitacao.pt

www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/reabilitacao

Instituto Nacional de Estatística | INE

www.ine.pt

Marques, Lda.

www.marques.pt

Qualidade do Ar | QualAR

<https://qualar.apambiente.pt/>

Registo Nacional de Turismo | RNT

<https://rnt.turismodeportugal.pt/>

Sistema de Informação Geográfica do Turismo | SIGTUR

<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>

Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro

<http://roteiromuseus.ccdrc.pt>

Serviço Nacional de Saúde

www.sns.gov.pt

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico | SIPA

<http://www.monumentos.gov.pt>

Turismo de Portugal

www.turismodeportugal.pt

8. ANEXOS

ANEXO I - INVESTIMENTOS MUNICIPAIS POR ÁREA DE ATUAÇÃO (2000-2019)

As tabelas seguintes elencam os investimentos municipais por área de atuação: Habitação (A1_Tabela 1), Equipamentos Coletivos (A1_Tabela 2), Acessibilidades e Infraestruturas (A1_Tabela 3) e Cultura, Turismo, Lazer e Qualificação Ambiental (A1_Tabela 4).

A1_Tabela 1. Investimentos municipais (2000-2019): Habitação
(Fonte: CMG, 2019)

HABITAÇÃO	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Programa de Luta contra a Pobreza	19.302,59 €	2003
Programa de Luta contra a Pobreza - Reconstrução de um fogo de Maria Etelvina Martins Antunes (Vila Cortês da Serra) e Reconstrução de um fogo de Carlos Alberto Pereira Paulino (Ribamondego)	33.455,51 €	2004
Reconstrução de uma moradia unifamiliar - Aldeias	30.372,18 €	2008
Tratamento e impermeabilização exterior do edifício de habitação social em Gouveia	12.477,15 €	2009
Recuperação da habitação nº 2 do Bairro Operário em São Paio	25.290,32 €	2017
Bairro de habitação social Mata Rainha - Edificado e Espaço Público	338.496,85 €	2018
Recuperação de habitação em Melo (GVA_05_PARHP)	23.061,46 €	2018
Intervenção em habitação no Bairro Operário de Moimenta (danos causados pelo incêndio de 10-2017)	4.130,60 €	2018
	486.586,66 €	

A1_Tabela 2. Investimentos municipais (2000-2019): Equipamentos Coletivos
(Fonte: CMG, 2019)

EQUIPAMENTOS COLETIVOS	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Centro Experimental de Floricultura e Silvicultura de Folgosinho	44.620,16 €	2000
Piscinas cobertas e aquecidas de Gouveia	2.184.454,71 €	2001
Remodelação e Ampliação da sede da Junta de Freguesia de São Julião	111.264,90 €	2001
Construção do Recinto Desportivo de Nabais	67.107,61 €	2001
Escola de Ensino Básico de Folgosinho	93.057,05 €	2002
Capela Mortuária de Folgosinho	39.619,83 €	2002
Regularização do Campo de Futebol de Vinhó	17.358,17 €	2003
Alteração e Remodelação das instalações do Posto Médico de Vinhó	12.270,19 €	2003
Balneários e arranjos exteriores no Recinto Desportivo de Figueiró da Serra	53.196,80 €	2003
Recuperação e Remodelação da Escola Primária de Melo	63.038,74 €	2003
Recuperação e Remodelação da Escola Primária de São Julião	27.316,21 €	2003
Recuperação e Remodelação da Escola Primária de Moimenta da Serra	82.251,24 €	2003
Espaço Internet de Gouveia	12.142,32 €	2003
Sala de Provas/Antigo Refeitório dos Jesuítas	97.224,42 €	2003
Recuperação e Remodelação da Escola Primária de Nabainhos	43.838,18 €	2003
Ampliação do Cemitério de Gouveia e arranjos exteriores	126.111,39 €	2004
Demolição das edificações existentes no terreno para construção da Academia de Desporto de Gouveia	140.156,46 €	2004
Posto Médico de Melo	6.385,00 €	2004
Construção da Capela Mortuária de Nespereira	55.106,47 €	2005
Arranjo e Recuperação do Posto Médico de Moimenta da Serra	12.105,90 €	2005
Recuperação e Remodelação das Escolas Primárias de São Pedro, São Paio e Paços da Serra	340.403,88 €	2005
Requalificação da Escola Pré-Primária de São Pedro	101.050,61 €	2005
Remodelação de balneários no Estádio Municipal de Gouveia	38.451,29 €	2005
Recuperação do edifício do gerador da antiga Fábrica Têxtil Bellino & Bellino	21.475,76 €	2006
Ampliação da Câmara Municipal de Gouveia	18.776,00 €	2006
Construção do Centro de Noite de Aldeias	298.476,78 €	2006
Remodelação da Capela do Cemitério Municipal de Gouveia (novo)	8.041,16 €	2007
Remodelação dos balneários do Estádio Municipal de Gouveia - 2ª fase	20.370,71 €	2007
Escolas Primárias de São Pedro - 2ª fase	104.632,67 €	2007
Restauro da parte antiga da Capela do Cemitério Novo de Gouveia	10.180,39 €	2007

EQUIPAMENTOS COLETIVOS	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Escolas Primárias de São Paio e Paços da Serra - 2ª fase	65.103,04 €	2008
Restauro da Capela de Santa Eufémia - Gouveia	53.051,40 €	2008
Polidesportivo de Melo	5.709,00 €	2008
Substituição e Reparação de vãos exteriores das Escolas de Vinhó e Vila Franca da Serra	27.778,90 €	2008
Execução de base de betão para Polidesportivo em Melo	4.984,20 €	2008
Construção do Recinto Desportivo em Paços da Serra	230.825,53 €	2009
Instalações sanitárias publicas - Parque de Táxis de Gouveia	12.147,57 €	2010
Arruamento e infraestruturização de apoio à Escola Básica de Gouveia	281.660,01 €	2011
Arrelvamento artificial do Campo de Jogos D. Aurélia de Moura em Vila Nova de Tazem	239.913,65 €	2013
Construção de edifício de receção de animais - Quarentena	18.650,84 €	2014
Remodelação da rede de iluminação da área desportiva do Pavilhão Municipal de Gouveia	4.991,22 €	2014
Construção de abrigo de receção da Escola Básica de Gouveia	3.865,58 €	2015
Sistema Tecnológico do Município de Gouveia	127.407,74 €	2015
Substituição dos vãos de entrada do edifício do Mercado Municipal	14.026,00 €	2015
Construção dos balneários do Polidesportivo de Paços da Serra	40.216,67 €	2015
Conservação do edifício do Parque Infantil	6.164,57 €	2016
Transformação com Ampliação do Jardim de Infância/Escola EB1 de Moimenta da Serra	316.837,63 €	2016
Requalificação de Equipamento Desportivo - Piscinas em Vila Nova de Tazem	18.280,20 €	2016
Conservação e beneficiação da fachada principal do Edifício dos Paços do Concelho	30.311,11 €	2016
Beneficiação das bancadas do Estádio Municipal de Gouveia	6.090,00 €	2016
Beneficiação interior parcial da antiga Escola Primária de Vinhó	5.215,85 €	2017
Substituição de cobertura com remoção de fibrocimento - Escola Secundária de Gouveia	146.840,15 €	2017
Pinturas e reparações em Edifícios Municipais	3.623,56 €	2017
Aquisição de equipamento para o Centro Escolar de Moimenta da Serra	46.190,80 €	2017
Beneficiação do edifício do Jardim de Infância de Gouveia	8.537,21 €	2017
Melhoria do Interface de Transportes de Gouveia	235.579,51 €	2018
Remodelação e adaptação do espaço dos Belinos para funcionamento temporário dos serviços / comércios instalados no Edifício do Mercado Municipal	57.045,22 €	2018
Beneficiação do edifício da Biblioteca - Centro Escolar de Moimenta da Serra	29.035,45 €	2018
Execução de especialidade no espaço dos Belinos para funcionamento temporário dos serviços / comércios instalados no Edifício do Mercado Municipal	27.845,00 €	2018
Substituição de vãos interiores em equipamentos desportivos - Piscina Municipal Coberta	7.762,30 €	2018

EQUIPAMENTOS COLETIVOS	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Substituição da cobertura com remoção de fibrocimento - Escola Básica de Vila Nova de Tazem	75.669,10 €	2018
Conservação e Remodelação de Edifícios Municipais	7.394,98 €	2018
Requalificação do Mercado Municipal de Gouveia	1.437.147,74 €	2018
Valorização do Polidesportivo de Paços da Serra - cobertura e iluminação	194.798,37 €	2019 (previsão)
Reconversão da antiga Fábrica Têxtil Bellino & Bellino	1.345.270,00 €	2019 (previsão)
	9.386.455,10 €	

A1_Tabela 3. Investimentos municipais (2000-2019): Acessibilidades e Infraestruturas
(Fonte: CMG, 2019)

ACESSIBILIDADES E INFRAESTRUTURAS	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Construção de reservatório em São Paio	47.888,05 €	2000
Estrada Nacional 338 - Nabais Folgosinho	1.499.682,64 €	2001
Avenida da Igreja - Vila Nova de Tazem	230.411,90 €	2001
Duplicação e infraestruturas da EN 232	899.252,37 €	2001
Beneficiação da EM 523 - Moimenta - Vinhó / Continas / Nespereira / EN 17 / Arcozelo e construção de Estrada Zona Industrial de Gouveia	1.028.732,12 €	2001
EN 330 / Gouveia / Nabais/EN 17	974.610,83 €	2001
Repavimentação da EM entre a EN 17 e o Cemitério de Lagarinhos	89.023,27 €	2001
Caminho de Vila Cortês da Serra (acesso a quintas)	105.969,62 €	2001
Repavimentação da Variante de Arcozelo da Serra	78.495,41 €	2001
Reconstrução do Caminho da Serrã - Arcozelo da Serra	47.164,01 €	2001
Ampliação da rede de águas e esgotos de Mangualde da Serra	27.118,99 €	2001
Caminho Rural Lagarinhos / EN 17	23.121,60 €	2001
Reconstrução de um muro em ruínas no Caminho do Azeveiro	30.758,14 €	2001
Recuperação do pavimento da Rua Vergílio Ferreira	28.583,37 €	2002
Caminho rural de Mangualde da Serra (trabalhos imprevistos)	29.902,92 €	2002
Pavimentação da Rua da Carvalheira em Nespereira	19.752,39 €	2002
Requalificação da Zona Industrial de Gouveia	252.972,19 €	2002
Desmontagem de rocha com recurso a explosivos e equipamento adequado na EM 501	112.937,84 €	2002
Calçetamento da Rua Direita em Ribamondego	12.764,33 €	2002
Arranjos urbanos da Rua da República	112.346,61 €	2003
Construção de tanques de água	50.016,49 €	2003
Construção de muros de suporte na Encosta de Sangas - EN 338-1 Nabais / Folgosinho	124.364,15 €	2003
Desmorte de rocha na EN 338-1 - Nabais / Folgosinho	124.411,75 €	2003
Trabalhos de drenagem e consolidação de bermas na Variante de Arcozelo da Serra	89.270,18 €	2003
Reconstrução de muro nas Aldeias contíguo à EM 522-1 - Aldeias	45.682,71 €	2003
Sistema de abastecimento de água integrado - reservatório 500 m3 sito em São Paio	102.803,12 €	2003
Abertura de valas e colocação de tubagens para rede de iluminação pública no Bairro do Castelo e Rua do Outeiro em Gouveia	44.934,30 €	2003
Construção da Estação Elevatória de esgoto e emissários no Loteamento Sol Nascente	76.536,52 €	2003
Reservatório do Curral do Negro - 2ª célula	95.097,30 €	2003

ACESSIBILIDADES E INFRAESTRUTURAS	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Construção de muro de suporte contíguo à EM 522-1 - Aldeias	36.013,26 €	2003
Caminho agrícola das Lameiras	167.381,35 €	2003
Obras de Urbanização no loteamento de Maria João Fraga S.B.C. Ponces em Moimenta da Serra	84.824,32 €	2003
Beneficiação da Rua do Fundo do Povo em Nabais	99.599,92 €	2003
Infraestruturas e pavimentação da 2ª fase da Rua da Carvalheira em Nespereira	49.265,94 €	2004
Beneficiação da EM 502 - troço Cemitério de Lagarinhos/Vila Nova de Tazem	338.541,32 €	2004
Reabilitação da Rua da República (delimitação de passeios)	20.630,03 €	2004
Construção de muros de suporte em caminhos agrícolas	22.324,89 €	2004
Desmonte de rocha	5.599,80 €	2004
Construção de muros de suporte na Vila Saraiva - Freguesia de São Pedro	177.770,00 €	2004
Trabalhos de construção civil e PT para remodelação da rede elétrica da zona da feira semanal	38.730,89 €	2004
Pavimentação do caminho de acesso à ETAR de Folgosinho	37.182,36 €	2004
Reabilitação urbana da Av. dos Bombeiros Voluntários de Gouveia	19.002,20 €	2004
Estrada Gouveia / Vinhó - caminho do Jancão	252.000,00 €	2004
Construção de pontão sobre a Ribeira de São Paio	97.235,42 €	2004
Limpeza das áreas sinistradas - Ribeira de Nabais	56.400,00 €	2004
Restabelecimento de infraestruturas municipais - Caminho Florestal do Gravanho	98.194,80 €	2004
Limpeza das áreas sinistradas - Ribeira dos Namorados	59.640,00 €	2004
Infraestruturas da zona envolvente do Centro de Saúde de Gouveia	420.706,89 €	2004
Limpeza das áreas sinistradas - Rio Torto	88.704,00 €	2004
Limpeza das áreas sinistradas - Ribeira do Paço	94.656,00 €	2004
Restabelecimento de infraestruturas municipais - Caminho Florestal do Cabeço da Mata / Barroca Alta	111.132,45 €	2004
Restabelecimento de infraestruturas municipais - Caminho Florestal da Parigueira / Texugueira	62.139,80 €	2004
Caminho rural Paçoinhos / Estrada de Rio Torto	63.793,50 €	2004
Caminho rural da Eira / Senra	18.138,76 €	2004
Estrada de ligação EN 330 / EN 330-1 (Centro Hípico de Gouveia)	128.484,61 €	2004
Caminho Agrícola do Dólmén - Rio Torto	41.906,08 €	2004
Remodelação e requalificação da Rua La Bouheyre	204.701,32 €	2004
Caminho agrícola do Farvão/curral do negro	45.362,46 €	2004
Caminho agrícola Santa Guilha	44.508,86 €	2004
Caminho agrícola - Quinta das Gralhas / EN 330	44.281,60 €	2004
Caminho rural - Cabeço Alveiro/EN 17	33.375,35 €	2004

ACESSIBILIDADES E INFRAESTRUTURAS	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Caminho agrícola Chorido / Nespereira	53.094,15 €	2004
Caminho agrícola da Pedra Alta	95.834,72 €	2004
Caminho agrícola da Sobreira	73.874,66 €	2005
Caminho agrícola Moimenta - Estrada Paços/Mangualde	27.219,22 €	2005
Infraestruturas elétricas da estrada de ligação EN 330 / EN 330-1 (Centro Hípico de Gouveia)	23.317,32 €	2005
Construção de muro de suporte na Urbanização da Mata Rainha	34.172,00 €	2005
Infraestruturas elétricas e telefónicas para a requalificação da Rua La Bouheyre	78.572,80 €	2005
Rua Miguel Torga - construção de passeios e infraestruturas	54.618,02 €	2005
Arranjos do Chão do Paço - Melo	268.510,74 €	2005
Requalificação da Rua Casimiro de Andrade	216.157,66 €	2005
Repavimentação da EN 330 -1 – Gouveia / São Paio / EN 17	98.111,75 €	2005
Loteamento dos Quintais em Tazem	71.753,36 €	2005
Construção de muro junto ao Posto Médico de Melo	13.827,76 €	2005
Repavimentação da Estrada Tazem / Lajes	24.689,50 €	2005
Trabalhos de beneficiação e pavimentação de caminho na Freguesia de Melo	14.476,04 €	2005
Regadio da Freguesia de São Julião - 1ª fase	117.817,15 €	2005
Caminho agrícola do Gavilão - Paços da Serra	130.843,71 €	2005
Pavimentação de caminhos na Freguesia de Nabais	18.312,50 €	2005
Impermeabilização de açude / barragem de terra em Vinhó	9.657,50 €	2005
Construção de muros de suporte e vedações no caminho da Serrã	27.906,35 €	2005
Infraestruturas elétricas da EN 232 entre a Rotunda do Pastor e a futura Rotunda da Variante de Gouveia	23.821,65 €	2006
Construção e arranjos exteriores da Rotunda da Rua La Bouheyre	105.016,79 €	2006
Infraestruturização de arruamentos em Moimenta da Serra	56.039,16 €	2006
Beneficiação de arruamentos em Tazem	15.141,16 €	2006
Iluminação de passadiço e escadaria na Rua Casimiro de Andrade	32.180,50 €	2007
Reparação do tanque da Mata Rainha	14.077,50 €	2007
Requalificação de passeios na Avenida dos Bombeiros Voluntários	24.128,51 €	2007
Drenagem pública e tratamento de águas residuais - Freguesia de Aldeias	361.177,53 €	2007
Infraestruturas elétricas e telefónicas da Rua 5 de Outubro	98.797,77 €	2007
Infraestruturas elétricas em Melo e Folgosinho	18.394,77 €	2007
Requalificação da Rua 5 de Outubro	256.603,92 €	2007
EN 330 - Gouveia / Nabais - retificação e conclusão	855.126,94 €	2007
Obra de alteração do caminho agrícola das Lameiras	111.085,50 €	2007
Iluminação pública e ornamental da Fonte da Ribeira - Gouveia	8.640,00 €	2007

ACESSIBILIDADES E INFRAESTRUTURAS	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Pavimentação do caminho de acesso entre a Variante de Vila Nova de Tazem e a C+S	21.624,85 €	2008
EN 338/1 - Nabais / Folgoso - retificação e conclusão	135.789,09 €	2008
Pavimentação e infraestruturas da Rua da Serrã - Arcozelo da Serra	53.850,60 €	2008
Retificação e pavimentação da EM 555 entre o km 0+000 e o km 2+000 (Nabais / Melo)	144.996,75 €	2008
Beneficiação da EN 232 - troço 1 entre os kms 20+300 e 23+457; troço 2 entre os kms 25+370 e 27+519; ligação entre a EN 232 e a EN 330-1	328.372,75 €	2008
Beneficiação da EM de ligação entre Vila Cortês da Serra e Freixo da Serra	121.648,74 €	2008
Retificação e pavimentação da EM 555 no troço urbano de Figueiró da Serra	129.221,15 €	2008
Alargamento e pavimentação do caminho de Jancão - Freguesia de São Julião	81.586,01 €	2008
Requalificação do arruamento da Urbanização Sol Nascente - Vila Nova de Tazem	104.716,04 €	2008
Beneficiação da EM de ligação EN 17 a Nabainhos	109.798,92 €	2008
Conclusão da pavimentação do caminho agrícola das Lameiras	22.718,70 €	2008
Drenagem e tratamento de águas residuais - Freguesia Aldeias	367.548,91 €	2008
Requalificação infraestrutural do Cabeço de Maria - Gouveia	91.432,13 €	2009
Caminho rural de Cortes - Aljão	121.722,43 €	2009
Caminho rural da Barbosa - Vila Cortês da Serra	85.187,72 €	2009
Beneficiação e requalificação da EM 522 entre Gouveia e Paços da Serra	678.802,40 €	2009
Substituição de PT, valas e tubagens da rede elétrica	8.162,50 €	2009
Parque de contentores de lixo e ecopontos	6.877,62 €	2009
Retificação das obras de urbanização do loteamento das Amarantes	32.743,09 €	2009
Construção do muro de vedação do arruamento Dr. Mário Gomes Figueira	16.903,07 €	2009
Beneficiação parcial da Rua Vergílio Ferreira	23.883,58 €	2009
Acesso pedonal entre a Rua Senhora do Porto e a zona das Amarantes	140.553,73 €	2009
Estrada de ligação EN 17 a Nabais	178.176,85 €	2009
Troço urbano da Estrada do Curral do Negro	101.125,36 €	2009
Reconstrução de muro em Folgoso	20.654,97 €	2010
Reforço da sinalização e segurança da EN 338	34.862,72 €	2010
Drenagem pública e tratamento de águas residuais em Ribamondego	361.331,18 €	2011
Infraestruturação dos arruamentos envolventes ao Palácio de Justiça de Gouveia	372.575,49 €	2011
Loteamento da Zona Industrial das Amarantes	633.427,04 €	2011
Melhoria das acessibilidades infraconcelhias	554.345,91 €	2012

ACESSIBILIDADES E INFRAESTRUTURAS	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Estabilização de emergência após incêndio - beneficiação da rede viária florestal	110.959,13 €	2012
Construção de muro de vedação e trabalhos de drenagem em caminho agrícola em Vila Cortês da Serra	2.901,25 €	2012
Reconstrução e reforço do muro de suporte do arruamento da Avenida Emídio Navarro, em Gouveia	18.893,10 €	2013
Reconstrução do muro do Paço em Melo	6.958,75 €	2013
Passeio pedonal da Avenida Botto Machado	19.126,50 €	2013
Reforço do muro de suporte da Rua da Eira, em Aldeias	17.153,16 €	2013
Travessia da Ribeira de Gouveia - Variante de São Pedro	85.214,12 €	2013
Pavimentação dos arruamentos: Rua Cruzinha em Aldeias; Caminho Madre de Água, Vinhó; Caminho do Pucarinho em Arcozelo; Caminho da Dobreira, em Cativelos; Caminho do Chanzal, em Vila Nova de Tazem	92.217,52 €	2013
Requalificação e pavimentação do troço urbano da Estrada do Seminário	121.284,47 €	2013
Estabilização de emergência após incêndio - beneficiação da rede viária florestal 2013	49.906,51 €	2014
Pavimentação no Cabeço de Maria	19.000,00 €	2014
Beneficiação da EN 330-1 entre Gouveia e a EN 17	356.800,00 €	2014
Pavimentação da Rua dos Palambres, em São Paio	4.886,38 €	2014
Demolição da edificação/construção de muro de contenção na Avenida Emídio Navarro	12.967,50 €	2015
Beneficiação da EM 555 entre Melo e Figueiró da Serra	276.556,41 €	2015
Calçetamento do acesso / parada aos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Tazem	9.386,22 €	2015
Beneficiação da EM: EN 17 - Rio Torto - Vila Nova de Tazem	68.718,41 €	2015
Alargamento da Ponte de São Cosmado, nas Aldeias	22.559,60 €	2015
Sinalização horizontal de 2702 km de EM, troços de Figueiró limite do concelho e EN 17 / Rio Torto	2.000,00 €	2015
Alargamento do entroncamento da Rua Dr. Mário Gomes Figueira com a Rua Eulália Mendes (EM 522)	11.986,40 €	2016
Construção de muro no Caminho do Azeveiro, em Gouveia	14.319,90 €	2016
Alargamento e pavimentação da Rua Carreira da Missa em Paços da Serra - 1ª fase	12.806,22 €	2016
Reconstrução de muro de suporte e vedação à EM 522 – Gouveia	22.957,23 €	2016
Caminho da Madre de Água	89.676,01 €	2016
Construção da rede de águas pluviais na Rua Dr. António Mendes - Vila Nova de Tazem	38.067,97 €	2016
Semaforização do cruzamento das Continas	16.063,61 €	2016
Construção de rede de saneamento básico na Rua António Pereira Godett em Moimenta da Serra	27.305,98 €	2016
Arranjo urbanístico na Avenida das Escolas - Paços da Serra	50.137,24 €	2016
Recuperação da calçada da Rua Cardeal Mendes Belo, em Gouveia	3.702,42 €	2016

ACESSIBILIDADES E INFRAESTRUTURAS	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Renovação de sinalização horizontal na rede viária municipal do concelho de Gouveia	58.403,18 €	2016
Caminho da ETAR de Gouveia	88.636,24 €	2016
EM 502 - beneficiação- troço EN 17 - Moimenta da Serra	169.297,36 €	2016
Adaptação de rede viária florestal no concelho de Gouveia	136.568,68 €	2016
Pavimentação da Rua 1º de Dezembro Gouveia	15.489,00 €	2016
Repavimentação dos arruamentos Rua Albino Pimentel e Rua Nossa Senhora Rainha em Gouveia	30.648,65 €	2016
Criação e reconversão da rede de vias pedonais - Rua Cardeal Mendes Belo (Cardia)	123.288,56 €	2016
Semaforização do cruzamento das ruas - Variante Santinho Pacheco e Rua da Cerca em Paços da Serra com a EM 522	12.236,00 €	2017
Beneficiação da rede viária florestal no concelho de Gouveia	46.349,15 €	2017
Beneficiação do Caminho do Vale da Mó	71.991,16 €	2017
Beneficiação da EM 555-2 - Folgoso a Freixo da Serra	145.966,42 €	2017
Beneficiação da EM 522-1, entre Aldeias e Mangualde da Serra, com capilar da Senhora do Monte	103.412,78 €	2017
Beneficiação da EM entre Paços da Serra e a EN 17	213.770,80 €	2017
Pavimentação da Rua dos Senhor dos Aflitos em Ribamondego	4.967,10 €	2017
Beneficiação da Estrada de Vila Nova de Tazem - Avenida do Lar	156.046,07 €	2017
Drenagem pública de águas residuais de Folgoso - Estação Elevatória da Rua Fonte dos Limos Verdes	39.308,02 €	2017
Estabilização de emergência pós incêndio - Rio Torto / Ribamondego - beneficiação da rede viária florestal	53.870,16 €	2017
Recuperação e beneficiação do espaço público da Urbanização da Mata Rainha em Gouveia	148.294,12 €	2017
Drenagem pública e tratamento de águas residuais de Gouveia - construção de rede entre as Continas e Polins	224.348,62 €	2017
Estabilização de emergência pós incêndio - Senhora do Monte - beneficiação da rede viária florestal	128.050,81 €	2017
Remodelação da Rotunda de São Lázaro, em Gouveia	123.900,00 €	2017
Pavimentação da Estrada Vinho / EN 17	180.911,96 €	2017
Drenagem pública e tratamento de águas residuais de Vila Franca da Serra	293.671,56 €	2018
Reposição após incêndio de vias municipais - Caminho Natural	90.324,30 €	2018
Construção de arruamento de ligação entre o Centro Cultural de Vila Nova de Tazem e a Estrada da Variante	128.445,11 €	2018
Drenagem pública e tratamento de águas residuais de Figueiró da Serra	265.793,39 €	2018
Drenagem pública e tratamento de águas residuais de Vila Cortês da Serra	242.672,28 €	2018
Arranjo urbanístico da Rua do Jardim Lopes da Costa	51.231,32 €	2018
Drenagem pública de águas residuais de Cativeiros - Bairro da Cascata	36.833,70 €	2018

ACESSIBILIDADES E INFRAESTRUTURAS	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Reconstrução de muro de suporte na Rua da Canada, transversal à Rua La Bouheyre	15.066,30 €	2018
Construção de emissário pluvial da Rua das Escolas em Arcozelo da Serra	37.531,00 €	2018
Drenagem pública de águas residuais de passarela - construção da rede de drenagem na Rua Engenheiro Álvaro oliveira santos lima	92.815,10 €	2018
Drenagem pública águas residuais de Aninhos - Estação Elevatória na Rua Direita	58.600,00 €	2018
Ampliação da rede de esgotos ao Bairro da Teixogueira em Rio Torto com remodelação da rede	108.600,00 €	2018
Drenagem pública águas residuais em Arcozelo da Serra - Rua da Escola	25.094,53 €	2018
Caminho de acesso à Estação Elevatória de esgotos de Vila FRANCA da serra	7.287,40 €	2018
Muro de suporte do arruamento urbano de acesso ao Cemitério de Cativelos	8.367,50 €	2018
Drenagem pública de águas residuais de Cativelos - Bairro da Tapada	60.188,10 €	2018
Beneficiação da Rua do Olival em Vila Nova de Tazem	35.500,00 €	2018
Reabilitação de infraestruturas da urbanização contigua à Rua Luís de Camões	18.364,43 €	2018
Construção de acesso publico a Melo	8.672,30 €	2018
Drenagem pública de águas residuais de Nabais - construção da rede de drenagem no Caminho Largo e Avenida das Tílias	126.635,55 €	2019
Drenagem pública de águas residuais de Moimenta da Serra - Estação Elevatória na rua António Pereira Godett	23.577,93 €	2019
Execução de passeios em Cativelos - Bairro da Tapada	29.178,90 €	2019
Intervenções urgentes de regularização fluvial nas áreas afetadas pelos incêndios florestais ocorridos entre agosto e outubro de 2017 - obras hidráulicas e estruturas de drenagem e correção fluvial	161.208,50 €	2019 (previsto)
Substituição da rede pluvial na Rua Cardeal Mendes Belo, em Melo	26.948,00 €	2019 (previsto)
	23.797.346,26 €	

A1_Tabela 4. Investimentos municipais (2000-2019): Cultura, Turismo, Lazer e Qualificação Ambiental
(Fonte: CMG, 2019)

CULTURA, TURISMO, LAZER E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Reabilitação da zona da Ribeira e Outeiro - Freguesia de São Julião	234.703,61 €	2001
Reabilitação da zona da Ribeira/Outeiro	173.750,38 €	2001
Arranjos dos espaços exteriores do Hospital	97.328,26 €	2002
Iluminação ornamental da Igreja de São Pedro	27.802,90 €	2003
Reabilitação do Jardim Viriato - São Julião - Gouveia	29.219,76 €	2003
Arranjo da Praça da Junta de Freguesia de Rio Torto	21.036,06 €	2004
Construção do Centro Cultural e Piscinas de Vila Nova de Tazem	1.556.354,97 €	2004
Edifício para Centro Cultural em Moimenta da Serra - Recuperação e Ampliação	142.216,90 €	2004
Remodelação do recinto das festas em Vila Franca da Serra	29.378,06 €	2004
Arranjos exteriores da área em frente ao atual Mercado Municipal de Gouveia	317.451,84 €	2005
Jardim da Ribeira - 2ª fase	128.140,77 €	2005
Construção da sede do Rancho Folclórico de Vila Nova de Tazem	260.042,47 €	2005
Recolocação do Pelourinho de Gouveia	5.884,00 €	2005
Remodelação do Pavilhão Casa de Cultura da Junta de Freguesia de São Paio - 2ª fase	36.716,05 €	2005
Demolições: casa em Moimenta e cabine de PT junto ao Cemitério Velho de Gouveia	7.405,00 €	2005
Espelho de água na Ribeira do Paço em Vila Cortês	98.814,19 €	2006
Salão de Miniatura Automóvel	93.675,21 €	2007
Construção de quiosque/bar para Mostra de Produtos Regionais	98.131,73 €	2007
Fonte ornamental	21.888,07 €	2007
Requalificação dos pontos sensíveis de acesso à Serra da Estrela e de Fontanários em Aldeias	115.687,16 €	2007
Requalificação Paisagística De Troço Da Ribeira De Paços Da Serra	66.030,46 €	2007
Infraestrutura telefónica para o Museu de Miniatura Automóvel	6.150,00 €	2007
Pinturas no Museu Abel Manta	6.548,94 €	2008
Requalificação paisagística de troço na Ribeira de Paços da Serra - 2ª fase	56.074,76 €	2008
Construção de elemento decorativo metálico da rotunda do cruzamento entre a EN 17 e a EN 232	50.480,00 €	2008
Arranjo paisagístico da rotunda do cruzamento da EN 17 com a EN 232	90.161,52 €	2008
Instalações sanitárias - Curral do Negro	23.856,67 €	2008
Execução de grill no Curral do Negro	4.215,00 €	2008
Requalificação parcial da Praça de São Pedro, frontal à Biblioteca Vergílio Ferreira	74.193,21 €	2009
Requalificação do recinto da Capela do Senhor do Calvário	40.004,07 €	2009

CULTURA, TURISMO, LAZER E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL	VALOR DO INVESTIMENTO	ANO DE CONSIGNAÇÃO
DESIGNAÇÃO DA AÇÃO		
Requalificação do Largo do Rossio (1ª fase) - Moimenta da Serra	34.596,33 €	2009
Centro de Animação Socio-Juvenil de Nespereira - Gouveia	159.190,99 €	2009
Arranjo urbano do cruzamento entre a Rua do Museu Abel Manta e a Rua Monte do Calvário	12.499,93 €	2011
Requalificação ambiental do Jardim do Paixotão	315.117,51 €	2011
Caminho Natural: Gouveia (Curral do Negro) - Folgosinho - Covão da Ponte (limite do concelho)	2.318.027,47 €	2012
Preservação da fonte do Chafurdo da Praceta do Rossio - Moimenta da Serra	48.258,72 €	2012
Antiga fábrica das bobines, com área pública envolvente e Requalificação da Praça do Município	1.042.598,59 €	2012
Cessão de posição contratual Caminho Natural: Gouveia (Curral do Negro) - Folgosinho - Covão da Ponte (limite do concelho)	2.351.677,32 €	2012
Valorização do espaço de lazer contíguo à Avenida António Maria dos Santos, em São Paio	32.523,65 €	2013
Equipamentos de recreio a implementar no espaço da antiga fábrica das bobines	42.000,00 €	2014
Beneficiação interior do edifício da Biblioteca Municipal de Gouveia	3.650,00 €	2016
Remodelação de pavimento no Museu Abel Manta	4.080,00 €	2018
Manutenção e criação de espaços verdes no concelho de Gouveia	7.770,00 €	2018
Recuperação e limpeza dos fontanários da estrada da Serra (EN 232) - Fonte do Mondeguinho e Ti Filipe	3.400,00 €	2018
Reabilitação do espaço envolvente à antiga Fábrica Têxtil Bellino & Bellino - 1ª fase	159.201,98 €	2019
Reabilitação do espaço público no Bairro do Castelo	225.646,51 €	2019 (previsão)
Reabilitação do espaço envolvente à antiga Fábrica Têxtil Bellino & Bellino - 1ª fase	159.201,98 €	2019 (previsão)
Reabilitação do espaço envolvente à antiga Fábrica Têxtil Bellino & Bellino - 2ª fase	786.889,80 €	2019 (previsão)
	11.619.672,80 €	

ANEXO II - ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DELIMITADAS NO CONCELHO DE GOUVEIA

As tabelas seguintes elencam as características das 25 ARU delimitadas no concelho de Gouveia.

A1_Tabela 5. ARU e ORU do Centro Histórico da Cidade de Gouveia e Área Envolvente Consolidada
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU e ORU DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE GOUVEIA E ÁREA ENVOLVENTE CONSOLIDADA			
Freguesia:	UF de Gouveia	Área:	211 hectares
Lugares:	São Pedro e São Julião	População residente:	3.237 (Censos 2011)
Descrição sumária:	<p>A ARU inclui o centro histórico de Gouveia e a área envolvente consolidada. Com exceção da zona antiga de Gouveia, caracterizada por um tecido urbano compacto, com arruamentos de perfil estreito e escala reduzida (de onde se destaca o bairro do Castelo, marcado pelo traçado urbano medieval), a imagem urbana da cidade é caracterizada por uma massa edificada pouco consolidada, com espaços intersticiais vazios e alinhamentos pouco marcantes. A cidade antiga é marcada pela homogeneidade, e é aqui que se localizam os espaços e os edifícios de maior interesse arquitetónico.</p> <p>Em setembro de 2018 foi aprovada a ORU com o objetivo de proceder a um conjunto articulado de intervenções assentes numa estratégia que visa desenvolver a Cidade de Gouveia como um centro urbano mais sustentável, qualificado e coeso, nomeadamente através da prossecução dos seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização da identidade e a atratividade urbanas; ▪ Reforço da multifuncionalidade urbana; ▪ Promoção da qualificação urbanística e a valorização ambiental; ▪ Promoção da revitalização económica, social e cultural. 		
		Limite territorial:	

Figura 51. Limite territorial da ARU do Centro Histórico da Cidade de Gouveia e Área Envolvente Consolidada

A1_Tabela 6. ARU de Passarela
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE PASSARELA	
Freguesia:	UF de Rio Torto e Lagarinhos
Lugar:	Passarela
Descrição sumária:	<p>A ARU abrange a totalidade do aglomerado urbano de Passarela.</p> <p>Passarela constitui um pequeno aglomerado urbano de carácter rural, com um acesso viário único e um crescimento urbano que apresenta alguma expressão na parte sul do aglomerado. Apresenta um núcleo antigo relativamente bem conservado, estruturado pelo eixo correspondente à Rua da Cegonha/Rua de Santo Amaro, no qual entroncam diversas travessas, vielas e becos sem saída. Com um carácter marcadamente rural, encontra-se muito associado a um conjunto de propriedades agrícolas de alguma dimensão, que se integram na malha urbana através de edifícios que se destacam pela dimensão e características arquitetónicas. A Casa da Passarela, uma propriedade agrícola de relevância municipal/regional, à qual se encontra associado um empreendimento de enoturismo, constitui o mais notável exemplo desta tipologia urbano-rural.</p>
Área:	69,5 hectares
População residente:	118 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 52. Limite territorial da ARU de Passarela

A1_Tabela 7. ARU de Ponte Nova
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE PONTE NOVA	
Freguesia:	Vila Franca da Serra
Lugar:	Ponte Nova
Descrição sumária:	<p>A ARU abrange a totalidade do aglomerado urbano com o mesmo nome e a envolvente natural diretamente relacionada, incluindo, ainda, o troço final da ribeira de Linhares.</p> <p>Ponte Nova constitui um pequeno aglomerado urbano de carácter rural, com um acesso viário único e uma concentração urbana de maior expressão junto da ponte sobre o Mondego. Apresenta um núcleo antigo, de pequena dimensão, junto da ponte, praticamente desabitado e a necessitar de reabilitação, estruturado em torno de uma via central e de várias travessas que nela desembocam, em direção à ribeira de Linhares, imediatamente a norte. Devido à sua localização e às suas características, este pequeno aglomerado encerra grande potencialidade turística, no âmbito do turismo rural e da natureza.</p>
Área:	12,5 hectares
População residente:	14 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 53. Limite territorial da ARU de Ponte Nova

A1_Tabela 8. ARU de Cativelos
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE CATIVELOS	
Freguesia:	Cativelos
Lugares:	Cativelos e Dobreira
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba os núcleos centrais dos lugares de Cativelos e de Dobreira, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as infraestruturas turísticas existentes e as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>Localizado na freguesia de Cativelos, este aglomerado, de carácter marcadamente rural, com acessos viários da rede nacional e regional mais ou menos periféricos aos núcleos antigos, apresenta um crescimento urbano algo desordenado em torno dos principais eixos viários. Apresenta dois núcleos antigos (um de maior dimensão, em Cativelos, e outro pequeno núcleo em Dobreira) com um estado de conservação razoável, estruturados por eixos centrais, dos quais partem e desembocam diversas espaços de circulação de perfil mais reduzido (travessas, vielas, pátios e becos). As zonas de desenvolvimento urbano mais recente encontram-se ao longo da EN 232 e na Rua Nova da Dobreira, a nascente e no eixo EM 501 / Rua Cónego Álvaro Fernandes, a poente. O aglomerado encontra-se envolvido por áreas florestais e agrícolas que lhe conferem uma marcada identidade rural.</p>
Área:	97,3 hectares
População residente:	614 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 54. Limite territorial da ARU de Cativelos

A1_Tabela 9. ARU de Vila Nova de Tazem
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE VILA NOVA DE TAZEM	
Freguesia:	Vila Nova de Tazem
Lugares:	Vila Nova de Tazem e Tazem
Descrição sumária:	<p>Vila Nova de Tazem constitui-se, juntamente com Tazem, como o segundo aglomerado urbano de maior dimensão no concelho de Gouveia. A ARU, englobando os dois lugares censitários mencionados, apresenta características de um aglomerado urbano de transição urbano-rural, com núcleos antigos consolidados e edificação compacta que se vão tomando mais esparsos à medida que nos afastamos rumo à sua periferia. A envolvente do aglomerado urbano é constituída por áreas agrícolas e florestais, destacando-se as extensões de campos de cultivo dedicados à oliveira e à vinha.</p>
Área:	233 hectares
População residente:	1644 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 55. Limite territorial da ARU de Vila Nova de Tazem

A1_Tabela 10. ARU de Aldeias
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE ALDEIAS	
Freguesia:	UF de Aldeias e Mangualde da Serra
Lugares:	Alrote, Eira e São Cosmado
Descrição sumária:	<p>A ARU encontra-se totalmente integrada na área do Parque Natural da Serra da Estrela.</p> <p>A ARU é composta por dois pequenos núcleos antigos, nos aglomerados de Alrote e São Cosmado, e por duas áreas de expansão mais recente no aglomerado de Eira, que se desenvolvem na envolvente do eixo formado pela Rua Principal, Largo do Terreiro, Largo do Cabo, Rua das Cilindras, Rua António Pereira dos Santos, Rua da Eira e Rua do Vale de Dom Pedro, que atravessa os três aglomerados urbanos. A malha urbana é, nos núcleos antigos de Alrote e São Cosmado, compacta e concentrada, tirando partido da existência de pequenas áreas de topografia menos acidentada. Eira é um aglomerado urbano caracterizado por uma expansão mais recente, principalmente nas áreas a norte e centro, concentrando-se a edificação mais antiga a sul, na contiguidade do aglomerado urbano de São Cosmado. À medida que aumenta a distância aos núcleos antigos, verifica-se que a edificação tende a apresentar uma ocupação mais dispersa.</p>
Área:	60,6 hectares
População residente:	322 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 56. Limite territorial da ARU de Aldeias

A1_Tabela 11. ARU de Arcozelo da Serra
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE ARCOZELO DA SERRA	
Freguesia:	Arcozelo da Serra
Lugar:	Arcozelo da Serra
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central de Arcozelo da Serra, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as infraestruturas turísticas existentes e as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>Apresenta uma estrutura urbana linear, ao longo dos principais eixos de atravessamento do mesmo, mais concentrada na zona central, na envolvente da Rua Professor Alexandre Cotima e da Capela de Santo António. A povoação dispersou-se ao longo dos caminhos existentes, principalmente dos acessos considerados fundamentais, sendo particularmente relevante o eixo constituído pela Rua Professor Alexandre Cotima (EM 508). A implantação do aglomerado na margem esquerda da ribeira de Gouveia deve-se, essencialmente, à riqueza dos solos agrícolas, originando uma forte implantação de atividades do sector primário.</p>
Área:	84,5 hectares
População residente:	687 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 57. Limite territorial da ARU de Arcozelo da Serra

A1_Tabela 12. ARU de Figueiró da Serra
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE FIGUEIRÓ DA SERRA	
Freguesia:	UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra
Lugar:	Figueiró da Serra
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central do lugar e Figueiró da Serra, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as infraestruturas turísticas existentes, as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, o mosaico agrícola associado às áreas urbanas do aglomerado e à envolvente natural que o circunda, assegurando a coesão e integridade territorial do aglomerado urbano.</p> <p>Totalmente integrada na área do Parque Natural da Serra da Estrela, a ARU apresenta uma malha urbana linear, concentrada principalmente no núcleo antigo de Figueiró da Serra, ao longo do eixo Rua da Capela/Rua da Fonte e na envolvente da Igreja da Imaculada Conceição. As áreas de desenvolvimento urbano mais recente, Rua da Estrada Velha e Rua da Portela, bem como as áreas mais rurais a nascente, que tendem a ser mais dispersas. A difícil acessibilidade ao aglomerado urbano tem criado alguns constrangimentos em termos de desenvolvimento e crescimento de Figueiró da Serra.</p>
Área:	66,7 hectares
População residente:	260 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 58. Limite territorial da ARU de Figueiró da Serra

A1_Tabela 13. ARU de Folgoso
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE FOLGOSINHO	
Freguesia:	Folgosinho
Lugar:	Folgosinho
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central de Folgosinho, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, o mosaico agrícola associado às áreas urbanas do aglomerado, e a envolvente natural que o circunda, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>Totalmente integrada na área do Parque Natural da Serra da Estrela, a ARU apresenta uma malha urbana concentrada na vertente sul e poente do Castelo de Folgosinho, envolvendo os principais elementos patrimoniais do aglomerado. Os eixos principais do aglomerado são orientados na direção norte-sul e destes saem radiais na zona mais próxima do Castelo. Folgosinho situa-se num planalto, de acesso dificultado pela sinuosidade dos traçados viários, com barreiras topográficas a nascente e norte, que condicionaram a sua expansão, orientando o desenvolvimento urbano para sul (EN 338-1) e sudeste, de forma algo dispersa.</p>
Área:	66,5 hectares
População residente:	451 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 59. Limite territorial da ARU de Folgoso

A1_Tabela 14. ARU de Freixo da Serra
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE FREIXO DA SERRA	
Freguesia:	UF de Figueiró da Serra e Freixo da Serra
Lugar:	Freixo da Serra
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central do lugar de Freixo da Serra, as áreas de equipamentos de uso coletivo e as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>Totalmente integrada na área do Parque Natural da Serra da Estrela, a ARU apresenta uma estrutura urbana concentrada no núcleo antigo de Freixo da Serra (na envolvente da Igreja de Nossa Senhora da Expectação) e uma estrutura linear nas áreas de expansão urbana mais recentes, nomeadamente ao longo da Estrada Municipal 555.</p> <p>Freixo da Serra apresenta alguns constrangimentos em termos de desenvolvimento e crescimento, relacionados nomeadamente com a sua localização geográfica e deficiente acessibilidade.</p>
Área:	19,6 hectares
População residente:	93 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 60. Limite territorial da ARU de Freixo da Serra

A1_Tabela 15. ARU de Lagarinhos
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE LAGARINHOS	
Freguesia:	UF de Rio Torto e Lagarinhos
Lugar:	Lagarinhos
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central do lugar de Lagarinhos, as áreas de equipamentos de uso coletivo e as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>A oeste, destaca-se a malha urbana de cariz mais orgânico, no centro do aglomerado, correspondente ao núcleo mais antigo, com arruamentos estreitos e inclinados que dificultam o acesso; a partir desta área central são traçadas vias como a Rua Sá Carneiro, que contrastam do restante aglomerado pelo desenho urbano de carácter ortogonal a que dão origem. A este, destaca-se a urbanização dispersa ao longo de vias como a Avenida José Mendes Oliva ou a Rua do Prazo (que ligam diretamente à estrada nacional EN 17) e que coexistem com os campos agrícolas, áreas de olival, pomar ou pinhal, que ocupam uma área de meia encosta orientada a nascente.</p>
Área:	30,6 hectares
População residente:	290 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 61. Limite territorial da ARU de Lagarinhos

A1_Tabela 16. ARU de Mangualde da Serra
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE MANGUALDE DA SERRA	
Freguesia:	UF de Aldeias e Mangualde da Serra
Lugar:	Mangualde da Serra
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central do lugar de Mangualde da Serra, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as infraestruturas turísticas existentes e as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>Totalmente integrada na área do Parque Natural da Serra da Estrela, a sua localização é pouco favorável em termos topográficos, estando implantado em plena encosta da Serra da Estrela, numa zona bastante declivosa, marcada pelos socacos agrícolas plantados ou delimitados por olival.</p> <p>A ARU apresenta uma malha urbana linear ao longo dos eixos estruturantes do aglomerado, na qual se destaca um núcleo principal formado ao longo da Rua da Capela e uma dispersão relativa de edificações mais recentes ao longo das restantes vias como a EM 522-1.</p>
Área:	39,5 hectares
População residente:	155 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 62. Limite territorial da ARU de Mangualde da Serra

A1_Tabela 17. ARU de Melo e Nabainhos
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE MELO E NABAINHOS	
Freguesia:	UF de Melo e Nabais
Lugares:	Melo e Nabainhos
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba os núcleos centrais dos lugares de Melo e Nabainhos, áreas de equipamentos, áreas de expansão urbana mais ou menos recentes e mosaico agrícola intrinsecamente associado às áreas mais urbanas do aglomerado, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano. Quase totalmente integrada na área do Parque Natural da Serra da Estrela, a ARU é composta por dois aglomerados urbanos diferenciados, mas estreitamente ligados pelo que faz todo o sentido tratá-los em conjunto. Com uma génese marcadamente tradicional e um património edificado muito relevante, o aglomerado urbano de Melo é composto, essencialmente, por um núcleo antigo coeso que se estende ao longo da ribeira do Paço e por três pequenos conjuntos edificados mais recentes, ladeando a EM 555 (na direção a nascente e poente deste núcleo). Nabainhos, por seu turno, acaba por ter uma estrutura urbana mais linear ao longo da Rua Direita/Rua da Ponte (sentido nascente-poente) e Rua do Fomelho / Rua do Poste (no sentido norte-sul), no caso da zona mais antiga. Nas áreas de expansão ganham protagonismo a Rua da Saborida (ligação direta a Melo) e a Rua do Bairro de São Martinho.</p>
Área:	104,7 hectares
População residente:	451 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 63. Limite territorial da ARU de Melo e Nabainhos

A1_Tabela 18. ARU de Moimenta da Serra
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

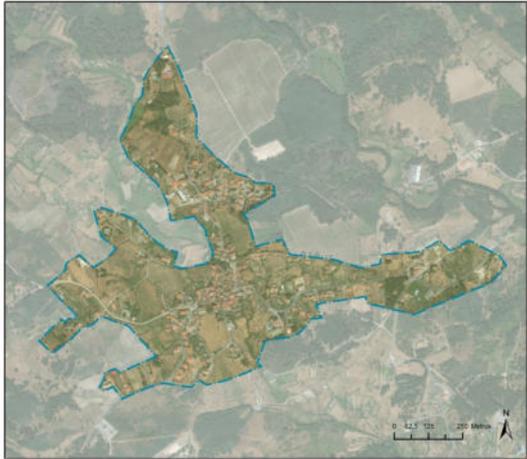
ARU DE MOIMENTA DA SERRA	
Freguesia:	UF de Moimenta da Serra e Vinhó
Lugar:	Moimenta da Serra
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central de Moimenta da Serra, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, e mosaico agrícola intrinsecamente associado às áreas mais urbanas do aglomerado, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>Parcialmente integrada no Parque Natural da Serra da Estrela, a ARU apresenta uma estrutura urbana contínua, estruturada em pequenos núcleos em torno ou na envolvente de elementos patrimoniais relevantes (Capela de São Sebastião, Solares e Capela de São Pedro).</p> <p>O desenvolvimento urbano de Moimenta da Serra fez-se tirando partido das estradas municipais que o atravessam e dos caminhos principais existentes, razão pela qual se assiste a uma certa nuclearização e dispersão do aglomerado. A sua localização proporciona-lhe boas acessibilidades às cidades de Gouveia e Seia (EM 522), bem como a Vinhó e Mangualde da Serra (EM 523 e EM 522-1, respetivamente).</p>
Área:	67,7 hectares
População residente:	599 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 64. Limite territorial da ARU de Moimenta da Serra

A1_Tabela 19. ARU de Nabais
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE NABAIS	
Freguesia:	UF de Melo e Nabais
Lugar:	Nabais
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central do lugar de Nabais, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as infraestruturas turísticas existentes e as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, o mosaico agrícola associado às áreas urbanas do aglomerado e à envolvente natural que o circunda, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano. Parcialmente integrada na área do Parque Natural da Serra da Estrela, a ARU apresenta uma malha urbana que parte de um núcleo antigo compacto, contíguo à EN 330, mas a sua localização no cruzamento da EN 330, EN 338-1 e EM 555 acabou por dispersar o seu desenvolvimento urbano o longo destas estradas, ainda que existam pequenas concentrações de edificado de cariz mais rural. Estas circunstâncias geram um aglomerado com um núcleo antigo compacto e muito concentrado na envolvente da Casa do Brasão Perdido e com zonas de expansão urbana mais recentes, onde ocorre um desenvolvimento mais disperso.</p>
Área:	78,0 hectares
População residente:	339 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 65. Limite territorial da ARU de Nabais

A1_Tabela 20. ARU de Nespereira
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE NESPEREIRA	
Freguesia:	Nespereira
Lugar:	Nespereira
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba os núcleos centrais dos lugares de Nespereira e do Bairro de Santo António, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as áreas de expansão urbana mais ou menos recentes e mosaico agrícola intrinsecamente associado às áreas mais urbanas do aglomerado, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>A ARU apresenta uma estrutura urbana orgânica e compacta na área sul de Nespereira, correspondente ao núcleo antigo, e mais ortogonal nas áreas de expansão urbana mais recente. Nespereira é uma povoação caracterizada pela sua topografia difícil e pela natureza rochosa de grande parte do solo onde se encontra implantada, sendo, no entanto, os seus dois aglomerados urbanos (Nespereira e Bairro de Santo António, relativamente concentrados e coesos ainda que notoriamente algo desarticulados entre si.</p>
Área:	58,5 hectares
População residente:	605 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 66. Limite territorial da ARU de Nespereira

A1_Tabela 21. ARU de Novelães
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE NOVELÃES	
Freguesia:	UF de Rio Torto e Lagarinhos
Lugar:	Novelães
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central do lugar de Novelães, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>A ARU apresenta uma estrutura urbana de desenvolvimento linear ao longo do único eixo de atravessamento do aglomerado (Rua Nossa Senhora dos Remédios), tendo características eminentemente rurais e pouca expressão urbana. Na sua envolvente ao núcleo mais concentrado, surge algum edificado de maior dimensão relacionado com as atividades de exploração agrícola.</p>
Área:	3,5 hectares
População residente:	19 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 67. Limite territorial da ARU de Nespereira

A1_Tabela 22. ARU de Paços da Serra
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE PAÇOS DA SERRA	
Freguesia:	Paços da Serra
Lugar:	Paços da Serra
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo urbano do aglomerado de Paços da Serra, incluindo as áreas de equipamentos de uso coletivo contíguas, as infraestruturas turísticas existentes, as áreas de expansão urbana mais ou menos recente e o mosaico agrícola associado às áreas urbanas do aglomerado, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>A ARU encontra-se parcialmente integrada na área do Parque Natural da Serra da Estrela e apresenta uma estrutura urbana linear, ao longo dos principais eixos de atravessamento. Sendo um dos aglomerados urbanos mais característicos do concelho de Gouveia, integra quatro áreas urbanas diferenciadas: Eirô, Trancozinho, Eira Velha e Paços, acabando por desenvolver uma rede de pequenos núcleos antigos em diferentes partes do território. Apesar do crescimento algo desregulado e de ser servido, apenas, por um acesso, EM 522, este aglomerado apresenta uma dinâmica de crescimento assinalável, que poderá estar relacionada quer com a sua localização, mais ou menos central, entre as cidades de Gouveia e Seia, quer com a localização, em Paços da Serra, de um polo industrial.</p>
Área:	60,5 hectares
População residente:	563 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 68. Limite territorial da ARU de Paços da Serra

A1_Tabela 23. ARU de Póvoa da Rainha
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE PÓVOA DA RAINHA	
Freguesia:	Catívelos
Lugar:	Póvoa da Rainha
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central do lugar de Póvoa da Rainha, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as infraestruturas turísticas existentes e as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, o mosaico agrícola associado às áreas urbanas do aglomerado e à envolvente natural que o circunda, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>Localizada nas proximidades da área do Parque Natural da Serra da Estrela, a ARU apresenta-se com um pequeno núcleo antigo bem definido e denso, envolvido por construções recentes mais dispersas. Devido à sua localização privilegiada, próximo do Rio Mondego, bem como às suas características, encerra uma grande potencialidade turística, de âmbito rural e de natureza.</p>
Área:	27,7 hectares
População residente:	102 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 69. Limite territorial da ARU de Póvoa da Rainha

A1_Tabela 24. ARU de Ribamondego
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

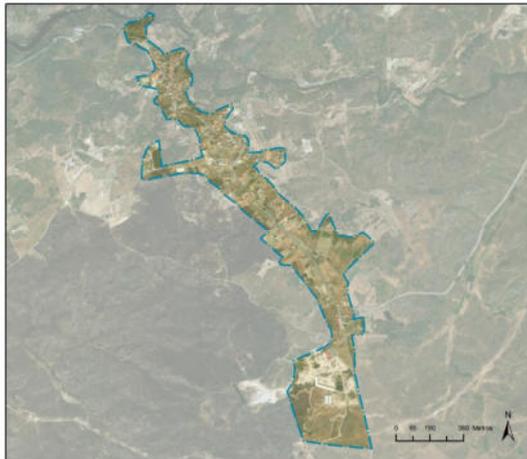
ARU DE RIBAMONDEGO			
Freguesia:	Ribamondego	Área:	97,3 hectares
Lugar:	Ribamondego	População residente:	302 (Censos 2011)
Descrição sumária:		Limite territorial:	
<p>A ARU engloba o núcleo central de Ribamondego, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>O aglomerado urbano, localizado a sul do rio Mondego, apresenta uma estrutura urbana linear, ao longo da Avenida da Liberdade (EN 329), com algumas ramificações no núcleo mais antigo (mais compacto e concentrado), na envolvente da Igreja Matriz e da Capela de Santo António, associadas a vias secundárias como a Rua Direita, Rua de Cadra, Rua do Outeiro ou Rua de Santo António.</p>			

Figura 70. Limite territorial da ARU de Ribamondego

A1_Tabela 25. ARU de Rio Torto
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE RIO TORTO			
Freguesia:	UF de Rio Torto e Lagarinhos	Área:	58,3 hectares
Lugar:	Rio Torto	População residente:	430 (Censos 2011)
Descrição sumária:		Limite territorial:	
<p>A ARU engloba o núcleo central do lugar de Rio Torto, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as infraestruturas turísticas existentes e as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, o mosaico agrícola associado às áreas urbanas do aglomerado e à envolvente natural que o circunda, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>Localizada nas proximidades da área do Parque Natural da Serra da Estrela, a ARU apresenta uma malha urbana linear nas áreas de expansão urbana mais ou menos recente e um desenho urbano mais concentrado e compacto, assente nas diversas ruas que partem do eixo principal (Rua José Pinto da Silva Balsa), no núcleo antigo. Este aglomerado, muito rico em termos patrimoniais, tem vindo a desenvolver-se ao longo das vias de acesso a caminhos secundários, configurando uma malha urbana muito desordenada.</p>			

Figura 71. Limite territorial da ARU de Rio Torto

A1_Tabela 26. ARU de São Paio
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

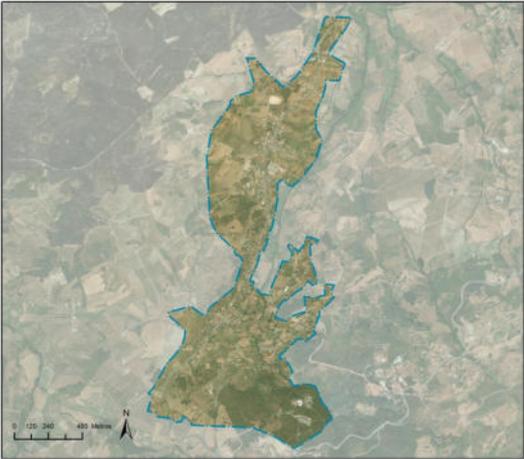
ARU DE SÃO PAIO	
Freguesia:	São Paio
Lugar:	São Paio
Descrição sumária:	
<p>A ARU engloba o núcleo central de São Paio, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as áreas de expansão urbana mais ou menos recentes e mosaico agrícola intrinsecamente associado às áreas mais urbanas do aglomerado, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>São Paio constitui-se como um aglomerado com características urbano / rurais, com acessos viários da rede nacional e regional, relativamente centrais ao núcleo antigo e um crescimento urbano algo disperso, a sul / sudoeste e a norte, em torno dos eixos viários que estruturam o território. Apresenta um núcleo antigo relativamente concentrado que se desenvolve ao longo das margens da ribeira, estruturado por eixos centrais, dos quais partem e desembocam diversos espaços de circulação de perfil mais reduzido (travessas, vielas, pátios e becos), que apresentam um estado de conservação razoável. As zonas de desenvolvimento urbano mais recente encontram-se ao longo da EN 330-1, a norte e sul do núcleo antigo, sendo, em geral, mais difusas, exceto a área envolvente às ruas 1º de Maio e 25 de Abril que se apresenta mais compacta. O aglomerado encontra-se envolvido principalmente por áreas agrícolas que lhe conferem uma marcada identidade rural.</p>	
Área:	183,4 hectares
População residente:	782 (Censos 2011)
Limite territorial:	
	

Figura 72. Limite territorial da ARU de São Paio

A1_Tabela 27. ARU de Vila Cortês da Serra
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE VILA CORTÊS DA SERRA	
Freguesia:	Vila Cortês da Serra
Lugar:	Vila Cortês da Serra
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central do lugar de Vila Cortês da Serra, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as infraestruturas turísticas existentes e as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, o mosaico agrícola associado às áreas urbanas do aglomerado e à envolvente natural que o circunda, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>Parcialmente integrada na área do Parque Natural da Serra da Estrela, a ARU apresenta uma estrutura urbana linear, ao longo dos principais eixos de atravessamento do aglomerado, mais concentrado na área envolvente à Capela de Santo António e do Solar dos Sequeira Corte Real. O parque edificado encontra-se, quase totalmente, contido nos três perímetros urbanos definidos pelo PDM de Gouveia, correspondendo o de maior dimensão à área central de Vila Cortês da Serra (23,7 hectares). Os dois perímetros de menor dimensão correspondem a pequenos núcleos edificados a poente e a sul, contabilizando 7,3 e 2,5 hectares, respetivamente, sendo que o menor está totalmente inserido em Parque Natural.</p>
Área:	68,7 hectares
População residente:	253 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 73. Limite territorial da ARU de Vila Cortês da Serra

A1_Tabela 28. ARU de Vila Franca da Serra
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE VILA FRANCA DA SERRA	
Freguesia:	Vila Franca da Serra
Lugar:	Vila Franca da Serra
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central do lugar de Vila Franca da Serra, as áreas de equipamentos de uso coletivo, o mosaico agrícola associado às áreas urbanas do aglomerado, as infraestruturas turísticas existentes e as áreas de expansão urbana mais ou menos recente, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>Este aglomerado, fortemente marcado pela convivência com a atividade agrícola das áreas adjacentes, apresenta uma estrutura urbana linear, ao longo da Avenida Dr. Mário Gomes Figueira (EN 330), concentrada sobretudo em dois polos distintos: o núcleo mais concentrado e de génese mais antiga, na envolvente da Igreja de São Vicente, e uma área de expansão urbana, a nordeste.</p>
Área:	51,2 hectares
População residente:	253 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 74. Limite territorial da ARU de Vila Franca da Serra

A1_Tabela 29. ARU de Vinhó
(Fonte: IHRU - Portal da Habitação, 2018)

ARU DE VINHÓ	
Freguesia:	UF de Moimenta da Serra e Vinhó
Lugar:	Vinhó
Descrição sumária:	<p>A ARU engloba o núcleo central de Vinhó, as áreas de equipamentos de uso coletivo, as infraestruturas turísticas existentes, as áreas de expansão urbana mais ou menos recente e o mosaico agrícola associado às áreas urbanas do aglomerado, assegurando a coesão e integridade territorial do centro urbano.</p> <p>Este aglomerado apresenta uma estrutura urbana linear, de maior concentração no núcleo antigo e envolvente imediata, concentrando-se sobretudo em torno da Rua Direita, Rua Senhora dos Aflitos, Rua Professor Aníbal Alves Perfeito e Avenida Dr. António Alçada. Assinala-se, por outro lado, uma estrutura urbana linear mais dispersa ao longo de vias como a Avenida José Domingos Paulo ou a Rua Francisco de Sousa, que ligam a este núcleo central e/ou a alguns dos elementos patrimoniais presentes.</p>
Área:	72,3 hectares
População residente:	477 (Censos 2011)
Limite territorial:	

Figura 75. Limite territorial da ARU de Vinhó

EQUIPA TÉCNICA:



TERRITÓRIO XXI - Gestão Integrada do Território e do Ambiente, Lda.
Rua D. João I, 298
4450-162 Matosinhos
T. +351 220 135 202
geral@territorioxxi.pt